

# ANTROPOLÍTICA

53

3º QUADRIMESTRE

ISSN 2179-7331  
REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ANTROPOLOGIA  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

# ANTROPOLÍTICA

N° 53 - 3° quadrimestre 2021

ISSN 2179-7331

Antropolítica	Niterói	n. 53	p. 1-431	3. quadri. 2021
---------------	---------	-------	----------	-----------------

Direitos desta edição reservados à Revista Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia – Avenida Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis Campus Gragoatá, Bloco P, sala 211 – São Domingos – CEP: 24.210-201 – Niterói, RJ Brasil – Tel.: 2629-2866 - <https://periodicos.uff.br/antropolitica/index> - E-mail: antropoliticauff@gmail.com.

*Projeto Gráfico:* Fabricio Trindade Ferreira

*Diagramação:* Mayra Laurindo Rabello

*Revisão:* Janaynne Carvalho do Amaral e MC&G Design Editorial

### Catálogo-na-Fonte (CIP)

Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia/Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Antropologia. – n. 1 (1995) – Niterói, RJ: PPGA/UFF, 2021.

ISSN: 2179-7331

n.53 - 2021

Quadrimestral

1. Antropologia. 2. Ciências Sociais. I. Universidade Federal Fluminense. II. Programa de Pós-Graduação em Antropologia.

CDD 300

## UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

### *Reitor*

Antonio Claudio da Nóbrega

### *Vice-Reitor*

Fabio Barboza Passos

### *Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação*

Andrea Brito Lage

### *Comissão Editorial da Antropolítica*

Deborah Bronz (PPGA/UFF)

Fabio Reis Mota (PPGA/UFF)

Gisele Chagas Fonseca (PPGA/UFF)

Laura Graziela F. F. Gomes (PPGA/UFF)

Lucía Eilbaum (PPGA/UFF)

Nilton da Silva Santos (PPGA/UFF)

### *Assistente Editorial*

Mayra Laurindo Rabello

### *Foto de Capa*

João Câmara Filho

### *Conselho Editorial*

Ana Maria Gorosito Kramer (UNAM)

Arno Vogel (UENF)

Charles Freitas Pessanha (UFRJ)

Clara Saraiva (ULisboa)

Claudia Lee Williams Fonseca (UFRGS)

Edmundo Daniel Clímaco dos Santos (Ottawa University)

Jane Felipe Beltrão (UFPA)

João Baptista Borges Pereira (USP)

Lana Lage de Gama Lima (UENF)

Luís Roberto Cardoso de Oliveira (UnB)

Laura Nader (Berkeley University)

Marc Breviglieri (EHSS)

Mariza Gomes e Souza Peirano (UnB)

Otávio Guilherme Cardoso Alves Velho (UFRJ)

Roberto Mauro Cortez Motta (UFPE)

Rosana Pinheiro-Machado (University of Bath)

Ruben George Oliven (UFRGS)

Sofia Tiscórnica (UBA)

NOTA DOS EDITORES

7

**DOSSIÊ: O PACTO CONTRACIVILIZADOR E O ENTRE-LUGAR DAS ELITES BRASILEIRAS: AS AMBÍGUAS RELAÇÕES COM O PASSADO, O PRESENTE E O PORVIR**

APRESENTAÇÃO: POR UMA ANTROPOLOGIA DAS ELITES NO BRASIL

12

Laura Graziela Gomes, Antonio Motta, Antonio Carlos de Souza Lima

“EM NOME DA FAMÍLIA BRASILEIRA”: SOBRE POLÍTICAS DE GOVERNO, (RE) PRODUÇÃO DE ELITES E DISPUTAS NARRATIVAS

53

Andréa Lobo, Maria Eduarda Cardoso

MUITO ALÉM DE UM TUÍTE: A SINERGIA POLÍTICA DOS MILITARES E O PROCESSO DE CONQUISTA DO ESTADO

83

Piero Leiner

A REASCENSÃO DA EXTREMA DIREITA ENTRE REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS DOS SISTEMAS ALIMENTARES

115

Caio Pompeia

OLHAI PARA “OS RICOS DO CAMPO”: O LUGAR DAS ELITES E CLASSES DOMINANTES NOS ESTUDOS RURAIS DO BRASIL

140

Valdênio Freitas Meneses

NEOEXTRATIVISMO E AUTORITARISMO: AFINIDADES ELETIVAS

167

Henri Acselrad, Fabrina Pontes Furtado, Juliana Neves Barros, Raquel Giffoni Pinto,

Wendell Ficher Teixeira Assis

“ESTAMOS FALANDO DE QUEM CHEGA A TER BI, ELES NÃO TÊM MEDO DE PEGAR O CORONAVÍRUS”: AS FESTAS E A PANDEMIA, O QUE CLASSE TEM A VER COM A PERCEPÇÃO DO QUE É UM RISCO?

195

Rafael Malhão

ELITES EM DISPUTA: POLÍTICAS CULTURAIS E A RELAÇÃO ENTRE BRASIL E UNESCO NOS ANOS 1960

222

Caio Gonçalves Dias

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE DOUTORES NO EXTERIOR E LEGITIMIDADE DA ELITE ACADÊMICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	249
<b>Leonardo Francisco de Azevedo, Rogéria Campos de Almeida Dutra</b>	

## **ARTIGOS**

IMAGENS NOS (E DOS) MOVIMENTOS SOCIAIS: O COTIDIANO E O EXTRAORDINÁRIO NOS PROTESTOS DE RUA EM IMPERATRIZ-MA	273
<b>Jesus Marmanillo Pereira</b>	

“O PROBLEMA DOS CAMELÔS”: OPOSIÇÕES E COMPLEMENTARIEDADES ENTRE CAMELÔS E “LOJISTAS” NO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ	298
<b>Renan Lubanco Assis</b>	

“EL ÚNICO NEGOCIO ACÁ ES LA MEJORA COMUNITARIA”: NUEVAS DINÁMICAS DE MERCADO, REGULACIONES LOCALES Y TENSIONES EMERGENTES EN UN ASENTAMIENTO DEL GRAN BUENOS AIRES	323
<b>Lucas Barreto</b>	

“FEITIÇOS DA RUA”: OS DIFERENTES TEMPOS DOS ILEGALISMOS E SEUS USOS A PARTIR DA DESCRIÇÃO DE UM “ESQUEMA” DE TRANSPORTE COMPLEMENTAR NO SUBÚRBIO CARIOCA	347
<b>Eduardo de Oliveira Rodrigues</b>	

FEMINISTAS E PATROAS: REVISITANDO O DEBATE SOBRE TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO	371
<b>Thays Almeida Monticelli</b>	

## **OLHARES CRUZADOS**

“LA VIVIENDA NO ES UN LUJO, ES NECESIDAD”: NOTAS ETNOGRÁFICAS SOBRE A LUTA PELO DIREITO À MORADIA EM GRANADA, ESPANHA	398
<b>Leticia de Luna Freire</b>	

## **RESENHA**

A GAFIEIRA COMO INSTITUIÇÃO URBANA	426
<b>Jorge Pinto Medeiros Neto</b>	

EDITOR'S NOTE	7
<b>DOSSIER</b>	
PRESENTATION: FOR AN ANTHROPOLOGY OF ELITES IN BRAZIL <b>Laura Graziela Gomes, Antonio Motta, Antonio Carlos de Souza Lima</b>	12
“IN THE NAME OF THE BRAZILIAN FAMILY”: ON GOVERNMENT POLICIES, (RE) PRODUCTION OF ELITES AND NARRATIVE DISPUTES <b>Andréa Lobo, Maria Eduarda Cardoso</b>	53
FAR BEYOND A TWEET: THE POLITICAL SYNERGY OF THE MILITARY AND THE STATE TAKEOVER PROCESS <b>Piero Leiner</b>	83
THE REASCENDANCY OF THE FAR-RIGHT AMONG POLITICAL REPRESENTATIONS OF THE FOOD SYSTEMS <b>Caio Pompeia</b>	115
RICHES OF THE COUNTRYSIDE IN BRAZIL: ELITES AND THE RULLING CLASS IN RURAL STUDIES <b>Valdênio Freitas Meneses</b>	140
NEOEXTACTIVISM AND AUTHORITARIANISM: ELECTIVE AFINITIES <b>Henri Acselrad, Fabrina Pontes Furtado, Juliana Neves Barros, Raquel Giffoni Pinto, Wendell Ficher Teixeira Assis</b>	167
“WE ARE TALKING ABOUT THOSE WHO GET BI, THEY ARE NOT AFRAID OF GETTING THE CORONAVIRUS”: THE PARTIES AND THE PANDEMIC, WHAT CLASS HAS TO DO WITH THE PERCEPTION OF WHAT IS A RISK? <b>Rafael Malhão</b>	195
DISPUTE AMONG ELITES: CULTURAL POLICIES AND THE RELATIONSHIP BETWEEN BRAZIL AND UNESCO IN THE 1960S <b>Caio Gonçalves Dias</b>	222

POLICY OF DOCTORAL TRAINING ABROAD AND LEGITIMACY OF THE ACADEMIC ELITE IN CONTEMPORARY BRAZIL Leonardo Francisco de Azevedo, Rogéria Campos de Almeida Dutra	249
--	-----

## ARTICLES

IMAGES IN (AND FROM) SOCIAL MOVEMENTS: THE DAILY AND THE EXTRAORDINARY IN STREET PROTESTS IN IMPERATRIZ-MA Jesus Marmanillo Pereira	273
--	-----

“THE PROBLEM OF STREET VENDORS”: OPPOSITIONS AND COMPLEMENTARITIES BETWEEN STREET VENDORS AND “SHOPKEEPERS” IN THE URBAN SPACE OF THE CITY OF CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ Renan Lubanco Assis	298
---	-----

“THE ONLY BUSINESS HERE IS COMMUNITY IMPROVEMENT”: NEW MARKET DYNAMICS, LOCAL REGULATIONS AND EMERGING TENSIONS IN AN INFORMAL SETTLEMENT OF GREATER BUENOS AIRES Lucas Barreto	323
--	-----

“STREET SORCERIES”: THE DIFFERENT TIMES OF ILLEGALISMS AND THEIR USES THROUGH THE DESCRIPTION OF A COMPLIMENTARY TRANSPORTATION “SCHEME” IN A RIO DE JANEIRO’S POOR SUBURB Eduardo de Oliveira Rodrigues	347
---	-----

FEMINISTS AND EMPLOYERS: REVISITING THE DEBATE ON PAID DOMESTIC WORK Thays Almeida Monticelli	371
--	-----

## EXCHANGING PERCEPTIONS

“HOUSING IS NOT A LUXURY, IT IS A NECESSITY”: ETHNOGRAPHIC NOTES ON THE STRUGGLE FOR THE RIGHT TO HOUSING IN GRANADA, SPAIN Leticia de Luna Freire	398
---	-----

## REVIEW

GAFIEIRA AS AN URBAN INSTITUTION Jorge Pinto Medeiros Neto	426
---	-----

## NOTA DOS EDITORES

É com satisfação que a Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, apresenta seu número 53, nesse terceiro quadrimestre de 2021.

Neste novo número, em primeiro lugar, introduzimos o dossiê **O pacto contracivilizador e o entre-lugar das elites brasileiras: as ambíguas relações com o passado, o presente e o porvir**, proposto e organizado pela professora Laura Graziela Gomes (UFF) e pelos professores Antonio Motta (UFPE) e Antonio Carlos de Souza Lima (UFRJ). Composto por oito artigos, além do artigo de apresentação do tema e do dossiê de autoria dos organizadores, a edição temática promove uma discussão teórica e metodológica sobre o campo das elites na antropologia no Brasil, tendo como objetivo dialogar com reflexões sobre diferentes grupos de elite proeminentes no espaço social e político brasileiros, assim como de suas conexões regionais, nacionais e transnacionais. Trata-se de uma contribuição fundamental para compreender e debater sobre o contexto político histórico e atual no Brasil.

Além desse debate, o presente número da Antropolítica traz cinco artigos com temática livre, oriundos do fluxo contínuo da revista e um artigo na seção “Olhares Cruzados”. Por fim, incluímos também uma resenha de um livro da área.

A seção de Artigos inicia com o trabalho **Imagens no (e dos) Movimentos Sociais: o Cotidiano e o Extraordinário nos Protestos de Rua em Imperatriz-MA**, de Jesus Marmanillo Pereira (UFMA). A partir de uma perspectiva interdisciplinar, combinando autores da Antropologia Visual e da Teoria dos Movimentos Sociais, o autor apresenta uma reflexão sobre o papel das imagens nos processos de pesquisa e na luta política, em particular a partir de ações coletivas de protesto do Movimento Estudantil e do Fórum de Defesa da Previdência Social Pública, na cidade de Imperatriz (MA) durante o ano de 2019. A análise da atuação dessas entidades nos protestos enfatiza como as imagens produzidas podem ter funções estratégicas na construção de significados que refletem as características sociais dos próprios movimentos.

O artigo seguinte, de autoria de Renan Lubanco Assis (UVV e UENF), tem como título **“O problema dos camelôs”: oposições e complementariedades entre camelôs e “lojistas”**

**no espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ.** O artigo busca compreender os repertórios mobilizados pelas associações de representação do comércio formal de Campos dos Goytacazes/RJ, para justificar a remoção dos camelôs da área central do espaço urbano. Com base na análise de um jornal de ampla circulação municipal, entre os anos de 2000 e 2010, e em descrição densa das atividades da camelotagem no espaço urbano, o artigo busca evidenciar os diferentes dispositivos de sensibilização mobilizados para dar ao “problema do camelô” uma dimensão pública.

Em seguida, em um campo de discussões próximo, o artigo **“El único negocio acá es la mejora comunitaria”:** *nuevas dinámicas de mercado, regulaciones locales y tensiones emergentes en un asentamiento del Gran Buenos Aires*, é de autoria de Lucas Barreto, doutorando da Universidad de Buenos Aires, Argentina. A partir de uma abordagem etnográfica, o trabalho propõe analisar os regulamentos elaborados socialmente em um assentamento da região metropolitana de Buenos Aires, que permitem a administração das disputas relativas à ocupação do espaço, bem como outros conflitos internos. Desse modo, em consonância com o artigo anterior, traz também a discussão sobre gestão do território e economias urbanas articuladas a partir de mercados ilegais e informais emergentes.

Voltando ao Brasil, no caso ao Rio de Janeiro, o artigo **“Feitiços da Rua”:** *os Diferentes Tempos dos Ilegalismos e seus Usos a partir da Descrição de um “Esquema” de Transporte Complementar no Subúrbio Carioca*, de Eduardo de Oliveira Rodrigues (CPII e UFF), também se insere no campo de discussões teóricas sobre ilegalismos. O artigo enfatiza a dimensão temporal da vida urbana, a partir da observação dos modais de transporte citadinos. Com foco etnográfico nos transportes de vans e kombis no Rio de Janeiro, o artigo discute a existência de diferentes regimes de circulação de pessoas e mercadorias que, no caso, conjugam uma série de ilegalismos na sua operacionalização que o autor identifica como o enredamento de um “esquema” de transporte complementar no subúrbio carioca.

Por fim, o artigo **“Feministas e patroas: revisitando o debate sobre trabalho doméstico remunerado”**, de Thays Almeida Monticelli (UFRJ), tem por objetivo analisar como o movimento feminista, durante as décadas de 1970 e 1980, produziu reflexões, articulações, discursos e estratégias políticas relacionadas ao trabalho doméstico remunerado. Por meio da análise de conteúdo realizada nos periódicos *Nós Mulheres*, *Mulherio* e *Brasil Mulher*, percebe-se consistente publicação sobre o tema, trazendo novas percepções e questionamentos sobre as

ações políticas do movimento feminista no país. O artigo provoca uma interessante discussão sobre os limites e ambições das políticas feministas, a partir da análise dos contrapontos, contradições e desconfiças entre feministas e trabalhadoras domésticas remuneradas.

Após os artigos livres, apresentamos nessa edição a Seção “Olhares Cruzados”. A mesma tem como objetivo publicar artigos que reflitam sobre as várias dimensões que envolvem o fazer antropológico, priorizando a discussão sobre a perspectiva internacional, transnacional e/ou comparada na experiência do pesquisador. Nesse número, publicamos o artigo **“La vivienda no es un lujo, es necesidad”**: notas etnográficas sobre a luta pelo direito à moradia em Granada, Espanha, da antropóloga e professora da UERJ Leticia de Luna Freire. Nele, Leticia apresenta uma bela reflexão etnográfica sobre sua experiência de pesquisa junto a um movimento social contra os despejos na cidade espanhola de Granada, entre janeiro e abril de 2021, resultado de um estágio de pós doutorado na Universidade de Granada. Além de apresentar essa experiência e as implicações de seu desenvolvimento em um contexto atípico de pandemia, o artigo aponta para a importância da vivência internacional de pesquisa para favorecer exercícios contrastivos com relação às configurações e aos desafios do problema da moradia nas cidades de Granada e Rio de Janeiro, bem como para descolonizar a nossa antropologia e estimular relações acadêmicas mais simétricas entre pesquisadores do norte e do sul global.

Por fim, o número 53 da Antropolítica traz a resenha do livro *“Baile de Gafieira: uma instituição urbana nos quadros da memória carioca”*, do antropólogo Felipe Berocan Veiga Mark, publicado em 2021 pela EDUFF, Niterói. A resenha, elaborada por **Jorge Pinto Medeiros Neto**, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF, apresenta a etnografia conduzida por Veiga no universo das gafieiras e *dancings* em particular na Gafieira Estudantina em seus últimos anos de funcionamento no centro histórico do Rio de Janeiro. Como destaca Neto, o livro aborda um tema inédito sob a perspectiva antropológica, reconstituindo a memória social desses espaços voltados para a dança não só como um tipo de divertimento popular, mas como um *rito urbano*, que cria comportamentos e sociabilidades, estabelece costumes e dá vida a um modo de ser próprio da civilidade.

Para finalizar, lembramos a nossos leitores que continuamos a receber submissões de interesse para a área das Ciências Sociais, em especial no campo da Antropologia, em regime de fluxo contínuo, através do site <http://www.revistas.uff.br/index.php/antropolitica>, no qual

podem ser encontradas as normas de publicação e outras informações. Mantemos o nosso e-mail ([antropoliticauff@gmail.com](mailto:antropoliticauff@gmail.com)) para eventual contato. Sugerimos também acompanhar nossas notícias também através do perfil do Facebook, Instagram ([antropoliticauff](https://www.instagram.com/antropoliticauff)) e no Twitter ([@RAntropolitica](https://twitter.com/RAntropolitica)).

Boa leitura!

**D** **OSSIÊ**

# Por uma antropologia das elites no Brasil

## For an anthropology of elites in Brazil

**Laura Graziela Gomes**

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

**Antonio Motta**

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil

**Antonio Carlos de Souza Lima**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### RESUMO

O texto introdutório do Dossiê tem como objetivo apresentar aos/às interessados/as o tema das elites nas ciências sociais, além de situá-los quanto ao estado da arte em que se encontram os estudos antropológicos sobre tais grupos no cenário internacional, ao modo de um sobrevôo, e no Brasil em específico, com relevo para pesquisas e pesquisadores que se debruçaram sobre o tema, mesmo não sendo de forma explícita. Dessa forma, esta introdução buscou destacar como muitas dessas investigações realizadas muitas vezes na fronteira ou entranhadas em pesquisas de Antropologia Política, Antropologia do Direito, Antropologia do Estado, Antropologia Urbana e do Consumo, contribuíram de modo determinante para iluminar as questões que dizem respeito às elites nacionais, desde sua formação histórica, econômica até o momento atual. Propondo linhas gerais de uma agenda para a investigação antropológica das elites em nosso país, a Introdução apresenta uma amostra de textos selecionados que apresentam ao público leitor aspectos cruciais da virada neoconservadora e ultra/neoliberal para a extrema direita pela qual passamos, assim como mostram outros momentos e formas de articulação entre as elites nacionais e internacionais.

**Palavras-chave:** Elites, Elites brasileiras, Antropologia das elites.



## ABSTRACT

The Dossier's introductory text aims to introduce those interested to the theme of elites in the social sciences, in addition to situating them in terms of the state of the art in which anthropological studies on such groups on the international scene are located, in the manner of an overflight, and in Brazil specifically, with emphasis on research and researchers who have focused on the subject, even if not explicitly. In this way, this introduction sought to highlight how many of these investigations, often carried out on the frontier or embedded in research in Political Anthropology, Anthropology of Law, State Anthropology, Urban and Consumption Anthropology, have contributed in a decisive way to clarifying the issues related to national elites, from its historical and economic formation to the present moment. Proposing general lines of an agenda for the anthropological investigation of elites in our country, the Introduction presents a sample of selected texts that present to the readership crucial aspects of the neoconservative and ultra/neoliberal turn to the far right that we are going through, as well as show other moments and forms of articulation between national and international elites.

**Keywords:** Elites, Brazilian Elites, Anthropology of Elites.

## INTRODUÇÃO

Pesquisar antropologicamente as *elites* em sociedades contemporâneas como a brasileira é um desafio, seja por razões teóricas ou metodológicas quanto éticas e políticas. A categoria conceitual *elite(s)* comporta compreensões diversas quanto à sua aplicabilidade, em grande parte, devido à fluidez de sentidos e significados quanto ao seu uso e função. Conceituar um segmento social como *elite*, implica em constatar que, na maioria das sociedades, há uma diferenciação interna de grupos que controlam recursos igualmente diferenciados (econômicos, políticos, culturais, religiosos, etc.). Estes recursos se sobrepõem e se articulam na constituição desses grupos sociais, situados em escalas também variadas: locais, regionais, nacionais e internacionais.

No caso da antropologia, salvo exceções, como por exemplo os trabalhos de Abner Cohen (1974) sobre a região do centro da cidade de Londres, que concentra operações comerciais e financeiras, a *City*, ou ainda em seu estudo no estado nacional de pequena escala como Serra Leoa (1981), até os anos de 1970, poucos antropólogos enunciaram seus trabalhos como pesquisas sobre os grupos de “poderosos” dentre os detentores de recursos específicos. Diante

de tal quadro, Laura Nader (2020 [1972]) chamou a atenção para os ganhos – teóricos, metodológicos, epistemológicos e éticos – do estudo antropológico de segmentos e organizações detentoras de alta posição em sociedades de grande complexidade e de larga escala contemporâneas; ela mesma tendo estudado aspectos do funcionamento judiciário norte-americano, como também a produção de energia ou o funcionamento de laboratórios científicos. A proposição de Nader foi amplamente recuperada nos anos posteriores, e isso não nos impede de constatar que seja possível aplicar também ao contexto brasileiro, uma vez que o estudo desses segmentos e grupos sociais enquanto tais pode encontrar elementos abundantes em diversas outras etnografias, orientadas para os temas mais variados.

Não cabendo neste texto tal exegese, propomo-nos apenas sinalizar a importância, atualidade e significado de tal proposição, partindo do seu contexto de formulação primeira e acompanhando alguns (mas não todos) movimentos da própria antropologia no estudo das elites e, sobretudo, pensando essas pesquisas no cenário brasileiro, bem como a oportunidade e importância dos textos coligidos nesse dossiê para entender as dinâmicas das elites, as assimetrias sociais e o recrudescimento do autoritarismo sob o qual vivemos.

## AS CIÊNCIAS SOCIAIS E O ESTUDO DAS ELITES

Se em relação à antropologia as elites continuam, de certo modo, um objeto ainda pouco explorado, não se pode afirmar o mesmo de outras áreas afins, a exemplo da sociologia, da política e da história<sup>1</sup>. Por ter uma maior afinidade com as interpretações macroestruturais da sociedade, a sociologia, desde cedo, mostrou-se mais sensível às questões relacionadas à estratificação social, às disputas e posições de poder, às hierarquias de prestígio, à mobilidade social, ao capital político e econômico, à formação e manutenção de redes corporativas, entre outras categorias analíticas que têm se prestado a diferentes tipos de abordagem sobre as elites ocidentais, sendo frequentemente definidas como elites empresariais, políticas, governamentais, militares, religiosas, intelectuais, etc.

---

<sup>1</sup> Vale lembrar que Mário Grynszpan, docente do curso de história da UFF, pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-Fundação Getúlio Vargas, produziu no doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional uma análise sócio-histórica da teoria das elites (1999). O CPDOC/FGV abriga um dos mais importantes acervos de documentação escrita e audiovisual das elites políticas e intelectuais do Brasil republicano.

No âmbito da teoria social, já se tornou lugar-comum eleger como precursores deste tema os pensadores italianos Vilfredo Pareto (1935) e Gaetano Mosca (1984). No final do século XIX e início do XX, no contexto de consolidação do universalismo liberal, inspirado na premissa contratual de igualdade entre os indivíduos, ambos autores indagaram como era possível que pequenos grupos continuassem a governar uma maioria. Embora influenciados pelas estruturas de poder agrárias na Itália, foram eles os primeiros a chamar a atenção para o fato de que em toda e qualquer sociedade ou grupos geograficamente localizados, independentemente da época ou do lugar, havia uma minoria que, investida de determinados atributos adquiridos por suas habilidades e recursos, tendia a se destacar da maioria por meio de ações que visavam o controle do poder. Tal definição, embora ampla e com uma forte ênfase nas propriedades estruturais da organização social, foi reiterada por outros autores, porém, acrescida de variações analíticas e perspectivas teóricas diferenciadas ao longo do tempo, como comprova em outra direção analítica a reflexão desenvolvida por Thorstein Veblen. Para este autor, a cultura desempenha um papel importante na formação e manutenção de determinados grupos sociais, com ênfase em suas práticas sociais, hábitos adquiridos, formas de consumo e modos de vida diferenciados<sup>2</sup>.

Inserido na linhagem das contribuições precedentes, Wright Mills (2000) publicaria, em 1956, o livro *The Power Elite*. Neste livro, o sociólogo identificava uma nova coalizão de grupos que granjeavam o comando e o prestígio nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. Seu principal argumento assentava-se no pressuposto de que a junção do poder militar, estatal e industrial formava uma espécie de casta (no sentido atribuído por Veblen) cujos membros, dadas as suas origens sociais compartilhadas, interesses e confianças mútuas, direcionavam suas ações a fim de solidificar o poder. Mills também rejeitou a visão do poder como uma organização dispersa, plural e democrática em detrimento de uma visão de poder concentrada nas mãos dessas três instâncias que, segundo ele, compunham a chamada elite do poder.

Muito tem em comum com Mills o sociólogo G. William Domhoff (1967), que deu continuidade às pesquisas sobre a construção social das elites na sociedade norte-americana. Foi um dos primeiros a observar que as classes altas americanas se diferenciavam das classes superiores europeias na medida em que eram compostas, em sua maioria, por empresários de sucesso e profissionais liberais corporativos, ao contrário do que usualmente predominava na

---

<sup>2</sup> Veblen (1994), ademais, pode ser considerado um dos precursores dos estudos sobre o consumo. Sugere que o poder, o prestígio e o status são marcados por meio de objetos que dependem de formas privilegiadas e exclusivas, controladas por códigos suntuários, sendo a moda, que se distingue do vestuário, um exemplo privilegiado das formas de singularização e diferenciação das elites em relação aos demais grupos sociais.

maioria dos países europeus, onde grande parte das elites provinha da velha aristocracia. Para ele, a mobilidade social nos Estados Unidos ocorria frequentemente por meio da cooptação de jovens bem-sucedidos pela via educacional e que, por sua vez, haviam frequentado as mesmas instituições de ensino no país. Visto deste ângulo, a constituição dos quadros de elite exigia uma formação comum e uma articulação em redes formais, o que explica, segundo Domhoff, a inserção de alguns indivíduos em cargos estratégicos do governo e de empresas, reforçados pela crença compartilhada em torno de valores comuns e laços de confiança entre si.

Tanto Domhoff quanto Mills se empenharam em entender e desvendar o papel das redes formais de elite, de forma mais centralizada, ambos acreditando que as elites funcionais tenderiam a se fundir em uma única elite de poder organizada em torno de interesses corporativos. Mas este tipo de interpretação foi posteriormente relativizado por outros autores que preferiram identificar a existência de redes informais e outros tipos de interconexões menos evidenciadas entre grupos de elites. Convém observar que a ideia de pensar uma centralidade para compreender o fenômeno das elites tem enfrentado certas dificuldades, dado o próprio caráter plástico que as elites assumem em diferentes contextos. A diversidade ou pluralismo que assumem revelam, em muitos casos, uma tensão e competição entre elas. Com efeito, as novas elites, ao contrário, geralmente não constituem grupos fixos e facilmente identificáveis como havia postulado Mills. Uma de suas características contemporâneas mais evidentes é a flexibilidade em redes, pois representam grupos móveis, dinâmicos, globalizados e não são facilmente identificáveis. Além disso, há uma tendência em considerá-las cada vez mais descentralizadas.

São vários os caminhos possíveis para o seu entendimento. No eixo macrossociológico, das grandes interpretações estruturais da sociedade norte-americana, e com forte tônica ensaística, destaca-se a contribuição de Christopher Lasch no livro *The Revolt of the Elites and Betrayal of Democracy*, publicado em 1994. Entre os aspectos contemplados em sua análise, Lasch (1994) observa que as novas elites vivem em mundos apátridas, criando artificialmente suas próprias zonas de refúgio e conforto distanciadas do convívio comunitário. Além disso, costumam agir de forma autocentrada, descompromissadas com interesses coletivos e deveres sociais de solidariedade para com a sociedade em geral. Comumente identificam-se mais com os seus congêneres estrangeiros – movidos por fluxos de interesses financeiros transnacionais – do que com seus compatriotas e, na maioria das vezes, têm falhado com os deveres cívicos de cidadania. Na visão do autor, a falta de vínculos locais e nacionais das elites contemporâneas produzem uma ruptura com o pacto social que tem ameaçado a democracia.

Na linha de uma reflexão mais estrutural e abrangente sobre as elites, não se deve minimizar o esforço sistemático empreendido por Pierre Bourdieu, notadamente após a publicação

do livro *La Distinction. Critique sociale du jugement*, publicado em 1979. Ao invés de considerar as elites como grupos unicamente investidos de poder econômico, político e de comando sobre os demais, Bourdieu foi mais adiante ao eleger a cultura como um dos principais recursos, preferindo utilizar o termo capital cultural como signo distintivo e de legitimação de determinados grupos sociais. Ao se reconhecerem publicamente, por meio de determinadas disposições culturais ou marcadores distintivos, estes grupos constroem suas próprias identidades através da delimitação de fronteiras simbólicas. Segundo essa ótica, para se constituírem como um grupo e não apenas uma categoria isolada, as elites necessitam cultivar um conjunto particular de gostos, valores e modos de estar no mundo que sejam compartilhados e reconhecidos por seus membros. Para isso, Bourdieu observa que a formação do gosto e *habitus* das elites são determinados pela posição social que elas ocupam, constituindo também um modo de dominação simbólica<sup>3</sup>. Com muita frequência, os membros de diferentes tipos de elites conseguem transformar seus próprios modos de vida em padrão a partir do qual as práticas de outros grupos sociais podem ser comparadas, sendo balizadas por marcadores culturais quase sempre excludentes (BOURDIEU, 1980). Além disso, as categorias analíticas, propostas por Bourdieu, oferecem uma perspectiva multidimensional que permitem relativizar o grau de prestígio que ocupam determinados grupos de elites em relação a outros grupos. Afinal, não se pode esquecer que os grupos das elites não existem em si, mas em função do controle de capitais que lhes confere o *status* de elite. Dito de outro modo, a existência das elites depende das relações com outros grupos de posicionamento inferior na ordem social, mesmo que entre eles não se estabeleçam contatos de proximidade. Em última instância, o sociólogo francês sugere que determinados grupos que detêm maior capital cultural e social, a depender do contexto envolvido, podem ser considerados de maior prestígio do que outros, que se valem apenas do capital financeiro como forma de se legitimar socialmente. Faz parte de seu projeto intelectual entender como essa consciência é criada pelas elites e cultivada por elas como forma de reconhecimento e garantia de seu próprio status, além de criarem estratégias para sua manutenção e reprodução.

A influência do pensamento de Bourdieu no campo das elites ainda é considerável, tanto na França como em outros países, inclusive no Brasil<sup>4</sup>. Uma de suas principais legatárias na

---

3 Para a distinção entre condição de classe e posição de classe, ver Bourdieu (1974); para o papel do *habitus* na formação de classes, ver Bourdieu (1984).

4 No Brasil, o pensamento de Pierre Bourdieu vem contribuindo para diferentes tipos de abordagens sobre as elites. Um dos primeiros a utilizar as teorias de Bourdieu foi o sociólogo Sergio Miceli, que concluiu seu doutorado na França sob a orientação do próprio Bourdieu, em 1978. Miceli tem se dedicado à sociologia do campo intelectual no Brasil, tendo publicado, em 1979, o livro *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*, resultado da sua tese de doutorado. Depois dele vários outros pesquisadores utilizaram Bourdieu para estudarem as elites nacionais

França, a socióloga Monique de Saint Martin (1993), utilizou a noção de “capital simbólico” e de “reconversão” para estudar a nobreza francesa. Saint Martin observa que os títulos de nobreza embora tenham deixado de ter existência legal e jurídica na França contemporânea, não deixam, contudo, de conferir prestígio aos seus detentores. Isto porque, em muitos casos, esse capital simbólico (título nobiliárquico, propriedade com castelo etc.) foi reconvertido em capital econômico (ações, participação em Conselhos, associações, presidência de sociedades, cargos de direção etc.) e capital político (mandato de senador, membros de assembleia municipal, de associações etc.).

Em direção parecida, os sociólogos Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot têm igualmente se debruçado sobre as elites financeiras e a riqueza para desvelar os processos de dominação e de reprodução do capital social e financeiro, deixando evidenciar em algumas de suas pesquisas que a sociedade francesa contemporânea tem se revelado profundamente desigual, especialmente com a acumulação de riqueza por parte de famílias de elite endinheiradas ligadas ao capital financeiro internacional. Esta desigualdade pode ser constatada empiricamente em Paris entre os bairros (*quartiers*) do Oeste, em contraste com os do Leste. Em seu livro, *Les Beaux Quartiers* (1989), os autores demonstraram como essa diferença marcada nos imóveis, nas ruas e no comércio neste lado da cidade confirma a hipótese de ambos de que existe uma segregação dos ricos em relação aos mais pobres. Entretanto, da publicação do livro para cá, é perceptível o avanço da fronteira dos ricos para o leste em virtude do processo de gentrificação que visou, sobretudo, os *quartiers* tradicionais do Leste - como o Marais, por exemplo. Tendência que só aumentou, avançou e acabou expulsando os residentes tradicionais do Leste (pequena burguesia, operários e imigrantes) para as periferias (*banlieues*).

Outra contribuição não menos importante foi a de Luc Boltanski (1982) no campo de estudos sobre a emergência de novos grupos de elite no contexto do capitalismo contemporâneo. Sob a égide do neoliberalismo de Margareth Thatcher (1979 e 1990) e de Ronald Reagan (1981 a 1989), o autor divisou o surgimento de uma “nova elite” que possuía características sociais, etárias e ocupacionais, ao mesmo tempo que já se apresentava como um grupo transnacional. Uma das características identificadas por Boltanski era a heterogeneidade destes indivíduos quanto às suas origens, formações (diplomas), sendo alguns autodidatas para as funções que

---

e regionais. Porém, a maioria deles ainda tem privilegiado recortes macrosociológicos articulados a contextos históricos e, em alguns casos, com foco na construção narrativa do pensamento social brasileiro, com inflexão em suas formulações ideológicas, no poder e na influência que alguns intelectuais exercem na esfera pública nacional. Por outro lado, observa-se pouco interesse analítico em entender o conteúdo e mecanismos estratégicos que vários outros grupos de elites habitualmente se utilizam para fins de sua permanência e continuidade, como também pouca atenção empírica é dispensada ao funcionamento interno das disposições culturais das elites.

ocupavam, além do fato de serem bastante jovens. Segundo o autor, criou-se, assim, o mito do “jovem executivo dinâmico” ou os *yuppies* como se tornaram mais conhecidos no contexto anglo-saxão e midiático internacional. O que os unia era o “espírito de iniciativa”, isto é, o fato de apostarem no risco, confiarem no igualitarismo, na meritocracia e adotarem incondicionalmente os modelos de gestão americana. A maioria estava disponível para grandes jornadas de trabalho que se misturavam às viagens de negócios para onde eram enviados, a fim de representarem os interesses de suas empresas e patrões, em troca de vantagens, como altos salários, bonificações, viagens que poderiam ser uma mistura de trabalho e diversão (substituindo férias que jamais eram gozadas) e, por fim, o acesso aos padrões de consumo das grandes elites (roupas de grife, apartamentos fabulosos, hotéis de luxo, além de outras vantagens indiretas). Muitos deles tornaram-se CEO's (Chief Executive Officer) – uma categoria que entrou em circulação nesta época – de grandes empresas durante o processo de “profissionalização” pelas quais passaram neste período, chegando mesmo a se tornarem, alguns deles, empresários, sócios ou acionistas das empresas de seus ex-patrões ao se lançarem no mercado financeiro e comprarem ações. O fato de não possuírem muitos bens de origem e nem a educação formal das grandes elites, já que muitos eram egressos das pequenas e médias burguesias, mas serem ambiciosos e individualistas, permitiu a este segmento com todos os atributos assinalados acima criarem um imaginário próprio que deu o tom dessas décadas<sup>5</sup>.

Mais recentemente, outros olhares sobre as elites têm sugerido direcionamentos temáticos, analíticos e metodológicos inovadores com ressonância nos novos fenômenos contemporâneos, especialmente no mundo globalizado das finanças, com forte inflexão empírica em casos particulares e contextos específicos<sup>6</sup>. Em tais estudos, cruzam-se temas como a globalização, a homogeneização de padrões de regulação e de práticas empresariais facilitando a composição de associações internacionais, o que implica na produção de quadros em certos espaços de formação, compartilhando conhecimentos produzidos por *think tanks*, agências e práticas de treinamento e subjetivação, associada à expansão do imperialismo jurídico e policial estadunidense após o 11 de setembro de 2003. À expansão da ideologia do “Estado de direito” ao

---

5 Boltanski retomou, com Ève Chiapello (2009) o estudo dos novos quadros dirigentes das empresas capitalistas no quadro do capitalismo transformado dos anos 1990, que se fez acompanhar, no contexto europeu ocidental, de uma crescente desmontagem do Estado de bem estar social (e conseqüentemente enfraquecimento das elites a eles associadas, assim como de suas conseqüências), redundando numa altíssima taxa de lucro de segmentos de ponta do capital financeiro internacional, com a crescente homogeneização global de padrões de ação e ideologias empresariais, e na concentração de renda no estrato dos 1% mais ricos.

6 Ver: Beaverstock (2002); Beaverstock, Hubbard e Short (2004); Hay (2013); Graz (2003); Robinson (2010); Graham (1999); Rothkopf (2008); Seidel (2010); Frank (2007), Rothkopf (2009); John Scott (2008); Frank (2007), Bottomore T. (1993); Dezalay & Garth (2002; 2010; 2011) entre outros.

modo americano (NADER; MATTEI, 2013) como instrumento de intervenção, junta-se a crescente hegemonia das corporações globais até na formação das mentalidades cívicas (URBAN, 2014). Diferentemente das abordagens macroestruturais, frequentemente centradas apenas nas relações de poder, de reprodução e gestão dos recursos econômicos e sociais, a relativamente incipiente antropologia das elites enquanto tais, tanto no contexto internacional quanto no Brasil, tem buscado estudar e entender as elites, suas formas de produção e reprodução, a partir de outras estratégias de reconhecimentos. A pesquisa com elites tem resultado em ricas reflexões metodológicas, ao privilegiar sobretudo pequenas unidades empíricas, contextualizadas e apreendidas através de recortes etnográficos (HERZ; IMBER, 1993 numa introdução e número dedicado à etnografia de elites). Muitas vezes tais estratégias visam contornar inevitáveis problemas de acesso e posicionamento ético (ORTNER, 2010; CASTILHO; TEIXEIRA; SOUZA LIMA, 2014), combinando a pesquisa de campo com a etnografia de documentos (FERREIRA; LOWENKRON, 2020) e com processos de globalização (RIBEIRO, 2018).

A perspectiva de compreender as elites a partir “de dentro”, isto é, através das especificidades de cada grupo, por meio da pesquisa de campo, certamente, seria a contribuição mais importante a ser oferecida pela antropologia. Este, por exemplo, foi o caminho contemplado por alguns antropólogos, entre eles, João de Pina Cabral e Antonia Pedrosa de Lima (2000). Os autores se propõem a examinar as estratégias de escolha e sucessão das elites empresariais em diferentes contextos socioculturais em que as supostas lideranças constituem a base de continuidade do grupo.

Passada mais de uma década, a discussão sobre as elites, então iniciada por Nader, seria retomada por George Marcus, em 1983, quando este publicou a coletânea intitulada *Elites: Ethnographic Issues*. Segundo Marcus, a própria definição do termo elite comporta certas ambiguidades semânticas devido sua fluidez e, além disso, por ser também frequentemente associado a grupos privilegiados, denotando, assim, valores excludentes, tais como riqueza, superioridade e status. Isso, provavelmente, teria provocado antipatia e certo tipo de resistência ideológica entre boa parte dos antropólogos. Afinal, a escolha e relação com o objeto a ser pesquisado se estabelece com maior intensidade pela empatia do que pela antipatia.

Como observa George Marcus, a complexidade semântica que o termo elite abrange advém do fato de ser um termo de referência e não um termo de autoreferência para as elites. Neste sentido, é provável que aqueles que olham “de baixo” para “os de cima” tendem a identificar mais homogeneidade entre eles, o que não corresponde necessariamente à percepção que os grupos de elite constroem sobre si mesmos. Estando na posição “de cima”, isso permite as elites identificarem horizontalmente diferenças posicionais entre elas e que as distinguem inter-

namente. Deste modo, as etnografias das elites podem contribuir para elucidar diferenças entre as elites e, sobretudo, o modo como os outros grupos as percebem. Por isto, de acordo com essa perspectiva, deve-se examiná-las a partir do próprio ponto de vista interno ao grupo, a fim de poder entender sua visão de mundo e suas relações sociais desde o seu “interior”. Corroborando esta ideia, Edward Hansen e Timothy Parrish observam que:

O papel das elites não pode ser inferido apenas a partir de critérios posicionais - quem ocupa qual posição, quem é casado com quem, quem pertence a qual clube e assim por diante. Seu comportamento deve ser observado diretamente ao longo do tempo. Esse é precisamente o domínio adequado da etnografia, uma das principais razões pelas quais acreditamos que a antropologia tem uma missão crítica a cumprir na resolução desse debate, e que a investigação etnográfica sistemática sobre a natureza das famílias e redes de elite ajudaria bastante a resolver uma questão obsoleta. (HANSEN; PARRISH, 1983, p. 261).

Existe hoje uma já razoável bibliografia dispersa em periódicos e coletâneas sobre o tema que se mostra ainda mais atual após a leva de recrudescimento autoritário no plano dos valores, associado ao ultraliberalismo numa combinação diferenciada em relação a outros períodos históricos recentes, e encontramos dispersas em páginas na internet proposições analíticas e elementos de divulgação. Não se trata aqui de fazer uma varredura ampla e profunda, mas sim de sinalizar as orientações básicas sobre a importância desse estudo, e que este dossiê traz nos textos que selecionou. Uma menção, no entanto, deve ser feita: boa parte dos estudos que se pode localizar nos periódicos em língua inglesa aborda as elites de países não europeus ou da América do Norte estadunidense e canadense. Ou seja, a assimetria que Nader propôs que enfrentemos criativamente é transferida para países (salvo pela extensa e dinâmica produção indiana) para a relação entre os países de onde se escreve em relação àqueles que se estuda. A situação muda radicalmente quando transferimos a visada etnográfica para “dentro” dos contextos sociais em que vivemos, como de algum modo tem sido a marca da antropologia produzida desde o Brasil.

## O ESTUDO DAS ELITES NO BRASIL

No Brasil, a produção de conhecimento sobre suas elites é significativa e, de certo modo, abrange uma quantidade bem maior de trabalhos e obras que não serão citadas, porque que não foram assim enunciadas e identificadas por seus autores como tais, por diferentes particularida-

des relacionadas à organização do campo das ciências sociais e de suas instituições no Brasil, mas que decerto constitui parte intrínseca da história das ciências sociais do país, em menor escala na antropologia. Não nos cabe apresentar uma lista exaustiva de todos esses exemplos, apenas destacar aqueles cujo tema, objeto e reflexões influenciaram as abordagens sobre as elites brasileiras contemporâneas, especialmente, após o processo de redemocratização e, de certo modo, “previram” certos desdobramentos futuros, cujos desfechos de alguns deles, estamos experimentando nesse momento<sup>7</sup>.

Em todo caso, não se poderia deixar de mencionar algumas referências importantes no âmbito do pensamento social brasileiro. Vários são os autores que, de forma implícita ou explícita, focaram o papel das elites no processo de formação e consolidação do estado nacional. Como convém ao gênero narrativo dos grandes intérpretes do Brasil, o fenômeno das elites foi tratado de forma abrangente e muito frequentemente através do gênero ensaístico, geralmente numa perspectiva histórica de longa duração, com ênfases variadas, a depender das matizações ideológicas de cada autor. Uma referência importante é o livro de Raymundo Faoro (1979), *Os Donos do Poder*, publicado em 1958. Fortemente influenciado pelo pensamento weberiano, o ponto de inflexão apresentado pelo autor brasileiro – grosso modo – é de que as elites nacionais podem ser qualificadas como estamentos (aristocráticos, eclesiásticos, forenses, militares e burocráticos), o que, segundo esta perspectiva compreensiva, tais estamentos converteram-se em “órgãos do Estado” a serviço de seus próprios interesses e vice-versa. Com isto, passaram a concentrar um poder minoritário em uma esfera institucionalizada mais ampla – que supostamente caberia à sociedade civil – o que os permitiram a exercer formas de controle, como também angariar benesses do Estado patrimonial e, em contrapartida, mobilizar recursos para se assegurar suas reproduções patrimoniais.

Na mesma linha compreensiva, Faoro publicaria, em 1974, o livro *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. De forma esquemática, poder-se-ia dizer que a pirâmide representava a estrutura vertical das classes (o trabalho braçal na ordem escravocrata, a exploração de pobres

---

<sup>7</sup> A redemocratização (1985-1989), como tal ciclo é denominado nas ciências sociais e na historiografia vem sendo designado, se entretenceu a muitos outros processos sociais complexos nos âmbitos governamentais e não-governamentais e seus limites podem ser estendidos ou comprimidos de acordo com a posição de que se olhe a vida pública brasileira. Se olharmos do ângulo das questões fundiárias ou indígenas, ainda que a Constituição permaneça fundamental, os marcos são integralmente diferentes e sinalizam para elementos que continuaram a restringir o pleno acesso à cidadania de múltiplos setores sociais, e a manutenção de padrões seculares de desigualdade. A literatura sobre tais múltiplos níveis e feixes de processos é ampla, seja nas ciências sociais ou na história. Para o sentido dicionarizado do emprego do termo na historiografia brasileira, ver Lamounier, 2010, em <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/redemocratizacao>. Acesso em 2/11/2021. Dentre muitos outros, veja-se D’Incao, 2001; Oliven, Ridenti e Marçal, 2008; Carvalho, Araújo e Simões, 2009; Arretche, 2018.

e parias mestiços livres assalariados) enquanto no seu topo se plasmava o dinheiro e o negócio, isto é, a mola propulsora da riqueza, representados por banqueiros, proprietários de terras (fazendeiros) e comerciantes<sup>8</sup>. Estes últimos, constituíam camadas intermediárias, bem como outros segmentos que ascenderiam socialmente por meio das relações de trocas de favores, consideradas a partir de então como uma prática estrutural da sociedade brasileira<sup>9</sup>.

No âmbito da produção acadêmica universitária, o tema das elites mobilizou também intelectuais de sensibilidades diversas, sobretudo uma geração que despontou na vida intelectual, a partir da década de 1960, em torno de pesquisas sobre as elites econômicas e empresariais no Brasil, especialmente nas áreas da sociologia, da ciência política, das relações internacionais e da história. Ao contrário das grandes interpretações anteriores, que caracterizam o pensamento social brasileiro, a produção do conhecimento universitário privilegiou recortes temáticos específicos, conferindo especial atenção à análise de dados empíricos, obtidos através de pesquisas sistemáticas. Como referências pioneiras nesta temática destacam-se os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso (1964; 1967), Luciano Martins (1968), Luiz Carlos Bresser-Pereira (1974), Renato Boschi (1977). Posteriormente, combinando a crítica sociológica com a ciência política, destacam-se as pesquisas de Eli Diniz (1978), Maria Antonieta Leopoldi (1984). Mais recentemente, vários sociólogos, cientistas políticos e historiadores vêm se debruçando e revisando o campo de estudo sobre as elites com enfoques diversificados, a exemplo de Paulo Roberto Neves Costa (2014), Renato Perissinotto, Adriano Codato (2014), entre outros. Trabalhos como os de Adorno (1988), Canedo (1998), dentre muitos outros, enfocaram diretamente processos de socialização essenciais na formação de elites políticas sobretudo ligadas ao patronato rural “tradicional” e suas formas de reconversão, bem como geraram espaços para se pensar na produção de grupos sociais que viriam a predominar no período da redemocratização, chamando atenção para dois aspectos que, numa agenda de pesquisas antropológicamente informada sobre as elites, mereceriam enfoque mais detalhado, extenso e cuidadoso: a circulação internacional das elites (CANEDO; ALMEIDA; GARCIA JUNIOR, 2004) e os mecanismos de financiamento de sua formação (CANEDO, 2009).

No âmbito da produção historiográfica, e com foco no período republicano e no tempo presente, aspectos diversos de formação das elites agroindustriais e financeiras encontra ampla acolhida e fornece material seguro para a pesquisa sobre a constituição e trajetória social de diferentes famílias, grupos e redes sociais, seus espaços de formação, suas formas de reprodução

---

8 Op. cit., p. 03-53.

9 Consultar Santos, W. G. (1978); Schwarz, R. “As ideias fora do lugar” (1992).

(MENDONÇA, 2010; CAMPOS; BRANDÃO, 2017). Uma estratégia metodológica profícua seria proceder a uma leitura de (auto)biografias, depoimentos, livros de memórias e registros desta natureza com o foco na autopercepção desses grupos sociais, em suas formas de reprodução e de transmissão de poder: afinal, falar de elites é indagar sobre mecanismos de formação de grupos sociais dominantes em diferentes cenários de estratificação social, sobre suas formas de (re)produção de prestígio, poder, ou para resumir e em última instância, entender os processos pelos quais se produzem hegemonias e reproduzem desigualdades sociais.

Na antropologia brasileira, o estudo das elites enquanto tais, a partir de enunciados a ela endereçados, não tem despertado interesse da maioria dos pesquisadores e, ao que parece, confirma as razões apresentadas por George Marcus. É importante assinalar que durante uma série de conferências proferidas por Michel Pinçon e Monique Pinçon-Charlot em diferentes universidades brasileiras, em 1997, os sociólogos franceses notaram que o público acadêmico brasileiro, embora tenha se mostrado aberto e interessado pelo tema das elites e da riqueza, não foi suficientemente capaz de se motivar por essa temática e empreender uma agenda sistemática de pesquisa. Segundo a interpretação de Pinçon-Charlot, os estudantes e antropólogos brasileiros, como os de outros países que visitaram, continuavam bem mais interessados em conhecer a desigualdade social de comunidades e bairros pauperizados do que as elites endinheiradas<sup>10</sup>.

Embora relativamente escassas na produção do conhecimento antropológico no Brasil, as elites, especialmente as que detêm maiores recursos financeiros, recentemente começaram a se tornar objeto de pesquisa, porém, sem autonomia heurística e, na maioria das vezes, aparecendo em abordagens difusas, relacionadas à governança, ao empresariado, à burocracia do estado, ao direito, à saúde, ao consumo, à moda, à gastronomia, à arte, entre outros.

Ainda que tivesse como foco a antropologia urbana, Gilberto Velho não deixou de ter desbravado uma vertente até então pouco habitual na antropologia brasileira, ao tratar, já na década de 1970, de segmentos das classes médias e altas da zona sul carioca. Embora o autor não tenha se manifestado explicitamente a respeito do tema das elites, tal interesse pode ser inferido pelo modo como ele desenvolveu seus estudos sobre as camadas médias urbanas, escolhendo aquelas mais abastadas e residentes na zona sul do Rio de Janeiro. Em suas duas monografias mais importantes, *A Utopia Urbana* (1973) e *Nobres e Anjos* (1975), Velho se debruçou sobre este segmento a partir de seus “estilos de vida”, conceito tomado de Simmel para discutir como neste contexto urbano do Rio de Janeiro, apesar de seu cosmopolitismo, a “construção da pessoa” se impunha à construção do indivíduo e do individualismo modernos, uma vez que

---

10 Ver “Sociologia da Alta Burguesia”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 9, n. 18, p. 22-37, jul./dez. 2007.

a distinção e o habitus, noções tomadas de Bourdieu, eram acionadas para manterem vivas as reputações dos nomes de família, alguns deles ilustres, que herdaram (capital social), de modo a que pudessem continuar a serem reconhecidas e identificadas como membros da elite, falar em nome delas e até mesmo adotarem estilos e padrões de consumo equivalentes. Em *Nobre e Anjos*, inicialmente tese de doutorado defendida em 1975 e publicada em livro vinte anos depois, o autor deixa evidente as muitas estratégias e os muitos jogos que envolvem o grupo social por ele investigado, buscando analisar as origens sociais – a maioria descendente de uma burguesia empresarial e de profissionais liberais – o uso de tóxicos associado ao estilo de vida, o hedonismo, a performatização da vida social desses grupos, as relações com a memória familiar e, sobretudo, com o investimento feito na chave da distinção e da hierarquia sobre as sensibilidades, emoções e corporalidades. Dentre os trabalhos produzidos a partir dessa profícua linha de estudos, há alguns que poderiam ser abordados sob a perspectiva de análise das elites *per se*.

Posteriormente e em direção parecida, outras pesquisas buscaram explorar dimensões subjetivas de camadas médias e altas em contextos urbanos, com focos direcionados para temas diversos. Dentre eles, destacam-se Luiz Fernando Dias Duarte que tangencia a temática das elites ao estudar a memória de quatro gerações de uma família brasileira de classe média abastada (2011) e outros temas correlatos por ele apresentados em reuniões acadêmicas e simpósios. Nessa linha de intenção, Heloisa Pontes, em alguns de seus trabalhos, busca também refletir sobre novas formas de subjetividades do morar entre camadas abastadas urbanas e seus sistemas de objetos (2018). Tendo como foco as elites brasileiras do final do século XIX e início do XX, Antonio Motta (2009) empreendeu uma vasta pesquisa etnográfica nos principais cemitérios oitocentistas em diferentes capitais do país. Neles o autor se propôs a identificar vários níveis de correlação entre formas tumulares e processos sociais, relacionadas às composições familiares e de parentesco entre elites endinheiradas que, de formas hierárquicas e distintivas, buscavam assegurar, como em vida, uma continuidade *post mortem* na ordem familiar por meio da preservação e reprodução de memórias genealógicas comuns através de edificações tumulares monumentais em que eram inumadas a família nuclear e suas gerações.

Não é a nossa intenção empreendermos aqui um levantamento completo de todos os livros, dissertações, teses, artigos, grupos de pesquisa dedicados ao tema das elites no Brasil no campo da antropologia. Contudo, não se poderia deixar de destacar arbitrariamente algumas iniciativas que têm como ponto de partida a pesquisa etnográfica, com recortes específicos em grupos de elites. Dentre elas, destaca-se o livro de Adriana Piscitelli, *Joias de Família*, inicialmente tese defendida na UNICAMP, em 2000, que busca examinar como a categoria gênero e parentesco interferem no processo de sucessão de grupos de elite empresariais ligadas às famí-

lias. A dissertação de Michele Andréa Markowitz, *Bancos e Banqueiros, empresa e famílias no Brasil*, defendida no Museu Nacional, em 2004. A tese de Katia Araújo (2006), no Programa de Antropologia da UFPE, sobre sistemas de objetos e valores distintivos na ambientação residencial de um segmento específico das elites no Recife como estratégia de reconhecimento e prestígio social. A tese de Diana Oliveira Lima, no Museu Nacional, e posteriormente publicada (2008) que trata do consumo e processos de estratificação social, tendo como foco principal as elites emergentes no Rio de Janeiro, publicada em 2008. A tese de Natacha Simeí Leal, defendida na USP, sobre a pecuária e suas elites, especialmente com foco nos leilões milionários do gado Zebu como forma de reprodução de elites do agronegócio, publicada em 2015. Sobre elites e práticas filantrópicas, destacam-se os trabalhos de Jessica B. S. Correia (2007) e Patrícia K. Silva (2016). A tese de Aline Lopes Rochedo (2021) sobre a produção de ancestralidade através da transmissão de joias de família; o trabalho de Alex Valait sobre etnografias da produção de filmes de casamento das elites (2021). Há, também, um conjunto amplo de trabalhos que focam aspectos de formação de segmentos específicos das elites de diferentes naturezas que detêm posição de relevo no exercício da vida política no país, a exemplo dos militares (CASTRO, 1990 e outros; LEINER, 1997; CASTRO; LEIRNER, 2009); dos diplomatas (MOURA, 2007); sobre espaços de formação intelectual e sobre cientistas sociais (GARCIA JR., 2004; 2013), dentre outros.

A partir de uma abordagem combinada entre a observação etnográfica, muitas vezes fundada na participação dos espaços estudados, e a pesquisa documental com visada antropológica, diversos autores desenvolveram extensas pesquisas informadas pela conjuntura da retomada da vida política democrática. Como já se pôde apontar (TEIXEIRA; SOUZA LIMA 2010), produziu-se uma antropologia *da política, do Estado* seja enquanto sua forma presentificada em políticas públicas (SOUZA LIMA, 2002; SOUZA LIMA; CASTRO, 2015; COMERFORD E BEZERRA, 2013, p. 465-489, dentre outros), sobre diversos aspectos do funcionamento do Legislativo que nos apresentam ao *ethos* “da classe política” para usar uma expressão de outros tempos (TEIXEIRA, 1998; BEZERRA, 1999), seja dos corpos técnico-burocráticos voltados para a regulação e controle social (MIRANDA, 2016). Um produto de significativa importância dessa linha de investigação, focada em agências da administração pública como atores e organizações sociais, em elites do ângulo de suas práticas cotidianas, é o estudo sobre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (TEIXEIRA; CASTILHO, 2020) que, dentre outras coisas, nos fornece um quadro valioso sobre os *ipeanos*, isto é, conjunto exemplar de pesquisadores e formuladores de políticas, uma via de investigação que descortina os contornos de elites estatais.

Com a criação do PPGA/UFF em 2004, professores, pesquisadores e alunos se reuniram em Núcleos de pesquisa, nos quais, embora nem sempre enunciados explicitamente nos projetos e teses, a questão das elites esteve sempre presente como um tema importante. O primeiro desses grupos, NUFEP<sup>11</sup> e, mais adiante, o InEAC deram continuidade às preocupações iniciais de Luís de Castro Faria (Pensamento Social Brasileiro) e Roberto Kant de Lima sobre a tradição inquisitorial no Brasil e sua continuidade (longa duração) nas instituições fundamentais do Estado brasileiro, privilegiando os órgãos relacionados ao Poder Judiciário, seus operadores, formação, bem como suas lógicas de atuação, dedicando-se também aos estudos das Polícias, suas formas de administração do conflito, ao mesmo tempo em que, na prática, efetuam a exclusão social<sup>12</sup>. Outro núcleo, NEMO<sup>13</sup>, foi pioneiro em relação aos estudos de consumo de forma explicitamente enunciada como Antropologia do Consumo. Neste contexto Laura Graziela Gomes e Lívia Barbosa deram início a trabalhos e orientações de teses acadêmicas que chamaram atenção para as práticas de consumo de grupos de elite ou a eles identificados, pontuando discussões sobre a relevância que os estudos de consumo possuem para o entendimento das elites e daquele novo momento que o Brasil atravessava ao se apresentar no cenário internacional como uma “sociedade de consumo”, característica pela qual muitos se referiram ao processo de abertura e de melhoria das condições de vida no país<sup>14</sup>.

É importante assinalar que os estudos antropológicos das elites, quando realizados a partir de recortes etnográficos localizados, podem lançar novas perspectivas de entendimento sobre a sociedade brasileira e, assim, contribuir, de forma inovadora, como ponto de partida reflexivo e de mediação empírica para a compreensão de novos fenômenos sociais, ainda pouco explorados pelos antropólogos. Além disso, o fato de as elites contribuírem para o aumento da exclusão e desigualdade sociais, especialmente na conjuntura política e econômica atual, é

---

11 NUFEP (Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa, 1994). InEAC (Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos, 2009), coordenado por Roberto Kant de Lima.

12 O conjunto dos projetos, pesquisas, produção bibliográfica e teses orientadas ao longo dos anos contribuíram e vêm contribuindo decisivamente para uma revisão radical da forma como a Justiça e as formas de administração de conflito no Brasil são representadas e praticadas por seus operadores. Tais pesquisas resultaram na formação de uma grande rede de pesquisa em nível nacional e internacional.

13 NEMO - Núcleo de Estudo da Modernidade (2004). Inicialmente, como atividade principal do Núcleo foram realizados os primeiros ENEC's (Encontros Nacionais de Estudos do Consumo (até 2016) e que contou com a colaboração de outras instituições e professores.

14 Na esteira de Boltanski e Bourdieu, levantaram a bibliografia internacional existente sobre consumo/consumismo moderno e se aproximaram dos segmentos profissionais de executivos e profissionais do marketing para melhor conhecerem as percepções e interesses que o ensino do Marketing possuía para as empresas e como eles estavam sendo formados nas Escolas de Negócios, tendo em vista a adoção dos padrões de gestão americanos e neoliberais.

outro aspecto a ser considerado.

Acompanhando uma tendência internacional mais geral, conforme sugerem alguns artigos reunidos neste Dossiê, observa-se que as elites brasileiras atuais se tornaram mais ricas do que as elites da primeira metade do século passado, engajando-se, cada vez mais no mercado financeiro<sup>15</sup>. Ao contrário do que ocorreu com muitas gerações de elites “aristocratizadas” do passado, boa parte das elites brasileiras atuais não herdaram riquezas nem tampouco capital simbólico de seus antepassados. Muitas das velhas e tradicionais elites desapareceram, cedendo lugar para novas elites que se diversificaram geograficamente, mais propensas ao ganho e acumulação rápida de riqueza através da especulação financeira, do agronegócio, da construção civil, de setores ligados à saúde, educação etc., o que comprovam alguns dos textos reunidos neste dossiê. É provável que as novas elites possuam também maior capacidade de se adaptarem às mudanças estruturais da economia, transferindo recursos para outros tipos de investimentos e, mais recentemente, através do pacto corporativo firmado com outros grupos de elites internacionais, mais consolidados, em prol da implantação de políticas neoliberais que as beneficiam.

Talvez, o dado novo é que alguns setores das elites brasileiras estejam atualmente bem mais conectados com os interesses do mundo globalizado, inclusive adotando como idioma oficial a língua das “commodities” do que com interesses coletivos e nacionais<sup>16</sup>. É provável que boa parcela das elites, sobretudo aquelas que possuem maiores recursos financeiros e influência nas decisões da política e da economia nacionais, insiram-se, de forma ambígua, em um entre-lugar que as permitam gravitar entre a submissão às regras do mercado e o desleixo cívico para com a coletividade, entre a garantia de seus privilégios e omissão de responsabilidade social, entre a civilidade que tanto preza e a miséria alheia que contempla à distância.

Com a pandemia este hiato ficou ainda mais evidenciado, na medida em que grande parte dela exigiu prerrogativas econômicas do governo para seus próprios benefícios e lucros privados, sem abdicarem de seus privilégios e nenhuma contrapartida com iniciativas e projetos de uma maior abrangência e inclusão sociais, o que nos leva a inferir – a partir do conjunto de textos reunidos neste dossiê – que a responsabilidade individual, como um dogma neoliberal, tem falhado e, como resultado, observa-se o rompimento de um pacto democrático e de civilização, sem precedentes na história do país, como sugerem as contribuições reunidas neste dossiê.

---

15 Como é o caso de Eduardo Saverin, acionista do Facebook que ocupa o 1o lugar na lista da Forbes para o Brasil. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/08/10-maiores-bilionarios-brasileiros-em-2021/>. Acesso em: 16 nov. 2021.

16 São muitos os trabalhos que sugerem esta direção, entre eles: Pohlmann, Markus.; Valarini, Elizângela. (2013); Aklair, L. (2001);

## EM QUE SENTIDO E DIREÇÕES UMA ANTROPOLOGIA DAS ELITES PODE NOS AJUDAR A PENSAR A ATUAL CONJUNTURA POLÍTICA DO PAÍS?

Quando há um ano os organizadores deste dossiê começaram a refletir sobre a temática proposta, o Brasil já destoava no cenário internacional como “um ponto fora da curva”. Conquanto o crescimento da ultradireita e do autoritarismo não seja fenômeno exclusivamente brasileiro – medrando em países onde se pode reconhecer democracias bem mais estabelecidas (p.ex. TEITELBAUM, 2017, 2020) – em nosso país, o processo de ruptura da institucionalidade democrática e do fraco esboço de um *Estado de bem-estar social* havia avançado vertiginosamente.

O chão social em que se deitam suas raízes já foi exaustivamente perscrutado na historiografia e no pensamento social brasileiro e não nos surpreende diante de evidências históricas que até hoje vêm produzindo disparidades seculares em nossa sociedade, então marcada por um desenvolvimento capitalista periférico assente sobre um passado colonial e escravista, por uma república nunca verdadeiramente universalista e por períodos em que tentativas de ampliação dos pactos de poder às frações de classe não hegemônicas sucederam-se períodos ditatoriais fortemente autoritários e explicitamente violentos.

Em 2016, encerrava-se um ciclo e um outro estaria porvir. O primeiro pode ser caracterizado pela retirada de quadros militares de diversas agências da administração, então acordado por meio de um acordo de redefinição entre políticos profissionais, empresariado e segmentos das Forças Armadas que compunham o bloco hegemônico no regime civil-ditatorial, o que conduziu à eleição (ainda que indireta) de presidentes civis, e que desembocaria no processo de elaboração de uma nova carta constitucional – nossa singularmente chamada Constituição-Cidadã de 1988 – que culminou na criação de novos partidos políticos e nas eleições diretas para presidente em 1989. Em 2013, insinuavam-se já os contornos de um novo ciclo que ficariam ainda mais explícitos na eleição presidencial de 2014, onde maioria do Partido da Social-Democracia Brasileira (oficialmente constituído em 1988) recusou-se a aceitar os resultados eleitorais, e sobretudo com a eleição da 55ª Legislatura do Congresso Nacional (2015-2019), com o impeachment da Presidente Dilma Vana Rousseff, e a eleição em 2018 de Jair Messias Bolsonaro. Ao longo deste período, com notável incremento a partir de janeiro de 2019, a coalisão no poder foi marcada por uma expressiva aliança entre setores sociais conservadores que trouxeram de volta os militares a postos da administração pública do executivo em números que ultrapassam

em muito aqueles do chamado período da ditadura civil-militar (1964-1985), compondo-se de uma singular combinação de práticas ultraliberais em termos econômicos de gestão do setor público com o autoritarismo de matriz fascista. O novo contexto é caracterizado pelo célere retrocesso no reconhecimento dos direitos fundamentais, em especial dos de segmentos sociais menos favorecidos, o que vem redundando no incremento das desigualdades de renda, com o crescimento do desemprego, da pauperização e da fome. No plano cívico-moral, some-se a isso o crescimento da intolerância no plano dos valores morais, e de sua operacionalização a partir de práticas como a censura implícita ou explícita operadas por processos crescentes de judicialização da vida cotidiana, com a crescente influência das religiões cristãs em seus aspectos mais conservadores na vida político-institucional brasileira, trazendo consigo retrocessos, intolerância, repressão e censura. Cresceu, por todo país, a franquia do exercício da violência física, a força e a extensão dos âmbitos de “domínio armado” (MIRANDA; MUNIZ; CORRÊA, 2020), com notáveis acréscimos de conflitos sociais de grande letalidade.

À época em que discutíamos a elaboração deste dossiê não havíamos ainda atingido o número de mais de 500 mil óbitos alcançados em 2021, porém, já era possível traçarmos prognósticos sombrios em relação à pandemia de COVID-19 para os meses seguintes. Não eram muito difíceis de serem feitos, afinal, como cientistas sociais e antropólogos estávamos acompanhando os esforços de nossos colegas da área de saúde para tentar reverter a escalada do desastre, especialmente no que se referia às providências para um plano de vacinação no país, contrariamente à insistência do Presidente da República em continuar propagando o “negacionismo”, ou seja, como alguns chamam, “a militância explícita em prol da expansão do contágio”, a “tese” da “imunidade de rebanho” sem vacinação, ignorando a posição de especialistas e médicos que se encontravam à frente de instituições de pesquisa, hospitais públicos e particulares e lidavam diretamente com a população crescente de contaminados com a Covid 19.

Com a precarização anterior do SUS já sob o governo Temer, concomitante ao descaso e ausência de políticas sanitárias, a destruição do Sistema Único de Saúde (SUS) foi inevitável junto a uma série de outras medidas que foram tomadas e vieram produzindo efeitos nefastos na vida social e política do país. Enquanto isto, o Executivo e Legislativo – majoritariamente ultraconservador – empenharam-se, não apenas em promover reformas institucionais, baseadas na supressão de direitos com foco na organização plural da sociedade, como também no contingenciamento de recursos públicos que tem acarretado, cada vez mais, a erosão do Estado. Setores do agronegócio, composto por diferentes grupos, com enraizamento social muito variado, desde remanescentes das velhas elites estritamente rurais até novos segmentos que recentemente enriqueceram, como a JBS e outros, até muitos empreendimentos de grandes

bancos, conglomerados internacionais como montadoras de veículos não mediram esforços, desde 2011-2012, para alterarem leis fundiárias e flexibilizar os processos de licenciamento ambiental, advogando em defesa da ampliação de limites legais para o desmatamento de terras e expansão de seus negócios<sup>17</sup>.

Em todas as instâncias governamentais, havia a construção de alianças urdidas entre setores empresariais, ligados à exportação de commodities e ao capital financeiro de bancos privados com o objetivo de financiar campanhas eleitorais de representantes do agronegócio, de setores de extração mineral, de “milicianos” de grandes centros urbanos, assim como de parlamentares evangélicos, como ocorreu no último pleito eleitoral para o Congresso Nacional (Câmara e Senado). Fincadas em estratégias corporativas, foram também se organizando. Embora a organização de frentes parlamentares como tais seja dos anos 1990, e suas atuações se iniciaram de fato em torno da Constituinte, destinando-se a inscrever no texto constitucional os interesses desses setores sociais, elas passaram a ter uma atuação após 2016 em torno de objetivos e interesses comuns relacionados à predação dos direitos sociais conquistados, uma vez fortalecidas pela virada conservadora, especialmente diante do crescimento em número de parlamentares, em poder de articulação e em associativismo da chamada bancada evangélica aliada aos segmentos católicos conservadores no Congresso Nacional – cujo ataque frequente ao reconhecimento de direitos sexuais e reprodutivos, com projeto de lei em tramitação no Congresso vêm ameaçando garantias legais já conquistadas (MACHADO; MOTTA, 2019).

Tal posicionamento tem se exprimido claramente através dos pronunciamentos da atual ministra, uma pastora evangélica que ocupa a titularidade do recém-criado Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos<sup>18</sup>. Uma das tônicas recorrentes em seu discurso é o combate ao feminismo, à criminalização do aborto, a suposta “ideologia de gênero” nas escolas e uma série de outros julgamentos morais que em suas narrativas públicas se convertem em valores imutáveis, de base e conversão religiosa, a serem aplicados às políticas públicas contrárias à diversidade. O campo da educação também não difere do panorama restante. Com a Proposta de Emenda Constitucional 55 (PEC), que congela as verbas para os três poderes por um período

---

17 Para a heterogeneidade do que se chama agronegócio e a ação política mais recente de seus quadros na busca de desmontagem de direitos socioambientais e mecanismos de constituição de terras indígenas e, quilombolas e reservas ambientais, ver Ribeiro Neto, 2021, e neste volume; Rauber, 2021, dentre outros. Em matéria jornalística Arroyo (2021) mostra o espectro dos financiadores da Frente Parlamentar da Agropecuária, e vemos que a idade de elites estilo do velho patronato rural brasileiro de base familiar, quando não é quimera fruto da pouca sobre a complexidade das questões rurais no país hoje, são partes de articulações transnacionais que pouco ou nada guardam da imagem da “casa grande”. Para as configurações entre capital financeira e setor agroindustrial, ver Kato e Leite, 2019; Michelotti e Siqueira, 2019, dentre muitos outros.

18 Ver o texto de Lobo e Cardoso, neste volume

de 20 anos, o setor da Educação foi atingido drasticamente diante da corrosão imediata das condições do trabalho docente nas universidades públicas. A situação se tornou ainda mais crítica devido a novos cortes orçamentários do Ministério da Educação em repasse às Instituições de Ensino Superior públicas, ameaçando o fechamento de muitas delas, além de sérios prejuízos para pesquisas em andamento, como também inviabilizando perspectivas futuras no campo da produção científica. Radicais cortes orçamentários ameaçam também o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), uma das principais agências de fomento federais responsável pelo financiamento das pesquisas no sistema universitário nacional, assim como enfraqueceu consideravelmente a capacidade operacional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja centralidade na formação de nossas elites técnico-científicas é altamente reconhecida, tornando-a ademais objeto de disputas entre facções políticas do atual governo federal<sup>19</sup>. Diante disso, como efeito dominó, a educação fundamental se viu igualmente impactada pelo cerceamento da liberdade de expressão e violação de direitos. Entre as contranarrativas existentes no senso comum dos grupos neoconservadores, despontou a da “escola sem partido”, um movimento ideológico que se insurgiu em 2014, mas só ganhou notoriedade na conjuntura política atual, e que se propõe, através de seus militantes, acusar e pregar o fim de uma suposta “doutrinação” de esquerda associada ao comunismo e à “ideologia de gênero” dentro das escolas e universidades<sup>20</sup>. Acusações de cunho ideológico atribuídas à atividade intelectual em seu conjunto, como o ensino e a pesquisa tornaram-se variadas e proporcionais à intensidade e objetivos com que militantes desse movimento “escola sem partido” buscam atingir e desqualificar a reputação científica das universidades públicas e da imagem de seus docentes (MACHADO; MOTTA, 2019).

No âmbito das relações internacionais, a diplomacia brasileira, que havia se tornado uma referência importante no trato e avanço de questões geopolíticas, direcionadas à América Latina e alhures, tornou-se também motivo de escárnio nos principais fóruns internacionais devido a condução de uma política diplomática retrograda e conservadora assumida pelo então chanceler que na época desmontou boa parte dos quadros do Itamarati, obrigando muitos embaixadores e diplomatas de carreira a se aposentarem. O mesmo cenário conservador alcançou igualmente o campo da cultura. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a extinção do Ministério da Cultura (MinC), que foi incorporado ao recém-criado Ministério da Cidadania. Este ministério absorveu dois órgãos anteriormente vinculados ao MinC: o Instituto do Patrimônio Histórico

---

19 Ver o texto de Azevedo e Dutra neste volume

20 Ver, por exemplo, Lima e Hyppolito, 2019; Severo, Gonçalves e Estrada, 2019.

e Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). As políticas culturais, voltadas para promoção da diversidade cultural, encontram-se paralisadas enquanto no âmbito do patrimônio cultural há um violento desmonte que atinge o principal órgão que é o IPHAN. O processo de desmonte no campo da gestão pública da cultura se acelerou vertiginosamente e suas políticas culturais passaram a ter um papel secundário ou até mesmo inexistente. É importante observar que as políticas do atual governo têm se revelado cada vez mais tendenciosas, marcadas não apenas pela desarticulação das políticas culturais, até então vigentes, como também pelo aparelhamento das instituições culturais visando reconfigurá-las segundo os moldes ideológicos adotados, na maioria das vezes, baseados no neoconservadorismo, reagentes a todos os avanços anteriores, o que tem afetado praticamente todas as instituições culturais do país (MACHADO; MOTTA, 2019).

Se fizemos este breve relato foi para reafirmar a constatação do retrocesso como um fato empiricamente comprovado, e para assinalar que diante dele, o momento não deixa de ser também oportuno para enfatizarmos no âmbito da Antropologia feita no Brasil os estudos sobre as elites regionais, nacionais, até mesmo internacionais e sua ação na atual conjuntura brasileira. Isto porque grande parte dela foi participante e responsável pelo suporte a regimes autoritários no Brasil, assim como pelo desmonte recente do projeto de construção de um Estado de bem-estar-social no Brasil, que não chegou a se estabelecer como tal senão para setores muito restritos da população, mas deixando entrever a possibilidade de tornar-se factível de ser atingido, caso os governos seguintes se empenhassem em dar seguimento a ele<sup>21</sup>. Tal fato tornou-se evidente quanto mais examinamos a rapidez com que os governantes a partir de 2016 agilizaram a promoção das reformas institucionais baseadas na desregulamentação e flexibilização do trabalho, na supressão de direitos sociais da população em geral e privatização do estado, em proveito de interesses individuais e corporativos ligados à liberalização do capital financeiro nacional e internacional.

Além disso, no contexto global, embora as elites financeiras tenham incorporado setores que vêm se expandindo consideravelmente, provenientes da indústria de alta tecnologia do Vale do Silício, dentre outros segmentos, a concentração de renda continua em termos de 1% entre os mais ricos, o que demograficamente comparado aos quase 8 bilhões de habitantes no planeta, faz dele um grupo ultra minoritário e exclusivo que mobiliza recursos diversos de poder e de

---

21 Para uma referência fundamental na articulação entre elites empresariais e militares na elaboração do golpe que estabeleceu o regime ditatorial civil-militar no Brasil, ver Dreifus, 1981. Para relações históricas de famílias da alta burguesia brasileira com ramos específicos da atividade econômica, ver Campos e Brandão, 2017. No sentido da importância de estudo do Estado brasileiro no presente momento, em especial a partir de 2019, Ver Souza Lima & Facina, 2019.

privilégios a cada dia mais amplos<sup>22</sup>, pondo por terra todos os atributos éticos sobre os quais se assentavam alguns princípios do capitalismo moderno, ao ponto de se transformar em inimiga de sua própria espécie, bem como ameaça permanente para a vida do planeta, especialmente por instituir a “sociedade de risco” como regra para todos os outros seres vivos que não fazem parte do pequeno e restrito clube do qual participa esta minoria social.

No caso brasileiro, não é novidade que alguns grupos da elite sempre estiveram identificados aos interesses extrativistas de setores sociais hoje fortemente representados na administração pública estatal, buscando assegurar sua participação no poder de decisão e comando da economia e do mercado. Embora os governos anteriores progressistas tivessem conseguido fazer um acordo em prol de uma ação estatal mais baseada na singular relação entre democracia representativa e participativa plasmada na Constituição de 1988, por várias razões este pacto democrático foi abruptamente interrompido, talvez porque alguns destes grupos dirigentes, por meio de uma imprecisão quanto às responsabilidades de cada um, acabou optando por reafirmar uma perspectiva homogênea das elites em comparação com a diversidade dos grupos subalternos, sugerindo que diversidade e alteridade eram atributos “dados” e exclusivos das camadas subalternas. Ocorre que um dos muitos “recados” recebidos das ruas em 2018 foi que essa associação era equivocada, pois o que houve foi a constatação empírica de que havia muitos grupos subalternos que se identificavam com candidatos das elites, como é o caso do atual Presidente da República. Um dos desconfortos sociológicos é a própria noção de campo progressista no Brasil, se ela é pertinente ou não, na medida em que seus contornos são bastante frágeis e variáveis, conforme as ocasiões. Logo não é de admirar que para muitos, Bolsonaro, ex-capitão, uma vez ungido por generais de 4 estrelas, além de ter estudado na AMAN, tenha sido identificado por grupos das elites como parte delas e ser apoiado por elas no segundo turno, ao mesmo tempo que isso também não impediu de ser identificado como uma liderança popular por boa parte das camadas subalternas.

Os trabalhos reunidos neste dossiê confirmam que o poder das elites brasileiras não havia diminuído, diferentemente do que vaticinou, de forma otimista, o economista Bresser Pereira ao analisar o efêmero período de avanço democrático que chegou a conhecer a sociedade brasileira, a partir de 1985. Segundo a perspectiva do autor, a sociedade civil constituída dependeria cada vez menos das elites e cada vez mais de suas próprias escolhas e decisões políticas quanto à definição dos rumos do país<sup>23</sup>. Todavia, o que se tem observado é um movi-

---

22 Ver Piketty, 2014, para o cenário internacional, e Souza, 2018, para o caso brasileiro.

23 Bresser Pereira, Luis Carlos. Pobres elites iluminadas. *Estudos Avançados*, 14 (38) 2000, São Paulo, p. 235-246.

mento inverso em que muitos representantes das elites voltariam a ocupar a cena pública para a obtenção das reformas econômicas então almeçadas, motivadas por interesses pessoais, vantagens e recursos que costumam mobilizarem para a manutenção e expansão de seus negócios e influências políticas.

Como deixam entrever os artigos aqui reunidos, o que talvez tenha mudado sejam a composição e o lugar que ocupam essas novas elites. Diferentemente do passado, suas origens provêm de outros setores emergentes na economia do país e, por conseguinte, suas atuações são difusas, articuladas em redes mais dinâmicas e voláteis com alcances diferenciados, em esferas regionais, nacionais e transnacionais. Não foi sem motivo a escolha da imagem que ilustra este Dossiê. Trata-se da obra do artista plástico João Câmara – gentilmente cedida por ele para esta publicação – intitulada “*O Baile da Ilha Fiscal*” (1979)<sup>24</sup>. Nela o autor retrata personagens icônicos da elite carioca dos anos de 1950 e 1960, em clara alusão ao chamado “café society”, expressão norte-americana popularizada na crônica social brasileira e que, para além do seu senso comum, serve para designar o trânsito e sociabilidade de personagens das “velhas elites” (de patronímicos aristocráticos e capitais sociais consolidados) com frações de novas elites urbanas abastadas, provenientes do comércio, da indústria e dos bancos que ascendiam socialmente, além de artistas e celebridades, que ambicionavam prestígio, notoriedade e distinção sociais. A alegoria pictórica de João Câmara, com clara alusão ao evento histórico de 1899 e ao quadro *Último Baile da Ilha Fiscal* (1905) de Aurélio de Figueiredo, pode, entre outras possíveis interpretações, sugerir o fim de uma era e a transição para um novo momento político e econômico entre as elites brasileiras e, sobretudo, o lugar que elas ocupam na contemporaneidade.

Poderíamos tomar como contraponto da representação plástica do *Baile da Ilha Fiscal* o registro em vídeo de uma cena que poderia ser aparentemente cômica caso não expusesse explicitamente os seus propósitos, mas que, de certo modo, metaforiza de modo significativo as atuais elites brasileiras e suas novas subjetividades neoliberais. Sem correspondência aos signos distintivos do “Último Baile”, o que se observa é o grotesco como cânone estético do atual regime. Referimo-nos ao jantar oferecido na residência de Naji Nahas<sup>25</sup> em São Paulo, cujo vídeo postado na internet em 14/09/2021<sup>26</sup>, tornou-se tema do noticiário político nacional.

24 João Câmara participaria da XV Bienal de São Paulo como *O Baile da Ilha Fiscal*, conjunto de um painel principal (imagem que ilustra o Dossiê) e cinco litografia alusivas as elites cariocas da série *A Caravana Uiva*. Na imagem principal o personagem-chefe é representado pelo cronista social Ibraim Sued tendo como coadjuvantes figuras lendárias do Café Soçaite Carioca da época.

25 Personagem bastante conhecido do mercado financeiro no Brasil. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=U6hK\\_arjH4I](https://www.youtube.com/watch?v=U6hK_arjH4I). Acesso em: 25 set. 2021.

26 Vídeo da imitação de Bolsonaro no jantar: <https://www.youtube.com/watch?v=lqvxFelS7al&t=2s>. Acesso em: 25 set. 2021.

Em primeiro lugar, convém notar que o jantar em si não nos surpreende se passarmos em revista a história da vida social e política do país, sobretudo no período a que nos referimos como os “anos dourados” do “café soçaite”, até porque festas, mesas e comensalidade sempre serviram como pretexto para que as elites nacionais exercitassem e encenassem o poder que representam, ao mesmo tempo em que também tomassem decisões políticas que as beneficiassem. Em nossa historiografia não são poucas as referências à ostentação do notabilizado Baile da Ilha Fiscal, que marcou a transição do Império para República. Posteriormente, em nossa historiografia, não faltam alusões a outras recepções e jantares igualmente suntuosos no Palácio do Catete no Rio de Janeiro, então capital da República em pleno Estado Novo, em que se reuniam representantes das velhas elites e de outros clãs da burguesia nacional da época. Um pouco mais adiante, a cena de poder e de decisões seria transferida para Brasília, tendo como palco os salões do Palácio da Alvorada, desta vez representada pelo alto escalão das forças-armadas e destacados membros das elites burocrático-capitalistas.

Porém, o dado mais revelador dessas encenações não se prende exatamente às recepções oficiais oferecidas pelos chefes de Estado brasileiros, mas, sobretudo, os jantares realizados nas residências privadas de grandes empresários, banqueiros, políticos e outros segmentos importantes das elites brasileiras, notadamente no eixo Rio/São Paulo. Não é por acaso, que o gênero jornalístico que se convencionou chamar de crônica social, especialmente em sua fase áurea, nos anos de 1950, 60 e 70, tornou-se fundamental para entendermos grande parte da vida política nacional, uma vez que ilustrava com detalhes quase etnográficos encontros de sociabilidade e negociações ao redor de grandes mesas e de seus estratégicos convivas<sup>27</sup>. Embora fizessem parte da vida social mundana, estes jantares possuíam importância política e não foram poucas as ocasiões em que colunistas sociais se arriscaram, ao cumprirem com o dever cívico de registrarem informações importantes relativas ao poder e decisões das elites, deixando vislumbrar nas entrelinhas de suas colunas semanais, dados significativos, mensagens subliminares que vinham associados aos “simbolismos do poder” e ao “poder dos simbolismos”, mas que ao olhar de leitores mais atentos permitiam que inferissem as negociações e partilhas de interesse realizadas à mesa, envolvendo destacados personagens das elites brasileiras.

Talvez o dado novo, exposto na emblemática cena do jantar, é que ele ocorreu na residência de Naji Nahas<sup>28</sup>, membro de uma elite financeira e em um dos piores momentos da

---

27 Vale lembrar algumas referências icônicas desse gênero narrativo, especialmente na imprensa carioca, como Zózimo Barroso do Amaral (Jornal do Brasil), Ibrahim Sued (O Globo), Hildegard Angel (O Globo), entre outros.

28 <https://www.seudinheiro.com/2020/colunistas/seu-mentor-de-investimentos/naji-nahas-o-especulador-que-quebrou-a-bolsa-do-rio/>. Colocamos este link propositalmente, porque é do UOL, portal da Folha de São Paulo.

economia brasileira, pouco menos de um mês antes do vazamento dos documentos intitulados “Pandora Papers”<sup>29</sup>, nos quais consta o nome do Ministro da Fazenda, Paulo Guedes e de outros convivas que se fizeram presentes no referido ágape, incluindo grandes empresários devedores de impostos<sup>30</sup>. O vídeo postado em várias redes sociais, revela sem maiores constrangimentos os objetivos políticos do encontro, da mesma forma também que expõe negociações em benefícios próprios envolvendo acordos sub-reptícios. Ao invés da troca de conversa entre homens públicos, vê-se um comediante, herdeiro de um poderoso conglomerado midiático, mimetizar o próprio Presidente em meio ao riso e aprovação dos demais convivas. Neste sentido, as contribuições ora enfileiradas neste Dossiê totalizam um conjunto de reflexões que buscam sobretudo revisitar e apontar novas perspectivas de entendimento e de compreensão das elites no Brasil, a partir de uma perspectiva antropológica.

## **TEMAS E PROBLEMAS PARA UMA AGENDA DE PESQUISAS SOBRE AS ELITES NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Entre o recebimento dos textos, as leituras e a preparação final dos originais que integram este Dossiê, discutimos algumas vezes como organizaríamos o conjunto das contribuições já que a cada dia a situação política do país nos surpreendia. As evidências empíricas eram muitas e, diante delas, não tínhamos dúvida de que havia necessidade de emprendermos um estudo em perspectiva etnográfica sobre as elites que ora se fazem proeminentes no espaço social e político brasileiro, assim como de suas conexões regionais, nacionais e transnacionais. Isto se faz de suma importância para se compreender o momento em que vivemos, o lugar do Brasil no cenário geopolítico atual para que possamos imaginar futuros possíveis. Cada um dos textos aqui apresentados nos aponta para segmentos de um determinado bloco no poder, como também para processos de construção dos grupos privilegiados na conjuntura política nacional, carregando consigo uma ampla bibliografia sobre seus campos temáticos específicos.

Deste modo, o texto de Andréa de Souza Lobo e de Maria Eduarda Cardoso nos coloca diante do espaço conquistado efetivamente no governo atual – mas construído há longo

---

29 <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58786545>.

30 Jornal da TV Cultura aponta que o Brasil é o quinto país com maior quantidade de pessoas citadas no Pandora Papers. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rexPtJP17zc>. Acesso em: 08 out. 2021.

tempo, com ênfase no segundo mandato de Dilma Rousseff – do neoconservadorismo cristão (católico mas sobretudo neopentecostal) com a criação do *Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos*, entregue à advogada e pastora Damares Alves que, ao tornar-se Ministra de Estado, tornou-se, desde então, uma de suas colaboradoras mais fiéis e estáveis da atual presidência da república. Com grande centralidade na configuração atual e com pouca visibilidade negativa diante das mudanças na estrutura da administração pública e em políticas governamentais anteriormente pré-estabelecidas, com a ampla – e pouco divulgada pela grande imprensa – prevalência de valores morais “cristãos”, tem demonstrado que a “Mulher” e a “Família” constituem domínio e objeto dos mais disputados tanto mais diante do que tais temas representam na esfera pública brasileira. Assim, tendo em vista os progressos obtidos em décadas e anos anteriores pelos movimentos sociais, feministas e dos direitos humanos em relação às questões de gênero, ao tema do aborto e do casamento igualitário, as autoras ao proporem fazer um mapeamento dos projetos, processos e dinâmicas instituídas durante a gestão da atual Ministra, tocam nas questões de gênero, família e, mais ainda, na disputa moral em torno delas como instrumento de dominação política, e sobretudo espaço privilegiado de adesão de partes importantes das classes médias.

O texto de Piero Leirner traz para o dossiê outro segmento social de significativa importância na configuração do Brasil republicano, e em especial do presente governo – os militares. Leirner apresenta-nos a uma série de eventos em curso, de origem heteróclita e de caráter “híbrido” dos procedimentos empregados, envolvendo sobretudo militares, parlamentares e operadores do direito. Com base numa etnografia inovadora porque multifacetada, envolvendo a utilização e o acompanhamento de seus interlocutores nos ambientes digitais, em tempo real, ao sabor dos acontecimentos, das postagens e das repercussões que provocam nas redes sociais, o autor demonstra como o atual governo utiliza-se da estética do grotesco, da disputa de narrativas, do sequestro de pautas caras aos adversários políticos, de *fake news*, *robots*, seguindo uma espécie de repertório maleável pelos militares conceberam seu projeto de retomarem um protagonismo no exercício do poder executivo. A este projeto/repertório se combina a ação autorreferida dos demais atores envolvidos, resultando neste “pacto contracivilizatório” em relação ao projeto político democrático oriundo da Constituição Cidadã de 1988, fazendo do Brasil - “país do futuro” - o mais novo laboratório de experimentações políticas para “o mundo por vir”.

Já os três textos que se seguem detalham mais claramente, e de diferentes ângulos, aspectos de uma parte daqueles que “pagam a conta” do presente governo e mostram aspectos que vinculam as elites de base agrária no Brasil. Forjam num elo fundamental entre o passado de

predomínio da *plantation* senhorial, de origem escravista à moderna agroindústria do modelo de exportação de commodities (onde também está a exploração mineral e modalidades variadas de exploração de recursos vegetais) que se generalizou na América Latina em articulação com demandas do mundo globalizado, articulação que Maristella Svampa (2019) propõe tratar como *neoextrativismo*.

Caio Pompeia contribui no dossiê com a análise de uma ampla e complexa malha de atividades e segmentos sociais que se enfeixam sob a categoria social do agronegócio, mostrando sua historicidade e profundidade temporal de sua articulação nada recente, ainda que muito potencializada no governo atual, descortinando seus espaços de articulação, a sua “fome por terras” que determina uma ação predatória sobre direitos ambientais e etnicamente diferenciados no plano fundiário<sup>31</sup>. Baseando-se em extensa pesquisa de campo em instituições do associativismo ruralista, no Congresso Nacional e em entrevistas com políticos, técnicos e empresários, que deu origem a um livro (POMPEIA, 2018), mostra-nos como essas elites assomam a uma posição dominante no campo político e econômico brasileiro. A contrapelo das mudanças ao longo dos anos da redemocratização, que lentamente implantaram uma preocupação socioambiental na administração pública brasileira, deslinda a complexa concertação política entre setores distintos, no sentido de uma cada vez maior aproximação dos mesmos a posições da ultradireita.

Com a contribuição de Valdênio Freitas Meneses, podemos revistar a literatura dos “Estudos rurais” no Brasil, para vermos progressivamente desentranhada a presença das elites rurais de diferentes momentos e matizes, com foco na proposição de uma agenda de pesquisa sobre elas. O autor mostra como o foco dos estudos tendo incidido nos “dominados” no mundo rural, com inequívoca eficácia em diversos planos, deixou muitas vezes um vazio sobre a heterogeneidade, complexidade e mudança histórica dos setores dominantes, e hoje com larga presença na coalisão cada vez mais dominante no controle dos poderes governamentais. Longe de propor se estabelecer uma abordagem “simpática” a tais setores, Meneses sinaliza para a importância de se perceber “as elites e classes dominantes também é produzir desencantamentos sobre formas profundas de dominação de uma sociedade, efeito esse inerente às melhores tradições de conhecimento das ciências sociais”. Se como consistentemente mostra o autor, esse tema esteve presente ainda que diluído, cremos que a proposta que nos traz é parte essencial do estabelecimento de uma antropologia das elites no Brasil.

---

31 É importante lembrar que Tereza Cristina Correa da Costa Dias, atual Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e importante *player* no jogo da Frente Parlamentar da Agropecuária compõe, juntamente com Damares Alves, a dupla de “mulheres fortes” (e pouco visíveis) do governo instalado em janeiro de 2019.

Raquel Ferreira Simiqueli, Henri Acselrad, Juliana Neves Barros, Fabrina Pontes Furtado e Wendell Fischer Teixeira Assis trazem a questão do neoextrativismo e os efeitos e danos sociais sobre a dimensão ambiental, mostrando-nos as complexas cadeias de interesses e ideologias que permitem a articulação entre uma mentalidade econômica neo/ultraliberal e o autoritarismo crescente na esfera pública no Brasil e alhures. Dentre outros movimentos, o texto, marcado por uma visada mais sociológica e de síntese entre pesquisas, mostra-nos que a articulação “...entre corporações, cientistas por elas financiados e *think thanks* conservadores no esforço de descaracterizar consensos científicos passa pela defesa do livre-mercado contra qualquer regulação e monitoramento das atividades empresariais pelo Estado, impedindo que evidências produzidas no campo científico repercutam no campo político”, o que nos aponta para outro eixo fundamental de uma agenda propriamente da antropologia para estudos das elites no poder, em estreito diálogo com uma ampla gama de outras ciências. O texto, por fim aponta, como os variados e complexos movimentos produzidos a partir de campos sociais muito distintos constituem esse capitalismo neoextrativista e a mentalidade que os acompanha, numa singular reatualização da proposta de análise das ideologias e práticas de um capitalismo autoritário no Brasil (Velho, 1976).

Rafael Malhão aborda em termos antropológicos um fenômeno fundamental sobre as responsabilidades envolvendo o *habitus* e as formas de sociabilidade dos “ricos” em situações de risco e que, uma vez combinadas às suas percepções hierárquicas e excludentes no contexto nacional, contribuíram para que a pandemia se propagasse mais rapidamente no país. Ao mesmo tempo em que corroborou o “negacionismo” do governo, essa atitude demonstrou ao final ser fatal, tanto para a propagação do vírus entre os próprios membros das elites e demais grupos com os quais mantém relações, incluindo empregados domésticos, quanto para elevar rapidamente o número de óbitos no país. A este respeito, é importante reiterar que tais festas de casamento, noivado e outras comemorações entre as elites nacionais brasileiras que, mais adiante, provaram ser focos da propagação do vírus e causa dos óbitos de elites abastadas no Rio de Janeiro e em outras capitais do país foram noticiados pela mídia no decorrer de 2020. Tal reflexão enseja a vertente de uma possível agenda de pesquisas sobre os modos de sentir e agir das elites, carregando importantes sentidos políticos, éticos e simbólicos à nossa pauta de investigações.

Numa abordagem pautada em uma antropologia histórica dos processos de formação de Estado, Caio Gonçalves Dias nos leva a outra seara e outra escala espacial e temporal. Ao se propor analisar uma missão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) ao Brasil em meio ao período de endurecimento do regime civil-ditatorial

ao Brasil, voltada para averiguar a situação das “políticas culturais” no Brasil, o autor traz para análise a conexão entre elites de tempos distintos, ao analisar a forma em que tal missão geraria subsídios para a criação futura de um Ministério da Cultura, que vimos ser praticamente extinto após 2016, para sê-lo após 2019. Aqui, surgem também as articulações em escala internacional sem as quais não entendemos a formação e importância do Brasil no cenário global, já que em certos campos sociais – como o cultural – a descrição de um espaço eminentemente “nacional” para a análise mostra-se limitada. Por outro lado, considerando-se a importante presença de intelectuais brasileiros na Unesco, vemos os elos entre gerações de elites intelectuais de diferentes momentos da história brasileira, e seu projeto comum em prol de fomento da “cultura” no país, hoje amplamente redimensionado. Aqui a etnografia documental é o instrumento analítico por excelência e o diálogo com as teorias das elites mostra mais uma vez seu significado e proficuidade.

Por fim, mas não menos importante, Leonardo Azevedo e Rogéria Dutra nos remetem também à reflexão sobre os processos pelos quais formaram-se, em circulação internacional, elites intelectuais e científicas, estudo dos mais relevantes considerando-se o que vem sendo chamado de “negacionismo” da ciência, o descuro quando não o ataque às instituições de fomento e regulação da formação e da produção científica encontram-se em ponto crítico na história brasileira desde 2016, sobretudo, ainda que grandes cortes de verbas tenham sido realizados antes. Partindo de entrevistas com indivíduos que realizaram o doutorado completo no exterior no período de 1999-2014, com bolsas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES), portanto os que receberam as maiores somas em recursos sob a forma de bolsas, colocam uma questão fundamental, considerando-se a ainda hoje enorme desvantagem do país em relação a outros de economia menos pujante, face aos desafios da disseminação de uma cultura científica e da inovação tecnológica: em que medida, diante do quadro que vivemos e do perfil das outras elites que estão no poder hoje podemos pensar nestes quadros científicos como uma elite, já que enquanto tal são fortemente – no caso brasileiro – dependentes da iniciativa estatal. E aqui, nossa agenda de pesquisa volta-se inapelavelmente a nós mesmos, cientistas (em especial os que como as e os praticantes da antropologia, da sociologia e da ciência política) em geral, e das humanidades em especial e nosso papel da (com)figuração nacional que nos trouxe ao tempo presente.

Esperamos que com este dossiê – em suas diversas vertentes – possamos contribuir para a expansão das pesquisas sobre elites desde o ângulo da antropologia, pois se os desafios são muitos, os trabalhos aqui coligidos mostram alternativas teóricas, metodológicas e posturas éticas que nos fazem ver a proficuidade e importância dessa ordem de investigações. O entendi-

mento do cenário contemporâneo, em que o crescimento das desigualdades de concentração de recursos não para de crescer e, em contrapartida, não se tornará inteligível sem tal abordagem.

## REFERÊNCIAS

1. ABBINK, Jon; SALVERDA, Tijo (ed.). **The Anthropology of Elites: Power, Culture, and the Complexities of Distinction**. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
2. ADORNO, Sérgio. **Os Aprendizes do Poder: O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
3. ALDRICH, Nelson. **Old Money: The Mythology of America's Upper Class**. New York: Allworth Press, 1997.
4. AKLAIR, Leslie. **The transnational capitalist class**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.
5. ARAÚJO, Kátia Medeiros de. **Consumo e reconhecimento social: a valorização do morar bem entre novas elites do Recife**. Tese. 2006 (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2006. (mimeo).
6. BEAVERSTOCK, Jonathan. “Transnational elites in global cities: British expatriates in Singapore’s financial district.” **Geoforum**, n. 33, v. 4, p. 525–538, 2002.
7. BEAVERSTOCK, Jonathan; HUBBARD, Philip; SHORT, John Rennie. “Getting away with it? Exposing the geographies of the super-rich.” **Geoforum**, n. 35, p. 401-407, 2004.
8. BALTZELL, Edward Digby. **The Protestant Establishment: Aristocracy and Caste in America**. New Haven: Yale Univ. Press, 1987.
9. BELLIER, Iréne. “A Europeanized elite? An anthropology of European Commission officials.” **Yearbook of European Studies**, n. 14, p. 135-156, 2000.
10. BERGERON, Louis. **Les Rothschild et les autres: Les Gloire des Banquiers**. Paris: Perrin, 1991.
11. BEST, Heinrich; HIGLEY, John (ed.). **Democratic Elitism: New Theoretical and Comparative Perspectives**. Leiden and Boston: Brill, 2010.
12. BEST, Heinrich; BECKER, Ulrike (ed.). **Elites in Transition: Elite Research in Central and Eastern Europe**. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden GmbH, 1997.
13. BEZERRA, Marco Otávio. **Em nome das “bases”:** política, favor e dependência

- peçoal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 1999.
14. BOLTANSKI, Luc. **Le Cadres**: La formation d'un groupe social. Paris: Minuit, 1982.
  15. BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
  16. BOSCHI, Renato Raul. **Elites industriais e democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
  17. BOTTOMORE, Thomas Burton. *Elites and Society*. Harmondsworth: Penguin Books, 1964.
  18. BOURDIEU, Pierre. "Condição de classe e posição de classe". *In*: MICELI, Sergio (org.). **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 3-25.
  19. BOURDIEU, Pierre. **La Distinction**: Critique sociale du jugement. Paris: Minuit, 1979.
  20. BOURDIEU, Pierre. "Le capital social. Notes provisoires." **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n 31, p. 2-3, 1980.
  21. BOURDIEU, Pierre. "Espace social et genèse des classes". **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 52-53, p. 3-14, 1984.
  22. BOURDIEU, Pierre. "La perception sociale du corps". **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 31, 1977.
  23. BOURDIEU, Pierre. **La Noblesse d'État**. Grandes écoles et esprit de corps. Paris: Minuit, 1989.
  24. BOURDIEU, Pierre. "La noblesse: capital social et capital symbolique". *In*: SAINT MARTIN, Monique de; LANCIEN, Didier. **Anciennes et Nouvelles Aristocraties**: de 1880 à nos jours. Paris: Éditions de la MSH, 2007. p. 385-397.
  25. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Empresários e administradores no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
  26. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Pobres elites iluminadas". **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 14, v. 38, 2000.
  27. CAMP, Roderic. "Informal and formal networking among elite Mexican capitalists and politicians." **Comparative Sociology**, n. 2, v. 1, p. 135-154, 2003.
  28. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.
  29. CANEDO, Leticia Bicalho. La production généalogique et les modes de transmission d'un capital politique familial dans le Minas Gerais brésilien. **Genèses**, Paris, v. 31, n. 31, p. 4-28, 1998.

30. CANEDO, Letícia Bicalho. Les boursiers de la fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes. Le cas de la science politique. **Cahiers de la Recherche sur L'Éducation et les Savoirs**, v. 2, p. 33-55, 2009.
31. CANEDO, Letícia Bicalho; ALMEIDA, Ana Maria; GARCIA JUNIOR, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernardete. **Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras**. Campinas: UNICAMP, 2004.
32. CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964.
33. CARDOSO, Fernando Henrique. “Las elites empresariales en America Latina”. In: LIPSET, Seymour Martin; SOLARI, Aldo. **Elites y desarrollo en America Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1967.
34. CARDOSO, Fernando Henrique. **Mudanças sociais na América Latina**. São Paulo, DIFEL, 1969.
35. CASTILHO, Sérgio; TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Faperj, 2014.
36. CASTRO, Celso. **O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
37. CASTRO, Celso. LEIRNER, Pierro. **Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
38. CODATO, Adriano Nervo. **Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64**. São Paulo: Hucitec, 1997.
39. COHEN, Abner (ed.). **Urban Ethnicity**. London: Tavistock Publications, 1974. p. ix-xxiv.
40. COHEN, Abner. **The Politics of Elite Culture: Explorations in the Dramaturgy of Power in a Modern African Society**. Berkeley: University of California Press, 1981.
41. COMERFORD, John Cunha; BEZERRA, Marco Otávio. “Etnografias da política: uma apresentação da Coleção Antropologia da Política”. **Análise Social**, v. XLVIII, p. 465-489.
42. CORREA, Jessica Beth Sadie Sklair. **Relações de Segregação: novas práticas filantrópicas entre elite paulistana**. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, 2007.
43. DAHRENDORF, Ralf. **Class and Class Conflict in Industrial Society**. Stanford: Stanford University Press, 1959.
44. DALOZ, Jean-Pascal. “Elite distinction: Grand theory and comparative perspectives.”

- Comparative Sociology**, n. 6, v. 1-2, p. 27–74, 2007.
45. DALOZ, Jean-Pascal. **The Sociology of Elite Distinction: From Theoretical to Comparative Perspectives**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2010.
  46. DALOZ, Jean-Pascal. “Introduction: Elites and their representatives: multi-disciplinary perspectives.” **Historical Reflections**, n. 36, p. 1-6, 2010.
  47. DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. **The internationalization of palace wars. Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States**. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.
  48. DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. **Asian Legal Revivals. Lawyers in the Shadow of Empire**. Chicago: The University of Chicago Press, 2010.
  49. DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant (ed.). **Lawyers and the rule of law in an era of globalization**. New York: Routledge, 2011.
  50. DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
  51. DINIZ Eli; BOSCHI, Renato Raul. **Empresários, interesses e mercado**. Dilemas do desenvolvimento no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2004.
  52. DINIZ, Eli. “Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil”. In: DINIZ, Eli (org.). **Empresários e modernização econômica: Brasil anos 90**. Florianópolis: UFSC/IDACON, 1993.
  53. DOGAN, Mattei. **Elite Configurations at the Apex of Power**. Leiden; Boston: Brill Academic Publishers, 2003.
  54. DOMHOFF, William. **Who Rules America? Power, Politics, and Social Change**. 5. ed. New York: New McGraw Hill, 1967.
  55. DOMHOFF, William. **Who Really Rules? New Haven and Community Power Reexamined**. New Brunswick: Transaction Books, 1978.
  56. DOMHOFF, William; ZWEIGENHAFT, Richard. **Diversity in the Power Elite**. New Haven: Yale Univ. Press, 1999.
  57. DREYER, Lynette. **The Modern African Elite of South Africa**. Houndsmill: Macmillan, 1989.
  58. DRONKERS, Jaap; SCHIJF, Huibert. “Elites.” In: RITZER, George. **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**, edited by George Ritzer, 1362 –1364. Oxford and Malden: Blackwell, 2007.
  59. DUARTE, Luiz Fernando Dias. “Geração, fratria e gênero: um estudo de mandato

- transgeracional e subjetivação diferencial”. *Trivium*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 01-19, jan./jun. 2011.
60. DURAND-GUEDY, David. **Iranian Elites and Turkish Rulers: A History of Isfahān in the Saljūq Period**. London: Routledge, 2010.
61. ENGELSTAD, Fredrik; GULBRANDSEN, Trygve (ed.). **Comparative Studies of Social and Political Elites**. Amsterdam: Elsevier, 2007.
62. ESPINOZA MOLINA, Fran. **Bolivia: La circulación de sus élites (2006-2014)**. Santa Cruz de la Sierra: El País, 2015.
63. ETZIONI-HALEVY, Eva. **The Elite Connection: Problems and Potential of Western Democracy**. Cambridge: Polity, 1993.
64. EYAL, Gil; SZELENYI, Ivan; TOWNSLEY, Eleanor. **Making Capitalism Without Capitalists: The New Ruling Elites in Eastern Europe**. London: Verso, 2001.
65. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.
66. FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.
67. FERGUSON, James. **Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order**. Durham: Duke Univ. Press, 2006.
68. FERGUSON, James. “The uses of neoliberalism”. *Antipode*, n. 41, p.166-184, 2009.
69. FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. “Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality”. *Am. Ethnol.*, n. 29, p. 981-1002, 2002.
70. FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1984.
71. FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias**. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
72. FOUCAULT, Michel. Governmentality. *In*: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter. **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Chicago: Univ. Chicago Press, 1991. p. 87-104.
73. FUMANTI, Mattia. “The making of the fieldworker: Debating agency in elites research”. *Anthropology Matters*, n. 6, v. 2, p. 1–9, 2004.
74. GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. Vantagens e armadilhas do atraso. *In*: GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul; CANEDO, Leticia; TOMIZAKI, Kimi (org.). **Estratégias Educativas das Elites Brasileiras na Era da Globalização**. São Paulo: HUCITEC/

- FAPESP, 2013. p. 183-212.
75. GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. Une noblesse républicaine, Fernando Henrique Cardoso et la sociologie au Brésil. *In: HEILBRON, Johan; LENOIR, Remi; SAPIRO, Gisèle; PARGAMIN, Pascale (org.). Pour une histoire des sciences sociales: Hommage à Pierre Bourdieu.* Paris: Fayard, 2004. p. 305-322.
76. GRAZ, Jean-Christophe. “How powerful are transnational elite clubs? The social myth of the World Economic Forum.” *New Political Economy*, n. 8, v. 3, p. 321-340, 2003.
77. GRYNSZPAN, Mário. **Ciência política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas. 1999.
78. HANSEN, Edward; PARRISH, Timothy. “Elites Versus the State: Towards an Anthropological Contribution to the Study of Hegemonic Power in Capitalist Society”. *In: MARCUS, George (ed.). Elites: Ethnographic Issues.* Albuquerque: University of New Mexico Press, 1983. p. 257-278.
79. HARTMANN, Michael. **The Sociology of Elites.** London: Routledge, 2007.
80. HAY, Iain (ed.). **Geographies of the Super-Rich.** London: Edward Elgar, 2013.
81. HEINZ, Flavio (org.). **Por uma outra história das elites.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
82. HERZ, Rosanna; IMBER, Jonathan. Fieldwork in elite settings. *Journal of Contemporary Ethnography*, n. 22, v. 1, p. 3-6, 1993.
83. HERZ, Rosanna; IMBER, Jonathan (ed.). **Studying elites using qualitative methods.** London: SAGE, 1995.
84. HIGLEY, John; BURTON, Michael. **Elite Foundations of Liberal Democracy.** Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.
85. HIGLEY, John; Pakulski, Jan. “Elite and leadership change in liberal democracies.” *Comparative Sociology*, n. 6, v. 1-2, p. 6-26, 2007.
86. KELLER, Suzanne. **Beyond the Ruling Class: Strategic Elites in Modern Society.** New York: Random House, 1963.
87. LANE, David. “Identity formation and political elites in the post-socialist states.” *Europe-Asia Studies*, n. 63, v. 6, p. 925-934, 2011.
88. LASCH, Christopher. **The Revolt of the Elites and the Betrayal of Democracy.** New York: W.W. Norton & Company, 2013.
89. LEAL, Natacha. **Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite.** São Paulo, HUCITEC/ANPOCS, 2014.

90. LEIRNER, Piero. **Meia-Volta, Volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV/FAPESP, 1997.
91. LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. **Política e interesses na industrialização brasileira**: As associações industriais, a política econômica e o Estado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
92. LERNER, Robert; NAGAI, Althea; ROTHMAN, Stanley. **American Elites**. New Haven: Yale University Press, Rothman, 1996.
93. LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Sujeitos e Objetos do Sucesso**: Antropologia do Brasil emergente. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
94. LOMNITZ, Larissa Adler; PEREZ-LIZAU, Marisol. **A Mexican Elite Family, 1982-1980**. Kinship, Class, and Culture. New Jersey: Princeton University Press, 1987.
95. LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo. **Os executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo**. Rio de Janeiro: Azougue, 2007.
96. LOVE, Joseph; BARICKMAN, Bert. Elites regionais. *In*: HEINZ, Flavio (ed.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
97. MACHADO, Lia Zanotta; MOTTA, Antonio. Brazilian Anthropology in times of intolerance: The challenges of confronting neoconservatism. **Vibrant**, v. 16, p. 1-19, 2019.
98. MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, 2007.
99. MARCUS, George. **Elites**: Ethnographic Issues. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1983.
100. MARCEAU, Jane. **Family Business?** The making of an international business elite. Cambridge: Cambridge University Press; Paris: Editions de la Maison des Sciences de L'homme, 1989.
101. MARKOWITZ, Michele Andréa. **Banco e banqueiros, empresas e famílias no Brasil**. 2004. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
102. MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
103. MENDONÇA, Sonia Regina de. **O Patronato Rural no Brasil Recente**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
104. MILLS, Charles Wright. **The Power Elite**. New York: Oxford University Press, 2000 [1956].

105. MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **Burocracia e fiscalidade**: Uma análise de práticas de fiscalização e cobrança de impostos. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2016.
106. MOSCA, Gaetano. **The Ruling Class**. New York: McGraw-Hill, 1923 [1895].
107. MOURA, Cristina Patriota de. **O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira**: Um estudo de carreira e socialização. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.
108. MOTTA, Antonio. *À Flor da Pedra*. Formas tumulares e processos sociais nos cemitérios brasileiros. Recife: Massangana / Ministério da Educação, 2009.
109. Nader, Laura. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 49, p. 328-356, 2020. [1972]. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i49.a44427>. Acesso: 16 nov. 2021.
110. NADER, Laura; MATTEI, Ugo. **Pilhagem**: quando o Estado de Direito é ilegal. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2013.
111. NASH, June. Ethnographic Aspects of the World Capitalist System Source. **Annual Review of Anthropology**, n. 10. p. 393-423, 1981.
112. ORTNER, Sherry. Access: Reflections on studying up in Hollywood. **Ethnography**, n. 11, v.2, p. 211-233.
113. PARETO, Vilfredo. **The Rise and Fall of Elites**: An Application of Theoretical Sociology. New Brunswick: Transaction Books, 1991 [1901].
114. PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Pulo Roberto Neves; NUNES, Wellington; ILHA, Angela. Elites estatais e industrialização: ensaio de comparação entre Brasil, Argentina e México (1920-1970). **Revista de Economia Política**, n. 34, v. 3, p. 503-519, 2014.
115. PERISSINOTTO, Renato; MASSINO, Lucas. Dossiê Elites em diferentes escalas: teoria e metodologia no estudo dos grupos dirigentes. **Revista de Sociologia Política**, v. 22, n. 52, 2014.
116. PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
117. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Dans les beaux quartier**. Paris: Seuil, 1989.
118. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Quartiers bourgeois, quartiers d'affaires**. Paris: Payot, 1992.
119. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **La Chasse à courre, ses rites et ses enjeux**. Paris: Payot, 1996.
120. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Grandes Fortunes**. Dynasties familiales et forms de richesse en France. Paris: Payot, 1996.

121. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Nouveaux patrons, nouvelles dynasties**. Paris: Calmann-Lévy, 1999.
122. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Voyage en grande bourgeoisie**. Journal d'enquête. Paris: PUF, 1997.
123. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Les Rothschild**. Une famille bien ordonné. Paris: La Dispute, 1998.
124. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Sociologie de la bourgeoisie**. Paris: La Decouvert, 2000.
125. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Les ghettos du gotha**. Au Coeur de la grande bourgeoisie. Paris: Seuil, 2007.
126. PINA-CABRAL, João de; PEDROSO DE LIMA, Antonia. **Elites: Choice, Leadership and Succession**. Oxford: Berg, 2000.
127. POHLMANN, Markus; VALARINI, Elizângela. "Elite econômica no Brasil: discussões acerca da internacionalização da carreira de executivos brasileiros". **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 47, p. 39-53, 2013.
128. PONTES, Heloisa. Casas e domesticidade encenadas na metrópole. *In*: LIRA, José Tavares Correia de; NASCIMENTO, Flávia Brito do; SILVA, Joana Mello de Carvalho e; RUBINO, Silvana Barbosa. **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: EDUSP, 2018. p. 275-287.
129. POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021.
130. PUTNAM, Robert. **The Comparative Study of Political Elites**. New Jersey: Prentice Hall, 1976.
131. REIS, Elisa; MOORE, Mick (org.). **Elite Perceptions of Poverty and Inequality**. London and Cape Town: Zed Books, 2005.
132. RIBEIRO, Gustavo Lins. O preço da Palavra: a hegemonia do capitalismo eletrônico-informático e o gooleismo. **Revista Mundaú**, n. 5, p. 18-45, 2018.
133. ROCHEDO, Aline Lopes. **Dinastias afetivas: a produção de ancestralidade através da transmissão de joias de família**. 2021. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.
134. ROTHKOPF, David. **Superclass. The Global Power Elite and the World**. They Are Making. New York: Farrar, Strauss & Giroux, 2008.
135. SAES, Décio Azevedo Marques de. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- 136.SAES, Décio Azevedo Marques de. **República do capital**: Capitalismo e processo político no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2001.
- 137.SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- 138.SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- 139.SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Uma história da desigualdade**: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013). São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2018.
- 140.SILVA, Patricia Kunrath. A outra face da desigualdade: a articulação das elites no campo da filantropia e investimento social privado. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 4, p. 135-173, 2016.
- 141.SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (org.). **Gestar e Gerir**. Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Nuap/Relume-Dumará, 2002.
- 142.SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; CASTRO, João Paulo Macedo e. Notas para uma Abordagem Antropológica da(s) Política(s) Pública(s). **Revista Antropológicas**, v. 26, p. 17-54, 2015.
- 143.TEITELBAUM, Benjamin. **Lions of the north**. Sounds of the New Nordic Radical Nationalism. New Yor: Oxfor University Press, 2017.
- 144.TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra Pela Eternidade**: o Retorno do Tradicionalismo e a Ascensão da Direita Populista. Campinas: Ed. da Unicamp, 2020.
- 145.SVAMPA, Maristella. **As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina**: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- 146.TEIXEIRA, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A antropologia da administração e da governança no Brasil: área temática ou ponto de dispersão? *In*: DUARTE, Luiz Fernando Dias; MARTINS, Carlos Benedito (coord.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil**: antropologia. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 51-95.
- 147.TEIXEIRA, Carla Costa. **A Honra da Política**: Decoro Parlamentar e Cassação de Mandato no Congresso Nacional (1949-1994). Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- 148.WEDEL, Janine. **Shadow Elite**: How the World's New Power Brokers Undermine Democracy, Government, and the Free Market. New York: Basic Books, 2009.
- 149.WERBNER, Richard. **Reasonable Radicals and Citizenship in Botswana**: The Public Anthropology of Kalanga Elites. Bloomington and London: Indiana University Press, 2004.
- 150.VAILATI, Alex. **Shooting Elites**: An Ethnography of Wedding Film Production for

Elites. In: VAILATI, Alex; ZAMORANO, Gabriela (org.). **Ethnographies of On Demand Films**. New York: Springer International Publishing, 2021. p. 125-144.

151. VELHO, Gilberto. **Nobres e Anjos**: Um Estudo de Tóxicos e Hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas Editora, 1998.

152. VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir do movimento em fronteira. São Paulo: Difel, 1976.

*Laura Graziela Gomes*

Professora Titular do Departamento de Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Ciências Humanas (Antropologia) pela Universidade de São Paulo (1997). Membro do Comitê Editorial da Revista Antropolítica. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0044-5259>. Colaboração: seleção e sistematização de artigos; redação e revisão da apresentação. E-mail: [lauragraziela@gmail.com](mailto:lauragraziela@gmail.com)

*Antonio Motta*

Professor Titular da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Antropologia Social e Etnologia pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7940-7393>. Colaboração: seleção e sistematização de artigos; redação e revisão da apresentação. E-mail: [antonio-motta@uol.com.br](mailto:antonio-motta@uol.com.br)

*Antonio Carlos de Souza Lima*

Professor Titular Aposentado de Etnologia e Colaborador Voluntário do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Departamento de Antropologia, Museu Nacional-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em antropologia social pelo PPGAS (1992). Coordenador da Área de Antropologia e Arqueologia junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5260-236X>. Colaboração: seleção e sistematização de artigos; redação e revisão da apresentação. E-mail: [acslima@gmail.com](mailto:acslima@gmail.com)

# “Em nome da família brasileira”: sobre políticas de governo, (re)produção de elites e disputas narrativas

“In the name of the Brazilian family”: on government policies, (re)production of elites and narrative disputes

**Andréa Lobo**

Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

**Maria Eduarda Cardoso**

Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil

## RESUMO

Neste artigo refletimos sobre os usos e disputas em torno da categoria família tal como tem sido apresentada no debate político brasileiro contemporâneo. Este estudo soma-se a outras reflexões existentes sobre esse tema, cujo ponto de inflexão incide sobre a chamada “virada conservadora”, que tem impactado diferentes setores da sociedade, notadamente as conquistas anteriores, asseguradas por meio de políticas públicas voltadas para a igualdade e promoção de direitos diferenciados durante os dois últimos governos então alicerçados em um modelo de democracia participativa. Nosso objetivo é de (1) sistematizar alguns dos debates, eventos e atores que vão conformar um modelo ideológico de família calcado em princípios de moralidade cristã, reprodução biológica e permanência e; (2) analisar como tal processo tem relação com possíveis reconfigurações no campo das elites político-financeiras do país, visto que nos parece ser produtivo pensar na articulação entre a ampliação da presença de grupos de elites evangélicas e católicas no debate público e a centralidade que as narrativas morais de “defesa da família” tem assumido no campo político brasileiro. Utilizando da abordagem etnográfica para acessar esse complexo cenário, ao final, argumentaremos pela noção de *fronteiras morais* como produtiva para explicar a gramaticalidade do discurso conservador de “defesa da família” em distintas camadas da sociedade brasileira face a supostos inimigos que estariam empenhados a “destruir a família”.

**Palavras-chave:** Família, Etnografia, Damares Alves, Elites, Conservadorismo.

---

Recebido em 20 de maio de 2021.

Avaliador A: 15 de julho de 2021.

Avaliador B: 20 de julho de 2021.

Aceito em 12 de outubro de 2021.

---



**ABSTRACT**

In this article, we intend to reflect on the uses and disputes around the term “family” as it has been presented in contemporary Brazilian political debate. The article adds to other existing reflections on the topic, which focus on the so-called “conservative turn” that has impacted different sectors of society, notably previous achievements, ensured through public policies aimed at equality and promotion of differentiated rights during the last two governments based on a model of participatory democracy. Our objective is (1) to systematize some of the debates, events and actors that make up an ideological family model based on principles of Christian morality, biological reproduction and permanence and; (2) analyze how this process is related to possible reconfigurations in the field of the country’s political-financial elites. As it seems to us to be productive to think about the articulation between the expansion of the presence of groups of evangelical and Catholic elites in the public debate and the centrality that the moral narratives of “defence of the family” have assumed in the Brazilian political field. Using the ethnographic approach to access this complex scenario, in the end, we will argue for the notion of *moral boundaries* as productive to explain the grammaticality of the conservative discourse of “family defense” in different layers of Brazilian society against supposed enemies who would be committed to “destroying the family”.

**Keywords:** Family, Ethnography, Damaraes Alves, Elites, Conservatism.

**INTRODUÇÃO**

Neste artigo refletimos sobre os usos e disputas em torno da categoria “família” tal como tem sido apresentada no debate político brasileiro contemporâneo. Tomando como eixo as controvérsias em torno do conceito de família, temos o objetivo de (1) sistematizar alguns dos debates, eventos e atores que vão conformar um modelo ideológico de família calcado em princípios de moralidade cristã, reprodução biológica e permanência e; (2) analisar como tal processo tem relação com possíveis reconfigurações no campo das elites político-financeiras do país, visto que nos parece ser produtivo pensar na articulação entre a ampliação da presença de grupos de elites evangélicas e católicas no debate público e a centralidade que as narrativas morais de “defesa da família” tem assumido no campo político brasileiro.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Agradecemos a leitura atenta e comentários de Francisco Miguel, Rodrigo Ramassote, Sara Santos e Vinícius Venancio, bem como aos colegas do Leipp/UnB e aos pareceristas da revista. Somos inteiramente responsáveis pelos conteúdos aqui apresentados, mas vossas leituras e sugestões em muito enriqueceram a nossa análise. Agradecemos ao Programa de Iniciação Científica da Universidade de Brasília e ao CNPq e à FAP-DF pelo financiamento, o apoio dessas instituições foi fundamental para a realização desta pesquisa, vida longa a ambas.

Nosso ponto de partida são os argumentos que limitam o conceito de família ao “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou união estável” (BRASIL, 2013). Estamos interessadas nas denominadas “pautas conservadoras” que têm disputado definições em defesa de uma concepção de família que se articula contrariamente aos movimentos sociais que demandam o reconhecimento pelo Estado da diversidade de arranjos familiares, orientações sexuais e direitos diferenciados. Focaremos aqui em três momentos que se intercalam: 1) o debate em torno do Estatuto da Família a partir de 2013; 2) a instalação da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família (nos anos de 2015 e 2019); 3) a criação e implementação da Secretaria Nacional da Família (SNF) em fevereiro de 2019. Vamos inserir tais eventos em um encadeamento de acontecimentos que culminam na instauração de instâncias formais de debate, formulação e implementação de políticas públicas.

Mapear tais processos nos permitirá refletir sobre os atores relevantes neste debate e as conexões entre as dinâmicas em curso no parlamento brasileiro e a atual configuração das políticas de governo capitaneadas pela ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH), Damara Alves, no contexto do governo de Jair Bolsonaro.

Ao eleger como fio condutor as controvérsias em torno do conceito de família e suas consequências no acesso a direitos e reconhecimento pelo estado, nos situamos diante da questão da relação entre família e poder - tanto na autoridade como constitutiva das relações familiares quanto nas relações familiares como transmissoras de posições de autoridade (PINA-CABRAL, 2021) -, o que nos localiza na esteira das investigações sobre família no Brasil e o papel das elites<sup>2</sup> na compleição de um modelo familiar e conjugal. Provavelmente, o dado novo do cenário que analisamos aqui esteja no fato de que, na atual conjuntura, a moralidade cristã, acrescida ao debate sobre família, gênero e sexualidade, mescla-se de maneira difusa no campo da atual política e de seus intentos ideologizantes.

No artigo “Repensando a família patriarcal brasileira”, Mariza Corrêa (1981) problematiza os supostos teóricos e empíricos que se constituíram como linhas dominantes na literatura sobre família no Brasil, quais sejam, a família patriarcal rural como instituição fundamental do Brasil colônia<sup>3</sup> e a família conjugal moderna associada ao mundo urbano. Nas palavras da au-

---

2 Ao abordar as relações entre grupos de elites e as configurações do atual campo político brasileiro, compreendemos as elites enquanto grupos que controlam recursos específicos por meio dos quais adquirem poder político e vantagem material. Pensamos tais grupos no plural, isso porque, tal como dito por Pina-Cabral (2021), as relações sociais se dão em um fluxo permanente dentro do qual, através do exercício das formas de poder, podem surgir entidades que nunca são definitivamente fixas, permanecendo dependentes das constantes interações de forças hegemônicas e contra-hegemônicas.

3 A família patriarcal é assunto dos clássicos do pensamento social brasileiro desde os anos 1930: Oliveira Vianna,

tora, a “proposta é que ambas fazem de fato parte de uma mesma visão teórica que, analisando apenas as classes dominantes como agentes da nossa história, expulsam do nosso horizonte de pesquisa a possibilidade de investigar formas alternativas de organização familiar no Brasil” (p. 5). Portanto, ainda que com variações na utilização dos termos e uma maior ou menor ênfase em determinados aspectos, o momento atual guarda continuidades com o retrato que temos da dita “família brasileira” através do tempo, ou seja, aquela da qual são excluídos os diversos outros modos de organização familiar – estes aparecendo ou como subsidiários dela ou como tão inexpressivos que não merecem atenção ou, na versão que aqui analisamos, como contrários a ela, como uma ameaça.

Este artigo é resultado de uma pesquisa iniciada no ano de 2019 no contexto de um Projeto de Iniciação Científica coordenado pela professora Andréa Lobo e com a colaboração de duas estudantes de graduação<sup>4</sup> do curso de Ciências Sociais da Universidade de Brasília (UnB). Os planos de trabalho das duas estudantes tinham como meta “seguir” os debates em torno do conceito de família desde a disputa eleitoral que culminou na eleição de Jair Bolsonaro até as políticas implementadas em seu governo.<sup>5</sup>

A pesquisa segue em plena atividade.<sup>6</sup> Nosso interesse último recai nas denominadas “políticas familiares” implementadas pelo MMFDH, políticas de governo que se delineiam a partir de 2019, quando da criação da Secretaria Nacional da Família (SNF). Entretanto, para dar conta dessas, precisamos regressar no tempo e adentrar no universo da discussão no âmbito do legislativo, ao menos desde o debate sobre o Estatuto da Família. Sendo assim, o recorte temporal deste artigo tem como marco o ano de 2013, ano em que o deputado Anderson Ferreira, do

---

Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Emilio Willems, Oracy Nogueira, Florestan Fernandes, Thales de Azevedo, e tantos outros escreveram sobre o tema. Rohden (1999) sintetiza com competência o debate. Agradecemos a Rodrigo Ramassote pela indicação do artigo aqui citado e pelas considerações feitas em comunicação pessoal a partir de seu amplo conhecimento da obra de Antônio Cândido, autor central para a conformação desse tipo ideal familiar, juntamente com Gilberto Freyre.

4 Maria Eduarda Vale Cardoso, coautora do presente artigo, e Bianca Ferreira Araújo colaboraram com o projeto intitulado *Trânsitos familiares: gênero, circulação, trabalho e afetividades em contexto familiar*. Por razões de ordem pessoal, Bianca não concluiu sua pesquisa, mas expressamos nossos agradecimentos por suas contribuições nos levantamentos de dados que aqui analisamos.

5 Nossas buscas se concentraram no *Diário Oficial da União* e no acompanhamento de notícias veiculadas na mídia, nas redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter e YouTube*) e páginas pessoais de atores-chave nesse processo. As palavras de busca que definimos foram: “família”, “gênero”, “mulher”, “criança”, “direitos humanos”, “aborto”, “MMFDH”, “Secretaria Nacional da Família”, “Damares Alves”, “Ângela Gandra Martins” (Tal como veremos mais adiante, ela é a atual Secretaria Nacional da Família).

6 Laísa Fernanda Alves da Silva e Isabella Marques Ferreira estão trabalhando no acompanhamento das políticas em implementação no MMFDH e no Ministério do Desenvolvimento Social, bem como nas trajetórias de personagens como Damares Alves e Ângela Gandra e suas performances nas redes sociais.

Partido Republicano por Pernambuco (PR/PE), apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 6583/2013 tratando do Estatuto da Família.

O texto que ora apresentamos se constitui como um primeiro esforço de sistematizar, refletir e publicizar tais dados de pesquisa. As discussões se inserem em um campo de estudos antropológicos que tem se dedicado a compreender, a partir da etnografia, tecnologias de poder entendidas como formas de intervenção destinadas a dirigir, orientar, regular sujeitos, populações e problemáticas (FONSECA *et al.*, 2016; TEIXEIRA; SOUZA LIMA, 2010). Tal como salientado por tais autores, ao nos voltarmos para o campo de intervenção político-social (administração estatal, organizações não governamentais, movimentos sociais, parlamento) responsável por promover o “bem-estar das populações”, a etnografia se torna capaz não só de contribuir para o entendimento das dinâmicas sociais, mas de colocar novas questões.

A exposição dos nossos argumentos será dividida em três partes. Primeiro sistematizamos os estudos e diálogos teóricos que nos guiaram. Tal esforço fornece ao/à leitor/a o contexto de uma tessitura de fatos e eventos que nos ajudam a compreender o momento atual. A seguir reconstruímos os debates que permearam o Estatuto da Família e a posterior implementação, em 2015, da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família<sup>7</sup>. Mapeamos também as pautas e debates no âmbito do poder legislativo e apresentamos algumas figuras centrais que, na sequência dos eventos, migram para a composição do atual governo. Por fim, acompanhamos as motivações e a agenda que justifica a criação da SNF, assim como a centralidade de tal secretaria que segue na implementação das ditas “pautas morais” que estavam dadas e vinham sendo articuladas, pelo menos desde a discussão do Estatuto. Nessa seção damos atenção para a importância da emergência de grupos de elites procedentes de setores evangélicos em aliança e articulação com atores das “elites tradicionais”, para isso tomamos as trajetórias profissionais da ministra Damares Alves e de sua “número 2” no Ministério, a secretária nacional da família Ângela Gandra Martins, membro de uma família tradicional da elite paulista.

## COLOCANDO EM CONTEXTO

Tal como sinalizado por Facchini e Sívori (2017), o atual embate conservador e avesso

---

<sup>7</sup> A Frente já existia na legislação anterior, mas aqui nos restringiremos ao período a partir de 2015. Tal como explicaremos adiante, as Frentes Parlamentares são instauradas a cada início de legislatura.

às conquistas e à visibilidade dos movimentos de minorias parece constituir hoje um dos principais obstáculos para a garantia dos direitos fundamentais de sujeitos diversos.

Seja sob a nomenclatura de “conservadorismo”, “virada conservadora”, “neoconservadorismo”<sup>8</sup> ou demais designações mais gerais como “fascismo”, “fundamentalismo” etc. – que, segundo Almeida (2017, p. 4), circunscrevem “um conjunto relativamente variado de discursos, valores, ações e posicionamentos políticos com interesses parcial e conjunturalmente comuns” – o que se observa é uma aliança entre católicos, evangélicos e outras bancadas conservadoras, os quais, para nossos objetivos aqui, focam na produção de um discurso moralizante que tem agregado uma soma importante de pessoas em “defesa da família” e contra um suposto processo (conduzido pelo que denominam de “esquerda”) de desvirtuamento das crianças, dos adolescentes, da “moral e dos bons costumes”.

O que propomos para essa seção é **uma breve descrição de eventos, disputas de concepções e polêmicas que vêm marcando as controvérsias que se conectam ao tema que aqui nos dedicamos**. Faremos isso a partir de autores/as (CESARINO, 2019; FACCHINI, 2020; FACCHINI; SÍVORI, 2017; MACHADO, 2017, 2020; LEITE, 2019; SIMÕES, 2020; SILVA; ALMEIDA; DANTAS, 2019) que já sistematizaram os embates neste campo, dando atenção especial a algumas dimensões que nos ajudam a compreender como o discurso recorrente de “defesa da família” ganha centralidade nessa conjuntura.

Na apresentação à coletânea *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (2020), Regina Facchini e Isadora França (as organizadoras) traçam os termos das disputas contemporâneas em matérias de direitos e nos remontam ao processo de reconhecimento de indivíduos e grupos como sujeitos de direitos desde os anos 2000 e como, a partir de 2010, vemos crescer um movimento não só de desmonte de políticas que haviam sido conquistadas, mas da elaboração sistemática e da construção de um conjunto de políticas que são contrárias a temáticas como gênero, diversidade e direitos sexuais.

O período da Constituinte foi um marco importante para diversos grupos (homossexuais, feministas, indígenas, negros etc.) que, ainda que de forma diferenciada, conquistaram – por meio da mobilização política e social dos movimentos – algum espaço no texto constitucional de 1988.<sup>9</sup> É importante inserir tal processo em um contexto internacional que culminou, nos

---

8 Machado (2017; 2020) realiza uma interessante discussão sobre a sua opção pelo termo neoconservador.

9 Isso não se deu para o caso do movimento homossexual que, à época, não conseguiu espaço no artigo terceiro da constituição, em seu inciso IV que traz como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Tramita até hoje a PEC 66/2003 que propõe a inclusão de “orientação e expressão sexual” neste inciso, a mesma demandada à época da constituinte, porém não incorporada ao texto constitucional graças a oposição de setores

anos 1990, na afirmação dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos.

No Brasil, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso, temos o Primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH 1) como um dos marcos. Nele, há menção, pela primeira vez, aos homossexuais como sujeitos de direitos (FACCHINI, 2020). Com essa abertura, somada ao adensamento do debate internacional, no início dos anos 2000, já no governo Lula, os ativistas LGBTI+ reivindicam a inclusão do combate à homofobia nas políticas de direitos humanos, o que vai culminar no Programa Brasil Sem Homofobia (2003), primeira política pública nacional para essa população. Observa-se também a criação de uma estrutura que se replica nos estados e municípios por meio dos Conselhos e das Conferências, que são instâncias de consultas às populações alvo e que marcam todo o governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Como ressalta Facchini (2020), esse período, que se inicia nos anos 1990 com o PNDH 1 e vai até o momento do *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, pode ser denominado de “período de cidadanização”, quando o poder público e governos em diversos níveis passam a considerar demandas e populações como sujeitos de direitos.<sup>10</sup> No caso das populações LGBTI+, por exemplo, saímos de um contexto em que o tema não era abordado publicamente por ser considerado não só como um aspecto da vida privada, mas como algo a ser escondido, para se chegar a um novo momento em que tais questões passam a ser tratadas, ainda que com a marca do preconceito, no domínio público. Na pauta pública estão demandas tais como a união entre pessoas de mesmo sexo e os direitos diferenciados relacionados à saúde, educação etc.

Em paralelo, tal como apontado por alguns estudos (CESARINO, 2019; DUARTE, 2020; LACERDA, 2019; MACHADO, 2020), vinha sendo gestado, gradualmente, um rearranjo de forças políticas que viria a configurar-se numa reorganização do campo político-identitário no Brasil.

Vanessa Leite (2019) nos fornece um bom exemplo deste movimento ao reconstruir o debate em torno do projeto Escola sem Homofobia, chamado de “kit gay” por seus opositores a partir de 2011<sup>11</sup>. Remontando à origem do que hoje é acionado como um “combate à ideologia de gênero”, Leite nos convida a retornar ao ano de 2004, período em que foi organizado o programa Brasil sem Homofobia. Segundo a autora, a despeito das posições contrárias, tal programa teve ecos nas políticas de educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (a Secad, criada em 2004 no Ministério da Educação, quando Fer-

---

conservadores, sobretudo os relacionados ao catolicismo.

10 Uma faceta desse cenário é o fortalecimento das instâncias de participação popular, como os Conselhos, que são marcas dos governos municipais petistas nos anos 1990.

11 O termo é cunhado pelo então deputado Jair Bolsonaro, hoje presidente da República.

nando Haddad era o ministro). Essa

secretaria desencadeou um conjunto de processos voltados à formação de professores nos temas de gênero, sexualidade e diversidade sexual, tendo como referências os projetos Gênero e Diversidade na Escola (GDE) e Saúde e Prevenção nas Escolas, este último em parceria do MEC com o Ministério da Saúde, entre outras ações pontuais desenvolvidas (LEITE, 2019, p. 123).

Na continuidade desse processo, e em articulação com entidades da sociedade civil e o Movimento LGBTI+, em 2010 foi elaborado o Projeto Escola Sem Homofobia (ESH), o qual criou forte polêmica em todo o país. Jair Bolsonaro (deputado federal à época) foi o primeiro a se opor publicamente ao projeto em discursos no Plenário da Câmara e entrevistas à imprensa. Magno Malta, então Senador da República, integrante da autodenominada “Frente da Família” e presidente da CPI da Pedofilia, se manifestou em apoio a Bolsonaro e, a seguir, o que era uma ação de alguns logo se tornou “bandeira” da denominada “Bancada Evangélica no Congresso” (LEITE, 2019, p. 126)<sup>12</sup>. Em 2011, as disputas chegaram ao seu ápice e, como resultado, em 25 de maio de 2011, a presidenta Dilma suspendeu o programa Escola sem Homofobia, ação que, para os atores da ala conservadora, foi festejada como uma vitória dos “cidadãos de bem”. O debate em torno dele seguiu ainda nos meses seguintes, e foi estrategicamente retomado em 2012, na disputa pelo governo da cidade de São Paulo por Fernando Haddad; em 2013, no debate em torno do Plano Nacional de Educação e, com muita força, na disputa eleitoral de 2018 que elegeu Jair Bolsonaro<sup>13</sup>.

Lia Zanotta Machado (2017) traça um histórico semelhante ao discutir a questão do aborto. Para as conquistas no campo dos direitos das mulheres, mais uma vez a Constituição de 1988 é um marco. Mas a movimentação pela descriminalização e legalização do aborto que tivera início nos anos oitenta e noventa só ganhou impulso nos anos 2000, com o adensamento dos debates pela defesa da secularização na sociedade brasileira e com relativa aproximação entre a movimentação feminista e o Executivo (MACHADO, 2017, p. 17). Como afirma a autora, se parecíamos nos direcionar para os princípios da pluralidade e da diversidade das formas de “vida privada” e das formas de vivências cívicas no espaço público<sup>14</sup>; em paralelo

<sup>12</sup> Cabe mencionar que Damares Alves, nesse período, era assessora parlamentar, primeiro, do Deputado Arolde de Oliveira (PSD/RJ), político fortemente associado à “família Bolsonaro” e, a partir de 2014, passou a assessorar o Senador Magno Malta, deixando o cargo para assumir como ministra. Voltaremos a isso mais adiante.

<sup>13</sup> Ao acompanhar os canais de *YouTube* de Damares Alves, Diego Garcia e Magno Malta, observamos que a pauta em torno da “ideologia de gênero” se manteve cuidadosamente ativa durante todo esse período.

<sup>14</sup> Afastando-se do entendimento de valores monolíticos de como devem ser os arranjos familiares, as identificações de gênero e da sexualidade e as decisões sobre reprodução (MACHADO, 2017).

as movimentações neoconservadoras de forte base religiosa se insurgem contra o progressivo, ainda que relativo, afastamento da sociedade secularizada em relação aos chamados valores familiares tradicionais (com preeminência do poder masculino) e à moralidade tradicional (MACHADO, 2017, p. 17).

Tal como argumenta a autora, o crescimento dos movimentos sociais em busca de direitos sexuais e reprodutivos teriam sido a “gota d’água” para a reação neoconservadora.

Facchini e França (2020) observam que esse processo foi paulatino, pois até um dado momento as demandas em torno dos direitos humanos são consentidas, sobretudo pela Igreja Católica. Entretanto, em determinado ponto é como se uma fronteira fosse cruzada e, a partir daí, começa a se ampliar a percepção da não adequação de determinadas políticas, sobretudo aquelas que se referem aos direitos sexuais e reprodutivos, e da necessidade de seu combate. Como resultado primeiro, temos a implementação de políticas públicas mais inclusivas, mas sem legislação decorrente, o que as torna dependentes da vontade política do executivo. Como veremos a seguir, nesse campo de tensões e fragilidade, o judiciário entra em cena, sobretudo em matérias em que o “legislador não legislou”, como por exemplo com relação aos direitos e deveres conjugais entre pessoas do mesmo sexo, que foram estabelecidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011.<sup>15</sup>

## **DO ESTATUTO DA FAMÍLIA À FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DA VIDA E DA FAMÍLIA**

O projeto que tramita no Congresso Nacional, PL 6583/2013, chamado de “Estatuto da Família”, sintetiza aspectos importantes de uma discussão conduzida por movimentos sociais sobre a exclusão da diversidade de arranjos familiares possíveis no texto constitucional. Se, como veremos, o debate público se concentrou no texto do artigo segundo do PL<sup>16</sup>, fato é que

---

<sup>15</sup> Posteriormente, o mesmo STF reconhece a possibilidade de alterar nome e sexo em registros civis independente de intervenção jurídica, uma demanda antiga de pessoas trans. Em 2019, o Superior Tribunal equipara a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero ao crime de racismo e, em 2020 se extingue uma ação popular que pretendia anular a Resolução Federal do Conselho Nacional de Psicologia que afirma que são proibidas as terapias de reversão da homossexualidade (a chamada cura gay). O Judiciário, portanto, tem sido acionado como uma forma de garantia de direitos que, na estrutura estatal, deveriam estar garantidos como políticas de estado.

<sup>16</sup> “O Congresso Nacional decreta: Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Família e dispõe sobre os direitos da Família, e as diretrizes das políticas públicas voltadas para valorização e apoio à entidade familiar”. Em seu Art. 2º apresenta a definição de família que permeia todo o PL: “para os fins desta Lei, define-se entidade familiar

dele estão excluídas quaisquer reflexões sobre a volatilidade dos arranjos conjugais e familiares, a multiplicidade de coabitações e laços afetivos, as situações de vulnerabilidade de mães e pais de classes populares, bem como as possibilidades das conjugalidade e parentalidades homoafetivas. Vejamos o tramitar desse debate.

Bianca Silveira (2016) estabelece uma conexão direta entre a ação do Supremo Tribunal Federal – que em 2011 considerou legal a união estável homoafetiva nos mesmos termos da heterossexual, anteriormente definida pela Constituição Federal de 1988<sup>17</sup> – e a mobilização que viria a culminar, em 2013, na proposta legislativa número 6583 do deputado Anderson Ferreira, com o objetivo de estabelecer um estatuto da família que regulasse tal conceito (OLIVEIRA; BECKER, 2018; SARTORI, 2015; SILVEIRA, 2016). Na verdade, as correlações realizadas pela pesquisa de Silveira são mais profundas pois, ao analisar os movimentos sociais que se conformavam ao longo de seu trabalho de campo, ela nos permite observar a entrelaçamento “entre as ações dos movimentos relacionados à pauta anticorrupção, ao *impeachment* da presidenta Dilma, as defesas da posição partidária de direita e as pautas consideradas conservadoras como a do conceito de família do PL 6583/2013, e a participação desses mesmos movimentos na discussão da redução da maioria penal, do fornecimento de pílula do dia seguinte às vítimas de estupro e as tentativas de definição de onde começa a vida visando à negação do direito ao aborto (mesmo em casos de estupro)” (SILVEIRA, 2016, p. 15).

Na justificativa trazida no Projeto de Lei nº 6.583/2013, o deputado Anderson Ferreira ressalta a importância da família e sua função para “uma sociedade mais fraterna e também mais feliz”, e afirma que, na sua atuação de “parlamentar defensor da família”, pretende dar o pontapé inicial a uma discussão que reveja o fato de não haver políticas públicas efetivas voltadas à família (BRASIL, 2013, *on-line*). O trecho seguinte, que compõe a justificativa ao Projeto de Lei, fornece o tom que permeia a proposta:

A família é considerada o primeiro grupo humano organizado num sistema social, funcionando como uma espécie de unidade-base da sociedade. Daí porque

---

como o núcleo social formado a partir da união entre **um homem** e **uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 2013). Note-se que o destaque em negrito está no texto original.

17 “O julgamento da ADI 4277 (Ação Direta de Inconstitucionalidade) tratou de proposta da Procuradoria Geral da República para que a corte do STF, em ADPF (Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional), declarasse: a) que é obrigatório o reconhecimento, no Brasil, da união entre pessoas do mesmo sexo, como entidade familiar, desde que atendidos os requisitos exigidos para a constituição da união estável entre homem e mulher; b) que os mesmos direitos e deveres dos companheiros nas uniões estáveis estendem-se aos companheiros nas uniões entre pessoas do mesmo sexo. Foi elencada na sua argumentação a defesa dos princípios constitucionais de igualdade, dignidade humana e liberdade para a extensão da regulação da união estável aos casais homoafetivos. A decisão do julgamento da ADI 4277 foi proferida em 14 de outubro de 2011” (SILVEIRA, 2016, p. 21).

devemos conferir grande importância à família e às mudanças que têm alterado sua estrutura no decorrer do tempo. Não é por outra razão que a Constituição Federal dispensa atenção especial à família em seu artigo 226, ao estabelecer que a família é base da sociedade e deve ter especial proteção do Estado. Conquanto a própria Carta Magna tenha previsto que o Estado deve proteger a família, o fato é que não há políticas efetivas voltadas especialmente à valorização da família e ao enfrentamento das questões complexas que estão submetidas às famílias num contexto contemporâneo. [...] O Estado não pode fugir à sua responsabilidade e os legisladores têm tarefa central nessa discussão (BRASIL, 2013, *on-line*).

Em 30 de outubro de 2013, foi encaminhada a constituição de uma comissão especial para discutir o referido estatuto. Em 25 de março de 2014, a Comissão Especial foi constituída tendo sido designado como relator (em 9 de abril de 2014) o deputado Ronaldo Fonseca (PROS-D-F).<sup>18</sup> Em 17 de novembro de 2014, o relator se manifestou pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do PL 6583/13 e, em diálogo explícito com o STF, chamou a atenção para o entendimento de que o tribunal teria “criado lei” e, portanto, usurpado prerrogativa do Congresso Nacional. O relator argumentou ainda conhecer as transformações sociais e culturais que produziriam diferentes arranjos familiares, mas manifestou a necessidade de diferenciar família de relações de “mero afeto” (SARTORI, 2015; SILVEIRA, 2016).

O debate prosseguiu e, sem consenso, em 22 de dezembro de 2014 a legislatura terminou sem que o parecer conseguisse ser votado e aprovado. Tal como previsto no Regulamento Interno, essa situação obriga que todo o processo legislativo seja reiniciado na legislatura seguinte, caso os parlamentares entendam a pertinência da matéria (SARTORI, 2015). Em 4 de fevereiro de 2014, o deputado Anderson Ferreira (PR-PE) requereu o desarquivamento de proposições, recomeçando o novo processo de instalação de Comissão etc. O novo relator foi o deputado Diego Garcia (PHS/PR) que, em 2 de setembro de 2015 apresentou o seu parecer favorável ao estatuto. A discussão e votação do parecer ocorreu nos dias 17 e 24 de setembro com aprovação por 17 votos a favor e 5 contra. Os destaques apresentados pela oposição foram propostos sobretudo para o artigo 2 do Estatuto, solicitando ampliação do conceito de família. Todos os destaques foram rejeitados pela Comissão.

---

<sup>18</sup> Silveira (2016) dá detalhes de toda a tramitação em sua dissertação de mestrado, dando destaque para uma enquete disponível digitalmente, proposta pelo deputado Anderson Ferreira, para apurar a concordância ou não com o conceito de família estabelecido no estatuto, restrito à união entre homem e mulher. A questão proposta aos internautas era: “Você concorda com a definição de família com núcleo formado a partir da união entre homem e mulher, prevista no projeto que cria o Estatuto da Família?”. Segundo a autora, “Ao ser encerrada, a enquete registrou 5,3 milhões de votos contrários à proposta, ou 51,6%. Os votos a favor da proposta somaram 4,9 milhões, ou 48,09%.” (p. 151). Entretanto, o resultado foi questionado pelo deputado Diego Garcia alegando que pelo menos 1,6 milhão de votos contrários à proposta teriam sido registrados por apenas um único IP, o que daria uma larga vitória ao sim. Uma análise técnica foi empreendida confirmando que houve desvios semelhantes também dentre os votos favoráveis.

Cabe mencionar a alternativa proposta pelo relator ao impasse diante das relações que, segundo ele, não caberiam no conceito de família e não deveriam ter direito à proteção do Estado. No entendimento do relator, seriam aquelas relações que representam “modalidades de afeto”. No seu parecer, no item 6, intitulado *A parceria vital: alternativa de lege ferenda para situações diferentes da “base da sociedade”*, Diego Garcia propõe o conceito de “parcerias-vitais” como uma alternativa.

A partir do quadro instalado e, em uma autêntica e ampla perspectiva, o que fazer em face de situações que não se consubstanciam como “base”, fundamento ou condição de existência da sociedade civil, sem jus, portanto, à proteção especial do art. 226, mas que trazem alguma nota a demandar uma proteção diferenciada, para além da proteção geral que já é garantida a todo cidadão? Haveria algum impedimento a se conceber nova categoria de proteção diferenciada? Para casos que escapam à condição de essencialidade para a sociedade civil, vislumbra-se, na atual conjuntura, a possibilidade da formalização legal de uma “parceria vital”, apta a conferir benefícios à sociedade oriunda da reunião deliberada de cidadãos que compartilham residência e esforços na manutenção do lar comum, com intenção de perdurabilidade. A categoria, de *lege ferenda*, seria admissível desde que não afetasse direitos indisponíveis de terceiros. E poderia ser aprovada como iniciativa do Congresso Nacional na atual legislatura. Sob tal denominação – “parceria vital” – sem necessária conexão com a procriação ou a criação da família, base da sociedade, poder-se-ia reconhecer o enlace de solidariedade entre duas pessoas, que entre si estabeleceriam vínculo de peculiar interdependência [...] Sob tal instituto se albergariam todas as situações não subsumíveis às categorias do art. 226. [...] (BRASIL, 2015, p. 30-31).

Uma pausa em nosso relato é necessária, pois há alguns pontos a complementar nos argumentos acima. Em primeiro lugar, o texto do parecer fornece os elementos que compõem a concepção de família acionada como “unidade-base” e “necessária para a geração e criação do gênero humano em sociedade” que “deve ser protegida em função de sua capacidade ‘natural’ de reprodução biológica” (BRASIL, 2015, p. 31). Somam-se a esses elementos (1) um contexto de transformações e mudanças que se constituem enquanto ameaça a essa instituição; (2) o combate a inimigos que pretendem poluir tal sagrada instituição demandando, para suas relações de “mero afeto”, o status de unidade-base. Sua defesa se faz, portanto, urgente e necessária, como veremos na sequência de nossa narrativa.

A partir de uma movimentação de coleta de assinaturas encampadas pelos deputados de oposição, o Estatuto da Família, desde finais de 2015, aguarda deliberação da presidência da Câmara para ir à votação no plenário.<sup>19</sup> A expectativa da oposição era de que, em plenário,

<sup>19</sup> É importante mencionar que outras propostas foram apresentadas em paralelo ao PL 65893/2013: há o Projeto de Lei nº 2.285/2007, formulado pelo Instituto Brasileiro de Direito da Família (IBDFAM), e proposto pelo deputado Sérgio Barradas Carneiro, que seria uma revisão sistemática do Livro IV da Parte Especial do Código Civil; na sequência há o Projeto de Lei nº 470/2013, proposto pela Senadora Lídice da Mata, elaborado juntamente

a aprovação seria mais difícil dado o potencial de convencimento de um maior grupo de parlamentares contra a proposta.<sup>20</sup>

O ano de 2015 foi marcado, ainda, por uma movimentação que agregou diversos dos atores-chave que compunham a Comissão Especial que tratava do Estatuto da Família. Para além das composições das bancadas, em 10 de março de 2015, foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, presidida por Allan Rick (PRB/AC) e tendo como vice o deputado Diego Garcia (PHS/PR).<sup>21</sup> Com 330 assinaturas e o envolvimento, no Senado, do senador Magno Malta, que comporia uma Frente Mista, a Frente teria como um dos objetivos, nas palavras de Allan Rick, “apresentar propostas em favor da vida e da família e discutir temas como o Estatuto do Nascituro, que tramita na Câmara dos Deputados na forma do Projeto de Lei 478/07”<sup>22</sup>. Em 2019, com a mudança de legislatura, a Frente foi relançada, agora sob a presidência do deputado Diego Garcia (PODEMOS/PR nesta legislatura), que concorreu ao cargo nas eleições de 2018 sob o lema “Diego Garcia: O deputado da Família”<sup>23</sup>.

Ao seguir as atividades da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família desde 2019, além do esforço de recuperação de suas ações a partir de 2015, pudemos observar uma continuidade importante de discursos e articulações que estavam em pauta na Comissão Especial do PL 6583/2013. Na ocasião de seu lançamento em 2015, Allan Rick, em entrevista para a TV Câmara, afirma que,

[...] coordenar uma frente dessa envergadura é o desafio, temos aqui o Estatuto da Família, que estamos debatendo isso em uma Comissão Especial, temos também o Estatuto do Nascituro, que é também uma maneira do Estado garantir os direitos do bebê enquanto concepção, temos tema como a questão do aborto no Brasil. Ora, é dever do Estado garantir a vida no Brasil, e existem movimentos que querem relativizar algo que é absoluto, que é a vida! É constitucional, a família como

---

com o IBDFAM, e que seria uma “atualização” do PL nº 2.285/2007. Em 21 de outubro de 2015, no contexto dos questionamentos criados pelo Estatuto da Família, o deputado Orlando Silva apresentou o Projeto de Lei nº 3.369/2015, que “Institui o Estatuto das Famílias do Século XXI” em prol da diversidade de formas familiares reconhecidas pelo Estado brasileiro.

20 Toda a tramitação está disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>. Em uma última consulta, realizada em 17 de maio de 2021, a situação do PL era a seguinte: “Aguardando Deliberação do Recurso na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA); Comissão em funcionamento”.

21 Até então a Frente era liderada, na Câmara, por Henrique Afonso (PV/AC).

22 PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Deputados lançam Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família*. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/453481-deputados-lancam-frente-parlamentar-em-defesa-da-vida-e-da-familia/>. Acesso em: 14 maio 2021

23 Em seu perfil no *Facebook*, ele assim se define: “Diego Garcia, 35 anos, casado, pai, católico, administrador e Dep. Fed. pelo Paraná. Defesa da vida, família e combate à corrupção!”

homem e mulher, art. 226 da Constituição. Nós temos que pensar que quando começamos a relativizar valores absolutos nós começamos a jogar nossa sociedade em um limbo muito perigoso. Então, a defesa da vida e da família é essa bandeira, defender princípios morais. Olha, dizem que o Estado é laico, eu concordo! Mas o povo não é! 84% dos brasileiros, segundo o último Censo do IBGE, têm religião, são cristãos – católicos, evangélicos, espíritas e de outros troncos. Então, nós temos que defender esse cidadão que nos elegeram, esse cidadão conservador, esse cidadão que não aceita que o aborto seja tratado como um problema de saúde.<sup>24</sup>

Quatro anos depois, o deputado Diego Garcia assume a presidência da Frente. Na solenidade de relançamento a ministra Damara Alves é uma das protagonistas e, em seu discurso, afirma que “esta é uma instância fundamental para que possamos, no futuro, olhar para trás e dizer, esta é uma nação que valoriza a família”<sup>25</sup>. Por sua vez, Diego Garcia sinaliza que é chegado o momento de “colocar os sonhos, que nunca puderam ser vistos em prática por vocês, vamos colocar esses sonhos agora em realidade para a nossa nação”.<sup>26</sup> Numa ocasião anterior, em solenidade na Câmara dos Deputados no Dia de Valorização da Família (21 de outubro), em discurso mais aguerrido, o deputado afirma que a Frente passaria a ser

[...] a linha de frente no Congresso Nacional, o time de ataque, o time que vai entrar numa grande batalha, que já estamos tendo, mas que vamos enfrentar de uma forma diferente agora. Eu percebo que muitas vezes [...] nós jogamos na defesa, no gol, de zagueiro [...]. E nós por muito tempo estamos fazendo isso, é um peladão que aparece e a gente tem que se defender, é um outro peladão que aparece e que pega um símbolo que tem um preço muito caro para a igreja católica e rala esse símbolo no seu pênis, pega o pé e joga sobre ele<sup>27</sup> e nós simplesmente temos que aceitar porque segundo eles isso é arte [...]. *Mas chega, essa Frente não vai jogar no gol, essa Frente não vai jogar de zagueiro mais, essa frente vai jogar no ataque* (aplausos). [...] E nós vamos fazer isso deputados, nós vamos construir uma agenda positiva em defesa da família e da vida. Nós vamos colocar como prioridade a PEC da Vida, o Estatuto do Nascituro [...]. Vamos derrubar o recurso da Deputada Erica Kokay ao Estatuto da Família, vamos derrubar esse recurso com grande maioria dos votos, para mostrar que o parlamento e a sociedade brasileira defendem, sim a família! (Aplausos) [...] Que nasçam políticas públicas de valorização, de proteção e de defesa da família. É assim que vamos levantar essa nação, é assim que vamos levantar esse país de novo, é assim que vamos levantar a cabeça de milhares e milhares de brasileiros que estão desconsolados com a política nacional. [...] Vamos cobrar, vamos importunar, porque chega de jogar no gol, vamos deixar a minoria

24 Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/453102-deputado-ressalta-importancia-da-frente-parlamentar-da-vida-e-da-familia/>. Acesso em: 16 maio 2021

25 Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=q\\_bxcTiW9Ic](https://www.youtube.com/watch?v=q_bxcTiW9Ic). Acesso em: 16 maio 2021.

26 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZKj7LzzHksE>. Acesso em: 17 maio 2021.

27 Em referência à apresentação artística intitulada *Atos de Transfiguração: receita de como fazer um santo*, do artista Antônio Obá, de Taguatinga, DF. Vídeos da performance, que dura cerca de 30 minutos, foram disponibilizados no *YouTube*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AVQo0embnlo>. Acesso em: 25 maio 2021.

desesperada quando ela vir um grande exército se levantando nesta nação em defesa da família, em defesa da vida e contra esses absurdos. Eles não sabem jogar na defesa, e nós vamos ganhar como a Alemanha ganhou do Brasil aqui, de goleada, sempre, sempre, sempre! (Aplausos) *Chega, é hora de dar um basta!* [...] vamos mostrar a verdade para a nossa nação, *quem de fato atua conosco e quem está contra o país.*<sup>28</sup>

Como está explícito, esse conjunto de documentos e discursos sintetiza a conformação de uma narrativa que se autointitula conservadora e que tem como centro um entendimento de família como “unidade-base necessária para a geração e criação do gênero humano em sociedade” (BRASIL, 2013), portanto, devendo ser restrita ao “núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher” (BRASIL, 2013); e de vida, tal como sinalizado por Machado (2017), a partir de uma noção fundamentalista exclusiva de “vida abstrata”, advinda de argumentos religiosos que sustentam os direitos absolutos do conceito desde a fecundação.

Nessas perspectivas só cabe um único modelo de família: a união entre um homem e uma mulher e seus filhos, apresentada como natural e como expressão da Vontade Divina. Contemplando alguns setores da sociedade brasileira, esses discursos reagem às demandas por direitos das mulheres e dos movimentos LGBTI+ e desconsideram a pauta dos direitos humanos inclusivos. Trata-se de uma perspectiva que cria hierarquias morais entre as relações afetivas e busca jogar na imoralidade (e ilegalidade) as famílias brasileiras que não correspondem ao modelo preconizado.

Tal como realizado por Corrêa (1981) - ao contestar a primazia e o exclusivismo conferidos ao modelo ideal dominante da “família patriarcal” e argumentar pela extensa variedade das formas de organização familiar - nos remetemos aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apontam para o fato de que mais de 50% dos domicílios no Brasil não caberiam no modelo da família nuclear tradicional, sendo estes compostos por famílias extensas, monoparentais, pessoas que vivem sozinhas ou com amigos, casais homoafetivos etc.

O cruzamento desses dados chama a atenção tanto para a força das atuações dos grupos conservadores aqui mapeados e suas articulações para emplacar os valores da maioria cristã para toda a sociedade brasileira, quanto para a convivência de setores da elite brasileira nos processos de organização desse campo. Sobre isso, é importante salientar que a categoria conceitual elite cada vez mais tem se tornado polissêmica, sobretudo relacional, abrangendo um campo de inúmeras possibilidades quanto à sua compreensão (SHORE, 2002). Portanto, tal como observado por Sant’Ana (2017), quando pensamos sobre os grupos de elites que se associam e

---

28 Disponível em: <https://www.facebook.com/diegogarciapr/videos/1127612407369180>. Acesso em: 20 jun. 2021.

legitimam tais discursos, estão em nosso horizonte os setores e grupos sociais de elites locais e regionais com viés evangélico e/ou católico carismático.<sup>29</sup>

Voltando ao discurso do deputado Diego Garcia realizado em 2017, o tom combativo imposto por ele pode ser compreendido no contexto dos acontecimentos que narramos na seção anterior, classificados como a “virada conservadora”. Processo que, segundo Duarte (2020), se inicia na década de 1980 e tem como marco a instituição da Frente Parlamentar Evangélica em 2003 e, num crescente, vem realocando os representantes políticos de grupos pentecostais de um lugar de desconsideração ou figuração para o de protagonistas graças ao capital político que conquistaram, seus efeitos na vida política do país e a expressão pública que alcançaram.

Um dos eventos paradigmáticos dessa “virada” ocorreu em abril de 2016, quando a sentença “pela minha família, voto sim” justificou a maior parte dos votos favoráveis ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados. Houve interpretações de que ali estaria se configurando uma redução dos interesses do país a interesses pessoais e privados, familiares e domésticos. Para outros seria a expressão máxima do conservadorismo e fundamentalismo que, naquela data, ganhavam uma importante batalha.

Porém, após esse esforço de sistematização que realizamos até aqui, não podemos deixar de pensar que a frase “pela minha família, voto sim” possa ser compreendida como um grito de guerra pela deposição não só da presidenta, mas de toda uma agenda pró-direitos que ganhou algum espaço e questionou os tais “lugares naturais”, a ordem legal e institucional e que tornaram possíveis a “visibilidade e as vivências de identidades de gênero e diversidade sexual, de estilos de vida e de comportamentos diversos nos mais variados espaços sociais” (MACHADO, 2017, p. 12). Tal como afirmado no discurso acima transcrito, era chegada a hora de dizer “basta”, de partir para o ataque e “restabelecer a ordem”, de avançar com a agenda conservadora para o campo da ação, via implementação de políticas públicas. Após o golpe de 2016, chegar à presidência seria o próximo passo.

---

29 Fica-nos ainda uma questão, tal modelo propagado de família teria ressonância entre grupos de elites financeiras “tradicionais” (bancos, grandes empresas etc.)? Convém notar que um dos aspectos observados nas pesquisas antropológicas existentes sobre elites é que orientação sexual, relacionamentos extras conjugais, separação judicial, novos arranjos de conjugalidade e outras práticas que atentam contra a dita “moralidade cristã” passam, em muitos casos, a serem secundárias, na maioria dos casos predominando a lógica utilitária para manutenção do status do próprio grupo. Agradecemos as sugestões dos pareceristas sobre essas questões para este artigo.

## DOS DE/EMBATES ÀS POLÍTICAS: O “MINISTÉRIO DA DAMARES” E A SECRETARIA NACIONAL DA FAMÍLIA

Chegou a nossa hora, chegou o nosso momento da gente avançar! É o momento da igreja ocupar a nação. É o momento da igreja dizer para a nação a que viemos. É o momento da igreja apresentar boas ideias de políticas públicas. É o momento da igreja governar. É a nossa hora! (ALVES, 2016, *on-line*).<sup>30</sup>

Tal trecho foi retirado de um culto em que a então pastora Damares Alves é chamada a proferir uma “palavra ministrada”. Sua fala dura cerca de 1h30min nas quais ela passeia por temas como “ideologia de gênero”, perigo das drogas, pedofilia, violências para com as crianças, os riscos da escola, as perversões diversas associadas ao “homossexualismo” etc. O vídeo é sociologicamente interessante por diversas razões. Primeiro porque expõe uma lógica argumentativa que acompanha seus posicionamentos públicos, nos remetendo a um padrão.<sup>31</sup> Depois, podemos observar sua força narrativa pela introdução de sua própria história de vida: como criança que sofreu abuso sexual, como mãe solteira, e como pessoa que tentou o suicídio ainda na adolescência. Na sequência, didaticamente, ela introduz o papel da igreja não só em sua vida, mas na vida do país como única via de salvação, até chegar ao trecho acima citado que, em um tom profético, mobiliza as posições políticas da plateia. Por fim, além da continuidade, tanto na forma como no conteúdo, com o discurso do deputado Diego Garcia trazido anteriormente (em que afirma ser “a hora de jogar no ataque”), há ainda uma dimensão que queremos ressaltar: o momento em que tal evento se deu. Esse discurso de Damares ocorreu na semana que antecedeu a votação do *impeachment* da presidenta Dilma.

Cesarino (2019), em diálogo com estudiosos do populismo, recupera o argumento de Laclau (2005 *apud* CESARINO, 2019)<sup>32</sup> de que contextos de crise e desordem são pré-requisitos essenciais para que uma investida populista seja bem-sucedida. “Isso porque a liderança carismática ascende, supostamente a partir de fora do establishment, como aquele que reivindica a pureza necessária para reintroduzir a ordem em um sistema irreversivelmente corrom-

30 Disponível em: [https://youtu.be/O2bJI\\_W10vI](https://youtu.be/O2bJI_W10vI). Acesso em: 18 maio 2021.

31 Há inúmeros vídeos em que tal lógica narrativa se repete. Em geral, a premissa é falsa, sendo falsa também a conclusão. Um exemplo: “disseram que no Brasil estão catalogadas 70 identidades de gênero, olha a confusão. E aí os educadores em sala de aula estão dizendo o seguinte para as nossas crianças, “você não é menino, escolhe uma das 70”. Conseguem entender a confusão? Conseguem entender como os adolescentes estão confusos e por isso estão se suicidando? Se cortando? Estão em depressão? Disponível em: <https://youtu.be/z6Cwh6emBOo>. Acesso em: 18 maio 2021.

32 LACLAU, Ernesto. 2005 *On populist reason*. Londres: Verso.

vido” (CESARINO, 2019, p. 534). Assim como afirmado pela autora, a nós também não resta muitas dúvidas de que os anos que precederam as eleições de 2018, com toda a cadeia de fatos sistematizados até aqui (e ainda a ascensão da Lava Jato, a suposta crise econômica e outros), produziram uma atmosfera tal que conformaram uma percepção amplamente partilhada, principalmente através dos conglomerados de mídia no Brasil, de crise e caos.

É em meio a esse contexto que, em 2018, vivenciamos um processo de disputa eleitoral que trouxe para o debate nacional tanto os enfiamentos em torno de “mamadeiras de piroca”, “kits gay”, “você não merece ser estuprada”... quanto, a “defesa dos cidadãos de bem”, “da moral e dos bons costumes”, “da família tradicional brasileira”, dos “verdadeiros direitos humanos” – tudo isso vocalizado pelo mesmo candidato que, ao mesmo tempo que acionava uma linguagem que ofenderia qualquer “cidadão de bem”, defendia os “bons costumes”. Voltaremos a essa questão mais adiante, por ora o que propomos é uma passagem pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que vem materializando, em políticas públicas, as pautas conservadoras sistematizadas até aqui. Começemos pela ministra.

Dameres Regina Alves, nascida no Paraná, com 56 anos de idade possui um extenso currículo. É educadora, advogada, pastora evangélica, atual ministra no MMFDH, criou a Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE)<sup>33</sup> e foi assessora por 20 anos de parlamentares cristãos<sup>34</sup>. Sua atuação no Congresso, em suas próprias palavras, foi “para construir boas leis, ajudar a derrubar as péssimas leis e a fiscalizar as políticas públicas”<sup>35</sup>. Dameres tem atuação no Fórum Evangélico Nacional de Ação Social e Política (organismo que desenvolve atividades e lidera iniciativas na defesa dos princípios cristãos na sociedade brasileira) e no Movimento Brasil sem aborto. Filha de um pastor missionário, viveu a infância acompanhando seu pai nas missões em diversos municípios brasileiros, sobretudo na região Nordeste. Em seu perfil no *Instagram*, ela se apresenta como “mãe, advogada, educadora, pastora”. Como ressalta Duarte (2020), o caso da ministra Dameres Alves pode ser entendido como um projeto gestado no âmbito da Frente Parlamentar Evangélica com o intuito de construir quadros técnicos especializados nos fazeres da/na política legislativa, executiva e judiciária para atuar em nome “da

---

33 Disponível em: <https://anajure.org.br/>. Acesso em: 12 jun. 2019. Tal fundação é composta de magistrados e operadores do direito, atua nacional e internacionalmente sob o lema a “Defesa das Liberdades Cívicas Fundamentais”, em especial, a liberdade religiosa, de expressão e a dignidade da pessoa humana. A ANAJURE tem realizado, desde sua criação em 2012, assessoria jurídica para os projetos de lei da Frente Parlamentar Evangélica e demais frentes conservadoras do Parlamento. A Fundação tem articulações continuadas com grupos conservadores internacionais.

34 Ela assessorou, por exemplo, o Senador Malta (PR/ES).

35 Informação fornecida pela ministra Dameres Regina Alves em 14 de junho de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ja-Rn7kUM9M>. Acesso em: 2 abr. 2020.

vida”.

Sendo uma das duas ministras mulheres escolhidas por Bolsonaro, ela passou dos bastidores da política para se transformar em um dos principais nomes do atual governo. No início do mandato, muito se especulava sobre qual seria o papel da ministra na gestão, isso por conta de declarações como “meninos vestem azul, meninas vestem rosa”<sup>36</sup>, “elas são feias, nós somos lindas”<sup>37</sup>, “eu vi Jesus na goiabeira”<sup>38</sup>, porém, com o passar do tempo, foi sendo percebido que a ministra é uma das mais experientes figuras que compõem este mandato. Por estar presente nos bastidores do Congresso Nacional desde a época do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, sua experiência a tornou perita em traduzir, em termos jurídicos e políticos, as ideias religiosas daqueles com quem trabalhou. Ela é, portanto, uma personagem importante neste mosaico em que a moralidade cristã adentra no campo da política.

Tendo como foco as mulheres e a família, se restringindo aquelas que se adequam ao conceito de unidade-base da sociedade, o Ministério de Damares traz em suas ações propostas alinhadas às pautas conservadoras do legislativo. Tal como sinalizado por Teixeira (2020), as pautas relacionadas à violência – abuso, assédio – não só emergem sob uma nova roupagem e operando um deslocamento em relação ao modo como essas pautas foram constituídas pelo movimento feminista, mas passam a ocupar uma posição secundária e conectada com a “defesa da família”<sup>39</sup>.

Dessa forma, ao defender ideais para o Brasil que partem de seu pressuposto religioso, Damares se torna um elo forte na aliança entre o governo Bolsonaro e o movimento conservador que vinha se conformando no parlamento. No cenário público, sua popularidade é explicada por um conjunto de fatores que tem a ver não só com sua trajetória, mas em como ela a vocaliza ao se apresentar como evangélica, missionária, atuante da causa da violência contra a criança e contra a mulher; já tendo sido vítima de abuso sexual na infância e de violência doméstica em seu antigo casamento. Ao apresentar-se dessa forma, ela parece gerar empatia e representativi-

---

36 Informação fornecida pela ministra Damares Regina Alves em 2 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://youtu.be/6myjru-e81U>. Acesso em: 2 abr. 2020.

37 Vídeo de um evento ocorrido em 2015. Disponível em: <https://youtu.be/GpImuaxFKCA>. Acesso em: 5 abr. 2020.

38 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DvYVhLmNFQc>. Acesso em: 5 fev. 2020.

39 Cabe salientar que as principais pastas do atual ministério marcam íntima continuidade com as pautas que constavam no “Estatuto da Família” tal como apresentado na seção 1 deste artigo, quais sejam, a questão da criminalização do aborto; a implementação dos conselhos da família ao nível dos estados e municípios por meio de parcerias; políticas de combates às drogas baseadas na possível internação compulsória como medida de tratamento de usuários; a inclusão no currículo escolar da disciplina “Educação para família”; o *homeschooling*; o combate à violência contra a infância e a mulher.

dade entre mulheres evangélicas que já passaram por casos similares (TEIXEIRA, 2020), mas não só. A pesquisa do *Datafolha* de dezembro de 2019 demonstra que a ministra conquistou outros setores, sendo equilibradamente forte em todas as faixas etárias, entre simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e pessoas que se identificam com o campo progressista, mas que mantêm um posicionamento conservador, e os mais pobres.

### Imagem 1. Avaliação da ministra entre os que dizem conhecê-la, em %



Fonte: Datafolha, 2019.<sup>40</sup>

Bulgarelli (2020) afirma que a maneira como Damares se comunica compõe os fatos que explicam sua popularidade. Se utilizando de linguagem acessível e de uma retórica que oscila entre momentos incisivos, contundentes e emotivos, Damares aborda temas complexos de uma maneira simplista, manipulando dados estrategicamente. Como resultado, ela consegue abrir o diálogo com pessoas de campos distintos atraindo, por exemplo, progressistas que possuem traços de conservadorismo. Além disso, Damares incorpora o seu próprio discurso e o estende ao seu papel ao governo. Tal perfil se vincula ao do ministério que comanda tanto na constituição da equipe quanto nas políticas que vem implementando. Em matéria recente da *Carta Capital*, obtemos os dados atualizados. Segundo a reportagem,

[...] dos 46 cargos mais importantes do ministério, 30 estão ocupados por representantes de igrejas evangélicas, católicos ortodoxos, movimentos internacionais e nacionais da direita cristã e até do integralismo, de inspiração fascista. De acordo com o levantamento, 17 cargos são ocupados por lideranças ou afiliados das igrejas Batista, Assembleia de Deus, Quadrangular, Presbiteriana e Universal. Outros oito por representantes de movimentos católicos como a União dos Juristas Católicos de São Paulo, Regnun Christi, Mission Network e Brasil sem Aborto. Há seis cargos “sob sigilo”, expediente usado em casos excepcionais de servidores

40 Com 2.948 entrevistas realizadas em 176 municípios de todo o país em 5 e 6 de dezembro; margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e nível de confiança de 95%.

cedidos pela Agência Brasileira de Inteligência. A agenda é clara: liberdade religiosa, “defesa da família” (movimentos antiaborto e contra direitos LGBT), *homeschooling* – e “escola sem partido”.<sup>41</sup> (CARTA CAPITAL, 2021, *on-line*).

Chama a atenção como a composição dos altos escalões do Ministério articula uma pluralidade de atores que bem representam os novos arranjos de poder entre grupos de elites, desde as católicas tradicionais até as “novas” elites”.<sup>42</sup> Um destaque é a presença de Ângela Vidal Gandra Martins ocupando o segundo cargo mais importante, ao lado da ministra, como Secretária Nacional da Família. A criação da SNF foi um dos primeiros atos da ministra, ainda em janeiro de 2019.<sup>43</sup> Ângela Gandra é advogada, especialista em antropologia filosófica e doutora em filosofia do direito, está ligada à União dos Juristas Católicos de São Paulo e é filha do advogado Ives Gandra Martins, reconhecido jurista e destacado integrante do Opus Dei. Católica, “dessas que vai à missa todo dia”<sup>44</sup>, é uma das vozes da elite paulista tradicional que se posiciona publicamente contrária à descriminalização do aborto, tendo representado a União dos Juristas Católicos de SP na audiência no STF, em 2018, que discutiu a descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. Ela se posicionou contra a ADPF 442 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental).

No site da SNF, Ângela Gandra Martins publicou um artigo intitulado *Por que uma Secretaria da Família?* no qual ela afirma que,

[...] pela primeira vez no Brasil, o governo disponibiliza um serviço especial focado na família, já existente em outros países como a Alemanha, Canadá, Austrália e Coreia do Sul. O convite recebido pela Ministra (*sic*) Damares –que, de certa forma, encarna a alteridade – para ocupar o cargo de Secretaria da Família no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, fez-me refletir especialmente sobre esta nova vertente pública e sobre seu profundo papel, pensando no que pode significar esse trabalho em equipe, para a conformação de uma ordem social justa, harmônica e realizada, onde o bem individual reflete no bem da polis e vice-versa. (MARTINS, 2019, *on-line*).

41 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/o-ceu-de-damares-como-a-ministra-dos-direitos-humanos-aparelha-sua-pasta/>. Acesso em: 20 set. 2021.

42 Gerardi e Espinoza (2017, p. 2), ao tratarem da América Latina, afirmam que: “o cenário demonstra a emergência de novas elites, originadas do ativismo político, movimentos sociais, elites profissionais e religiosas: elite chola da Bolívia e Peru, os boliburgueses na Venezuela, a elite sandinista da Nicarágua, a elite parlamentar evangélica do Brasil etc.”

43 No Decreto nº 9.673, de 2 de janeiro de 2019, em seu artigo segundo, item b, temos a SNF compondo a estrutura organizacional do Ministério: “b) Secretaria Nacional da Família: 1. Diretoria de Formação, Desenvolvimento e Fortalecimento da Família; 2. Diretoria de Equilíbrio Trabalho-Família; e 3. Diretoria de Desafios Sociais no Âmbito Familiar”.

44 Entrevista à Marie Claire. Disponível em: <https://gandramartins.adv.br/wp-content/uploads/2020/05/2020.04.20-entrevista-da-dra.-angela-para-revista-marie-claire.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021.

A secretária define família como “primeira comunidade, onde o futuro cidadão pode firmar-se e fortalecer sua noção de co-pertença [...] alicerce inicial do processo de desenvolvimento pessoal, capaz de tornar um ser humano seguro de si” (MARTINS, 2019, *on-line*). Segundo ela, o foco “inédito” na família é justificado pela necessidade de o Estado investir no núcleo familiar não de forma utilitarista, “pragmática”, “paternalista e ineficiente”, mas para que ela (a família) se consolide internamente, “apostando em sua capacidade de autogestão”. Para realizar tais objetivos a secretaria “se construirá enquanto uma estrutura inédita no Brasil, projetada a investir no essencial, já que muitos problemas sociais podem ser evitados com o devido protagonismo da família”. Ela conclui o artigo com uma perspectiva de futuro, anunciando que, dessa forma, “a mudança esperada pelos brasileiros, ainda que não imediata, será efetivamente sustentável pela solidez de uma saudável infraestrutura familiar”.

As políticas públicas elaboradas e em curso estão elencadas no site da SNF<sup>45</sup>. Sob o guarda-chuva de uma “Estratégia Nacional de Fortalecimento de Vínculos Familiares”, são elas: Reconecte; Famílias Fortes; Família na Escola; Acolha a Vida; Programa Equilíbrio Trabalho-Família; Programa Município Amigo da Família. Para além destes há o “Observatório da Família”<sup>46</sup>, uma unidade de pesquisa que integra a estrutura do Ministério com o objetivo de incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à temática da família, tornando-se referência para a elaboração de políticas públicas voltadas à família.

Não teremos espaço aqui para adentrar nos programas e ações da SNF, mas sinalizamos que nossa pesquisa segue interessada, em especial, no Programa Famílias Fortes, que tem como “[...] objetivo o bem-estar dos membros da família a partir do fortalecimento dos vínculos familiares e o desenvolvimento de habilidades sociais [...]”<sup>47</sup>. Integrado ao Programa Município Amigo da Família, as ações do Famílias Fortes vêm sendo implementadas por meio das prefeituras que aderem à uma metodologia que, por meio de encontros semanais conduzidos por facilitadores municipais formados pelo Ministério, são aplicadas em famílias-alvo no sentido de “promover o bem-estar dos membros da família, fortalecendo os processos de proteção e construção de resiliência familiar e reduzindo os riscos relacionados a comportamentos problemáticos”<sup>48</sup>.

45 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia>. Acesso em: 15 jul 2021.

46 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/observatorio-nacional-da-familia>. Acesso em: 15 jul. 2021.

47 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/familias-fortes-1>. Acesso em: 15 jul. 2021.

48 Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/familia/familias-fortes-1>. Acesso em: 15 jul.

Com assumido caráter pedagógico e disciplinador, já observado em outras instâncias e momentos do Estado brasileiro (CORREA, 2016; SCHUCH, 2013), tal Programa vem sendo implementado por meio de parcerias entre o Ministério e diversos municípios, sendo por nós acompanhado. O que podemos adiantar, à guisa de reflexão, é algo semelhante ao apontado por Schuch (2013) ao estudar a “Escola de Pais”<sup>49</sup>, ou seja, que tal programa pode ser compreendido como uma “pedagogia de reordenamento das relações”. Além disso, não se trata somente de um “dispositivo de reorganização da família, mas de incentivo ao desenvolvimento de novas habilidades para a cidadania” (p. 318). Se a autora associa tal desenvolvimento de novas habilidades a uma proposta centrada em um modelo familiar que privilegia os vínculos emocionais entre pais e filhos que é típico do sistema de valores das camadas médias e altas da população brasileira (FONSECA, 1995; SCHUCH, 2013), para o caso do Famílias Fortes acrescentamos que, além desse mesmo modelo estar operando como guia, está em jogo um programa pedagógico de combate à “ideologia de gênero” e com um entendimento restritivo do que é família, ou do que ela deveria ser.

Um exemplo basta para adiantarmos nossa hipótese. Em 12 de março de 2021, a secretária Ângela Gandra participou de um evento internacional<sup>50</sup> no qual declarou: “estamos trabalhando muito nas políticas públicas contra a ‘ideologia de gênero’. Desde o primeiro momento, tiramos todas as cartilhas que tínhamos onde os pais eram preparados a ajudar seus filhos desde os dois anos a escolher seu sexo”. Nos primeiros momentos de sua fala, ela cita o presidente Bolsonaro em seu compromisso de não permitir que a “ideologia de gênero” seja promovida e que a estratégia de sua secretaria é de atuar por meio dos programas direcionados a “fortalecer a família”. Ângela Gandra explica:

Como estamos fazendo? Em primeiro lugar, com um projeto que se chama “Famílias Fortes”. É um programa que estamos levando a todos os municípios do Brasil, que trata do fortalecimento de vínculos familiares. Porque muito acontece pelos abusos que há na família, a pedofilia e tudo, que depois as pessoas se confundem e vão para outro caminho. Pensamos que isso é a prevenção da prevenção: a família forte.

Antes de prosseguir, é necessário destacar aqui que “ideologia de gênero” é uma categoria de acusação. Elaborada ainda no início dos anos 2000 por correligionários da igreja cató-

---

2021.

49 “[...] propagada como um grupo de ajuda para pais ou responsáveis de adolescentes cumprindo medida socioeducativa.” (SCHUCH, 2013, p. 315).

50 Seminário virtual intitulado *Uma resposta política à ideologia de gênero*, promovido pela organização internacional Political Network for Values em 2021. A fala da Secretária está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=G7wEicn8dsw>. Acesso em: 12 jul. 2021.

lica, ela é recentemente apropriada em discursos contrários às identidades de gênero e, no atual cenário político brasileiro, tem sido manipulada de forma a alimentar os chamados “pânicos morais” (FACCHINI; FRANÇA, 2020). O conceito se aplica aqui a uma cadeia de argumentos construídos por atores políticos e religiosos de que estaria em curso um processo de deturpação das cabeças das crianças nas escolas (LEITE, 2019) levado a termo por atores genéricos como “a esquerda”, “os comunistas”, “as universidades”, “os homossexuais”, “destruidores da família” etc.<sup>51</sup>

Já estamos em tempo de perceber que as implicações destes processos têm sido dramáticas. Retomando os dados apresentados pela reportagem da *Carta Capital*, em 2020 o MMFDH pouco investiu em políticas para as mulheres e LGBTI+. No caso delas, dos 106 milhões de reais empenhados teriam sido gastos R\$2 milhões. Já para o segundo grupo, teriam sido empenhados R\$800 mil, dos quais nenhum centavo teria sido aplicado. Para além desses dados concretos, programas como o Famílias Fortes, por exemplo, refletem um tipo de política que pensa e age no mundo na chave da moral e não nas perspectivas dos direitos. Nesse sentido esvaziam a noção de desigualdades a serem combatidas e substituem-na pela ideia de que há inimigos internos que colocam em risco o bem-estar da nação ao “atacar” sua célula mais básica, a família.

## “PELA FAMÍLIA BRASILEIRA”: SOBRE MORALIDADES E ELITES

O esforço que fizemos aqui insere a questão da centralidade da “defesa da família” no cenário político atual em uma equação que encadeia processos de conquistas de direitos seguidos por questionamentos e a construção de um cenário que coloca no centro das disputas a nossa “vaca sagrada” (FONSECA, 1995), a família brasileira. Os embates no parlamento em torno da definição do conceito de família não são um detalhe nesta equação, tendo implicações diretas no reposicionamento de grupos no poder e na legitimação de políticas de governo que estão em curso.

Tal como elaborado por Machado (2017), o que está em jogo é uma proposta de imposi-

---

51 Tal como explicado por Miskolci e Campana (2017), a noção de “pânico moral” de Stanley Cohen tem sido bastante acionada para responder à questão de como chegamos até aqui e com uma adesão de camadas expressivas da população. Rubin (2003) pensa os pânicos sexuais de modo a entender como esses processos relacionados à sexualidade têm o poder de galvanizar ansiedades sociais mais amplas e como, ao arrebanhar adeptos, tornam-se úteis e estratégicos na produção de posições conservadoras.

ção de um único modelo de família que visa bloquear as variadas formas de arranjos familiares que se desenvolvem no Brasil e no mundo e de invisibilizar as formas diversas de exercer direitos sexuais e reprodutivos. Em nossa concepção, vem daí a centralidade de muito bem traçar a fronteira do que é família e de quais sujeitos e moralidades tal conceito abarca. O que está fora são relações de “mero afeto” e, portanto, não objeto de proteção do estado e do direcionamento de políticas.

Ao longo da escrita destas páginas, uma das questões que norteiam este dossiê ressoava em nós, “Afim, o que justifica a opção por uma agenda política contracivilizatória e o pacto velado de determinados segmentos da elite nacional?”.

Um caminho tentativo de resposta seria o de que, em um dado momento, os processos de demandas por direitos, especialmente os ligados à sexualidade, teriam cruzado uma barreira. Fato que legitimaria os argumentos de que “basta”, de que havia sido cruzada o que denominaremos de *fronteira moral*, sendo chegada a hora de articular ações e discursos que vinham sendo gestados entre conservadores e fundamentalistas e que passam a ser gramatical a uma camada mais ampla da população, possibilitando que seus discursos de intolerância “saíam do armário” sob o manto da defesa e proteção do bem-estar social e da família.

Andréa Lobo (2012b), no contexto dos estudos sobre fluxos globais, tem utilizado a noção de “fora de lugar” como forma de compreender os processos de produção de oposições em cenários de mobilidade. A autora percebe o estabelecimento de fronteiras enquanto produtores de pertencimentos em seus distintos sistemas de significação que acabam por produzir sujeitos que “são daqui” em contraposição aos “de fora”. Argumenta, então, ser produtivo explorar a concepção tanto de lugar quanto de fronteiras enquanto campos sociais, ou seja, redes imaginadas que conformam pertencimentos ou distanciamentos, pois tal perspectiva permite refletir sobre os regimes de verdade que acabam por reproduzir tecnologias de gerenciamento do outro que o fixam em categorias excludentes e enquanto sujeitos precarizados (LOBO, 2012b; LOBO; MOTTA; TRAJANO FILHO, 2014; LOBO; MACHADO, 2020).

É com esse argumento em mente que pensamos na noção de *fronteiras morais* como produtiva para explicar a gramaticalidade do discurso conservador de “defesa da família” em distintas camadas da sociedade brasileira face a supostos inimigos que estariam empenhados a “destruir a família”. É difícil estabelecer os limites de quaisquer fronteiras. Portanto, não temos respostas para a questão de quando a corda das demandas por direitos e reconhecimento das pluralidades foi esticada a ponto de se romper de tal forma que uma significativa parcela, sobretudo da elite brasileira, se reconheça ou instrumentalize discursos como os de Damares e dos diversos atores citados ao longo do texto. O que sabemos é que esse processo tem colocado

a diversidade das composições familiares tanto no lugar de suspeita quanto simultaneamente como objeto e instrumento de intervenção, uma vez que programas tais como o Famílias Fortes “se colocam como tarefa restabelecer normas e regras tidas como essenciais ao convívio entre parentes” (SCHUCH, 2013, p. 311).

Como afirma Duarte (2020), a atuação política de bancadas conservadoras no parlamento e a atual implementação de políticas pelo MMFDH não se restringe a citar versículos bíblicos em projetos de lei ou discursos. O que observamos no caminho aqui traçado foi o desenvolvimento de estratégias políticas que têm tido sucesso em instrumentalizar princípios político-jurídicos para explorar o conservadorismo de camadas da população que ou se ressentem das mudanças sociais, e da diversidade dos parâmetros culturais, sexuais e familiares que ganharam espaço no debate público ou, no caso da elites mais tradicionais, se beneficiam utilitariamente de tais discursos conservadores para a manutenção e reprodução de seu status enquanto grupo, seguindo a lógica utilitária de “se os negócios vão bem a família vai bem”.

Acontece que a retórica da “defesa da família” não é novidade e nem se restringe a governos conservadores. Schuch (2013), por exemplo, ao pesquisar o complexo processo de instauração do Estatuto da Criança e do Adolescente, nos chama a atenção para alguns aspectos dos processos pelos quais a “família” aparece como um domínio fundamental de formação da matriz para o indivíduo adulto. Assim, a autora explora os modos pelos quais ela é, no contexto brasileiro, inserida em políticas mais amplas de reconstrução democrática que priorizam a descentralização das políticas, a corresponsabilização de indivíduos e comunidades na sua execução e a construção da autonomia e protagonismo dos sujeitos, com vistas a sua transformação em “sujeitos de direitos” (SCHUCH, 2013, p. 311).

Observemos que a autora está interessada na centralidade da “família” em processos de reconstrução democrática, o que nos aponta para algumas continuidades. Entretanto, o momento atual nos coloca novos desafios, isso porque o conservadorismo dá ensejo para que o estado localize “culpados” por eventuais degradações da sociedade. Sendo assim, não basta excluir, é preciso eliminar. O argumento é o de que considerar legítimas as configurações ditas não tradicionais de família, equivaleria a dar espaço para uma completa desintegração das referências morais da sociedade, ou seja, trata-se de um argumento *slippery slope*, que nada mais é do que o processo de derivação de uma regra para consequências lógicas não previstas e, eventualmente, disruptivas (MIGUEL, 2014).<sup>52</sup>

---

52 Miguel (2014, p. 15), ao analisar as narrativas exploradas pela exposição britânica “Sexy Nature” quando em exibição em Paris, afirma que “o conceito de *slippery slope* explicaria as associações discursivas, frequentes em muitos países, entre a liberalização da homossexualidade e o risco do aumento da corrupção de menores e a

Porém, como apontando por Corrêa (1981) as noções de família patriarcal como ícone do Brasil colonial e da família nuclear como ideal de um país moderno são fruto de uma ideologia dominante e, portanto, dela excluem ou desconsideram a “existência de um panorama mais rico, a coexistência, dentro de um mesmo espaço social, de várias formas de organização familiar” (p.14). Acrescentamos ao argumento da autora, à luz dos eventos aqui narrados, que assim como a vida familiar e suas configurações possíveis são um espaço poroso, podemos dizer o mesmo dos grupos de elites que se (re)configuram nesse campo, estes possivelmente abertos a incorporar a diversidade dos arranjos familiares a depender de seus interesses na mobilização de recursos e reprodução de seus capitais social, político, financeiro, intelectual etc.

Finalizamos lembrando que, após séculos de pesquisa, estudos e teorizações oriundos de análises etnográficas densas e rigorosas sobre a diversidade das formas familiares, está demonstrado que se é possível fornecer uma definição de família, essa se distancia em muito das concepções restritivas, se aproximando da ideia de um feixe de relações enquanto práticas significativas que constituem o sentido de pessoas e de grupos. Sendo assim, a presença das dinâmicas familiares no debate público só faz sentido se entendida no plural, pois as relações que ali se dão são elos que conectam pessoas por meio do afeto e que assim coproduzem a vida social. Nos fica aqui, portanto, um questionamento político de fundamental importância: a que ou a quem serve os discursos de “defesa da família”?

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Ronaldo de. 2017. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, p. 1-20, 2017.
2. BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 470, de 2013. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias e dá outras providências. **Diário do Senado Federal**, Brasília, DF, 13 nov. 2013 Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242>. Acesso em: 06 janeiro 2020.
3. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.369, de 2015**. Institui o Estatuto das Famílias do Século XXI. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2024195> Acesso em: 26 jan. 2021.

---

legalização da homoconjugalidade como abertura lógica à zoofilia”.

4. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 6.583, de 2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: <https://bit.ly/3FZ14A0>. Acesso em: 24 jun. 2021.
5. BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer do Segundo Relatório do Projeto de Lei PL 6.583/2013**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3lSe93v>. Acesso em: 26 jul. 2021.
6. BULGARELLI, Lucas. Entrevista: ‘Damares e Guedes são parte do mesmo plano político’ diz pesquisador. [Entrevista concedida a] Rosana Pinheiro-Machado. **The Intercept**, 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/09/01/entrevista-lucas-bulgarelli-damares-guedes-conservadorismo/>. Acesso em: 10 set. 2020.
7. CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, v. 62 n. 3, p. 530-557, 2019.
8. CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 37, p. 5-16, 1981.
9. CORREA, Ranna. **Procuram-se pais**: um estudo etnográfico sobre investigações de paternidade para o registro civil. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
10. DUARTE, Tatiane. “Our time has come! It’s time for the church to govern”: evangelicals in Brazilian politics and in our ethnographies. **Revista Vibrant**, v. 17, p. 1-24, 2020.
11. FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora. **Direitos em disputa**: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
12. FACCHINI, Regina; SÍVORI, Horácio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. **Cadernos Pagu**, v. 50, p. 1-18, 2017.
13. FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.
14. FONSECA, Claudia; JARDIM, Denise; SCHUCH, Patrice; MACHADO, Helena. Apresentação. Tecnologias de governo: apreciação e releituras em antropologia. **Horizontes Antropológicos**, v. 22, n. 46, p. 9-34, 2016.
15. FRANKLIN, Sarah; MCKINNON, Susan (ed.). **Relative Values**: Reconfiguring Kinship Studies. Durham & London: Duke University Press, 2001.
16. GERARDI, Dirceu; ESPINOZA, Fran. Apresentação ao dossiê “Velhas e Novas Elites Na América Latina”. **Revista Conversas e Controvérsias**, v. 4, n.1, p. 1-4, 2017.
17. LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**: de Reagan a

- Bolsonaro. Porto Alegre: Editora Zuko, 2019.
18. LEITE, Vanessa. “Em defesa das crianças e da família”: refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana**, v. 32, p. 119-142, 2019.
  19. LOBO, Andréa. A família em Cabo Verde: uma perspectiva antropológica. **Revista de Estudo Cabo-Verdianos**, v. 4, p. 99-114, 2012a.
  20. LOBO, Andréa. **Entre fluxos**. Brasília: Editora UnB, 2012b.
  21. LOBO, Andréa; MOTTA, Antonio; TRAJANO FILHO, Wilson. **África fora de casa: imagens fora de lugar**. Recife: Editora Universitária, 2014.
  22. LOBO, Andrea. **Tão longe, tão perto: famílias e “movimentos” na ilha da Boa Vista de Cabo Verde**. Brasília: ABA Publicações, 2014.
  23. LOBO, Andréa; MACHADO, Igor Renó. Ethnographing flows, (re)thinking categories. **Vibrant**, v. 17, p. 1-13, 2020.
  24. MACHADO, Lia Zanotta. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. **Cadernos Pagu**, v. 50, p. 1-48, 2017.
  25. MACHADO, Lia Zanotta. From the time of rights to the time of intolerance. the neoconservative movement and the impact of the Bolsonaro government: challenges for Brazilian anthropology. **Revista Vibrant**, v. 17, p. 1-35, 2020.
  26. MARTINS, Ângela. **Por que uma secretaria da família?** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>. Acesso em: 28 abr. 2021.
  27. MIGUEL, Francisco. “Sexy Nature”: a naturalização da (homo)sexualidade em uma exposição museográfica, **Anuário Antropológico**, v. 39 n.1, p. 99-123, 2014.
  28. MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017.
  29. OLIVEIRA, Esmael Alves; BECKER, Simone. Regimes de verdade, regimes de governamentalidade: uma análise foucaultiana sobre o estatuto da família. **ACENO-Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 5, n. 9, p. 15-30, 2018.
  30. PINA-CABRAL, João de. Introduction. In: PINA-CABRAL, J.; LIMA, A. P. (dir.). **Elites: choice, leadership and succession**. Lisboa: Etnográfica Press, 2000. p. 1-5.
  31. ROHDEN, Fabíola. Honra e família em algumas visões clássicas da formação nacional. **Revista BIB**, v. 48, n. 2, p. 69-89, 1999.

32. RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, n. 21, p. 1-88, 2003.
33. SANT'ANA, Raquel. **A nação cujo Deus é o senhor**: a imaginação de uma coletividade “evangélica” a partir da Marcha para Jesus. 2017. 262 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.
34. SCHUCH, Patrice. Como a família funciona em políticas de intervenção social? **Civitas**, v. 13, n. 2, p. 309-325. 2013
35. SHORE, Cris. Introduction. Towards an anthropology of elites *In*: SHORE, Cris; NUGENT, Stephen (ed.). **Elite cultures: anthropological perspectives**. London: Routledge, 2002. p. 1-21.
36. SARTORI, Priscila Frizzarin. ESTATUTO DA FAMÍLIA: Projeto de Lei nº 6.583/2013. **Direito e Direitos-Revista Eletrônica de Direito-UNISAL-Americana**, v. 1, p. 1-12, 2015.
37. SILVEIRA, Bianca Alves. **“Sob o céu azul de nuvens doidas da capital do meu país, nós legislamos!”**: a ADI 4277 e o conceito de família na Câmara dos Deputados. 2016. 193 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
38. TEIXEIRA, Carla; SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. A antropologia da administração e da governança no Brasil: *área* temática ou ponto de dispersão?. *In*: DUARTE, Luiz Fernando Dias; MARTINS, Carlos Benedito (ed.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: antropologia**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 51-95.

*Andréa Lobo*

Professora no Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília. Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7525-1953>. Colaboração: Análise de dados, redação, pesquisa etnográfica em documentos, revisão. E-mail: [andreaslobo@yahoo.com.br](mailto:andreaslobo@yahoo.com.br)

*Maria Eduarda Cardoso*

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8884-3843>. Colaboração: Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação. E-mail: [mariaduda.vale@gmail.com](mailto:mariaduda.vale@gmail.com)

# Muito além de um tuíte: a sinergia política dos militares e o processo de conquista do Estado

Far beyond a tweet: the political synergy of the military and the state takeover process

Piero Leirner

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil

## RESUMO

Este artigo trata dos dispositivos militares que estão por trás de um projeto de hegemonia política das Forças Armadas. Ao contrário do que se realizou em épocas passadas em golpes e conquistas do poder à força, pretendo mostrar que o processo que desembocou no momento atual prevê uma atuação *em segundo plano*, com militares controlando vários setores do Estado que agem em seus interesses por procuração. Para demonstrar esta tese, vou retomar o modo como foi construída a adaptação desses pressupostos para a doutrina militar brasileira e o modo como isso se constituiu em um projeto, cujo escopo foi o de promover uma “rotação” do papel militar da defesa externa para o que eles entendem como ameaças internas. A partir disto se deu um processo de ligação orgânica com várias agências estatais, fundamentais para realizar uma espécie de “guerra por outros meios”.

**Palavras-chave:** Militares, Estado, Guerra, Guerra Híbrida, Informações, Etnografia.

## ABSTRACT

This article is about military devices that are behind a project of political hegemony of the Armed Forces. Contrary to what took place in past times in coups and conquest of power by force, I intend to show that the process that culminated in the present moment foresees a performance in the background, with the military controlling various sectors of the State that act in their interests by proxy. To demonstrate this thesis, I will return to the way in which the adaptation of these assumptions to Brazilian military doctrine was built, and the way in which this was constituted in a project, whose scope was to promote

---

Recebido em 30 de abril de 2021.  
Avaliador A: 04 de agosto de 2021.  
Avaliador B: 17 de agosto de 2021.  
Aceito em 29 de outubro de 2021.

---



a “rotation” of the military role of foreign defense for the that they understand as internal threats. As a result, there was a process of organic liaison with various state agencies, which were fundamental to carry out a kind of “war by other means”.

**Keywords:** Military, State, War, Hybrid War, Information, Ethnography.

## INTRODUÇÃO

Este artigo<sup>1</sup> discute algo que ainda não é absolutamente evidente para a maioria de nós: os elementos que impulsionaram um regime de interações entre militares (especialmente do Exército, e de posições superiores na hierarquia), parlamentares (como facilitadores em processos de criação de leis) e especialmente agentes do direito (juízes, desembargadores e procuradores). É necessário que se entenda antes de tudo que estamos falando de um processo em andamento, e como tal há poucos fatos que estejam publicamente documentados. Contudo, espero compensar isso com elementos que foram sendo entendidos com aproximadamente 30 anos de pesquisas etnográficas com militares (LEIRNER, 2020a)<sup>2</sup>, e que sugerem que as relações que eles estabelecem com agentes estratégicos para uma aproximação ao poder estão em evidências nada triviais e muitas vezes dispersas.

Meu objetivo aqui é mostrar que os militares (a) sempre, desde o fim da ditadura de 1964-1985, vislumbraram uma volta ao poder; e (b) fizeram isso através de uma aproximação *sinérgica*<sup>3</sup> com outros atores sociais. Para isso, recorreram a protocolos próprios, dentro de uma doutrina de guerra não convencional, que inclui elementos de “guerra híbrida”, “guerra informacional”, “guerra psicológica de espectro total”, “ação reflexiva”, “RethOps”, “operações

---

1 Gostaria de agradecer aos organizadores do dossiê, aos pareceristas anônimos/as e à leitura de Aline Iubel.

2 As trajetórias de pesquisa com militares e sua implicação para o modo como passei a entender sua ação política estão descritas em Leirner (2009) e nos capítulos “Introdução e 1” de Leirner (2020a); uma ampla trajetória de relações entre antropólogos e instituições militares fora do Brasil está em Price (2011) e Network of Concerned Anthropologists (2009).

3 Utilizo esse termo no sentido de uma categoria nativa (por isso sua grafia em itálico; discursos e falas militares seguirão essa grafia), que se aproxima ao “nosso” uso comum – de uma “cooperação” visando um fim comum, mas que no caso deles ainda é acrescido da ideia de uma vibração comum, outra categoria nativa que remete à noção de uma “totalização”, “integração”, algo emocional (CASTRO, 2004, p. 57). Talvez o sentido orgânico ainda possa suscitar uma aproximação às ideias de solidariedade e efervescência, em um sentido durkheimiano.

psicológicas” (Leirner, 2020a) e, especialmente, o *lawfare* como parte da doutrina da guerra híbrida (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2020).

Descrevo como essa parafernália militar pôde se juntar em um “script” para chegar a um “fim” que está imbricado à eleição de Bolsonaro à Presidência e ao seu papel nesse cargo. Ou seja, a ideia é que a parte militar deste *teatro de operações* pode ser compreendida à luz do modo como militares juntaram conceitos, ideias, ideologias, doutrinas e protocolos a uma ação concertada. Já adianto que não discuto a eleição de Bolsonaro, mas os aspectos militares de um processo que visa o controle da máquina estatal por eles. Ao mesmo tempo, a relação com o Poder Judiciário está muito longe de ser resumida ao que foi a cena do famoso tuíte do general Villas Bôas ameaçando o Superior Tribunal Federal na votação do Habeas Corpus relativo à prisão do ex-presidente Lula. Se estou certo, essa foi a “ponta do iceberg”; o que está debaixo d’água são toneladas de matéria que diz respeito a um processo que começou antes das eleições de 2018 e provavelmente continuará depois deste atual governo.

**Figura 1. O “famoso” tuíte**



**Fonte:** Twitter do general Villas Bôas, 2018.

A ideia que ficou estampada, especialmente depois das revelações que apareceram no livro de entrevistas que o general Villas Bôas concedeu a Celso Castro (CASTRO; VILLAS BÔAS, 2021), é de que militares e judiciário estão marcados por uma tensão e que estamos

sempre no risco iminente de uma intervenção dos primeiros sobre os últimos. Tal fato, aliás, é constantemente lembrado pelo próprio presidente Bolsonaro e seu entorno militar, que volta e meia discutem o papel de “poder moderador” das Forças Armadas. Considerando esses aspectos, pretendo mostrar como as relações entre militares e judiciário têm vários canais e que sua *sinergia* indica algo que vai no sentido contrário ao que essa narrativa que já domina o senso comum coloca.

Figura 2. Um tuíte mais realista?



Fonte: Twitter do general Villas Bôas, 2018.

Para se entender como vou ancorar em minha etnografia a explicação sobre os processos políticos que envolvem esta *sinergia* militar com outros setores, partirei da noção, que cheguei depois de várias experiências, que tal narrativa pode muito bem ser vista dentro dos padrões daquilo que eles próprios chamam de *Decept Ops*, ou operações de dissimulação. De maneira bem resumida, poderia dizer que a maior parte dos papéis nesse *teatro* parte dessa matriz. A dissimulação diz respeito à ideia de que aparentemente os papéis são realizados por outros, mas fundamentalmente a *instrução* de execução é militar, e camuflada. Por isso, acima de tudo esta-

mos no terreno de manobras de informações que visam afetar a percepção do outro – tal como é colocado pela matriz militar de uma teoria da cognição (BOYD, 1995).

Para deixar claro quem são os atores que protagonizaram o que estou chamando de uma “conquista do Estado”, cabe esclarecer alguns elementos da dinâmica própria da socialidade militar. De maneira resumida, posso dizer que: 1) os militares têm uma vida social pautada na cadeia de comando, e a hierarquia é o valor central de organização prática e ideológica deles (LEIRNER, 1997; 2020b); 2) por conta disso é preciso estar atento que “o exemplo arrasta”, como bem coloca (o Coronel) Marcelo Pimentel (PIMENTEL, 2021)<sup>4</sup>; 3) além disso, as estreitas redes de relação pessoal facilitaram um processo de alinhamento orgânico em torno de um *projeto*, como está bem exposto no livro de entrevista de Villas Bôas (CASTRO; VILLAS BÔAS, 2021); 4) e sobretudo é possível ver que os protagonistas das principais ações que produziram uma nova ação política do Exército (e das outras Forças, que gravitaram em sua órbita) eram pessoas próximas, que atuaram consorciadas<sup>5</sup>. Isso foi possível também graças a: a) o núcleo deste consórcio ser de gerações próximas; b) ter servido nos mesmos locais em alguma hora da carreira, produzindo experiências próximas (que se estendem para as famílias inclusive, formando uma das redes do que se entende nativamente por *família militar* (CASTRO, 2018); c) ter passado por experiências de carreira e socialização parecidas (por exemplo e principalmente o serviço na Amazônia e comando no Haiti); d) finalmente, por se tratar de um núcleo em que todos chegaram ao generalato, e em sua maioria ao posto máximo, o de general de Exército (4 estrelas). Todos esses fatores foram decisivos para produzir uma coterie que operou um projeto *pensado em termos de uma ação militar*. Esse, portanto, é o ponto a ser enfatizado neste artigo: a parte militar do projeto de conquista do Estado que ora estamos presenciando.

Assim, desenvolvo os argumentos em duas seções, além de uma breve conclusão. Na primeira, mostro as teorias militares que fundamentam essa *sinergia*, como elas foram lidas pelos militares brasileiros e os movimentos que constituíram uma ligação efetiva, apresentando isso como uma *manobra militar*. Na segunda, descrevo como a implantação de um projeto militar no Brasil, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron), serviu de base para

---

4 Sobre o general Villas Bôas, por exemplo: “No dia seguinte à passagem de comando, assumiu cargo em comissão no GSI como assessor especial. Sua nomeação serviu de referência e larga trilha para os militares que o seguiram na ocupação de cargos na máquina político-administrativa. Seu exemplo ‘arrastou’ milhares do ‘quartel’ para a ‘política’” (PIMENTEL, 2021, p. 134).

5 Marcelo Pimentel vê isso ocorrer na forma de um “Partido Militar” (aproveitando a expressão elaborada por Alan Rouquié e Oliveiros Ferreira nos anos 1980), com organicidade em termos de “memória histórica e vocação institucional; base ideológica; pautas de interesse coletivo e corporativo específico; direção “partidária” encarregada da distribuição de poder; controle do governo em direção, sentido e intensidade; quadros “partidários” – formação de lideranças; e base eleitoral e militante” (PIMENTEL, 2021, p. 128).

um projeto político. Por fim, concluo retomando o sentido e o propósito dessas ações militares.

## DOCTRINAS NÃO CONVENCIONAIS: NO BRASIL E ALÉM

Estou aqui particularmente interessado em descrever como se elaborou uma doutrina que serviu de pano de fundo para o Exército voltar ao entendimento de que seria preciso organizar a Força para enfrentar “problemas domésticos”, e assim preparar o terreno para uma atuação híbrida que mescla o “campo da guerra” e o “político”. Isso não veio de um golpe súbito, mas foi resultado de anos de acumulação de experiências por parte de militares que estavam em posições de comando no sentido de uma “organização de elites”. Tenha-se em mente que para realizar este projeto de protagonismo político foi necessário transformar esta *vocação orgânica* em uma matéria tipicamente militar, justificável em termos do emprego e papel dos militares face ao que eles entenderam ser uma resposta às novas ameaças que o Brasil sofria, e segundo eles, ainda sofre e sofrerá. De certa maneira, tudo isso está delineado no chamado “processo de transformação da Força Terrestre” (doravante Proforça): um enorme projeto que consumiu alguns anos de trabalho e resultou na implantação de vários *sistemas* de organização militar. O principal personagem envolvido nesse projeto foi o general Villas Bôas, que o concebeu, implementou e efetivou enquanto comandou o Exército. Especificamente, focarei – e de forma resumida – apenas em um programa dentro do Proforça, que é o mais vultuoso deles – o Sisfron, resultado daquilo que é concebido como uma evolução da *Estratégia Braço Forte* dentro do *Processo de Transformação do Exército - Proforça*, cujo documento tem sua 1ª edição em maio de 2010<sup>6</sup>.

---

6 “A Estratégia Braço Forte, em sua estrutura principal, constou de 823 projetos organizados em quatro grandes programas, a serem desdobrados em curto, médio e longo prazos (2014 – 2022– 2030)”. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010a, p. 21-23). Os programas eram: “Amazônia Protegida”, “Sentinela da Pátria”, “Mobilidade Estratégica” e “COBRA: Combatente Brasileiro”. Após os primeiros trabalhos de estudos e coordenação do *Processo...* finalmente tudo parece ter se resumido em um principal, o Sisfron.

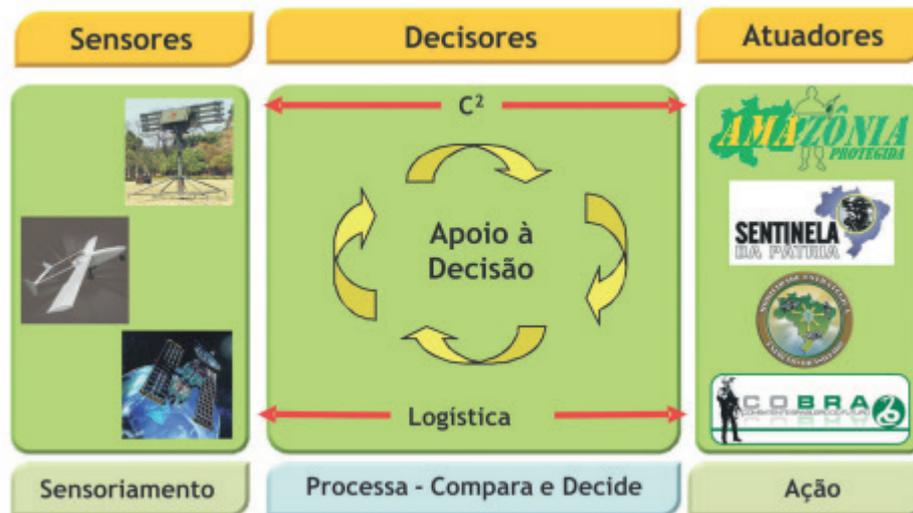
Figura 3. Evolução da EBF/2009



Fonte: Exército Brasileiro, 2010b, p. 12.

Dentro do modo de codificação militar da realidade, podemos resumir – assumindo uma terminologia nativa – que se pressupõe a existência de uma cadeia de “inputs e outputs” de *informação e controle*; e isso é parte de um ciclo que, por sua vez, deve produzir mais informação e controle de informações que “voltam para o sistema”, atuando em *looping e feedback* à moda de um sistema cibernético<sup>7</sup>.

Figura 4. “Loop da Estratégia Braço Forte”



Fonte: Exército Brasileiro, 2010c: 25; C<sup>2</sup> = “Comando e Controle”.

<sup>7</sup> A referência está exatamente nos “sistemas OODA (Observação-Orientação-Decisão-Ação)” desenvolvidos pelo Coronel Boyd, com inspiração em G. Bateson (OSINGA, 2005; LEIRNER, 2020) e na Cibernética de Norbert Wiener (WIENER, 2017).

Não se trata de fazer aqui o que seria um (extenso) resumo do Proforça, dos seus documentos e versões. Gostaria apenas de chamar a atenção para o fato de que essas ideias em grande parte vêm de “cópias” de modelos produzidos no exterior, e visam justamente produzir “espelhos” para obter o que se entende como um meio de defesa em relação aos outros. Tudo se passa como se essas linguagens fossem adaptações de um dispositivo universal em que o *sistema* de inimidades se constitui em um parâmetro por meio do qual constroem as orientações da própria conduta (LEIRNER, 2020b). No caso, voltando ao Proforça, vemos a justificativa para a adoção de toda essa parafernália no fato de que as “ameaças hoje em dia” passaram das típicas da “era industrial” para as da “era do conhecimento”. As capacidades do inimigo estão imbricadas na maneira pela qual as informações e contrainformações são produzidas, codificadas, amplificadas, abafadas e retransmitidas conforme a tomada de consciência de como se operou sua percepção<sup>8</sup>. Na cartilha do Proforça (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010b, p. 6), entre as tendências que devem ser adaptadas dessa *nova era* estão a “obtenção de superioridade em Informações de Combate, integrando as atividades de Inteligência de Combate, Guerra Eletrônica, Operações Psicológicas, Dissimulação, Segurança das Operações, Defesa Cibernética, Assuntos Civis e Comunicação Social”. De fato, isso não se difere em quase nada daquilo que é apresentado nos manuais norte-americanos desde o *HTS*.

No entanto, de maneira diferente das orientações de “guerra em espectro total” que estão formadas pelo US Department of Defense (ENGDAHL, 2009), é preciso entender como essas orientações programáticas foram sendo capturadas pelo regime mental que já existia por aqui. Uma parte do problema é a tal percepção de uma “ausência de elites” domésticas – algo reiterado a mim durante 30 anos de etnografia (LEIRNER, 1997, 2009, 2020a). O resultado disso não só pode ser visto nos eventos mais dramáticos de intervenção militar na história republicana (a começar da própria República, mas também algo regular ao longo do século XX), mas especialmente em toda a parafernália “civilizatória” que marcou a ideia de que a Nação é resultado ou desdobramento de uma cosmologia militar (CASTRO, 2002; SOUZA LIMA, 1995). A outra parte do problema é como eles conectaram isso às “ameaças potenciais” (sempre lembrando: do ponto de vista deles, uma ameaça *militar*, ou o que quer que se identifique com isso, é uma ameaça *geral* ao Estado, portanto ao país, e, portanto, à sociedade). É aqui que se deve buscar

---

<sup>8</sup> É um processo que os militares chamam de “consciência situacional: percepção precisa dos fatores e condições que afetam a execução da tarefa durante um período determinado de tempo, permitindo ou proporcionando ao seu decisor, estar ciente do que se passa ao seu redor e assim ter condições de focar o pensamento à frente do objetivo. É a perfeita sintonia entre a situação percebida e a situação real” (Glossário das Forças Armadas, Ed. 2007, MD35-G-01, p. 64). Em termos de fluxo de informação, isso se dá dentro de uma estrutura que tipicamente é concebida como um desdobramento do C<sup>2</sup>, “Comando e Controle” (Idem, p. 58).

os elementos específicos das “percepções de ameaças” para ver como isso desembocou em algo concreto – o Sisfron.

Se olharmos em um tempo reverso, vendo Bolsonaro como resultado de um processo que envolveu certos cálculos, chegamos hoje a um punhado de elementos que se encadearam como discursos mais ou menos prontos. O livro de entrevista do general Villas Bôas, cujo conteúdo deve ser aqui considerado no âmbito de todo esse processo, levanta vários temas que agora vemos – pasmos! – aparecerem em notícias na imprensa e análises de colegas (CHIRIO, 2021; ROCHA, 2021; COSTA PINTO, 2021). Anticomunismo anacrônico<sup>9</sup>, o “problema” do politicamente correto, o projeto de transformação da Amazônia numa vala de mineração, a ideia de anomia e caos reinante no Brasil e, de maneira sintomática, a *culpa* disso hipostasiada no PT. Tudo isso parece que segue um script mais ou menos igual ao de muita gente paisana pelo Brasil.

Mas é preciso muita cautela ao considerar o “processamento” dessas informações na caserna, pois a *movimentação de tropas* sugere que esses temas estavam aglutinados nos quartéis sem que (quase) ninguém do *lado de fora* se desse conta. Se estivermos certos, isso se cristaliza como parte de um processo que começou relativamente antes da “Operação lava-Jato”, e está relacionado a elementos geopolíticos mais amplos do que aqueles restritos às fronteiras do Brasil. Vamos ter no nosso horizonte o fato de que essas doutrinas “híbridas” ganham especial força dentro do mundo militar (não somente norte-americano, mas em “efeito cascata” se espalham mundo afora) depois do 11 de setembro de 2001 e do que o Pentágono enunciou como a “Guerra ao Terror”.

A resposta legal ao ataque nos EUA foi o chamado “patriot act”, de outubro de 2001<sup>10</sup>. Um dos seus principais pontos foi o englobamento e reformulação de uma outra lei, de 1978, a Foreign Intelligence Surveillance Act (FISA) – ou Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira, em tradução literal – que inicialmente se restringia à espionagem eletrônica e telefônica (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2020, p. 44-45). O que ocorreu em 2001 foi a ampliação da coleta de informações para objetivos “não especificados” que se enquadrassem naquilo que poderia ser tomado como “ameaça”. Há uma razão para essa generalização, que vem do fato de que no

---

<sup>9</sup> Ver as considerações de Motta (2018), Pinto (2021) e Rocha (2021).

<sup>10</sup> “O USA PATRIOT Act (comumente conhecida como “Patriot Act”) é uma lei do Congresso dos EUA que foi assinada pelo presidente George W. Bush em 26 de outubro de 2001. O título da lei é um inicialismo artificial de três letras (USA – Uniting and Strengthening America [Unindo e Fortalecendo a América]), precedendo um acrônimo de sete letras: PATRIOT – Providing Appropriate Tools Required to Intercept and Obstruct Terrorism, que, em combinação, significa Fornecer as Ferramentas Apropriadas e Necessárias para Interceptar e Obstruir o Terrorismo”. Disponível em: [https://en.wikipedia.org/wiki/Patriot\\_Act](https://en.wikipedia.org/wiki/Patriot_Act). Acesso em: 27 jul. 2019.

mesmo ano de 2001 o Department of Defense (DoD) já havia produzido seu termo de “guerra de espectro total” (ENGDAHL, 2009), sintomaticamente alinhado com a leitura chinesa de “guerra irrestrita” (LIANG; XIANGSUI, 1999), que dois anos antes apontava para uma nova forma de produção de ameaças: “assassinatos econômicos” (a guerra através de corporações) e “jurídicos” (a guerra através de acordos legais internacionais, acionamento de cortes e instâncias como a ONU, Tribunal de Haia etc.).

Um dos pontos mais relevantes no processo de captura dessas “dimensões irrestritas” pelo Patriot Act americano foi justamente sua simbiose com um corpo de leis que diziam respeito aos “caminhos do dinheiro”. Se a visada inicial era a identificação das redes de financiamento ao terrorismo, muito tempo depois isso se mostrou um meta-mecanismo de regulação de condutas políticas e econômicas estrangeiras, especialmente englobando o chamado Foreign Corruption Practices Act (FCPA). Curiosamente, foi a “leitura reversa” de um texto de 2001 de um então coronel da Força Aérea Norte-Americana, Charles Dunlap Jr. (DUNLAP, 2001), que produziu uma resposta à ideia de “guerra irrestrita” em termos de uma nova arma, o *lawfare*. Esse termo foi usado pela primeira vez em 1975 (CARLSON; YEOMANS, 1975), mas foi Dunlap (2001) que o conceitualizou e o popularizou. Se em um primeiro momento ele teve uma visão “contrária” ao *lawfare*, por ele ser uma “arma dos fracos” em suas apelações às cortes internacionais, posteriormente foi justamente no bojo do Patriot Act que ele mudou de posição e passou a entender que nesse conceito residia uma arma eficaz, com gastos e perdas humanas muito menores (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2020, p. 18-19).

O modo como o FCPA foi ampliando seu escopo e funcionando como uma máquina de captura de todos os interesses geopolíticos norte-americanos está notavelmente reconstruído por Cristiano Zanin (o advogado de Lula), Waleska Martins e Rafael Valim em seu livro *Lawfare* (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2020). Para Zanin (idem, *ibid.*), as conexões do *lawfare* com a guerra híbrida ficaram mais claras após a eleição de Bolsonaro, e se estabelecem justamente na ideia de que elas não estão no campo jurídico nem no campo militar, mas em ambos e imbricadas (Zanin: comunicação pessoal, 2020). Foi no bojo do FCPA que se criaram ainda no começo dos anos 2000 uma série de instâncias de cooperação internacional e de leis cujo objetivo inicial era rastrear a lavagem de dinheiro que financiava o terrorismo. No Brasil, o ponto de partida desses acordos se iniciou ainda no primeiro ano do governo Lula, através de projeto concebido pelo então ministro da justiça Marcio Thomaz Bastos, que formalizou a instância que posteriormente iria estabelecer inúmeras cooperações com o Department of Justice (DoJ), a Procuradoria, o FBI e a CIA nos EUA. A instância daqui foi especialmente a Estratégia Nacio-

nal de Combate à Corrupção e Lavagem de Ativos (ENCCLA)<sup>11</sup>, envolvendo principalmente o Ministério da Justiça, as Procuradorias Federais e Estaduais, o Judiciário em seus vários níveis, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Federal e o Ministério da Defesa (que era comandado por um civil).

No centro das preocupações da ENCCLA estava justamente – e coincidentemente – a região conhecida como “Tríplice Fronteira” (que no Brasil está localizada na região de Foz do Iguaçu/PR), que para eles se constituía em um epicentro de tráfico de drogas, armas e remessas de ativos (lembra-se do caso Banestado, da década de 1990, conduzido por procuradores que posteriormente comporiam o “time” da Lava Jato, julgado pelo então juiz Sergio Moro); e para os EUA, por sua vez, se constituía numa filial avançada de organizações terroristas variadas, da Al-Qaeda ao Hezbollah, das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia–Ejército del Pueblo (FARC) ao Ejército del Pueblo Paraguayo. Segundo as agências estatais norte-americanas acima mencionadas, todas essas *organizações* se constituíam “formas rizomáticas” que estavam por trás do terrorismo internacional, tal como foi identificado por comandantes militares israelenses nos anos 2000 (LEIRNER, 2020a; SSORIN-CHAIKOV, 2018; WEIZMAN, 2006)<sup>12</sup>.

Desde antes de 2001, os EUA – e Israel, é preciso frisar – já liam a região da Tríplice Fronteira como “problemática”<sup>13</sup>. Segundo Monteiro (2021, no prelo),

Antes dos atentados de 2001, Ciudad del Este, no Paraguai, tinha sido associada ao terrorismo internacional a partir dos ataques terroristas ocorridos na Argentina em 1992, na Embaixada de Israel, e em 1994, na Asociación de Mutuales Israelitas Argentinas (AMIA). As cidades gêmeas de Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai reúnem a segunda maior comunidade árabe na América do Sul e, nessa condição, foram vistas com desconfiança, como supostos foco de operação e financiamento de grupos terroristas internacionais ligados aos atentados. No rescaldo do 11 de setembro de 2001, as medidas de controle foram intensificadas na Tríplice Fronteira porque se presumia a existência de bases operacionais da Al-Qaeda nessas cidades fronteiriças. A principal resposta a essa situação foi a criação da Comissão 3+1 para a Segurança na Área da Tríplice Fronteira, que junta Brasil, Argentina,

11 Para mais informações, ver: <http://enccla.camara.leg.br/quem-somos/gestao>. Acesso em: 12 abr. 2021.

12 Ver, nesse sentido, o *Terrorist and Organized Crime Groups in the Tri-Border Area (Tba) Of South America*, Relatório elaborado pelo Federal Research Division, Library of Congress under an Interagency Agreement with the Crime and Narcotics Center Director of Central Intelligence, em 2003. Disponível em: [https://www.loc.gov/rr/frd/pdf-files/TerrOrgCrime\\_TBA.pdf](https://www.loc.gov/rr/frd/pdf-files/TerrOrgCrime_TBA.pdf). Acesso em: 27 abr. 2021.

13 É preciso ter em mente que, para os EUA, o tema do terrorismo e do tráfico estão interconectados. Há vários elementos inclusive que ligam pontos sensíveis do tráfico no mundo (Afeganistão, Colômbia, Paraguai) a operações de financiamento de caixa 2 de agências estatais norte-americanas (ver a entrevista de um ex-agente da CIA aqui: [http://bearcave.com/bookrev/nugan\\_hand.html](http://bearcave.com/bookrev/nugan_hand.html) Acesso em: 19 de maio de 2019). Para o caso da aliança entre drogas e geopolítica na América Latina, ver Maya (2019).

Paraguai e Estados Unidos, com o foco em atividades de inteligência.

Houve muita especulação no período, inclusive com as sempre supostas ramificações de uma rede terrorista internacional, que estendia a ação do Oriente Médio para organizações nativas da América do Sul, como as FARC da Colômbia. (como veremos à frente, esta leitura vai ressurgir no Brasil de 2018).

Assim como o Exército Brasileiro nos anos anteriores procurou “fazer sua parte” com uma série de programas que reforçaram militarmente o lado brasileiro da fronteira colombiana (Calha Norte, Sivam, deslocamento de Brigadas inteiras – como por exemplo a “Brigada Arari-bóia”, que saiu de Niterói/RJ para se firmar em São Gabriel da Cachoeira/AM), na Região Sul também um movimento foi estabelecido, ainda que com um perfil mais “diplomático” (MONTEIRO, 2021, no prelo), baseado em setores da Inteligência das Forças Armadas em conjunto com outras instâncias (as mesmas mobilizadas pela ENCCLA). O reforço militar na Amazônia – em paralelo a todo problema de gerência e domesticação ambiental e indígena segundo uma lógica de “extensão da guerra” (SOUZA LIMA, 1995; LEIRNER, 2012) – procurou se assentar sobre uma espécie de dualismo ideológico. De um lado, colocava como ameaça a associação entre guerrilhas comunistas e narcotráfico em região de fronteira; de outro, também via como problemática a projeção geopolítica norte-americana com o *Plan Colombia* e sua maciça presença na região, com pelo menos seis bases militares (MONTEIRO, 2021; LUTZ, 2009).

Não podemos perder de vista que o Exército, desde os anos 1990, vinha construindo uma ideologia que alimentava a ideia de uma “cobiça internacional sobre a Amazônia” que via uma “agência disfarçada” de potências aliadas aos EUA cujo horizonte seria a balcanização daquela área. A presença militar brasileira na região visaria dissuadir ambos, comunistas e norte-americanos, segundo me explicavam militares na época da ECO-92<sup>14</sup>. Assim, se de um lado se falava nessa tensão com os EUA, de outro, esse mesmo país ainda era o principal parceiro militar do Brasil, e era com ele que se faziam os grandes acordos e intercâmbios, inclusive aquele que “convidou” o Brasil para comandar uma intervenção no Haiti por 13 anos. Mais notável, contudo, foi o estabelecimento, entre os programas derivados do Calha Norte, do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), que consiste em um complexo de radares conectados à bases militares por toda a fronteira amazônica, mas cujos sistemas todos foram implementados por

---

14 A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, foi uma conferência de chefes de estado organizada pelas Nações Unidas e realizada de 3 a 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil, visando acordos na área ambiental. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/ECO-92> Acesso em: 12 abr. 2021.

uma empresa norte-americana – a Raytheon – e com os dados processados (até hoje) nos EUA, em parceria com uma subcontratada da CIA, a E-Systems<sup>15</sup>.

Tudo se passa como se em um nível, digamos ideológico, no qual o discurso aponta para uma ameaça; mas, em termos de suas soluções práticas, aquilo que faz parte da ameaça se constitui na própria solução. É importante fixar essa “fórmula”, pois a ideia de um discurso público e de uma prática que o contradiz parece se repetir em outras situações. Em uma lógica homóloga com o que ocorreu na Calha Norte nos anos 1980-1990, a partir dos anos 2000, no Sul, do lado paraguaio, as ações norte-americanas se intensificaram, com ampla presença de tropas americanas na região (LUTZ, 2009, p. 2). Segundo Lindsay-Poland (2009, p. 80),

A presença dos militares dos EUA cada vez mais toma forma não em instalações permanentes, mas por meio de acordos bilaterais para operações e manobras militares. A autorização do Congresso do Paraguai em maio de 2005 para 13 exercícios militares dos EUA até dezembro de 2006 oferece um exemplo claro desse fenômeno. [...] Quatrocentos soldados americanos desembarcaram no Paraguai em julho de 2005, seguidos dentro de uma semana por um anúncio de que o FBI se estabeleceria no país. Mais tarde naquele mês, 300 paraquedistas simularam a tomada da barragem de Itaipu e, duas semanas depois, um alto funcionário do Departamento do Tesouro para o combate ao financiamento do terrorismo afirmou que “há terrorismo sendo financiado” na área da tríplice fronteira do Paraguai, Argentina e Brasil. (LINDSAY-POLAND, 2009, p. 80).

No entanto, do mesmo modo que antes na fronteira colombiana, se fez por aqui uma “resposta” aos exercícios norte-americanos, com exercícios militares tanto do Brasil quanto da Argentina próximos à fronteira com o Paraguai (LINDSAY-POLAND, 2009, p. 81)<sup>16</sup>.

Porém, em outra ponta (e talvez de forma um tanto subliminar para os “civis”), acordos e formas de cooperação com os EUA e aliados estavam sendo costurados. Além da já citada participação do Ministério da Defesa na ENCCLA, o Exército intensificou o seu programa de monitoramento de fronteiras<sup>17</sup> – que, de certa maneira, pode ser considerado interconectado ao que depois seria pensado como o Sisfron –, através da capacitação e construção de arsenal de guerra eletrônica com sistemas implantados por uma companhia israelense, a Tadiran Systems. Essa empresa, que começou a sua atuação aqui através de uma subsidiária – a Ituran Systems –

15 É verdade que se formou uma espécie de controvérsia em relação a esse ponto, com militares jogando a favor e contra essa posição (numa clássica estratégia que lembra o *good cop/bad cop*). Um excelente mapa de todo esse problema está em Lourenção (2006, p. 134).

16 No Brasil, foi batizado de “Operação Relâmpago”, numa operação conjunta entre o 34.º Batalhão de Infantaria Motorizado, de Foz e da Brigada de Infantaria Paraquedista, do Rio de Janeiro, também simulando a tomada de instalações elétricas. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/exercito-brasileiro-treina-300-militares-em-foz-do-iguacu-9mu5lwredwyte8davw2bh4c3y/>. Acesso em: 30 maio 2021.

17 Que começou no final dos anos 1990.

com o monitoramento de carros roubados que eram contrabandeados para o Paraguai, montou o sistema do que era a então 1ª CIA de Guerra Eletrônica do Exército, que depois se expandiu para forma Batalhão<sup>18</sup>, e que hoje está subordinado ao Centro de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CCOMGEX). Não é o caso de reconstruir aqui, na filigrana, o modo como esse sistema de monitoramento foi se integrando na fronteira perto de Foz do Iguaçu; o que quero chamar a atenção é que os sistemas foram todos construídos por empresas israelenses da área de defesa/militar, e, afinal, as *redes terroristas* do Oriente Médio são algo que concerne diretamente aos interesses de Israel e Estados Unidos.

Coincidentemente, “ao longo dos anos, a falta de evidência de atividade Al-Qaeda na região [da Tríplice Fronteira] mudou o foco das preocupações dos EUA para investigação de possíveis conexões do Hezbollah na Tríplice Fronteira” (MONTEIRO, 2021, no prelo). De forma bastante sintomática, chegamos aos anos 2010 com o Proforça e a implantação do Sisfron, que fundamentalmente monta seu parque de equipamentos baseado sobretudo em recursos de guerra eletrônica e informacional, além da implementação de sistemas de Veículos Aéreos não Tripulados (VANTS). A principal empresa envolvida no desenvolvimento dos sistemas eletrônicos do Sisfron é a Elbit Systems, não por acaso uma empresa israelense que, em 2008 adquiriu a Tadiram e suas subsidiárias<sup>19</sup>:

O processo de implantação do Sisfron ocorreu paralelamente à tentativa de revitalização de uma base industrial de defesa brasileira, propugnada pela Estratégia Nacional de Defesa (2008). A Embraer era a principal exportadora de equipamentos militares do Brasil e foi a líder do consórcio ganhador da primeira fase do Sisfron, junto com a Avibrás e a AEL (filial da Elbit Systems). A principal concorrente foi a Odebrecht Defesa e Tecnologia – formada quando a Odebrecht adquire a Mectron (empresa de tecnologia aeroespacial e de mísseis) em 2011 – em consórcio com a europeia Cassidian. Todas essas empresas nacionais foram beneficiárias do Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa, instituído em 2012. Em poucos anos, no entanto, todo esse esforço retrocedeu. Em 2016, após as denúncias contra a Odebrecht iniciadas em 2014, foi encerrada a Odebrecht Defesa e Tecnologia com a venda da Mectron para a israelense Elbit Systems (MONTEIRO, 2021, no prelo).

O que sucede a partir daí é uma daquelas situações em que evento e estrutura se fundem numa mesma moldura, para usar uma ideia de Sahlins (1990). Seria impossível resumir aqui todo o caminho sobre o qual o cenário do conflito entre Israel e Hezbollah desembocou na noção de “ameaças híbridas”, e de como essas se transformaram em um conceito mais abran-

---

18 Companhia: unidade comandada por um capitão; Batalhão: unidade comandada por um coronel.

19 Entre elas está a Ituram Systems, que atuava no Brasil e na Argentina, justamente no mercado de recuperação de carros roubados e negócios junto a seguradoras (ver: <https://www.ituran.com.br/> Acesso em: 30 de maio de 2021). Sobre as conexões entre roubos de carros e crime organizado no Brasil, ver Feltran e Horta (2018).

gente, o de “guerra híbrida”, tal como posto pelos seus inventores em 2005, James Mattis<sup>20</sup> e Frank Hoffman (MATTIS; HOFFMAN, 2005). Para Hoffman (2007), o protoplasma da guerra híbrida está na “forma” Hezbollah, e a experiência israelense é fundamental para se entender a natureza das ameaças e como enfrenta-las *nos mesmos patamares*. Elas seriam o ponto de encontro entre o tribal e o high-tech, como se viu nas formas de ataque improvisado a Israel com uso de mísseis antinavio C802 e pedras. Como sabemos, a cooperação entre as forças de defesa israelenses (IDF) e as Forças Armadas norte-americanas é íntima e vem de longe. Aparentemente, os comandantes israelenses que lutaram na Intifada de Al-Aqsa no Líbano, a partir do fim de setembro de 2000 começaram pela primeira vez a esboçar seu espanto com uma guerra que “era e não era” ao mesmo tempo (BEN-ARI *et al.*, 2010). Segundo o autor, “em Hebron [...] tudo é possível ... tudo está na faixa cinza, ou, mais precisamente, a parte cinza é relativamente grande; não há uma linha clara, nenhum inimigo claro...” (p. 32). Não à toa, um dos principais comandantes israelenses que formulou um conceito para lidar com as tais “ameaças híbridas”, o general Shimon Naveh, o fez a partir de um entendimento *sui generis* de Deleuze e outros (como Bateson), chamando o conflito no Sul do Líbano de “guerra rizomática” (WEIZMAN, 2006)<sup>21</sup>.

Não deixa de ser sintomático que a própria definição de guerra híbrida incorpore esse tipo de experiência para fundamentar uma série de “fusões” de elementos que eram separados nas formas “clássicas” de guerra (ou clausewitzianas, as guerras conduzidas por Estados). Agora temos o híbrido da política e da guerra, do legal e do ilegal, e do civil e do militar:

A destreza selvagem, a improvisação contínua e a adaptação organizacional desenfreada marcarão essa forma de guerra. [...] Essas guerras híbridas são polimórficas por natureza, assim como são seus antagonistas. As Guerras híbridas podem ser conduzidas por estados e por uma variedade de atores não estatais. As Guerras Híbridas incorporam uma variedade de modos diferentes de guerra, incluindo capacidades convencionais, táticas e formações irregulares, atos terroristas, incluindo violência e coerção indiscriminadas e desordem criminal. Essas atividades multimodais podem ser conduzidas por unidades separadas, ou mesmo pela mesma unidade, mas geralmente são direcionadas e coordenadas operacional e taticamente dentro do espaço de batalha principal para obter efeitos sinérgicos. Os efeitos podem ser obtidos em todos os níveis da guerra. No nível estratégico, muitas guerras tiveram componentes regulares e irregulares. No entanto, na maioria dos conflitos, esses componentes ocorreram

20 Vale lembrar que ele foi secretário de Defesa de Donald Trump, entre 2017 e 2019.

21 Nessa mesma entrevista, se vê referências parecidas com as quais os EUA elaboraram o HTS: “Quando o entrevistei, Naveh explicou: Somos como a ordem dos Jesuítas. Tentamos ensinar e treinar soldados a pensar ... Lemos Christopher Alexander, você pode imaginar? John Forester, outros arquitetos. Estamos lendo Gregory Bateson, estamos lendo Clifford Geertz. Eu não – nossos soldados, nossos generais estão refletindo sobre esse tipo de material. Estabelecemos uma escola e desenvolvemos um currículo que treina arquitetos operacionais”.

em diferentes teatros ou em formações distintas. Em Guerras Híbridas, essas forças ficam borradas na mesma força no mesmo espaço de batalha. Embora estejam operacionalmente integrados e taticamente fundidos, o componente irregular da força tenta se tornar operacionalmente decisivo, em vez de apenas prolongar o conflito, provocar reações exageradas ou estender os custos de segurança para o defensor. Diferentemente das guerras maoístas ou compostas, o objetivo da abordagem multimodal não é facilitar a progressão da força da oposição por fases nem ajudar a estabelecer uma força convencional para uma batalha decisiva. Os oponentes híbridos, ao contrário, buscam a vitória pela fusão de táticas irregulares e dos meios mais letais disponíveis para atacar e atingir seus objetivos políticos. O componente disruptivo das Guerras Híbridas não vem da tecnologia de ponta ou revolucionária, mas da criminalidade. A atividade criminosa é usada para sustentar a força híbrida ou para facilitar a desordem e perturbação da nação alvo. (HOFFMAN, 2007, p. 29).

A ideia de “atravessar fronteiras” encontrou seu lugar ao sol justamente na contraefetuação do problema das tais ameaças híbridas, escalando os vários aparelhos do Estado para produzir instrumentos de projeção da ação militar por outros meios. Como as ameaças plasmam forças de várias naturezas, é preciso que o Estado responda a elas também interpondo diversos campos de atuação. É assim que voltamos a acordos como o FCPA como um dos principais mecanismos de *lawfare* (ZANIN; MARTINS; VALIM, 2020), e sua ligação com a máquina de guerra. Apenas para não deixar essa ponta militar solta, é necessário lembrar que a guerra híbrida depende, sobretudo, do que se convencionou chamar de “estratégia da abordagem indireta”, isto é, do uso de agentes terceirizados e não militares para produzir ações de guerra não convencional em seus respectivos campos, sejam eles o direito, a economia ou as comunicações (HOFFMAN, 2007; KORYBKO, 2018; LEIRNER, 2020a). No Brasil, o Sisfron é a concretização militar que se antecipa ao modo pelo qual essas “ameaças híbridas” foram percebidas, em um compasso bastante similar ao que estava sendo pensado pelos EUA em relação ao alinhamento de grupos “terroristas” com (e como) “organizações criminosas” e “corrupção estatal”. Vejamos assim, brevemente, como o Sisfron produziu uma alavancagem dos militares em relação a outros setores do Estado, especialmente o Judiciário.

## O SISFRON, ANTES, DURANTE E DEPOIS

Uma das consequências desse tipo de hibridismo é a indistinção que passa a haver entre o que se entende por “defesa” (que estaria relacionada às relações exteriores de um país) e à “segurança” (que estaria relacionada às “relações interiores”). Muito se tem discutido no campo das relações internacionais sobre o fenômeno da “securitização do Estado”, as formas

de imbricamento entre fatores externos e internos da violência estatal (FOUCAULT, 2008; MONTEIRO, 2021), e as noções aplicadas às Forças Armadas “pós-modernas” como forças constabulares, ou seja, espécies de polícias internacionais (BEN-ARI, 2010; MOSKOS, 2000). Não vou retomar aqui uma série de diferenças que se tem entre o chamado “paradigma da securitização” e aquilo que estamos identificando como a instituição do paradigma da guerra híbrida pela doutrina militar brasileira. Sabemos que o binômio *segurança/defesa* sempre deixou uma porta aberta para ambiguidades por aqui; que na Constituinte os militares atuaram para que ficasse uma porta aberta para intervenções “internas”; que as Operações de Garantia da Lei e da Ordem (tal como em lei sancionada por Dilma) deixam este processo mais ambíguo e abrem ainda mais possibilidades para um intervencionismo<sup>22</sup>.

De certo modo, a tese de Kuhlmann (2007) – que foi oficial do Exército e paraquedista – agrega a hipótese de Mathias (2003) de que o “inimigo interno” ainda tinha um papel para os militares no Brasil democrático. No material de Kuhlmann há uma representação que o Comando do Exército fez, imagino, em meados dos anos 2000, sobre as ameaças que acionam o “ponto de vista do Exército”:

---

22 E, como bem notou Kuhlmann (2007, p. 98; grifo do autor), isso ficou particularmente claro em se tratando da Amazônia. Segundo uma autodescrição das funções da 2ª Brigada de Infantaria de Selva (São Gabriel da Cachoeira-AM), ela deve “Atuar como Força de Vigilância Estratégica no quadro de segurança externa em sua área de responsabilidade, compreendendo os Municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Atuar também de forma preventiva e repressiva no quadro de Garantia de Lei e da Ordem (GLO) em sua Sub-área de Segurança Integrada. Como atividade complementar, cooperar com o desenvolvimento econômico e social, nas atividades de apoio à Defesa Civil e aos órgãos públicos dos diversos níveis, em ações de parceria”. E também “Decorrente da Missão Constitucional do Exército (Art. 142 da Constituição) a 17ª Bda Inf SI tem por missão “Defender a Pátria, garantir a manutenção dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem, através de ações complementares”.

Figura 5. Novas ameaças, Exército Brasileiro, anos 2000

## LEVANTAMENTO DO EXÉRCITO DAS NOVAS AMEAÇAS



Fonte: Palestra do Comandante do Exército, s/d

Fonte: Kuhlmann (2007, p. 103).

Para Kuhlmann (2007, p. 107), já havia (meados dos anos 2000) no Exército uma “percepção de que a estrutura da segurança pública no Brasil é disfuncional. Essa percepção abre o caminho para que toda a problemática que envolve a segurança pública, a defesa interna e a defesa fiquem ainda em uma enorme zona cinzenta”. Nesse sentido, é absolutamente sintomática a participação do Ministério da Defesa na ENCCLA. Mas não só. Posteriormente, logo após a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008, o Comando do Exército chegou à conclusão de que deveria iniciar um processo de transformação do Exército, pensando-o para os próximos 30 anos – e que resultou no Proforça. A END tinha uma vocação para defesa externa, mas nem por isso deixou as pontas soltas da segurança de lado. Para realizar esse novo desenho da Força, foi criada uma subchefia, que seria ocupada pelo então general de Divisão (3

estrelas) Eduardo Villas Bôas<sup>23</sup>.

Segundo a tese do Major Fernando Valentini da Silva (Silva (2013), que entrevistou Villas Bôas para entender o contexto de criação do “projeto de transformação do Exército”, um tanto da urgência em que ele foi pensado deveu-se a algo que parecia contingente:

Por ocasião da elaboração da END, houve a determinação de que cada Força Singular deveria apresentar seu planejamento em um prazo de 6 meses, ficando claro para o Exército que a instituição não dispunha de estrutura adequada para realizar um trabalho daquela magnitude”. E foi assim que “essa conjuntura precipitou a execução da ideia já existente de criar uma Subchefia do EME que agregasse a Seção de Estratégia, o Centro de Estudos Estratégicos do Exército, e o Escritório de Projetos do Exército, surgindo assim a 7ª Subchefia (SCh) do EME”. Mas, “coincidentalmente, ao término dos trabalhos de elaboração da EBF [Estratégia Braço Forte], ocorreu o terremoto no Haiti (janeiro de 2010), e a ONU solicitou que o Brasil cedesse mais um batalhão para a MINUSTAH. O país atendeu a esse pedido após 3 semanas, sendo necessário empregar 147 unidades tributárias para mobiliar esse batalhão, e o prazo somente não foi maior porque a Força já possuía experiência em mobilização de efetivos para a missão de paz no Haiti. Essa situação evidenciou a baixa capacidade do Exército em gerar força em um curto espaço de tempo, e foi a ‘gota d’água’ para o Processo de Transformação”. (SILVA, 2013, p.129).

No processo de busca de referências para realizar este trabalho”, continua Villas Bôas, “durante a busca por outras experiências de transformação para serem adotadas como referência, foram selecionados os Exércitos de três países: Chile, Espanha, e Estados Unidos. Foi constatado que o Chile usou o modelo espanhol, que por sua vez utilizou o americano” (Idem, p. 130).

Finalmente, “perguntado sobre quais fatores levaram à escolha dos modelos chileno, espanhol, e estadunidense, que possuem realidades distintas de segurança e defesa, como por exemplo a questão da territorialidade, o general [Villas Bôas] destacou dois

---

23 A história está resumida aqui: “Com a aprovação e publicação, pelo Governo Federal, da Estratégia Nacional de Defesa (END), elaborada sob a coordenação do Ministério da Defesa, em dezembro de 2008, o comandante do Exército determinou ao EME a preparação de um planejamento para atender às demandas da END, inclusive, contendo os projetos de interesse da Força sobre articulação e equipamento. /Após a conclusão desse planejamento, denominado Estratégia Braço Forte, em dezembro de 2009, a 7ª Subchefia do EME identificou a necessidade de uma estrutura no Exército que pudesse avaliar, propor, coordenar e integrar as ações e esforços, de modo a viabilizar de forma efetiva a consecução dos projetos do Exército, com características de grande porte associadas à complexidade tecnológica e financeira./ Com essa finalidade, foi criada a Assessoria Especial de Gestão e Projetos (AEGP), em 7 de abril de 2010, sob a chefia do então general de divisão Villas Bôas, para trabalhar, principalmente, com quatro projetos: Guarani, Sisfron, Defesa Antiaérea e RECOP. A Portaria nº 134-EME, de 10 de setembro de 2012, implantou o Escritório de Projetos do Exército (EPEX), por transformação da AEGP assumindo, sob sua coordenação, os Projetos Estratégicos do Exército: Astros 2020, Defesa Antiaérea, Guarani, PROTEGER, Sisfron, RECOP, Defesa Cibernética e Parceria Público-privada (PPP)”. Disponível em: [http://www.defesenet.com.br/terrestre/noticia/30668/Escritorio-de-Projetos-recebe-General-Villas\\_Bôas-para-discutir-futuros-desafios-do-Portfólio-Estrategico-/](http://www.defesenet.com.br/terrestre/noticia/30668/Escritorio-de-Projetos-recebe-General-Villas_Bôas-para-discutir-futuros-desafios-do-Portfólio-Estrategico-/). Acesso em: 18 jul. 2019.

fatores principais: a extensão dos contatos com os países escolhidos, por intercâmbio, cooperação militar, e outras atividades; e pela óbvia razão de os Estados Unidos da América serem referência militar, e terem realizado uma transformação. A escolha não recaiu sobre países com problemas geoestratégicos de segurança e defesa similares, como por exemplo Índia ou China, devido ao relativamente reduzido contato com os mesmos, problemas de idioma, limitações de recurso, e mesmo de tempo para proceder uma pesquisa mais aprofundada, fator que foi definitivamente poupado pela escolha dos países arrolados anteriormente”. (SILVA, 2013, p. 132).

O resultado desse processo foi sintetizado em alguns documentos públicos. Um deles é um “extrato” que resume o Proforça (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010b), e que tem um trecho bastante elucidativo de como se identificam ameaças, cenários e respostas (lembre-se que tudo é permeado pela ideia de um sistema cibernético, que opera em *looping*). Este é, digamos assim, um “resumo do resumo”, de 2010:

[...] na cena mundial, são esperados crescentes fatores de instabilidade, como a disputa por escassos recursos naturais, a migração descontrolada e a degradação ambiental. A esses fatores se associam “novas ameaças”, como terrorismo, narcotráfico, crime organizado, proliferação de armas de destruição em massa, ataques cibernéticos e a temática do meio ambiente, as quais afetarão, ou continuarão a afetar, a conjuntura da segurança e da defesa no futuro próximo. Questões relativas a etnias, movimentos sociais e de cunho revolucionário ou ideológico, que extrapolem o território de um país, podem ser focos de tensão entre Estados. A moldura das guerras do futuro estará relacionada a esses fatores de risco. O PROFORÇA incluiu a aquisição de capacidades relacionadas às chamadas “novas ameaças”. [...] A tendência de a opinião pública (população) integrar o centro de gravidade dos conflitos será acentuada. A versão da notícia deverá permanecer decisiva para a conquista da opinião pública e para o êxito das operações. A batalha pela comunicação (mídia, operações psicológicas etc.), será primordial para o sucesso das campanhas. Os conflitos tendem a ter menor número de baixas, tanto pela atual característica das operações como, principalmente, devido ao impacto negativo que tais perdas provocam no seio das sociedades organizadas. Portanto, salvaguardar recursos humanos com um sistema de proteção – composto por: defesa antiaérea, defesa química, radiológica, biológica e nuclear, saúde em campanha, meio ambiente, assuntos civis, engenharia e polícia do exército, dentre outros – deve ter ainda maior atenção nos conflitos futuros, o que torna esse sistema uma exigência de caráter estratégico. [...] Os estudos indicam que os conflitos do futuro continuarão a exigir elevado grau de autonomia, com planejamento centralizado e execução descentralizada, e terão de considerar novos fatores, como a influência das redes sociais na liberdade de ação dos exércitos. (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2010b, p. 7-8)<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Disponível em: [http://www.eb.mil.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad-6facccc&groupId=1094704](http://www.eb.mil.br/c/document_library/get_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad-6facccc&groupId=1094704). Acesso em: 27 abr. 2021.

Temos poucas pistas sobre o que de fato aconteceu nos meandros do processo de criação de uma instância que tornaria Villas Bôas o *designer* de uma nova configuração do Exército dali para frente, embora no livro de entrevistas dele fique transparecido que as redes pessoais contam muito em todos os processos de sua carreira (CASTRO; VILLAS BÔAS, 2021). Seja como for, a geração de Villa Bôas é muito próxima dos militares que ouvimos falar nos jornais desde 2019<sup>25</sup>. Vários deles têm as mesmas experiências e leituras (isso fica claro na entrevista a Celso Castro), e também pontos em comum na carreira: Amazônia, passagens por Forças Especiais, Guerra na Selva ou Paraquedistas, comando na Minustah/Haiti, que, por sua vez, implicou em dois elementos muito relevantes para o que estamos vendo aqui: 1) incorporação/treino/experiência em doutrinas de “operação em terreno urbano”(MOUT)<sup>26</sup> e “terreno humano”(HTS)<sup>27</sup> e forte intercâmbio com Washington, Fort Bragg e oficiais norte-americanos na ONU. Estamos longe, portanto, daquela imagem dos EUA como ameaça à soberania, seja na Amazônia, seja no Paraguai. Como decorrência dessa nova forma de colaboração, temos exatamente o que se tira do quadro de “importações” que se faz a partir da leitura norte-americana para a Tríplice Fronteira, produzindo uma junção de “novas ameaças” com aquelas que estavam sendo mapeadas pelos Estados Unidos (guerras não convencionais e híbridas). Some-se 2 + 2 e se verá que, logo, achou-se um “inimigo interno” no qual essas ameaças grudam. Aqui estamos falando de algo que depois vai ser totalmente consolidado com a ida de Villas Bôas para o comando do Exército, em 2015. A teoria produziu uma prática, enfim.

Antes disso, foi preciso justamente viabilizar o Sisfron. Depois da END, de 2008, os

25 “Brasília, meados de 2020. Entre os 17 generais-de-exército da 304ª RACE [Reunião do Alto-Comando do Exército] em 2016, todos hoje na reserva, há um vice-presidente, quatro ministros de estado, um ministro do Superior Tribunal Militar, um embaixador, três presidentes de empresas estatais, um presidente de fundo de pensão estatal, um secretário de segurança pública, três secretários-executivos ou similares e somente dois que não exercem funções de características políticas. O próprio comandante do Exército, dirigente da reunião, é assessor ministerial no governo chefiado pelo mesmo Bolsonaro que, deputado em início de carreira nos anos 90, celebrou-se organizando “panelaços” por aumentos salariais com esposas de militares em Brasília, muito similares aos que se escutavam na capital durante as RACE de 2016” (PIMENTEL, 2021, p. 126).

26 Military Operations in Urban Terrain. Note-se esta curiosa passagem do “Manual de Operações MOUT” do Exército Americano (MCWP 3-35.3): “Operações em áreas urbanas [nota: ou urbanizadas] são normalmente realizadas para capitalizar sobre o significado operacional ou tático de uma cidade específica. Nos países em desenvolvimento, o controle de apenas algumas cidades é frequentemente a chave para o controle dos recursos nacionais. O lado que controla uma grande cidade geralmente tem uma vantagem psicológica, que pode ser suficiente para afetar significativamente o resultado de um conflito em todo o país. / A abundância de operações de guerrilha e terrorismo realizadas em áreas urbanizadas (por exemplo, Santo Domingo, Caracas, Belfast, Manágua e Beirute) demonstra a importância que muitos grupos insurgentes atribuem à guerra urbana”.

27 A referência aqui é ao programa *Human Terrain System* (HTS), das Forças Armadas dos EUA, cujo protocolo de ação está no manual FM 3-24 dos fuzileiros navais. Uma ampla literatura antropológica tratou disso, uma vez que o envolvimento de antropólogos na sua constituição e efetivação foi direto (ver, por exemplo, Price, 2008; Network..., 2009).

projetos da Marinha – o Prosub – e da Força Aérea – o FX2 – entraram em andamento<sup>28</sup>. O programa de fronteiras seria, assim, o equivalente da Força Terrestre. No entanto, ao contrário dos seus homólogos navais e aéreos, “*tudo no Sisfron depende de alterações na legislação e de verbas que produzam parcerias com outras instâncias do Estado*”. Em uma conversa muito elucidativa que tive com o coronel Marcelo Pimentel (no ano de 2019), que participou de grupo de trabalho para implementação do processo de modernização do Exército (então chefiado pelo general Santos Cruz, outro militar que esteve nos círculos de campanha e governo Bolsonaro), ele me contou que

*[o Programa] foi ‘vendido’ (pelo Ministério da Defesa ao Governo) como algo que ia ter ‘emprego dual’, ao mesmo tempo que o dinheiro serviria para melhorar a situação (operacional e administrativa) das OMs (Organizações Militares: Brigadas, Batalhões, etc.) e Comando(s) de Fronteira – aí consideradas cerca de 8 Brigadas<sup>29</sup>, o que equivale dizer, em termos de efetivos, em cerca de 30.000 militares –, serviria também para empregar essas estruturas em segurança de fronteira, do tipo ‘combate ao contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas, etc. Como antes isso (o ‘combate’ aos crimes transfronteiriços) não era próprio das Forças Armadas, criou-se uma série de normas para amparar a atuação delas nessas atividades, Leis ordinárias, Leis complementares e uma infinidade de outras de caráter infralegal<sup>30</sup>. Além disso, “por conta do Sisfron mobilizaram-se bancadas de parlamentares (deputados e senadores) dos estados de fronteira para pressionar o governo a liberar os recursos, para ser implementado em toda a ‘faixa de fronteira’ terrestre do País.*

Se havia algo que Villas Bôas sabia era como fazer um projeto que contasse com lobby no Congresso. No final do Governo FHC, ele foi chefe da Assessoria Parlamentar do Exército, e sabia como a *casa* funcionava. Por um lado, já havia uma ampla experiência adquirida no convencimento do *público* sobre temas relativos à Amazônia; por outro, segundo Villas Bôas:

*Uma eficiente ferramenta para o estreitamento de laços eram as viagens para conhecer nossas atividades mais relevantes. Normalmente, elencávamos a Amazônia,*

28 Trata-se, em resumo, da construção/aquisição de submarinos convencionais e nuclear pela Marinha, e dos Caças Gripen, de 4ª Geração, pela Força Aérea.

29 Os Comandos de Brigadas que estão posicionadas, integral ou parcialmente, em faixa de fronteira (1ª Bda Inf SI, sede em Manaus/AM; 2ª Bda Inf SI, sede em Boa Vista/RR; 17ª Bda Inf SI, sede em Porto Velho/RO; 18ª Bda Fron, sede em Corumbá/MS; 4ª Bda C Mec, sede em Dourados/MS; 1ª Bda C Mec, sede em Santiago/RS; 2ª Bda C Mec, sede em Uruguaiana/RS; e 3ª Bda C Mec, sede Bagé/RS).

30 Já que os Artigos 142 e 143 não contemplavam explicitamente tais atribuições, depois da Constituição de 1988 se criaram Leis Complementares. Dentre essas leis, as mais importantes são a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que regula a organização, o preparo e o emprego das forças armadas; a Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004, que altera a 97 e, aí sim, estabelece claramente as atribuições das Forças Armadas, Exército em particular, em relação aos “crimes transfronteiriços”, motivação de uma das “pernas” do Sisfron; e a Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, que altera a anterior e introduz o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e regula o Ministério da Defesa.

*o sistema de ensino, as unidades dedicadas à ciência e tecnologia, o Calha Norte e os projetos estratégicos. Logicamente, que essa receptividade, muitas vezes, exigia algumas contrapartidas, que vinham em forma de pedidos. [Celso Castro]: Pedidos de quê? [VB]: A maioria relacionava-se com inclusão ou exclusão do serviço militar. Mais complexos eram aqueles que, por limitações impostas pela legislação ou por ferirem preceitos éticos, nos víamos impedidos de acatar: matrículas em escolas militares, transferências e promoções. A prática nos ensinou, contudo, que, mais importante do que o atendimento do mérito, era a atenção que prestávamos ao solicitante; nenhum pedido ficava sem resposta (CASTRO; VILLAS BÔAS, 2021, p. 119-120).*

Uma vez implementado, o Sisfron – programa cujas cifras variam, e conforme a fonte, já teve empenhado de 11 a 25 bilhões de Reais – foi um passo para o Exército começar a promover de forma amparada oficialmente sua *sinergia* com o Judiciário, “necessária” inclusive para que o *Sistema* operasse, posto que todo ele tocava na legislação interna brasileira, em diversos níveis. O responsável pela articulação entre todas as instâncias – Executivo, Legislativo e Judiciário – designado em 2012 (quando o Sisfron foi definitivamente apresentado), foi o vice-presidente Michel Temer, por determinação de Dilma Rousseff também como responsável pelo Plano Estratégico de Fronteiras (PEF)<sup>31</sup>. Nesse sentido, cabe também destacar que o “pacote” de leis veio acompanhado por uma série de outros dispositivos que saíram da caneta de Dilma: no âmbito de uma política nacional de combate ao crime organizado e ao terrorismo, vieram a compra do sistema Guardião para a Procuradoria Geral da República (instituição daquilo que chamam “Abinzinha da PGR”); liberação das prisões preventivas (Lei nº 12403/2011 com a nova redação do Código de Processo Penal); Lei das Organizações Criminosas (nº 12850/2013, que inclusive libera as delações premiadas); e, finalmente, a Lei Antiterrorismo (nº 13260/2016); normatização das GLOs e, como se viu, amplo uso das Forças Armadas em eventos esportivos, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Com o Sisfron, o Exército ampliou muito seu contato não somente com parlamentares, mas também com policiais, governadores, procuradores, juizes, desembargadores, agentes do TCU, CGU e outros ministérios, e agentes de outros países envolvidos na cruzada norte-americana anticorrupção.

Entre esses movimentos está um surpreendente aumento da presença militar na ENCLCLA a partir de 2012<sup>32</sup>). O dispositivo de atuação agora saía do âmbito do Ministério da Defesa e contava diretamente com militares das três Forças. Logo depois, o então ministro da Defesa Celso Amorin cria na Secretaria-Geral do Ministério um dispositivo de “reforço do controle

31 Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/7999/Sisfron---Michel-Temer-aprova-Sistema-de-Monitoramento-de-Fronteiras/> Acesso em: 22 maio 2021.

32 Ver <https://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/6512/Ministerio-da-Defesa-reforca-grupo-de-trabalho-que-atua-na-Estrategia-Nacional-de-Combate-a-Corrupcao/>. Acesso em: 22 maio 2021.

interno”, criando parcerias “com diversos órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e a ações do Ministério da Justiça, como a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla)” (online em <https://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/17329/Para-Amorim--fortalecimento-institucional-assegurou-boa-governanca-da-Defesa-/> Acesso em: 22 de maio de 2021.). Como sabemos, uma das áreas de atuação da ENCCLA é justamente a que abrange a região de Foz do Iguaçu, estado do Paraná, que está sob a abrangência do TRF-4, 2ª instância do Judiciário que, como o “outro tuíte” de Villas Bôas mostrou (acima, no começo deste artigo), opera em *sinergia* com o Exército.

## CONCLUSÃO: SINERGIA

De maneira bastante sintomática, e com forte carga simbólica, o vice-presidente Michel Temer estreitou seus laços com militares também através do Sisfron<sup>33</sup>. Curiosamente, em julho de 2015, ao visitar o Centro de Coando e Controle do Sisfron em Dourados (MS), Temer falou duas coisas bem interessantes. A primeira: “O sistema é uma coisa extraordinária. Acho que a tecnologia aqui implantada está sendo usada para cada vez mais aumentar a segurança nas fronteiras. Recentemente várias operações foram realizadas, mas operações episódicas, como Águia e Sentinela. Agora ela é permanente, preserva a soberania nacional e combate a criminalidade”; e a segunda: “Não precisa segurar a presidente Dilma, ela não cai. Tem capacidade de trabalho e somos aliados. Naturalmente colaboramos com o país”<sup>34</sup>. Como todos vimos e estamos vendo, de 2015 para cá o processo de associação do PT com a ideia de “organização criminosa” se alastrou. Para os militares, não demorou para que se produzissem leituras que plasmam o PT – e outros partidos de esquerda – a organizações criminosas como o PCC e terroristas como o Hezbollah e as FARC<sup>35</sup>. Não tardou para em 2015 também aparecerem militares apontando

33 Digo “também” porque aparentemente ele se reuniu um ano antes do *impeachment* de Dilma com os comandantes militares para perguntar se “estava tudo bem”, conforme disse em uma *live* de lançamento de seu livro. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=chgeJO\\_npjQ&ab\\_channel=MichelTemer](https://www.youtube.com/watch?v=chgeJO_npjQ&ab_channel=MichelTemer). Acesso em: 22 maio 2021.

34 On-line em: <https://capitalnews.com.br/politica/em-dourados-temer-conhece-sisfron-e-garante-dilma-ela-nao-cai/280874>. Acesso em 22 maio 2021.

35 Ver, por exemplo, este artigo de site que serve de porta-voz do GSI (LEIRNER, 2020a). Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/pcc/noticia/27980/EXCLUSIVO---PCC-tomara-o-mesmo-caminho-das-FARC--se-tornara-partido-politico-e-anistiado--E-continuara-trafficando/>. Acesso em: 22 maio 2021.

o PT e as esquerdas como agentes operacionais de uma guerra híbrida no Brasil (LEIRNER, 2020; SILVA, 2015, 2019)<sup>36</sup>.

Um dos artigos mais interessantes produzidos por um militar é de autoria do coronel Alessandro Visacro<sup>37</sup> – cujos textos sobre novas formas de guerra são referência nas Forças Armadas –, no qual se lê, depois de uma ampla explicação (enviesada) sobre ameaças híbridas, guerras híbridas, *zonas cinzas* e *black spots* estatais (“apagões de Estado” que produzem violência, criminalidade e guerra), que vive-se aqui um estado de “insurgência criminosa”:

No Brasil, por exemplo, as ações terroristas empreendidas pelo crime organizado nos anos de 2006 e 2012 em São Paulo; 2012, 2013, 2014 e 2017 em Santa Catarina; e 2019 no Cear| foram desencadeadas, de forma seletiva, contra agentes de segurança do Estado, veículos de transporte público e estruturas críticas, tais como fontes de abastecimento de água, energia elétrica e obras viárias, sem pretensão de domínio territorial. Por se tratar de uma ameaça amorfa, insurgentes criminais exploram, com maestria, o “vácuo legal” que existe entre o ordenamento jurídico interno e o Direito Internacional Humanitário [...]. Em outras palavras, a insurgência criminal se mostra capaz de combinar guerra jurídica e guerra informacional para alcançar seus objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, cercear o uso dos meios coercitivos estatais. Nesse sentido, recomenda-se o aprofundamento da discussão em torno do chamado “Direito Penal do Inimigo”. [...]. Por fim, faz-se necessário destacar o enorme poder de atração e cooptação que as insurgências criminais exercem sobre jovens, crianças e adolescentes, sobretudo, nos espaços segregados das megacidades. Trata-se de uma porcentagem significativa da população que deixa de encontrar o atendimento às suas crescentes aspirações no tradicional corpo de crenças e valores de sua própria cultura, sentindo-se obliterada por estruturas políticas e sociais fossilizadas. De fato, não é difícil constatar a relação existente entre a busca por “identidades alternativas” e a submissão a formas de “governança alternativa”, estabelecendo-se uma associação entre antropologia cultural, segurança e defesa. (VISACRO, 2019, p. 77-78).

O artigo de Visacro (2019) é uma boa síntese de como essas ideias se espalharam no Exército nos últimos tempos. Estar publicado pela *Revista da ESG* também é um índice interessante, pois o público que frequenta essa Escola não é apenas militar. Através de uma seleção feita pelo Ministério da Defesa, civis também podem frequentar os cursos da escola, desde que indicados por “instituições amigas”. Na página da Escola Superior de Guerra (ESG), onde está um dos principais de seus cursos, o CAEPE – Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – lê-se que o “[Público-alvo é constituído de] oficiais-generais e oficiais superiores das Forças

36 Movimento que inclusive é acompanhado por pessoas do Judiciário que ocupam posições em centros e escolas do Exército, como é o caso do desembargador Reis Friede, atualmente presidente do TRF2 (Rio de Janeiro). Ver: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/175/156> . Acesso em: 22 maio 2021.

37 O artigo está na *Revista da ESG* (Escola Superior de Guerra). A apresentação do autor é a seguinte: “\* Oficial de Ligação do Exército Brasileiro junto ao TRADOC/USA e editor da edição em português da revista *Military Review*.” (VISACRO, 2019, p. 49).

Armadas, Forças Auxiliares e de Nações Amigas e civis indicados por instituições convidadas”<sup>38</sup>. Embora não tenhamos acesso do critério de seleção das instituições convidadas, soube por um oficial que elas são “*principalmente do Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal Polícia Civil e Militar dos estados, membros dos outros Ministérios, CGU, AGU, TCU, etc., e algumas Universidades, como a FGV, além de empresários*” (Coronel R/1, comunicação feita em dezembro de 2019). De fato, ao olhar a lista dos formandos do CAEPE de 2019, dos 24 civis que frequentaram o curso, 20 eram de outros setores do Estado<sup>39</sup>. Com uma simples consulta também é possível notar que nos outros anos o padrão se repetiu<sup>40</sup>.

Nesse processo, a *sinergia* com o Judiciário tem se ocupado cada vez mais em garantir que seja a caneta da lei o agente operacional dos sistemas de *comando e controle* das informações que são processadas no topo da cadeia de comando militar. Uma boa parte disso, por exemplo, é a linha de frente jurídica que se formou para discutir o uso do Artigo 142 da Constituição e o emprego das Forças Armadas como “poder moderador”<sup>41</sup>. Cabe ainda salientar que toda essa conversa que circula sobre o “emprego das Forças Armadas” é o que se vê justamente a partir do *ambiente operacional* que se dá no Poder Judiciário e com os operadores do direito – que do ponto de vista de um consórcio militar que vê as coisas pela ótica da guerra híbrida só pode ser definido como um “agente proxy” das manobras militares (KORYBKO, 2018; ZANIN; MARTINS; VALIM, 2020).

Acima de tudo, o que a doutrina da guerra híbrida diz é que a parte vital, o “armamento pesado” de sua efetuação é justamente o controle da informação (mais do que a informação em si). Estou retomando isso porque é preciso ter em mente como eles entendem que o “controle de informações” é uma razão de ser da própria segurança nacional; ao mesmo tempo é a garantia de que não vejamos os processos em curso como *parte* de um processo militar, ou ainda como a *parte militar* de um processo político<sup>42</sup>. Quando falo em “controle das informações” – seguin-

38 Disponível em: <https://www.esg.br/cursos-regulares/caepe>. Acesso em: 29 out. 2021.

39 Disponível em: <https://www.esg.br/a-esg/CAEPE2019.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021.

40 Juízes, desembargadores e procuradores também estão em peso na lista de agraciados com honrarias do Exército, como se pode ver na página a respeito da “Medalha do Pacificador”. Disponível em: <http://www.sgex.eb.mil.br/almanaques/Almanaques/>. Acesso em: 22 maio 2021

41 Vale a pena ver a opinião do desembargador Friede a respeito disso. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/392/376>. Acesso em: 22 maio 2021

42 Para completar esse quadro, junto ao Sisfron, foi criado um outro subsistema, o Sistema Nacional de Comunicações Críticas (SISNACC) – que compartilha faixas de radiofonia de telefonia das redes civis com os militares, constituindo um dos troncos tecnológicos dos sistemas de guerra eletrônica implementados pelo Exército. Ainda que isso não signifique que o Exército está “grampeando” quem bem entender, tal integração criará a brecha para que na legislação, ao se detectarem as tais “ameaças”, as comunicações possam ser acessadas pelas Forças Armadas.

do a cartilha nativa – isso deve ser entendido tanto em relação às informações que se “escuta” quanto às que se “produz”. Assim, toda essa parafernália jurídico-política teve uma *motivação militar operando em segundo plano*. E digo *segundo plano* para que seja considerado que, no horizonte nativo, a realidade ideal é aquela que partiu de suas estruturas comunicacionais, ou sofreu interferência delas, mas que não aparece assim – tal como em um telefone ou computador não vemos os *processos administrativos rodarem*.

Ou seja, eles idealmente estão *camuflados*. Os militares não têm a varinha mágica para torcer a realidade ao seu próprio benefício, no entanto, possuem instrumentos que lhes dão vantagens óbvias – sendo o mais relevante o controle dos órgãos de informação do Estado (GSI, Abin, e, com as novas estruturas montadas no Decreto nº 9.527/2018 e na Medida Provisória 870/2019, o controle militar de todos os setores de informações do Poder Executivo, além do Decreto nº 10.631/2021 que dispensa licitação para todas atividades de inteligência, o que as tornarão indetectáveis e uma fonte inesgotável de repasse de recursos). Tudo isso sugere um caminho para pensarmos que parte de seu projeto para o governo Bolsonaro compreende o agenciamento que eles tentarão impor aos processos políticos, estabelecendo, assim, uma versão tropicalizada do que é o Pentágono norte-americano<sup>43</sup>. Se isso dará certo ou não, é uma questão de se ter mais esforços de observação nesse sentido. Como isso implica em certa medida numa tentativa de controle da oposição, existem ainda os Projetos de Lei 443/2019 e 1.595/2019 que definem um amplo espectro para “terrorismo” e o associam à criminalidade e aos movimentos sociais; e 2418/2019 e 3389/2019 que monitoram e acabam com o anonimato em redes sociais.

Evidentemente, estamos no limiar de uma situação em que é preciso pensar o quanto a democracia ainda é funcional no Brasil. Obviamente, não tenho a pretensão de resolver essa questão, mas creio que o ponto aqui é mais colocar outra: até que ponto não estamos em um regime em que a democracia é uma emulação numa paisagem onde tudo se passa como se “as instituições estão funcionando normalmente”? Semanalmente, assistimos a espetáculos nos quais instituições são atacadas, e tudo procede como se estivéssemos realizando um sistema de freios e contrapesos. Nessa paisagem, Bolsonaro se torna o ponto disfuncional de todo o sistema, e simplesmente se oblitera quem foi o agente operacional por onde sua campanha presidencial começou e se consolidou: o Exército. Não estou falando dos *militares*, mas sim da Instituição Militar, pois a campanha começou dentro dos quartéis, portanto na ativa e com o aval da cadeia de comando, em 2014 (MARTINS FILHO, 2021; LEIRNER, 2020a). Ou seja,

---

43 Evidentemente não me refiro ao prédio, mas ao uso metafórico que se atribui a ele, como uma vasta rede de agências estatais que estão sob controle militar, de maneira oficial ou oficiosa.

a instituição mais interessada nessa história toda está, ela própria, disfuncional (PIMENTEL, 2021); o que nos leva a pensar, então, se aqueles que estão em *sinergia* também não estão com suas atribuições afetadas.

O que interessa, assim, reter desse processo todo? Do meu ponto de vista, o mais relevante é a concretização de uma espécie de profecia autorrealizável em que supostamente vivemos em um estado de liminaridade entre guerra e paz, e que as armas destacadas para gerenciar essa situação reivindicam a atuação das Forças Armadas para *moderar* situações-limite. Assim, por exemplo, vemos uma atuação em forma de “pinça” em termos de guerra comunicacional. De um lado, a imprensa pinta os militares como uma “ala moderada” que pode conter os arroubos de Bolsonaro e, de outro, os apoiadores do presidente veem as Forças Armadas como solução para o problema de “não deixarem ele governar”. Por qualquer lado que se olhe, os militares se apresentam como uma solução para certos problemas (que eles mesmos criaram). Antes de se pensar que estamos no terreno de um delírio conspiracionista, cabe notar que estas formas de projeção de comunicações estão postas nas próprias doutrinas e protocolos militares para o que eles entendem ser a “realidade” do século XXI. Se isso vai ter força para se hipostasiar na vida de todos e todas nós é um problema que a antropologia tem se dedicado, especialmente quando pensa os mecanismos dessas estruturas comunicativas (CESARINO, 2019). Nesse sentido, quero finalmente destacar que esta é uma percepção que procura se basear nas convenções e invenções nativas e, por isso, mesmo expus o “método etnográfico” pelo qual cheguei a tais relações e termos. A *sinergia*, conceito nativo, e sua prática, foram assim *muito além de um tuíte*.

## REFERÊNCIAS

1. BEN-ARI, Eyal; LERER, Zeev; BEN-SHALOM, Uzi; VAINER, Ariel. **Rethinking contemporary warfare**. New York: State University of New York, 2010.
2. BOYD, John. **Essence on winning and losing**. 1995. Disponível em: <http://bit.ly/essencewinninglosing>. Acesso em: 2 fev. 2019.
3. CARLSON, John; YEOMANS, Neville. Whither Goeth the law: humanity or barbarity. *In*: SMITH, Margareth; CROSSLEY, David. **The way out: radical alternatives in Australia**. Melbourne: Landsdowne Press, 1975.
4. CASTRO, Celso. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002.

5. CASTRO, Celso. **O espírito militar: um antropólogo na caserna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.
6. CASTRO, Celso (org.). **A família militar no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
7. CASTRO, Celso; VILLAS BÔAS, Eduardo. **General Villas Bôas: conversa com o comandante**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.
8. CESARINO, Leticia. Identidade e representação no Bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.
9. CHIRIO, Maud. Da linha dura ao marxismo cultural: o olhar imutável de um grupo de extrema direita da reserva sobre a vida política brasileira. *In*: MARTINS FILHO, João R. **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2020.
10. DUNLAP, Charles. **Law and military interventions: preserving humanitarian values in 21<sup>st</sup> century conflicts**. Working Paper. Cambridge: Harvard University, 2001.
11. ENGD AHL, William. **Full spectrum dominance: totalitarian democracy in the new world order**. Wiesbaden: Edition Engdahl, 2009.
12. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01. 2007.
13. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Proforça**. 1. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2010a.
14. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Proforça**. 3. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2010c.
15. EXÉRCITO BRASILEIRO. **Proforça: extrato (cartilha)**. 1. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2010b.
16. FELTRAN, Gabriel, HORTA, Felipe. Carros, drogas, seguros: negócios articulados. *In*: LABATE, Beatriz, RODRIGUES, Thiago (org.). **Política de drogas no Brasil: conflitos e alternativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2018.
17. HOFFMAN, Frank. **Conflict in the 21st Century: the rise of the hybrid wars**. Arlington: Potomac Institute for Policy Studies, 2007.
18. KORYBKO, Andrew. **Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
19. KUHLMANN, Paulo. **Exército Brasileiro: estrutura militar e ordenamento político (1984- 2007)**. 2007. 187 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
20. LEIRNER, Piero. **Meia volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.
21. LEIRNER, Piero. A etnografia como extensão da guerra por outros meios. **Mana**, v. 12,

- n. 1, p. 59-89, 2009.
22. LEIRNER, Piero. O estado como fazenda de domesticação. **R@U: Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 4, n. 2, p. 38-70, jul./dez. 2012.
23. LEIRNER, Piero. **O Brasil no espectro de uma guerra híbrida: militares, operações psicológicas e política em uma perspectiva etnográfica**. São Paulo: Alameda, 2020a.
24. LEIRNER, Piero. **Mini-manual da hierarquia militar: uma perspectiva antropológica**. San Bernadino: IndePub, 2020b.
25. LIANG, Qiao; XIANGSUI, Wang. **Unrestricted warfare**. Beijing: PLA Literature and Arts Publishing House, 1999.
26. LINDSAY-POLAND, John. US Military Bases in Latin America and the Caribbean. *In*: LUTZ, Catherine (ed.). **The basis of empire**. New York: NYU Press, 2009.
27. LOURENÇÃO, Humberto. O Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM): velhas controvérsias, novos desafios. *In*: CASTRO, Celso (org.). **Amazônia e Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
28. LUTZ, Catherine (ed.). **The basis of empire**. New York: NYU Press, 2009.
29. MATHIAS, Suzeley Kalil. Brasil: interesse nacional e “novas ameaças”. *In*: MATHIAS, Suzeley Khalil; SOARES, Samuel Alves. **Novas Ameaças: dimensões e perspectivas**. São Paulo: Sicurezza. 2003.
30. MATTIS, Joe; HOFFMAN, Frank. Future Warfare: The rise of hybrid wars. **Proceedings Magazine**, v. 132, n. II-I, 2005.
31. MAYA, Romulus. Geopolítica da droga, os EUA e os golpes na América Latina. 2019. Disponível em: <https://duploexpresso.com/?tag=guerra-as-drogas>. Acesso em: 25 abr. 2021.
32. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Glossário das Forças Armadas: MD35-G-01**. Brasília: Ministério da Defesa, 2007.
33. MONTEIRO, Licio Caetano do Rego. **Esperando os Bárbaros: geopolíticas da segurança no Brasil do Século XXI**. Rio de Janeiro: Consequência, 2021. No prelo.
34. MOSKOS, Charles. Toward a postmodern military: the United States as a paradigm. *In*: MOSKOS, Charles, WILLIAMS, John, SEGAL, David. **The postmodern military**. Oxford: Oxford University Press, 2000.
35. MOTTA, Rodrigo de Sá. **A tradição anticomunista no Brasil, as eleições de 2018 e o início da era Bolsonaro**. 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/38662012> Acesso em: 8 ago. 2019.
36. NETWORK of Concerned Anthropologists. **The Counter-Counterinsurgency**

- Manual:** Or, notes on demilitarizing American society. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2009.
37. OSINGA, Frans. **Science, strategy and war:** The strategic theory of John Boyd. Delft: Eburon Academic Publishers, 2005.
38. PIMENTEL, Marcelo. A palavra convence e o exemplo arrasta. *In:* MARTINS FILHO, João Roberto. **Os militares e a crise brasileira.** São Paulo: Alameda, 2020.
39. PINTO, Eduardo Costa. Bolsonaro, quartéis e marxismo cultural: a loucura com método. *In:* MARTINS FILHO, João Roberto. **Os militares e a crise brasileira.** São Paulo: Alameda, 2020.
40. PRICE, David H. **Anthropological intelligence.** Durham: Duke University Press. 2008.
41. PRICE, David H. **Weaponizing anthropology.** Petrolia: CounterPunch, 2011.
42. ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio:** crônicas de um Brasil pós-político. Rio de Janeiro: Caminhos Editora e Livraria, 2021.
43. SAHLINS, Marshall. **Ilhas de história.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
44. SILVA, Carlos Alberto Pinto. **Uma vitória sem disparar um tiro.** 2019. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/fff/noticia/34286/Gen-Ex-Pinto-Silva---Uma-Vitoria-sem-Disparar-um-Tiro/>. Acesso em: 20 set. 2019.
45. SILVA, Carlos Alberto Pinto. **Capacidades das Forças Armadas e as atuais ameaças.** 2015. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/21080/Gen-Pinto-Silva---Capacidades-das-Forcas-Armadas-e-as-Atuais-Ameacas/>. Acesso em: 15 dez. 2015
46. SILVA, Fernando Valentini. **O processo de transformação do Exército:** extensão, fontes e fatores intervenientes. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, 2013.
47. SOUZA LIMA, Antonio Carlos. **Um grande cerco de paz.** poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1995.
48. SSORIN-CHAIKOV, Nokolai. Hybrid peace: ethnographies of war. **Annual Review of Anthropology.** v. 47, p. 251-262, 2018.
49. VISACRO, Alessandro. Fazendo as coisas certas: segurança e defesa do Estado Moderno. **Cadernos de Estudos Estratégicos,** n. 1, p. 49-80, 2019.
50. WEIZMAN, Eyal. Walking through walls: soldiers as architects in the Israeli–Palestinian conflict. **Radical Philosophy,** 2006. Disponível em: <https://www.radicalphilosophy.com/article/walking-through-walls>. Acesso em: 20 jul. 2020.
51. WIENER, Norbert. **Cibernética, ou controle e comunicação no animal e na máquina.**

São Paulo: Perspectiva. 2017 [1948].

52. ZANIN, Cristiano, MARTINS, Waleska, VALIM, Rafael. **Lawfare**: uma introdução. São Paulo: Contracorrente, 2020.

*Piero Leirner*

Professor Titular da Universidade Federal de São Carlos. Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6485-027X>. E-mail: pierolei@gmail.com

# A reascensão da extrema direita entre representações políticas dos sistemas alimentares<sup>1</sup>

The reascendancy of the far-right among political representations of the food systems

**Caio Pompeia**

Latin American Centre, University of Oxford, Oxford, Reino Unido

## RESUMO

A escalada do populismo de extrema direita no Brasil tem ocorrido de forma articulada ao fortalecimento de pleitos radicalizados no heterogêneo campo do agronegócio. Este artigo aborda os modos como tais reivindicações extremistas têm sido recepcionadas entre as elites ligadas aos sistemas alimentares. A etnografia apresentada é desdobrada da interação entre o trabalho de campo com atores empresariais e políticos relacionados às *commodities* agropecuárias e a literatura sobre representações e programas prevaletentes na arena intersectorial. Os materiais empíricos compreendem, além dos registros de campo, documentos patronais e manifestações públicas de agentes privados e estatais. Os resultados mostram que, sob determinações econômicas, políticas e institucionais específicas, as posições mais radicais da direita no campo são, em grande extensão, condicionadas por representações dominantes. Por um lado, esse processo se revela no controle do negacionismo climático dos pleitos radicalizados; por outro lado, apresenta-se na instrumentalização das mais extremadas iniciativas contra os direitos territoriais indígenas.

**Palavras-chave:** Extrema direita, Agronegócio, Elites, Direitos indígenas, Mudanças climáticas.

---

<sup>1</sup> A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, à qual se agradece.

---

Recebido em 12 de abril de 2021.  
Avaliador A: 07 de julho de 2021.  
Avaliador B: 09 de julho de 2021.  
Aceito em 18 de outubro de 2021.

---



**ABSTRACT**

The rise of extreme right-wing populism in Brazil has occurred in conjunction with the strengthening of radicalized claims in the heterogeneous field of industrial agriculture. The article addresses the ways in which such extremist claims have been received among elites linked to food systems. The ethnography presented is unfolded from the interaction between fieldwork with business and political actors related to agricultural commodities and the literature on representations and programs in the intersectoral arena. The empirical materials include, in addition to fieldwork records, corporate documents and public statements by private and state agents. The results show that, under specific economic, political and institutional determinations, the most radical positions of the right in the field are, to a large extent, conditioned by the dominant representations. On the one hand, this process is revealed through the control of radicalized claims that deny climate science; on the other hand, it is presented in the instrumentalization of the most extreme initiatives against indigenous peoples' territorial rights.

**Keywords:** Far-right, Industrial agriculture, Elites, Indigenous rights, Climate change.

**INTRODUÇÃO**

Juntamente à reascensão do populismo autoritário e de ameaças à democracia no Brasil, pleitos extremistas recobram o ímpeto no campo do agronegócio. Com isso, eles atribuem novos impulsos ao movimento neoconservador (MACHADO, 2020) que tem ascendido a partir dos anos 2010 (CARNEIRO DA CUNHA, 2021), interpondo barreiras ao reconhecimento de direitos de povos indígenas e populações tradicionais (BERNO DE ALMEIDA, 2019; CAPIBE; BONILLA, 2015; CARNEIRO DA CUNHA *et al.* 2017; CARNEIRO DA CUNHA, 2018; SAUER *et al.*, 2020). Ao mesmo tempo, tais pleitos reforçam fatores de ordem ambiental que aprofundam a desestabilização ecossistêmica no Antropoceno (SWINBURN *et al.*, 2019; WILLETT *et al.*, 2019).

Este artigo aborda o fortalecimento dessas posições entre representações políticas dos sistemas alimentares que operam no país, privilegiando, analiticamente, os modos como elas são recebidas ou rechaçadas por diferentes elites do campo. Conforme aponta a literatura (BRUNO, 2017; GRAZIANO DA SILVA, 2014 [1989]; MENDONÇA, 2008; VIGNA, 2001), um dos momentos paradigmáticos de vigor, em âmbito nacional, de pleitos radicalizados da agricultura patronal havia ocorrido na década de 1980, em função das possibilidades de redistribuição

fundiária no contexto da Assembleia Nacional Constituinte. Liderada por Ronaldo Caiado, a União Democrática Ruralista (UDR) destacou-se então dentre os agentes que avançavam esses posicionamentos.

Entretanto, em função de marcantes reconfigurações político-econômicas no campo do agronegócio durante as décadas seguintes – que, em primeiro lugar, tinham atribuído força às associações por *commodities* (BRUNO, 2015; GRAZIANO DA SILVA, 2010), e, nos anos 2010, engendraram tendência institucionalmente convergente entre a maioria das organizações empresariais dominantes (POMPEIA, 2020a) –, os pleitos extremistas foram sendo gradualmente marginalizados. Consequentemente, nos núcleos ampliados que assumiram liderança política nessa arena intersetorial no último decênio – Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e Conselho das Entidades do Setor Agropecuário (Conselho do Agro) à frente –, entidades com posições radicalizadas encontraram espaço diminuto.

Essa clivagem entre representações não implicou, como é notório, o arrefecimento de iniciativas neoconservadoras, percebidas na esfera pública sobretudo por intermédio de iniciativas da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), respectivamente ligadas ao IPA e ao Conselho do Agro. De fato, as agroestratégias (BERNO DE ALMEIDA, 2010) – atividades multifacetadas operadas para obstaculizar garantias dos direitos territoriais de povos tradicionais – ganharam maior tração ideológica e administrativa desde a década de 2010 (CARNEIRO DA CUNHA, 2021; O'DWYER, 2018).

Com a concatenação de diversas crises e agências que possibilitaram a eleição de Jair Bolsonaro (sem partido) (HUNTER; POWER, 2019), os posicionamentos mais extremos da direita (BOBBIO, 1996) reascendem no campo do agronegócio, incidindo para abrir espaço para a maior radicalização das agendas anti-indígenas e antiambientais (CARNEIRO DA CUNHA, 2021). Não é fortuito, portanto, que a UDR, politicamente secundarizada por elites do campo, recobre importância neste momento histórico, e também que parte das representações de sojicultores esteja presentemente se movimentando em direção a matizes extremistas. Diante desse cenário, o artigo procura responder às seguintes perguntas: Como foi possível à UDR, depois de sofrer regionalização e subalternização, voltar a ter espaço destacado no campo do agronegócio e, por extensão, no processo político nacional? Quais outras entidades com posições radicalizadas têm atuado em coordenação com ela? Em que medida essas representações se conectam a bases regionais de fazendeiros descontentes com orientações de fóruns dominantes no campo? De que modos as elites dos sistemas alimentares têm reagido à reascensão das posições extremistas? Quais os desdobramentos desses processos sobre as políticas relacionadas a duas questões socioambientais, os direitos territoriais de povos tradicionais e as mudanças climáticas?

Os materiais empíricos constituem-se de anotações durante o trabalho de campo em Brasília (conduzido entre fevereiro e julho de 2019), por meio de observação participante no Congresso Nacional e em representações políticas (principalmente no IPA, mas também na CNA), e de 38 entrevistas (a maioria delas semiestruturadas) com líderes empresariais, políticos e técnicos ligados ao campo do agronegócio. Complementam as fontes documentos de organizações vinculadas aos sistemas alimentares e manifestações de agentes privados e estatais na imprensa.

## O RADICALISMO NA AGRICULTURA PATRONAL APÓS A DITADURA MILITAR

Posições de extrema direita da agricultura patronal tiveram uma de suas escaladas notáveis durante as disputas sobre a questão agrária (PRADO JÚNIOR, 1987) que se destacaram a partir do processo de redemocratização no Brasil. Havia um conjunto de elementos concorrendo para isso. De um lado, ampliavam-se mobilizações para a implementação de agenda fundiária redistributiva, após longo período de modernização conservadora (PALMEIRA, 1989): em 1984, nascera o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; e, em 1985, fora criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, seguido pela elaboração de um Plano Nacional de Reforma Agrária que previa o assentamento de mais de um milhão de famílias. De outro lado, a crise fiscal do Estado brasileiro implicava crescentes dificuldades para a manutenção da robusta política agrícola e agroindustrial que, durante a ditadura militar, havia sido fundamental para impulsionar a integração técnico-produtiva e financeira que, progressivamente, conformara e consolidara cadeias produtivas de *commodities* agropecuárias (DELGADO, 2012; GRAZIANO DA SILVA, 1996; KAGEYAMA *et al.* 1990; PASSOS GUIMARÃES, 1982).

Com a Assembleia Constituinte no horizonte e as disputas que se anteviam no Parlamento, parte dos segmentos patronais, muitos dos quais ligados à pecuária extensiva, criaram, em 1985, a UDR. Defendendo com agressividade a propriedade da terra, a entidade conseguiria obter também a adesão de parte dos agentes patronais mais modernizados tecnicamente, sobretudo daqueles com unidades produtivas de média escala (BRUNO, 2017; GOMES DA SILVA, 1989; GRAZIANO DA SILVA, 2014; MENDONÇA, 2008; VIGNA, 2001). A ampliação de seu perímetro representativo preenchia um vazio político – o qual ocorria pela ausência de organização apta a coordenar, entre si, os diferentes atores prevaletentes em cada uma das

principais cadeias produtivas e, assim, exercer bloqueio pactuado às iniciativas que pretendiam promover uma reforma agrária ampla e tempestiva (GRAZIANO DA SILVA, 2014).

Esse vácuo tinha como um de seus fatores centrais uma mudança estrutural nos modos como se operava o *lobby* das organizações da agricultura lideradas por interesses patronais. Efetivamente, ao lado de outros fatores, o processo de conformação de cadeias produtivas durante a modernização conservadora havia deslocado a precedência da CNA para cumprir esse papel. O padrão de organização política e de intermediação com o Estado que se edificou nessa transição foi de caráter centrífugo, avançado por agentes relacionados a cada uma (ou a algumas) das principais *commodities* e pelas grandes cooperativas agroindustriais (BRUNO, 2015; GRAZIANO DA SILVA, 1996, 2010). Nesse cenário, frações das elites do campo aproximaram-se para criar a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), que tinha entre seus objetivos deter o aumento da representatividade da UDR (BRUNO, 2017; MENDONÇA, 2008).

A despeito dessas competições patronais, suas diferenças foram relevadas quando se tratou de impedir as iniciativas da Associação Brasileira de Reforma Agrária, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Comissão Pastoral da Terra e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dentre outros atores, para inserir dispositivos conducentes à reforma agrária na Constituição que seria promulgada em 1988 (BRUNO, 2017; GOMES DA SILVA, 1989). Tendo havido essa pactuação entre diferentes agentes patronais para operar sobre a questão agrária, é importante apontar, adicionalmente, que as disputas relacionadas, na Constituinte, aos povos indígenas e quilombolas receberam menor atenção por parte deles (CARNEIRO DA CUNHA, 2018).

Exercendo, inicialmente, influência marcante sobre o agrupamento multipartidário que passaria, posteriormente, a ser chamado de “bancada ruralista”, a UDR perderia ímpeto ao longo dos primeiros anos da década de 1990. Sofria desgastes por sua face agressiva (BRUNO, 2017; GRAZIANO DA SILVA, 1989; VIGNA, 2001), ao mesmo tempo que sentia os efeitos das negociações gestadas na FAAB – que operavam eficazmente para seu enfraquecimento representativo. A propósito, a Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), fundada em 1993 por convergência das articulações da FAAB com um programa político intersetorial mobilizado por meio da categoria *agribusiness*, era notavelmente distinta da UDR, contestando a improdutividade nas unidades agrícolas de todos os tipos e concordando – ainda que comedida e taticamente – com a criação de assentamentos rurais (ver POMPEIA, 2021a).

## ENTRE A REGIONALIZAÇÃO E A MARGINALIZAÇÃO

Com o aumento das ocupações de terra e das criações de assentamentos durante a segunda metade dos anos 1990, a UDR reapareceria como uma das mais destacadas organizações realizando contraposições aos movimentos sociais. Contudo, a partir desse período, sua dificuldade para liderar mobilizações nacionais seria crescente, enquanto outras representações, como a Abag, promoviam a costura de um pacto de economia política com o Estado brasileiro (POMPEIA, 2021a; DELGADO, 2012). Notável sobretudo em partes dos estados de São Paulo e do Paraná, a face mais propriamente regional da UDR seria caracterizada também pela intermitência da mobilização política, que oscilava em função de um fator preponderante (já mencionado acima): a agudeza de disputas relacionadas à questão agrária. Dessa forma, a chegada, após a virada do século, do Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República indubitavelmente deu impulso saliente às atividades da organização, ao passo em que um novo líder adquiria projeção nela: Luiz Antônio Nabhan Garcia.

Embora a UDR tenha continuado a apresentar, nos anos 2000, menor capacidade de liderança em escala nacional, deve-se reconhecer que houve iniciativas dela no período para robustecer a representatividade. Ao mesmo tempo que a entidade viu suas mobilizações e seus afiliados crescerem em determinadas localidades que eram cenário de disputas agrárias, ela procurou aproximar-se, em Brasília, de organizações com as quais frequentemente competia, como a própria CNA. Um exemplo foi sua inserção no Conselho Superior de Agricultura e Pecuária do Brasil (Rural Brasil), núcleo que a Confederação fundara para disputar posição no campo com a Abag e agir em reação ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT). No entanto, quando a UDR o fez, o Rural Brasil já se encaminhava para o esgotamento – diante do aprofundamento da fragmentação política no campo, como identificado por Graziano da Silva (2010). Com efeito, a tentativa da CNA de retomar precedência no padrão institucionalmente fragmentário que se impôs de forma progressiva a partir da intitulada “industrialização da agricultura” (KAGEYAMA *et al.*, 1990) havia malgrado à medida que, ancoradas no chamado *boom* das *commodities*, as representações de produtos como a soja e o algodão passavam a se sobressair (POMPEIA, 2021a).

Nos anos 2010, a UDR veria sua incidência no campo diminuir acentuadamente, o que era identificado, por exemplo, por meio das barreiras significativas para a entidade obter inserção institucionalizada em fóruns dominantes relacionados aos sistemas alimentares. Para essas dificuldades, mudanças estruturais na arena intersetorial e público-privada do agronegócio

eram particularmente importantes: a despeito de permanecer operante, o *lobby* por complexos, que fora predominante até o final dos anos 2000 (GRAZIANO DA SILVA, 2010), havia sido paulatinamente secundarizado por um impulso institucionalmente convergente entre cadeias *commodities* e setores da economia vinculados aos sistemas alimentares (POMPEIA, 2020a).

O principal motor dessa reengenharia aglutinadora, tornada possível por inter-relacionamento de fatores econômicos e políticos, foi a criação e a posterior consolidação do IPA – o qual, em 2016, recolhia o financiamento mensal de aproximadamente quarenta associações da agricultura e de indústrias a montante e jusante dela (POMPEIA, 2021a). O Instituto havia avançado na administração de conflitos intersetoriais entre elites do campo, maximizando a capacidade de agregação de recursos financeiros, representatividade e capacidade técnico-justificatória entre atores dominantes relacionados a atividades agroalimentares primárias e secundárias. Esse processo permitiu, por consequência, o aprofundamento das relações de associações empresariais com a mesa diretora da FPA, juntamente ao revigoramento e à maior especialização desse heterogêneo núcleo parlamentar.

Organizando sobretudo agentes de “dentro das porteiras das fazendas” que sentiam de forma mais saliente os desafios impostos pela crescente concentração a montante e jusante das cadeias de *commodities* que operavam no Brasil, a UDR viu-se, então, forçada a atribuir maior importância para outras agendas e a operar em aliança com outras representações de influência regional. Estando a agenda da reforma agrária severamente fragilizada (LERRER; FORIGO, 2019), a entidade esforçou-se para ser a voz de fazendeiros contra estruturas oligopsônicas conformadas por agentes nacionais e estrangeiros. Nessa direção se sobressaíram, de um lado, suas tentativas de vocalizar insatisfações de sojicultores em disputas distributivas com *traders*. De outro lado, destacaram-se – ainda mais – suas críticas a corporações de controle nacional a jusante da agropecuária, como algumas de proteína animal. Por sinal, em razão de os grandes frigoríficos terem adquirido poder sem precedentes por decisão de governo que, durante os anos 2000, conduziu ao fortalecimento de suas posições internacionais (ALMEIDA, 2009), as referidas contestações frequentemente os associavam a gestões petistas.

Dessa forma, a UDR compôs, em 2012, o chamado Movimento Nacional Contra o Monopólio dos Frigoríficos, que era liderado pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul) e amparado por outras representações relevantes da pecuária, com precedência daquelas do Centro-Oeste. Em um dos encontros desse grupo, Nabhan Garcia disse que “vou dar nomes aos bois, eu já ouvi da boca de diretores da JBS dizendo que a arroba do boi não pode passar de R\$ 70,00. Será que nós merecemos isso? Não podemos mais aceitar que eles controlem o mercado desse jeito” (RECURSOS..., 2012, *on-line*). O movimento patronal daria

conformação à Frente Nacional da Pecuária (Fenapec), presidida por Francisco Maia, presidente da Acrissul, sendo Nabhan Garcia seu vice.

Simultaneamente à participação no confronto com agroindústrias dominantes das cadeias da carne e da soja – que operavam com eficácia no IPA e, por desdobramento, junto à mesa diretora da FPA –, a UDR contestava atores de destaque do sistema CNA. Essa reprovação tornou-se mais pronunciada a partir do momento que a senadora Kátia Abreu,<sup>2</sup> então no comando da Confederação, aceitou o convite para integrar o segundo governo de Dilma Rousseff (PT). Para Nabhan Garcia, a senadora seria “[...] uma traidora do setor produtivo, perdeu a credibilidade dos produtores rurais. Por isso, precisa renunciar rapidamente ao cargo de presidente da CNA” (RURALISTAS..., 2014, *on-line*). Em outra manifestação, ocorrida no Mato Grosso do Sul, ele criticou diretamente a Federação de Agricultura e Pecuária desse estado: “Lamentamos que a Federação da Agricultura de Mato Grosso do Sul, entidade que é mantida pelo nosso dinheiro, não esteja presente neste ano, não tenha enviado representante e não esteja preocupada em defender os produtores do estado” (FAMASUL..., 2015, *on-line*).

No começo de 2015, Nabhan Garcia foi um dos primeiros líderes patronais a organizar protestos de atores do campo contra a continuidade do segundo governo da presidenta Dilma Rousseff. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – incluindo seu Conselho Superior do Agronegócio (Cosag/Fiesp) – e a FPA, por exemplo, apoiariam o impedimento posteriormente, respectivamente em dezembro de 2015 e em março de 2016 (POMPEIA, 2021a). Em tais ocasiões, Nabhan Garcia manifestava seus posicionamentos contra Rousseff e Abreu principalmente por meio da chamada Frente Produtiva do Brasil, integrada pela UDR. A iniciativa fora conformada na região de influência mais direta do líder patronal, no interior de São Paulo, e procurava arregimentar, para além desse estado, fazendeiros das regiões Sul e Centro-Oeste.

Por óbvio, as críticas da UDR a atores proeminentes das elites dos sistemas alimentares aprofundaram sua marginalização no campo. Em contrapartida, adicionaram-lhe certo capital político com determinadas frações do campo – principalmente com parte dos fazendeiros menos consolidados produtiva e financeiramente, que se ressentiam das verticalizações nas cadeias produtivas, das perdas nas disputas distributivas diante das corporações e da crise econômica que se intensificava no país. Ademais, é válido apontar que Nabhan Garcia foi um dos poucos líderes patronais mais notórios a contestar as cobranças relacionadas a dívidas do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), em oposição a agentes proeminentes no campo – como as corporações de proteína animal. Por sinal, nas negociações para o refinanciamento

---

<sup>2</sup> À época no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), por Tocantins.

do Funrural realizadas durante o governo de Michel Temer (MDB)<sup>3</sup> – em seguida à decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a constitucionalidade da cobrança –, grandes frigoríficos foram mais beneficiados do que fazendeiros (TEREZA..., 2018, *on-line*).

## AFINIDADES EXTREMISTAS NO PROCESSO ELEITORAL

Foi em meio às articulações ligadas ao Funrural que o presidente da UDR passou a defender a candidatura do então deputado Jair Bolsonaro à Presidência da República. Em uma visita do político ao seminário A Voz do Campo, em Gramado (Rio Grande do Sul), no mês de julho de 2017, Nabhan Garcia opôs o candidato à FPA, a qual, segundo afirmava, havia tomado o partido dos frigoríficos. Bolsonaro seria, anunciou para os empresários presentes, o melhor representante para o agronegócio, “[...] muito mais do que muitos deputados da bancada ruralista no Congresso” (DOS CANDIDATOS..., 2017, *on-line*). Era alta a aposta de confrontar publicamente a referida agremiação interpartidária, pois o insulamento em relação a fóruns dominantes no campo seria ainda maior para o líder patronal e para a UDR no caso de derrota do postulante que apoiavam. Como se sabe, o risco calculado obteria êxito.

A aliança entre Nabhan Garcia e Bolsonaro aprofundou-se de forma célere a partir desse período. O deputado vinha taticamente visitando eventos rurais locais e regionais de diversos estados da Federação – como o fez na Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, em que compareceu vestido de caubói–, e progressivamente ampliava sua legitimidade perante parte dos fazendeiros (POMPEIA, 2021a). Em outras situações, Bolsonaro enviava mensagens de apoio a tais agentes relacionados a atividades primárias, como ocorreu no caso de homens que haviam sido presos por suposto envolvimento em um brutal ataque a indígenas Guarani Kaiowá. Enquanto o líder da UDR organizava protesto contra as prisões, Bolsonaro encaminhou uma mensagem de voz: “Aos irmãos nossos de Mato Grosso do Sul, esses cinco fazendeiros que estão aí: o que eu puder fazer por vocês, eu faço. Reconheço o trabalho de vocês pela propriedade privada e a forma como justamente vocês se defendem” (BOLSONARO..., 2017, *on-line*). Em suas manifestações, o candidato frequentemente criticava duramente os direitos territoriais de povos indígenas e populações tradicionais, as normas ambientais e os movimentos sociais agrários, além de defender o aumento do uso de armas em áreas rurais.

---

<sup>3</sup> Em 2017, o PMDB foi renomeado MDB, Movimento Democrático Brasileiro.

Entre a maioria das organizações dominantes no campo, o grau de radicalismo das propostas de Bolsonaro não era bem recebido. É inegável que, durante os governos de Rousseff e Temer, núcleos como o IPA haviam operado com agendas contrárias àquelas de organizações socioambientais. Tinham, por exemplo, bloqueado o reconhecimento de direitos territoriais tradicionais (CAPIBERIBE; BONILLA, 2015; CARNEIRO DA CUNHA *et al.*, 2017) e promovido alterações críticas no Código Florestal (SOARES-FILHO *et al.*, 2014; VEIGA, 2013). Não obstante iniciativas como essas, a intensidade das propostas armamentistas, anti-indígenas e antiambientais de Bolsonaro lhes soara despropositada e contraproducente. Assim, em 2017 as dezenas de organizações da agropecuária e das indústrias presentes no Instituto apoiavam maciçamente uma candidatura do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Não de modo casual, quando o candidato de extrema direita esteve na mansão do IPA em Brasília, obteve tratamento frio e incomodado da maioria dos membros presentes da FPA – a qual também se encontrava, cumpre adicionar, razoavelmente influenciada pelos tucanos. Associações empresariais prevalecentes no campo e a mesa diretora da Frente Parlamentar estavam, no entanto, relativamente alheias às crescentes preferências de partes das bases da agricultura patronal pelo deputado (POMPEIA, 2021a).

Tal situação evidenciava a clivagem entre a (1) concertação intersetorial, inter-cadeias e privado-estatal que, dotada de extraordinários capitais políticos, financeiros, técnicos e comunicacionais, havia hegemonizado o campo do agronegócio desde meados dos anos 2010 (POMPEIA, 2020a; 2020b; 2021b), e (2) outras representações dessa arena, sobretudo aquelas lideradas pela agricultura patronal que dispunham de poderes regionais e organizavam fazendeiros em disputas mais intensas com indústrias – sendo a UDR uma de suas expressões mais ativas e visíveis.

A propósito, parte dos atores desse disperso e multifacetado segundo conjunto passavam por mudanças importantes. Eram, no campo, os mais suscetíveis à “tempestade perfeita”, expressão que Hunter e Power (2019) mobilizaram para interpretar a confluência de crises que concorreram para abrir espaço à eleição de Bolsonaro. A crise econômica certamente os impactava severamente no ambiente de concentração, verticalizações e internacionalização que se reforçava nas principais cadeias agroalimentares em operação no Brasil. Por seu turno, as controvérsias sobre corrupção tinham ampliado a desconfiança deles em relação a partidos então predominantes, como o PSDB e o PT. Paralelamente, estavam entre aqueles que mais se ressentiam do aumento, por quadrilhas especializadas, dos roubos de agrotóxicos, fertilizantes, máquinas e implementos agrícolas. Esses aspectos, além de outros, ampliavam a predisposição dos referidos atores aos discursos radicalizados do candidato de extrema direita.

Por relevante influência dessas crises, o apoio a Bolsonaro começaria gradualmente a adentrar o IPA e o Conselho do Agro. Em ambas as nucleações, esse movimento a favor do deputado se fez perceber primeiramente em parte das representações lideradas pela agricultura patronal que já manifestavam posicionamentos com maior grau de extremismo, mas eram, até então, mais bem controladas nessas orientações por outras associações no Instituto, sobretudo as compostas por corporações ligadas a atividades secundárias e terciárias. Um exemplo é o da Associação dos Produtores de Soja de Mato Grosso (Aprosoja-MT), que, então presidida por Antônio Galvan, apresentava algumas afinidades ideológicas com a UDR.<sup>4</sup> Posteriormente, a anuência ao candidato adquiriu espaço entre outras organizações empresariais que, embora contrariadas, percebiam a dificuldade da candidatura do PSDB (POMPEIA, 2021a).

Durante essas mudanças no IPA, o acordo de benefício mútuo entre Nabhan Garcia e Bolsonaro evoluíra para uma relação pessoal. No momento em que a vitória nas eleições se mostrava provável, o líder da UDR já se posicionava como o principal representante, para o deputado, dos difusos e variados pleitos de extrema direita da agricultura patronal. Sentindo-se fortalecido com a situação, Nabhan Garcia fez movimentações, amplamente divulgadas na imprensa, que o posicionariam no comando do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Com esse intuito, procurou transmitir um discurso de que seria capaz de promover negociações ampliadas no campo do agronegócio e, concomitantemente, tentou influenciar decisões sobre as políticas relacionadas ao clima.

## A EXTREMA DIREITA CHEGANDO AO PODER

Com o encaminhamento da vitória de Bolsonaro nas eleições, Nabhan Garcia atuou em acordo com a Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) na defesa da proposta de extinção do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de inserção de sua (debilitada) estrutura administrativa no ministério que pretendia assumir. Também fez críticas radicalizadas

---

4 Enquanto Nabhan Garcia e Galvan se aproximam em parte das agendas que defendem, é relevante sublinhar que este detinha, diferentemente daquele, inserção direta e sistemática nos fóruns dominantes do agronegócio. A propósito, a posição de Galvan no campo expandiu-se recentemente: a partir de 2019, com a própria reascensão do populismo autoritário no Brasil, que abriu maior espaço, na arena do agronegócio, a reivindicações extremadas – as quais, como se pode notar por seu caso, também são defendidas por uma parcela dos fazendeiros mais avançados tecnicamente; e em 2021, com sua transferência do comando da Aprosoja do Mato Grosso à presidência da Aprosoja nacional.

à participação do país na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em suas alusões à agenda climática, estava, da mesma forma que analisa Latour (2014) sobre o negacionismo, menos preocupado em se justificar com argumentos lógicos, mas, sobretudo, agindo de forma extremada e fomentando dúvidas a respeito do tema. Por sinal, à imprensa chegou um de seus comentários sobre o Acordo de Paris: “[...] se fosse papel higiênico, serviria apenas para limpar a bunda” (CONSELHEIRO..., 2018, *on-line*).

Agentes da engrenagem IPA/FPA reagiram ao avanço de Nabhan Garcia. Em relação à sua intenção de assumir o Mapa, argumentaram que, ao contrário do que procurava divulgar, o líder tinha representatividade diminuta no campo, e não seria, portanto, capaz de contribuir satisfatoriamente para a coalizão do governo no Legislativo. Frente ao desafio, Nabhan Garcia procurou expressar seu raio de influência, mas as dificuldades de sua inserção entre elites do campo se mostraram evidentes: ele conseguiu, na ocasião, somente o apoio de uma das dezenas de associações que integravam o IPA, a Aprosoja-MT, e de outra que compunha o Conselho do Agro, a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil. Além dessas duas representações de maior destaque, estiveram a respaldá-lo na ocasião entidades de incidência secundária na arena intersetorial, como a Associação Nacional de Defesa dos Agricultores, Pecuáristas e Produtores da Terra (Andaterra), a Associação Brasileira dos Exportadores de Gado (Abeg) e o movimento gaúcho “Te mexe, arrozeiro” (POMPEIA, 2021a).<sup>5</sup>

Era muito pouco para fazer frente ao novo padrão de organização empresarial e representatividade na arena do agronegócio, condicionado por arranjo institucionalmente convergente entre parte relevante de suas principais representações políticas. Com efeito, essa arena passara a ser liderada por uma concertação público-privada caracterizada por (1) nucleações inter-cadeias e intersetoriais amplas, como o Instituto e o bloco CNA/Conselho do Agro, (2) iniciativas de maior orquestração entre a Confederação e o IPA e (3) inter-relações crescentes dos núcleos ampliados com determinados agentes estatais – sobretudo a mesa diretora da FPA e o Mapa (POMPEIA, 2020a). Assim sendo, coube à referida configuração concertada a indicação da deputada Tereza Cristina,<sup>6</sup> então no comando da agremiação interparlamentar, à pasta da Agricultura.

Ao mesmo tempo, ocorriam intensos debates, no âmbito dessa concertação, em relação

---

5 Um dos aspectos principais que contribuíam para aglutinar tais atores foram as dívidas do Funrural. A propósito, algumas das lideranças empresariais então à frente dessas organizações são justamente aquelas que têm atualmente liderado, no campo, a frente de apoio a Jair Bolsonaro. O chamado Movimento Brasil Verde e Amarelo é central nessas articulações.

6 Democratas, pelo Mato Grosso do Sul.

às proposições fundamentadas em negacionismo climático. Evidenciando suas preocupações com riscos estratégicos, parte dos agentes responsáveis por atividades industriais e terciárias fizeram questão de interceder para garantir reprovação a elas. Cabe acrescentar que a movimentação contrária ao negacionismo também aconteceu fora dos núcleos mais bem articulados que predominam no campo – principalmente por intermédio da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura. Composta sobretudo por segmentos das elites dos sistemas alimentares e organizações ambientalistas, a Coalizão criticou publicamente a proposta de extinção ministerial e continuou a enfatizar a importância das negociações climáticas (POMPEIA, 2021a).

A decisão de Bolsonaro quanto ao MMA não ficou com as propostas negacionistas nem com as mais preocupadas com desinvestimentos e perdas financeiras no comércio internacional. Assim, a despeito de o referido ministério não ser extinto, sua linha de condução – ainda que tivesse antes apresentado algumas variações – seria decididamente rompida. A reorientação no ministério atendeu principalmente ao núcleo conservador de agentes que controla o bloco CNA/Conselho do Agro, fortaleceu-se com as eleições e presentemente se insere como o mais influente no ambiente diversificado do IPA. Não por acaso, o ministro então escolhido para o MMA, Ricardo Salles, havia atuado como diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB) – organização tradicional de São Paulo afiliada tanto ao Instituto quanto ao Conselho do Agro. Paralelamente, a relação dele com o campo do agronegócio também se materializava na posição de conselheiro que detinha no Cosag/Fiesp, fórum liderado por interesses das usinas de cana-de-açúcar (POMPEIA, 2020a). Em entrevistas, líderes empresariais apontaram ao autor que a escolha do presidente eleito para o MMA foi cancelada por Tereza Cristina, que interage sistematicamente com o IPA, a FPA e a CNA.

Ao passo que atuava para atender a interesses de fóruns conservadores que são dominantes nos sistemas alimentares, o presidente eleito também procurou contemplar atores com posições políticas mais extremistas, o que fez, dentre outras medidas, criando a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (Seaf) no Mapa e entregando-a a Nabhan Garcia. Conforme líderes de organizações presentes no IPA e no Conselho do Agro relataram em entrevistas ao autor, a manobra de Bolsonaro para acomodar diferentes agentes do campo desagradou à maioria das indústrias a jusante e a parte das associações relacionadas a operações “dentro da porteira” – a exemplo de algumas mais atuantes no Sudeste, entre as quais o Conselho Nacional do Café. Mas foi tomada como oportuna por número relevante de representações da agropecuária, como muitas do Centro-Oeste, onde a oposição aos direitos territoriais indígenas é mais aguda. Nesses casos, a aprovação ocorria sobretudo por entenderem que Nabhan Garcia faria intransigente atuação contrária a minorias políticas no campo – que lhes convém –, acumulando também o

ônus público de o fazer. Tal arranjo deixaria a ministra menos desgastada para operar em outros temas (POMPEIA, 2021a).

## **AÇÃO POLÍTICA NO VAREJO E RELAÇÕES COM ELITES DO CAMPO**

Distante do comando da UDR em razão da inserção no governo federal, Nabhan Garcia tem se empenhado para a manutenção de vínculos próximos com Jair Bolsonaro, com quem se encontra com frequência, dentro e fora do Palácio do Planalto. Assim, o líder patronal esforça-se para manifestar apoio incontestado ao presidente, mesmo em assuntos fora de sua área de atuação – como na disputa do mandatário com o ex-ministro Sergio Moro. Em temas diretamente ligados aos sistemas alimentares, Nabhan Garcia chegou a relativizar um dos pleitos centrais que o legitimaram com parte dos fazendeiros durante a campanha em apoio à candidatura de Bolsonaro: a anistia das dívidas do Funrural. De fato, ao inserir-se no governo, afirmou, em consonância com a posição do Executivo, não ver como possível a iniciativa. Com isso, Nabhan Garcia gerou desconfiças de alguns dos atores patronais e políticos com os quais tinha relações mais próximas – como ocorreu, por exemplo, em relação ao deputado federal Jerônimo Goergen.<sup>7</sup>

Se provocou críticas de aliados com essa mudança de posição, é certo que o presidente licenciado da UDR não deixa de colher frutos em razão de sua posição como secretário de temas fundiários. Com efeito, o posto na Esplanada permite a ele operar para obter o apoio de variados agentes da agricultura patronal que exercem poder em escalas subnacionais, sobretudo dos que estão em conflito direto com povos indígenas e populações tradicionais e visam à legalização de operações privadas em terras públicas. Nessa função, Nabhan Garcia atua como um facilitador de articulações e demandas locais, viajando para diferentes regiões do país. É em razão desse papel, também, que são mais frequentes, em seu gabinete, as visitas de líderes de associações municipais de produtores e de sindicatos patronais, do que das organizações nacionais predominantes no campo – que operam centralmente por meio do IPA e do Conselho do Agro (MAPA, 2021).

Por conseguinte, as inter-relações de Nabhan Garcia com o Legislativo ocorrem menos

---

<sup>7</sup> Do Progressistas, pelo Rio Grande do Sul.

assiduamente com o coletivo da mesa diretora da FPA – instância que, como apontado acima, é articulada diretamente ao IPA –, manifestando-se, distintamente, sobretudo com parlamentares que têm espaço secundário na hierarquia do bloco multipartidário. Fora do núcleo desse grupo interpartidário, tais congressistas estão relativamente menos respondentes às orientações do Instituto e mais vinculados a demandas locais e/ou regionais. Aliás, são esses agentes políticos que seguidamente abrem espaço para as visitas de líderes municipais ao secretário na capital federal (MAPA, 2021).

Se algumas das medidas solicitadas por agentes locais estão em sua alçada, como secretário diretamente apoiado pelo presidente, outras delas implicam a atuação de Nabhan Garcia em alianças mais amplas, como ocorre em relação ao Legislativo. Para isso, o desafio de melhorar sua aceitação na engrenagem IPA-FPA não pode ser ignorado, devendo ser apontado que esse exercício também auxilia sua avaliação no governo. Visando a administrar desavenças com associações ligadas a atividades secundárias no Instituto, o líder licenciado da UDR modificou, ao tornar-se secretário, suas considerações públicas sobre as grandes agroindústrias. A mudança foi indubitavelmente repentina, como se procura corroborar no parágrafo a seguir.

No final de 2018, quando pretendia se tornar ministro, o líder patronal defendera que Bolsonaro tomasse, ao assumir, medidas duras contra corporações a jusante da agropecuária. Segundo exclamou então, “estamos à mercê dos grandes frigoríficos e de poucas empresas de exportadores de grãos”, enquanto “[...] o produtor primário fica cada vez mais pobre” (ABSURDO..., 2018, *on-line*). Em contrapartida, assim que assumiu a Seaf, suas reprovações às indústrias foram substituídas pela evitação das questões distributivas nas cadeias de *commodities*. Ao ser perguntado por este autor sobre o tema, enquanto assistia a audiência pública na Câmara dos Deputados (dia 9 de abril de 2019), o secretário respondeu rapidamente que entendia ser importante a inserção institucional crescente de atores responsáveis por atividades secundárias em nucleações políticas do campo do agronegócio.

O silêncio tático sobre disputas distributivas intersetoriais talvez permita relativa administração das reprovações de algumas corporações dos sistemas alimentares em relação a Nabhan Garcia, mas está longe de aproximá-las estrategicamente do secretário. Entretanto, no que tange às organizações da agricultura patronal, o cenário é distinto. Ainda que continue, no governo, a ser visto com contrariedade por algumas delas, o líder tem conseguido manter apoio (ou, pelo menos, a complacência) da maioria. Dentre as que se articulam de modo mais direto com o secretário, cabe apontar algumas associações de pecuaristas e sojicultores – principalmente do Centro-Oeste e do Norte (MAPA, 2021).

Dessas complexas relações resultam tratamentos diferentes às agendas do secretário, a

depende do assunto. De fato, conforme constatado ao longo dos meses de observação participante em Brasília, percebe-se uma seletividade, entre elites relacionadas às cadeias de *commodities*, quanto aos posicionamentos mais extremos do neoconservadorismo no campo. De um lado, as negociações no IPA e no Conselho do Agro, marcadas por diferenciação programática mais acentuada em temas ambientais do que naqueles agrários, terminam por desautorizar os pleitos extremistas fundamentados em negacionismo climático. No entanto, quando se trata das propostas mais radicalizadas relacionadas aos direitos territoriais de povos tradicionais, não se constituem as mesmas alianças de bloqueio. Essa seletividade é analisada nas duas seções a seguir.

## LIMITES AO NEGACIONISMO CLIMÁTICO

O adensamento das críticas relacionadas a problemas ambientais nas cadeias de *commodities* agropecuárias no Brasil tem implicado crescentes conflitos programáticos no campo do agronegócio (POMPEIA, 2021a).<sup>8</sup> Tal processo obtém maior vigor na atual gestão do Executivo federal, caracterizada por radicalização do desmonte e da reestruturação das políticas para o meio ambiente (BRONZ *et al.*, 2020). De fato, os riscos de desinvestimentos e perdas negociais no mercado internacional de *commodities*, somados a embaraços em negociações para acordos comerciais nos quais o Brasil é parte, ampliam incentivos para que alguns segmentos (principalmente os representantes de atividades secundárias e terciárias, mas também alguns ligados primordialmente a funções primárias) façam suas posições de censura ao negacionismo climático serem consideradas em fóruns prevaletentes, como no IPA.

Consequentemente, as disputas no âmbito da heterogênea concertação política que predomina no campo terminam por impor alguns obstáculos ao agenciamento de propostas negacionistas. Como apontado, as sugestões de extinção do MMA, defendidas tanto por Bolsonaro e Nabhan Garcia, quanto pela Aprosoja Brasil, foram contestadas pela parte majoritária das associações no Instituto, além de terem sido rejeitadas por líderes com prestígio no campo, a exemplo de Roberto Rodrigues. Igualmente, as propostas para o país rever sua inserção no Acordo de Paris foram objetadas pela maioria no IPA, cabendo destaque à veemente contra-

---

<sup>8</sup> É importante destacar que alguns temas, como o desmatamento, geram mais disputas que outros, a exemplo dos agrotóxicos (ver CNA & CONSELHO DO AGRO, 2018; COALIZÃO, 2018).

riedade da Abag, que então ocupava assento no conselho administrativo do Instituto, além de liderar a Coalizão. Nos dois casos, Bolsonaro cedeu.

No âmbito do Congresso Nacional, houve procedimento semelhante. Em 2019, pelo menos dois projetos de lei com participação de um parlamentar de fora do núcleo da FPA, o senador Márcio Bittar,<sup>9</sup> manifestavam posicionamentos extremados em temas ambientais. O primeiro eliminava o conceito de Reserva Legal; o segundo criava, dentre outras previsões, poder de veto das Assembleias Legislativas para a criação de Unidades de Conservação (UCs) (SENADO FEDERAL, 2019a; 2019b). Ambos eram oriundos de pressões locais e regionais, e guardavam sintonia com as posições do secretário da Seaf. Negociadas fora do Instituto, as duas foram repelidas pela maior parte das associações empresariais no IPA, e, desse modo, não foram avançadas pela direção da FPA.

Havendo modulação, por elites do campo, desses ímpetos extremistas relacionados à política climática, ela não significa, de modo algum, o avanço, em nucleações como o Instituto Pensar Agropecuária, de agendas que levem em consideração os incontestes desequilíbrios ambientais influenciados pelos sistemas alimentares predominantes (SWINBURN *et al.*, 2019; WILLETT *et al.*, 2019), e muito menos que tenham em conta a perigosa erosão da agrobiodiversidade decisivamente influenciada por eles (CARNEIRO DA CUNHA *et al.*, 2021). Ao contrário, ainda que controle, em algumas ocasiões, o grau de intensidade das posições negacionistas, a concertação política que predomina no campo tem sido um agente central a avançar, por meio de suas articulações com o Palácio do Planalto e no Congresso Nacional, iniciativas antiambientais.

Efetivamente, as negociações realizadas no Instituto e no Conselho do Agro têm influenciado de modo substancial as orientações em relação ao meio ambiente implementadas pelo governo Bolsonaro. É importante adicionar que essa influência se beneficia da atuação de fração relevante dos atores corporativos mais suscetíveis a riscos estratégicos: se tais agentes envidam esforços para se distinguirem publicamente de segmentos agroalimentares com pleitos antiambientais, eles não têm oferecido, em espaços de bastidores (como o IPA), oposição consequente a esses posicionamentos. Por um lado, um fator dentre os principais a explicar essa situação é o zelo pelo amplo leque de acordos estratégicos costurados entre elites dos sistemas alimentares em temas como tributação, relações internacionais, infraestrutura e crédito, que poderiam ser desestabilizados com o avanço das disputas ambientais dentro dos fóruns dominantes. Por outro lado, deve-se considerar que há, quanto a algumas propostas de natureza

---

<sup>9</sup> Do MDB, pelo Acre.

não sustentável, interesses compartilhados entre distintas organizações dessas elites – é o que ocorre atualmente, por exemplo, com as tramitações para o amplo enfraquecimento das regras de licenciamento ambiental.

Embora o MMA não constitua o foco deste artigo – pasta analisada em outro trabalho (POMPEIA, 2021a) –, é relevante acrescentar que Ricardo Salles, seu ministro entre janeiro de 2019 e junho de 2021, apresentou relações diretas com o IPA mais frequentes que Nabhan Garcia. Além disso, Salles também operava em articulação com outros agentes econômicos, como mineradoras, madeireiras, construtoras, petrolíferas e montadoras automobilísticas. Por esta última característica, o então ministro foi, diferentemente do secretário, representante paradigmático do que Berno de Almeida chama de “estratégias de exportação agromineral”, sublinhando a aproximação de interesses entre atores das cadeias de *commodities* agropecuárias e minerais (BERNO DE ALMEIDA, 2019, p. 67-70).

No Congresso Nacional, também é possível identificar a atuação da referida concertação política na regulação da tramitação de propostas extremistas construídas com base em demandas locais/regionais e no concomitante incentivo ao aprofundamento de orientações antiambientais. Desse modo, o IPA e a mesa diretora da FPA não entendiam, conforme adiantado acima, ser possível pactuar com o fim das Reservas Legais, mas tentaram promover nova movimentação para alteração do Código Florestal (a qual, segundo especialistas, tinha grande potencial de criar outras formas de anistias a desmatadores) – em processo acompanhado pelo autor, por meio do trabalho de campo no Instituto e no Congresso Nacional. De forma semelhante, o núcleo privado-parlamentar não encampara a tentativa de mudança legislativa relacionada às UCs, mas atuou juntamente à CNA para bloquear novas criações dessas áreas protegidas.

Na próxima seção, é abordada a atuação de diferentes agentes dominantes das cadeias de *commodities* em relação aos territórios tradicionais.

## **AMÁLGAMA POLÍTICO CONTRA OS DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS TRADICIONAIS**

No que diz respeito aos territórios de povos indígenas e populações tradicionais, também se notam diferenças programáticas entre posicionamentos de agentes ligados às *commodities* agropecuárias. Tais distinções são, como se poderá notar, antes de grau do que de substância. Enquanto o Conselho do Agro defende a contenção do reconhecimento de direitos territoriais,

Nabhan Garcia propôs, ao tornar-se secretário, mobilizar a estrutura administrativa de que dispõe para tentar rever demarcações já homologadas (CNA & CONSELHO DO AGRO, 2018; NÃO DURMO..., 2019). Se o Conselho solicita a repressão estatal contra as retomadas, a UDR tem historicamente apoiado, como aponta a literatura, ações violentas dos próprios fazendeiros (VIGNA, 2001). Por seu turno, desde 2018 a Coalizão encoraja (mesmo que subsidiariamente) as demarcações de Terras Indígenas (TIs), valorizadas pelo fórum sobretudo por seu papel na redução das taxas de desmatamento na Amazônia e no enfrentamento à apropriação privada indevida de áreas públicas (COALIZÃO, 2018).

No entanto, ao contrário do que acontece em relação ao negacionismo climático, não se nota contraposição consequente, no campo, a posicionamentos e atuações extremistas relacionados aos direitos territoriais tradicionais. Nesse sentido, verifica-se que as poucas manifestações, no Brasil e no exterior, de alguns agentes prevaletentes nos sistemas alimentares sobre a importância desses direitos não encontram desdobramentos na forma de ações efetivas de pressão. Sem obstáculos expressivos de agentes responsáveis por funções industriais e terciárias, atores neoconservadores de diferentes matizes atuam com maior força, conjunta e decididamente, na promoção de agendas desterritorializadoras. Para essas ações, a comissão de Direito de Propriedade do bloco IPA/FPA executa papel central. De natureza tríplice, ela é constituída pelas entidades do Instituto que mais se interessam no tema, por especialistas jurídicos e por um parlamentar que intermedeia as relações dos agentes privados com a mesa diretora da FPA.

Outra distinção quando se comparam os tratamentos de temas ambientais e territoriais se revela no perímetro de atores estrategicamente envolvidos na concertação política a operar no campo – sendo historicamente determinada, ela também é modelada em sua representatividade em função de cada questão política ampla. Desse modo, ao passo que Nabhan Garcia se vê contestado nas proposições climáticas, ele é, ao contrário, envolvido em reuniões do Instituto e da Frente voltadas a organizar iniciativas contrárias ao reconhecimento dos direitos territoriais de populações tradicionais.

Citam-se dois exemplos, ambos de 2019. Um deles foi a atuação pactuada entre a mesa diretora da FPA e Nabhan Garcia, na mansão do Instituto, para tentar defender a decisão de Bolsonaro, tomada logo no início de sua gestão, que transferira a competência para realizar as demarcações de TIs da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Mapa. Na ocasião, os diferentes atores estatais, do Executivo e Legislativo, apresentaram discursos unificados de apoio à medida do governo, ao passo que líderes empresariais contribuíam para reforçar essa posição. Tendo anteriormente criticado a proposta de extinção do MMA, Roberto Rodrigues alegou não ver conflitos de interesse na decisão do presidente sobre a mudança relativa às de-

marcações. Após inúmeras disputas no âmbito dos três Poderes, a transferência findou sendo revertida. Um segundo exemplo de articulação contrária às demarcações entre o núcleo da FPA e o secretário de assuntos fundiários ocorreu em relação à presidência da Funai. Encontrando dificuldades para bloquear o retorno, à Fundação, da competência relacionada às demarcações, parlamentares do bloco multipartidário e o líder licenciado da UDR operaram conjuntamente para obtenção, junto ao Palácio do Planalto, da exoneração do presidente da Funai, o general da reserva do Exército Franklimberg Ribeiro de Freitas. O general não mantém relações próximas com representações do campo (EX-PRESIDENTE..., 2019).

Finalmente, cumpre sinalizar que a FPA e Nabhan Garcia têm agido de forma coletiva em outra pauta patronal relacionada às TIs: a inserção de terras demarcadas em circuitos de *commodities*, operada por meio de arrendamentos e outras formas de operação empresarial nessas áreas. Desde 2017, o núcleo da Frente vinha promovendo atividades (como audiências no Parlamento) para organizar e tentar legitimar atores que apoiam essas estratégias, incluindo alguns indígenas, como no caso de líderes dos Paresí. Inconstitucional, a medida não tivera apoio do governo Temer, ainda que sua gestão fosse bastante pressionada, diante de escândalos, a acatar pleitos de associações dominantes no campo (CARNEIRO DA CUNHA *et al.*, 2017). A partir de 2019, a orientação do Executivo a esse respeito foi alterada. Desde então, o líder licenciado da UDR tem agido com a Presidência da República e a FPA, além da Aprosoja-MT e outras representações patronais, para apoiar as iniciativas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou a ampliação recente do ímpeto de pleitos de extrema direita no diverso campo do agronegócio e sua incidência relacionada a questões socioambientais no Brasil. Com esse objetivo, o trabalho privilegiou o exame das formas como atores que defendem tais posicionamentos recobram influência no país, uma vez que, após terem desempenhado papel relevante na Assembleia Nacional Constituinte e nos anos posteriores à promulgação da Constituição Federal, haviam sido forçados à regionalização e, posteriormente, pressionados à marginalização política.

Baseada sobretudo em dados colhidos por meio de observação participante em fóruns empresariais e no Congresso Nacional, a análise procurou, nesse sentido, (1) examinar os fatores econômicos e políticos vinculados ao processo de reascensão de posições mais extremadas

no campo, (2) delimitar seus atores e perímetros de representação em diferentes escalas no país e (3) abordar os modos como as diferentes elites dos sistemas alimentares se relacionam com esses agentes e suas reivindicações.

Investigando, portanto, a heterogeneidade no campo do agronegócio, a etnografia identificou que as políticas socioambientais avançadas atualmente no Brasil são resultado de competições e acomodações entre distintas representações e orientações programáticas. De um lado, constataram-se bloqueios, por fração de segmentos corporativos mais suscetíveis às críticas ambientais, de propostas ancoradas em negacionismo climático. De outro lado, verificaram-se instrumentalizações, por parte majoritária das elites do campo, de posicionamentos radicalizados contra os direitos territoriais de povos tradicionais. Como resultado, o movimento neoconservador que contesta tais direitos é deslocado para direções ainda mais extremadas.

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Mansueto. **Desafios da real política industrial brasileira do século XXI**. Brasília: Ipea, 2009. (Texto para discussão, n. 1542).
2. BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In*: BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner *et al.* (org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-143.
3. BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner. As estratégias de exportação agromineral e a usurpação das terras tradicionalmente ocupadas: à guisa de Introdução. *In*: BERNO DE ALMEIDA, Alfredo Wagner *et al.* (org.). **Mineração e garimpo em terras tradicionalmente ocupadas: conflitos sociais e mobilizações étnicas**. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019. p. 47-70.
4. BOBBIO, Norberto. **Left and right: the significance of a political distinction**. Cambridge (UK): Polity Press, 1996.
5. BOLSONARO manifesta apoio a fazendeiros presos em MS. **Capital News**, 3 out. 2017. Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/imprime.php?cid=309653&sid=7> Acesso em: 6 abr. 2021.
6. BRONZ, Deborah; ZHOURI, Andréa; CASTRO, Edna. Apresentação: Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Antropolítica, Revista Contemporânea de Antropologia**, v. 49, p. 8-41, 2020.

7. BRUNO, Regina. **Elites agrárias, patronato rural e bancada ruralista no Brasil**. Projeto de Cooperação Técnica UFT/BRA/083/BRA. Rio de Janeiro, 2015.
8. BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. *In*: MALUF, Renato; FLEXOR, George. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjuntura e políticas públicas**. Cidade: Editora, 2017.
9. CAPIBERIBE, Artionka; BONILLA, Oiara. A ocupação do Congresso: contra o quê lutam os índios? **Estud. Av.**, v.29, n.83, p. 293-313, 2015.
10. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Índios na Constituição. **Novos estudos CEBRAP**, v. 37, n. 3, p. 429-443, set./dez. 2018.
11. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Paz entre agronegócio e direitos indígenas? Acabar com as ilegalidades é necessário, mas não suficiente. **Revista Piauí**, n. 172, jan. 2021.
12. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela *et al.* Indigenous peoples boxed in by Brazil's political crisis. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, v. 7, n. 2, p. 403-426, Aut. 2017.
13. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela *et al.* **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil. Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, 2021.
14. CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL; CONSELHO DAS ENTIDADES DO SETOR AGROPECUÁRIO. **O Futuro é Agro: 2018-2030**. Brasília: CNA, 2018.
15. COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA. **Visão 2030-2050: o futuro das florestas e da agricultura no Brasil**. 2018.
16. CONSELHEIRO de Bolsonaro compara Acordo de Paris a papel higiênico. **O Estado de S. Paulo**, 18 out. 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,conselheiro-de-bolsonaro-compara-acordo-de-paris-a-papel-higienico,70002553637> Acesso em: 6 abr. 2021.
17. DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
18. “DOS CANDIDATOS, eu sou o menos ruim”, disse Bolsonaro em palestra nesta tarde em Gramado. **NH**, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://www.jornalnh.com.br/2017/07/noticias/regiao/2149677-dos-candidatos-eu-sou-o-menos-ruim--disse-bolsonaro-em-palestra-nesta-tarde-em-gramado.html> Acesso em: 6 abr. 2021.
19. EX-PRESIDENTE da Funai, Franklimberg de Freitas ataca ruralistas. **Correio Braziliense**, 1 set. 2019. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/01/interna\\_politica,767117/ex-presidente-da-funai-](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/07/01/interna_politica,767117/ex-presidente-da-funai-)

- franklimberg-de-freitas-ataca-ruralistas.shtml Acesso em: 14 ago. 2021.
20. GOMES DA SILVA, José. **Buraco negro**: a reforma agrária na Constituinte. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
  21. GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1996.
  22. GRAZIANO DA SILVA, José. Os desafios das agriculturas brasileiras. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (org.). **Agricultura brasileira**: desempenho, desafios e perspectivas. Brasília: IPEA, 2010. p. 157-184.
  23. GRAZIANO DA SILVA, José. Entrevista. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 50, p. 161-196, jan./jun. 2014. [1989].
  24. HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Bolsonaro and Brazil's Illiberal Backlash. **Journal of Democracy**, v. 30, n. 1, p. 68-82, Jan. 2019.
  25. FAMASUL boicota movimento de produtores em Dourados. **Gazeta do Campo**, 24 mar. 2015. Disponível em: <http://www.gazetadocampo.com.br/noticias/famasul-boicota-movimento-de-produtores-em-dourados>. Acesso em: 6 abr. 2021.
  26. KAGEYAMA, Angela. et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 1990. p. 113-223. (Série Ipea, n. 127).
  27. LATOUR, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 57, n. 1, p. 11-31, nov. 2014.
  28. LERRER, Débora; FORIGO, Adriano. A política de silêncio do problema agrário brasileiro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, p. 483, 2019.
  29. MACHADO, Lia Zanotta. From the time of rights to the time of intolerance. The neoconservative movement and the impact of the Bolsonaro Government: Challenges for Brazilian Anthropology. **Vibrant**, v. ?, n. ?, p. 1-35, 2020.
  30. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Agenda do Secretário Especial de Assuntos Fundiários. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/aceso-a-informacao/agendas/secretaria-especial-assuntos-fundiarios/agenda-do-secretario-especial-de-assuntos-fundiarios/2020-04-30> Acesso em: 9 abr. 2021.
  31. MENDONÇA, Sonia Regina. O patronato rural brasileiro na atualidade: dois estudos de caso. **Anuario del Centro de Estudios Históricos Professor Carlos S. A. Segreti**, v. 8. p. 139-159, 2008.
  32. 'NÃO DURMO sem uma arma', diz secretário de Assuntos Fundiários. **Veja**, 16 jan.

2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/nao-consigo-dormir-sem-uma-arma-diz-secretario-de-assuntos-fundiarios/> Acesso em: 9 abr. 2021.
33. O'DWYER, Eliane Cantarino. Os antropólogos, as terras tradicionalmente ocupadas e as estratégias de redefinição do Estado no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61. p. 33-46, 2018.
34. PALMEIRA, Moacir. Modernização, estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, set./dez. 1989.
35. PASSOS GUIMARÃES, Alberto. **A crise agrária**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
36. POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 35(104), 1-17, 2020a.
37. POMPEIA, Caio. 'Agro é Tudo': simulações no aparato de legitimação do agronegócio, **Horizontes Antropológicos**, 26(56), 195-224, 2020b.
38. POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Editora Elefante, 2021a.
39. POMPEIA, Caio; SCHNEIDER, Sergio. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 57, p. 175-198, jun. 2021.
40. PRADO JÚNIOR, Caio. **A questão agrária**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
41. RECURSOS do BNDES para grandes frigoríficos foi discutido pelo Movimento Nacional Contra o Monopólio. **Capital News**, 15 maio 2012. Disponível em: <https://www.capitalnews.com.br/conteudo.php?cid=231784> Acesso em: 6 abr. 2021.
42. RURALISTAS tratam Kátia Abreu como 'traidora' após indicação. **O Estado de S. Paulo**, 1 dez. 2014. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,ruralistas-tratam-katia-abreu-como-traidora-apos-indicacao,1600674>. Acesso em: 6 abr. 2021.
43. SAUER, Sergio; LEITE, Acacio Zuniga; TUBINO, Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 285-318, dez. 2020.
44. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 2362, de 2019**. Iniciativa e autoria: Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ) e Senador Marcio Bittar (MDB/AC). Ementa: Revoga o Capítulo IV - Da Reserva Legal, da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para garantir o direito constitucional de propriedade (2019a).
45. SENADO FEDERAL. **Projeto de Lei nº 1553, de 2019**. Iniciativa e autoria: Senador Marcio Bittar (MDB/AC). Ementa: Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre os critérios de criação de unidades de conservação (2019b).
46. SOARES-FILHO, Britado *et al.* Land use. Cracking Brazil's Forest Code. **Science**, v.

- 344, p. 363-364, 2014.
47. SWINBURN, Boyd *et al.* The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change. **The Lancet**, v. 393, n. 10173, p. 791-846, 2019.
48. TEREZA Cristina beneficiou frigoríficos em Refis do Funrural. **Valor Econômico**, 22 nov. 2018. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/11/22/tereza-cristina-beneficiou-frigorificos-em-refis-do-funrural.ghtml>. Acesso em: 6 abr. 2021.
49. VEIGA, José Eli. **Os estertores do Código Florestal**. Campinas: Armazém do Ipê, 2013.
50. VIGNA, Edécio. **Bancada Ruralista: um grupo de interesse**. Brasília: INESC, 2001. (Argumento, n. 8).
51. WILLETT, Walter *et al.* Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The Lancet**, v. 393, n. 10170, p. 447-492, 2019.

*Caio Pompeia*

Pesquisador visitante no Latin American Centre, Universidade de Oxford, atuando concomitantemente no Programa de Pós-Doutorado em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. Doutor em Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1692-1985>. E-mail: caporine@gmail.com

# Olhai para “os ricos do campo”: o lugar das elites e classes dominantes nos Estudos Rurais do Brasil <sup>1</sup>

## Richs of the countryside in Brazil: elites and the ruling class in Rural Studies

**Valdênio Freitas Meneses**

Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba, Brasil

### RESUMO

Os Estudos Rurais são uma rede de cientistas sociais e de áreas afins que pesquisam temas no mundo rural brasileiro: da concentração da terra e recursos hídricos, conflitos entre populações locais e projetos de impactos socioambientais até políticas públicas voltadas para o meio rural. Os Estudos Rurais têm espaço em congressos nacionais e internacionais, além de parcerias e intercâmbios entre departamentos de universidades, ONGs e movimentos sociais. Neste artigo, proponho um debate sobre uma zona difusa dentro dessa consolidação de pesquisas dos Estudos Rurais: o tema das elites e classes dominantes e a construção de agendas de pesquisa acerca dos latifundiários, ruralistas, estancieiros, empresários rurais, pecuaristas, usineiros dentre outros. Para tanto, utilizo o seguinte roteiro: primeiro faço uma revisão dos debates acerca do termo “latifúndio” em teses clássicas do mundo rural; depois analiso a forma como os clássicos das ciências sociais no Brasil (1930-1960) abordaram a elite e o mundo rural. Aqui, também, a revisão é direcionada para as novas gerações de clássicos dos Estudos Rurais (de 1970 até o início do século XXI) e seus temas: pesquisas sobre a “perversa aliança” entre a grande propriedade e a modernização capitalista rural; temas dos setores patronais ruralistas do agronegócio e, por fim, etnografias feitas na zona da mata canavieira nordestina que alcançou o mundo das elites rurais. Revisando essas gerações de clássicos, proponho construir a categoria “ricos do campo” para firmar uma agenda de pesquisa atualizada sobre elites e classes dominantes nos Estudos Rurais.

**Palavras-chave:** Elites, Classes dominantes, Estudos Rurais, Ricos do campo.

---

<sup>1</sup> A pesquisa que deu origem ao artigo foi financiada via Bolsa Capes/Brasil dentro de atividades de estágio pós-doutoral realizado entre 2020-2021 no PPGS/UFS sob orientação da Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca.

---

Recebido em 20 de maio de 2021.  
Avaliador A: 04 de agosto de 2021.  
Avaliador B: 05 de agosto de 2021.  
Aceito em 19 de outubro de 2021.

---



## ABSTRACT

The so called Rural Studies are networks of social scientists between academic sectors, social movements and NGOs in Brazil. This network make researchs about rural-urban transformations in Brazilian society: conflicts about land, water, agro-food systems, family farmer policies, indigenous peoples, *quilombolas* etc. Although its great advancements, there is a gap in Rural Studies: the elites and the rulling class. This article discuss about this part of the brazilian rural society – farmers, agrobusinessman, cattle breeders. At first, make critics about the concept of “latifundiários”. This word is linked to debates inside the Brazilian Communist Party in 1950s-1960s. Because its root the concept of “latifúndio” fits better in political fights and loses his analytical capacity. The second part shows ambiguities in the theme of the social change and rural society in classical views of the brazilian sociology (1930-1960). After this, shows the newest generations of Rural Studies after 1970s and their themes: the “wicked alliance” between great land owners and capitalist modernization; the political representations of the agribusiness and rulling rural class and ethnographical studies in the area of the old “engenhos“, the sugar cane zone at Brazilian northeast. At the last section the article purposes one anaytical term – richs of the countryside – to construct ways to guide a new research agenda. At this point its possible to overcome the ambiguities and gaps about the rural elites and rulling class in Rural Studies.

**Keywords:** Elites, Rulling class, Rural Studies, Richs of the countryside.

*Ao aprendizado da inquietude e da resistência.  
Em memória do professor Raimundo Santos.*

## INTRODUÇÃO

“Agricultores familiares”, “camponeses”, “posseiros”; “colonos”, “quilombolas”, “pobres do campo”, “migração campo-cidade”, “proletarização”, “recampesinização”, “luta pela terra”, “impactos socioambientais”, “políticas públicas e desenvolvimento rural”. Todas essas palavras indicam conceitos e processos que têm considerável carga de pesquisa e produção acadêmica dentro dos chamados Estudos Rurais (ER) do Brasil. Essa área de estudos abrange uma rede interdisciplinar feita por sociólogos, antropólogos, economistas, geógrafos, economistas e historiadores, constituída entre parcerias que remetem a iniciativas como o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), na década de 1970 (BRUMER; SANTOS; 2006; WANDERLEY, 2011a). Agregando pós-graduações e centros de pesquisa

de ciências sociais e áreas interdisciplinares<sup>2</sup>, os ER também marcam presença em Grupos de trabalho (GTs) nos eventos da Associação Nacional de Pós-Graduação de Ciências Sociais (ANPOCS), da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), da Sociedade Brasileira de Economia Rural (SOBER) e da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural (ALASRU). Não menos importante, há também o encontro da Rede de Estudos Rurais: evento bianual, realizado desde 2007, em diferentes regiões do Brasil. “Herdeiro” de encontros do PIPSA, realizados nos anos 1970, o encontro da Rede Rural agrega pesquisadores e professores, além de intercâmbios nacionais e internacionais com movimentos sociais e ONGs. Daí um volume considerável de trabalhos baseados em laudos técnicos, assessoria e avaliação de projetos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural e a agricultura familiar nas últimas décadas. É fato que há uma grande contribuição de pesquisadores de ER entre debate acadêmico e político, consolidando um conceito de agricultura familiar em um quadro institucional desde anos 1990 até os 2000 (GARCIA JR; HEREDIA, 2009). Outra contribuição dos debates dos “rurólogos” está na produção de conhecimento e conceitos operados em políticas públicas. Um caso exemplar disso está em como a categoria “agricultura familiar” foi inserida e legitimou três gerações de políticas desde crédito rural, mercados institucionais até alimentação e segurança nutricional (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

O argumento central deste artigo é que essa consolidação acadêmica de imensas contribuições acabou por deixar uma zona difusa de temas dentro dos ER. Diversos atores e processos do meio rural brasileiro têm sido colocados como secundários, por vezes até estudados e analisados com certa aversão, como se fossem temas sem importância ou politicamente “traíçoeiros”. Esses atores pertencem ao mundo social dos grandes proprietários, ruralistas, setores patronais, estancieiros, empresários rurais, pecuaristas, usineiros dentre outros. Durante décadas, eles estiveram agregados sob o termo de “latifundiários”: um conceito importante, mas que – como será visto adiante – tem “vícios de origem” teóricos e políticos herdados dos debates clássicos sobre mundo rural no Brasil. Isso faz com que esse conceito sirva menos ao campo da análise e mais a um tabuleiro – bastante necessário – da acusação e luta política

---

<sup>2</sup> Pós-graduações em ciências sociais e temas afins da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e da Universidade Federal de Campina Grande, dentre outros, abrigam boa parte dos pesquisadores da Rede Rural. Para história da formação dessa rede, ver os depoimentos da trajetória acadêmica de professores: Entrevistas FGV (Moacir Palmeira, Museu Nacional – gravadas entre 2009 e 2012). Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/moacirpalmeira>. Acesso em: 16 nov. 2020. Ver também as entrevistas com professores do CPDA/UFRRJ – Eli Napoleão. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/236> Acesso em 16 nov. 2020; e as entrevistas com Nelson Delgado (gravadas em 2019 e 2020). Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/296> Acesso em: 16 nov. 2020.

de movimentos sociais. Exemplo disso é a disputa que envolve a mediação jurídica do que é “latifúndio improdutivo” para servir à desapropriação e à política de criação de assentamentos (MEDEIROS, 2017, p. 120).

A elites e a mudança social no mundo rural foram, de fato, temas presentes entre autores e teorias clássicas. Contudo, o incômodo desse artigo parte do ponto em que esse debate quase sempre foi feito de forma difusa, esparsa ou secundária. Por isso, pode-se afirmar que ainda está em vias de construção um campo mais firme de pesquisas sobre elites e classes dominantes na área dos ER. Em suma, um “espectro” ronda os ER na seguinte questão: qual o lugar nas pesquisas e análises das classes dominantes e elites agrárias? Poderia se supor que haveria uma total aversão ao tema pelo fato de que os ER são uma rede de pesquisadores alinhados politicamente “à esquerda”<sup>3</sup>. Por isso, estariam engajados em estudar, visibilizar e construir políticas a favor dos pobres e populações oprimidas pela dominação das elites agrárias. Então, pode-se imaginar que quem vai estudar elites toma posição na luta de classes e faz um “jogo político” ao lado dos grupos dominantes? Ou, pensando de outra maneira, será possível dizer que os estudos sobre a elite e classe dominante estão “diluídos” e “ocultos” entre vários clássicos dos ER sobre processos econômicos e políticos no mundo rural brasileiro?

Desenho o debate deste artigo em torno dessas duas questões. Sem perder a energia de provocação da primeira, mas tomando partido a favor do caminho analítico da segunda. Para tanto, traço revisões dos temas das elites e classes dominantes de pesquisas clássicas até contemporâneas que formam os ER. Assim, o texto sinaliza a seguinte divisão de tópicos deste texto:

**1) Elites e classes dominantes e um rural a “la gauche”:** um breve balanço do conceito e debates acerca das pesquisas sobre elite e classe dominante nos ER ligados a temas como questão agrária, latifúndio e campesinato (MOTTA, 2004, 2014). A base aqui são debates travados nos quadros intelectuais do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – da questão do “feudalismo à brasileira” – nas décadas de 1950-60. A formação

---

3 Seguindo a indicação de Bobbio (1995), a esquerda e a direita se dividem na questão do igualitarismo e da liberdade. Nesse ponto, os ER possuem forte tendência de proximidade com a esquerda: de visões políticas e até parceria com movimentos sociais e ONGs voltadas para a ideia de que a desigualdade não é natural, sendo, portanto, combatida através de várias estratégias. De políticas públicas ou até proximidade com correntes revolucionárias do antigo Partido Comunista Brasileiro. É importante mencionar que a área dos ER também tem proximidade com a esquerda devido ao fato de ter sido lugar acadêmico de abrigo para muitos pesquisadores que também foram exilados políticos durante a ditadura civil militar de 1964-1985. Exemplos disso estão nas trajetórias biográficas de professores como Raimundo Santos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Magda Zanoni da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esses professores, dentre outros, que - vivendo em tempos sombrios - construíram uma grandeza intelectual impossível de ser resumida no curto espaço de uma nota de rodapé.

das elites e classes dominantes do mundo rural: ora apresentadas como imutáveis e herdeiras do passado; “resistentes” e “conservadoras”; ora apresentadas como grupos que detêm o controle total das mudanças sociais.

**2) Elite e classe dominante rural em clássicos da sociologia brasileira e dos ER:** ambiguidades similares também podem ser vistas nos clássicos da sociologia nacional que analisaram o mundo rural em profunda mudança social brasileira entre 1930 e 1960. Esses clássicos influenciaram eixos temáticos formados por gerações posteriores de pesquisadores sobre o mundo rural da década de 1970 até o início do século XXI.

**3) Uma agenda de pesquisa para “os ricos do campo”:** tomando como base as revisões feitas no segundo tópico, este tópico trata de pesquisas e teses recentes produzidas na última década – sobre diferentes perspectivas teórico-metodológicas, diferentes frações grupos dominantes em diferentes regiões do país e ajudam a quebrar um lugar “confuso” das elites e classes dominantes nos ER do Brasil. As teses foram escolhidas no critério temas e problemas de pesquisa elaborados em programas de pós-graduação que são referência nos ER no Brasil. Essas teses dão ponto de partida para que o conceito de “ricos do campo” seja construído. Por fim, vêm os comentários conclusivos deste artigo que não deixa de ser uma homenagem – na forma acadêmica por excelência, ou seja, através de uma revisão crítica – ao esforço de várias gerações de pesquisadores que firmaram a relevância dos ER no Brasil.

## ELITES E CLASSES DOMINANTES E UM RURAL “A LA GAUCHE”

Organizado pela historiadora Márcia Motta, o livro *Dicionário da Terra* foi publicado em 2005. Fruto de um importante esforço de trabalho, a obra traz 150 verbetes que fazem um balanço de conceitos, categorias e demais temas considerados relevantes para as pesquisas sociais e historiográficas do mundo rural no Brasil, dos anos 1970 ao final dos anos 1990. Por isso, é um bom balanço acerca de pesquisas e debates dos ER durante o século XX.

Um primeiro ponto relevante é que não há verbetes que concentrem definições, temas e debates, tampouco conceitos específicos de “elites” ou “classes dominantes”. Mas pode-se tentar destripar algo a partir de outros termos, como no verbete “latifúndio”, definido por Silva (2005, p. 272):

Vasto domínio rural nas mãos de um proprietário, no qual se pratica um tipo de agricultura ou de criação que não exige grandes investimentos. Na agricultura,

o latifúndio está associado à monocultura, e nenhum autor que tenha estudado as relações entre o homem e a terra deixou de salientar a influência negativa da propriedade latifundiária sobre ambos. A concentração de terras que o latifúndio representa constituiu um entrave à proliferação da pequena propriedade, como comprovam as dificuldades enfrentadas pelas experiências da colonização do século XIX. Dessa concentração também decorrem os efeitos deletérios sobre a vida regional, em particular o empobrecimento da população rural que vive direta ou indiretamente na dependência da grande propriedade e o aparecimento do seu oposto, o minifúndio. Apesar de atacado em diversos contextos históricos como uma forma retrógrada e anti-social de exploração, o latifúndio resistiu ao tempo.

A autora do verbete apresenta uma revisão historiográfica de casos possíveis de sistemas agrários do medievo europeu ao sistema da América hispânica (mercedes de terras) até as sesmarias da América Portuguesa. Por fim, o último parágrafo das quatro páginas do verbete vai da modernização do rural do Brasil, desde 1960, até as disputas em torno da constituinte de 1988, nas disputas de classe acomodadas nas frações da União Democrática Ruralista (UDR), e as demandas da função social da propriedade, via Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (SILVA, 2005).

Nesse verbete, destaco algumas ambiguidades. Primeiro, a visão de que grupos dominantes são “imutáveis” ou, quando mudam, isso se dá por via linear, de heranças de sistemas de poder: de ordenamentos jurídicos coloniais e estamentais até legislação e regimes fundiários seculares com aparência legal e republicana. Outro ponto está na origem da elite e classe dominante brasileira, novamente por uma hipótese eivada de linearidade e homogeneidade: o compacto da elite rural brasileira é fruto de “herança” de séculos de sesmarias ou entradas e bandeiras até coronéis, grileiros e, por fim, latifúndios e empresariado rural. Por fim, uma constatação “pendular”: se a todo momento é dito que o latifúndio está em mudança histórica, ele também seria “resistente” à mudança.

Esse ponto de teses pautadas em argumentos de linearidade na formação das elites e classes dominantes rurais remete a uma raiz de debates importantes – embora hoje superados – que moveram a intelectualidade brasileira dentro dos quadros do PCB, entre 1940 e 1960. A raiz desse debate está na revisão do livro *Rural a la Gauche (campesinato e latifúndio) nas interpretações de Esquerda (1955/1996)*, no qual Motta (2014) coloca que, na década de 1950, a visão da elite rural no PCB era totalmente enquadrada no modelo que via os grupos internos – os latifundiários – dependentes do imperialismo e “mantenedores de uma condição semicolonial brasileira e entrave ao desenvolvimento capitalista” (MOTTA, 2014, p. 17). O latifúndio brasileiro seria o equivalente aos feudos do medievo europeu, e as nossas elites fundiárias equivalentes a nobreza dos antigos regimes europeus. Portanto, o capitalismo brasileiro – e a sua superação pelo socialismo – viria da superação de um “modo feudal” enquanto forma de propriedade e

modo de produção. Com suas variações, essa foi uma tese comum e até uma teleologia, um “destino” social tido como inegável por respeitáveis quadros políticos e intelectuais do PCB, como Nelson Werneck Sodré<sup>4</sup> e Alberto Passos Guimarães<sup>5</sup>.

Essas teses foram superadas em um debate interno do PCB vencido pelo historiador Caio Prado Júnior e, no caso da sociologia e antropologia, foram soterradas pela tese de Moacir Palmeira sobre a *plantation* canavieira, nos anos 1970 (MOTTA, 2014). Contudo, essas teses do feudalismo à brasileira conservaram em parte um aspecto firme. A visão que coloca como linear o processo de formação das elites e classes dominantes rurais brasileiras. Se não mais como “resquício” feudal, o latifúndio e a sua classe social correspondente são resultado inegável de um processo histórico que tende a ser linear – sem rupturas ou descontinuidade, o Brasil rural foi produzido por heranças de terras, poder econômico, político etc.

Aproximando o verbete “latifúndio” no *Dicionário da Terra* (MOTTA, 2005) das teses “feudalismo à brasileira”, chegamos a pontos ambíguos que definem as classes dominantes rurais como algo que “ora resiste”, mas ora “está em mudança”, mas que também teriam origem social em processos lineares de heranças de terras e poder seculares no Brasil. Aqui defendo que essa aparente confusão ou sobreposições de definições vai além dos debates inscritos nos quadros da esquerda dos anos 1950. Ela é reminiscência de “ruídos” e retalhos de diferentes teorias sociais acerca da intensa modernização política e social do Brasil na primeira metade do século XX. Essas diretrizes podem ser reconstruídas a partir de duas vertentes dos clássicos que dominaram o debate das ciências sociais de 1930-1960. Esse é o tema do próximo tópico.

---

4 Nelson Werneck Sodré nasceu no dia 27 de abril de 1911, no Rio de Janeiro, filho de Heitor de Abreu Sodré e Amélia Werneck Sodré. Militar de carreira – ligado a frações do tenentismo – Sodré construiu carreira intelectual no marxismo e foi uma grande referência intelectual do Partido Comunista Brasileiro nos temas da política, história, economia e também estudos sobre os setores militares. Nacionalista, Sodré dedicou-se também a atividade de professor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e, devido a posições comunistas, foi afastado dos círculos militares. Ele era bastante ativo na atividade intelectual até a sua morte em Itu, São Paulo, em 1999.

5 Alberto Passos Guimarães nasceu em Maceió, em 16 de abril de 1908. Trabalhou como comerciante e jornalista e foi reconhecido como autodidata produzindo ensaios no tema do marxismo e da concentração fundiária no Brasil. Militante de bastante influência nos debates intelectuais do Partido Comunista Brasileiro, Guimarães faleceu no Rio de Janeiro em 1993.

## ELITE E CLASSE DOMINANTE RURAL EM CLÁSSICOS DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA (1930-1960)

Longe de propor fazer o estado da arte da sociologia nacional<sup>6</sup>, busco abrir uma “trilha” aqui em torno da seguinte linha de raciocínio e algumas questões dos clássicos: O que é a sociedade brasileira? Nessa sociedade, o que é o mundo rural e qual lugar de uma classe dominante? Aqui destacam-se autores que debateram a raiz rural da elite ou classe dominante na modernização, econômica, política e institucional do país, no período entre 1930 e 1960. A partir dessas perguntas, organizei o Quadro 1 e o Quadro 2, classificando dois conjuntos de temas. O tema da modernização e dualidades do mundo rural (Sérgio Buarque, Raymundo Faoro e Florestan Fernandes), e, em seguida, dos estudos de cotidiano, poder, família e hierarquias no mundo rural (Gilberto Freyre, Victor Nunes Leal e Maria Isaura Pereira de Queiroz).

**Quadro 1. Elite dentro da modernização e dualidades do mundo rural**

	Sergio Buarque de Holanda	Raymundo Faoro	Florestan Fernandes
<b>O que é a sociedade brasileira?</b>	<p>Uma sociedade feita a partir de uma “herança ibérica” da colonização em extenso território. Instituições vindas de outras origens foram implantadas aqui. Daí advém uma modernidade ainda “presa” em laços às formações sociais anteriores. Há muitos valores e dualidades no Brasil:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Personalismo das tradições e a impessoalidade moderna;</li> <li>– Ética do trabalho e a ética da aventura;</li> <li>– Padrão emocional brasileiro a partir do conceito de “homem cordial.</li> </ul>	<p>Sociedade feita de herança ibérica, o que tem consequências na formação de um poderoso patronato político dentro do Estado brasileiro a partir de uma lógica de corrupção e patrimonialismo.</p>	<p>Sociedade feita entre ordens sociais escravistas e ordens sociais competitivas industriais modernas de um capitalismo dependente. A tese da dualidade moderna brasileira analisada, articulando leitura dos clássicos da sociologia (Marx, Durkheim, Weber) para a sociedade brasileira após Revolução Burguesa e modernização de 1930.</p>

<sup>6</sup> Esse tipo de revisão e balanço crítico foi feito recentemente: ver o artigo de Jackson e Barbosa (2017) e também o Projeto Ciências Sociais Hoje, da *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* (BIB), lançado em 2020. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/ciencias-sociais/destaques/2465-coletania-ciencias-sociais-hoje-ebooks-download-gratuito> Acesso em: 19 de maio de 2021

<p><b>Mundo rural</b></p>	<p>Parte da sociedade feita de valores de uma herança de um mundo de trabalho escravo e colonial e que se vê diante da entrada de uma racionalidade moderna e urbana. Mentalidades e valores mentalidades que se opunham: racional se opõe ao tradicional, o abstrato ao corpóreo e ao sensível, o cidadão e cosmopolita ao regional ou paroquial (BUARQUE DE HOLANDA, 1998 [1936], p. 78).</p>	<p>Base da formação social patrimonialista do Brasil, suas raízes ibéricas vêm do meio rural. A formação secular de um setor dominante corporativo do Estado – da República de Avis até Getúlio Vargas – tem origem em uma elite rural que tenderá a se fixar em fortes estamentos burocráticos.</p>	<p>A origem rural e escravista de valores e mentalidades das classes dominantes detém o monopólio da mudança social no capitalismo brasileiro rumo a uma ordem social competitiva.</p> <p>O meio rural expressa dependência na dependência. Sua posição de dependência interna em relação a outros setores da economia condiciona uma formação específica de classes sociais. A correlação entre a mudança social e a forma capitalista agrária é analisada sob três eixos: a natureza do capitalismo agrário brasileiro; “a relação deste com a formação da sociedade de classes e, por último, as causas e efeitos de uma resistência sociopática à mudança social” (FERNANDES, 2013, p.180).</p>
<p><b>Elite e classe dominante rural</b></p>	<p>Dualismo dos fazendeiros escravocratas educados nas profissões liberais, o mundo patriarcal colocado sob a lógica especulativa e mercantil. Casos do Visconde de Mauá e Visconde de Cairu. O primeiro pelo malogro de uma experiência comercial pujante, mas que entrou em crise justo quando “desafiou a imaturidade do Brasil”. Por sua vez, o Visconde de Cairu é tido como um representante intelectual que “adapta” – ou traduz de forma forçada – os conhecimentos e teorias dos liberais econômicos ingleses, como Adam Smith, a um argumento de retirar a vocação do trabalho braçal e mecânico dos brasileiros e portugueses. (BUARQUE DE HOLANDA, 1995 [1936], p. 83-84)</p>	<p>O senhor de latifúndios e de escravos – o senhor de engenho –, opulento e liberal nos gastos, se incorpora a uma categoria social, à aristocracia ou à nobreza, de ordem rural. O fazendeiro, sempre vinculado ao açúcar, se transmuta no nobre e, por analogia com o aristocrata europeu, também será proprietário de terras. De nobre se faz culto e instruído, exigindo o poder político, que a Independência lhe daria, em plano nacional, acima do refúgio de quatro séculos nas acanhadas municipalidades. Há um trânsito entre os “estados em estratificação ascendente: da riqueza à aristocracia e da aristocracia ao poder político. (FAORO, 2001 [1958], p. 155)</p>	<p>Aqueles que detêm o monopólio dos meios de mudança social – logo sua resistência e controle no meio rural.</p> <p>Categorias de indivíduos viam-se inseridas no processo de formação de classes sociais através das estruturas e dinâmismos da economia agrária. Primeiro, os agentes econômicos privilegiados, que realizavam diretamente a expropriação capitalista. Em segundo lugar, os agentes econômicos semilivres ou livres, assalariados ou não, mas que podiam comercializar o excedente da produção doméstica e empregar a poupança como técnica de competição puramente econômica e como mecanismo de mobilidade socioeconômica. Terceira, os semiassalariados e assalariados que, mesmo reduzidos à pobreza como condição permanente, conseguiam transformar o trabalho em mercadoria através das relações de mercado. (FERNANDES, 2013)</p>

<b>Principal obra do tema</b>	Raízes do Brasil (1933) Capítulos 2 ( Herança rural) e 3 ( O semeador e o ladrilhador) dentre outros.	O Poder dos Donos (1958) Tópicos dos capítulos IV, V e VII dentre outros.	Sociedade de Classes e Desenvolvimento (2013)  (ensaios produzidos entre 1965-1967)  Capítulo – VI <i>Anotações sobre o capitalismo agrário no Brasil.</i>
-------------------------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

**Quadro 2. A elite e classe dominante em estudos de cotidiano, poder, família e hierarquias no mundo rural**

	<b>Gilberto Freyre</b>	<b>Victor Nunes Leal</b>	<b>Maria Isaura Pereira de Queiroz</b>
<b>O que é a sociedade brasileira ?</b>	Sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de [...]“exploração econômica, híbrida de índio e mais adiante o negro” (FREYRE, 2013 [1933], p. 65). O Brasil tem como base a sociabilidade rural patriarcal e escravista – o engenho é a unidade básica da sociedade brasileira. A ausência de um Estado centralizado no período colonial fez com que a “casa grande e senzala” fossem uma instituição moral e social dominante. As hierarquias do sistema escravista, apesar de sua crueldade, são também potência criadora de uma “ordem” social dotada de singularidade cultural entre povos negros, indígenas e ibéricos.	Sociedade urbana, mas com forte raiz na sua parte rural e nos pequenos municípios com uma forma de poder dos coronéis entre o início da república até a metade do século XX. Forma de poder ligada à estrutura agrária entre redes de favores e ao domínio eleitoral.	Uma “herança” colonial na formação da sociedade brasileira da primeira metade do século XX. Por isso, a sociedade brasileira é feita através de relações de contrastes na sua sociabilidade (messianismo, campesinato, mandonismo, bairros rurais etc.). O poder na sociedade brasileira vem de dependência assimétrica entre mandonismo e familismo na vida política, a indistinção entre as esferas pública e privada.
<b>O mundo rural</b>	O passado rural faz parte das hierarquias e da singularidade brasileira. Do catolicismo à culinária, das criações das crianças nas amas de leite, dos casamentos aos funerais, dos costumes cordiais cotidianos até daqueles violentos dos açoites nos escravos e no assédio do senhor de engenho com suas escravas. Tudo isso forma um fluxo de uma sociedade feita a partir do trânsito de pessoas e valores sociais entre o espaço da casa sede do engenho e as senzalas, mais tarde sobrados e mocambos.	A lógica de poder rural e municipal coronelesco está conectada às esferas estaduais e federais (LEAL,2012). Na estrutura concentrada na propriedade repousariam uma rede de favores e perseguições e desorganizações no serviço público (LEAL, 2012 [1948], p. 43).	Mundo rural e herança colonial traz rituais cotidianos, festejos, folclore, messianismo, dentre outras sociabilidades dos bairros rurais e de categorias intermediárias de trabalhadores entre grande propriedade e o escravismo. Quanto ao poder, valores e sociabilidades estão concentrados nesses elementos de gestado nos tempos coloniais perdurou após os acontecimentos de 1889 e 1930.

<p><b>Qual é o lugar da elite e classe dominante rural?</b></p>	<p>A hierarquia social e rural dos senhores de engenho e seus escravos forma uma brasilidade vinda da lida cotidiana dos engenhos coloniais.</p> <p>O fato de a tese de Gilberto Freyre superar o racismo científico e justificativa de atraso traz o lugar da cultura e de uma elite estudada, mas também louvada com certa “saudade”. Nessa evocação, o engenho e sua cultura trazem um caminho particular para trazer à tona um projeto de Brasil do futuro. A crítica freyriana “à universalidade de um modelo dualista “weberiano”, de moderno imposto ao Brasil” (MOTTA, 2007, p. 89), tem sua condição de produção em uma posição nostálgica, apoiada em uma relação literalmente “adocicada” com a elite canaveira. Ver o trecho da carta de Cícero Dias – pintor das famosas imagens do engenho Noruega do livro <i>Casa Grande &amp; Senzala</i> – para Freyre, em 1933, reproduzida na 52ª Edição comemorativa aos 80 anos da obra:</p> <p>“Joaquim Falcão esteve aqui e me deu notícias suas, me disse que o pessoal do Noruega não que que você publique o testamento todo porque aparece o C. Mór como filho de padre, e ele disse que antes você não publicasse todo este testamento, porque assim você continuaria comendo os doces e os queijos do Noruega. Esse livro vae sahir cheio de coisas é o diabo. Você mande dizer se fora o mappa ainda é preciso vinhetas” (sic) (FREYRE, 2013, p. 484)</p>	<p>Nas considerações finais do seu principal trabalho, o autor é bem claro de que o poder e lugar coronelisco estão cada vez mais datados e em decadência. Um sistema de barganha de poder ali do início da primeira república – e de como são localizados – e áreas com grau de isolamento em municípios rurais – os fenômenos de poder coronelista.</p>	<p>Formas de poder fluida entre as parentelas e os mandonismos locais. Formas de dominação e hierarquias do mandonismo e parentela dos grupos poderosos do mundo rural. Formas de poder, laços sociais por solidariedades “móveis e assimétricas”, mas ao mesmo tempo remontam a fixidez de antigas heranças coloniais. Caso dos bacharéis que ascendem aos postos do início da república. (QUEIROZ, 1969)</p>
---	--	---	--

<b>Principal obra do tema</b>	<i>Casa Grande &amp; Senzala</i> (1933) Capítulo 1	Coronelismo, Enxada e Voto (1948) Capítulo 1 e considerações finais	Mandonismo na vida política local brasileira e outros ensaios (1969) – Capítulo I, II, III e IV
-------------------------------	---	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Os eixos apontados no Quadro 1 tendem a um ponto de vista que coloca uma elite e classe dominante como fruto de um processo linear, mas que ainda conserva dualidades valorativas do passado do mundo rural. Utilizando boa parte da axiologia weberiana, a tese aqui é de que há uma linearidade no padrão dual moderno institucional que fixa um “mal-entendido” de valores e padrões sociais que “fundam” a sociedade brasileira. A tensão entre afirmar que a elite e classe dominante “resistem à mudança social”, mas que também detêm o “monopólio da mudança social”, se inscreve em um arco que vai das categorias de Florestan Fernandes até os usos dos tipos-ideais weberianos de Sergio Buarque e do esforço de Raymundo Faoro para captar dualismos brasileiros de quatro séculos de herança ibérica institucional das nossas elites. Por isso, eis aqui mais uma das raízes da linearidade e ambiguidade quando se fala da mudança social das elites e classes dominantes vindas do rural.

Por sua vez, a partir do Quadro 2, é possível mencionar não somente a obra, mas toda uma imagética de intelectual construída pelo próprio Gilberto Freyre<sup>7</sup>: um ar nostálgico que busca, em um ideal de passado, a força política para um Brasil futuro e singular. Eis aqui um exemplo mais intenso de tênue fronteira de um cientista social que estuda elite e classe dominante e que tem envolvimento emocional com esses grupos. A obra de Freyre traz sua intensa potência criativa na contradição de uma descrição misturada a uma admiração aos valores do mundo social dos senhores de engenho e escravos. Por isso, a leitura da elite rural de Freyre “desperta” para vários “sabores” das estruturas e padrões sociais de setores dominantes no Brasil colonial – alguns amargos e repulsivos, que amaciam a crueldade e perversão da relação senhores e escravas e outros saborosos, tal qual uma combinação de queijo e doces da culinária dos engenhos e senzalas. Por sua vez, menos envolvida emocionalmente, mas também estudiosa do fenômeno de parentelas e formas de poder rural através dos mandonismos, está Queiroz (1969). A autora insere nos estudos do mundo rural uma reflexão sobre formas de poder – como bacharelismo –, que toma impulso, mas não fica enclausurada a esquemas teóricos ideal/típicos na realidade social, nem a categorias econômicas macroestruturais – o que pode ter sido um

<sup>7</sup> Ver o documentário *Mestre de Apipucos*. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=Gc\\_ATR9QpZw](https://www.youtube.com/watch?v=Gc_ATR9QpZw). Acesso: em 16 nov. 2020.

dos vários fatores que a fez, em parte, uma *outsider* no campo da sociologia da Universidade de São Paulo (USP).

De todos os autores que analisaram as grandes transformações de 1930-1965, talvez apenas a obra de Victor Nunes Leal, de fato, não tenha investido na linearidade e em uma tese de supostas “continuidades” de uma formação coronelesca na formação da elite brasileira. Ao final de sua obra, Leal (2012 [1948]) é enfático: o coronelismo é um fenômeno datado e já em vias de desaparecimento na década de 1940. Contudo, apesar dessas ressalvas claras dadas pelo próprio autor, sua análise continua sendo encaixada em interpretações que buscam “continuidades” ou “sobrevivências” de “novos coronéis” ou “coronelismo sem enxada” em elites do Brasil, após a segunda metade do século XX. De tempos em tempos, a obra de Leal (2012 [1948]) tem de ser “purificada” dessas insistências, como bem mostra o artigo de Carvalho (1997).

## **A ELITE E CLASSE DOMINANTE NAS NOVAS GERAÇÕES DE CLÁSSICOS DOS ESTUDOS RURAIS (DA DÉCADA DE 1970 ATÉ O SÉCULO XXI)**

A visão das elites e classes dominantes ganhou novos tons nas novas gerações de pesquisadores que demarcaram os ER e que sucedem os clássicos da década de 1930 a 1960. Aqui enfatizo menos os “autores-modelo” e mais o corte de duas a três gerações de pesquisadores que se fazem presentes nos ER, ocupando espaço em eventos desde o PIPSA, a Rede de Estudos Rurais e a ANPOCS. Outro fator comum a essas gerações: todos, na segunda metade do século XX, estiveram inseridos na “expansão do ensino superior durante os governos militares e profundas mudanças nas ciências sociais do Brasil” (JACKSON; BARBOSA, 2017, p. 225). A partir daí, surgem pesquisas que faziam duras críticas à política de modernização rural da ditadura. Aqui o critério da revisão considera os seguintes pontos: quais os principais centros e temas de pesquisa, em suma, o lugar acadêmico em que foram feitas as pesquisas? Em seguida, uma dimensão epistemológica no que diz respeito à forma de produzir conhecimento que cada eixo aborda. Por último, a pergunta similar aquelas dos Quadros 1 e 2: qual é o lugar da elite e classe dominante rural? No primeiro eixo, os estudos da “perversa” aliança entre capital e propriedade da terra no Brasil (WANDERLEY, 2011a), e modernização conservadora dos anos 1970 até a estrangeirização de terras do século XXI (LEITE, 2019; KATO; LEITE, 2020). O segundo eixo aborda o poder de setores patronais do rural brasileiro em que ruralismo e agro-

negócio são palavras políticas (BRUNO, 2009; MENDONÇA, 1997, 2010). Por fim, o eixo de estudos sobre transformações sociais na zona da mata canavieira, as metamorfoses no “mundo que o senhor de engenho criou” (GARCIA JR, 2014).

### Quadro 3. 2ª geração dos clássicos: temas, formas de produção de conhecimento e lugar da elite e classe dominante

	Autores e autoras	Quais os principais centros de pesquisa e seus temas?	Como produzir conhecimento nas ciências sociais?	Qual é o lugar da elite e classe dominante rural?
<b>Grande propriedade da terra, modernização e capital: “uma perversa aliança”<sup>8</sup></b>	Wanderley (2011a, 2011b) Leite (2019)	<p>Pesquisas feitas a partir de formação interdisciplinar de sociologia e economia rural na Universidade Estadual de Campinas e também na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.</p> <p>Lugar do campesinato e da questão fundiária na modernização conservadora no campo. Dinamizada a partir de 1970, essa frente modernizadora no Brasil não gerou fragmentação fundiária nem resolveu abastecimento interno de alimentos (como casos da Europa e dos EUA). Houve concentração fundiária e problemas relacionado à fome e à pobreza rural. (WANDERLEY, 2011a)</p> <p>Estrangeirização de terras (<i>Land Grabbing</i>): processo recente de compra de terras por empresas privadas e públicas em uma internacionalização e financeirização de mercado de terras e <i>commodities</i> agrícolas intensificada após a crise de 2008 (LEITE, 2019). Nova governança global do mercado de terras e conflitos territoriais (KATO; LEITE, 2020)</p>	<p>Análise de conjuntura, econômica e histórica, com influência da teoria marxista e da sociologia rural francesa após a Segunda Guerra Mundial (autores como Henri Mendras e Marcel Jollivet). Uma influência também dos trabalhos sobre modernização “dolorosa” e conservadora, feitos por José Graziano Silva (WANDERLEY, 2011).</p> <p>Análise de dados de compras e vendas de terras coletados por fundações e ONGs (Landmatrix, Landportall) que lutam pela regulamentação da governança fundiária. Uso de dados quantitativos e qualitativos de empresas e fluxos financeiros.</p> <p>Sociologia e historiografia política, influenciada por conceitos de ideologia e “hegemonia” – de Marx até Antonio Gramsci. Também influenciadas por clássicos mais contemporâneos: da sociologia de Pierre Bourdieu até Norbert Elias.</p>	A elite e classe dominante enquanto “pessoa jurídica”: age sobre o rural, e de forma “despersonalizada”, através dos fluxos transnacionais de capital financeiro: não se trata mais da figura de grandes proprietários que operam uma dominação tradicional/pessoal. São empresas, fundos de investimento, acionistas que “reificam” as relações sociais capitalistas que, pela modernização tecnológica e financeirização, direciona uma pressão fundiária em agricultores pobres e/ou terras indígenas e quilombolas, dentre outras.

8 José de Souza Martins é um autor que merece menção aqui como uma espécie de “ponte” entre essas três linhas de pesquisa sobre o mundo rural – do debate sobre categorias como o capitalismo brasileiro e o papel da renda da terra aos estudos do cotidiano, poder, violência e pressão fundiária do campo brasileiro em áreas de fronteira. Tendo formação uspiana a partir do grupo de Florestan Fernandes, Martins tem uma pequena obra, fruto de sua dissertação de mestrado, integralmente dedicada a um estudo de setores da classe dominante: o livro *Conde Matarazzo: empresário e a empresa* (1973). Antes das suas incursões de campo nas zonas de fronteira amazônicas e do garimpo – quando ganharia status de autoridade nos temas rurais e no geral da sociologia brasileira – Martins

<p><b>Ruralismo e agronegócio: palavras políticas</b></p>	<p>Bruno (2009, 2017)</p> <p>Mendonça (1997, 1998, 2010).</p>	<p>Pesquisas feitas a partir de formação em sociologia e história na Universidade Estadual de Campinas, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense.</p> <p>A formação da União Democrática Ruralista na Constituinte de 1988, passando para a formação das coesas bancadas ruralistas nas décadas de 1990-2010. (BRUNO, 2009)</p> <p>Ideal ruralista no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio na 1ª república (MENDONÇA, 1997).</p> <p>Escolas de Agronomia e um projeto de nação e moral a partir da educação rural na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, em São Paulo, e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, no Rio de Janeiro. (MENDONÇA, 1998).</p> <p>Frações da elite agrária e do Estado são colocadas no estudo da modernização e patronato entre 1964-1993. Sociedade Nacional de Agricultura; Sociedade Rural Brasileira e Associação Brasileira de Agribusiness. (BRUNO, 2009).</p>	<p>Entrevistas e discursos de políticos da bancada ruralista e análise de formação de comissões no congresso: Constituinte de 1988 até a votação do Código Florestal (2012). Análise de fontes documentais em arquivos de ministérios da agricultura, sindicatos patronais e de escolas de agronomia, revistas de entidades associativas como Sociedade Nacional do Agronegócio,</p> <p>Influência de Pierre Bourdieu nas linhas de pesquisa da antropologia social britânica na primeira metade do século XX. Etnografias que se debruçaram no ponto de vista nativo de cortadores de cana, feirantes, operários de usina e migrantes do Nordeste. Proposta era de restituir o cotidiano e a fala das pessoas de “carne e osso” para além dos dados quantitativos ou questionários censitários. (GARCIA JR, 2014, p. 24).</p>	<p>Hegemonia e representações do rural e da nação e de uma “vocação” do Brasil como celeiro do mundo. Grupos de interesse, organizados por grandes proprietários rurais/empresários que atuam no interior de agências estatais no poder executivo e legislativo. Sindicatos patronais, bancadas parlamentares, revistas de associações de classe e quadros que formam escolas de agronomia nacional.</p>
---	---	--	--	--

articula uma análise estrutural junto às condições biográficas de Andrea Matarazzo, empresário que, na primeira metade do século XX, construiu forte influência na industrialização de São Paulo.

<b>Metamorfo- ses no mundo que senhor de engenho criou</b>	Palmeira (2009 [1977]), Garcia Jr. (1989 2007, 2011, 2014), Sygaud (2004), Lopes e Alvim (2007).	Formação em Antropologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.  Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste, na década de 1970 (GARCIA JR., 2014).  O universo dos grandes proprietários em vista do declínio dos engenhos e das relações personalizadas de moradia e trabalho na <i>plantation</i> .  Estratégias de trabalhadores rurais e relação com categorias de sujeitos/libertos. Terra, mercados e transformações sociais na zona da mata canavieira do Nordeste (1970-1990).		Frações da elite e classes dominantes do mundo rural que estão no cenário de transformações sociais de famílias de trabalhadores rurais e urbanos da zona da mata nordestina. Elite estudada em processos trabalhistas movidos por sindicatos rurais (SYGAUD, 2004), estratégias de reconversão de membros de elite agrária decadente em ministérios e postos de destaque na literatura (GARCIA JR, 2007, 2011). Teatralização e performance dos padrões das fábricas têxtil das áreas urbanas (LOPES; ALVIM, 2007). Saindo do tema e da área da zona da mata canavieira nordestina, vale menção a um estudo feito na década de 2010 sobre “sociedade do agronegócio” escrito por Heredia, Palmeira e Leite (2010).
--	--	--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

As pesquisas desses três eixos de novas gerações de clássicos dos ER ampliaram a possibilidade de pesquisas sobre elites e grupos dominantes no mundo rural. O primeiro deles utiliza de categorias econômicas e de um forte diálogo com a teoria marxista: a classe dominante é vista quase que “reificada” em relações sociais de produção, ideologias capital e grande propriedade de terra. Por sua vez, a única linha que propõe especificamente estudar elites e classe dominante é a de Bruno (2009) e Mendonça (2010) que analisam o ruralismo. Este universo patronal rural é “uma zona de sombra na historiografia brasileira” (MENDONÇA, 2010, p. 23). Por sua vez, a vertente dos ER influenciada por um grupo de antropólogos do Museu Nacional e do Projeto Emprego e Mudança Social no Nordeste, mesmo não tendo objetivo inicial, acaba “encontrando” a elite do mundo rural em etnografias na zona da mata canavieira nordestina dos anos 1970 quando antigos engenhos entraram na lógica empresarial das usinas de cana de açúcar. Sem o apelo emocional e nostálgico freyriano, é feita uma refinada reflexão do decadente mundo dos engenhos e a sua modernização técnica durante o século XX: momento propício para os dramas de um grupo social decadente em símbolo de brasilidade (GARCIA JR, 2007, 2011).

Mesmo estando secundário e por vezes ainda sob a batuta da ambiguidade dos clássicos da primeira geração – afinal Florestan Fernandes tem forte influência em textos de Wanderley (2011b) e Bruno (2009) –, esses eixos dos ER deram novas ideias, formas de pesquisa e teorias sobre o mundo rural brasileiro a partir da década de 1970. Nisso estão ampliadas as possibili-

dades de perceber os grupos dominantes do mundo rural em diversidades de formas políticas, sociais, econômicas culturais e identitárias, envolvidos em fluxos de mudança social. A partir disso, no próximo tópico apresento uma proposta de estudo sobre os “ricos do campo” tomando impulso em três teses recentes – produzidas entre 2010 e 2018. Essas pesquisas indicam caminhos para superar as ambiguidades analíticas acumuladas nos estudos clássicos acerca do mundo das elites e classes dominantes rurais.

## **“OS RICOS DO CAMPO”: PROPOSTA DE UMA AGENDA DE PESQUISA**

A construção de uma ferramenta conceitual na perspectiva dos “ricos do campo” será apresentada em duas etapas. A primeira é um recorte de ideias e pesquisas feito por três teses elaboradas na primeira metade da última década (entre 2012-2016) que trazem novos ares, desafios e perspectivas aos ER. A segunda trata das questões que as teses levantam e as possibilidades de articular o olhar sobre “os ricos do campo” em uma literatura recente sobre elites e classes dominantes feita nas ciências sociais do Brasil e de outros centros mundiais.

Produzidos a partir de teses em pós-graduações de ciências sociais, destaco três trabalhos recentes com perspectivas teóricas que dialogam com a primeira geração de clássicos dos ER e os eixos de pesquisa da geração pós-1970. O principal critério de escolha e representatividade das três teses está no fato de que todas foram produzidas em centros considerados referência dos ER – como a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Outro dado é que a trajetória dos autores e autoras resultaram em pesquisas sobre diversas realidades e mundos e até tempos históricos – processos sociais entre os séculos XIX e XX que envolveram partes dos estancieiros do Rio Grande do Sul, da grande pecuária mineira e da elite nacional até dinâmicas fundiárias da atual região da Borborema no semiárido nordestino. Em suma, com acertos e imprecisões, é possível afirmar que todos estiveram olhando sob os “ombros” das gerações de clássicos dos ER e, assim, trouxeram novas perspectivas acerca dos grupos dominantes de diferentes regiões do mundo rural do Brasil.

Em sua tese intitulada *Senhores da Terra e da Guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as práticas de reprodução social do patronato rural estancieiro*, Piccin (2012) mostra como uma elite pecuarista que, desde 1930-1980, acessa uma rede de frigoríficos e coopera-

tivas, passou a investir em escolarização não como estratégia contra um declínio, mas para ascensão, aumentando o capital simbólico e saindo da submissão a outras frações de classe dominante. Piccin (2012, p. 31) também aponta uma mudança social de elites rurais não por morosidade, reatividade ou “resistência ao moderno”, e sim por uma divisão bastante intensa entre gerações de estancieiros rumo aos postos de Estado. Longe de ser uma “resistência”, a mudança social fez com que os estancieiros, que eram apenas criadores, formassem uma rede de frigoríficos com acessos a recursos estatais. Metodologicamente, a tese de Piccin (2012) utiliza de genealogias de parentesco, acesso a livros de memória das famílias dos estancieiros – centrados em propriedades de mais de mil hectares no município de São Gabriel –, além de etnografias realizadas durante os quatro anos do doutorado.

Premiada pela ANPOCS em 2015, a tese *Nomes aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*”, de Leal (2016), realiza uma inserção etnográfica no mundo dos pecuaristas do gado zebu de Uberaba-MG, mercado de elite e luxo da genética bovina nacional e internacional. Espaço de poder e de prestígio de um setor emblemático do “agronegócio” brasileiro, o estudo dos zebuzeiros conduzido por Leal (2016) não faz distinções dualistas, e apresenta um mundo entrelaçado que articula dimensões humanas e não humanas, mercado monetários, economia, parentesco de sobrenome, zootecnia e laboratório. Nessa articulação, a autora transitou em feiras, leilões agropecuários, laboratórios de genética, e consultou fontes historiográficas do arquivo da Associação Brasileira de Criadores do Zebu (ABCZ) acerca da entrada do gado zebu no Brasil e na Índia no início do século XX. As reputações de sangue dos bois e das famílias de elite das associações de Uberaba são analisadas em torno de um projeto de poder do “boi tropical”. A ideia de gado de elite consolidou todo um imaginário nacional através da pecuária bovina que inclusive “rende performances de sucesso ou de fracasso na carreira dos zebuzeiros” (LEAL, 2016, p. 89-95). Aqui o esforço antropológico é direcionado às ontologias acerca das relações entre humanos e animais na pecuária de elite e, dentro disso, visões de nação, a partir do “boi tropical”, de uma influente categoria no agronegócio nacional dos quadros da ABCZ.

Por fim, uma tese fruto de uma “sociologia histórica” de processos fundiários de longo prazo, denominada *Currais, cangalhas e vapores: dinâmicas de fronteira: conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920)*. De autoria de Nunes (2016), essa tese retoma uma forte tendência nos ER que marca o Programa de Pós-Graduação da UFCG enquanto referência no semiárido nordestino<sup>9</sup>. Utilizando de fontes de cartórios,

---

9 O atual Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande foi fundado como Mestrado

museus, arquivos de família, livros de genealogia, dentre outros, Nunes (2016) analisa três séculos e processos não lineares de concentração e desconcentração fundiária, casamentos, fluxos comerciais e alianças entre grupos em uma zona vasta, onde atualmente é o semiárido da Paraíba e Pernambuco. O autor critica as insistentes narrativas que afirmam que o “povoamento” do sertão foi fruto unicamente de frente pioneira de fazendas de gado se afastando dos canaviais e adentrando os interiores do Brasil colônia. Esse mito sesmarial colonial – ainda de forte apelo acadêmico e político no Nordeste – nos faz esquecer a diversidade e a complexidade dos caminhos coloniais nos sertões e suas disputas locais e territoriais: para além dos sesmeiros e proprietários de gado, havia posseiros, foreiros, arrendatários, comerciantes, pobres livres – por vezes fugitivos indígenas e escravos que iam para as serras e lá tinham atividade agrícola. Em suma, uma vasta sociedade que circulava nas “redes de poder local, recursos de água, terra e disputas militares nas vastas demarcações da coroa portuguesa” (NUNES, 2016, p. 57). No caso dos “Sertões da Borborema” – área que abrangia os atuais Seridó do Rio Grande do Norte, Sertão e Cariri da Paraíba, Pajeú e Agreste Pernambucano –, entre o século XVI e o início do XX alternam-se processos que variam entre concentração e fragmentação fundiária. Isso está associado a inúmeras disputas e estratégias de aliança política e matrimonial das “antigas” elites do gado e “novos” ricos, agricultores e comerciantes de algodão (NUNES, 2011).

Essas três teses dão pistas para analisar o mundo das elites e classes dominantes rurais em termos de mudanças abertas e processos não lineares, indo além do pêndulo “atraso/moderno”. Outro trunfo delas está na leitura de como frações internas das elites e classes dominantes tem múltiplas possibilidades de estratégias de poder. Destacam-se também a efetiva combinação de métodos, fontes, teorias e a ruptura de fronteiras da pesquisa entre processos locais e globais. Sob essa inspiração, enquadra-se aqui um conceito – de usos heurístico – de “ricos do campo”, a partir dos seguintes critérios:

- 1) Relação econômica e simbólica com a posse da grande propriedade da terra no Brasil.
- 2) Grupos ligados a mobilizações políticas específicas (associações de grandes criadores, sindicatos patronais, bancadas legislativas etc.). Tendência de que essa mobilização política seja feita no antagonismo com outros grupos envolvidos com a pauta da terra no mundo rural (movimentos sociais, indígenas, quilombolas etc.).
- 3) Formas de dominação e conexão com mercados de elite (agronegócio, pecuária de elite etc.).

---

em Economia e Sociologia Rural da Universidade Federal da Paraíba (Campus II – Campina Grande). Atualmente, a sua principal linha de pesquisa é a de Desenvolvimento, Ruralidades e Políticas Públicas.

4) A identidade de distinção social dos “ricos do campo” no Brasil é formada historicamente a partir de regionalismos e ruralismos. Esses valores transitam do local ao global e buscam sua legitimação entre nos critérios (1), (2) e (3).

Convido o leitor a fazer uma breve pesquisa comparativa em produções recentes – usando de qualquer busca acadêmica de artigos, dissertações e teses<sup>10</sup>. A frequência e naturalidade com que é usado e encontrado o termo “pobres do campo” ajuda a explicar o estranhamento ao ouvir um termo como “ricos do campo”. Seguindo tradições da disciplina antropológica, é possível dizer que o estranhamento também é condição de conhecimento. E aí está uma potência epistemológica para superar ambiguidades inscritas no termo “latifúndio”, dentre outros problemas da origem dos clássicos. Os estudos sobre os “ricos do campo” convidam a dialogar com esforços recentes para estudos sobre elites em várias áreas das ciências sociais: de teorias a metodologias e formas de produção de conhecimento, fontes e dados. Assim, justifico estudar os ricos no campo a partir do debate de três questões: por que “olhar para os ricos do campo”? Qual é o lugar de uma agenda de estudos sobre “os ricos no campo” nas ciências sociais brasileiras? Como produzir dados sobre os ricos do campo?

Mas por que “olhar para os ricos do campo”? Adapto aqui a questão que traz Nader (2020) em um artigo recentemente traduzido e publicado nesta revista. Nader (2020) faz uma provocação estimulante para estudar os poderosos e os “de cima”, com ênfase em complexas instituições e organizações burocráticas dos Estados Unidos. Segundo a autora, ela estuda os ricos do campo estimulada por uma indignação de uma cultura e seus efeitos danosos em nossa sociedade. Estudar apenas as populações subalternas acaba por fornecer visões parciais e por vezes erradas de uma sociedade, ou seja, ao estudar os pobres pode-se produzir, “ironicamente, visões que podem afetar os pobres e desprovidos das redes de poder” (NADER, 2020, p. 337). O caso da falta de estudos de crimes de colarinho branco e organizações jurídicas, assim como a farta literatura sobre subcultura e gangues nos bairros pobres cria uma inadequação de colocar a pobreza e criminalidade como sinônimos. Isso se dá mesmo à revelia das boas intenções dos

10 A título de exemplo, consultar o *Google Acadêmico* utilizando o critério de pesquisa de artigos entre 2017-2020. Quando se coloca “pobres do campo”, se recupera uma carga de textos e publicações considerável. Já em relação ao termo “ricos do campo”, a situação é diferente. Em primeiro lugar, o algoritmo da busca indica “você quis dizer ricos no campo”. Em segundo lugar, a busca acaba enfatizando separadamente os termos “ricos” e “campo”. Por isso, o “garimpo” difícil, encontrando trabalhos dispersos sobre burguesia agrária, agronegócio etc. Comparar também com a “fartura” encontrada na busca do termo “latifúndio”. Ver abaixo as buscas mencionadas: “Pobres no campo”. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0%2C5&as\\_ylo=2017&q=pobres+do+campo&btnG=Acesso em: 20 de maio de 2021](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_ylo=2017&q=pobres+do+campo&btnG=Acesso em: 20 de maio de 2021); “Ricos no campo”. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=ricos+do+campo&hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5&as\\_ylo=2017](https://scholar.google.com.br/scholar?start=0&q=ricos+do+campo&hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_ylo=2017). Acesso em: 20 maio 2021; “Latifúndio”. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as\\_sdt=0,5&as\\_ylo=2017&q=latif%C3%BAndio](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0,5&as_ylo=2017&q=latif%C3%BAndio). Acesso em: 20 maio 2021.

antropólogos de desmontar estereótipos de suposta “propensão” de cultura de violência em guetos e comunidades pobres. Por fim, a adequação democrática de estudar os poderosos implica registrar, analisar e publicizar regras e não ditos que evidenciam porque alguns grupos “têm maior poder de barganha, e outros não, diante das redes burocráticas das agências do Estado” (NADER, 2020, p. 339). Todas essas dinâmicas, por mais que sejam ligadas às sociedades “ocidentais”, podem ser relidas e até refundadas a partir das tensões e reflexões da observação participante e etnográfica deixada pelos clássicos da antropologia desde o início do século XX.<sup>11</sup>

E qual seria o lugar de uma agenda de estudos sobre “os ricos no campo” nas ciências sociais brasileiras? Estão cada vez mais frequentes os estudos sobre elites com o avanço da pós-graduação de ciências sociais que consolida uma rede de pesquisadores e centros regionais e, em consequência disso, circulação de ideias, problemáticas teóricas e avanços metodológicos (OLIVEIRA; PETRARCA, 2018). Esse acúmulo de estudos de elites no Brasil trouxe também dilemas de teoria e pesquisa relacionados justamente ao grau de importação de conceitos de teorias de raiz francesa – o terreno dos estudos de elites e classes dominantes é muito influenciado pelo legado de Pierre Bourdieu, o que pode ser visto no registro de verbete “elite” em dicionários especializados<sup>12</sup>. Há uma tensa fronteira entre o que seria “imitação” ou “autenticidade” no uso de conceitos produzidos em campo acadêmico europeu para pensar problemas e dinâmicas das elites e poder no Brasil. Com o uso da noção de “guinada intelectual”, Oliveira e Petrarca (2018, p. 38) apontam concorrências entre autores “uspianos” versus “iuperjianos” (1970-1990) ou “bourdieusianos” versus “institucionalistas” (1990-2015). Nessas trincheiras, foram acumulados problemas de teoria e pesquisa sobre elites no Brasil. Estudar os ricos no campo nos ER pode permitir evitar ou até afastar alguns desses problemas: pelo seu viés “híbrido” – de

11 Menção importante aqui aos trabalhos de Eric Wolf que quebraram uma visão holística de sociedades coloniais e comunidades fechadas estudadas pelos antropólogos de várias tradições do século XX. Wolf torna visível a questão dos intermediários nas relações de poder entre comunidades e frações ligadas aos estados ou setores coloniais dominantes – e aqui estão as elites nacionais e internacionais. Sua influência nos Estudos Rurais do Brasil se dá em estudos sobre o segmento do campesinato e os setores dominantes do Estado (ALMEIDA, 2004).

12 O *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, editado por William Outwhaite e Tom Bottomore (1996), traz também um caminho da primeira metade do século XX: da teoria das elites clássicas, com os acréscimos da teoria dos partidos de Robert Michels e uma relação entre Weber, Mills até Karl Mahheim. Aqui o mote é a ideia de estudos sobre a “elite governante” e sua relação com a democracia (BOTTOMORE, 1996, p. 236). Um pouco mais atualizado, o *Dicionário de Políticas Públicas* (GIOVANNI; NOGUEIRA, 2018) apresenta o verbete elite no roteiro “Pareto-Michels-Mills”, com importantes acréscimos: primeiro, da crítica marxista de Antonio Gramsci a Nicos Poulantzas, a relação de dominação, elites, governos e sistema capitalista; menciona ainda uma crítica da própria ciência política – de linha institucionalista do autor George Tsebelis – sobre comportamentos políticos das elites não pela origem social, mas pela escolha racional; e, segundo, do estudo que fazem de Pierre Bourdieu “acerca das posições objetivas que os indivíduos ocupam em determinados campos da elite” (PERISSINOTO, 2018, p. 299).

ser interdisciplinar e de estar conectado em clássicos nacionais e estrangeiros –, os ER tendem a ser menos propensos tanto ao risco de imitação/reprodução local de conceitos produzidos em um “centro francês” – desde clássicos da segunda geração dos ER essa tensão já foi resolvida: isso foi lapidado em trabalhos como o de Wanderley (2011a, 2011b), que maneжaram conceitos vindos de uma matéria-prima francófona, mas que jamais fugiram de tencioná-los e pressioná-los a olhar a realidade do mundo rural brasileiro.

Como produzir dados sobre os ricos do campo? As três teses citadas acima mostram a variedade de condições de produção do conhecimento: das etnografias, entrevistas, pesquisas documentais usadas de longa data desde os clássicos dos ER. Uma meta importante ao estudar os ricos no campo e a desigualdade do mundo rural brasileiro está em tentar destravar algo que pesquisadores de elites chamam de “segredos estatísticos bem guardados” (PINÇON; PINÇON CHARLOT, 2006, p. 15). Aqui um dado irônico acerca de nossas sociedades: se os pobres são invisibilizados e silenciados em termos da dominação cotidiana, eles são visíveis na construção categorias usadas para construir estatísticas oficiais. A frase “a pobreza afeta todos os aspectos da vida social” pode ser embasada em muitos dados de fácil acesso: pobreza se mede, se descreve, se nomeia e se faz inventários. Já ao nível estrutural das riquezas, reina uma certa discrição (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2006, p. 15). Uma maior relevância e relevo de estudos sobre elites e classes dominantes podem pressionar a ocorrência de “vazamentos” de certos “segredos estatísticos” bem guardados nas instituições oficiais de dados acerca dos patrimônios e tributos. Se os recursos são, de fato, bem coletados, a “filtragem” e exposição pública dos mesmos é cheia de zonas cinzentas, naquilo que Besson (1995, p. 25) aponta como um grande volume de dados camuflados em defesa das “oligarquias estatísticas”. Sabe-se, por exemplo, que muitos “ricos do campo” transitam entre o setor financeiro e o agronegocio brasileiro aparecendo em listas de bilionários e milionários<sup>13</sup>. Seguindo uma tendência de estudos como o de Ferreira (2018), aqui fica a provocação de que seja feito um estudo qualitativo e quantitativo sobre os ricos do campo, unindo a construção de séries anuais de tabulações e dados tributários do topo da distribuição de renda.

As conclusões encaminham para possibilidades de múltiplas frentes e estratégias de pesquisas sobre os ricos no campo. A depender do recorte temporal dos dados, imersões etnográficas sobre os ricos do campo podem abrir frentes bastante criativas de estudo da desigualdade

---

13 Ver <https://investnews.com.br/geral/quem-sao-os-11-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-daforbes-2021/>. Acesso em: 20 maio 2021. Ver <https://www.agroolhar.com.br/noticias/exibir.asp?id=25778&noticia=caminhonetes-viagens-e-sertanejo-sorriso-e-destaque-nacional-por-vida-boa-e-milionarios-do-agronegocio>. Acesso em: 20 maio 2021. Ver <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2020/regioes-com-forte-presenca-do-agronegocio-concentram-candidaturas-de-milionarios-1-24716731>. Acesso em: 20 maio 2021.

no mundo rural e, conseqüentemente, da desigualdade da própria sociedade brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os ricos do campo coloca o pesquisador em posição complicada com seus pares, principalmente diante de colegas engajados no que se pode chamar de uma “boa vontade” epistemológica: aquela que diz que pesquisar grupos dominados e subalternos indica “dar voz” a eles. Nos ER, esse tipo de missão salvadora é evocada com frequência diante de pesquisas sobre grupos que sofrem conseqüências graves de processos de concentração fundiária, conflitos de acesso à água e à terra – exemplo da desqualificação de identidades e cosmologias de indígenas, quilombolas, dentre outros grupos que têm relações singulares de modos de vida com a terra e a natureza. Assim, este artigo está longe de afirmar qualquer simpatia ou “dar voz” ao universo dos ricos do campo – algo que, inclusive, esses grupos não precisam e que, portanto, não cabe aos pesquisadores assumir essa tarefa<sup>14</sup>.

Ao tentar sair dessas missões, o artigo – em um fio que puxa dos clássicos a teses recentes – pretende evidenciar o quanto o mundo das elites é diverso em suas frações. Aqui, o senso de “missão” mais próximo talvez seja de um alerta de como formas de dominação dos que estão no “topo” das hierarquias se transformam e respondem ativamente, inclusive a processos recentes de mudanças de desigualdades sociais e padrões populacionais nas ruralidades em todo o Brasil. Desse modo, é preciso reconhecer e superar a ambigüidade do “lugar das coisas” dos ricos do campo nos ER. Entender as elites e classes dominantes também é produzir desencantamentos sobre formas profundas de dominação de uma sociedade, efeito esse inerente às melhores tradições de conhecimento das ciências sociais. A máxima de que sociologia rural é “antes de tudo sociologia”, como coloca Jollivet (1998, p. 5), também vale para quem vai analisar os ricos do campo: um tema de pesquisa que, mesmo “diluído”, fez parte dos esforços de várias gerações de pesquisadores “rurólogos” que firmaram a relevância dos ER no Brasil.

---

14 Nós pesquisadores, nesse momento da atual tragédia brasileira, já temos “missões” demais: cumprir nossos prazos, exercer atividade docente e estimular a criatividade de ideias e pesquisas com recursos governamentais escassos!

## REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Mauro. Eric Wolf, o marxismo, as revoluções camponesas e os intelectuais. **Crítica Marxista**, n. 19, p. 114-124, 2004.
2. BESSON, Jean-Louis (org.) **A ilusão das estatísticas**. São Paulo: Unesp, 1995.
3. BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 1995.
4. BOTTOMORE, Tom. Teoria das elites *In*: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (ed.) **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1996. p. 235-237.
5. BRUMER, Anita; SANTOS, José Vicente Tavares dos. Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do Século XX). **Revista NERA**, v. 9, 2006, p. 49-72.
6. BRUNO, Regina. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo *In*: MALUF Renato; FLEXOR, Georges. **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora E-Papers, 2017. p. 155-169.
7. BRUNO, Regina. **Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: EDUR, 2009.
8. BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995 [1936].
9. CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados** v. 40, n. 2, 1997
10. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo, Globo, 2001 [1958].
11. FERNANDES, Florestan. Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil. *In*: FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2013. p. 190-211.
12. FERREIRA, Pedro. **Uma história de desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2018.
13. FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala**. 52. ed. São Paulo: Global, 2013
14. GARCIA JR, Afrânio Raul. **O Sul a caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero, 1989.

15. GARCIA JR. Afrânio Raul. Os vice-reis do Norte: reconversão de elites agrárias e a Revolução de 1930 (1920-1964). **Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 2, p. 74-87, 2007.
16. GARCIA JR. Afrânio Raul. Meninos de engenho: tradições e dramas familiares feitos símbolos de brasilidade. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 30, p. 21-47, 2011.
17. GARCIA JR. Afrânio Raul. Mudança social no Nordeste: metamorfoses do mundo que o senhor de engenho criou. In: MARTINS, Rodrigo Constante (org.) **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EdUFScar, 2014. p. 13-30.
18. GARCIA JR, Afrânio Raul; HEREDIA, Beatriz Alasia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil In: GODOI, Emilis Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 213-244. (v. 2: estratégias de reprodução social).
19. GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Políticas de desenvolvimento rural no Brasil**. 1. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 19-54.
20. HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio Pereira. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, p. 159-196, 2010.
21. JACKSON, Luiz Carlos; BARBOSA, Darlan. História das ciências sociais brasileiras. In: MICELI, Sergio; MARTINS, Carlos Benedito (org.) **Sociologia brasileira hoje**. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. p. 217-259. (v. 1).
22. JOLLIVET, Marcel. A vocação atual da sociologia rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 5-25, 1998.
23. KATO, Karina; LEITE, Sergio Pereira. Land Grabbing e financeirização de agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 458-489, 2020.
24. LEAL, Natacha Simeí. **Nome aos bois: zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite**. São Paulo: Hucitec, Anpocs, 2016.
25. LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: município e regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012 [1948].
26. LEITE, José Sérgio Leite; ALVIM, Rosilene. A usina e a varanda: a teatralização. **Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 2, p. 88-104, 2007.

27. LEITE, Sergio Pereira. Dinâmicas de terras, expansão do agronegócio e financeirização da agricultura: por uma sociologia das transformações agrárias. **Revista Latinoamericana de Estudios Rurales**, v. 4, p. 1-22, 2019.
28. MARTINS, José de Souza. **Conde Matarazzo: o empresário e a empresa**. São Paulo: Hucitec, 1973.
29. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Movimentos sociais, questões fundiárias e mediações jurídicas: apontamentos sobre as relações entre o Direito e os conflitos sociais. *In*: LEITE, Sergio Pereira; BRUNO, Regina (org.). **O rural brasileiro na perspectiva do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019. p. 107-129.
30. MENDONÇA, Sonia Regina de. **O ruralismo brasileiro: 1888-1931**. São Paulo: Hucitec, 1997.
31. MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
32. MENDONÇA, Sonia Regina de. **O patronato rural no Brasil Recente: 1964-1993**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
33. MOTTA, Márcia Maria Menendes. (org.) **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.
34. MOTTA, Márcia Maria Menendes. **O rural a la Gauche: (campe sinato e latifúndio) nas interpretações de Esquerda (1955/1996)**. Niterói: EdUFF, 2014.
35. MOTTA, Roberto. Reação a Max Weber no pensamento brasileiro: o caso de Gilberto Freyre. *Estudos de Sociologia*. **Revista do PPGS/UFPE**, v. 13, n. 2, p. 185-206, 2008.
36. NADER, Laura. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 49, p. 328-356, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/44427> Acesso em: 12 abr. 2021.
37. NUNES, Aldo Manoel Branquinho. **Currais, cangalhas e vapores: dinâmicas de fronteira: conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920)**. 2016. 430 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2016.
38. OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de; PETRARCA, Fernanda Rios. Inovações Temáticas, -Guinadas- Teóricas e Tradição Intelectual no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 6, p. 34-62, 2018.
39. PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações na plantation tradicional. *In*: WELCH, Clifford Andrew; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa; WANDERLEY; Maria de Nazareth (org.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: NEAD, 2009 [1977]. p. 203-216. (v. 1).

40. PERISSINOTO, Renato. Elites. *In*: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurelio (org.). **Dicionário de Políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: UNIFESP, 2018. p. 297-300.
41. PICCIN, Marcos Botton. **Os senhores da terra e da guerra no Rio Grande do Sul: um estudo sobre as estratégias de reprodução social do patronato rural estancieiro**. 2012. 458 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
42. PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **Grandes fortunes: dynastie familiales et formes de richesse en France**. Paris: Payot/Rivages 2006.
43. QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira. *In*: QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Ensaio de Sociologia Política**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.
44. SILVA, Lígia Osório. Latifúndio. *In*: MOTTA, Márcia (org.). **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 272-276.
45. SYGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do Direito na zona da mata pernambucana. **Mana**, v. 10, n. 1, p. 131-163, 2004.
46. VASCONCELLOS, Dora Vianna. Maria Isaura Pereira de Queiroz: uma Interpretação sobre o desenvolvimento brasileiro e seus processos de inovação social. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 22, n. 2, p. 343-359, 2014.
47. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2011a.
48. WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A sociologia do mundo rural e as questões de sociedade no Brasil contemporâneo. **Ruris**, Campinas, v. 4, p. 21-36, 2011b.

*Valdênio Freitas Meneses*

Professor do Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar da Universidade Federal de Campina Grande (Campus Pombal). Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1914-9265>. E-mail: valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br

# Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades eletivas<sup>1</sup>

## Neoextractivism and authoritarianism: elective affinities

### **Henri Acelrad**

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

### **Fabrina Pontes Furtado**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica e Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

### **Juliana Neves Barros**

Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Santo Amaro, Bahia, Brasil

### **Raquel Giffoni Pinto**

Departamento de Análise Geoambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

### **Wendell Ficher Teixeira Assis**

Universidade Federal de Alagoas, Maceió, Alagoas, Brasil

## RESUMO

A questão ambiental no Brasil ganhou, nos últimos anos, crescente centralidade política, tanto pelo confronto entre distintos mundos na fronteira de expansão territorial do capitalismo extrativo quanto pela evocação das desigualdades ambientais verificadas no espaço urbano-industrial. Neste artigo, discutimos as afinidades eletivas entre o neoextrativismo e o autoritarismo no Brasil, a partir da análise dos novos dispositivos do capitalismo ecologicamente modernizado, da linguagem antipolítica do liberalismo autoritário e da relação entre neoextrativismo, antiintelectualismo e constrangimento da liberdade acadêmica.

**Palavras-chave:** Neoextrativismo, Autoritarismo, Neoliberalismo, Meio ambiente.

<sup>1</sup> O artigo é fruto da pesquisa: “As Políticas sociais empresariais e suas implicações para os direitos das populações atingidas por grandes projetos de desenvolvimento” financiada pela Fundação Ford.

Recebido em 10 de maio de 2021.  
Avaliador A: 01 de julho de 2021.  
Avaliador B: 09 de julho de 2021.  
Aceito em 27 de outubro de 2021.



## ABSTRACT

The environmental issue in Brazil has gained, in recent years, greater political centrality due to both confrontations between different worlds at the frontier of extractive capitalism's territorial expansion, as well as the growing environmental inequalities observed in urban-industrial spaces. This article seeks to discuss the elective affinities between a neoextractivism and authoritarianism in Brazil, by analyzing new tools of ecologically modernized capitalism, the antipolitical language of authoritarian liberalism and the relation between neoextractivism, antiintellectualism and constraints on academic freedom.

**Keywords:** Neoextractivism, Authoritarianism, Neoliberalism, Environment.

## INTRODUÇÃO

Na segunda década dos anos 2000, a discussão desencadeada sobre a crise da democracia brasileira foi dedicada, em grande parte, aos seus aspectos conjunturais. Perguntas comuns são: qual foi o jogo de conveniências pelo qual as elites empurraram o país nas mãos de grupos empenhados em desmontar as dimensões públicas do Estado? Como se fez possível que membros do Poder Judiciário e do Ministério Público tenham normalizado práticas e discursos criminosos adotados por grupos no poder? Que descaminhos do campo político levaram a que se difundisse junto à população a descrença nas possibilidades de um projeto democrático? Essas questões são, por certo, pertinentes. Entretanto, para responde-las, é importante observar também as transformações mais estruturais que estão reconfigurando o capitalismo brasileiro. É nesse âmbito que essa trama política está se desenrolando, em particular por sua inscrição em uma forma neoextrativista. A literatura tem se referido ao neoextrativismo como um modelo de desenvolvimento capitalista fundado na exploração de recursos naturais através de redes produtivas pouco diversificadas e voltadas à exportação de *commodities*, configurando uma inserção subordinada das economias nacionais na divisão internacional do trabalho. No caso brasileiro, esse modelo emergiu através de um processo de reprimarização da economia, caracterizado por dinâmicas de desindustrialização e ampliação da participação de bens primários e semielaborados na estrutura de comércio exterior (SANTOS; MILANEZ, 2013), mas também pela crescente subordinação de seus resultados às dinâmicas dos mercados financeiros." Neste artigo, identificamos os traços dessa forma do desenvolvimento capitalista no Brasil, o que nos

tem sido imposto desafiadoramente para a análise, a saber, suas implicações para o campo político – campo a ela organicamente vinculado – onde temos visto surgir, de modo dramático e aparentemente durável, as forças de um liberalismo autoritário<sup>2</sup>.

As dimensões sanitárias e ambiental da vida social são domínios de particular interesse para a análise dessa convergência entre liberalismo e autoritarismo. A pandemia desencadeada no ano de 2020 revelou um dos problemas estruturais gritantes do próprio capitalismo: sua cegueira quanto aos efeitos não mercantis do mercado. A experiência mostrou que a lógica do capital considera de forma muito seletiva o que ocorre fora do mundo dos negócios. O interesse das elites pelo que ocorre na esfera política, por exemplo, é incomparavelmente maior do que pelas chamadas “externalidades” das práticas empresariais, o que incluiria, por exemplo, as condições ambientais e sanitárias de existência do corpo coletivo dos trabalhadores. O conhecimento até o momento disponível sobre o aparecimento de novos vírus vem sugerindo que a pandemia está logicamente associada a dois processos sociotécnicos e ecológicos interligados: a) as práticas da grande agropecuária tecnificada, que manipula o mundo microbiológico para garantir lucros, entre outros, na criação animal em escala industrial; b) a ecologia própria às formas tradicionais de consumo; no caso, de animais silvestres estressados pela destruição de seus habitats, cuja estabilidade é desfeita pela expansão espacial da grande agropecuária capitalista.

A lógica da circulação descontrolada do vírus SARS-CoV-2 parece ser a mesma que sempre operou com relação aos efeitos não mercantis dos negócios, ou seja, os da circulação do conjunto de materiais que, embora resultem da produção de mercadorias, não servem para serem vendidos e gerar lucros – os resíduos sólidos, efluentes líquidos e gasosos<sup>3</sup>. A racionalidade neoliberal tem se manifestado com clareza nestes campos distintos, embora relacionados com a gestão do quadro de saúde pública imposto pela COVID-19 e a gestão da questão ambiental. Eis o que escreveu, na perspectiva das empresas, um consultor prestigiado das grandes corporações: “meio ambiente é uma etiqueta cômoda para mascarar nossa” – a saber, deles – “ignorância” (FREEMAN, 1984, p. 12). Esse tipo de cegueira capitalista é mais manifesto ainda quando os efeitos danosos das decisões empresariais ou de governo recaem com maior intensidade

---

2 A noção de liberalismo autoritário foi formulada no debate jurídico-político da Alemanha pré-hitleriana pelo jurista Hermann Heller como o regime em que “o Estado não pratica abstinência nas políticas de subvenção aos grandes bancos, às grandes empresas industriais e às grandes explorações agrícolas, mas promove um desmantelamento autoritário da política social” (HELLER, 1933, p. 296 apud CHAMAYOU, 2018, p. 230).

3 O fato de que parte dos custos de produção – como aqueles inscritos nos danos materiais impostos por certos agentes econômicos empresariais a terceiros – possam ser transferidos para a sociedade como um todo, é meramente um modo de dizer que custos e lucros dependem, em alguma medida, do poder da firma para fazer a transferência (KAPP, 1969).

sobre os mais despossuídos. É que, além de ser constitutiva do capitalismo, essa cegueira é politicamente configurada tanto através de escolhas técnicas como locacionais, que vieram, com crescentes evidências empíricas, se revelando, ao longo do tempo, discriminatórias.

Com a eclosão da pandemia, confirmou-se a hipótese de que a população negra estava sendo afetada de forma mais que proporcional que sua participação na população. Sobre as mulheres negras em particular, incidiu com maior força o desemprego, o aumento da sobrecarga de trabalho, a violência doméstica e o feminicídio – que em alguns estados aumentou em 50% (BASSAN, 2020) –, assim como a precarização do trabalho e a dificuldade de praticar o isolamento social. Na pandemia, a penalização mais que proporcional de negros, indígenas e grupos de baixa renda, veio reafirmar o modo como o capitalismo, com maior força em sua etapa neoliberal e autoritária, distribuiu desigualmente os males ambientais e sanitários. No plano do meio ambiente, pôde-se observar empiricamente o aumento da desigualdade e da penalização de pequenos produtores, povos indígenas e comunidades tradicionais quilombolas ao longo do período, que se iniciou nos anos 1980-90, quando se imprimiu uma lógica neoliberal às políticas ambientais (ALMEIDA, 2012). A modernização ecológica – estratégia baseada na celebração da economia de mercado, no progresso técnico e no consenso político – foi o mecanismo defensivo pelo qual grandes corporações passaram a admitir, em meados dos anos 1990, que normas e regulações pudessem incidir sobre suas práticas, desde que não colocassem em risco os rendimentos esperados dos negócios. Esse movimento em direção à internalização das críticas no seio das instituições correntes e de setores do próprio capitalismo visou aplacar conflitos, sugerindo que alguma resposta estava sendo dada às preocupações levantadas por entidades do movimento ambientalista e parte da opinião pública.

Desde a eleição de Donald Trump nos EUA, o debate difundido pela mídia passou a admitir que o meio ambiente não é uma causa apreciada por governos nos quais são fortes os interesses de setores empresariais relutantes em aderir à modernização ecológica. Para os setores cujos negócios apresentam maior risco de serem criticados por suas práticas ambientalmente danosas, nem mesmo um aceno formal à comunidade internacional foi considerado necessário para assegurar a sua continuidade. Este é o caso, no Brasil, de certos segmentos produtores de *commodities* que, desde a eleição presidencial de 2018, não indicaram maior preocupação com as pressões provenientes de países importadores<sup>4</sup>. A agenda neoliberal de flexibilização de nor-

---

<sup>4</sup> É sabido que fundos de investimentos e articulações empresariais manifestaram-se em favor de uma adesão do governo brasileiro à agenda ambiental global. No entanto, a ausência de sinais de mudança na estratégia governamental sugeriu que o agronegócio, bem representado no Ministério da Agricultura, não se preocupou com a possibilidade de ocorrência de restrições a suas exportações.

mas e leis ambientais, vigente desde o momento em que a ambientalização do Estado brasileiro foi truncada pelas reformas liberais, ganhou novo impulso, proveniente, desta feita, de forças instaladas no interior mesmo da máquina governamental. O aumento da desigualdade ambiental veio se mostrando, assim, parte constitutiva do projeto neoextrativista em sua fase liberal-autoritária. Isto porque desregular normas ambientais e liberar atividades predatórias implica em favorecer a expropriação de grupos sociais cuja reprodução material e imaterial depende do acesso à terra, à água e demais recursos ambientais. Por essa via, a agenda anti-ambiental do governo eleito em 2018 intensificou os processos de extração de patrimônio natural e desposseção de territórios de povos indígenas e tradicionais. Passou a vigorar, a partir de então, uma política “[...] anti-indígena, antiambiental e anticidência, apoiada por setores conservadores do agronegócio, da igreja evangélica, da mineração em larga escala e de grupos obscurantistas” (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, p.13).

No que diz respeito às dimensões inigualitárias do modelo neoextrativista em vigor no Brasil, diversas organizações têm-se dedicado a denunciar a desmontagem da máquina pública de meio ambiente, o avanço da grilagem e do desmatamento na Amazônia, no Pantanal e no Cerrado, assim como as políticas anti-indígenas e racistas operadas pelo governo eleito em 2018. Há muito, porém, a se discutir sobre os processos pelos quais, ao longo da expansão da pandemia, os poderosos ficaram mais ricos, enquanto aumentou o desemprego e a morte dos mais despossuídos; que os grileiros seguiram expropriando terras indígenas, tornando-as disponíveis, mais adiante, à expansão do agronegócio pretensamente modernizado; que os espaços comuns das águas e da atmosfera foram sendo mais rapidamente submetidos a sua privatização *de facto* pelos agentes do complexo agromineral.

São processos desta ordem que têm contribuído para que a questão ambiental venha ganhando, no Brasil, uma crescente centralidade política. Sua politização vem se intensificando, em particular, em duas frentes: a do confronto entre mundos distintos na fronteira de expansão territorial do capitalismo – a do grande capital agromineral e o dos povos e comunidades tradicionais; e a do combate às desigualdades ambientais no espaço urbano-industrial. A noção de racismo ambiental tem sido, a propósito, crescentemente evocada tanto nas análises como no terreno das lutas sociais, valendo para o enfrentamento do antiambientalismo racializado – que desqualifica direitos indígenas e quilombolas – como para evidenciar que as vítimas da degradação ambiental nas cidades são, de forma mais que proporcional, grupos negros de baixa renda. Por sua vez, as frentes de luta de mulheres atingidas por megaprojetos têm ressaltado um processo de repatriarcalização dos territórios, com o avanço do neoextrativismo e da pandemia. Elas evocam as conexões entre os territórios ameaçados de expropriação e os corpos dos atingi-

dos; entre a violência expressa na destruição dos modos de vida tradicionais e a violência exercida contra os corpos das mulheres (CABNAL, 2010). É crescente a percepção de que não há democratização possível do campo político sem que se interrompam os processos de expropriação dos corpos, ambientes e territórios das maiorias. Ou, nos termos de uma representante de comunidades quilombolas do Maranhão, que se busque “dar centralidade a outros existires”<sup>5</sup>.

O processo de politização da questão ambiental ganha densidade em razão do paradoxo que fez com que o capitalismo global tenha reservado ao neoextrativismo na América Latina um papel crucial para expansão de suas fronteiras territoriais, papel que não é em nada compatível com a retórica da modernização socioecológica assumida por grandes economias importadoras de *commodities*<sup>6</sup>. Sustentaremos a seguir que os traços crescentemente visíveis de uma afinidade eletiva<sup>7</sup> entre autoritarismo e neoextrativismo indicam que a questão ambiental tende a ocupar espaço crescente no campo das lutas democráticas no Brasil. É o que pretende explorar o presente texto, organizado em quatro tópicos – as articulações entre liberalismo e autoritarismo, a métrica ambiental do capitalismo ecologicamente modernizado, a linguagem antipolítica do liberalismo autoritário e a relação entre neoextrativismo e antiintelectualismo. Para tanto, fizemos usos das categorias ambientalização e financeirização para analisar as estratégias discursivas adotadas por empresas extrativistas em seus sítios eletrônicos, estudamos casos de assédio processual de empresas contra pesquisadores na área de conflitos entre comunidades e mineradoras e analisamos a linguagem específica do autoritarismo bolsonarista evocada na desmontagem do aparato das políticas ambientais no país. Ao buscar entender uma forma histórica que se mostra específica na aproximação entre as esferas política e econômica, guardamos a preocupação metódica em não identificar indevidamente esferas diferentes, mas tampouco de deixar de comparar o que é comparável (BOURDIEU; PASSERON; CHAMBOREDON,

5 Intervenção da líder quilombola Dayanne Santos no Encontro Virtual da Rede Brasileira de Justiça Ambiental, dezembro, 2020.

6 Para os dirigentes do Fórum de Davos, a proteção da natureza fará parte do que foi chamado de *great reset*, que inclui um novo contrato social e uma mudança do capitalismo de acionistas, *shareholder capitalism*, para o capitalismo de partes interessadas, *stakeholder capitalism* (SCHWAB; MALLERET, 2020). Na perspectiva dos que, notadamente a partir da esfera internacional, parecem pressionar o antiambientalismo do Estado brasileiro a adotar medidas que restrinjam a contribuição do desmatamento às mudanças climáticas, configura-se um novo estágio da estratégia de modernização ecológica do capitalismo. Pretende-se torná-la uma modernização socioecológica: não bastaria uma modernização ecológica desencadeada por meio de novas técnicas mais econômicas em matéria e energia se a expropriação dos ambientes de terceiros a elas associada continuar dando lugar a críticas – eis a preocupação de organismos multilaterais e instâncias empresariais globais.

7 Inspirado em Goethe e Max Weber, Löwy (1989, p.13) define como afinidade eletiva a relação dialética entre duas configurações sociais ou culturais, não redutível à determinação causal direta ou à “influência” no sentido tradicional. No caso que interessa ao presente trabalho, buscamos identificar o movimento de confluência ativa que aproxima os traços do modelo neoextrativista e o autoritarismo.

1968). Através da noção de afinidade eletiva, estabelecemos uma distância crítica com relação aos cânones da separação entre as esferas de análise, observando a articulação de um conjunto de fenômenos que têm em comum um certo número de caracteres de modo a fazer entrar no campo de investigação fatos que não haviam sido até aqui considerados.

## **A LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA COMO ARTICULAÇÃO DE UM AUTORITARISMO DE ESTADO A UM AUTORITARISMO DE MERCADO**

Embora não seja uma novidade que o capitalismo tenha dimensões intrinsecamente violentas e autoritárias, analisá-lo a partir dessa chave interpretativa não é usual, além de ser considerado, pela doxa acadêmica, como pouco pertinente. Um desafio prático-teórico tem sido o de entender como o sistema logra atualizar a combinação entre autoritarismo político e mercantilização econômica. Na perspectiva aqui sugerida, essas duas dimensões integram um circuito retroalimentado pelo qual a liberalização econômica catalisa o autoritarismo político e este, por sua vez, fortalece discursivamente a liberalização econômica. Essa combinação apenas aparentemente híbrida foi, ao longo do tempo, se viabilizando historicamente pela incitação dos sujeitos a procederem a seu autoenquadramento político e a uma autodisciplina mercadológica.

Na teoria hegemônica da modernização, presume-se que a democracia e a liberalização econômica seriam parceiras na luta contra o autoritarismo. Entretanto, um olhar retrospectivo nos mostra que não é bem assim que o novo histórico veio se desenrolando. Trotsky (1933), por exemplo, interpretou o nazismo como uma hipótese totalitária intrínseca ao próprio desenvolvimento do capitalismo: antes mesmo de deflagrada a carnificina, ele escreveu que a civilização capitalista estava vomitando uma barbárie não digerida. Tal era a fisiologia do nacional-socialismo alemão. Pode-se indicar que, em momentos de crises sistêmicas, a resposta foi e sempre tem sido violenta e autoritária – o autoritarismo vem funcionando como uma válvula de escape que remodela e reforça as desigualdades, ao mesmo tempo que opera para angariar apoio de setores das classes médias e populares. Parafraseando a discussão de Guha (1997) sobre a dominação sem hegemonia e de Chico de Oliveira (2006) sobre dominação sem política, somos levados a considerar a concretude possível de um capitalismo sem democracia.

A geração das crises vem operando como condição de possibilidade para o avanço do capitalismo autoritário. Agamben (2012) sugere que os vocábulos “crise” e “economia” deixa-

ram de ser usados como conceitos, tornando-se palavras de ordem, que servem para impor e, ao mesmo tempo, fazer com que as pessoas aceitem medidas e restrições que elas não suportariam em ausência de um ambiente de instabilidade. Assim, o manejo interessado de crises humanitárias, de saúde pública, econômicas ou políticas teria possibilitado e legitimado a circulação de valores autoritários, que, por sua vez, tomam a forma de discursos de ódio, criando inimigos para que se possa temê-los ou odiá-los. É nessa toada que se forjam, no contexto de neoextrativismo na América Latina, os supostos inimigos do desenvolvimento; indígenas, quilombolas, ambientalistas, agentes de fiscalização, intelectuais e movimentos sociais, indicando que o próprio desenvolvimento capitalista colide com conquistas democráticas (NETTO, 2015). Nessa configuração sociohistórica, os deserdados do capitalismo podem se tornar a base social do autoritarismo, forjando uma articulação tortuosa entre oprimidos e opressores.

A proximidade simbiótica que unifica elites econômicas e grandes corporações com regimes totalitários e autoritários não é um fenômeno novo. Vuillard (2019), em um breve e brilhante livro, utiliza-se de uma narrativa ficcional para retratar o apoio dos industriais alemães ao projeto nazista. O autor toma como ponto de partida uma reunião ocorrida em fevereiro de 1933 entre Hitler e os representantes da Siemens, Shell, Bayer, Allianz e BMW. No caso brasileiro, essa articulação evoca o caso de Henning Boilesen, presidente do Grupo Ultragaz, que no período ditatorial recolhia apoio financeiro e político do empresariado para impulsionar a ação repressiva do regime militar. Em casos como esses, estamos diante de um autoritarismo corporativo suportado por elites econômicas que manejam habilmente mecanismos de aproximação e distanciamento do campo político autoritário.

De Trump à Bolsonaro, assistimos ao surgimento de uma relação intrincada entre neoliberalismo e dinâmicas neofascistas, articulação destinada a “pôr em marcha a retaguarda do sistema” (FOSTER, 2019, p.10). Sob a égide desse tipo de combinação, a ideia da política como conflito, disputa e discussão perdeu espaço, na concepção das elites, para ações governativas de caráter gerencial que buscam capitalizar conflitos por meio de uma gestão administrativa das diferenças. Essa lógica é que permitiu, por exemplo, articular a perseguição às minorias com as promessas de um projeto de crescimento econômico que beneficia diretamente as elites. Através dela, procedeu-se, simultaneamente, a uma ressignificação do discurso da liberdade de modo a se dar sustentação social a medidas governamentais que, concretamente, solapam direitos e garantias.

Autores como Brown (2018) e Slobodian (2018), no contexto estadunidense, e Biebricher (2020), no debate europeu, têm chamado a atenção para a inclinação sistemática do pensamento neoliberal ao uso de soluções autoritárias para implantar políticas de mercantili-

zação da vida e liberalização econômica. Enquanto a narrativa “convencional” presume uma relação mutuamente excludente entre autoritarismo e liberalismo econômico, os desdobramentos contemporâneos do capitalismo indicam a prevalência de um “neoliberalismo autoritário” (BRUFF, 2014, p. 114). Sem embargo, isso não seria fruto de uma deformação e degeneração do ideário liberal inicial, mas estaria mesmo na gênese da doutrina econômica neoliberal. Nas próprias palavras de Hayek (1983, p. 111), “uma democracia pode muito bem exercer poderes totalitários, e é concebível que um governo autoritário possa agir com base em princípios liberais”. Nas novas mecânicas do capital, a liberalização econômica tem sido vista cada vez mais como uma saída de “choque”, que requer um Estado soberano e opressor para promover, implantar e manter “reformas” impopulares (KLEIN, 2007), configurando a forma por excelência da intervenção estatal que o liberalismo aprova.

No caso brasileiro, no contexto do modelo neoextrativista, um autoritarismo de Estado tem operado em prol de um autoritarismo de mercado – como o mostram a reforma trabalhista que retirou direitos dos trabalhadores por meio de uma desregulação em profundidade da relação salarial e a adoção de novos códigos florestal e mineral, reformulados de modo a favorecer o acesso do complexo agromineral a áreas antes protegidas da livre ação da força “do mercado”. Essas reformas dão sentido bem concreto à noção aparentemente paradoxal de “liberdade autoritária”, posto ser o mercado instância que comporta uma desigualdade sistêmica na correlação de forças para o exercício das liberdades. Essa desigualdade é mesmo constitutiva de um tipo de desenvolvimento que se baseia permanentemente na expansão das fronteiras do mercado por sobre os territórios tradicionais de pequenos produtores, comunidades indígenas e quilombolas.

## O NEOLIBERALISMO E A “MÉTRICA AMBIENTAL” DO CAPITAL

O processo de neoliberalização da economia implicou a transformação do meio ambiente em oportunidade de negócios, através de mecanismos que favorecem a vigência de uma lógica privatista e mercantil em espaços até então externos ao mercado, como os do ar, das águas e dos sistemas vivos. Seguindo essa lógica, como em outros âmbitos do capitalismo financeirizado, governos, bancos e empresas adotam estratégias visando atribuir preço a bens naturais, criar ativos, produtos e serviços ambientais a serem vendidos e comprados. No contexto do debate a nível mundial, evocam-se “soluções baseadas na natureza”, projetos de um *Green New Deal* (Novo Acordo Verde) e retóricas econômicas renovadas por noções como bioeconomia ou

economia e agricultura de baixo carbono. No Brasil, setores mais modernizados do agronegócio buscam conciliar o papel da produção agrícola com o discurso de conservação da Amazônia de modo a transformar – dizem – “o país, que é uma potência agrícola” em uma “potência agroambiental” (ALMEIDA, 2020, *on-line*).

Um dos traços constitutivos do neoextrativismo é o interesse do capital financeiro pelas *commodities* e recursos naturais vistos como “ativos alternativos”. O Brasil é hoje um dos principais destinos de fundos de investimento que buscam se aplicar em recursos naturais. Tal processo implica em definir o meio ambiente como uma coleção de serviços, que inclui a biodiversidade, a regulação e a filtração da água e o armazenamento e sequestro de carbono, cujo valor econômico passaria a ser calculado, expresso em termos monetários, mercantilizado e financeirizado. Esse tipo de processo envolve a criação de estruturas institucionais e financeiras para garantir e legitimar a negociação. A inserção de tais “ativos” na lógica financeira é parte das estratégias empresariais de apropriação da renda fundiária – das terras rurais, das jazidas minerais e dos campos petrolíferos (DELGADO, 2012; PAULANI, 2013).

O Plano Governamental de Combate ao Desmatamento Ilegal de julho de 2020 prevê, por exemplo, o uso de instrumentos financeiros, os “títulos verdes”: cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), debêntures, debêntures incentivadas de infraestrutura, Letras Financeiras (LF), notas promissórias, Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) e Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). Por sua vez, o Plano de Investimento no Agronegócio Sustentável no Brasil, desenvolvido em parceria com a *Climate Bonds Initiative* (CBI), iniciativa de títulos climáticos, lançado em junho de 2020, tem a expectativa de desenvolver um potencial bilionário vinculado ao lançamento de títulos atrelados a práticas de conservação ou redução de emissão de carbono pelos produtores rurais. Tais políticas de ambientalização das finanças não estão sendo lideradas pelo Ministério do Meio Ambiente, mas sim pelo próprio Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Uma noção central nesse processo é a de “emissões líquidas zero”, relacionada à compensação de emissões (*offseting*) de gases de efeito estufa e do carbono florestal, um dos eixos da discussão das ditas “Soluções Baseadas na Natureza” (SBN). Para uma atividade ser considerada carbono-neutra é preciso calcular o total das emissões, reduzir onde é possível e balancear o restante das emissões através de uma “compensação”. Como resultado, temos visto a indústria extrativa incrementando investimentos para compensar a extração continuada de “recursos naturais”, disseminando a noção de que criam biodiversidade, e não o contrário. Garantem que o capitalismo extrativo não seja visto como causa do problema ambiental, mas que seria a sua solução.

Entretanto, esse discurso da conciliação rentável, quando emitido a partir do Brasil, vem perdendo credibilidade internacional em decorrência das diversas rodadas de desregulação, expressas na linguagem pecuarista do “estouro da boiada” desencadeado para atropelar normas e direitos. Além da alta do desmatamento e das queimadas na Amazônia e no Pantanal, as prioridades ambientais do governo são o Projeto de Lei (PL) 191/2020, que regulariza a mineração em Terras Indígenas; o PL 2.633/2020, que amplia o tamanho dos lotes contemplados pela regularização fundiária; o PL 3.729/2004, que institui o chamado licenciamento ambiental “flex”; e o PL 5.518/2020, que facilita o processo de concessão florestal (BRASIL, 2020a/2020b; 2004; 2020c). O governo federal também tem sido repetidamente acusado por povos indígenas, no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), por conduta irresponsável na gestão da pandemia em comunidades indígenas e por sua política de extermínio e genocídio. Nas negociações internacionais sobre clima – problema cuja existência tem sido atribuída por dirigentes da diplomacia brasileira a um complô marxista – o governo perde credibilidade e parece desgastar o “capital reputacional”<sup>8</sup> do agronegócio exportador. No final de 2020, os retrocessos em relação a compromissos anteriores e a manobra textual promovida pelo governo em suas novas Contribuições Nacionalmente Determinadas<sup>9</sup> geraram desânimo nos meios diplomáticos.

Os processos de ambientalização dos Estados e corporações passaram, com efeito, pela invenção e reinvenção de noções destinadas a apresentar como ambientalmente benignas práticas percebidas correntemente como predatórias. Esses discursos fazem parte de uma geopolítica do conhecimento voltada à construção de uma ecogovernamentalidade que se sustenta na lógica mercantil (ULLOA, 2014). Noções como “baixo carbono” ou “neutro em carbono” remetem a uma métrica que desconsidera as dimensões conflituais da questão ambiental, reduzindo a política às dimensões gestionárias da “governança”. As tecnologias verdes e os mecanismos de mercado são mobilizados para garantir legitimidade às grandes corporações, ao mesmo tempo que operações discursivas procuram sustentar a expansão das fronteiras da métrica mercantil tanto no terreno material como no campo simbólico, com amplitude ainda maior quando isso se

---

8 Os teóricos do *management* definem a “reputação” como um ativo empresarial intangível resultante da percepção que a sociedade tem do comprometimento das firmas com o respeito a leis e normas, e de forma mais geral, da confiabilidade das práticas das corporações. Por trás da reputação, as empresas enxergam o volume de suas vendas e a possibilidade de assegurar lucros de longo prazo, evitando perdas em caso de ocorrência de eventos que comprometam sua imagem. O chamado capital reputacional designa, assim, a capacidade das grandes corporações e do próprio capitalismo apresentarem-se como comprometidos com a defesa do meio ambiente e o combate à pobreza (BOISTEL, 2014, p. 211-224).

9 Contribuições Nacionalmente Determinadas são metas voluntárias de redução de gases de efeito estufa, estipuladas por cada país e submetidas à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.

dá nos quadros e na linguagem de um autoritarismo liberal.

## A ANTIPOLÍTICA NEOEXTRATIVISTA: REFUTAÇÃO DA LÓGICA E INVERSÃO DE SENTIDOS

A linguagem é um instrumento político poderoso, expressão de épocas e reveladora dos tempos. O poder da linguagem reside, paradoxalmente, naquilo que pretende não ter de político; ou seja, aquilo que nos encaminha “[...] com mais ou menos coerção, para um estado de coisas que se naturaliza pelas designações da língua” (BARATA, 2016, *on-line*). A deshistoricização e a produção de falsas evidências – sustenta Barthes (1987, p. 54) – é uma marca da linguagem capitalista, que se utiliza notadamente do estereótipo como palavra repetida, “[...] fora de qualquer magia, de qualquer entusiasmo, como se fosse natural”, criando um regime único de sentido que esteriliza o pensamento e mecaniza comportamentos. O estereótipo, diz ele, é um fato político, o principal veículo da ideologia, pois “[...] todas as instituições oficiais de linguagem são máquinas repisadoras” (BARTHES, 1987, p. 54). Como é que o capitalismo extrativista se apoiou na linguagem, em seus estereótipos, sua pretensão não política e suas falsas evidências para instaurar seus modos de dominação e legitimação?

Se voltarmos às várias fases que nos levaram a um capitalismo de tipo neoextrativista, veremos que através delas buscou-se garantir um padrão colonial de poder. Sua ideia-força é a classificação hierarquizada de povos e territórios, tendo por base as desigualdades de raça/etnia/gênero, a exploração do trabalho e da natureza. Esse padrão colonial traduziu-se na linguagem da “missão civilizatória”, do “amansamento” e “pacificação” dos selvagens; do “progresso” e “dominação” das forças da natureza, do “desenvolvimento” e de todo um vocabulário que delimitava a zona do não humano nele inserindo o “negro” africano e o indígena. A gramática que passou a vigorar nos últimos dois séculos teve origem no paradigma liberal iluminista, no vocabulário da liberdade, igualdade universal, direitos naturais, cidadania, democracia, soberania. A linguagem dos direitos (BOBBIO, 1992), difundida no século XX, sobretudo após o trauma do nazismo, foi componente estratégico no trato das contradições do projeto moderno (CHAUÍ; SANTOS, 2013).

Nas ex-colônias, nos novos Estados tornados oficialmente independentes, assumiu-se a mesma gramática política das zonas metropolitanas, mantendo-se, porém, zonas de exceção permanente no interior do estado de direito (AGAMBEN, 2004; SANTOS, 2007). Essa exceção

é que autorizou a pilhagem dos recursos naturais, a escravização e precarização da mão de obra, a expropriação territorial de povos e comunidades, o assassinato de negros, indígenas e mulheres. Períodos ditatoriais, caracterizados por uma linguagem diretamente repressiva, foram apresentados como “experiências transitórias” naquilo que seria a normalidade democrática da ideologia jurídica vigente.

A partir dos anos 1980, a ascensão do neoliberalismo pôs em crise o próprio Direito, transpondo para a linguagem política o vocabulário da funcionalidade do mercado. A linguagem neoliberal buscou gerar consenso em torno de uma suposta naturalidade do “mercado” e de suas categorias conexas como livre concorrência, liberdade individual, inovação, risco, empreendedorismo. Significados foram refeitos ou invertidos para legitimar perdas de direitos e garantir o fluxo contínuo e ampliado da acumulação, sob bandeiras como austeridade e flexibilização. A essas normas, forjadas por meio do controle da opinião pública e da indústria cultural, gerou-se o que Chomsky (2002, p. 23) chamou de um “consentimento sem consentimento”.

Como é da lógica neoliberal se alimentar de crises (DARDOT; LAVAL, 2019 *on-line*), a linguagem da crise foi mobilizada para justificar ações pensadas de modo a não tocar na lógica que lhe havia dado origem. A crise é tratada como fenômeno paralelo, alheio e isolado das dinâmicas do sistema (MONBIOT, 2016). A suposta vocação agroexportadora de economias latino-americanas, por exemplo, juntamente com a insinuação de uma suposta “benção dos recursos naturais”, escamoteou todo o debate sobre a “doença holandesa” e a armadilha da reprimarização das economias<sup>10</sup>. A própria expressão extrativismo progressista, por exemplo, muito adotada durante os anos 2000 na América Latina, não veio significar senão essa combinação entre a expropriação territorial por parte das corporações, de um lado, e o caráter supostamente compensador de ganhos econômicos que financiariam políticas de transferência de renda à população, no âmbito do chamado “consenso das commodities” (ARAOZ, 2013; SVAMPA, 2013). Apesar de fundada no paradigma das democracias liberais, a linguagem neoliberal carregou desde o início seu “sotaque” autoritário, a começar por sua imposição como alternativa única. Essa tendência cresceu até alcançar os limites da inconciliabilidade com a própria narrativa liberal democrática. As guinadas autoritárias verificadas nas disputas políticas e na forma

---

<sup>10</sup> A doença holandesa é entendida pelos economistas como a situação de sobreapreciação permanente da taxa de câmbio de um país em razão da existência de recursos naturais abundantes e baratos que garantem vantagens aos países que os possuem e exportam as *commodities* com eles produzidos. Essa sobreapreciação decorre do fato que a exportação dessas *commodities* é compatível com uma taxa de câmbio mais valorizada do que seria necessário para tornar competitivas empresas de outros setores de bens comercializáveis mesmo que elas utilizem tecnologia no estado da arte mundial. Neutralizada através da administração da taxa de câmbio, ela é uma benesse para o país; não neutralizada, ela pode causar desindustrialização (BRESSER PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2014).

dos discursos que tomaram a cena pública, apoiaram-se na linguagem “politicamente incorreta” (BARATA, 2016) que naturaliza as desigualdades e banaliza o racismo.

A responsabilidade pelos problemas da população é atribuída aos direitos humanos, aos “privilégios” das minorias políticas, às perversões da arte, da cultura, ao excesso de liberdades democráticas, aos ambientalistas que travam o crescimento e a produção. Chamando a atenção para a perspectiva interseccional do dispositivo neofascista que se tem acoplado ao neoliberalismo, Fassin (2019, *on-line*) argumenta que as opressões de classe, raça e gênero são exploradas para reverter a hierarquia do privilégio: os dominantes são vistos como dominados; o “homem branco”, cidadão de bem, converte-se na verdadeira vítima das minorias políticas.

Mais além do reinado da linguagem funcional da esfera da economia e da gestão, a linguagem política passa por uma espécie de balcanização e brutalização semelhante à registrada pelo filólogo Victor Klemperer durante o regime nazista. Klemperer (2009) atentou para uma série de mudanças que fizeram da língua alemã, naquele período, uma ferramenta de domesticação política, de aniquilamento de qualquer forma de pensamento crítico e de robotização das massas. Dentre as características notadas, destacou-se o empobrecimento e a monotonia da linguagem, o uso abundante de siglas e abreviaturas, a ênfase em superlativos e a repetição sistemática de mentiras, induzindo a sociedade a aceitar como “naturais” situações antes inaceitáveis, contaminando o uso inadvertido da linguagem como uma “epidemia”.

Apesar de presentes há muito tempo no campo político, os processos de manipulação, desinformação e exagero adquirem velocidade maior, posto que hoje tudo pode ser insuflado por meio do poderoso aparato de vigilância e controle dos dispositivos tecnológicos. A automação da linguagem *reflete-se* agora na governamentalidade algorítmica que conduz os indivíduos em suas tomadas de decisão e na construção de sentidos, induzindo-os à adoção de rotas simplificadas frente às complexidades das situações que se lhes apresentam (VILALTA, 2020). A engrenagem narrativa e midiática que movimenta o fenômeno da adesão das massas por meio de redes, como *WhatsApp* e *Facebook*, apela para a formação de comunidades isoladas e para a produção de crenças baseadas em teorias conspiratórias em que a “verdade” passa a residir naquilo que foi supostamente ocultado, “aquilo que não se mostra no espaço público”, estreitando-se, assim, a abertura para a alteridade. (NAGAKAWA; GOMES; CARDOSO, 2020, p. 51).

No Brasil, essa deterioração da linguagem política foi emergindo com mais notoriedade a partir de 2013, no contexto da queda dos preços das *commodities*, que mostrou as rachaduras e os limites da conciliação de interesses nos processos políticos assentados no modelo extrativista. Vimos a política tomar o rumo de um autoritarismo crescente, com repercussões na

articulação do golpe em 2016 e na eleição de Bolsonaro em 2018. Não à toa tem-se difundido entre analistas críticos o termo “novilíngua bolsonarista” em alusão à língua oficial do regime totalitário descrito na ficção distópica *1984*, de George Orwell. A finalidade da novilíngua, nas palavras de um dos personagens do livro, é precisamente a de restringir o campo do pensamento, tornando o “crimepensar” “[...]literalmente impossível, pois não haverá palavras para o exprimir” (ORWELL, 1998, p. 52).

O resultado prático do bolsonarismo em termos de desmonte e destruição de políticas públicas instituídas nas últimas décadas apresenta saldo positivo para grupos ligados ao setor extrativo. No campo ambiental, o governo abandonou completamente o quadro de referências legais e institucionais que marcou a ambientalização do Estado brasileiro, passando a adotar um discurso abertamente antiambientalista. Na língua bolsonarista, as ações de controle e fiscalização são chamadas de “indústria da multagem” (BETIM, 2019), o desmatamento é dito um direito exercido pelo “homem do campo” (RODRIGUES, 2019); as críticas internacionais ao desmonte da política ambiental são qualificadas como expressão dos interesses imperialistas nas riquezas brasileiras (AMORIM, 2019). Negam direitos indígenas e quilombolas sob o argumento de que o povo é um só; acusam ONGs de “manter os índios como verdadeiros homens das cavernas” (MELLO, 2019, *on-line*). A desregulação se fará, diz um ministro do Meio Ambiente, com um simples “parecer e caneta”. A expansão do rebanho no Pantanal, pelo chamado “boi-bombeiro”, retruca uma ministra da Agricultura, “contribui para evitar incêndios” (AMARAL, 2020, *on-line*). Nesse ritmo de inversão de sentidos e fraseologias de efeito, desconectadas do compromisso com a realidade, o governo escancara e naturaliza seu projeto destrutivo, tal como assumido no próprio discurso pronunciado presidente eleito após a posse<sup>11</sup>.

A linguagem toma, assim, a forma de insulto, sendo usada para defender assertivas que se anulam mutuamente, para evocar lógicas que refutam a lógica e tentam mudar o passado já bem documentado. O despropósito explícito se infiltra no interior da máquina pública, alcançando instâncias da Justiça, que, segundo a própria ciência jurídica, alguns “[...] desafiam a hermenêutica e a paciência jurídicas ao tentar, sem sucesso, empilhar de forma desconexa, argumentos que, juntos, não convencem e, sozinhos, estão errados” (AMPARO, 2021, *on-line*). O negacionismo com relação aos fatos da ciência, assim como o anti-intelectualismo hostil ao espírito crítico e à pesquisa confiscam a língua, fazendo com que as palavras, em lugar de serem

---

11 “O Brasil não é um terreno aberto, onde nós pretendemos construir coisa para nosso povo. Nós temos que desconstruir muita coisa [...] O nosso Brasil caminhava para o socialismo, para o comunismo, e quis a vontade de Deus que milagres acontecessem: a minha vida e a eleição. [...] Sempre sonhei libertar o Brasil da ideologia nefasta de esquerda”. Trecho do discurso de Jair Bolsonaro em um jantar em Washington (SOARES, 2019, *on-line*).

portadoras da lei e da comunicação do espírito, passem a conduzir terror e falsidade (STEINER, 1988).

## AUTORITARISMO E ANTI-INTELECTUALISMO

Na conjuntura que se seguiu ao golpe parlamentar de 2016, o anti-intelectualismo, ao mesmo tempo que se difundiu, ganhou também canais institucionais, segundo vertentes distintas – uma estatal-autoritária e outra empresarial ou “de mercado”. Essas vertentes acabaram por convergir em suas implicações danosas para o exercício da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento. Ainda que as restrições ao exercício da liberdade acadêmica no país não sejam totalmente novas, elas se agravaram fortemente no contexto liberal-autoritário. Nesta conjuntura, a rede internacional de instituições acadêmicas *Scholars at Risk* e o Centro de Análise da Liberdade e do Autoritarismo (LAUT) apontaram, entre os meios utilizados para ameaçar a liberdade acadêmica no Brasil, os congelamentos e cortes orçamentários, as ordens judiciais impedindo debates nos *campi*, ataques verbais por parte de membros do governo, criação de canais favorecendo reclamações políticas e ideológicas contra acadêmicos, projetos de lei que afetam a autonomia universitária (SANCTIS; MENDES, 2020).

Durante a pandemia de COVID-19, assistiu-se à disseminação de informações falsas, aos ataques sistemáticos à credibilidade de instituições científicas e à perseguição a diversos pesquisadores por parte do governo federal e seus apoiadores.<sup>12</sup> Entrementes, as corporações também são agentes importantes do constrangimento à liberdade de pesquisa, notadamente quando essas pesquisas implicam em críticas às consequências sociais e ambientais de suas atividades, como é caso comum no setor extrativo.

A pressão exercida pelas corporações para restringir as políticas públicas baseadas em

---

12 Dentre inúmeros exemplos, podemos mencionar os ataques à pesquisa CloroCovid-19, realizada por mais de 70 pesquisadores de diversas instituições de pesquisa, entre elas a Fundação de Medicina Tropical Dr. Heitor Vieira Dourado (FMT-HVD), Universidade do Estado do Amazonas, Universidade de São Paulo e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e que revelou os riscos do uso da Cloroquina para pacientes com COVID-19. Após diversas ameaças nas redes sociais, o coordenador da pesquisa e mais 27 pesquisadores foram alvo de um inquérito civil instaurado por três procuradores do Ministério Público Federal na Subseção Judiciária de Bento Gonçalves, RS. Lembramos ainda os ataques sofridos pelas equipes de pesquisa do estudo populacional sobre o coronavírus EPICOVID19-BR, coordenado pelo Centro de Pesquisas Epidemiológicas da Universidade Federal de Pelotas e financiado e apoiado pelo Ministério da Saúde. Em algumas cidades, pesquisadores foram vítimas de agressões, detidos com uso de força policial, ou não autorizados pelos gestores públicos para realizar as pesquisas.

evidências científicas é uma prática recorrente do capitalismo neoliberal (MICHAELS, 2008; ORESKES; CONWAY, 2011; KIRSCH, 2014). Para evitar o escrutínio do público sobre suas atividades e impedir possíveis demandas regulatórias, as corporações pressionam as agências governamentais para bloquear os investimentos em pesquisas que ofereceriam evidências dos danos de suas operações (MCGARITY; WAGNER, 2019). Essa pressão ganhou maior eficácia em governos como os de Bolsonaro e Trump, que combinam o negacionismo científico com uma agenda política antirregulatória. De acordo com um levantamento feito pelo *Washington Post*, nos dois primeiros anos da gestão Trump, mais de 1.600 cientistas, majoritariamente da área de ciências sociais, conservação do solo, hidrologia e especialistas em ciências físicas, que trabalhavam no governo, deixaram seus cargos. Diversos deles foram substituídos por ex-funcionários de governos republicanos e pesquisadores que trabalham para indústrias (GOWEN *et al.*, 2020).

A afinidade entre corporações, cientistas por elas financiados e *think tanks* conservadores no esforço de descaracterizar consensos científicos passa pela defesa do livre-mercado contra qualquer regulação e monitoramento das atividades empresariais pelo Estado, impedindo que evidências produzidas no campo científico repercutam no campo político. Passou-se a observar até o desenvolvimento de uma espécie de “ciência desregulatória”, que tem sido acionada de forma visível no Brasil durante a aprovação acelerada de centenas de novos agrotóxicos. Só no ano de 2020 foram aprovados 493 novos produtos (GRIGORI, 2021). No caso de Trump, a introdução de novos quadros de análise de risco afrouxou os critérios de avaliação da exposição da população a danos e ameaças de ordem química (MANSFIELD, 2021). É significativo o contraste verificado, em tempos de neoliberalismo, entre o prestígio aparentemente inabalável da ciência econômica hegemônica, fundada nas categorias do bem privado e da ordem mercantil, e a desvalorização das ciências aplicadas ao estudo do bem público, como é o caso das ciências sociais, ambientais e da saúde coletiva, que são, não por acaso, objetos preferenciais do negacionismo e do anti-intelectualismo.

Durante a década de 1990, as críticas de ONGs ambientalistas e os movimentos de resistência de povos tradicionais a violações de direitos por parte da indústria extrativa mineral ganharam dimensão global. Isso se deu ao ponto de um *think tank* do setor comparar a baixa reputação das mineradoras à situação já conhecida pela indústria nuclear<sup>13</sup>. Diante desse cenário, as empresas passaram a se preocupar em gerenciar os danos que a crítica social poderia

---

13 “É difícil identificar qualquer setor industrial (com a possível exceção da energia nuclear) que apresenta níveis tão baixos de confiança e um histórico de divisão, conflito e raiva como as indústrias extrativas”. (DANIELSON, 2006, p. 26).

causar à imagem e à continuidade das operações extrativas. Kirsch (2014) analisa algumas das “tecnologias sociais corporativas” empregadas pelo setor de mineração nesse sentido: restrição ao acesso à informação sobre as operações industriais e os seus impactos ambientais; divulgação de informações imprecisas e mesmo inverídicas; financiamento de uma ciência em prol de interesses corporativos, através da elaboração de contra perícias. A observação empírica permite acrescentar o assédio judicial a pesquisadores, a saber, atos processuais usados como instrumento de desestímulo ao exercício da capacidade crítica da comunidade científica, e por extensão, da sociedade, resultando em vantagem estratégica adquirida pelo agente assediador, “geralmente sob a dissimulada alegação de estar exercendo o seu direito de contraditório e de ampla defesa” (NETO, 2009, *on-line*)

Por que razão as empresas do setor extrativo teriam motivações específicas para temer a crítica e tentar constrangê-la? A literatura sobre o conflito entre corporações e comunidades sugere que as empresas com fortes dependências ambientais, como é o caso das indústrias extrativas, são as que se expõem, mais do que outras, a uma contestação crível dirigida à segurança sanitária ou ambiental de seus processos e produtos (HOMMEL, 2004). Elas teriam tendência a antecipar as críticas mais que outras – menos contestáveis – de modo a ganhar em leveza, pelo recurso potencial a uma estratégia dita de *hit and run*: se for fácil sair de uma atividade sem custos irreparáveis, não é a priori necessário antecipar a contestação potencial. Mas se a contestação for robusta e crível, as firmas poderiam ter interesse em se engajar em estratégias de antecipação, visando modificar o nível de sua exposição a esta contestação<sup>14</sup> (HOMMEL, 2004, p. 137).

O setor extrativo tem se dedicado a elaborar estudos sobre os custos que os conflitos sociais podem lhes causar. No ano 2000, o economista da mineradora Rio Tinto dizia que atrasos, relativos aos conflitos com as comunidades, podem custar ao projeto dois terços de seu valor inicial. “Há claramente custos associados a ter e manter boas relações comunitárias, mas igualmente claro que há custos significantes em não tê-las.” (HUMPHREYS, 2000, p. 130). A Iniciativa de Responsabilidade Social Corporativa da Harvard Kennedy School e o Centro de Responsabilidade Social na Mineração da Universidade de Queensland realizaram, entre 2010 e 2011, a pesquisa “Os custos dos conflitos entre comunidades e empresas no setor extrativo” (DAVIS; FRANKS, 2014), concluindo que, devido aos protestos sociais, metade dos 50 casos de conflitos analisados envolveu algum bloqueio do projeto e 15 tiveram de ser temporaria-

---

<sup>14</sup> A revista *Fortune* destacou como as ações de Responsabilidade Social Empresarial estariam substituindo a “antiquada paranóia com relação ao ambientalismo”, cf. *Fortune* (2001, p. 104 apud WELKER 2009, p.156).

mente suspensos ou abandonados. Verificou-se que o tempo que separa a primeira aprovação do projeto do início das operações dobrou nos últimos 10 anos, devido a ações judiciais e à resistência política das comunidades. Para gerenciar esses riscos, consultores empresariais passaram a sugerir que as corporações adotassem um conjunto de ações junto às comunidades com o objetivo de legitimar seus projetos (GIFFONI PINTO, 2019). É neste campo da legitimidade que as pesquisas em ciências sociais e ambientais aplicadas aos efeitos danosos dos projetos empresariais parecem preocupar os agentes interessados no bom andamento dos negócios.

Os conflitos entre atividades de empresas do setor extrativo e comunidades locais têm sido avaliados como uma das principais fontes de risco aos negócios (EY, 2019). Entre eles destacam-se conflitos desencadeados por assoreamento de rios, poluição do ar, disposição inadequada de rejeitos e escórias, desmatamento, poluição do solo e do lençol freático, alterações na paisagem e extinção de espécies vegetais e/ou animais, utilização inapropriada de rejeitos, questões fundiárias, problemas relacionados ao fechamento de minas e, poderíamos acrescentar, rompimento de barragens. Quando há grupos sociais criticando práticas empresariais como predatórias e inaceitáveis, põe-se em questão a legitimidade pública dos projetos privados, notadamente se essas críticas forem robustas e críveis e com o apoio em pesquisas acadêmicas. Os consultores empresariais sugerem, assim, que os atores sociais passíveis de criticar as práticas empresariais e afetar negativamente a cadeia de valor sejam gerenciados, o que pode incluir o mencionado recurso ao assédio processual a pesquisadores.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As análises dos processos políticos e econômicos desencadeados a partir da eleição presidencial de 2018 debateu-se com a dificuldade de entender a articulação entre um governo ao mesmo tempo politicamente autoritário e economicamente ultraliberal. Como explicar que os representantes do pensamento econômico liberal tenham, nas circunstâncias brasileiras, se conectado a uma base social antes tida por improvável, que coloca milicianos, grileiros, invasores de terra indígena ao lado de representantes do agronegócio e dos bancos. Algumas pistas já vinham se desenhando a partir da percepção mais geral de que o neoliberalismo não é uma simples ideologia gestonária do econômico, mas uma transformação significativa do capitalismo, no qual as figuras do direito são instrumentalizadas a fim de legitimar a desigualdade como fruto natural da competição.

Com a eleição das forças liberal-autoritárias, por sua vez, as pressões pela liberalização radical das práticas do grande negócio agropecuário e minerário foram sendo associadas a uma racialização da retórica antiambiental do governo. A recusa de admitir a legitimidade das regulações ambientais e os esforços no sentido de estrangular financeiramente o “ativismo ambientalista” foram acompanhados de uma retórica de estigmatização de povos indígenas e quilombolas como inimigos do desenvolvimento, alimentando um processo de racialização do antiambientalismo. Na lógica neoliberal, supõe-se que as formas de produção não especificamente capitalistas de povos e comunidades tradicionais tenderiam a desaparecer desde que os governos agissem para favorecer o acesso das grandes corporações a espaços territoriais ampliados. Alegam os economistas liberais que os supostos baixos atributos de competitividade tenderiam a eliminar as formas de produção destes povos tradicionais, de uso comum de recursos ou de produção agrícola em pequena escala, menos dependente de insumos químicos e mecânicos. A resistência oposta por essas formas produtivas e culturais sugere que, na perspectiva do liberalismo autoritário, elas não estariam sendo eliminadas conforme o esperado por vias apenas econômicas: a disposição e a ação de povos e comunidades tradicionais voltadas a assegurar o reconhecimento de seus direitos territoriais, passaram a ser vistas, por representantes do agronegócio, como problema. Representantes do ruralismo conservador passaram a adotar, então, um discurso abertamente discriminatório: os povos indígenas e tradicionais seriam ditos não só incapazes de competir via mercado, mas seriam em si inferiores, “improdutivos e indolentes”. O antiambientalismo passou a convergir com o discurso abertamente racista, incorporando à esfera discursiva um “racismo ambiental”, que, até então, havia se limitado aos bastidores da política.

A governamentalidade neoliberal que pretendeu sobrepor-se à política, ao conflito e à deliberação em torno a fins comuns (BROWN, 2018) trouxe consigo processos de desestruturação conceitual e prática das instituições, que haviam até então constituído a arquitetura ocidental da forma democrática. Algumas análises assinalam que Hayek, pensador de referência do ultraliberalismo, já havia desconectado o liberalismo da democracia, admitindo sua reconexão circunstancial a ditaduras (PRADO, 2020). Ante as realidades da adoção das fórmulas dos economistas da Universidade de Chicago pela ditadura de Pinochet, Hayek afirmou, em entrevista ao jornal *El Mercurio* em 1981, preferir um ditador liberal a um governo democrático em que falta o liberalismo. Sob o discurso do livre mercado, o que o projeto neoliberal advoga, assim, é a vigência de um aparelho de compulsão e coerção empenhado em preservar, para os fins da acumulação capitalista, o funcionamento do sistema de mercado (HAYEK, 1985) ou nos termos de Prado (2020), um sistema normativo formal e informal de regras que preserve

o mercado das tendências particularistas permitidas pelo exercício da democracia formal. Na experiência brasileira recente, a intransparência dos processos governamentais, associada à falsificação de fatos, ao estímulo ao armamento de forças extraestatais, assim como ao desrespeito à legislação fundiária e ambiental parecem dar sentido a este sistema informal de normas pelo qual o capitalismo extrativista parece atualizar a discussão desenvolvida por Velho (1979) sobre a possibilidade da vigência de um capitalismo autoritário sem regime autoritário.

## REFERÊNCIAS

1. AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.
2. AGAMBEN, Giorgio. Deus não morreu. Ele tornou-se dinheiro. Entrevista com Giorgio Agamben. **Instituto Humanitas UNISINOS**, 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>. Acesso em: 19 ago. 2020.
3. ALMEIDA, Alfredo Wagner. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas do agronegócio. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner. *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Lamparina: Rio de Janeiro, 2012.
4. ALMEIDA, Luciana. Brasil deve se apresentar como uma potência agroambiental. **Organic News Brasil**. 21 jul. 2020. Disponível em: <https://organicsnewsbrasil.com.br/meio-ambiente/brasil-deve-se-apresentar-como-uma-potencia-agroambiental/>. Acesso em: 27 out. 2021.
5. AMARAL, Luciana. “Boi é bombeiro do Pantanal”: ministra defende mais gado contra incêndios. **Uol**, 9 out. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/10/09/tereza-cristina-diz-que-mais-gado-no-pantanal-poderia-diminuir-desastre.html>. Acesso em: 18 abr. 2021.
6. AMORIM, Felipe. Bolsonaro diz que pressão sobre mudança climática é jogo comercial. **Uol**, 15 dez. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/12/15/bolsonaro-diz-que-pressao-sobre-mudanca-climatica-e-jogo-comercial.htm>. Acesso em: 18 abr. 2021.
7. AMPARO, Thiago. Entre a cruz e a lei, Nunes prefere a morte. **Folha de S. Paulo**, 5 abr. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/thiago-amparo/2021/04/entre-a-cruz-e-a-lei-nunes-prefere-a-morte.shtml> Acesso em: 18 abr. 2021.
8. ARÁOZ, Horacio Machado. Extractivismo y “consenso social”: expropiación—consumo y fabricación de subjetividades (capitalistas) en contextos neocoloniales. **Revista Cuestiones de Población y Sociedad**, v. 2, n.3, p. 29-42, 2013.
9. BARATA, André. A ascensão do politicamente incorreto. **Jornal Económico**, 29

- dez. 2016. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/ascensao-do-politicamente-incorreto-104961>. Acesso em: 18 abr. 2021.
10. BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.
  11. BASSAN, Pedro. Casos de violência doméstica no RJ crescem 50% durante confinamento. **G1**, 23 mar. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/23/casos-de-violencia-domestica-no-rj-crescem-50percent-durante-confinamento.ghtml>. Acesso em: 18 ago. 2020.
  12. BETIM, Felipe. Bolsonaro neutraliza o papel do Ibama na aplicação de multas ambientais. **El País**, 8 maio 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/politica/1555009346\\_229285.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/11/politica/1555009346_229285.html). Acesso em: 18 abr. 2021.
  13. BIEBRICHER, Thomas. Neoliberalism and Authoritarianism. **Global Perspectives**, v. 1, n. 1, p.1-15, 2020.
  14. BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
  15. BOISTEL, Philippe. Reputation: un concept à définir. **Communication et organisation**, v. 46, p. 211-224, 2014.
  16. BRASIL. **Projeto de Lei n. 191/2020**. Regulamenta o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1855498&filename=PL+191/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1855498&filename=PL+191/2020). Acesso em: 27 out. 2021.
  17. BRASIL. **Projeto de Lei 2.633/2020**. Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1893531&filename=PL+2633/2020](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1893531&filename=PL+2633/2020). Acesso em: 27 out. 2021.
  18. BRASIL. **Projeto de Lei 3729/2004**. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=225810&filename=PL+3729/2004](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=225810&filename=PL+3729/2004). Acesso em: 27 out.2021.
  19. BRASIL. **Projeto de Lei 5.518/2020**. Altera a Lei n.º 11.284, de 2 de março de 2006, para conferir maior celeridade ao processo licitatório, flexibilidade aos contratos e atratividade ao modelo de negócio das concessões florestais. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2267073>. Acesso em: 27 out. 2021.
  20. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, Jose Luis; MARCONI, Nelson. **Developmental macroeconomics**. Londres: Routledge, 2014.

21. BRONZ, Deborah; ZHOURI, Andréa; CASTRO, Edna. Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Antropolítica – Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 49, p. 8-41, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/44533>. Acesso em: 27 out. 2021.
22. BROWN, Wendy. **Défaire le dèmos: le néolibéralisme, une révolution furtive**. Paris: Éditions Amsterdam, 2018.
23. BRUFF, Ian. The rise of authoritarian neoliberalism. **Rethinking Marxism**, v. 26, n. 1, p. 113-129, 2014.
24. CABNAL, Lorena. **Feminismo diversos: el feminismo comunitario**. Madrid: ACSUR-Las Segovias, 2010.
25. CHAMAYOU, Gregoire. **La société ingouvernable: une généalogie du libéralisme autoritaire**. Paris: La Fabrique, 2018.
26. CHAUI, Marilena; SANTOS, Boaventura de Santos. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.
27. CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas? Neoliberalismo e ordem global**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
28. DANIELSON, Luke. Architecture for change: An account of the mining, minerals and sustainable development project. **Global Public Policy Institute**, Berlim, 2006. Disponível em: <https://pubs.iied.org/sites/default/files/pdfs/migrate/G00976.pdf> Acesso em: 18 abr. 2021.
29. DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. O neoliberalismo só se sustenta e se reforça porque governa mediante a crise. **Revista IHU On-line**, 30 jul 2019. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/economia/59698/o-neoliberalismo-so-se-sustenta-e-se-reforca-porque-governa-mediante-a-crise>. Acesso em: 18 abr. 2021.
30. DAVIS, Rachel; FRANKS, Daniel. **Costs of company-community conflict in the extractive sector**. Corporate Social Responsibility Initiative Report, n. 66. Cambridge: Harvard Kennedy School, 2014.
31. DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2012.
32. DENEULT, Alain. La violenza della buona governance: Una conversazione con Alain Deneault. **Che Fare**, 30 maio 2018. Disponível em: <https://www.che-fare.com/violenza-buona-governance-deneault/>. Acesso em: 18 abr. 2021.
33. EY. Dez riscos de negócios enfrentados pelo setor de mineração e metais. **EY**, 24 set. 2019. Disponível em: [https://www.ey.com/pt\\_br/mining-metals/10-business-risks-facing-mining-and-metals](https://www.ey.com/pt_br/mining-metals/10-business-risks-facing-mining-and-metals). Acesso em: 18 abr. 2021.
34. FERNANDES, Victor; DE PAULA, Bruno. A velha novidade da pandemia: neoliberalismo, meio ambiente e COVID-19. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 56, n. 2, p.131-142, 2020.

35. FASSIN, Éric. Brasil: o laboratório interseccional do neoliberalismo. **Revista Cult**, 22 out. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/neoliberalismo-interseccional/>. Acesso em: 18 abr. 2021.
36. FERNANDES, Ana. Patricia. **A parole violenta e a política: estudo sobre o poder revolucionário da linguagem**. 2017. 369 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, Minho, Portugal, 2017.
37. FLORES, Joaquim Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
38. FOSTER, John Bellamy. Absolute capitalism. **Monthly Review**, v. 71, n. 1, p. 1-13, 2019.
39. FREEMAN, Edward. **Strategic management: A stakeholder approach**. Boston:
40. Pitman, 1984.
41. GIFFONI PINTO, Raquel. **Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco**. Rio de Janeiro: Garamond, 2019.
42. GRIGORI, Pedro. Bolsonaro bate o próprio recorde: 2020 é o ano com maior aprovação de agrotóxicos da história. **Agência Pública/Repórter Brasil**, 18 jan. 2021. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2021/01/bolsonaro-bate-o-proprio-recorde-2020-e-o-ano-com-maior-aprovacao-de-agrotoxicos-da-historia/>. Acesso em: 18 abr. 2021.
43. GOWEN, Annie; EILPERIN, Juliet; GUARINO, Ben; BATRAN, Andrew. Science ranks grow thin in Trump administration. **The Washington Post**, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/climate-environment/science-ranks-grow-thin-in-trump-administration/>. Acesso em: 10 mar. 2021.
44. GUHA, Ranajit. **Dominance Without Hegemony**. History and Power in Colonial India. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1997.
45. HAYEK, Friedrich A. **Os fundamentos da liberdade**. Brasília: Editora UnB; São Paulo: Visão, 1983.
46. HAYEK, Friedrich A. **Direito, legislação e liberdade, uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política**. São Paulo: Visão, 1985.
47. HELLER, Hermann. Autoritarer Liberalismus. **Die Neue Rundschau**, v. 44, p. 289-298, 1933.
48. HOLDEN, Emily. Trump dismantles environmental protections under cover of coronavirus. **The Guardian**, 11 May 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2020/may/10/trump-environmental-blitzkrieg-coronavirus>. Acesso em: 10 mar. 2021.
49. HOMMEL, Thierry. **Stratégies des firmes industrielles et contestation sociale**. Paris: Cemagref, Cirad, Ifremer, INRA, 2004.
50. HUMPHREYS, David. A business perspective on community relations in mining.

51. **Resources Policy**, v. 26, n. 3, p. 127–131, 2000.
52. JOLY, Frédérie. La langue dit la vérité de son temps. **Dernieres Nouvelles D’Alsace (NDA)**, 26 oct. 2019. Disponível em: <https://www.dna.fr/edition-de-strasbourg/2019/10/26/frederic-joly-la-langue-dit-la-verite-de-son-temps>. Acesso em: 18 abr. 2021.
53. KAPP, Karl. On the nature and significance of social costs. **Kyklos**, v. 22, n. 2, p. 334-347, 1969.
54. KARMY, Rodrigo. O fascismo vive em nós através do dispositivo do neoliberalismo. **IHU**, 26 jul. 2016. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/558061-o-fascismo-vive-em-nos-atraves-do-dispositivo-do-neoliberalismo-entrevista-especial-com-rodrigo-karmy-bolton>. Acesso em: 18 abr. 2021.
55. KIRSCH, Stuart. **Mining capitalism: the relationship between corporations and their critics**. Oakland: California University, 2014.
56. KLEIN, Naom. **The shock doctrine: the rise of disaster capitalism**. Toronto: A.A. Knopf, 2007.
57. KLEMPERER, Victor. **LTII: a linguagem do Terceiro Reich**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.
58. KUEHN, Robert. Scientific speech: Protecting the right of environmental scientists to express professional opinions. **Environmental Law Reporter**, v. 35, p.10857-10871, 2005.
59. LÖWY, Michael. **Redenção e utopia: o judaísmo literário na Europa Central**. Companhia das Letras: São Paulo, 1989.
60. MANSFIELD, Becky. Deregulatory science: Chemical risk analysis in Trump’s EPA. **Social Studies of Science**, v. 51, n. 1, p. 28-50, 2021.
61. MCGARITY, Thomas; WAGNER, Wendy. Deregulation using stealth “science” strategies. **Duke Law Journal**, v. 68, p.1719-1803, 2019.
62. MELLO, Patricia. Discursos na ONU mostram sintonia total entre Trump e Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**, 24 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/discursos-na-onu-mostram-sintonia-total-entre-trump-e-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2021.
63. MICHAELS, David. **The doubt is their product**. New York: Oxford University Press, 2008.
64. MONBIOT, George. Neoliberalism – the ideology at the root of all our problems. **The Guardian**. 15 abr. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2016/apr/15/neoliberalism-ideology-problem-george-monbiot>. Acesso em: 18 abr. 2021.
65. NAKAGAWA, Regiane; GOMES, Renata; CARDOSO, Tarcísio. Epistemologias mutiladas e a exploração política de vieses cognitivos: o negacionismo engendrado pela retórica bolsonarista em grupos de WhatsApp. **Revista Mídia e Cotidiano**, v. 14, n. 3, p. 31-52, 2020.

66. NETO, José Affonso. Justiça também traz casos de assédio processual. **Conjur**, 12 dez. 2009. <https://www.conjur.com.br/2009-dez-12/justica-trabalho-tambem-casos-assedio-processual> Acesso em: 18 abr. 2021.
67. NETTO, João Paulo. **Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2015.
68. OLIVEIRA, Francisco. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil. *In*: BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes**. Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.
69. ORESKES, Naomi; CONWAY, Erile. **The merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. New York: Bloomsbury, 2011.
70. ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.
71. PAULANI, Leda. Acumulação sistêmica, poupança externa e rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 77, p. 237-264, 2013.
72. PRADO, Eleutério. Neoliberalismo estatal. **A Terra é Redonda**, 26 jul. 2020. Disponível em: <https://aterredonda.com.br/neoliberalismo-estatal/>. Acesso em: 18 abr. 2021.
73. RODRIGUES, Sabrina. O homem do campo não pode se apavorar com a fiscalização do Ibama. **O Eco**, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/bolsonaro-o-homem-do-campo-nao-pode-se-apavorar-com-a-fiscalizacao-do-ibama/>. Acesso em: 18 abr. 2021.
74. ROGERS, Douglas. The materiality of the corporation: oil, gas, and corporate social technologies in the remaking of a Russian region. **American Ethnologist**, v. 39, n. 2, 284-296, 2012.
75. SANCTIS, Adriane; MENDES, Conrado Hubner. O ataque à liberdade acadêmica no Brasil. **Quatro Cinco um**, 1 jun. 2020. Disponível em: <https://www.quatrocinco.com.br/br/artigos/l/o-ataque-a-liberdade-academica-no-brasil>. Acesso em: 10 fev. 2021.
76. SANTOS, Rodrigo; MILANEZ, Bruno. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 10, n. 19, p. 119-148, 2013.
77. SCHOLARS AT RISK. Free to think: report of the scholars at risk. Academic Freedom Monitoring Project. Disponível em: <https://www.scholarsatrisk.org/wp-content/uploads/2020/01/Scholars-at-Risk-Free-to-Think-2019.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2021.
78. SCHWAB, Klaus; MALLERET, Thierry. **COVID-19: The great reset**. [S. l.]: Forum Publishing, 2020.
79. SLOBODIAN, Quinn. **Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism**. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
80. SOARES, Jussara. Olavo de Carvalho recebe afagos até dos militares. **O Globo**, 19

- mar. 2019. Disponível em: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/557462>. Acesso em: 18 abr. 2021.
81. SPANNAGEL, Janika; KINZELBACH, Katrin; SALIBA, Ilyas. The academic freedom index and other new indicators relating to academic space: an introduction. 2020. Disponível em: [https://www.v-dem.net/media/filer\\_public/0d/a3/0da3981c-86ab-4d4f-b809-5bb77f43a0c7/wp\\_spannagel2020.pdf](https://www.v-dem.net/media/filer_public/0d/a3/0da3981c-86ab-4d4f-b809-5bb77f43a0c7/wp_spannagel2020.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.
82. STEINER, George. **Linguagem e silêncio**: ensaio sobre a crise da palavra. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
83. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Audiência pública**: fundo do clima e a política ambiental. Brasília, 21 set. 2020.
84. SVAMPA, Maristela. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 244, p. 30-46, 2013.
85. TROTSKY, Leon. What Is National Socialism? In. *The Modern Thinker*, october de 1933. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/germany/1933/330610.htm>. Acesso em: 21 dez. 2020.
86. ULLOA, Astrid. Diferencias de género y etnicidad en las políticas globales-nacionales-locales de cambio climático. **Crítica y Emancipación**, n. 12, p. 227-294, 2014.
87. VELHO, Otavio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.
88. VILALTA, Lucas. O neoliberalismo é uma governamentalidade algorítmica. **Lacuna**, São Paulo, n. 9, 2020. Disponível em: <https://revistalacuna.com/2020/07/12/n-9-07/>. Acesso em: 30 nov. 2020.
89. VUILLARD, Éric. **A Ordem do dia**. São Paulo: Tusquets Editores, 2019.
90. WALLACE, Rob; LIEBMAN, Alex; CHAVES, Luis; WALLACE, Rodrick. COVID-19 and circuits of capital. **Monthly Review**, v. 72, n. 1, p. 1-15, 2020.
91. WELKER, Marina. Corporate security begins in the community: mining, the corporate social responsibility industry, and environmental advocacy in Indonesia. **Cultural Anthropology**, v. 24, n. 1, p. 142-179, 2009.

*Henri Acselrad*

Professor Titular do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em Planejamento, Economia Pública e Organização do Território pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5774-5220>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [hacsel@uol.com.br](mailto:hacsel@uol.com.br)

*Fabrina Pontes Furtado*

Professora do Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7737-9942>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [f.furtado7@gmail.com](mailto:f.furtado7@gmail.com)

*Juliana Neves Barros*

Professora no Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias da Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7572-8501>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [junevesbarros@gmail.com](mailto:junevesbarros@gmail.com)

*Raquel Giffoni Pinto*

Professora do Departamento de Análise Geoambiental da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2015. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0042-6143>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [raquelgiffoni@gmail.com](mailto:raquelgiffoni@gmail.com)

*Wendell Ficher Teixeira Assis*

Professor Adjunto da Universidade Federal de Alagoas. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9711-0884>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de dados, Redação e Revisão. E-mail: [wwficher@yahoo.com.br](mailto:wwficher@yahoo.com.br)

# “Estamos falando de quem chega a ter bi, eles não têm medo de pegar o coronavírus”: as festas e a pandemia, o que classe tem a ver com a percepção do que é um risco?<sup>1</sup>

“We are talking about those who get bi, they are not afraid of getting the coronavirus”: the parties and the pandemic, what class has to do with the perception of what is a risk?

**Rafael Malhão**

Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

## RESUMO

O presente artigo é parte de uma pesquisa sobre os impactos da pandemia entre DJs e músicos. A reflexão aqui proposta emergiu em uma das entrevistas realizadas para a referida pesquisa e o resultado aqui apresentado pode ser visto como um artesanato intelectual (no sentido de Wright Mills) que combina a entrevista com uma pesquisa em materiais jornalísticos *on-line* sobre a percepção e os efeitos da pandemia. O texto está dividido em duas partes. Na primeira parte, abordo as implicações teóricas e metodológicas envolvidas no estudo das elites. É dedicada especial atenção às dificuldades de acesso às elites, às consequências políticas, científicas e epistemológicas de uma agenda de pesquisa sobre as elites e como tais questões necessitam não só de ecletismo metodológico, mas também de criatividade para lidar com as dificuldades específicas da produção de conhecimento sobre grupos em que a assimetria de poder entre pesquisador e pesquisado é desfavorável para o pesquisador. Na segunda parte, exploro, à luz da discussão entre sociedade risco e sociedade de classes proposta por Ulrich Beck,

---

<sup>1</sup> Este artigo é parte dos resultados da pesquisa de pós-doutorado realizada no âmbito da Rede Covid-19 Humanidades com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

---

Recebido em 05 de abril de 2021.  
Avaliador A: 10 de agosto de 2021.  
Avaliador B: 16 de agosto de 2021.  
Aceito em 18 de outubro de 2021.

---



como está se constituindo a percepção e a experiência dos riscos e formas de enfrentamento da pandemia entre as classes mais abastadas em comparação com as classes que não possuem as mesmas condições materiais.

**Palavras-chave:** Sociedade de risco, Sociedade de classe, Elites, Estratificação, Pandemia.

## ABSTRACT

This article is part of a research on the impacts of the pandemic among DJs and musicians. The reflection proposed here emerged in one of the interviews carried out for this research and the result presented here can be seen as an intellectual craft (in Wright Mills' sense) that combines the interview with a research in online journalistic materials about perception and effects of the pandemic. The text is divided into two parts. In the first part, the aim is to develop some theoretical and methodological implications involved in the study of elites. Special attention is paid to the difficulties of access to elites, the political, scientific and epistemological consequences of a research agenda on elites and how such issues need not only methodological eclecticism, but also creativity to deal with the specific difficulties of knowledge production on groups in which the asymmetry of power between researcher and researched is unfavorable for the researcher. In the second part, based on the combination of the aforementioned empirical materials, I seek to explore, in the light of the discussion between risk society and class society proposed by Ulrich Beck, how the perception and experience of risks and ways of coping with the pandemic has been constituted between wealthier classes compared to classes that do not have the same material conditions as those to face the consequences of the pandemic, nor what types of risks they want and can be exposed to.

**Keywords:** Risk society, Class society, Elites, Stratification, Pandemic.

## COMO E POR QUE ESTUDAR OS "DE CIMA"? APONTAMENTOS A PARTIR DE UMA INSERÇÃO DE CAMPO INESPERADA

A presente reflexão parte de uma entrevista realizada com um DJ<sup>2</sup> que atua no mercado de eventos sociais de luxo em São Paulo. A entrevista foi realizada em setembro de 2020<sup>3</sup>. As

<sup>2</sup> *Disc jockey* (DJ) ou discotecário é o nome dado ao artista que seleciona e reproduz músicas e efeitos sonoros pré-gravados valendo-se de técnicas de mixagem para criar uma paisagem sonora.

<sup>3</sup> As entrevistas iniciaram no mês de agosto de 2020, e desde então os DJs paulistas já me relatavam a ocorrência

entrevistas<sup>4</sup> foram conduzidas a partir das narrativas biográficas dos entrevistados, que eram convidados a descrever e refletir sobre como se deu sua aproximação com a música, posteriormente com a discotecagem, e sua inserção na profissão chegando até o presente<sup>5</sup>. Discuti a percepção dos entrevistados sobre os impactos da pandemia de Covid-19 nos seus mercados de trabalho, na sua carreira como artista e como vislumbravam os cenários pós-pandemia. As entrevistas tiveram duração de uma a três horas. Essa variação na duração da entrevista foi resultado, em primeiro lugar, do tempo de carreira dos entrevistados, que era de quatro ou cinco anos chegando até quase duas décadas de profissão; em segundo lugar, do estilo de produção de narrativas dos entrevistados e do nível de detalhamento mobilizado por eles para descreverem sua trajetória, bem como da disposição deles para analisar a situação pandêmica<sup>6</sup>.

A entrevista do DJ paulistano apresenta duas características que a tornam relevante em uma tentativa de compreensão da experiência da pandemia da elite econômica paulista, ligada especialmente ao mercado financeiro e, em sua maioria, na faixa etária entre 30 e 40 anos de idade. Primeiro, a ênfase dada em sua narrativa a sua atuação como DJ de eventos de luxo, fornecendo informações importantes para reflexão acerca da experiência da elite econômica paulistana com a pandemia. Segundo, a exclusividade do nicho de mercado descrita pelo DJ: “Você tem três mercados de casamento luxo no Brasil. São Paulo em primeiro lugar, pouquíssimo no Rio de Janeiro, pouquíssimo em BH. Acabou! O resto é mercado comum. Aqui em São Paulo é tudo diferente”<sup>7</sup>. A partir da percepção de um nativo do mercado de eventos sociais de luxo

---

de festas clandestinas desde, pelo menos, junho de 2020. Eles também destacavam a negligência do poder público municipal em coibir essas festas e que, quando havia alguma ação de fiscalização, os produtores dos eventos optavam por pagar as multas, pois o lucro dos eventos estavam sendo muito vantajosos. Os DJs também relatavam que, em um primeiro momento, as festas ocorriam em regiões mais afastadas da cidade, mas, com o passar do tempo, e as poucas ações para coibi-las, elas começaram a ser organizadas em bairros nobres como Morumbi, Jardins e Higienópolis.

4 Essas entrevistas foram realizadas no âmbito do meu estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), mais especificamente junto ao projeto Rede Covid-19 Humanidades. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/redecovid19humanidades/index.php>. Acesso em: 20 ago. 2020.

5 As entrevistas seguiram uma combinação da técnica de “entrevista narrativa”, “considerada uma forma de entrevista não estruturada, de profundidade, com características específicas” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2008, p. 95) e com “entrevista episódica” (FLICK, 2008, p. 117-118).

6 A opção por esse formato de entrevista, por um lado, tem como ponto forte a possibilidade de aprofundar questões acerca de tópicos específicos de maior interesse dos entrevistados. Porém, por outro lado, esse modelo tende a produzir disparidades entre os tópicos abordados com os outros entrevistados. Por exemplo, alguns entrevistados dedicaram períodos consideráveis para analisar as vantagens e desvantagens da popularização da prática de *live streaming* entre os DJs, enquanto outros detinham-se em constatar se esse tópico poderia ser relevante ou não no período pós-pandemia.

7 Transcrição de trecho da entrevista. A entrevista foi realizada em 23 de setembro de 2020 por meio da plataforma

da cidade mais rica do país, exceto os exemplos citados, todo o resto é visto como “mercado comum”. Portanto, apesar de se tratar de uma nova elite local ligada majoritariamente ao mercado financeiro, é possível estimar que ela compõe parte significativa dos estratos mais ricos da população brasileira, que acentuam os índices de desigualdade econômica sem precedes como os registrados no Brasil.

Uma das questões pelas quais não há material mais extensivo nas ciências sociais sobre as elites das sociedades ocidentais modernas é a dificuldade de acesso direto a elas ou informações sobre elas (MEDEIROS, 2005; MILLS, 1981; SOUZA, 2016; NADER, 2020). Para o contexto brasileiro de pesquisa sobre elites, cabe destacar a obra organizada por Castilho, Lima e Teixeira (2014). Essa obra apresenta soluções metodológicas para a pesquisa de campo e a obtenção de informações em instâncias estatais e na administração, bem como para elites políticas e empresariais. Em tais contextos, a relação do etnógrafo com documentos e a inserção como membro ativo em campo se mostram como táticas de pesquisa que possibilitam a compreensão em situações de assimetria de poder desfavorável para o pesquisador. Mas ainda assim permanece a necessidade de criatividade metodológica para seja possível enfrentar a seguinte questão: “por quais meios e quão produtivos podem ser realizados estudos sobre os ‘de cima’?” (NADER, 2020)

Para acessar uma elite pelo menos dois caminhos podem ser seguidos: os “burocráticos”, isto é, os canais oficiais de comunicação oferecidos pelas próprias elites ou as informações oficiais fornecidas ao Estado e que são de acesso aberto ao público ou; os “pessoais”, ou seja, conseguir o acesso por meio de contatos pessoais que possam introduzir o pesquisador nesses pequenos círculos de relações. Sublinho que essas duas possibilidades de acesso não são autoexcludentes. Na verdade, podem funcionar de forma complementar na construção de um quadro mais completo e complexo do campo. O acesso que obtive ao círculo de relações de uma elite foi pessoal e de “segunda mão”, digamos assim. O DJ entrevistado que me introduziu a realidade de uma classe muito restrita é um amigo de alguns anos. Ele atua profissionalmente nesse ambiente economicamente privilegiado da sociedade brasileira. Talvez por causa desse tipo de acesso possam surgir especulações quanto a um possível deslumbramento de um profis-

---

de videoconferências (<https://meet.jit.si>), registrada em áudio e vídeo e teve duração de uma 1h50min6s. Naquele momento, o DJ estava há oito meses sem trabalhar, mas relatou que já estava fechando eventos para outubro e dezembro, bem como a sua agenda de 2021 só tinha dois sábados disponíveis. No momento da entrevista, o entrevistado estava em São Paulo, capital, e o entrevistador em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Todos os entrevistados da pesquisa foram informados no início da entrevista que suas identidades só seriam publicizadas quando expressamente solicitadas por eles. O DJ faz parte de um grupo muito restrito de prestadores de serviços e não solicitou a publicização de sua identidade pessoal.

sional que presta serviços para elite econômica. Porém, por mais que esse prestador de serviços não seja “um deles”, pois está ali na condição de trabalhador, em alguma medida ele faz parte de uma das pequenas parcelas das classes economicamente privilegiadas do país. Para prestar o tipo de serviço que esse profissional oferece, há a necessidade de compreensão dos códigos e da dimensão simbólica em que essa elite econômica opera, caso contrário você será excluído.

Quanto à relação pessoal como forma de inserção em campo, cabe destacar que tipo de relação é essa. O que nos aproximou foi justamente a atuação como DJ. Assim como o entrevistado, também atuo como DJ desde 1999, durante três anos produzi uma festa e o entrevistado foi uma das atrações dessa festa, o que resultou em uma relação mais próxima baseada no reconhecimento de interesses comuns (a música e a discotecagem) e pelo compartilhamento da experiência como DJ. A comunicação na entrevista tinha como condição implícita conhecimentos prévios do entrevistador sobre as dinâmicas específicas das relações entre DJs e contratantes em diferentes nichos de mercado (por exemplo, casas noturnas que têm a sua atuação segmentada por estilos musicais específicos e eventos sociais). Em certo sentido, a comunicação ocorria entre dois “nativos”, em que um deles relatava as particularidades das condições de atuação com um público muito específico.

A partir dessa ideia de acesso de “segunda mão” é possível voltar quase a uma constante no trabalho de campo em antropologia, a figura do informante privilegiado, que auxilia o antropólogo em seu processo de iniciação na cultura que deseja compreender. Essa figura do informante desde as primeiras etnografias de Malinowski (1978) e Boas (STOCKING JR, 2004) é um facilitador para as diferentes dimensões das visões de mundo de um grupo específico. O informante é o facilitador no acesso às instituições, aos padrões de comportamento e educação, à dimensão simbólica, à compreensão do ambiente e às formas de se deslocar nele, isto é, guia o pesquisador no mundo novo em que este se aventura. Neste sentido, o acesso de “segunda mão” às elites pode ser uma forma produtiva de compreendê-las. Afinal, para estar entre elas é preciso entender e se portar segundo os seus códigos.

Porque no meu mercado, você contrata um luxo, um nome, uma imagem. Ou seja, a roupa que eu visto, a forma como eu falo, com quem eu me relaciono, é o que faz eu ter esse cachê e não como eu toco. Então assim, existe um mistério que faz esse valor ser justificado. [...] O público com quem eu lido aqui em São Paulo eu não tenho como discutir com ele. Por mais que eu quisesse falar: “olha Procon está dizendo que eu posso reter 20% desse valor”. Por que eu não poderia fazer isso? Porque a partir do momento que eu deixo um cliente infeliz eu perco cinco, se eu deixar cinco eu perco vinte e cinco e a conta simples. Então, pensando na ética social dentro desse mundo que eu vivo, eu preciso devolver 100% do dinheiro que foi pago (Entrevistado 10, 2020).

A primeira frase do trecho acima fornece pistas sobre como o público desse DJ constitui

seus hábitos de consumo, o que pode ser uma boa entrada para compreensão dos valores cultivados e a construção dos gostos por diferentes elites (BOURDIEU, 1996, 2007; HENNION, 1993, 2011). Os hábitos de consumo da elite econômica para a qual o DJ presta serviços assentam-se, em certa medida, em uma lógica que busca expressar de forma pública um estilo de vida e os valores a ele associado.

Para termos uma noção do universo social, em termos de exclusividade e econômico, ao qual estamos nos referindo, parece interessante passar a palavra, mais uma vez, para o entrevistado:

Em uma pirâmide de DJs mais requisitados e caros de São Paulo, eu sou a segunda faixa. Ou seja, é como se tivesse chego lá! [...] Lembrando que esse mercado só existe aqui em São Paulo. No mundo talvez, só existe aqui. A gente está falando de DJs que cobram entre dez e trinta mil todo sábado. [...] No mercado de São Paulo, a gente tem dois DJs que estão no topo da pirâmide, um cobra vinte e cinco [mil] o outro cobra vinte e oito [mil]. Abaixo deles têm cinco DJs mais ou menos, eu e tem outros caras no meio, a gente cobra entre dez [mil] e quinze [mil]. Aí é fácil você fazer a conta! Você cobra dez, você ganha quarenta no mês, é muito dinheiro! [...]

O meu cachê hoje é doze setecentos e cinquenta [mil]. Quando eu passo esse valor ninguém acha que tá caro e fala “pelo amor de Deus baixa”, meu maior desconto é de 8%. A pessoa paga em torno de onze e doze mil reais. DJ, chegar tocar e ir embora! [...] você ganha essa fortuna por mês a sua vida começa a custar uma fortuna. Natural! Você não ganha quarenta mil e gasta 3 no mês (Entrevistado 10, 2020).

Com um cálculo rápido é possível inferir que a renda média mensal do entrevistado fica em torno de cinquenta mil reais, dez mil a mais do que ele mesmo aponta, tendo como base seus cachês cheios. Essa renda mensal resulta em uma renda média anual de algo em torno de seiscentos e doze mil reais. Levando em consideração que esse é um universo de prestação de serviço composto por aproximadamente 10 e 12 DJs, faz com que a condição do entrevistado seja significativa para compreensão da experiência e percepção da pandemia para as elites econômicas, pelo menos da parcela paulista<sup>8</sup>. Além de participar em termos econômicos da elite econômica, o DJ compreendeu a sua dimensão ideológica, pois conseguiu ter acesso a essa classe por meio do seu trabalho<sup>9</sup>.

8 “Em suma, as comparações corroboram que o Brasil é um dos países com maior concentração no topo, quiçá o maior. Por aqui, o 1% mais rico recebe em torno de 23% da renda total. Em outros países muito desiguais, esse percentual fica próximo a 20%, como nos Estados Unidos e na Colômbia”. (SOUZA, 2016, p. 249). Ver também os gráficos das frações dos rendimentos recebidas pelo 1% mais rico entre 1923-2013 e 1974-2013 (SOUZA, 2016, p. 262). Segundo uma pesquisa realizada pelo IBGE, “os 1% mais ricos, cerca de 900 mil pessoas, ganharam em 2019 R\$ 28.659 por mês. O valor equivale a 33,7 vezes a média da metade mais pobre”. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/10-mais-ricos-ficam-com-43-da-renda-nacional-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 3 fev. 2021.

9 Em um trecho da entrevista no qual o DJ analisa o impacto das *livestreams* para a cultura da música de pista, a

Em uma sociedade com a estrutura de distribuição de renda segmentada, basicamente, em uma grande parcela da população com baixa variabilidade de renda e uma pequena elite rica (MEDEIROS, 2005; SOUZA, 2016), adotar uma estratificação dualista, em termos de renda, é uma tentativa de compreender como esse pequeno grupo acumula muito mais que a maior parte da riqueza produzida. Mas também como o acúmulo de riqueza permite que eles influenciem as decisões do Estado e a produção da opinião pública, além de olhar as desigualdades a partir de outra perspectiva, porque a “desigualdade é diferente vista do topo” (SOUZA, 2016, p. 20). Quando os ricos estão no centro das atenções, os diagnósticos, hipóteses e interpretações não são os mesmos que emergem ao se analisarem outros estratos, como os mais pobres ou a dita classe média [...]” (SOUZA, 2016, p. 20).

A disciplina antropológica deve muito de sua produção a indignação dos antropólogos com as situações aviltantes que diferentes populações, distribuídas na história e no espaço, precisavam aprender a lidar. Essa indignação tende a gerar empatia com aqueles que se defrontam com as consequências e as formas de vida das elites. E, diante disso, a disciplina antropológica tendeu a produzir seu conhecimento a partir da perspectiva daqueles que precisavam resignarem-se e se adaptarem diante das dificuldades a eles imputadas desde os “centros de cálculo” (LATOUR, 2001, p. 346) controlados pelas elites. Nader (2020) sublinha como a indignação diante das controvérsias e disputas sociais têm sido ao longo da formação da disciplina antropológica um motor para a sua produção, sendo que essa indignação pode servir de impulso para novos caminhos para a disciplina. A questão então é como usar a indignação para produzir um redirecionamento do olhar antropológico para o “centro do centro”<sup>10</sup> (LATOUR, 2004, p. 400).

Retomando a questão de assimetria de poder que está sempre em jogo na relação entre pesquisador e pesquisado, a assimetria de poder desfavorável aos pesquisadores, como no caso de pesquisas sobre elites, acaba por se apresentar como um problema metodológico porque tende a diferir das condições de pesquisa consagradas pelos manuais e clássicos sobre pesqui-

---

vida noturna de forma geral e a condição de escutar e assistir os artistas que são os seus ídolos em casa e não mais em um *club* e numa pista de dança, ele afirma: “porque eu nasci não rico, eu nunca tive dinheiro para ir para o interior, que dirá para os Estados Unidos ou Europa”.

10 “Poderíamos dizer que esses antropólogos que trabalham com o tema da modernidade não se interessam senão pela “periferia” da cultura ocidental? Sim, é isso, a periferia do centro! E não o centro do centro! Ou tampouco a periferia, aliás. Agora não sabemos muito bem onde é o centro e onde é a periferia. Os antropólogos não se interessam pelas multinacionais, eles não se interessam pela indústria, pelas técnicas”. (LATOUR, 2004, p. 400). Ou nas palavras de Nader (2020, p. 334): “E se [...] os antropólogos estudassem os colonizadores em vez dos colonizados, a cultura do poder e em vez da cultura do impotente, a cultura da influência e não aquela cultura da pobreza?”. Podemos dizer que as elites econômicas compõem junto com as ciências, as técnicas, as tecnologias, a indústria, as multinacionais, o centro do centro.

sa de campo (CASTILHO; LIMA; TEIXEIRA, 2014). Com essa desvantagem, surgem duas questões centrais para a produção e conhecimento sobre as sociedades contemporâneas: quais as consequências com as quais os pesquisadores deverão lidar ao se dedicarem a descrever as elites? Como estudar as elites implica em adaptações metodológicas e novas leituras teóricas das realidades sociais quando vistas desde a perspectiva das elites?

Para a primeira questão, é possível sublinhar, pelo menos, duas dimensões, uma acerca do financiamento de pesquisa e outra sobre as questões éticas que podem vir a se tornar político-jurídicas. Como o financiamento de pesquisa pode se tornar uma forma de controle da autonomia relativa da pesquisa científica? Partindo da realidade da pesquisa nas universidades brasileiras, principalmente nas públicas, o controle direto da distribuição de verbas para pesquisa pode parecer menos provável, no entanto, os diferentes *lobbys* na arena política vêm mostrando como uma guerra ideológica pode conseguir direcionar o estrangulamento do financiamento em áreas específicas. Porém, quando se pensa em um contexto em que as instituições de pesquisa obtêm seus financiamentos por meio de mecanismos que combinam investimentos públicos e filantropia privada, essa guerra ideológica fica mais evidente, como é o caso estadunidense. Chamayou (2020, p. 137-148) traz um exemplo muito claro desta situação de “guerra de ideias”.

Em 1973, David Packard, ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos e proprietário da Hewlett Packard, ordena que os empresários parem de subvencionar às cegas as universidades com suas doações, pois são justamente “conglomerados universitários hostis que, em grande medida, arcam com a responsabilidade das orientações antiempresariais que gangrenam parte significativa da juventude”. [...] Kristol concorda: é “perfeitamente razoável que as empresas distingam sua filantropia o amigo do inimigo”.  
[...]

Robert Malott, conhecido dirigente da indústria química, salienta a vantagem de aumentar a dependência das universidades em relação aos fundos privados: o doador filantropo poderia avaliar o conteúdo dos programas antes de decidir se abre ou não o talão de cheques [...]. “Nós temos o direito de instalar um filtro filosófico para determinar como vai ser distribuído o dinheiro dos acionistas? Temos não só o direito e a capacidade para tanto, como a obrigação”.

Por um lado, apesar dos protocolos metodológicos e éticos que preveem e buscam que a anonimidade do pesquisado seja garantida nas relações de pesquisa<sup>11</sup>, é possível que qualquer

<sup>11</sup> Fonseca (2008) destaca que a questão do anonimato não deve ser um procedimento automático, que a reflexividade sobre tal dispositivo precisa ser avaliada a partir dos contextos específicos de pesquisa. A prática de substituição ou ocultação de nomes por si só não garante anonimato, em especial quando usados em textos etnográficos que trazem com detalhes os contextos em que ocorreram. A prática etnográfica não visa restituir a “realidade bruta” (p. 49), a centralidade ética e política da etnografia assenta-se em sua capacidade de explicitar a complexidade dos casos singulares. O anonimato, por sua vez, apresenta-se como um mecanismo de reafirmação da responsabilidade

informação sobre as elites usada para as descrever possa se converter em uma ação jurídica, que objetive apenas reforçar a assimetria de poder nessa relação ou, no limite, encerrar precipitadamente agendas de pesquisa e carreiras. Uma das questões centrais e críticas da reflexão quanto às dimensões éticas ao se trabalhar com indivíduos e coletividades menos favorecidas passa pelos usos das informações obtidas em campo como possíveis produtoras de vulnerabilidade para os pesquisados. O investimento em uma agenda de pesquisa que busque compreender as elites em suas diferentes manifestações demanda dos pesquisadores o enfrentamento para além dos embates próprios do fazer científico. A questão passa a ser como o fazer científico não será um produtor de vulnerabilidade para os pesquisadores e ainda assim possa contribuir para a descrição e compreensão dos papéis das elites.

Por outro lado, diante de tais condições, a questão metodológica torna-se ainda mais relevante. Segundo Nader (2020, p. 337), “o estudo do homem teve de ser eclético em seus métodos, amplo em sua visão do que é preciso para entender o homem”. Neste sentido, é preciso pensar acerca da necessidade de outras formas de acesso à informação que não por meio da pesquisa de campo em primeira pessoa. Cabe nos perguntarmos também em que medida o acesso e as escolhas de campo estão sob o controle do pesquisador. Gusterson (1997, p. 116) aponta a necessidade de um “engajamento polimorfo” (*polimorfos engagement*) na empresa etnográfica. Tal abordagem, segundo o autor, mantém as características próprias da pesquisa antropológica, porém desloca seu foco de abordagem da observação participante. “Engajamento polimorfo significa interagir com informantes em vários locais dispersos, não apenas em comunidades locais, e às vezes de forma virtual; e significa coletar dados ecleticamente de uma variedade dispar de fontes de muitas maneiras diferentes.” (GUSTERSON, 1997, p. 116).

Esta é uma questão que não fica restrita a uma adaptação técnica e metodológica do fazer antropológico, olhar para os “de cima” tem o potencial de fornecer uma base comparativa para as categorias já estabelecidas no debate teórico das ciências sociais. Nader (2020) apresenta um bom exemplo dessa questão, como seria a compreensão sociológica do que é, como e quem está vinculada a criminalidade se o ponto de partida para formulação destas dimensões da vida coletiva fossem os crimes de colarinho branco e não a criminalidade de rua que, em grande medida, é o resultado de grandes desigualdades socioeconômicas. Portanto, olhar para as elites atualmente tem o potencial para, pelo menos, que possamos abordar categorias e fenômenos já estabelecidos na teoria social sob outra perspectiva. Tal mudança de ponto de vista pode oferecer melhores condições na compreensão de como desigualdades tão grandes são produzidas e

---

autoral do texto etnográfico do antropólogo diante daqueles que colaboraram para a realização da pesquisa.

reproduzidas nas sociedades contemporâneas.

O ponto aqui não é negar ou desconsiderar a importância da observação participante para o fazer antropológico, mas pensar como o deslocamento metodológico necessário para pesquisar as elites das sociedades urbanas contemporâneas pode ser equivalente aos choques culturais pelos quais antropólogos que pesquisavam e pesquisam em comunidades e espaços remotos. Adentrar os meandros burocráticos da grande indústria, das instituições públicas ou de escritórios de patente, por exemplo, pode causar tanto choque e estranhamento quanto viajar para as ilhas da melanésia ou ir para comunidade isoladas nas florestas tropicais para viver entre seus nativos. Lembro de minha surpresa durante a entrevista com o DJ paulistano quando descobri a existência desse mercado de luxo e quando me foi relatado em números o que significa luxo nesse estrato da população brasileira. Neste sentido, se faz necessário pensar a constituição de um *ethos* antropológico que compreenda o “engajamento polimorfo” (GUSTERSON, 1997, p. 116).

A emergência da pandemia de COVID-19 em 2020 com toda a sua complexidade se mostrou também como um desafio para a pesquisa de campo *in locu* e acabou por empurrar muitas pesquisas para o mundo digital. A presente pesquisa partiu deste impasse: como fazer pesquisa de campo em distanciamento físico<sup>12</sup>?

Com a descoberta de campo da elite econômica e as festas no período de isolamento, a saída possível para lidar com este objeto foi tentar uma combinação entre a etnografia digital e a atenção aos detalhes do próprio trabalho de campo tradicional. Por um lado, a atenção aos detalhes e as sutilezas do campo é fundamental para a abordagem do mundo digital, o tipo de atenção necessária para tal empresa pode ser exemplificado no trabalho clássico de Fonseca (2000), que evidencia a relevância e a múltipla funcionalidade da fofoca na organização do

12 “No Brasil, todos os estados e o Distrito Federal adotaram medidas de *distanciamentos sociais* poucos dias após 11 de março, data da declaração do novo coronavírus como pandemia, pela Organização Mundial da Saúde (OMS)”. (MALHÃO; AMANCIO; SILVEIRAS, 2020, p. 241-242). Opto pela categoria de distanciamento físico ao invés de distanciamento social como já destacado por Malhão, Amancio e Silveiras (2020, p. 245): “distanciamento *físico*, entre corpos que ocupam espaço comum, amplamente recomendado para evitar de transmissão viral. [...] o distanciamento *social*, entre as classes sociais e suas inerentes possibilidade de cumprirem o distanciamento físico. Num supermercado, nota-se as classes sociais que se limitam a compras e retorno às suas residências, de máximo tempo de distanciamento físico; as classes sociais empregadas, sob direitos trabalhistas e remuneração conforme jornada de trabalho, de médio tempo de distanciamento físico; as classes sociais que prestam serviços via aplicativos, cuja remuneração depende de cada entrega domiciliar e maior exposição às ruas, de mínimo tempo de distanciamento físico. No Brasil, vale ressaltar que muitos trabalhadores *empregados* também são *prestadores de serviços* por aplicativos. Além disso, que esse gradiente de desigualdade não acompanha apenas situações de classe, mas de raça, como podemos observar nos boletins de morte por COVID-19 do Ministério da Saúde, e de gênero, como podemos observar na nota técnica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública sobre intensificação da violência doméstica em tempos de ‘fique em casa’.” Grifos no original.

cotidiano de classes populares em Porto Alegre. Apesar de trabalhar com classes populares, a abordagem de Fonseca (2000) fornece as ferramentas necessárias para um olhar etnográfico acurado para as diferentes formas de presença digital das diferentes elites.

Por outro lado, a etnografia digital, apesar de estar relativamente consolidada e acumular reflexões acerca dos seus desafios próprios há mais de 20 anos (SEGATA, 2015; SEGATA; RIFIOTIS, 2016), ainda parece um território a ser explorado em sua multiplicidade de possibilidades. Ao refletirem sobre a particularidade da empresa etnográfica em ambientes digitais, Leitão e Gomes (2017) destacam três formas possíveis de abordagem etnográfica a partir da lógica específica de diferentes plataformas digitais, a saber: perambulações, acompanhamentos e imersões. A perambulação é própria de ambientes digitais com ritmos e topografias que favorecem um fluxo intenso de informações (imagens, textos, vídeos, áudios, hashtags [#] e hiperlinks), assemelhando-se com o intenso movimento de uma praça em um grande centro urbano (LEITÃO; GOMES, 2017). No mundo digital, esse modo de existir é próprio de plataformas como o *Facebook* e o *Instagram*. Nesse tipo de contexto, a observação antropológica pode se assemelhar as caminhadas errantes do flâneur moderno, ou seja, demanda uma movimentação constante e com a atenção voltada para diversos estímulos simultaneamente. Portanto, a questão passa a ser mapear os movimentos a partir de informações muito distintas entre si.

Neste ponto do artigo, já ficou evidente o uso frequente de notas com hiperlinks. Essa técnica foi utilizada como uma forma de perambulação pela internet em geral como fonte de informação, e partiu tanto da entrevista com o DJ quanto da perambulação no perfil de *Instagram* denominado *Brasil Fede Covid*<sup>13</sup>. A perambulação digital, ao mesmo tempo que ajudava a construir um contexto mais geral sobre a experiência e o risco da pandemia no Brasil, também incluía a elite econômica paulistana e jovem nesse panorama, bem como permitia evidenciar as desigualdades evidentes nas formas de exposição ao risco de contaminação em relação às

---

13 Ver: <https://www.instagram.com/brasilfedecovid>. Acesso em: 1 de mai. 2020. Esse perfil surgiu nos primeiros meses da pandemia em 2020 com o intuito de denunciar as festas clandestinas que vinham ocorrendo. Naquele momento, os eventos denunciados no perfil, em sua maioria, eram para um público economicamente privilegiado, tal característica pode ser observada pela distribuição espacial dos eventos em bairros nobres, em especial em São Paulo. O perfil atua com um caráter político de denúncia, por isso marca em suas publicações os locais em que os eventos são realizados, os organizadores, artistas participantes, bem como os órgãos do poder público responsáveis pela fiscalização de tais eventos. Ao longo do ano 2020, o corte de classe que era evidente no perfil foi se alterando. Em 2021, a frequência de postagens com eventos realizados em áreas periféricas, em especial nas capitais, aumentou. “O projeto Brasil Fede Covid surgiu para mostrar que falhamos como sociedade. Provar que os brasileiros são frios e só pensam em sua bolha social”, afirma o criador do perfil. “Além disso, encontramos no Instagram uma maneira de ajudar o poder público na fiscalização de eventos clandestinos e ilegais, que contribuem diretamente para o agravamento da covid no Brasil.” Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/01/brasil-fede-covid-falhamos-como-sociedade-diz-criador-de-perfil-no-instagram-que-denuncia-covidfest/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

camadas economicamente menos privilegiadas.

A questão é nos perguntarmos como os cientistas sociais podem explicar os modos de vida e de ação dos grupos que formam o “centro do centro” (LATOURE, 2004, p. 400). Isto é, como as ciências sociais podem explicar os níveis de acumulação de riquezas e as desigualdades brasileiras olhando para o topo da pirâmide de distribuição de renda? Como descrever a tradição de adesão da transferência tecnológica e a sistemática política de subfinanciamento da ciência nacional ao olhar para as elites políticas?<sup>14</sup>

## **REVISITANDO A CONTROVÉRSIA ENTRE SOCIEDADES DE RISCOS E DE CLASSES DESDE A PERSPECTIVA PANDÊMICA: OS RISCOS SÃO DISTRIBUÍDOS DEMOCRATICAMENTE ENTRE AS CLASSES?**

Se na seção anterior o foco esteve nas implicações metodológicas no estudo de elites econômicas, em especial no acesso ao campo e as particularidades da análise antropológica quando orientada “para cima”, nesta o foco volta-se para retomada da questão das sociedades de risco e a sua relação com a dimensão de classe, a partir da entrevista com o DJ paulistano e tentando estabelecer um contraste com o contexto de experiência dos estratos economicamente privilegiados na sociedade brasileira em relação às classes populares. Desse modo, como é possível interrogar a experiência do risco em uma pandemia a partir de um corte de classe?

Beck (2011), identifica no último quarto do século passado uma crise profunda e genera-

14 Para o caso da ciência brasileira quando se pensa nas condições de financiamento é pertinente lembrar a célebre reflexão de Darcy Ribeiro acerca da educação, por extensão da ciência, de que a crise desta não era de fato uma crise, mas um projeto. O caso mais recente que pode exemplificar tal projeto é o do edital Pós-Doutorado Júnior – PDJ 2020 realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Essa chamada de financiamento teve 4.279 projetos inscritos em todas as áreas de conhecimento oriundos de todo o território nacional, do total 3.080 tiveram seu mérito reconhecido pelos pareceristas e foram indicados para o financiamento, mas apenas 396 projetos receberam financiamento para implementação das pesquisas. Esse é um exemplo dos cortes sistemáticos que a ciência vem sofrendo no Brasil. Mais informações estão disponíveis em: <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/cnpq-tem-menor-orcamento-do-seculo-21-corta-bolsas-afeta-pesquisas-em-meio-pandemia-25038771>; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57289688.amp?s=08>; <https://jornal.usp.br/ciencias/orcamento-2021-compromete-o-futuro-da-ciencia-brasileira/>; <http://www.abc.org.br/2021/01/05/ciencia-brasileira-sofre-com-cortes-de-verbas-e-encara-cenario-dramatico-para-pesquisas-em-2021/>; <https://super.abril.com.br/ciencia/cnpq-so-conseguira-pagar-13-das-bolsas-aprovadas-para-cientistas-em-2021/>. Acesso em: 3 set. 2021. Ou o caso em que o ministro da Educação Milton Ribeiro afirmou em entrevista à TV Brasil: a “universidade deveria, na verdade, ser para poucos, nesse sentido de ser útil à sociedade”. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/10/ministro-da-educacao-defende-que-universidade-seja-para-poucos.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2021.

lizada na modernidade tardia: “Vivenciamos uma transformação dos fundamentos da transformação. Para poder chegar a conceber isso é pressuposto que a imagem da sociedade industrial seja revista” (BECK, 2011, p. 17). A crise que Beck tenta descrever e lidar é transversal as sociedades contemporâneas, pois ela passa pelas dimensões ambiental, produtiva, simbólica, subjetiva, tecnológica, econômica e cultural, sendo que uma das principais consequências desse contexto é a produção de alternativas infernais<sup>15</sup>. O que Beck traz com a ideia de transformação dos fundamentos da transformação é que a modernidade tardia não repousa mais sob as bases da modernidade desenvolvida, que, desde Chernobyl, é preciso que compreendamos como essa fase da modernidade, em certa medida, democratizou as consequências do seu desenvolvimento para todo o globo<sup>16</sup>.

O argumento desenvolvido por Beck que, ao considerar a hipótese da sociedade de risco, o perigo e a insegurança são condições inevitáveis da existência humana, o risco como categoria moderna “pressupõe *decisões humanas*, futuros humanamente produzidos (probabilidade, tecnologia, modernização)” (BECK, 2011, p. 362, grifo do autor). O autor associa as mudanças climáticas ao tipo de desenvolvimento tecnológico, industrial e econômico, porém vê o conceito de classe como fraco para pensar a distribuição dos riscos. Pois, a partir do efeito bumerangue (BECK, 2011), mais cedo ou mais tarde, todos serão atingidos pelos efeitos produzidos nas sociedades de risco. Cabe perguntar desde a perspectiva de uma pandemia, se países ricos e pobres foram afetados de forma semelhante. Como se deu a distribuição dos impactos dentro das populações entre os diferentes países? E, se a partir da dinâmica de distribuição dos riscos entre as diferentes classes, se, de fato, a dimensão de classe colabora para a compreensão dos riscos.

Quando Beck (2011) escrevia sobre a distribuição dos riscos na década de 1980, no contexto europeu e a partir de um acidente em uma usina nuclear, em que a dinâmica das conse-

---

15 Stengers e Pignarre (2017), ao abordarem o capitalismo como um sistema de bruxaria que tem como objetivo produzir constantemente modos de captura dos vulneráveis para as suas maquinções, destacam o papel relevante dos becos sem saída da resignação e da mobilização da ação que tal condição cria. Os autores chamam essas questões de “alternativas infernais” (p. 61), apresentadas como um conjunto de situações que aparentemente as únicas saídas possíveis são a resignação pura e simples, “nada do que façamos fará diferença” (p. 61); ou entramos em um modo de denúncia vazia, em que a impotência é o sentimento que impera, pois, a única saída possível é a implosão por completo “do sistema” (p. 61).

16 “Todo o sofrimento, toda a miséria e toda a violência que seres humanos infligiram a seres humanos eram até então reservados à categoria dos ‘outros’ [...]. fronteiras reais e simbólicas, atrás das quais aqueles que aparentemente não eram afetados podiam se recolher. Isso tudo continua a existir e, ao mesmo tempo, desde Chernobyl, deixou de existir. É o fim dos ‘outros’, o fim de todas as nossas bem cultivadas possibilidades de distanciamento, algo que se tornou palpável com a contaminação nuclear. A miséria pode ser segregada mas não os perigos da era nuclear. [...]. Sua violência é a violência do perigo, que suprime todas as zonas de proteção e todas as diferenciações da modernidade” (BECK, 2011, p. 7). Grifos no original.

quências é regida por condições climáticas, talvez a dimensão de classe apresentava limitações evidentes, até mesmo obsoleta. Porém, como pensar os riscos a partir de uma pandemia em que a principal forma de propagação dos riscos se dá pelo movimento humano, em vez de pelos ventos. Como o conceito de classe pode ter uma implicação significativa sobre os riscos aos quais se está exposto?

No contexto pandêmico brasileiro, a dimensão de classe vem fazendo a diferença para o tipo e a quantidade de exposição que pode resultar em uma provável contaminação<sup>17</sup>. Isto é, os riscos podem ser qualitativamente distribuídos segundo a condição de classe, bem como as condições de enfrentamento<sup>18</sup>. Neste sentido, a sociedade de risco fica atrelada à sociedade de classes, diferentemente da superação da segunda pela primeira como afirmava Beck (2011). Conseqüentemente, a percepção e a sensação de perigo diante da pandemia também variam segundo a dimensão de classe, mas não apenas essa, gênero, raça e faixa etária também compõem os fatores que ajudam delinear a percepção e a experiência do risco na pandemia. Cabe ressaltar a percepção de um DJ paulistano que trabalha no mercado de eventos sociais de luxo<sup>19</sup> sobre a forma como as elites econômicas estavam percebendo e experienciando a pandemia diante da sua condição de classe.

O que eu vejo atualmente está voltando [...]. É um mercado que mesmo na pior crise nunca é afetado. [...] Os meus maiores clientes são do mercado financeiro e é gente teve uma queda bem expressiva. Mas assim, a gente está falando de cara que chega a

17 A primeira fase do programa brasileiro de imunização contra a Covid-19 foi destinada aos profissionais de saúde, mais especificamente, médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem. Enquanto isso, os funcionários administrativos dos serviços de saúde, os trabalhadores da limpeza e dos serviços gerais e terceirizados (categorias econômica e socialmente menos privilegiadas) foram excluídos. O que gerou uma controvérsia acerca da definição de profissionais da saúde e os níveis de risco e exposição que os diferentes trabalhadores dos serviços de saúde estão expostos cotidianamente. No entanto, se os funcionários dos serviços de saúde estão preocupados em serem vacinados para reduzir os riscos aos quais estão expostos, as elites econômicas buscam por UTIs aéreas, saem do país para serem vacinados no exterior ou constroem abrigos subterrâneos que podem resistir desde catástrofes nucleares a pandemias. Ver: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/24/invisiveis-nos-hospitais-profissionais-de-limpeza-e-cozinha-salvam-vidas.htm>. Acesso em: 22 jan. 2021; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/20/funcionarios-terceirizados-temem-ficar-fora-de-vacinacao-prioritaria-em-pe.htm>. Acesso em: 2 fev. 2021; <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/06/coronavirus-rede-privada-sem-vaga-manaus-belem-mais-ricos-fuga-uti-aerea-sp.htm>. Acesso em: 18 jun. 2020; <https://eassim.com.br/elite-brasileira-corre-para-os-aeroportos-para-se-vacinar-na-europa-e-eua/>. Acesso em: 28 jan. 2021; <https://forbes.com.br/negocios/2020/03/bunkers-milionarios-o-novo-jeito-de-escapar-da-pandemia/>. Acesso em: 1 abr. 2020; <https://www.bbc.com/portuguese/geral-38809611>. Acesso em: 1 abr. 2020.

18 Ver: <https://epoca.globo.com/sociedade/dados-do-sus-revelam-vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-homem-pobre-negro-24513414>. Acesso em: 2 fev. 2021; <https://cnts.org.br/noticias/vitima-padrao-de-covid-19-no-brasil-e-homem-pobre-e-negro/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

19 Na seção seguinte do presente artigo, em que são discutidas as questões metodológicas, são apresentadas as condições da realização da entrevista com o referido DJ.

ter bi [bilhão], a queda dele não afeta a vida do cara. Essas pessoas têm acesso à saúde e regalias que é praticamente zero algum por cento da população brasileira tem. Que são médicos particulares, aviões particulares para levar até ao médico, enfim. Cara, não é nenhum conto de filme, é uma realidade que eu vivo hoje em dia. Usando essas referências, eles não têm medo de pegar o coronavírus. Eles têm acesso à saúde boa, hospitais bons, não vai passar perrengue de superlotação, e por aí vai. Levando isso em consideração, a galera tá voltando a fazer festas, óbvio que não casamento, mas sábado passado toquei em uma festa dentro de uma casa, agora tô fechando um chá bar para dezembro, em setembro vou fazer uma comemoração de 1 ano de casado e por aí vai. Porque eles estão cansados de ficar em casa, tem dinheiro, não estão com medo de contrair o vírus e não é ilegal. Não existe um decreto dizendo que se você tiver cinquenta pessoas na sua casa você vai ser preso. Tá liberado.<sup>20</sup> (Entrevistado 10, 2020).

Essa fala traz à tona a percepção de um observador privilegiado do modo como uma nova elite econômica paulista se relaciona com os riscos próprios da pandemia. Por outro lado, no contexto de crescimento do desemprego e altos índices de informalidade e de trabalho precarizado mediado por plataformas digitais, uma parcela significativa da população economicamente ativa brasileira não teve a opção de adotar as medidas de distanciamento. O que criou condições bem distintas de percepção do risco de contaminação. Afinal, as atividades laborais que garantiam a sua subsistência os impeliam à exposição a contaminação apesar do risco. Na verdade, a probabilidade de contaminação pelo novo coronavírus foi acrescida aos demais riscos cotidianos já existentes<sup>21</sup>. Não por acaso, nos bairros periféricos das grandes cidades

20 Essa entrevista foi realizada em setembro de 2020, momento em que as medidas de distanciamento e retomada dos eventos sociais ou do setor de entretenimento estavam em fase de discussão e experiência de protocolos de segurança sanitária para a retomada das atividades; diferentemente da explosão de eventos e a desconsideração das medidas de distanciamento que iniciaram com o período de festas de final de ano. Em novembro de 2020, o governo estadual de São Paulo liberou a realização de alguns tipos de eventos com público de até 600 pessoas, inclusive casamentos, o principal tipo de evento realizado pelo entrevistado. Portanto, mesmo antes dessa liberação, já vinham ocorrendo eventos em espaços privados, o que evidencia a especificidade da constituição das entre público e privado no Brasil (DAMATTA, 1997; FAORO, 2001; HOLANDA, 1995).

21 Desde o início da pandemia, a postura do presidente e dos seus colaboradores mais próximos é a de negação da gravidade do problema. Assim, gestaram de todas as formas possíveis as condições ideais para intensificação da necropolítica (MBEMBE, 2018), que já se efetua por outros meios em relação aos mais pobres. O que não contrasta com o histórico como as elites brasileiras preferem se relacionar com as camadas populares. Dito isso, acredito ser necessário acrescentar duas passagens do livro *Relatório Lugano*, escrito pela cientista política Susan George na segunda metade da década de 1990. A primeira passagem é um excerto estarrecedor da percepção que o filósofo francês Gilles Châtelet teve do Brasil, naquele momento e como essa percepção foi recebida por um grupo de intelectuais, dentre eles o sociólogo Laymert Garcia dos Santos, que narra o episódio: “A exortação de George evocou em mim um comentário chocante de Gilles Châtelet que certo dia exclamou, num tom desesperado, a um grupo de intelectuais brasileiros: “Do jeito que as coisas vão, se vocês matassem os pobres do Brasil seria menos pior do que os horrores que vocês vão cometer contra eles”. A observação surpreendeu os ouvintes, que conheciam o caráter radicalmente antifascista do filósofo francês; mas gravou-se como ferro em brasa em nosso espírito, porque sabíamos que ele evidentemente não estava defendendo o genocídio dos pobres mas apontando, por um lado, a criminoso e hipócrita face oculta das elites brasileiras, e por outro, o que considerava nossa inação. Meses depois, perdendo definitivamente a esperança no mundo, Châtelet suicidou-se [...]” (SANTOS, 2002, p. 6). George, por sua vez, ao descrever, por meio das recomendações do grupo de especialistas que redigiram o relatório

brasileiras ocorria mais uma situação paradoxal. Esses bairros concentram a maioria dos trabalhadores (em grande medida na faixa etária entre 20 e 40 anos, faixa etária normalmente mais exposta a outros riscos da vida urbana) e seguiram seus hábitos de lazer, apesar da pandemia<sup>22</sup>. No entanto, nessas mesmas regiões, se consolidaram redes de solidariedade e para o controle da pandemia<sup>23</sup>.

Por um lado, a exposição aos riscos da pandemia das classes economicamente menos privilegiadas, inicialmente, foi forçada por falta de opções para garantir a sua subsistência em termos financeiros, o que, conseqüentemente, levou a exposições para outras atividades, como as de lazer. Afinal de contas, o risco não pode ser evitado cotidianamente nas atividades de trabalho, então parece não fazer muito sentido se privarem das atividades de lazer. Por outro lado, as pessoas economicamente privilegiadas, como informa o DJ entrevistado, baseiam sua falta de medo de exposição aos riscos de contaminação nas possibilidades de enfrentamento das conseqüências oferecidas por sua condição de classe. Ou seja, o acesso aos serviços que só estão disponíveis para aqueles que têm como pagar por eles ou a mobilização de redes de influência para obter acesso<sup>24</sup>.

---

que supostamente deveria orientar as ações das elites econômicas mundiais, quais seriam os melhores caminhos para o sistema de livre mercado se manter como dominante no século XXI, diz o seguinte: “O modelo Auchwitz é o contrário do que é necessário para se atingir o objetivo. Por isso, é muito mais importante redirecionar os custos do que obter novos fundos”. A seleção das “vítimas” não deverá ser preocupação de ninguém a não ser das próprias “vítimas”. Elas mesmas se escolherão pelos critérios de incompetência, incapacidade, pobreza, ignorância, preguiça, criminalidade e assim por diante; quer dizer, elas se encontram no grupo dos pobres. (GEORGE, 2002, p. 89).

22 Ver: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/jovens-relatam-os-motivos-para-irem-a-festas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 12 fev. 2021; <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/03/periferias-de-sao-paulo-tem-bailes-funk-em-meio-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 27 mar. 2020.

23 Ver: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/06/paraisopolis-controla-melhor-pandemia-do-que-cidade-de-sao-paulo.html>. Acesso em: 1 jul. 2020.

24 Vale lembrar que Mills (1981) ressalta que as elites do poder transcendem as condições de vida das pessoas comuns, que elas, além do poder econômico, dominam as estruturas de poder do Estado, bem como estão estrategicamente localizadas nas estruturas de poder: “A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes conseqüências. [...] comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna. Comandam as grandes companhias. Governam a máquina do Estado e reivindicam suas prerrogativas. Dirigem a organização militar. Ocupam os postos de comando estratégico da estrutura social, no qual se centralizam atualmente os meios efetivos do poder e a riqueza e celebridade que usufruem” (p. 12).

Haja vista os casos de pessoas “furando a fila” dos planos de vacinação contra a COVID-19. Ver: [https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/01/fura-fila-vacina-elite-governo-bolsonaro/?fbclid=IwAR2Qw2Fd9DJy-fMYL8ZUt0Wa4JKItpwEwPxFblo5080KUD1Z1oivJ\\_0PNams](https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/01/fura-fila-vacina-elite-governo-bolsonaro/?fbclid=IwAR2Qw2Fd9DJy-fMYL8ZUt0Wa4JKItpwEwPxFblo5080KUD1Z1oivJ_0PNams). Acesso em: 25 jan. 2021; <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55744032>. Acesso em: 25 jan. 2021; <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2021/02/04/investigacao-sobre-desvios-de-vacina-contracovid-19-no-amazonas-esta-parada>. Acesso em: 5 fev. 2021. Existem também os casos de simulação de aplicação das vacinas. Por exemplo: ver <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/15/imagens-mostram-idosos-recebendo-falsa-aplicacao-de-vacina-contracovid-19-no-rj.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2021. Ou <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/02/03/falsa-va>

Em entrevistas realizadas ainda em agosto de 2020 com outros DJs paulistanos, um tópico recorrente eram as festas clandestinas que ocorriam na cidade e como elas estavam lucrando de forma espantosa, bem como vinham inflacionando os cachês dos DJs que aceitavam se apresentar nos eventos, às vezes recebendo três vezes mais do que estavam acostumados a receber antes da pandemia. Mas a explosão desse tipo de aglomeração para lazer teve o seu pico com as festas de final de ano, principalmente a partir das festas promovidas por figuras públicas, como esportistas e influenciadores digitais. O caso mais emblemático foi o da festa realizada pelo jogador de futebol Neymar Jr., que contou com uma lista de 500 convidados e que tinha como uma das condições para a participação que os convidados não usassem seus *smartphones* para registrarem imagens do evento. Portanto, a grande questão não era o risco de propagação do coronavírus, mas sim as consequências para a imagem pública dos envolvidos e os possíveis prejuízos para suas atividades profissionais<sup>25</sup>, o que traz para discussão a dimensão ética e moral dos comportamentos das elites diante dos riscos.

Além do comportamento que ignora as recomendações de distanciamento para uma gestão coletiva eficiente da transmissão do coronavírus, a dimensão ética de capacidade de enfrentamento aos riscos da pandemia demarcava a linha de quem poderia ou não ter acesso a imunização segundo sua condição de classe. O Brasil possui um sistema de saúde unificado e altamente capilarizado, bem como a tradição de fornecer vacinas para sua população por meio desse sistema de forma ampla e gratuita. Porém, antes de haver um plano nacional de vacinação, a rede privada já cogitava a possibilidade de assumir a dianteira no processo de imunização da população, ou pelo menos da parcela que conseguisse pagar<sup>26</sup>. A Organização Mundial de Saúde chegou a destacar que a discussão sobre a possibilidade de a vacinação começar na iniciativa privada em detrimento da rede pública era uma especificidade brasileira, o que dá uma

---

cinacao-de-idosa-1-pericia-mostra-que-seringa-nao-tinha-defeito.htm. Acesso em: 17 fev. 2021. Nesses casos de falsa aplicação da vacina, é difícil saber qual o destino das doses não aplicadas, mas não se pode desconsiderar a possibilidade de entrarem em um mercado ilegal de medicamentos.

25 Ver: <https://brasil.elpais.com/esportes/2020-12-28/ricos-e-celebridades-como-neymar-assuem-risco-de-espalhar-virus-com-viagens-e-festas-de-fim-de-ano.html>. Acesso em: 29 dez. 2020. Ou: <https://www.uol.com.br/splash/colunas/fevito/2020/12/28/famosos-nao-temem-contrair-covid-em-festas-o-medo-deles-e-ser-flagrado.htm>. Acesso em: 29 dez. 2020. As viagens dos mais ricos para seus momentos de lazer no final de ano conseguiram criar congestionamentos aéreos em alguns destinos da região nordeste e a falta de aeronaves disponíveis para locação. Ver: <https://economia.uol.com.br/todos-a-bordo/2021/01/23/procura-taxi-aereo-falta-jato-e-helicoptero.htm>. Acesso em: 26 dez. 2020.

26 Ver: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/bbc/2021/01/08/vacinar-primeiro-quem-pode-pagar-abre-desafio-etico-e-de-saude-publica.htm>. Acesso em: 11 jan. 2021. Ver: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/01/03/covid-19-rede-privada-negocia-5-mi-de-vacinas-indianas-diz-associao.htm>. Acesso em: 6 jan. 2021.

dimensão da forma como nossas elites econômicas pensam sua participação na vida coletiva<sup>27</sup>. Essa postura das elites econômicas brasileiras, evidenciada pelo fenômeno pandêmico, traz para o debate uma tensão entre a dimensão de classe e a sociedade de risco como Beck (2011) conceitua<sup>28</sup>.

Ao mesmo tempo que a dimensão de classe é um determinante da forma como os riscos são produzidos e distribuídos, há também o reconhecimento de que nas sociedades de risco, de alguma forma, todos serão atingidos pelas consequências do desenvolvimento econômico e tecnológico. Além disso, duas outras dimensões da organização das sociedades de risco são fundamentais para se pensar a partir da forma como as elites econômicas enfrentam a pandemia. A primeira, é que os riscos, em certa medida, falam sobre um futuro possível, isto é:

Riscos não se esgotam, contudo, em efeitos e danos já ocorridos. Neles, exprime-se, sobretudo um componente *futuro*. Este baseia-se em parte na extensão futura dos danos atualmente previsíveis e em parte numa perda geral de confiança ou num suposto “amplificador do risco”. Riscos têm, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruições que ainda não ocorreram mas que são iminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje. [...] a verdadeira força social do argumento do risco reside nas *ameaças projetadas no futuro*. [...] Em seu lugar, entre o futuro, algo todavia inexistente, construído e fictício como “causa” da vivência e da atuação presente (BECK, 2011, p. 39-40, grifos do autor).

É necessário destacar que o autor faz uma distinção entre riscos individuais e riscos globais. Os riscos individuais são uma constante na existência humana, por exemplo, alpinistas assumem riscos individuais. Os riscos globais são aqueles que emergem a partir da modernidade, ou seja, com a especificidade do modo de desenvolvimento tecnológico e econômico que estão baseados na subjugação e exploração da natureza. O que acaba por produzir desde riscos como a ameaça nuclear (seja no uso como energia que resulta em resíduos tóxicos ou o uso de ogivas nucleares por nações que possam vir a entrar em conflito) até os oriundos do novo regime climático (LATOURETTE, 2020). Os riscos que emergem com o novo regime climático podem ser associados ao modo de desenvolvimento da indústria agroalimentar global e, que, segundo Wallace (2020), podem ser a origem de epidemias desde o último quarto do século XX, da presente pandemia, bem como das por vir. Diante das correntes negacionistas que se fundamentam na

27 Ver: <https://exame.com/brasil/oms-debate-sobre-vacina-na-rede-privada-e-so-no-brasil/>. Acesso em: 11 jan. 2021.

28 “A história da distribuição de riscos mostra que estes se atem, assim como as riquezas, ao esquema de classe - mas de modo inverso: as riquezas acumulam-se em cima, os riscos em baixo. Assim, os riscos parecem *reforçar*; e não revogar, a sociedade de classes. À insuficiência em termos de abastecimento soma-se a insuficiência em termos de segurança e uma profusão de riscos que precisam ser evitados. Em face disto, os ricos (em termos de renda, poder, educação) podem *comprar* segurança e liberdade em relação ao risco” (BECK, 2011, p. 41, grifos do autor).

disseminação massiva da *fake news* nas redes sociais e que produzem a “tempestade ideal” para a consolidação de uma realidade pós-verdade, constroem um terreno em que a racionalidade e a objetividade científica são postas em xeque não a partir dos seus pressupostos de produção e validação do conhecimento, mas sim de uma guerrilha de contrainformação ou de desinformação.

A pretensão de racionalidade das ciências de determinar *objetivamente* o teor de risco do risco refuta-se a si mesma permanentemente: ela baseia-se, por um lado, num *castelo de cartas de conjecturas especulativas* e move-se unicamente no quadro de *asserções de probabilidade*, cujos prognósticos de segurança não podem, a bem da verdade, ser refutados sequer por acidentes *reais*. [...] Constatações de risco *baseiam-se* em *possibilidades* matemáticas e interesses sociais, mesmo e justamente quando se revestem de certeza técnica. Ao ocuparem-se com riscos civilizacionais, as ciências sempre acabaram por abandonar sua base de lógica experimental, contraindo um casamento polígamo com a economia, a política e a ética – ou mais precisamente: elas convivem numa espécie de “concubinato não declarado” (BECK, 2011, p. 35, grifos no original).

É preciso ter em conta que a noção de risco emerge e se consolida em disciplinas como a epidemiologia, a toxicologia, a infectologia, a psicologia (em especial nas suas vertentes behaviorista e cognitiva) e nas engenharias, que privilegiam uma abordagem técnico-quantitativa. Tal orientação epistemológica vê o risco como um evento danoso com certo nível de probabilidade objetiva que pode ser estimado por meio de cálculos, que também estimam os níveis de aceitabilidade de risco. Portanto, a racionalidade em que se baseia a noção de risco funciona por meio de uma lógica de “custo-benefício” segundo níveis de aceitabilidade de exposição e consequência dos riscos envolvidos em situações específicas a partir dos interesses envolvidos; essa noção tem uma forte orientação de uma pragmática da ação e do controle das contingências. No entanto, essa forma de definição de riscos não detém o monopólio da racionalidade científica ou social, há um campo de disputas sobre quais fatores de risco são mais aceitáveis segundo o ponto de vista dos diferentes atores envolvidos.

Neste sentido, é fundamental ressaltar a contribuição de Douglas e Wildavsky (1983) para uma perspectiva cultural que coloca a noção de risco em debate, oferecendo uma compreensão mais matizada dessa categoria, por exemplo: os indivíduos organizam suas percepções de mundo a partir de ambientes materiais e culturais distintos, o que faz com que atribuam seus próprios significados acerca dos fenômenos sociais; apesar de quais sejam os riscos objetivos inferidos pelas ciências, as organizações sociais teriam a tendência de dar maior importância para os perigos que corroborem dimensões da organização da vida social que fortaleçam a coesão social. Mas é possível ir além, pois a condição de classe, as condições materiais de enfrentamento dos riscos e as perspectivas de superação do estado de exceção permanente causado pelo risco constante, bem como a capacidade de imaginar um futuro com melhores condições

que o presente, são fatores que contribuem para a constituição da ação reflexiva dos indivíduos na avaliação dos riscos com os quais estão envolvidos.

Como relata uma secretária moradora da periferia paulistana quando convidada a refletir sobre o porquê, assim como ela, muitos jovens da periferia continuam frequentando festas durante a pandemia: “Os caras vêm me falar pra ir para casa para ter proteção do vírus, certo? Mas de segunda a sábado, eu estou exposta à Covid-19 porque tenho que sair pra trabalhar”, comenta. “Quer dizer que no busão cheio eu não vou pegar, mas no baile, sim?”. Para o professor Tiaraju Pablo D’Andrea da Universidade Federal de São Paulo, que atua no Campus da Zona Leste, uma das explicações possíveis para o comportamento dos jovens das periferias está relacionada as condições adversas que os impossibilitam de planejarem os seus futuros: “A juventude das periferias não tem muito projeto de futuro por conta de um país que não possibilita planejamentos a longo prazo. A juventude quer viver o agora, quer viver o presente e ela não vai deixar de viver por conta da ameaça da Covid-19. É triste, mas é real”<sup>29</sup>.

Uma das principais contribuições de Douglas e Wildavsky (1983) para uma compreensão sociocultural dos riscos foi deslocar o debate dos campos disciplinares técnico-quantitativo para o campo político e epistemológico. Esse deslocamento ocorre quando os autores destacam que nem sempre as evidências científicas são inteligíveis, pois muitas vezes fatores sociais e culturais têm mais peso na tomada de decisão do que fatores “naturais” utilizados pelas ciências para apresentarem os níveis de riscos envolvidos nas situações que buscam explicar. Então, a questão que cabe colocar é: quão seguro é seguro o suficiente para culturas e grupos específicos? (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1983)

Diversos autores (BECK, 2011; DANOWSKI; CASTRO, 2014; GIDDENS, 1991, 2003; MARQUES, 2015; LATOUR, 2004, 2018, 2020; STENGERS, 2015; WALLACE, 2020) já vêm alertando há algumas décadas como a humanidade, enquanto coletivo, produz e está mais exposta a riscos de diferentes naturezas (crise ambiental, tecnológica, econômica, epistemológica, civilizatória, do sistema de produção, por exemplo), que, em alguma medida, se entrecruzam. Portanto, para melhor compreender o peso dos fatores socioculturais que funcionam conjuntamente com os fatores identificados como objetivos por ferramentas metodológicas quantitativas em diversas disciplinas, é necessário que se coloque o foco sobre dimensões específicas dos processos socioculturais. Há, portanto, uma dimensão da relação com os riscos que se forma nas instituições sociais, nas nossas formas de vida e nos valores compartilhados.

---

<sup>29</sup> Ambas as falas estão disponíveis em: <https://www.agenciamural.org.br/especiais/jovens-relatam-os-motivos-para-irem-a-festas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 12 fev. 2021.

A questão então é como analisar tais fatores não quantitativos. Douglas e Wildavsky (1983) sugerem uma abordagem que atente para a forma como o público elege os riscos a serem temidos e as escolhas das instituições sociais das quais esses indivíduos fazem parte seja uma forma de compreender os diferentes pesos dos diferentes fatores que compõem a percepção sobre os riscos. Os autores utilizam uma distinção entre duas dimensões de organização das sociedades, as centrais e as periféricas. As formas centrais de organização das sociedades são formadas por forças como o mercado e a burocracia; nas organizações periféricas encontra-se uma dispersão de grupos com distintas orientações. A partir das duas linhas de forças centrais de organização das sociedades, Douglas e Wildavsky (1983) destacam duas posturas diferentes. Uma “hierárquica”, que corresponde aos traços burocráticos e está presente em instituições como igrejas, grandes corporações e associações políticas; e outra que se orienta pelo mercado, identificada como “individualista” e que descreve uma postura que, ao se orientar pelas noções competitivas do mercado, busca o lucro privado de qualquer forma. Enquanto do ponto de vista hierárquico, há uma continuidade entre presente e futuro, ao lidar com os riscos, há uma tendência a assumir que o sistema estável do qual os indivíduos fazem parte e que garantiu a segurança no passado e no presente a garantirá no futuro também. O individualista, por sua vez, parte de um princípio do liberalismo econômico, depositando sua confiança nos mecanismos de mercado como os melhores reguladores sociais. Portanto, o mercado conseguirá assegurar que no futuro teremos menos riscos do que no presente, pois as melhores escolhas para a sua manutenção serão um efeito natural das forças do mercado (DOUGLAS; WILDAVSKY, 1983). Diante disso, os fatores sociais que implicam na definição e nas formas de lidar com situações de risco variam segundo a perspectiva dos atores.

Pensando como o enfrentamento a pandemia vem ocorrendo, a partir da tipologia de Douglas e Wildavsky (1983) é possível associar alguns casos empíricos aos tipos formulados pelos autores, bem como casos em que há combinações das duas formas de comportamento. O caso de Wuhan, local ao qual é atribuído o surgimento da pandemia, é paradigmático. Um ano após o primeiro caso de COVID-19, a cidade controlou os contágios locais, mas para tal fenômeno o governo local e o governo chinês estabeleceram regras rígidas para o combate à pandemia<sup>30</sup>, principalmente por meio de um controle e análise de informações digitais<sup>31</sup>. Desde o ponto de vista hierárquico, os riscos devem ser enfrentados e distribuídos por uma burocracia

---

30 Ver: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/12/28/wuhan-tem-vida-normal-1-ano-apos-1-caso-de-covid-mas-nao-esquece-virus.htm>. Acesso em: 5 jan. 2021.

31 Ver: <https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>. Acesso em: 24 mar. 2020.

centralizada, baseada em um alto controle dos indivíduos e com forte atuação de uma tecnocracia. O aceite dessa forma de atuação centralizada pauta-se em um consentimento individual como algo óbvio, pois um pressuposto básico dessas formas de organização é que os indivíduos devem sacrificar suas aspirações individuais em favor do bem comum. É possível pensar ainda em termos de organizações coletivas que tendem a formas mais igualitárias e que a concepção dos indivíduos na distribuição social dos riscos fundamenta-se na confiança nas instituições locais com maior participação. Por exemplo, as ações de apoio mútuo e gestão da pandemia nas periferias das grandes cidades brasileiras. Há também a vertente centrada nos indivíduos competitivos, os individualistas, com os quais o consentimento para ações de gestão da vida coletiva precisa ser negociado constantemente. Nestes casos, os riscos são regulados e distribuídos segundo a lógica de mercado, isto é, de forma desigual. Neste sentido, podemos pensar como exemplo paradigmático a forma como a pandemia vem sendo gerida nos Estados Unidos da América, em que não há um sistema de saúde público e os mais afetados estão sendo os grupos que historicamente são socialmente mais vulneráveis a quaisquer alterações no curso de suas atividades<sup>32</sup>. Há também os casos paradigmáticos de gestão muito bem-sucedidos da pandemia como os da Nova Zelândia e os da Austrália. Ambos combinaram mecanismos de controle centralizado, por meio da ação do Estado, uma adesão massiva da população às medidas de segurança e distanciamento e uma comunicação científica constante e eficiente, reduzindo a margem de dúvidas de suas populações sobre a gravidade da situação<sup>33</sup>. Por fim, existem aqueles indivíduos isolados que estão nas extremidades das margens sociais e alheios aos debates e às formas de distribuição dos riscos na vida coletiva. A experiência de vida dessas pessoas não permite que elas tenham quaisquer expectativas positivas das ações das instituições sociais ou mesmo que possa haver qualquer possibilidade de uma vida com menor desigualdade. Por exemplo, as populações sem teto nos grandes centros urbanos ou as populações carcerárias.

Portanto, é possível afirmar que existem múltiplas racionalidades socioculturais envolvidas nas formas de identificar, estimar e gerir os riscos e suas consequências. As elites econômicas, justamente por sua condição de elite, se fundamentam na dimensão econômica. Assim,

---

32 Ver: <http://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/07/28/em-qualquer-faixa-de-renda-comunidades-negras-nos-e-ua-registram-cerca-de-3-vezes-mais-casos-da-covid-19-diz-estudo.ghtml>. Acesso em: 1 ago. 2020; ou <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/08/26/racismo-nos-eua-e-mais-mortal-do-que-covid-19-aponta-estudo.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

33 Ver: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2020/06/08/entenda-como-a-nova-zelandia-se-livrou-da-pandemia.ghtml>. Acesso em: 30 jun. 2020; ou <https://exame.com/mundo/nova-zelandia-e-o-pais-que-melhor-lida-com-a-covid-19-diz-pesquisa-global/>. Acesso em: 28 dez. 2020; ou <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2020/12/covid-19-nova-zelandia-australia-barraram-pandemia-israel-comecou-bem-relaxou/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

elas podem ser associadas a uma postura individualista orientada pelas regras de mercado, como descrita por Douglas e Wildavsky (1983). Ou seja, há uma desigualdade da distribuição social dos riscos e dos perigos, assim como os recursos e oportunidades são distribuídos nos mercados. Porém, a pandemia vem demonstrando que as parcelas economicamente favorecidas da sociedade não são impactadas da mesma forma como os mais pobres e elas ainda conseguem sair fortalecidas dos momentos de crise em que as desigualdades se acentuam<sup>34</sup>. Como destaca o sepultador Reginaldo,

Na pandemia trabalhei todos os dias. Aliás, nunca faltei! Aqui não mudou muito, não, até diminuiu. É um cemitério de classe média, né? Podem se cuidar...  
 Uma pessoa dessa região pode ficar em casa. A da Vila Formosa fica como? Vai passar fome?  
 Tem família aqui que gasta 30 mil num sepultamento, 50 mil. O mundo é assim, uns têm muito e outros têm pouco...  
 Vizinho meu passa fome. Agora o vereador ganha 30 mil reais, tem auxílio disso, daquilo, e eu não tenho nada. E se quebra a previdência, a culpa é nossa!  
 Se tive medo? Nenhum. Na TV falam que, quem trabalha em serviço essencial, tem que arrumar lugar pra ficar. A gente “malemá” paga as contas. Fácil falar, quero ver viver nossa vida...

Tais situações colocam em evidência os paradoxos gestados nas sociedades modernas com os quais nos defrontamos no presente. Ao mesmo tempo que as sociedades contemporâneas se complexificam cada vez mais, elas produzem mais riquezas e mais desenvolvimento tecnológico (em um sentido bem específico), intensificam a crise climática – ou produzem um novo regime climático (LATOURET, 2020) – e as desigualdades (tecnológicas, econômicas e sociais). Neste contexto, todos dependemos de complexas infraestruturas tecno-naturais-econômicas-sociais por meio das quais as vidas em coletivo se realizam. A retomada aqui da discussão acerca dos riscos busca evidenciar, assim como Beck (2011), as mudanças profundas que as sociedades contemporâneas estão confrontando. As elites desenvolveram uma epistemologia que funciona no registro em que elas não compartilham com os demais seres vivos, sejam eles humanos ou não, o mesmo mundo. Por isso, é cada vez mais urgente olhar para as elites para compreender onde nós – os que não fazem parte da sua condição de classe-estamento – somos

34 “A ONG Oxfam considerou que as grandes fortunas do mundo até agora saíram ilesas e até mais fortes da pandemia e renovou seu apelo para criar impostos sobre a riqueza para combater “o vírus das desigualdades”. “Em apenas nove meses, as 1.000 maiores fortunas do mundo já haviam recuperado as perdas econômicas causadas pela pandemia”, disse a ONG em seu relatório anual sobre desigualdades. Os mais pobres “precisariam de mais de uma década para se recuperar dos impactos econômicos da crise”, especificou no relatório publicado por ocasião do início do Fórum Econômico Mundial (FEM) que acontece virtualmente, e não em Davos, na Suíça, como de costume. Ver: <https://www.otempo.com.br/mundo/ricos-saem-ilesos-ate-mais-fortes-da-pandemia-aponta-ong-1.2439123>. Acesso em: 1 fev. 2021.

alocados em seus projetos<sup>35</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um país como o Brasil em que as desigualdades sociais, em especial a econômica, estão entre as maiores do mundo, mas não apenas isso, e são perenes no tempo, o que evidencia que são características estruturais da sociedade, estudar os “de cima” tem, para além da relevância científica, uma relevância política. Isso porque permite a compreensão das visões de mundo daqueles que transcendem a condição das pessoas comuns e tomam as decisões que influenciam no modo de vida de todos, como sublinhou Mills (1981). Portanto, a compreensão das elites é uma forma de articulação política que pode gerar ferramentas teóricas para o enfrentamento as desigualdades. Porque a desigualdade econômica, em especial, atrai e potencializa desigualdades de outras naturezas, tornando a realidade dos mais pobres cada vez mais insustentável sob qualquer ponto de vista.

A pandemia reforçou que a distribuição dos riscos e das riquezas segue uma lógica inversa. “Riscos da modernização são *big business*. Eles são as necessidades insaciáveis que os economistas sempre procuraram. A fome pode ser saciada, necessidades podem ser satisfeitas, mas os riscos civilizatórios são um *barril de necessidades sem fundo*, interminável, infinito, autoproduzível” (BECK, 2011, p. 28, grifos no original). Então, se à primeira vista os riscos parecem produzir uma certa equalização entre as classes, eles tendem a gerar novas desigualdades e muitas vezes acentuam as já existentes. A tempestade perfeita da pandemia no Brasil vem mostrando que, de fato, não estamos todos no mesmo barco. Talvez ainda estejamos na transição-superação (ou talvez ela nunca ocorra ou seja concluída) da sociedade de classe para sociedade de risco. O que compartilhamos é a tempestade, porém, enquanto uns navegam nela em transatlânticos e iates, outros contam apenas com a força dos seus músculos para enfrentarem as ondas que os solapam sem tréguas.

---

35 “[...] tudo ocorre como se uma parte importante das classes dirigentes (que hoje, de modo um tanto vago, chamamos de ‘elites’) tivesse chegado à conclusão de que não há mais lugar suficiente na terra para elas e para o resto de seus habitantes. Em consequência, decidiram que era inútil fingir que a história continuaria conduzindo a um horizonte comum, em que ‘todos os homens’ poderiam prosperar igualmente. Desde os anos 1980, as classes dirigentes não pretendem mais liderar, mas se refugiar fora do mundo. Dessa fuga, da qual Donald Trump é apenas um símbolo entre outros, somos nós que sofremos todas as consequências” (LATOURETTE, 2020, p. 10).

## REFERÊNCIAS

1. BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2011.
2. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
3. BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.
4. CASTILHO, Sergio Ricardo Rodrigues; SOUZA LIMA, Antonio Carlos; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Conta Capa; Faperj, 2014.
5. CHAMAYOU, Grégorio. **A sociedade ingovernável**: uma genealogia do liberalismo autoritário. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
6. DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro, 1997.
7. DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?** Ensaio sobre os medos e os fins. Desterro: Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental, 2014.
8. DOUGLAS, Mary; WILDASKY, Aaron. **Risk and culture**: an essay on the selection of technological and environmental dangers. Los Angeles: University of California Press, 1983.
9. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2001.
10. FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, Martin; GASKELL, Geroge (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.
11. FONSECA, Claudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2000.
12. FONSECA, Claudia. O anonimato e o texto antropológico: dilemas éticos e políticos da etnografia “em casa”. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 2, n. 1-2, jan./dez. 2008.
13. GEORGE, Susan. **O relatório Lugano**: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2002.
14. GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
15. GIDDENS, Anthony. **O mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de

- nós. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.
16. GUSTERSON, Hugh. Studying up revisited. **PoLAR**, v. 20, n. 1, p. 114-119, May 1997.
  17. HENNION, Antoine. **La passion musicale: une sociologie de la meditation**. Paris: Métailié, 1993.
  18. HENNION, Antoine. Pragmática do gosto. **Desigualdade & Diversidade**, n. 8, p. 253-277, jan./jul. 2011.
  19. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
  20. JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, Geroge (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som; um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008.
  21. LATOUR, Bruno. **Esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: EDUSC, 2001.
  22. LATOUR, Bruno. Por uma antropologia do centro. **Mana**, v. 10, n. 2, p. 397-414, 2004.
  23. LATOUR, Bruno. **Down to Earth: politics in the New Climatic Regime**. Cambridge: Polity Press, 2018.
  24. LATOUR, Bruno. **Onde aterrar? Como se orientar politicamente no Antropoceno**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
  25. LEITÃO, Débora Krischke; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 42, p. 41-65, 2017.
  26. MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
  27. MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
  28. MALHÃO, Rafael; AMACIO, Stefano Schiavetto; SILVEIRAS, Raphael. O “fique em casa” e seu necessário “fique na rua”: infraestrutura da internet e desigualdade social na pandemia da COVID-19 no Brasil. *In*: CASTRO, Bárbara (org). **Covid-19 e sociedade: ensaios sobre a experiência social da pandemia**. Campinas: UNICAMP IFCH, 2020.
  29. MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.
  30. MEDEIROS, Marcelo. **O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.

31. MILLS, Charles Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
32. NADER, Laura. Para cima, antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 49, p. 328-356, 2020.
33. SANTOS, Laymert Garcia dos. O relatório e a integrabilidade dos novos tempos. *In*: GEORGE, Susan. **O relatório Lugano**: sobre a manutenção do capitalismo no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2002.
34. SEGATA, Jean. Um efeito ciber na antropologia. **Revista Florestan**, Ano 2, n. 4, dez. 2015.
35. SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (org.). **Políticas etnográficas no campo da cibercultura**. Brasília: ABA Publicações; Joinville: Editora Letradágua, 2016.
36. SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **A desigualdade vista do topo**: a concentração de renda entre ricos no Brasil, 1926-2013. 2016. 377 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
37. STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
38. STENGERS, Isabelle; PIGNARRE, Philippe. **La brujería capitalista**: prácticas para prevenirla y conjurala. Buenos Aires: Hekht Libros, 2017.
39. STOCKING JR., George. (org.). **Franz Boas**: a formação da antropologia americana 1883-1911. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2004.
40. WALLACE, Rob. **Pandemia e agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020.

*Rafael Malhão*

Doutor e Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1269-7162>. E-mail: malhao.rafael@gmail.com

# Elites em disputa: políticas culturais e a relação entre Brasil e Unesco nos anos 1960

Dispute among elites: cultural policies and the relationship between Brazil and Unesco in the 1960s

**Caio Gonçalves Dias**

Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

O presente artigo analisa uma missão de especialistas da Unesco em 1968 ao Brasil que tinha por objetivo produzir um diagnóstico da situação das políticas culturais. Para além de uma descrição da missão em si, eu analiso os diversos agenciamentos em torno dos relatos produzidos pelos especialistas até a produção do relatório final. O objetivo geral deste texto, assim, é refletir sobre a maneira como uma elite local se apropria de ações e diagnósticos da Unesco, transformando-os em capital político. Nesse cenário, é possível observar como os projetos da elite – no caso, a criação de um Ministério da Cultura – são impactados pelo contexto político de modo direto, mostrando como há um campo de possibilidades que restringem ou possibilitam essas ações.

**Palavras-chave:** Elites, Unesco, Políticas culturais, Antropologia Histórica do Estado.

## ABSTRACT

This article analyzes a mission of UNESCO experts in Brazil in 1968. It aimed to produce a diagnosis of the situation of the cultural policies in the country. In addition to a description of the mission itself, I analyze the various assemblages around the reports produced by the experts that led to the production of the final report. The general objective of this text, therefore, is to reflect on the way in which a local elite appropriates the Organization's actions and diagnoses, transforming them into political capital. In this

---

Recebido em 01 maio de 2021.  
Avaliador A: 25 de julho de 2021.  
Avaliador B: 09 de agosto de 2021.  
Aceito em 22 de outubro de 2021.

---



scenario, it is possible to observe how the projects of the elite – in this case, the creation of a Ministry of Culture – are directly impacted by the political context, showing how there is a field of possibilities that restrict or enable those actions.

**Keywords:** Elites, UNESCO, Cultural Policies, Historical Anthropology of the State.

## INTRODUÇÃO

As relações exteriores têm grande importância para manutenção da posição estrutural das elites nacionais. Se desde de que há Estados-nação essa afirmação é válida (ELIAS, 1993), com os processos de transnacionalização do capital ela se recrudescer e se transforma ao longo do século XX. Na história brasileira, coube às elites locais (mas ainda coloniais) a produção de uma monarquia independente e a produção de uma República – em ambos os casos, arremedos que quase nada fizeram para mitigação da produção de desigualdade no país (SOUZA LIMA; GONÇALVES DIAS, 2020).

Durante a ditadura civil-militar, porém, temos uma confluência singular das relações entre as elites brasileiras e o cenário internacional. O próprio regime político foi produzido a partir de uma conjugação de interesses das nossas elites dirigentes – que, nesse caso, devem ser compreendidas como algo complexo, unindo projetos de militares, políticos, empresários e banqueiros (CAMPOS, 2014) – e aqueles envolvendo governo e corporações estadunidenses (DREIFUSS, 1981). Entre 1964-1968, os posicionamentos brasileiros em fóruns internacionais tendiam a seguir os dos Estados Unidos da América (TEIXEIRA DA SILVA, 2014). Efetivamente, assim, uma correlação direta entre elites locais e internacionais através de posturas relativas à conjugação dos interesses de ambas. O sistema ONU é um bom espaço para refletir sobre esses aspectos. Se o Brasil normalmente seguia os Estados Unidos nas grandes assembleias, é no cotidiano de ações – como as missões de especialistas, a cooperação técnica internacional, seminários temáticos e publicações, para citar alguns exemplos – que se pode identificar esse jogo de elites em funcionamento.

É nesse contexto que a relação entre Brasil e Unesco, tão antiga quanto a própria organização, pode ser pensada. Utilizo-me do termo a partir de Tilly (2000, p. 721, tradução nossa), quando se interroga sobre como “a interação entre os locais sociais restringem as interações

subsequentes e, ao mesmo tempo, alteram as relações envolvidas”<sup>1</sup>. Nesse sentido, tratar a Unesco e o Brasil como locações sociais significa compreender as diferentes historicidades colocadas no processo específico de interação que estudo. País e organização são instauradas de muitas maneiras; não se tratam de corpus institucionais estanques e fechados em si mesmos. E, aqui, elas são colocadas a partir de agenciamentos individuais que operam essas esferas – e são constringidos por suas características ao mesmo tempo que as modificam, mesmo que pontualmente, pela sua ação.

Além de ser um dos Estados membros fundadores, houve ações diretas da Unesco no país, assim como a participação efetiva de brasileiros em seus quadros<sup>2</sup>. Tanto nos anos 1940, quando foi fundada, como nos anos 1960, escopo temporal mais direto deste artigo, o interesse pelo Brasil – não apenas da Unesco, mas também de outros atores sociais (THOMAZ, 2014) – seria devedor de uma suposta harmonia social. Nos anos 1940, ancorada numa democracia racial e, já nos anos 1960, numa espécie de pacificação das diferenças, descritas em termos culturais<sup>3</sup>. Persistia, assim, um interesse por experiências que pudessem dar pistas de atuação política num mundo marcado pelo colonialismo em tensão. O caso brasileiro ainda parecia ser compreendido como uma experiência colonial bem-sucedida; seria oportuno, por isso, investigar as racionalidades que sustentavam essa situação. Havia, nesse cenário, uma necessidade de elaborar discursivamente um mundo que poderia ser pacificado desde que arregimentado de maneira correta – e a Unesco seria um dos agentes dessa articulação.

Por um lado, então, temos os posicionamentos do Brasil nos fóruns internacionais que, em situações de voto, normalmente seguiam as propostas estadunidenses. Por outro, temos o interesse da Unesco pelo país, localidade definida pela pujança cultural mestiça, com uma herança colonial resolvida. Essas questões amplas, porém, ganham outras cores quando nos voltamos para o cotidiano das relações entre essas duas locações sociais, que são operadas por membros de elites dirigentes.

O objetivo deste artigo é dialogar com essas questões a partir relação entre Brasil e Unesco nos anos 1960 no campo das políticas culturais. O texto tem como foco uma missão da

---

1 Língua original: inglês.

2 Seria possível mencionar, por exemplo, que quando da elaboração do Projeto Unesco – que procurou estudar as relações raciais no Brasil a partir de uma ideia de democracia racial nos anos 1940 e 1950 –, Arthur Ramos era diretor de Ciências Sociais da organização (cargo para o qual Gilberto Freyre teria sido inicialmente convidado: ver MAIO, 1999b, p.114); que Paulo Carneiro teve cargo eletivo no Conselho Executivo da Organização ao longo dos anos 1970; que Eduardo Portella foi diretor-geral adjunto entre 1988 e 1993; ou que Celso Furtado integrou a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento da Unesco já nos anos 1990.

3 Utilizo o termo pacificação ao longo deste artigo a partir de Souza Lima (1995) e Oliveira (2014).

Unesco ao Brasil coordenada por Pierre Moinot em 1968 cujo objetivo era fazer um diagnóstico da situação cultural do país. O principal interlocutor da missão foi Carlos Chagas Filho, chefe da delegação do Brasil na Unesco. Para além desses pertencimentos institucionais, eu analiso seus posicionamentos e estratégias como agente dos interesses de uma certa elite política. O ponto de disputa – como ficará mais claro ao longo do texto – é a possibilidade de criação de um Ministério da Cultura a partir do Conselho Federal de Cultura (CFC)<sup>4</sup>. Chagas Filho, assim, torna-se agente desse projeto cujo campo de possibilidades (VELHO, 2003) foi delimitado pelas condições políticas do momento e pela sua habilidade de transformar o diagnóstico produzido pela missão num recurso junto ao governo brasileiro.

Meu interesse, assim, é mirar criticamente para as atuações efetivas das elites, compreendendo-as, portanto, como grupos dirigentes não homogêneos, cujo trânsito também é colocado a partir de campos de possibilidades que têm historicidades e ligam-se ao cenário político nacional<sup>5</sup>. A ideia de uma elite com a incumbência de gerenciar os Estados-nacionais é um dos elos que sustentam a relação entre Brasil e Unesco a partir da temática que analiso. Aprendemos com Mosca (2004 [1923], p. 94-95) que as elites são constituídas de tal maneira que “os indivíduos que as compõem se distinguem da massa de governados por certas qualidades que lhes conferem certa superioridade material e intelectual, e até moral” (MOSCA, 2004 [1923], p. 94-95, tradução nossa)<sup>6</sup>. No caso aqui estudado, veremos como há uma crença no planejamento como saber que deve dirigir ações, mas que precisa de diagnósticos de especialistas (da Unesco) que, em cooperação técnica com as “melhores inteligências do país” (membros do CFC), poderiam modificar os rumos da nação.

Este artigo é baseado em pesquisas nos Arquivos Central da Unesco, em Paris, e Histórico do Itamaraty, em Brasília, e na Casa de Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro; este último abriga

---

4 Criado em 1966, o Conselho era integrado por Adonias Filho, Afonso Arinos, Ariano Suassuna, Armando Schnoor, Arthur Reis, Augusto Meyer, Cassiano Ricardo, Clarival Valladares, Djacir Lima Menezes, Gilberto Freire, Gustavo Corção, Hélio Viana, João Guimarães Rosa, José Cândido de Andrade Muricy, Josué Montello, D. Marcos Barbosa, Manuel Diegues Junior, Moisés Vellinho, Otávio de Faria, Pedro Calmon, Rachel de Queiroz, Raymundo de Castro Maia, Roberto Burler Marx, Rodrigo Mello Franco. Quintella (1984), Calabre (2006) e Maia (2012) analisaram a criação e/ou o funcionamento do Conselho.

5 Desde os anos 1970, os estudos sobre elites em antropologia vêm ganhando características mais definidas. Trabalhos importantes mostraram as possibilidades de pensar as sociedades habitualmente etnografadas a partir de suas diferenciações internas, levando em consideração seus jogos de poder e produção estrutural de diferenças (LEACH; MUKHERJEE, 1970; MARCUS, 1983). Este trabalho, seguindo a perspectiva de outros produzidos no Brasil que se ativeram aos processos estatais (SOUZA LIMA, 1995, 2012), procura examinar de modo crítico os fluxos institucionais comezinhos para produzir uma aproximação mais sistemática de seus processos cotidianos de constituição. Nesse sentido, as interações entre os diversos agentes que compunham o meu cenário de investigação foram alvo de especial atenção, mesmo tendo em vista que o material que analiso é documental.

6 Língua original: espanhol.

o fundo de Carlos Chagas Filho. Analiso a troca de correspondência em torno da missão – tendo como polos o Ministério de Relações Exteriores, a Delegação do Brasil na Unesco, o Setor de Políticas Culturais da Unesco e o diretor-geral da organização –, seus relatórios parciais, as diversas versões do relatório que resultou da missão e as diretrizes sobre a divulgação deste último documento.

## A MISSÃO DE 1968

Entre os dias 20 de novembro e 19 de dezembro de 1968, Pierre Moinot chefiou uma missão ao Brasil para avaliar a situação das políticas culturais. Essa ação se integra a outras que a Unesco vinha realizando na mesma quadra histórica. Moinot já era um escritor bastante conhecido à época. Publicou o seu primeiro romance em 1948, apadrinhado por Albert Camus. Possuía, também, importante carreira pública. Foi assessor do Ministério de Assuntos Culturais de André Malraux já em 1959, ano de sua criação. Teve ação destacada no campo do teatro e do audiovisual, como diretor dessas áreas a partir de 1966. Foi também um dos idealizadores do projeto das casas de cultura, que marcaria a gestão Malraux. Em 1982, passou a integrar a *Académie Française* e faleceu em 2007. Na Unesco, atuou como consultor também de uma missão ao Irã. Ao contrário de outros processos de escolha de consultores, não há grande volume de documentos em torno da sua seleção, nem de Rafik Said e Anoine Battaini, que também participaram da missão, no Arquivo Central da Unesco, tampouco no Centro de Documentação do Itamaraty. Seguido as informações levantadas nestes Arquivos, sabe-se que Said, tunisiano, educado entre a França e a Inglaterra, obteve um doutorado em relações internacionais pela Universidade de Londres. Participou de missões acerca de políticas culturais também na Tunísia. Entre 1969 e 1975 – logo após essas missões, portanto –, foi delegado permanente desse país na Unesco. Antoine Battaini era, à época da missão, chefe de assuntos culturais do Principado de Mônaco, sendo também secretário adjunto da Comissão Nacional de Mônaco na Unesco. Não constam nos Arquivos informações sobre a sua formação acadêmica no currículo apresentado quando de sua contratação como consultor. Há, contudo, informações sobre composições musicais e outras ações na área – como coordenação de um festival em Mônaco.

Carlos Chagas Filho foi “convocado” para o cargo, em 1966, diretamente pelo presidente da República, o General Castelo Branco. Substituiu Paulo Berrêdo Carneiro – que assumiria, mais tarde, posição eletiva no Conselho Executivo da Organização. Em entrevista ao CPDOC

em 1977, Carlos Chagas relata o convite da seguinte maneira:

[...] acontece que, um dia, às sete horas da manhã, sou acordado por nossa empregada dizendo que o Presidente da República desejava falar comigo. O telefone chamara e disseram que era o Presidente, que precisava falar comigo. Comecei a tentar reconhecer a voz mas ele virou-se para mim e disse: “Olha, professor Chagas, aqui fala Humberto de Alencar Castelo Branco, não é trote não. O senhor pode vir aqui às 11 horas?” Eu disse: “Bom, senhor presidente, o senhor me desculpe, mas não estou acostumado a que o presidente me chame às sete horas da manhã, mas estarei aí às 11 horas”. E assim foi; ele então me convidou para chefiar a delegação do Brasil na Unesco (CHAGAS FILHO, 2010 [1977], p. 119).

Médico, nasceu no Rio de Janeiro em 1910 e faleceu na mesma cidade em 2000. Teve ampla atuação no campo científico, com formação realizada no Instituto Manguinhos, à época presidido pelo pai, Carlos Ribeiro Justiniano Chagas. Já formado, em 1937 migrou para então Universidade do Brasil. Nela, fundou o Laboratório de Biofísica da Faculdade de Medicina, que, em 1946, daria origem ao Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil. Hoje, ligado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), chama-se Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho (IBCCF). O cientista ocupou diferentes cargos administrativos, não apenas na universidade, mas também em organismos científicos como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Em carta de 13 de fevereiro de 1968, endereçada ao diretor-geral René Maheu, Carlos Chagas Filho informa-o sobre a criação do CFC, reputada como significativa tanto para o desenvolvimento do país quanto para a relação com a Unesco, e indica a possibilidade de que o conselho se tornasse um Ministério de Assuntos Culturais. Afirma, assim: “Tenho razões para crer que amplitude dada ao trabalho do Conselho continuará com uma tendência para posteriormente criar um Ministério dos Assuntos Culturais” (CHAGAS FILHO, 1968, n.p, tradução nossa)<sup>7</sup>. E, nesses termos, solicita a missão ao Brasil:

Creio, portanto, que seria muito interessante para o governo brasileiro poder contar neste momento com uma missão cultural que, estudando in loco os problemas colocados pelo desenvolvimento cultural do Brasil, ajudasse o Conselho, chefiado por Sr. Josué Montello, a estabelecer definitivamente sua política de animação cultural e expansão da cultura em todos os níveis sociais CHAGAS FILHO, 1968, n. p., tradução nossa)<sup>8</sup>.

A carta seria, assim, uma demanda formal do governo brasileiro pela missão. Através de

<sup>7</sup> Língua original: francês.

<sup>8</sup> Língua original: francês.

um ofício, de 26 de abril de 1968, Carlos Chagas comunica ao Ministro de Relações Exteriores (MRE) que a missão havia sido aprovada. É interessante a maneira como ele a caracteriza: “[...] missão cultural ao Brasil, por duas ou três semanas, a fim de coordenar as atividades da Organização com as atribuições do Conselho Federal de Cultura (CFC)”<sup>9</sup>. Ele também informa a composição da equipe, a ser chefiada por Moinot, e pede que seja dado conhecimento a Josué Montello, então presidente do CFC, além dos senhores Afonso Arinos de Melo Franco, Pedro Calmon e Rodrigo de Mello Franco.

Uma comparação entre os dois documentos é significativa da postura de Carlos Chagas diante do diretor-geral da Unesco e do ministro de relações exteriores. No primeiro caso, há um léxico francês, visível, por exemplo, na mobilização da ideia de “animação cultural”, conceito característico das políticas culturais francesas do período. Além disso, o ministério que seria criado teria, na carta do embaixador, o mesmo nome do Ministério dos Assuntos Culturais francês, sendo que nesse momento cogitava-se, no Brasil, um ministério da cultura. Porém, a marca da demanda de Carlos Chagas no campo semântico da Organização se dá pela ideia-chave de desenvolvimento cultural<sup>10</sup>. Já no ofício direcionado ao ministro, o que Chagas indica é uma missão da Unesco para melhor construir a sua atuação no Brasil a partir da confluência com o CFC.

A criação de um ministério da cultura não aparece, portanto, na troca de correspondência com o MRE, mas ao que parece ela estava nas intenções do CFC em relação à missão<sup>11</sup>. Uma carta de Roger Callois, então diretor para letras e artes da Unesco, de 20 de abril de 1968, oferece uma informação importante sobre as conjecturas em torno da missão. Ele relata para M. Seydou, diretor de cultura, uma reunião feita com o CFC no retorno de uma viagem à Lima. Essa carta é motivada pela cobrança por uma missão ao Brasil feita por Chagas diretamente ao diretor-geral. A discussão esteve centrada na divisão do país por regiões e como essa divisão teria impacto para literatura, arquitetura, pintura e escultura. A questão que nos interessa de modo

---

9 Ministério das Relações Exteriores (Arquivo Central), Caixa “Ofícios 1968”, pasta 2.

10 Sobre esta noção, ver Maurel (2006) e Fabrizio (1995).

11 A criação de um Ministério dedicado exclusivamente à cultura era ponto de conflito na administração pública da cultura nesse momento. Nos seus primeiros anos de atuação, o CFC possuía um caráter executivo, fazendo com que a sua transformação em órgão ministerial fosse factível. A partir de 1970, contudo, com a criação do Departamento de Ação Cultural no MEC, o CFC ganha caráter exclusivamente normativo e consultivo (COSTA, 2011). Nessa década, por sinal, são numerosas as ações que dão maior dinâmica administrativa ao financiamento estatal das artes, com a criação da EMBRAFILME, em 1973, e da FUNARTE, em 1975 (MICELI, 1984). Essas ações modificaram administração pública da cultura de maneira importante e, tendo sido feitas no interior do MEC, não faziam crer na necessidade imperativa de um ministério da cultura (BOTELHO, 2001). Nesse cenário, se estavam postas as soluções “técnicas” para gestão pública da cultura, é natural que a criação do ministério se tornasse possível como um empreendimento mais diretamente político e simbólico do que “técnico”.

mais direto é a observação final que encerra a nota: a sua sugestão de Callois seria esperar que o CFC fosse transformado em ministério, para depois enviar uma missão.

Essa recomendação não foi seguida, e, ao que parece, a partir de um investimento de Carlos Chagas, a missão foi mantida nas datas previstas<sup>12</sup>. Analisando as trocas de correspondências em torno da missão envolvendo o setor de políticas culturais, então chefiado por Fedor Ballo, é possível perceber algumas articulações importantes que ajudam a compreender os moldes da interlocução nessa oportunidade. Os memorandos, ofícios e cartas encontrados lidam apenas com questões mais burocráticas, como elaboração de contratos, compras de passagens aéreas ou pagamento de diárias; o que é incomum, se comparado a outras missões de mesmo porte, que têm longa troca de correspondência em torno dos objetivos e escolha de pesquisadores. De qualquer modo, um ofício em tom burocrático, de 21 de outubro de 1968, comunica a Carlos Chagas a seleção dos consultores pelo Secretariado da Unesco<sup>13</sup>.

Em 21 de novembro de 1968, Said e Battaine chegaram ao Rio de Janeiro; Moinot, chegaria uma semana depois. As atas de dezembro de 1968 das reuniões do CFC mencionam o encontro dos pesquisadores com o presidente Josué Montello; e, uma semana depois, também com o chefe da missão<sup>14</sup>. Ibrahim Sued, na sua coluna do jornal *O Globo*, de 2 de dezembro de 1968, noticia: “No Rio, o Sr. Pierre Moinot, o número 2 dos ‘affaires culturelles’ da França, depois de André Malraux, veio à frente de uma missão da Unesco para estudar assistência técnica à cultura brasileira. No Conselho de Cultura, ouviu exposição, em francês, do Sr. Josué Montello” (SUED, 1968, p. 2).

## AS VERSÕES DA MISSÃO

Em janeiro de 1969, a pedido do setor de políticas culturais, os consultores enviaram relatórios preliminares individuais. O relato de Moinot ajuda a compreender algumas das questões que envolveram a missão em si. A primeira delas foi uma reunião preparatória entre o

12 O Ministério da Cultura brasileiro foi criado em 1985 e numa conjuntura amplamente diversa. Eu analisei esse processo com mais detalhe em Gonçalves Dias (2015, 2021).

13 Todas as cartas e ofícios citados neste artigo foram consultados no Arquivo Central da Unesco em Paris e podem ser encontrados na seguinte localização: Box 307, CLT/130/1 008<sup>A</sup> 10/53(81). As exceções, a maioria delas encontradas no Arquivo Central do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores), serão referenciadas individualmente.

14 Ver o *Boletim do Conselho Federal de Cultura* de dezembro de 1969.

subdiretor para cultura, “representantes do país interessado” e os consultores. Houve também um encontro de mais de duas horas entre os próprios consultores, no qual puderam examinar dois documentos sobre o Brasil sugeridos pela Unesco: um sobre a alfabetização e outro sobre a conservação de bens culturais<sup>15</sup>. Ao mesmo tempo, ainda segundo o relatório, Carlos Chagas teria enviado, a título pessoal, cartas a 29 autoridades brasileiras acerca da missão. Isso teria feito com que Moinot fosse recebido de modo mais caloroso e direto, o que considera satisfatório.

Mesmo com essas ações, o consultor considera que a fase preparatória foi insuficiente: a maioria dos técnicos que entrevistou não conhecia os objetivos da missão e acabava por orientar suas respostas a partir do que eles próprios imaginavam que a missão deveria ser. Assim, quando já respondidas as questões que os técnicos brasileiros supunham relevantes, sobrava pouco espaço para as interrogações dos consultores (carta de 24 de janeiro de 1969). No mesmo cenário, na visão dos funcionários federais, as visitas aos estados acabariam apenas por confirmar o que havia sido descrito no plano nacional, fazendo com que essas viagens fossem avaliadas como supérfluas. Somente com forte mediação da delegação da Unesco no Brasil, assim como através de contatos pessoais dos Embaixadores Murtinho e Carlos Chagas, a missão pôde averiguar a situação cultural dos estados. Nesse contexto, o “patrimônio”<sup>16</sup> teria sido fundamental na construção da interlocução – instituição que é reputada como a organização cultural da esfera federal do país a ter, de fato, uma penetração local.

Ainda apontando as dificuldades da missão, Moinot ressalta que as visitas feitas pelos consultores – sejam aquelas mediadas pelas autoridades brasileiras, sejam aquelas agendadas pela Unesco – foram majoritariamente compreendidas como oficiais. Nesse cenário, apresentavam, com pequenas variações, a mesma “voz”: de um mesmo meio social; de um mesmo tipo de educação e cultura; de um mesmo nível de trabalho. Seria necessário construir meios de acessar uma produção crítica, e isso foi um desafio para uma missão tão curta.

Já Battaini faz menção a uma questão importante: os consultores se reuniram, igualmente, com “personalidades não oficiais” – pessoas das artes, teatro, jornalistas – e assim puderam formatar uma ideia mais complexa da realidade cultural do país, muitas vezes discordante do que era relatado pelas autoridades oficiais. Analisando as estruturas administrativas, o consultor afirma que a composição do CFC era amplamente criticada e que sua eficácia era muitas vezes

---

15 Presume-se, pelos temas, que sejam, respectivamente, os relatórios de Pierre Henquet e de Michel Parent, publicados em 1968.

16 Trata-se do Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado por Vargas em 1937, e que, nesse momento, estava subordinado, assim como o Conselho Federal de Cultura, ao Ministério de Educação e Cultura.

posta em dúvida. Além disso, afirma que os conselhos estaduais – instituições, em tese, assemelhadas a estrutura federal – teriam atuação quase nula. Battaini relata, também, com a ressalva de que não estava produzindo um julgamento ao regime político brasileiro, que havia um processo de censura que se mostrava um importante entrave à liberdade de criação nos domínios do teatro e do cinema. Essa censura seria menos sentida no campo literário, especialmente porque o público leitor seria bastante diminuto do país – o que faz com que o consultor passe a argumentar sobre o papel da alfabetização para o desenvolvimento nacional.

Said, por último, destaca o itinerário da missão, refletindo acerca da sua insuficiência diante das dimensões do país. Enfatiza que foi possível encontrar personalidades importantes, como os governadores da Bahia e de Minas Gerais, assim como figuras de destaque internacional, como Jorge Amado e Lucio Costa, além de pintores, músicos, diretores teatrais e jornalistas. Posteriormente, faz um apanhado da estrutura organizacional da cultura, especialmente na esfera federal.

O subdiretor para educação, ciências sociais e cultura à época, Mahdi Elmandjra, avalia muito positivamente os relatórios preliminares. A partir dessa avaliação inicial, foi estabelecido um novo encontro em Paris entre os consultores. Durante 10 dias, em fevereiro de 1969, eles se reuniram para estabelecer o relatório final da missão. E, como ficará mais claro a seguir, o tom crítico das análises preliminares é parcialmente dirimido no texto completo.

## O DOCUMENTO FINAL

Entregue em abril de 1969, o documento final tem três partes: 1) situação cultural, 2) situação cultural nos estados e 3) desenvolvimento cultural; antecedidas de uma introdução. Parte, portanto, do diagnóstico à ação; de pressupostos gerais do campo das políticas culturais e de outros específicos da realidade brasileira. Entre os primeiros, evocando as resoluções da Conferência Geral então mais recente – a 14<sup>a</sup>, realizada em 1966 – os autores do relatório afirmam uma disposição para compreender as necessidades prioritárias do desenvolvimento cultural do país, buscando por procedimentos de gestão que permitissem responder a essas necessidades. Ao mesmo tempo, seria o caso de empreender uma organização das atividades artísticas, sem que, com isso, se produzissem entraves para sua liberdade criativa. Essas questões são facilmente relacionáveis a definição de política cultural feita na mesa-redonda de Mônaco (UNESCO, 1969).

Partindo para os pressupostos específicos, enfatiza-se, uma vez mais, as dimensões continentais e a complexidade cultural do país. O interesse pelo Brasil – ou ao menos a peculiaridade que produziria a pertinência de seu estudo – estaria situado na sua conformação cultural, baseada numa *feliz mistura entre tradição e criatividade*. Esse ponto fica claro na citação a seguir:

Mas a primeira e talvez a mais importante dessas conclusões, que se deve dizer desde o início, é uma espécie de lição, que dá a qualquer especialista internacional que entra em contato com a realidade brasileira um sentimento imediato de humildade: a lição que resulta da vivacidade profunda de um povo cujos passos se inspiram naquilo que constitui o primeiro lugar da cultura: a tradição e a invenção. Num momento da história do mundo em que as forças já não correspondem à intensidade da dinâmica intelectual, mas se tornam afeitas às massas, o imenso e populoso Brasil, ao qual suas origens e sua própria disposição dão vocação de humanismo, pode ter um peso decisivo.

Sem dúvida, a assistência internacional só pode ser exercida com humildade, muitas vezes limitando seu papel a revelar aos próprios brasileiros a força de suas potencialidades. Mas o sentimento mais agudo experimentado por especialistas diante da realidade brasileira, inclusive os autores deste relatório, é o de uma corrente de trocas, de dons recíprocos, de presentes alternados, de uma lição recebida em troca de técnicas aportadas – é também de um esforço que vai muito além do Brasil para contribuir, pelo próprio lugar que este país já conquistou, para o futuro geral (MOINOT; BATTAINI; SAID, 1969: p. III, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Nota-se, deste modo, uma mirada para o país que procura inseri-lo num cenário internacional a partir de suas características culturais pujantes, visíveis na vivacidade de seu povo. Essa avaliação, que enxerga no brasileiro uma espécie de vocação humanista nata, ingênua, pressupõe certa integração pacífica em que invenção e tradição seriam marcas culturais complementares e originárias. E aí a cooperação técnica não faria mais que mostrar aos brasileiros suas próprias potencialidades.

Essa *démarche*, que tem uma clara fundamentação numa perspectiva culturalista pacificada do Brasil – e que ecoa certo lusotropicalismo (BASTOS, 1998; CASTELO, 1998). Se de início há uma preocupação na apresentação de dados demográficos básicos e sua relação com o processo de intensificação da urbanização, é quando se passa à situação cultural propriamente dita que essa questão fica mais eloquente. Há claramente uma perspectiva de Brasil arraigada numa mestiçagem bem-sucedida e harmoniosa:

Talvez essas potencialidades tenham origem na história da nação brasileira e, em particular, na sua *história étnica*. Em nenhum lugar, de fato, *a mistura de raças africanas e europeias foi mais contínua e mais feliz*. Essa convivência contínua, essas trocas constantes, limitaram ao máximo as atitudes de segregação, que não são

<sup>17</sup> Língua original: francês.

marcantes na vida cotidiana, e resultaram na criação de um *tipo brasileiro* que parece ter herdado de cada raça suas virtudes essenciais (MOINOT; BATTAINI; SAID, 1969: p. 10, tradução nossa, grifo nosso)<sup>18</sup>.

Parece haver, em continuidade, uma oposição entre “civilização” e “cultura”. A primeira é associada ao desenvolvimento econômico, material, que pode, caso não sejam tomadas providências estatais, subsumir a segunda. Há, portanto, uma tendência a tratar a cultura como algo primeiro, essencial, e que, exatamente por isso, seria passível de desgaste.

Por outro lado, menciona-se o analfabetismo como questão central da situação cultural do país e também uma cultura de elite, que abrangeria 6% da população, e que teria condições de apreciação e crítica das obras mais importantes da arte universal. Esta última teria trânsito pela cultura internacional a partir de seu poder de criação em domínios como a arquitetura, a escultura, o paisagismo, a engenharia civil e a pesquisa biológica. Essa elite de trânsito global conservaria, contudo, seu senso de nacionalismo, aplicando as técnicas e soluções inspiradas no conhecimento internacional no contexto brasileiro. “Podemos então pensar que o desenvolvimento cultural do Brasil, cuja condição primária é a alfabetização, virá tanto das forças de massa quanto do dinamismo intelectual das elites” (MOINOT; BATTAINI; SAID, 1969: p. 9, tradução nossa)<sup>19</sup>. O desenvolvimento seria, nessa ótica, baseado numa espécie de conciliação de classe (arregimentado pela elite, claro).

De modo geral, percebe-se uma avaliação bastante pessimista da indústria cultural, anunciando um processo de aculturação pelo seu contato com formas tradicionais. É com essa questão em mente, que parece necessário aos consultores o investimento em produção de qualidade nos meios audiovisuais, especialmente através de tevês e rádios educativas.

Em continuidade, são feitos apontamentos sobre a situação de classe do país, nos quais se avaliam que, caso a desigualdade não fosse revertida, seria previsível uma cisão social. Afirmam – dando mais uma vez corpo a uma mirada civilizatória para cultura – que por conta das condições materiais de vida, seria razoável que a produção cultural se tornasse engajada. O que soa estranho se pensarmos que parte significativa da produção tida como engajada dos anos 1960 tinha origem na elite ou altas classes médias urbanas. O avanço da urbanização, por sinal, é caracterizado como uma ameaça à “cultura profunda”, que promoveria um desgaste da cultura espontânea. Esta última, foi exemplificada com as igrejas de Ouro Preto – que tiveram suas esculturas e ourarias classificadas como artesanato.

---

18 Língua original: francês.

19 Língua original: francês.

Descrita a situação cultural de modo ampliado, passa-se a um apanhado das instituições federais ligadas à cultura. Um ponto importante é a declaração de que, antes da criação do CFC em 1966, não havia uma instituição dedicada a definir e implementar uma política cultural no país. É interessante como nesse contexto é apresentado como antecedente inicial o departamento de cultura do Itamaraty. Esse movimento é discordante de parte da historiografia das políticas culturais no Brasil, que tende a situar como marco inicial a criação do Serviço do Patrimônio em 1937 ou o departamento cultural dirigido por Mario de Andrade na cidade de São Paulo nos anos 1940 (este último, por sinal, não é nem mencionado)<sup>20</sup>.

Acreditando que a situação cultural do país só poderia ser efetivamente conhecida através de uma escala menor, os consultores passam a descrever alguns estados do país. Sobre São Paulo, enfatiza-se a necessidade de fazer com que a Universidade de São Paulo (USP) fosse mais integrada na construção de alternativas e processos de gestão para o desenvolvimento cultural. Já em Minas Gerais, o foco foi na questão patrimonial, especialmente ligada às cidades de Ouro Preto e Congonhas do Campo. Brasília, por sua vez, teve enfatizada sua dimensão de cidade projetada. Menciona-se nesse trecho também o estado de Goiás e seu patrimônio cultural, citando a necessidade de manutenção do apoio da Unesco para o financiamento de projetos de ciência e tecnologia da Universidade de Brasília (UnB), descrita como uma universidade já revolucionária ainda que recente. Na Bahia, a vida cultural de Salvador é saudada e se destaca a necessidade de maior aporte de recursos para sua Universidade Federal. Já acerca do estado da Guanabara, os equipamentos culturais foram destacados, alguns qualificados como inovadores, como o seu Museu de Arte Moderna.

Já na parte final, as questões em torno do desenvolvimento cultural são apresentadas a partir da identificação de necessidades culturais. Nesse cenário, ressaltam mais uma vez a questão da alfabetização como problema estrutural. Apontam, ainda, um crescente “apetite cultural” da classe média, especialmente em Minas Gerais. De modo geral, afirmam que essas necessidades não supridas poderiam ser explicadas pelos investimentos baixíssimos em cultura, salientando também a falta de recursos para criação.

Apesar de apontarem os méritos do CFC como agente que fez com que a questão cultural de fato fosse discutida estatalmente, reconhecem algumas fraquezas. Para além da falta de recursos e de ser uma organização a meio do caminho entre uma esfera consultiva e de execução, os autores do relatório fazem a seguinte observação sobre a composição do Conselho:

---

20 O trabalho de Calabre (2009) é exemplar nesse sentido.

[...] apesar do prestígio de cada um dos seus membros, o Conselho é apenas uma reunião de individualidades de grande renome. É um encontro de mentes excelentes, mas nem todos os pontos fortes do país se refletem nele. A juventude brasileira, e especialmente a juventude estudantil, se distanciam desse conselho pela simples diferença etária (MOINOT; BATTAINI; SAID, 1969: p. 78, tradução nossa)<sup>21</sup>.

A possibilidade de criação de uma Secretaria de Assuntos Culturais – algo que vinha sendo cogitada no próprio MEC com o apoio do Ministério do Planejamento –, que ficaria encarregada de modo mais direto da implementação de ações, deixando o CFC efetivamente como instituição consultiva e de elaboração, é avaliada como oportuna<sup>22</sup>. A importância dada às universidades é clara, sendo apontadas com um dos agentes mais importantes do desenvolvimento cultural pela sua possibilidade de inserção local.

## OS ENTORNOS DO DOCUMENTO FINAL

Além do envio formal ao setor de políticas culturais, Pierre Moinot escreveu diretamente ao diretor-geral René Maheu encaminhando o relatório. Essa carta, de 15 de abril de 1969, não está no papel timbrado do Ministère des Affaires Culturelles, como era habitual na documentação que concernia à missão; foi simplesmente digitada em folhas que continham o endereço pessoal de Moinot. É nessa correspondência que se pode de fato identificar algumas das questões importantes que foram deixadas de lado no relatório final. A primeira delas é o cenário político do país: o Ato Institucional número 5, que recrudescer fortemente os processos repressivos, foi expedido em 13 de dezembro de 1968, momento em que a missão estava no Brasil. Esse ponto é uma das primeiras preocupações de Moinot:

Parece-me necessário precisar que a crise política por que passou o Brasil no final de nossa estada confere ao relatório que hoje apresento um caráter particular. Basta-me indicar que o editor do jornal com quem trabalhei, na véspera da minha partida, até tarde da noite, esteve na prisão. A liberdade de pensamento e expressão parece existir no Brasil apenas no sentido de poder instituído, e o regime, ao reforçar sua dureza, afirma veementemente sua arbitrariedade, seu gosto pela imobilidade social, sua falta

---

21 Língua original: francês.

22 O que de fato ocorreu, como já mencionado, com a criação do Departamento de Assuntos Culturais no MEC em 1970.

de tolerância (MOINOT, 1968, n.p, tradução nossa)<sup>23</sup>.

Essa menção, assim como a de Battaini em seu relatório preliminar, já citada, deixa claro que a questão do regime político vivido tinha enorme impacto para descrição de sua situação cultural. Esse ponto não está presente senão indiretamente no relatório final. E essa estratégia textual é compartilhada com a quase totalidade dos documentos oficiais sobre políticas culturais do período, em sua maioria escritos por intelectuais. A avaliação de Moinot, contudo, vai além, na medida em que traz uma apreciação mais ampla da vida política do país:

Poderíamos, portanto, acreditar que essas condições estão longe de favorecer o desenvolvimento cultural e que nenhuma recomendação nesse sentido tem chance de ser ouvida. Mas o Brasil nem sempre segue nossa lógica; as posições políticas têm um lado pessoal que nossa necessidade de coerência não compreende. Por outro lado, muitas construções administrativas cujo objetivo final implique um certo tipo de atitude para com o homem podem se desenvolver sem que esse objetivo seja claramente percebido, ou que regimes políticos que rejeitem esse tipo de atitude, no entanto, facilitem esse desenvolvimento devido ao seu significado moral, que em sua perspectiva superam o risco de suas consequências sociais.

Ou seja, no Brasil mais do que em qualquer outro lugar, o desenvolvimento cultural não está necessariamente vinculado em seu início à natureza do poder político: se algumas de nossas recomendações, caso você delas se aproprie, como as que visam a supressão da censura, podem ser muito arriscadas, outras muito mais importantes, talvez a longo prazo, como as que assumem o papel central das Universidades, podem perfeitamente ser ouvidas (MOINOT, 1968, n. p., tradução nossa)<sup>24</sup>.

É visível, assim, um misto de preocupação pela maneira como a política estava sendo conduzida com uma certa esperança – que não é muito qualificada, mas que poderia ser associada à criatividade, à juventude, às características de país jovem citadas na introdução do relatório final – de que algum desenvolvimento cultural fosse produzido. Se aqui a régua parece ser a França civilizada, mais uma vez se atualiza – provavelmente pela desesperança do processo civilizatório no século XX – uma aposta no Brasil como país que foi capaz de produzir harmonia apesar da condição de colonizado.

Essa avaliação vem acompanhada, contudo, de uma posição dura sobre a questão indígena. Moinot, em sua última observação, explica que os consultores optaram por deixar uma recomendação clara para que a Unesco preste auxílio na preservação da cultura indígena junto à UnB:

---

23 Língua original: francês.

24 Língua original: francês.

Se nos permitimos este conselho, é porque parece possível, preservando a cultura indígena, ao mesmo tempo preservar a vida dos índios. O boato dos massacres de índios divulgado pelos jornais e imputáveis, diz-se, ao próprio serviço de proteção aos índios não parece totalmente infundado; se os jornais brasileiros não têm oportunidade de abordar esse assunto, por outro lado, os massacres de brancos pelos índios fazem sucesso nos macabros semanários ilustrados. Ninguém sabe exatamente o que está acontecendo no noroeste do país, exceto que a penetração de nossa civilização é feita ali de forma violenta. Se a Unesco insistisse na solução preconizada, ou fornecesse uma ajuda na questão que fosse impossível de recusar, o núcleo de sociólogos e etnólogos que pudessem, graças a ela, ser formados em Brasília seria uma tímida proteção – mas a única possível contra uma ameaça que parece real (MOINOT, 1968, n. p., tradução nossa)<sup>25</sup>.

Moinot afirma, então, em carta direta para o amigo diretor-geral, questões que não poderiam constar de modo direto do relatório finalizado, enviado ao governo brasileiro. Emerge forçosamente, assim, um cenário cultural complexo, que vai além daquele elaborado pelos intelectuais bastiões do pensamento social brasileiro do período e que davam corpo ao CFC. Seguindo a fina interpretação de Schwarz (1978, p. 3), devemos lembrar que

Se em 64 fora possível a direita “preservar” a produção cultural, pois bastara liquidar o seu contato com a massa operária e camponesa, em 68, quando o estudante e o público dos melhores filmes, do melhor teatro, da melhor música e dos melhores livros já constitui massa politicamente perigosa, será necessário trocar ou censurar os professores, os encenadores, os escritores, os músicos, os livros, os editores – noutras palavras, será necessário liquidar a própria cultura viva do momento.

O que alimenta a posição de Moinot, portanto, parece ser o contato com essa cultura. E isso não seria possível se a missão se movimentasse apenas a partir das orientações e anseios do CFC.

## A TRAJETÓRIA DO RELATÓRIO

Quando se busca o relatório nas bases de dados da Unesco atualmente, ele tem a classificação *distribution limitée*<sup>26</sup>. Nas duas vezes, contudo, em que o encontrei nos arquivos da

<sup>25</sup> Língua original: francês.

<sup>26</sup> Pelo regulamento do Arquivo Central da Unesco, todos os documentos com mais de 20 anos se tornam públicos.

instituição, essa marcação estava rasurada à caneta para *interdité*. Tanto no Arquivo da Unesco como no Itamaraty, não há troca de correspondência em torno do relatório que possa explicitar os motivos de sua proibição<sup>27</sup>. Documentos posteriores, de 1974, indicam uma possibilidade interpretativa. Trata-se de uma troca de ofícios entre Witold Zyss, representante da Unesco no Brasil, e Marcelle Vallet, funcionária da divisão de Desenvolvimento Cultural da Organização. Nessa oportunidade, Zyss pediu cópias do relatório para divulgar entre autoridades brasileiras; Vallet se diz impedida de enviá-las nos seguintes termos:

Eu ainda não estava na Unidade de Política Cultural, nem o Sr. Botbol, quando o relatório do Sr. Moinot foi comunicado ao Sr. Chagas, então Delegado Permanente do Brasil junto à Unesco, por carta oficial do diretor-geral datada de 22 de agosto de 1969, que não teve resposta. Nada formal sobre sua distribuição consta dos arquivos da missão. No entanto, ficamos sabendo de colegas que pertenceram à Unidade em 1968-1969 que as autoridades brasileiras, por meio do Sr. Chagas, pediram ao Sr. Ballo, responsável na época por este programa, que não divulgasse este relatório. Como resultado, nenhuma cópia teria sido enviada ao Brasil (é costume enviar um determinado número de exemplares ao Estado-Membro interessado). Parece que o ponto de discórdia foram as referências ao problema indígena (VALLET, 1974, n.p, tradução nossa)<sup>28</sup>.

Se o governo brasileiro não respondeu oficialmente ao envio do relatório, Carlos Chagas reputava-o como um dos melhores produzidos pela Unesco no período em que chefiou a delegação brasileira na Organização. Em entrevista ao CPDOC de 1977, afirma:

Pierre Moinot [...] era, na ocasião, chefe de gabinete do André Malraux, ou já era diretor do Departamento de Artes. É também escritor e teatrólogo eminente e veio ao Brasil estudar a chamada política cultural. Chegou aqui em dezembro de 68 e, apesar do momento não muito favorável, graças às informações que lhe dei, conviveu com todas as inteligências mais importantes do Brasil. O seu relatório também é extremamente favorável, dá um retrato perfeito do Brasil, com todos os defeitos e todas as qualidades. Dessas qualidades ele tira uma substância muito importante que deveria ser aproveitada pelo governo (CHAGAS FILHO, 2010 [1977], p. 120-121).

Posteriormente, quando perguntado sobre o processo de feitura dos relatórios, Chagas Filho faz as seguintes observações: “[...] são feitos através de pedido do governo brasileiro. A missão vem, faz a avaliação, elabora o relatório que depois é publicado e vai ao governo. Se o governo autoriza, o relatório torna-se público, se não, fica arquivado. A tendência do governo brasileiro é não dar publicidade a esses relatórios” (CHAGAS FILHO, 2010 [1977], p. 120-

<sup>27</sup> Os ofícios classificados de 1969 não foram localizados pelo Arquivo Central do Itamaraty.

<sup>28</sup> Língua original: francês.

121). Não chega a ser surpreendente: um governo ditatorial, quando estudado, dificilmente permitirá que seus meandros se tornem públicos.

Numa consulta ao Fundo Carlos Chagas Filho, abrigado na Casa de Oswaldo Cruz, foi possível encontrar uma outra versão do relatório. De início, é importante salientar que o ótimo trabalho de conservação e catalogação do acervo permitiu fazer uma avaliação consistente das interações do embaixador durante os anos de 1968 e 1969. Não encontrei nenhuma correspondência direta com Moinot ou com outros agentes da Unesco.

A pasta dedicada à atuação de Carlos Chagas na Unesco, por sinal, é bastante diminuta<sup>29</sup>. Contém, basicamente, o relatório em questão e alguns poucos documentos desimportantes para o tema das políticas culturais. Comparando as introduções, vê-se que nesta versão não havia a divisão nos subitens que compuseram o documento final. O texto, contudo, é majoritariamente coincidente – com pequenas modificações meramente textuais e exclusão de uma nota, que trata da venda de artefatos indígenas industrialmente produzidos em Brasília. O mais importante, porém, é a exclusão do trecho a seguir:

Outro raciocínio também é arriscado por alguns interlocutores. *Certos círculos políticos oriundos das frações menos liberais da classe dominante considerariam que a alfabetização inclui as sementes de uma consciência política, que levaria a uma inquietação social inevitável*, fazendo com que as massas renunciassem a esse fatalismo dos pobres para adotar uma atitude menos favorável aos interesses dos dominantes. [...] A mesma atitude explicaria que a censura, como se dirá mais tarde, parece aplicar-se apenas à literatura informativa e às canções, mas não aos livros, na medida em que estes supõem um grau de alfabetização que as massas não possuem.

[...]

Tal raciocínio, que talvez alguns políticos atrasados possam seguir, não pode ser o dessa classe média alta brasileira imbuída de cultura humanista e que se mostrou tão naturalmente inclinada a implementar as grandes correntes do pensamento contemporâneo. [...] Além disso, seria preciso ter uma visão política muito estreita para pensar que a alfabetização brasileira levaria a uma atitude social revolucionária, numa época em que imagem e som podem se espalhar por toda parte, com incomparável poder de sugestão, algo que os livros possuem em grau muito superficial. Deve-se levar em conta também que a alfabetização é a melhor arquiteta da formação de uma classe média, e que o desenvolvimento dessa classe é a garantia mais segura, para o Brasil, de um desenvolvimento econômico suficiente para evitar o perigo de uma revolução social (MOINOT; BATAINI; SAID, 1968, tradução nossa, grifos nossos)<sup>30</sup>.

Os trechos cortados são de extrema importância. Primeiro, porque lidam diretamente com uma questão central quando se pensa na produção de desigualdade e na estrutura de clas-

<sup>29</sup> Ela tem a seguinte localização: CF.RI:PM.01.

<sup>30</sup> Língua original: francês.

ses no país: a educação – e nesse campo, mais especificamente, a alfabetização – como aporte para modificação social não era bem-vista por parte da elite nacional. Esse ponto mostra de modo eloquente que parte dessa elite não estava disposta a modificar efetivamente a sociedade brasileira se isso envolvesse uma “tomada de consciência” das classes trabalhadoras de suas condições de vida.

O segundo é a questão da censura. Ela não esteve completamente ausente da versão final do relatório, mas, de modo geral, pode-se dizer que esse foi o tema que produziu mais cortes e modificações no texto. A avaliação de que ela seria exercida de modo severo para imprensa e outras produções culturais, mas não para os livros, com público limitado, é mencionada mais de uma vez.

Quando se passa a descrição mais detalhada da situação cultural, a partir das linguagens artísticas, há uma diferença notável: originalmente, essa seção do texto chamava-se “cinema, teatro e canção”, ao passo que o texto final suprime a música. Mesmo quando se olha para as duas primeiras linguagens, é possível observar algumas modificações importantes, como os trechos a seguir, que foram suprimidos:

Infelizmente, também devemos levar em conta outros elementos claramente menos favoráveis aos cineastas brasileiros independentes. Em primeiro lugar, há uma censura poderosa, exercida pelo Ministério da Justiça, sobre todos os meios de expressão artística que possam acessar o grande público. É claro que o cinema, em virtude de sua vasta audiência, é, com o teatro, um dos campos de escolha principal para essa censura.

Muitas vezes severa e incoerente, a censura obedece a critérios suficientemente livres para que nem o erotismo nem a violência desapareçam das telas, mas há sobretudo critérios políticos tanto mais paralisantes para os criadores quanto mais confusos. [...] Nos últimos quatro anos, quase 25% da produção cinematográfica brasileira teve problemas com censura. Isso mostra a importância que esse obstáculo representa para a liberdade criativa do artista.

A censura também é exercida sobre filmes estrangeiros que possam ser exibidos no Brasil. Assim, a exibição de filmes cubanos é sistematicamente proibida e os filmes estrangeiros são frequentemente proibidos ou mutilados por censores cujo zelo político parece ser a característica principal [...] (MOINOT; BATAINI; SAID, 1968, p. 38-39, tradução nossa)<sup>31</sup>.

Em seu lugar, encontra-se um trecho bem mais difuso, que explica que a censura seria um dos elementos menos favoráveis para os cineastas independentes. A censura é tratada de modo transversal no texto final, colocando como problema o fato de ser exercida pelo Ministério da Justiça a partir de critérios alheios àqueles que orientam as produções artísticas. O texto

---

31 Língua original: francês.

original, por outro lado, segue tecendo longas críticas ao então recém-criado Instituto Nacional do Cinema (INC). A questão central é a maneira como órgão poderia exercer censura sobre a produção nacional, tanto a partir da regulação de produtores independentes como através do financiamento de obras afeitas à perspectiva política do sistema vigente. Isso ocorreria porque as produções deveriam obter um “visto de qualidade” do INC, o que poderia significar, contudo, uma maneira de inviabilizar filmes que fizessem críticas sociais, políticas e econômicas ao país. Além disso, havia o temor de que o INC financiasse majoritariamente as produções internacionais de modo a inviabilizar a produção independente nacional. Segundo os autores do relatório, os cineastas contatados eram unânimes em reivindicar a extinção do INC. No texto final, a crítica ao INC é bastante atenuada. Reduzida a alguns parágrafos, trata apenas de um desconforto no cenário nacional com o INC, que faria demasiada intervenção na produção. Acrescenta, ainda, que seria difícil para a missão tomar posição acerca da questão.

Passando ao teatro, um trecho importante foi suprimido. Tratava também da questão da censura, explicando a mecânica envolvida nesse processo de modo bastante direto:

A Comissão do Ministério da Justiça que examina o texto das peças em Brasília, teoricamente, tem um prazo de revisão de 10 dias, que nunca é observado. É muito raro que um texto, mesmo que seja uma adaptação clássica, não seja objeto de cortes. Parece que, desesperada para obter uma decisão, uma companhia coloca a peça em ensaio, apenas para ser avisada da proibição na véspera da exibição, como teria acontecido com “Barrela”, de Plínio Marcos, em São Paulo. Segundo todos os homens de teatro contatados, o caráter político marcante de certos círculos teatrais, tanto quanto de seu público estudantil, os torna o alvo privilegiado da censura. Esse caráter também teria motivado a devastação de certas salas e o saque de cenários por ordens políticas de ação violenta [...] (MOINOT; BATAINI; SAID, 1968, p. 41, tradução nossa)<sup>32</sup>.

No texto final do relatório, todo esse trecho é reduzido a poucas linhas: “o que foi dito sobre a censura no caso do cinema vale também para o teatro” (MOINOT; BATAINI; SAID, 1969, p. 32)<sup>33</sup>. Outro corte efetivo foi aquele dedicado à “música popular”, já que todo o item, apesar de curto, foi retirado do relatório consolidado, como já mencionado.

Ao final do texto, quatro parágrafos foram suprimidos. Prolixos, eles evocavam a necessidade de abordar o trabalho da missão com cautela, dada a complexidade da tarefa de estabelecer a situação cultural de um país como o Brasil. É visível, assim, que a questão que ganhou mais atenção – e conseqüentemente gerou maiores modificações textuais na versão final – foi a

<sup>32</sup> Língua original: francês.

<sup>33</sup> Língua original: francês.

censura. Notem que ela não está ausente do relatório finalizado, mas ganha ares administrativos; suas características e motivações foram simplesmente suprimidos. Nesse caso, a ausência efetiva são as tecnologias de atuação do governo autoritário no campo cultural.

A questão indígena – grave – é mantida em melhor medida; não há, portanto, grandes modificações no texto com relação a esse tema. É claro que as suspeitas de genocídio – levantadas pelo relatório Figueiredo – são chocantes e ressoaram de modo definitivo para um público internacional. Mas sobre esse aspecto a missão não catalogou processos efetivos de atuação ou mecanismos mezinhos de funcionamento. No caso da censura, há práticas conhecidas que poderiam ser comprovadas – documentalmente, inclusive – pelos interlocutores da missão. É essa a faceta que o Estado brasileiro autoritário deseja esconder.

É necessário não perdermos de vista, por fim, a interdição do relatório mesmo com tantas atenuações. Se, obviamente, elas não foram suficientes para que o Estado permitisse a divulgação de informações sobre as políticas culturais no país, chama a atenção o fato de que a Unesco se mostrou disposta a fazer concessões com relação ao que seus técnicos observaram. As atenuações produzem efeitos importantes; mostram uma realidade que não é condizente com o cenário cultural observado pelos pesquisadores.

Há, aqui, uma espécie de jogo de adequações entre as proposições mais gerais da Unesco em torno do tema das políticas culturais e aquilo que o Estados-membros desejariam ouvir sobre suas situações culturais. A estratégia nesse cenário é supor que certas ações – mesmo em plano cultural – precisam ser encaradas como se pudessem ser perpetradas apenas a partir de pressupostos técnicos. Esse ponto é condição mesma de possibilidade para atuação da Unesco em todas as esferas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A missão ao Brasil coordenada por Pierre Moinot gera, portanto, muitos questionamentos. Esse ponto é válido para o seu objeto, as políticas culturais no país; mais interessante, porém, é a maneira como ela mostra o funcionamento de uma rede de poder de uma elite que tem núcleos individuais importantes. Nesse sentido, deve-se levar em conta a centralidade do CFC – e seus intelectuais bastiões – na articulação da missão como se tivesse como escopo a proposta de criação de um ministério dedicado somente à cultura. Pode-se perceber, nesse processo, a maneira como a assistência técnica da Unesco é utilizada como recurso. Ou seja,

caso o relatório apontasse de modo contundente a necessidade de criação de um ministério da cultura, ele poderia ser utilizado para produzir lobby junto às autoridades brasileiras. E é visível como Carlos Chagas manobra suas interações nesse sentido, modulando seu discurso dependendo do interlocutor. Assim, quando se reportava ao Ministério de Relações Exteriores tratava a missão como um trabalho junto ao CFC para melhor articular as ações da Unesco no Brasil; já na interação com a Unesco, utilizava-se de um léxico identificável com as políticas culturais francesas, mencionando diretamente a possibilidade de criação de um Ministério de *Assuntos Culturais* – mimetizando, portanto, o Ministère des Affaires culturelles.

O que se verifica, assim, é uma perspectiva personalista para o trabalho público. É claro que seria possível justificar certas atitudes por conta de uma suposta necessidade real de um ministério dedicado à cultura. Mas não é possível deixar de lado que essa questão se insere numa disputa, orientando uma posição que não é exatamente democrática – e nem poderia ser pelo regime militar vigente – ou mesmo republicana. Ela está ligada ao lugar de uma elite em certa posição na estrutura social e, com a mesma intensidade, a sua manutenção.

Não se contava, porém, que a missão teria outros interlocutores e que traria uma perspectiva para a situação cultural brasileira que refletia mais do que a opinião dos membros do Conselho e seus indicados. A missão de Moinot teceu críticas ao CFC, especialmente pelo seu aspecto geracional – incapaz de lidar com a juventude – e pela maneira como era composto – indicação presidencial. Teve contato, ainda, com outras propostas para gestão da cultura em nível federal, como uma reforma no próprio Ministério da Educação, para que comportasse uma secretaria dedicada à cultura.

Por outro lado, a Unesco também joga e tem uma atuação condizente com o cliente efetivo da missão: o Estado brasileiro. É nesse registro que podemos ler as diversas informações presentes nos relatórios preliminares dos consultores da missão que não chegam ao documento final. Não seria interessante devolver para o Estado aquilo que ele produz de modo sistemático e consciente; no caso em estudo aqui, o massacre dos indígenas e a censura. Qualquer leitor que tenha algum conhecimento da história do Brasil, por sinal, estranha a ausência de reflexão mais efetiva no relatório sobre o regime autoritário vivido no país. Para a Unesco, a cooperação técnica estaria situada acima de questões políticas; e essa perspectiva é o que garante a interação com Estados nacionais tão diferentes.

Tanto essas ações de Carlos Chagas e do CFC como as da Unesco guardam, porém, um sentido basal que permite a relação entre esses diferentes agentes e agências. O ponto central nesse sentido é uma *mesma* imaginação cultural de Brasil, que é simultaneamente pressuposta e prospectiva. O país é descrito como uma espécie de confluência harmônica, cuja diferencia-

ção cultural racializada não seria suficiente para gerar conflitos efetivos. É aí, portanto, que é possível produzir uma potencialidade popular latente que, com organização, poderia gerar desenvolvimento. Esse processo, contudo, precisaria ser guiado; seja pelas inteligências mais importantes do país congregadas no CFC, seja pela cooperação técnica da Unesco. Esse processo de arregimentação do desenvolvimento passa por uma elite, mesmo que definida a partir de conhecimentos supostamente técnicos.

É no esteio do desenvolvimento – aqui qualificado como cultural – que se pode antever uma espécie de caminho a partir de um roteiro teleologicamente estabelecido para certo progresso. Um discurso civilizatório – calcado na preservação de formações culturais historicamente diferenciadas, mas também no fomento da cultura da elite letrada e na defesa de certa produção artística popular qualificada como artesanato – é condição de possibilidade para esse desenvolvimento. É esse pressuposto teleológico que faz com que seja possível para uma missão com tão pouco conhecimento e pesquisa no Brasil produzir um relatório com recomendações imaginadas como eficazes. A diferença, assim, tem um papel já determinado a desempenhar – ela não pode ser produtiva para o processo civilizatório. Nesse jogo do mesmo e do outro, o mesmo parece sempre prevalecer.

É claro que essas proposições têm matizes diversos. Seria possível, assim, associar de modo mais direto o pensamento social brasileiro desse momento – literalmente personificado no CFC – a uma elaboração da diferença pela mestiçagem, ao passo que a Unesco produziria seu trabalho através de uma inscrição das diferenças entre os países a partir da diversidade cultural. Em comum, porém, há a pressuposição de que a diferença não seria imediatamente associada à desigualdade. Se o discurso é racializado apenas num sentido cultural muito específico, não há espaço, por exemplo, para produzir uma crítica do racismo que marcava – e marca – o país e o mundo.

Não é por acaso, assim, que parece haver uma certa intercambialidade de indivíduos que exercem os cargos – pois o jogo pressupõe as posições e certo perfil. Há características genéricas nesses sujeitos que são condições para que ocupem essas posições. Em um importante trabalho dos anos 1980, Quintella (1984) apresentava a existência de um *ethos* de grupo em certa elite nacional que transitava por importantes instituições federais. Esse ponto seria visível nos maneirismos dos discursos, na deferência com que se tratavam, na erudição que procuravam demonstrar, e, é claro, em certa origem de classe. São essas características que permitem o trânsito institucional fluido – do CFC à Unesco, do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) à Academia Brasileira de Letras (ABL). Mas são as estruturas mesmas da produção de desigualdade no país que fazem com esses postos sejam possíveis nos moldes conhecidos. E

são esses sujeitos, postos e processos institucionais que conformam *locações sociais* para *relações* – retomando os termos de Tilly (2000) – também em nível internacional.

Talvez seja o próprio Carlos Chagas Filho, que chegaria a fazer parte do CFC em 1979, quem melhor sumaria esse processo a partir da atuação das nossas elites. Em tom algo autocrítico, já com 80 anos, faz a seguinte avaliação:

Acho que no Brasil as classes dirigentes são extremamente faltosas, porque nós – se bem que isso é típico de nossa herança portuguesa – não temos espírito público. Possuímos um espírito pessoal privativo, queremos as coisas para nós e não para a coletividade. Nós herdamos o estado de espírito do colonizador temporário. [...] Nossas elites são predatórias. Elas só têm a visão imediatista e são muito ignorantes (CHAGAS FILHO, 2000, p. 726).

Essa avaliação, ainda pujante e atual, sistematiza a produção de desigualdade no Brasil e os jogos de poder que a sustenta. Qualquer cenário efetivo de mudança, só será possível quando as tecnologias desse espírito colonizador forem efetivamente dissipadas.

## REFERÊNCIAS

1. BASTOS, Cristiana. Tristes Trópicos e Alegres Luso-Tropicalismos: das notas de viagem em Levi-Strauss e Gilberto Freyre. **Análise Social**, v. 33, n. 146-147, p. 415- 432, 1998.
2. BENEDICT, Ruth. **Padrões de cultura**. Petrópolis: Vozes, 2013.
3. BOTELHO, Isaura. **Romance de Formação: FUNARTE e Política Cultural; 1976-1990**. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.
4. CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
5. CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar (1964-1988)**. Niterói: EdUFF, 2014.
6. CASTELO, Cláudia. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)**. Porto: Edições Afrontamento, 1998.
7. CHAGAS FILHO, Carlos. A ciência como profissão: entrevista com Carlos Chagas Filho. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**, v. 19, n. 2, p. 703-734, 2012.
8. CHAGAS FILHO, Carlos. **Carlos Chagas Filho (depoimento, 1976/1977)**. Rio de Janeiro: 2010 [1977], CPDOC. 176 p.

9. CHAGAS FILHO, Carlos. [Correspondência]. Destinatário: René Maheu. Paris, 13 fev. 1968.
10. CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. **Boletim do Conselho Federal de Cultura**. Rio de Janeiro, dez. 1969.
11. COSTA, Lílian Araripe Lustosa da. **A política cultural do Conselho Federal de Cultura, 1966-1976**. 2011. 127f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, 2011.
12. DJIAN, Jean-Michel. **La Politique culturelle, la fin d'un mythe**. Paris: Gallimard, 2005.
13. DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
14. ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: formação do estado e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. (v. 2).
15. FABRIZIO, Claude. (org.). **La dimension culturelle du développement, vers une approche pratique**. Paris: Éditions Unesco, 1995.
16. GONÇALVES DIAS, Caio. O tratamento da cultura no Brasil e sua institucionalização: marketing cultural e políticas culturais como processos de formação de Estado (1985-2013). **Revista Antropológicas**, v. 26, n. 2, p. 55-80, 2015.
17. GONÇALVES DIAS, Caio. Ordem do dia: uma análise do trabalho da Unesco em torno das políticas culturais (1979-82). **Novos Estudos CEBRAP**, v. 39, n. 1, p. 165-184, 2020.
18. GONÇALVES DIAS, Caio. **A cultura que se planeja: políticas culturais, do Ministério da Cultura ao governo Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Mórula/FAPERJ, 2021.
19. GUIMARÃES, Ely. **A UNESCO e o mundo da cultura**. Campinas: [s.n.], 1999.
20. HENQUET, P; SAMMAK, A. **Propositions relatives à l'élaboration d'un projet-pilote d'alphabétisation fonctionnelle**. Brésil - (mission) janvier-février 1968.
21. LEACH, Edmund; MUKHERJEE, S. N. **Elites in South Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
22. LEWIS, Diane. Anthropology and Colonialism. **Current Anthropology**, v. 14, n. 5, p. 581-602, 1973.
23. MAIA, Tatyana de Amaral. **Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975)**. São Paulo: Itaú Cultural/Iluminuras, 2012.
24. MAIO, Marcos Chor. Tempo Controverso: Gilberto Freyre e o Projeto Unesco. **Tempo Social**, v. 11, n. 1, p. 111-136, 1999b.

25. MAIO, Marcos Chor. O Projeto Unesco e a Agenda das Ciências Sociais no Brasil nos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.
26. MARCUS, George. **Elites: Ethnographic Issues**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1983.
27. MAUREL, Chloé. **L'UNESCO de 1945 a 1974**. 2006. 1.169f. Tese (Doutorado em História) – Université Panthéon-Sorbonne, Paris I, 2006.
28. MICELI, Sergio. (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.
29. MOINOT, P. [Correspondência]. Destinatário: René Maheu. Paris, 15 abr. 1969.
30. MOINOT, P.; BATTAINI, A.; SAID, R. **Politique Culturelles** (Brésil). Relatório de Missão (20 Novembre – 19 Decembre 1968). Paris, 1969.
31. MOINOT, P.; BATTAINI, A.; SAID, R. **Politique Culturelles** (Brésil). Relatório de Missão (20 Novembre – 19 Decembre 1968, Versão Preliminar). Paris, 1968.
32. MOSCA, Gaetano. **La clase política**. México: FCE, 2004 [1923].
33. OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, v. 20, n. 1, p. 125-161, 2014.
34. PARENT, Micheç. **Protection et mise en valeur du patrimoine culturel brésilien dans le cadre du développement touristique et économique: Brésil** (Rapport de Mission) 24 novembre 1966 - 8 janvier 1967, et 19 avril - 1er juin 1967, 1968.
35. QUINTELLA, Maria Madalena Diégues. Cultura e poder ou espelho, espelho meu: existe alguém mais culto do que eu? *In*: MICELI, Sergio (org.). **Estado e cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984. p. 113-134.
36. SCHWARZ, Roberto. Cultura e política no Brasil: 1964-1969. *In*: SCHWARZ, R. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
37. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.
38. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Dossiê Fazendo Estado. O estudo antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal. **Revista de Antropologia (USP)**, v. 55, p. 559-564, 2012.
39. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; GONÇALVES DIAS, Caio. Anthropology and the State in Brazil: questions concerning a complex relationship. **Vibrant (Florianópolis)**, v. 17, p. 1-21, 2020.
40. SUED, Ibrahim. Coluna. **O Globo**, Rio de Janeiro, 2 dez. 1968.
41. TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. O Brasil no mundo. *In*: AARÃO, Daniel Reis

- (org.). **Modernização, ditadura e democracia: 1964-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014. p. 127-181.
42. THOMAZ, Omar Ribeiro. Tigres de papel: Gilberto Freyre, Portugal e os países africanos de língua oficial portuguesa. *In*: BASTOS, Cristina; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014.
43. TILLY, Charles. How do relations store histories? **Annual Review of Sociology**, v. 26, p. 721-723, 2000.
44. UNESCO. **Cultural policy: a preliminary study** (Studies and documents on cultural policies Series). Paris: UNESCO, 1969.
45. VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2003.
46. WRIGHT, Susan. The politicization of culture. **Anthropology Today**, v. 14, n. 1, p. 7-15, 1998.

*Caio Gonçalves Dias*

Pós-Doutorando em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1061-0550> E-mail: [caiogdias@gmail.com](mailto:caiogdias@gmail.com)

# Política de formação de doutores no exterior e legitimidade da elite acadêmica no Brasil contemporâneo

Policy of doctoral training abroad and legitimacy of the academic elite in contemporary Brazil

**Leonardo Francisco de Azevedo**

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

**Rogéria Campos de Almeida Dutra**

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar a conformação de uma elite específica no Brasil – doutores com formação internacional – frente ao cenário contemporâneo de redução de investimento público nas universidades e centros de pesquisa no país. O projeto de fazer parte de um seleto grupo de brasileiros que circula pelas principais universidades do mundo, fazendo pesquisa em grandes laboratórios com reconhecidos pesquisadores, tem sido confrontado com a pouca capacidade interna de integração destes pesquisadores após anos no exterior. A partir de uma pesquisa em desenvolvimento com pesquisadores que receberam bolsas de uma agência de fomento brasileira para realizar doutorado no exterior, parte-se da hipótese de que a elite acadêmica tem enfrentado dificuldades na construção de sua legitimidade, apesar do papel histórico que desempenhou na consolidação do Estado brasileiro. A despeito do prestígio que envolve tal tipo de mobilidade internacional, bem como a escala do investimento efetuado – tanto no que se refere aos recursos públicos quanto aos investimentos profissionais, emocionais e afetivos – estes pesquisadores indicam encontrar, em seu retorno ao Brasil, dificuldades de reinserção profissional e condições pouco favoráveis ao desenvolvimento de suas pesquisas. Compreendendo melhor este segmento específico dos acadêmicos brasileiros, pretende-se contribuir com o debate sobre as condições atuais da carreira científica no Brasil.

**Palavras-chave:** Antropologia das elites, Elite acadêmica, Estado brasileiro, Mobilidade acadêmica, Cosmopolitismo.

---

Recebido em 26 de abril de 2021.  
Avaliador A: 13 de agosto de 2021.  
Avaliador B: 20 de agosto de 2021.  
Aceito em 18 de outubro de 2021.

---



**ABSTRACT**

The present paper aims at investigating the building of a particular elite group in Brazil – doctors with international training – given the contemporary scenario of reduced public investment in universities and research centers in the country. The project to be part of a select group of Brazilians who circulates through the world’s leading universities, doing researches in major laboratories with renowned researchers, has been frustrated by the lack of opportunities of integrating themselves in the Brazilian higher education system after years abroad. Based on an ongoing study with researchers who carried out their Ph.D. abroad, granted by Brazilian development agency scholarships, this paper starts from the hypothesis that this academic elite has been facing difficulties in gaining legitimacy regardless of the historical role it played in the process of Brazilian State building. Despite the prestige that this type of international mobility involves, as well as the scale of the investment made – concerning public resources and professional, emotional, and affective investments – these researchers indicate that, on their return to Brazil, they are unable to carry out their researches. By better understanding this specific segment of Brazilian academics, we intend to contribute to the debate about the current conditions of the scientific career in Brazil.

**Keywords:** Anthropology of elites, Academic elite, Academic mobility, Brazilian state, Academic mobility, cosmopolitanism.

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

O crescimento contemporâneo de uma onda neoconservadora, no Brasil e no mundo, vem ocorrendo com o apoio – ou pelo menos incentivo – de grande parte das elites econômicas e políticas estabelecidas. Tal movimento tem como características a valorização excessiva de pautas religiosas e moralizantes dos direitos de minorias e populações vulnerabilizadas – como mulheres e população LGBT; interesses econômicos baseados no agronegócio e exploração desenfreada de recursos naturais – em detrimento de pautas ambientais e direitos da população indígena e quilombola; rentabilização de direitos sociais básicos – como saúde e educação; e informalidade e precarização das condições de trabalho. Tais pautas produzem efeitos “desdemocratizadores”, nos termos de Brown (2006), enfraquecendo princípios e racionalidades que sustentavam a vida social até então, como liberdade política, igualdade e cidadania (BROWN, 2006; MACHADO, 2020).

Porém, não são apenas grupos vulneráveis que se tornaram alvo nestes novos tempos. Os interlocutores do presente artigo – acadêmicos e pesquisadores brasileiros – não têm vivido

dias fáceis, apesar de serem vistos como um grupo privilegiado em detrimento da maioria da população do país. Mesmo com o avanço considerável no número de matrículas em vagas de ensino superior no Brasil nas últimas décadas, ainda é pequena a parcela desse grupo que tem acesso à pós-graduação, nomeadamente o doutorado. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2019, apenas 21% dos brasileiros de 25 a 34 anos tem diploma de ensino superior. No que se refere à pós-graduação, o Brasil tem apenas 0,8% de pessoas de 25 a 64 anos com mestrado enquanto a média dos países que integram a organização é de 13%. Já em relação ao doutorado, tal dado é ainda mais discrepante. Entre os 35 países analisados, de diferentes continentes, que possuem dados disponíveis sobre o tema, o Brasil tem a quarta menor taxa de pessoas entre 25 e 64 anos com o título. Enquanto a média de doutores nas nações que compõem a organização é de 1,1%, a média brasileira é de 0,2% do total da população nessa faixa etária. O Brasil só supera o México e a Costa Rica, que tem uma taxa de 0,1%, e a Indonésia, que nem chega a pontuar (FERREIRA, 2019; OECD, 2019).

Há, porém, dentro deste grupo, uma parcela ainda mais “privilegiada” – doutores em reconhecidas instituições internacionais, financiados com recursos públicos. É sobre essas pessoas que o presente artigo se debruça – pesquisadores que realizaram doutorado pleno no exterior entre os anos de 1999 e 2014, com bolsa da principal agência de fomento à pós-graduação do país.

Pretende-se, a partir dos relatos destes ex-bolsistas, compreender se esse grupo pode ser entendido, ou não, como uma elite no Brasil, considerando as novas configurações socioeconômicas e de poder no país. Parte-se da hipótese que cientistas e acadêmicos, por constituírem uma elite estritamente “estatal” no Brasil, dependem sobremaneira das elites políticas e econômicas, que possuem maior capacidade de ditar os rumos das políticas e investimentos do Estado brasileiro. O capital científico daqueles não se sobrepõe ao capital político e econômico destes, apesar de seu papel fundamental no processo de modernização do Estado, na construção de autonomia e promoção do “desenvolvimento” do país, particularmente no caso brasileiro.

Se podemos identificar uma posição relativamente vulnerável de cientistas e acadêmicos, a “nova onda conservadora” (SOLANO, 2018) tem produzido efeitos complexificadores neste processo. Essas elites “tradicionais” têm sido questionadas e, em alguma medida, substituídas por novas elites autocráticas – representadas mundialmente por Trump, Erdogan, Bolsonaro, dentre outros, que, através de um movimento classificado por Appadurai (2020) como “populismo de cima”, se utilizam de ferramentas eleitorais para uma “saída em massa da democracia”. E muitos dos eleitores que optaram por esses candidatos, o fizeram por ambivalência e

desencanto – desilusão com a política e com a democracia (JUNGE *et al.*, 2021).

Há uma revolta, na conduta política destes atores, contra alguns consensos já conquistados e estabelecidos, bem como contra as outras elites que os deslegitimam, como as elites econômicas tradicionais, liberais, seculares, cosmopolitas, intelectuais, artísticas e acadêmicas. Esse grupo, portanto, disfarça seu próprio elitismo através de um discurso anti-elite. E, sobretudo, se revoltam contra aqueles que acreditam terem tomado “ilegitimamente” o poder das “elites reais”: negros nos Estados Unidos, muçulmanos e secularistas na Índia, militantes de esquerda e população LGBT no Brasil, dissidentes, ONGs e jornalistas na Rússia, religiosos, minorias culturais e econômicas na Turquia, imigrantes, trabalhadores e sindicalistas no Reino Unido, dentre outros. Essa é uma revolta daqueles que pensam ser verdadeiras elites contra aqueles considerados como usurpadores ou falsas elites (APPADURAI, 2020).

A crise que se instala vai além dessa atitude contra grupos e sujeitos, mas se configura pela revolta, destas novas elites autocráticas, contra consensos e valores que foram – gradualmente e à custa de grandes esforços – construídos nas democracias liberais, tais como os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Nesse sentido, sistemas de freios e contrapesos, regulamentações, deliberação e racionalidade procedimental são mecanismos “odiados” por estes novos líderes, pois exigem paciência e adesão a certa racionalidade coletiva. Esta revolta, portanto, é uma revolta contra a democracia, e representa o esforço de uma elite para substituir outra (APPADURAI, 2020), levando a “sociedade de risco” (BECK, 2018) a seu ponto mais extremo – ou seja, não está em risco apenas as condições climáticas e financeiras, mas os próprios princípios de modernização e reflexividade construídos historicamente pelo mundo ocidental.

Este novo cenário de “luta entre elites” (SLOBODIAN, 2021) impõe dificuldades e desafios, se fazendo necessárias novas abordagens teóricas e experimentações metodológicas. Pretendemos aqui analisar a situação da elite acadêmica, que apesar de não pertencer a um grupo de pessoas muito ricas – pertencem às camadas médias (VELHO, 1998) ou a estratos sociais em ascensão (LEMOS *et al.*, 2009) – pode ser entendida como “elite” ao compor “grupos socialmente privilegiados – mesmo que mais em termos simbólicos do que materiais” (CASTRO, 2015, p. 12). Apesar de terem conquistado sua legitimidade ao longo da história do país, acadêmicos e intelectuais se tornaram atualmente um dos principais alvos das novas elites. Observar o papel que tiveram no processo de formação do Estado brasileiro nos auxiliará a melhor compreender uma faceta desta luta entre elites, e os efeitos que pode trazer para a ciência e ensino superior no Brasil.

## UMA ELITE DO ESTADO?

Devemos a Bourdieu (2014), a indicação de que o intelectual é, sobretudo, um agente do Estado. Ao considerar o Estado como fonte do poder simbólico, onde se produz princípios de legitimação da vida social, o autor chama a atenção para o fato de que pessoas que constituem o Estado – dentre elas os intelectuais – são reconhecidas como seus representantes oficiais, com capacidade de transformar seu ponto de vista particular em ponto de vista legítimo. “O efeito de universalização é, por excelência, um efeito de Estado” (BEZERRA, 2015, p. 490).

O Estado, enquanto bem público e universal, submete seus agentes – funcionários e políticos – às obrigações próprias a sua manutenção. Demonstrar que se está trabalhando pelo coletivo e universal é uma das estratégias utilizadas, pelos agentes do Estado, para se obter reconhecimento e se beneficiar do capital simbólico proveniente. Há que se considerar, no entanto, que além das disputas na construção e legitimação permanente do Estado, há tensionamentos entre os agentes sociais que buscam monopoliza-lo. As disputas entre os agentes do mesmo campo ou de campos distintos (político, econômico, intelectual etc.) visam fazer com que seu ponto de vista e poder prevaleçam como legítimos (BOURDIEU, 2014; BEZERRA, 2015). Nesse sentido, não cabe pensarmos o Estado enquanto uma ideia, mas enquanto um sistema, com uma pluralidade de setores, instituições e órgãos, com histórias singulares que operam e são operados, em diferentes termos (ABRAMS, 2006; SOUZA LIMA; FACINA, 2020).

Cientistas e professores universitários estão engendrados nessas redes e nesses campos de disputa. Constituem-se através do Estado – por suas instituições de ensino e credenciais – e é através dele que se mantêm e renovam seus quadros. Tal como os políticos, dependem do Estado – tanto em termos materiais como em termos simbólicos. Se isso, por um lado, garante alguma estabilidade, implica a disputa permanente, estando sua condição de existência e/ou permanência, vulnerável, seja aos grupos políticos e econômicos que disputam o poder, seja a mudanças conjunturais decorrentes. Pode-se aqui recorrer a Gramsci (2000) para pensar o Estado como um espaço de disputa constante por hegemonia de projetos políticos, disputa essa instável e temporária, exigindo a produção permanente de consensos mínimos. Nestes termos, as elites políticas e econômicas, apesar das divergências que por vezes existiam, legitimavam a elite intelectual brasileira – havendo inclusive confluência entre elas – como intelectuais ocupando espaços importantes em instituições políticas e econômicas no país ao longo de sua história. Assim, vale lembrar que a legitimidade, em termos weberianos, provém do efetivo poder de dominação de determinados grupos e instituições, através do Estado (WEBER, 1991).

A construção do Estado moderno brasileiro, aliás, está diretamente ligada à constituição de uma elite intelectual cuja formação acadêmica ocorreu fora do país. Nos períodos colonial e imperial, a circulação internacional das elites brasileiras, focada, sobretudo no trânsito entre colônia e metrópole, era fator essencial para manutenção do poder, destacando-se em particular o papel que juristas e magistrados – a exemplo do que já ocorria em Portugal – ocupavam na administração pública e na política no Brasil. Uma elite burocrática e política sistematicamente treinada em Direito na Universidade de Coimbra, fundada em 1290 na metrópole portuguesa (CARVALHO, 1981).

Até a Independência, Coimbra teve papel central na formação desta elite nacional, responsável pela constituição do Estado brasileiro. No período pós-independência, o cenário se altera sensivelmente, com o pleno funcionamento das escolas de nível superior criadas no país durante a estadia da família real<sup>1</sup>, visando a formação de profissionais para ocupar cargos burocráticos do Estado e promover a expansão urbana do país (BURGOS, 1999). Contudo, as condições da atividade científica no país permaneceram precárias, dada a instabilidade financeira e política das instituições educativas; não havia à época no Brasil um reconhecimento, por parte da sociedade, do valor e importância da atividade científica, em virtude da falta de interesse e investimento público. Dessa forma, os empreendimentos científicos no Império se limitavam à solução de problemas concretos ou à vontade do Imperador, sem padrões mínimos de autonomia capazes de gerar estabilidade e reprodução (CARLOTTO, 2013; SCHWARTZMAN, 1979).

Mesmo com a existência do ensino superior, apenas grupos privilegiados tinham acesso, devido à oferta precária de educação básica no país. Os cursos de Direito criados tinham como referência o curso de Coimbra, mas houve mudanças significativas no conteúdo aqui trabalhado, com maior ênfase nas demandas do novo país, como direito mercantil e marítimo: “a ideia dos legisladores brasileiros era a de formar não apenas juristas, mas também advogados, deputados, senadores, diplomatas e mais altos empregados do Estado” (CARVALHO, 1981, p. 62).

A elite política brasileira, portanto, era altamente educada, se comparada com o restante da população do país. Enquanto a grande maioria de ministros e senadores possuía ensino superior, a taxa de alfabetização no país situava-se em torno de 15%. E para esse grupo, ir para o exterior era parte constitutiva de sua própria formação, que afetou consequentemente o processo

---

<sup>1</sup> Como a criação da Real Academia dos Guardas-Marinhas e a Academia Real Militar (1808 e 1810), seguidas pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro e de Salvador (1813 e 1815) e pela Academia de Belas Artes, em 1820. As escolas destinadas à formação da elite política surgiram após a Independência, com dois cursos de Direito criados em 1827 e iniciados em 1828, em São Paulo e Olinda. Também foi criado em Ouro Preto uma Escola de Farmácia (1839) e de Minas (1876) (CARVALHO, 1981).

de modernização do país – uma “modernização pelo alto” (DOMINGUES, 2002). Tal cenário, contudo, ganhou novos contornos institucionais durante o século XX, com a criação das universidades brasileiras. É nesse processo, com a consolidação dessas instituições e a consequente criação de cursos de pós-graduação, que se começa a criar no Brasil uma elite preponderantemente intelectual, sem estar necessariamente vinculada aos campos políticos e econômicos do país.

No período inaugural, entre os anos de 1930 e 1950, com vistas a consolidar as instituições universitárias no país, predominaram os programas de cooperação internacional com ênfase na acolhida de professores visitantes<sup>2</sup>, com motivação principalmente acadêmica<sup>3</sup>. Contudo, essas iniciativas não contemplavam a contento a demanda nacional de formação de pesquisadores, identificando-se uma dependência do exterior para formação em pós-graduação (CURY, 2004). Neste contexto, são criados o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951 (LIMA; CONTEL, 2011).

É na década de 1960 que se efetiva a institucionalização dos cursos de pós-graduação no Brasil, e consequentemente nas políticas de internacionalização das universidades brasileiras. A então Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, principalmente nas áreas de Física e Biologia, adotou o modelo das *graduate schools* norte-americanas, bem como criou a Comissão Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, a COPPE, em 1963<sup>4</sup>. A pós-graduação, porém, só foi regulamentada a nível nacional em 1965, através de parecer do Conselho Nacional de Educação<sup>5</sup> que distinguiu pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu* e definiu as características dos cursos de mestrado e doutorado, estruturando a pós-graduação brasileira a partir do

---

2 A criação da Universidade de São Paulo, por exemplo, foi possível devido à vinda de pesquisadores e professores estrangeiros para o país através de uma política orquestrada de atração de cérebros internacionais que formaram as primeiras gerações da universidade. Também ocorre, nesse período, a fundação da Universidade do Rio de Janeiro, com o curso de Direito. (CURY, 2004; LIMA; CONTEL, 2011).

3 Cabe lembrar que esse movimento estava em afinidade ao que estava acontecendo no Brasil à época. O processo de fortalecimento do Estado e da administração pública no governo Getúlio Vargas, com a criação de um parque industrial, consolidação das leis trabalhistas, urbanização, busca por autonomia e autossuficiência, bem como a consolidação de um sistema educativo nacional. Os cursos de graduação na área de ciências humanas, por exemplo, tinham como objetivo a formação de formadores, atendendo a demanda da formação de professores (AZEVEDO; FERREIRA, 2006; CARDOSO, 2010).

4 Foi também na década de 1960 que novos cursos de pós-graduação no país foram abertos, dentre eles: mestrado em Matemática, na Universidade de Brasília; doutorado, no Instituto de Matemática Pura e Aplicada; mestrado e doutorado na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, assim como foram abertos cursos na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e no Instituto Tecnológico da Aeronáutica (LIMA; CONTEL, 2011, p.63-64).

5 Parecer nº 977/65 do Conselho de Educação Superior, aprovado em 3 de dezembro de 1965 (ALMEIDA JÚNIOR, 2005).

modelo norte-americano (FERNÁNDEZ, 2012). O início da pós-graduação no Brasil, portanto, esteve fortemente associado ao Estado, através da busca por referências internacionais. Nesse processo, “o Estado impõe-se, ou melhor, vai-se impondo como garantidor do desenvolvimento científico, visto como importante para a busca da autonomia nacional.” (CURY, 2004, p.121).

Durante a ditadura militar, a pós-graduação foi considerada setor estratégico para receber investimentos públicos, endossando o nacionalismo e desenvolvimentismo que orientaram grande parte da política do regime, defendendo a “soberania” do país em relação à suas próprias riquezas naturais. Para os militares, o incipiente campo científico no Brasil era causa de nosso “atraso”, não consequência de uma dependência histórica que afetava todos os níveis educacionais do país. Foi nesse período em que foi firmado o acordo USAID-Nordeste, enviando cerca de 1.200 bolsistas brasileiros para os Estados Unidos. Destes, 20% voltaram com títulos de pós-graduação de universidades americanas (CURY, 2004).

No bojo dessas políticas se criaram medidas que visaram garantir o retorno e permanência de pesquisadores brasileiros no país, como estímulos para fixação de cientistas e lei para regulamentar a revalidação de diplomas estrangeiros no país (CURY, 2004). Havia uma preocupação, por parte do governo brasileiro, em formar os docentes para as jovens universidades brasileiras, com uma recente política de pós-graduação no país. O primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979) é incisivo em dizer que torna necessário capacitar os docentes das instituições brasileiras, sendo que nas áreas em que não houvesse formação disponível no país deveria ocorrer convênios e intercâmbios com instituições estrangeiras<sup>6</sup>. A pós-graduação, à época, assumia uma posição estratégica, tanto em termos educacionais, como para o modelo de desenvolvimento vigente no regime militar (CURY, 2004). A “modernização autoritária” (MOTTA, 2014), ao mesmo tempo que censurou, cassou, torturou e matou vários estudantes e professores universitários (muitos foram compulsoriamente aposentados), promoveu uma forte política estatal de qualificação de recursos humanos qualificados no país, focado nas áreas consideradas “estratégicas” à época, como petróleo e agricultura (CURY, 2004).

Essa política de concessão de bolsas para doutorado pleno no exterior, iniciada nos anos de 1950 e consolidada nos anos de 1980, alterou significativamente o público a quem ela se destinava, ou seja, os estratos sociais que puderam ter acesso à pós-graduação no exterior. O que antes era restrito aos estratos superiores, pôde se tornar acessível às camadas médias brasileiras

---

<sup>6</sup> Para isso, foi criado o Programa Institucional de Capacitação Docentes, com vistas a formar, entre 1975 e 1979, 16.800 mestres e 1.400 doutores. Nesse plano, havia a previsão de conceder 7.650 bolsas/ano no exterior. Nesse mesmo período, foram criadas as políticas de bolsas tanto da CAPES quanto do CNPq para pós-graduandos (CURY, 2004).

(MARTIN, 2004). Nesse mesmo período, foi publicado o terceiro Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989). Enquanto nos dois primeiros a ênfase estava na formação de docentes e pesquisadores brasileiros no exterior, nesse começa-se a enfatizar a necessidade de estadias de curta duração (conforme o doutorado sanduíche, que depois se tornará hegemônico enquanto política) em detrimento da formação completa no exterior (BRASIL, 2009). Até o ano de 1985 mais de 40% dos doutores brasileiros tinham obtido seu título em instituições estrangeiras, enquanto que na década seguinte este número cai pela metade (CGEE, 2015). Há quem indique que esses dados simbolizam a passagem de uma dependência das instituições de pesquisa internacionais para uma relação de interdependência (BRITO, 2004).

Para Schwartzman (2009), a principal justificativa governamental para alterar a política de bolsas para o exterior se deve à consolidação do sistema de pós-graduação no país, não sendo necessário enviar tantas pessoas para cursar o doutorado pleno no exterior a um custo tão alto<sup>7</sup>. Além da questão dos gastos, a preocupação em torno da “fuga de cérebros” e da qualidade da formação desses estudantes no exterior também estavam presentes.

Com esta breve análise histórica – que apresentou em linhas gerais o desenvolvimento das políticas de mobilidade acadêmica internacional no Brasil, sem abordar em sua totalidade a complexidade, descontinuidades e dinâmicas mais amplas do ensino superior brasileiro, como articulado em artigo recente de Carlotto (2021) – fica evidente como a formação da pós-graduação no Brasil e a formação de recursos humanos no exterior foram parte de uma política deliberada do Estado brasileiro. Assim, o investimento estatal possibilitou a construção de um sistema de pós-graduação consistente no país.

Nessa *ação deliberada do Estado*, o envio de professores para o exterior constitui um patamar básico para a disseminação endógena de programas de mestrado e de doutorado no país e para a sua consolidação qualificada. Nesse sentido, o papel da pós-graduação no exterior revestiu-se, no início, de uma função importante: o de ser um momento formativo, a fim de possibilitar o desenvolvimento autônomo da pós-graduação no país. Hoje, sem a força inicial, a pós-graduação no exterior continua a oferecer seus préstimos, com novos ângulos, próprios de um intercâmbio propiciador de trocas, atualização e aperfeiçoamento (CURY, 2004, p.135, grifo do autor).

A formação internacional dessas primeiras gerações permitiu a construção de um sistema universitário qualificado no país, fortemente vinculado ao Estado, com financiamento

---

<sup>7</sup> Além da bolsa mensal para manutenção da vida dos estudantes no exterior, há os custos referentes à mensalidade nas universidades, instalação desses bolsistas na cidade estrangeira, passagem de avião, seguro-saúde, dentre outros gastos. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/carta-de-servicos-bolsas-auxilios-exterior>. Acesso em: 26 abr. 2021.

público cada vez mais escasso no Brasil contemporâneo. Apesar desse processo modernizador do Estado brasileiro, nossas elites políticas e econômicas mantiveram seu caráter excludente e arbitrário, com seu passado escravocrata e rural. Tais componentes se mantêm na arena política atual, através da invocação de “valores (neo) conservadores”, atuantes no processo de desconstrução de conquistas consolidadas a partir do Estado, mas também pela sociedade civil – de ampliação de acesso a direitos a grupos historicamente marginalizados (SOUZA LIMA; DIAS, 2020). As elites, no geral, conseguem permanentemente renovar seus quadros, em um movimento, sobretudo, familiar, através de heranças – econômicas, mas também de capital político e simbólico (NUGENT; SHORE, 2003). O mesmo, porém, não ocorre com os intelectuais e a elite acadêmica, em função de sua dependência do Estado e a fragilidade na disputa da hegemonia, ameaçando sobremaneira o processo de renovação dos quadros científicos do país.

## **UMA ELITE EM FORMAÇÃO? ENQUADRE METODOLÓGICO**

Para a realização da presente pesquisa, optou-se por eleger como interlocutores pesquisadores que realizaram doutorado pleno no exterior entre os anos de 1999 e 2014, com bolsa da principal agência de fomento à pós-graduação do país. Tal período se justifica por buscar um cenário mais recente, marcado pela consolidação e expansão do sistema universitário brasileiro, com aumento do número de vagas em cursos de graduação, pós-graduação (BARROS, 2015; CARLOTTO, 2021) e também de bolsas para formação no exterior – sobretudo bolsas de graduação, mestrado e doutorado sanduíches – como o Programa Ciência sem Fronteiras, criado em 2011 (DUTRA; AZEVEDO, 2016). Além disso, tal recorte leva em consideração diferentes situações conjunturais no espectro político – no período retratado o Brasil teve três diferentes presidentes, em quatro mandatos distintos (segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, dois mandatos de Lula da Silva e o primeiro mandato de Dilma Rousseff).

Os doutores formados no exterior na segunda metade do século XX refletiam o momento de uma pós-graduação ainda em construção no país, vendo-se obrigados a irem para o exterior cursar mestrado e doutorado – conforme destacado na seção anterior, a pós-graduação no Brasil se institucionalizou apenas nos anos de 1960, com ainda poucos cursos e programas estruturados. Contudo, os interlocutores da presente pesquisa se inseriram em outro cenário de oferta de cursos de mestrado e doutorado no Brasil, pois a partir dos anos de 1990 o sistema de pós-graduação brasileiro consegue absorver grande parte desta demanda (CGEE, 2015). Sendo

assim, considerando haver condições estruturais para a formação em pós-graduação no Brasil nos anos 2000, suscitou compreender as razões e processos pelos quais esses atores passaram para optar pela formação no exterior – e seus desdobramentos.

Para acessar tal grupo, buscou-se dados referentes a todos os ex-bolsistas que iniciaram e concluíram o doutorado nesse período – através da ferramenta da Lei de Acesso à Informação – e, a partir desse material, fez-se uma primeira revisão, ajustando as informações recebidas com os critérios estabelecidos pela pesquisa. Nesse processo, foram identificados 1.915 bolsistas. Posteriormente fez-se contato, através de e-mail, com aproximadamente 150 deles, levando-se em consideração a diversidade de gênero, de países, cursos, áreas de formação e ano de ingresso, dos quais 39 se dispuseram a conceder entrevistas em profundidade – 20 vivendo atualmente no exterior e 19 no Brasil.

Considerando a diversidade de localidades em que esses pesquisadores vivem – em diferentes cidades do Brasil e do exterior – coincidente com a situação de pandemia de COVID-19 durante os anos de 2020 – ano em que grande parte da coleta de dados foi realizada, a maior parte das entrevistas foi realizada à distância, por plataformas de comunicação *on-line*. É a partir dessas conversas que apresentaremos a próxima seção.

## UMA ELITE DESAMPARADA?

Se as universidades e a elite acadêmica foram fundamentais no processo de configuração do Estado brasileiro – apesar do cunho elitista, haja vista sua afinidade ao discurso racialista no início do século XX no país (SOUZA LIMA; DIAS, 2020) – sua dependência das políticas de governo faz com que as disputas dentro do campo político estejam permanentemente presentes. O Brasil, ao construir um sistema consolidado de pós-graduação e pesquisa durante a segunda metade do século XX, produziu mecanismos eficientes de formação de novos quadros e renovação geracional, sem grandes perdas, considerando que estudantes e pesquisadores que iam para o exterior, em sua grande maioria, retornavam e conseguiam se integrar ao sistema universitário brasileiro (VELHO, 2001). E, sobretudo na primeira década do século XXI, o número de matrículas em instituições de ensino superior mais que dobrou (de 3.036.113, em 2001, para 6.379.299, em 2010), aumentando, conseqüentemente, o número de vagas de docentes no ensino superior (BARROS, 2015).

A estadia no exterior, através de financiamento público, é consequência direta de uma

política de Estado, forjada e aprimorada em diferentes governos, com vistas à manutenção de formação desses novos quadros. Esse processo vinha ocorrendo de forma ascendente, destacando-se que a maioria dos brasileiros doutores titulados em instituições estrangeiras concluíram seus estudos a partir de 2000 (51,44%) (CGEE, 2015).

Contudo, recentemente, a situação tem se alterado. Aqueles que não conseguiram posições que desejavam no país, ou ainda estão à procura de melhores empregos ou optaram por voltar para o exterior. E mesmo entre os que se encontram empregados atualmente, há uma série de desconfortos e insatisfações com a condição de se fazer ciência no país. Quando se pensa em elites, se pensa em privilégios e facilidades que se tem frente à maioria despossuída. No caso do grupo aqui estudado, possuem diploma de doutorado – o que é relativamente raro na sociedade brasileira – realizado em uma universidade estrangeira – o que faz esse grupo ser ainda mais seletivo. Nesse sentido, o que diferencia o grupo aqui analisado é o capital simbólico que possui através de credenciais educacionais em universidades prestigiadas mundo afora. Se tais credenciais tornam esses sujeitos relativamente valorizados em um grupo social específico – no caso no campo científico em que o capital científico e de mobilidade são valorizados – em outros contextos sociais tal capital tem pouco efeito. As dificuldades do retorno e da inserção profissional no país faz com que esse grupo tenha várias questões e discordâncias com relação à própria política que os beneficiou.

Alexandre<sup>8</sup>, por exemplo, realizou doutorado na Espanha, na área de “Saúde”<sup>9</sup>, concluindo-o no final dos anos 2000<sup>10</sup>, e revela a sua insatisfação quanto ao retorno.

A volta foi uma das piores coisas que aconteceu assim. Tu chega, num dia tu é o doutor internacional, tu é recebido no aeroporto, e no dia seguinte tu não sabe o que que tu vai fazer amanhã. Não tem plano, nada preparado assim, não tem. E eu tinha uns colegas que também estavam voltando e todo mundo passava mais ou menos por esse mesmo baque. Quando tu chega de volta, pra onde tu vai? Tudo que tu tem tá na tua bolsa, tua mala, daí tu volta, vai pra casa de um amigo, pra casa de um familiar, e aí tu tem que se reestabelecer.

A crença de que as credenciais obtidas no exterior proporcionariam reconhecimento automático no Brasil não se manteve quando retornaram, como explica André, que fez doutorado na Nova Zelândia, na área de “Exatas e da Terra”, concluindo-o na metade dos anos 2000.

---

8 Todos os nomes utilizados neste artigo são pseudônimos.

9 As categorias de áreas de conhecimento aqui utilizadas são as mesmas utilizadas pela CAPES na classificação dos cursos de pós-graduação no Brasil, no que se refere às grandes áreas.

10 Informamos apenas o indicativo do período em que o interlocutor concluiu o seu doutorado, para que o anonimato seja garantido.

[...] eu volto para o Brasil, e obviamente esse é um dos problemas que a gente enfrentava, porque eu não estava preparado... [eu havia pensado] tranquilo né, 4 anos fora, volto para o Brasil, diploma de doutor, PhD na Nova Zelândia, as portas vão se abrir, [...] vou conseguir passar em concurso de qualquer universidade. Não foi tão fácil assim.

Para Fernando, que estudou nos Estados Unidos na segunda metade dos anos 2000, na área de “Engenharias”, o que conta no retorno não é competência ou os méritos de sua pesquisa, mas sorte.

E realmente eu tive muita sorte. Eu acho que assim, infelizmente, depende muito de sorte. É uma carreira que não deveria, que deveria depender de meritocracia, mas depende de sorte. Por exemplo, eu voltei pro Brasil, consegui a bolsa de pós-doutorado, rapidamente teve um concurso público que se abriu, consegui ser aprovado nesse concurso. Há vários colegas meus que tiveram que esperar às vezes três, quatro anos, para surgir um bom concurso, ou para ser aprovado. Então você precisa de sorte sim, estar no lugar certo, na hora certa. Se eu tivesse voltado, por exemplo, 1 ano antes, eu não sei se eu teria que ter esperado por dois anos e meio, ou se eu tivesse voltado 1 ano e meio depois, eu não sei quando teria um concurso, por exemplo.

Para muitos desses pesquisadores, o fato de ter ficado por um longo período no exterior faz com que as redes de contato e profissionais existentes no Brasil ficassem enfraquecidas ou deixassem de existir. Sendo assim, ao retornarem, encontraram tais dificuldades por estarem por muito tempo operando em outros contextos e redes.

Tal situação, portanto, aponta certa vulnerabilidade desse grupo. Pertencer, momentaneamente, a um seletivo grupo de pesquisadores internacionais, não garante uma inserção profissional qualificada no país. Ana, que retornou ao Brasil após anos na Alemanha – fez doutorado na área de “Agrárias”, na primeira metade dos anos de 2010, tentou por diversas vezes se inserir em uma universidade brasileira. Após diferentes tentativas e decepção, retornou para o exterior.

Eu estava na casa da minha mãe, então eu fui na universidade, perguntei se tinha algum pós-doutorado. [...] Eu falava assim, olha, eu tô aqui na minha cidade, eu acabei de sair de um doutorado na Europa, eu tenho tanta bagagem, deixa eu voluntariamente participar dos projetos, com as traduções, com orientação de aluno, ninguém me abriu uma porta. Eu não sei o que aconteceu. [...] Não sei se era o momento que o Brasil estava vivendo, que realmente era muito difícil e eles não viam perspectiva de bolsas, de pós-doutorado. [...] e então eles me falavam: olha, agora, no momento, nós não temos nada pra você. [...] Então eu tentei, tentei, tentei e eu me decepcionei muito com o Brasil. Depois [...] quase três anos depois saiu a vaga [que eu estava esperando de pós-doc]. Mas claro, pra mim foi um sinal de que não era pra mim [...] eu falei, não vou voltar pro Brasil pra tentar um concurso que eu sei que eu não vou passar.

Tal situação, para alguns, perdurou por um longo tempo após o retorno. A incapacidade de conseguir uma posição desejada fez com que o plano de ser um pesquisador no Brasil se

tornar duvidosa e partirem em busca de outras possibilidades. É o caso do Vitor, que depois do doutorado no final dos anos 2000 no Canadá, na área de “Biológicas”, está há anos tentando uma vaga em alguma instituição brasileira e, sem sucesso, planeja mudar de carreira.

Depois que eu fui rejeitado para voltar para Michigan [para um pós-doutorado] eu apliquei para vários empregos no exterior também além de no Brasil que eu estou aqui ansioso para receber uma resposta de uma universidade, que também abriu vaga para pós-doutorado. Mas na minha cabeça é o seguinte, se até o fim desse ano eu não conseguir nada, por mais difícil que esse ano seja, eu vou largar mão de tudo da ciência, da biologia, e vou trabalhar com outra coisa, porque não dá pra ficar desempregado por mais tempo. [...] se eu mentir que eu não tenho doutorado nem mestrado é capaz de arrumar emprego mais fácil, nas universidades particulares.

Esta foi a situação de Iris. Depois de concluir seu doutorado na França, na área de “Humanas”, na primeira metade dos anos de 2010, voltou ao país, mas logo regressou ao exterior.

Então, durante o doutorado eu publiquei, apresentei coisas, colóquios, congressos, etc. No final de 2015 me casei e falei “vou pro Brasil, tentar fazer minha carreira lá” – lembrando que nesse meio período, eu passei num concurso aqui [na França], pra ser professora substituta [...] então dei aula um semestre, mas aí chegou a data de voltar, por imposição da Capes, então eu voltei pro Brasil. Fui sozinha, larguei minha posição aqui como professora substituta na época. Larguei e fui para o Brasil, fiquei três meses procurando emprego e prestei um concurso público também, que não passei [...] daí começou aquela coisa toda do golpe, do *impeachment* e tudo e aí a situação econômica do país piorou bastante, desemprego, etc. Eu não consegui, eu nunca nem fiz entrevista pra conseguir, pra ter emprego no Brasil. Então, depois de algum tempo, eu voltei pra cá, e quando eu voltei eu comecei a trabalhar, consegui um emprego aqui [na França]. [...] Eu voltei com a cabeça de que “vou procurar um emprego de segunda a sexta, de oito às dezoito, como todo mundo, os engravatados”, vamos dizer assim. Falei “vou dar um tempo na academia, não sei se é isso que eu quero”, e aí eu deixei a academia de lado e comecei a trabalhar em outra área.

Tal sentimento, no entanto, não é exclusivo dos que não conseguiram emprego. Fernando, já citado anteriormente, hoje é professor de uma importante instituição brasileira e lamenta a forma com que os pesquisadores são tratados no país.

Eu acho que o Brasil trata mal os seus pesquisadores, no geral. Não é no estado de São Paulo, não é em Minas Gerais. O Brasil trata mal. O Brasil precisava tratar melhor os seus pesquisadores, mas é claro, tem que exigir dos pesquisadores também. Então assim, tem que fazer, como em qualquer área, nem só na pesquisa, mas em qualquer área da sociedade, a gente tem que começar a exigir mais da gente mesmo. [...] E só fico um pouco chateado que o país não acolhe. A próxima geração de pesquisadores, por exemplo, vai ter grandes problemas, eu acho. E é essa próxima geração que tem a chance de mudar alguma coisa. Porque certamente as gerações anteriores não mudaram nada, e se mudaram alguma coisa, mudaram um pouco pra pior. Apesar de algumas pessoas que foram heróis aí e que infelizmente tiveram que também combater esses problemas.

E comenta a situação de vários colegas que optaram por fazer carreira no exterior, por não conseguirem posições correspondentes a sua formação no país.

Tenho colega que foi um ano depois de mim, para os Estados Unidos, voltou também um ano depois de mim, fez doutorado no MIT, uma ótima instituição. Voltou pro Brasil, mas não aguentou. Não conseguiu se inserir aqui e voltou para os Estados Unidos. Hoje ele já é americano. O Brasil perdeu essa pessoa. Tenho um colega que também fez doutorado na Bélgica. Voltou pro Brasil, não conseguiu sequer uma bolsa de pós-doutorado. Tudo que ele tentou, ele foi recusado. Ele arrumou emprego como professor na Holanda. Hoje ele é professor em uma universidade de ponta na Holanda. Então a Holanda deu um emprego pra ele como professor e o Brasil – falaram que ele era muito ruim. Veja, e eu tenho mais colegas nessa situação. Vários colegas meus não quiseram voltar pro Brasil, então quando eu estava terminando o doutorado, tinham alguns pós-docs que chegaram lá nos Estados Unidos e todos eles – era um número grande, 4 ou 5 pessoas, todos eles devolveram dinheiro pra CAPES, preferiram pagar de volta a bolsa de pós-doutorado e preferiram ficar nos Estados Unidos. Hoje dois são professores nos Estados Unidos e três trabalham em empresa. O Brasil perdeu essas pessoas.

Este pesquisador, inclusive, aponta certo arrependimento em ter voltado ao país quando terminou o doutorado. Abriu mão de boas oportunidades de trabalho no exterior e hoje não está satisfeito com o trabalho no Brasil.

Hoje eu me arrependo. Por quê? Eu terminei o doutorado e daí também tive oportunidades de emprego lá. Tive três oportunidades de emprego e tive oportunidade de fazer um pós-doutorado também. Na época, como eu tinha um visto J né, eu era obrigado a voltar pro Brasil – eu falei não, vou voltar pro Brasil e é o que eu gostaria de fazer. Então tive essas oportunidades, mas eu achava: não, eu quero ir pro Brasil. E na época o Brasil estava, digamos, a situação econômica do Brasil estava razoavelmente boa e eu tinha acabado de pegar uma crise nos Estados Unidos. Então eu tinha uma expectativa grande de que eu poderia ser absorvido no Brasil e contribuir bastante. E os últimos anos têm deixado muito a desejar, então assim, essas oportunidades, que eu acabei recusando na época, hoje eu me arrependo disso. Assim como vários colegas que eu conheço, ou voltaram pra lá, ou se arrependem também, ou estão abandonando carreira acadêmica. Mas na época não, eu queria mesmo voltar para o Brasil e os primeiros anos foram bons.

Rita, que fez doutorado no Reino Unido no início dos anos de 2010, na área de “Biológicas”, e hoje é professora de uma universidade brasileira, também lamenta a forma como a pesquisa acontece no país. Recém-contratada no Brasil, conta das dificuldades que teve em ser contratada e da forma que o país lida com o trabalho do pesquisador. Para ela, a experiência na instituição estrangeira fez com que ela valorizasse mais seu próprio trabalho e não aceitasse mais se submeter a certos regimes de trabalho em pesquisa que são comuns no Brasil.

Eu acho que pode ter dificultado porque me fez ficar difícil. Eu acabei subindo o nível do que era aceitável pra mim. Por exemplo, eu poderia muito bem ter feito um

pós-doc voluntário. Tava super fácil de eu me inserir na pesquisa do Brasil, super rápido, qualquer um ia me aceitar. Só que o meu nível, do que eu aceito, estava muito alto, justamente por eu ter esse doutorado no exterior no meu currículo, eu acho que eu merecia melhor, vamos dizer assim, eu queria melhor. Então eu acho que ficou difícil por eu ter ficado mais crítica nesse sentido. [...] Se eu tivesse ficado no Brasil eu talvez teria dito: ah, muito obrigado por deixar eu aqui trabalhar de graça pra você, fazer sua pesquisa, teria sido assim. Como eu vim de outro mundo, de lá, ninguém trabalha de graça lá, é inaceitável isso lá. Tinha um pesquisador de outro país, que a esposa dele ajudava ele a fazer umas coletas. Isso virou um bafafã no Instituto: 'Como assim essa mulher tá trabalhando aqui de graça. Isso é absolutamente inaceitável. Sei que o tempo é dela, ela faz o que quiser com o tempo dela, mas isso é inaceitável'. A universidade se responsabiliza pela pessoa que está trabalhando ali. Então é outro mundo que eu aprendi lá, são outros valores que são muito superiores, no meu entender. Então voltando pra cá eu queria continuar com esses valores, de dar valor para o ser humano, dar valor ao trabalho, ao trabalhador. Como assim trabalhar de graça? Isso não existe. Aqui no Brasil é ok. Não sei, às vezes eu vou me adaptar e vou começar a aceitar, e ver que é a realidade mesmo, já que não tem dinheiro pra pesquisa, então vou aceitar alguns 'escravos', vamos dizer assim.

E apesar de estar atualmente bem inserida profissionalmente, em uma reconhecida universidade brasileira, não desconsidera a possibilidade, em um futuro próximo, de ser obrigada a deixar o país novamente.

Se a gente olhar a situação política e econômica do Brasil, eu tô realmente considerando essa opção. Eu acho que se a tendência for só piorar, só ter menos apoio para a ciência, e menos, menos, e menos, vai chegar uma hora que isso vai afetar a qualidade da minha pesquisa também, da minha carreira profissional e eu acho que vou ter que considerar isso no futuro, porque se isso começar a impedir meu trabalho, não vou ter opção. Então considero essa alternativa sim, se eu for impedida de fazer pesquisa no Brasil, por motivos econômicos, políticos, seja o que for.

Tais situações, além de afetar diretamente a trajetória de cada um desses pesquisadores, também têm impacto para o país como um todo. Apesar do alto valor investido pelo Estado brasileiro na formação desses cientistas, a ausência de políticas para a inserção profissional e da garantia de condições satisfatórias de trabalho ao retornarem faz com que esses sujeitos reconsiderem a permanência no Brasil e cogitem construir suas carreiras no exterior.

Sendo assim, como considerar que tais pessoas, vivendo situações limites, podem ser consideradas como constitutivas de uma elite, haja vista não serem capazes de ditar suas próprias regras? A situação, evidenciada por esses doutores, indica a perda de legitimidade, por parte da elite intelectual brasileira, pelo Estado, enquanto financiador e garantidor da realização de pesquisas e formação intelectual no país.

## ESTAMOS REALMENTE FALANDO DE UMA ELITE?

Os interlocutores do presente texto podem ser definidos, em termos gerais, como uma elite altamente “globalizada”. Considerando que a universidade brasileira só recentemente passou a adotar medidas mais inclusivas e democratizadoras – e mesmo assim ainda não é acessível a grande parte da população – conseguir fazer uma graduação e pós-graduação, e ainda no exterior, indica um grupo socialmente privilegiado.

Entretanto, tal posição de privilégio não garante a esses atores capital suficiente nas disputas travadas no Estado brasileiro. A política de formação de doutores no exterior, enquanto uma política de Estado, de alto custo, com capacidade de produzir efeitos positivos no desenvolvimento de certa independência e soberania científica do país, se apresenta instável graças a elites pouco adeptas a posições “nacionalistas”. Se se acreditava no papel “civilizatório” das elites, sendo a elite intelectual sumidade nesse processo, através da construção de uma “soberania pensante”, sobretudo no momento atual em que recursos humanos altamente qualificados se tornam os principais recursos na geopolítica internacional – e no contexto da pandemia de COVID-19 isso se torna ainda mais evidente, com a disputa global pelas escassas vacinas – no Brasil vivemos um momento de modelo de desenvolvimento contracivilizatório, em que o Estado opera contra políticas de investimento em ciência e tecnologia no país. Há, por parte das elites tradicionais – que em certa medida integram o atual cenário de deslegitimação das elites acadêmicas –, um certo espírito cosmopolita colonizado, que reconhece a “cultura” europeia e norte-americana, mas pouco se identifica com as instituições culturais brasileiras; haja vista a pouca sensibilidade com o incêndio do Museu Nacional, por exemplo.

Tal situação torna ainda mais evidente que a ciência brasileira, tendo o Estado enquanto principal indutor de políticas e fomento, se encontra em uma posição fortemente vulnerável. Os recentes discursos governamentais anticiência, constituídos por ressentimento e visões negacionistas, ajudam a deslegitimar o prestígio e posição que até então as universidades e os intelectuais possuíam no país. Destituídos do debate público, restam as medidas de resistência, visando manter o que se conquistou nas últimas décadas. Esse cenário faz parte de um contexto mais amplo de desorganização epistêmica.

Diferentes realidades parecem proliferar em um contexto de desorganização epistêmica profunda, no qual a comunidade científica e o sistema de peritos de modo mais amplo deixam de gozar da confiança social e da credibilidade que antes detinham, tendo, portanto, sua capacidade neguentrópica significativamente reduzida. Nesse processo [...] circuitos neguentrópicos diferentes do sistema de peritos ganham força, como

a política populista, o pensamento conspiratório e “encantado”, e outras formas de performatividade das mediações algorítmicas (CESARINO, 2021, p.77-78).

Nesse processo, a desestruturação do Estado social tem produzido fragilidade nas estruturas epistêmicas até então vigentes, como o sistema de peritos. Cesarino (2021) aponta que tal movimento – de enfraquecimento dos intermediários autorizados e “monopólios” da mediação que organizavam a produção e circulação de informação na esfera pública – faz parte do neoliberalismo enquanto sistema vigente, que não é apenas um regime econômico, mas também uma forma de vida. Neoliberalismo esse que, através de tecnologias de governo, foram se instalando concomitante à crescente ampliação da esfera pública no período pós-redemocratização no país (SOUZA LIMA; FACINA, 2020).

Dessa maneira, o capital simbólico que garantia aos doutores posições estratégicas – sobretudo aqueles que obtiveram seu título no exterior – tem deixado de ter a potência que já teve décadas atrás. A neoliberalização dos diferentes regimes e sistemas, incluindo a vida acadêmica, tem produzido cenários de precariedade e desamparo. Como aponta Ferreira (2020, p.17), em um estudo conduzido com pesquisadores indianos na Europa, os privilégios desses sujeitos por ocupar posições sociais no espaço global das circulações acadêmicas são frágeis, graças à “precariedade acelerada da carreira científica que agora é legitimada pela ideia de ‘mobilidade’”. A condição de “privilegiados” se contrasta com a precariedade e insegurança presentes em suas dimensões cotidianas. O que esses sujeitos desejam é fixar-se em uma universidade em que seja possível construir uma “vida estável” como uma etapa importante na construção de um projeto profissional e de vida (FERREIRA, 2021, p. 78).

Sendo assim, estar momentaneamente em posições privilegiadas não é sinônimo de que constituem uma elite. Considerando que a conformação desses grupos, como já apontado anteriormente, é um fenômeno sociocultural, as circunstâncias políticas e sociais devem ser levadas em consideração em tais análises. O horizonte de incerteza desses doutores quando retornam ao Brasil, hoje acentuado – o que torna o debate sobre “fuga de cérebros” mais urgente –, é consequência de decisões e posicionamentos das outras elites que conformam o Estado brasileiro. Estar momentaneamente em um grupo privilegiado não significa que dele se faz parte – as trajetórias individuais e perspectivas futuras devem ser levadas em consideração quando se pretende investigar tais grupos.

O que temos vivenciado, portanto, é uma crise profunda na renovação de quadros científicos, em que as novas gerações, apesar de estarem aptas a realizar pesquisa de ponta, graças ao treinamento que obtiveram no país e no exterior, não conseguem vínculos profissionais que os permitam trabalhar. Logo, há uma crescente perda de legitimidade, em termos weberianos, da

elite intelectual no país, esta mesma que foi fundamental no processo de construção do Estado brasileiro como conhecemos hoje.

## REFERÊNCIAS

1. ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the State. *In*: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (ed.). **The anthropology of the state: a reader**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 112-130.
2. ALMEIDA JÚNIOR, A. *et al.* Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, n. 30, p. 162-173, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NsLTtFBTJtpH3QBFhxFgm7L/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
3. APPADURAI, Arjun. We are witnessing the revolt of the elites. **The Wire**, 22 Apr. 2020. Disponível em: <https://thewire.in/politics/populism-elite-narendra-modi-donald-trump>. Acesso em: 25 mar. 2021.
4. AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 213-254, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/bhnwWTMfWJLnKTxVLg4NbDJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
5. BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. **Educação & Sociedade**, v. 36, n. 131, p. 361-390, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGJT56LBxz9VCDCp7gr86Tf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
6. BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco Mundial-em busca da segurança perdida**. Lisboa: Leya, 2018.
7. BEZERRA, Marcos Otavio. Resenha da obra ‘Sobre o Estado’. **Revista de História**, n. 173, p. 487-495, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/98814>. Acesso em: 18 out. 2021.
8. BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia Das Letras, 2014.
9. BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **III PNPG: Plano Nacional de Pós-Graduação 1986-1989**. Brasília: CAPES, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/iii-pnpg-pdf>. Acesso em: 18 out. 2021.
10. BRITO, Angela Xavier de. Habitus de herdeiro, habitus escolar: os sentidos da internacionalização nas trajetórias dos estudantes brasileiros no exterior. *In*: ALMEIDA,

- Ana Maria; CANÊDO, Leticia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
11. BROWN, Wendy. American nightmare: Neoliberalism, neoconservatism, and de-democratization. **Political Theory**, v. 34, n. 6, p. 690-714, 2006.
  12. BURGOS, Marcelo Baumann. **Ciência na periferia: a luz síncroton brasileira**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.
  13. CARDOSO, Adalberto. Uma utopia brasileira: Vargas e a construção do estado de bem-estar numa sociedade estruturalmente desigual. **Dados**, v. 53, n. 4, p. 775-819, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/y9QR6yy8Cb59jcbRWVMYVbx/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
  14. CARLOTTO, Maria Caraméz. **Veredas da mudança na ciência brasileira: discurso, institucionalização e práticas no cenário contemporâneo**. São Paulo: Associação Filosófica Scientiae Studia/Editora 34, 2013.
  15. CARLOTTO, Maria Caraméz. O campo brasileiro de ensino superior em perspectiva estrutural: tendências históricas e contemporâneas. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 10, n. 1, p. 37-60, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/12519>. Acesso em: 18 out. 2021.
  16. CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.
  17. CASTRO, Celso. Antropologia dos militares no Brasil: problemas, limites e perspectivas. *In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL*, 2015, Montevideu. **Anais [...]**. Montevideu: Departamento de Antropologia Social da Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2015. Disponível em: [https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15253/Antropologia\\_dos\\_militares\\_no\\_Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/15253/Antropologia_dos_militares_no_Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 18 out. 2021.
  18. CESARINO, Letícia. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>. Acesso em: 18 out. 2021.
  19. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS. RELATÓRIO ANALÍTICO. Projeto Estudo sobre os Doutores Titulados no Exterior: expansão da base de doutores no exterior e novas análises (1970-2014). *In: CGEE. Recursos Humanos para CT&I*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015. Disponível em: [https://www.cgEE.org.br/documents/10195/734063/doutores\\_no\\_exterior\\_relatorio\\_final.pdf/51190028-757f-4499-ab3e-2c6e62c3532a?version=1.1](https://www.cgEE.org.br/documents/10195/734063/doutores_no_exterior_relatorio_final.pdf/51190028-757f-4499-ab3e-2c6e62c3532a?version=1.1). Acesso em: 18 out. 2021.
  20. CURY, Carlos Roberto Jamil. Qualificação pós-graduada no Exterior. *In: ALMEIDA,*

- Ana Maria; CANÊDO, Leticia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
21. DOMINGUES, José Mauricio. A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil. **Dados**, v. 45, n. 3, p. 459-482, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/hxj8myMGhFkpQtRKk8xwyZj/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
22. DUTRA, Rogéria Campos de Almeida; AZEVEDO, Leonardo Francisco de. Programa “Ciência sem Fronteiras”: geopolítica do conhecimento e o projeto de desenvolvimento brasileiro. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 52, n. 2, p. 234-243, 2016. Disponível em: [http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2016.52.2.10](http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.2.10). Acesso em: 18 out. 2021.
23. FERNÁNDEZ, Eloisa. **Estudo dos ex-bolsistas inadimplentes de doutorado pleno no exterior: motivos e causas do insucesso – caso CAPES**. 2012. 81 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/6663>. Acesso em: 18 out. 2021.
24. FERREIRA, Vinícius Kauê. “I left too late, I go back too often”: Sentiments of Belonging and Home among Indian Scholars in the United Kingdom. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 17, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/kQRRQpw4mKxG8ntgqRnYRmy/abstract/?lang=en>. Acesso em: 18 out. 2021.
25. FERREIRA, Vinícius Kauê. Neoliberalismo, precariedade e diversidade notas sobre a circulação de pesquisadores indianos na universidade britânica. **Pensata: Revista dos Alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNIFESP**, v. 10, n. 1, p. 77-101, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/pensata/article/view/12620/8780>. Acesso em: 18 out. 2021.
26. FERREIRA, Paula. Em meio a corte de bolsas, entre 35 países, Brasil é um dos quatro com menor número de doutores. **O GLOBO**, 10 set. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/em-meio-corte-de-bolsas-entre-35-paises-brasil-um-dos-quatros-com-menor-numero-de-doutores-23936357> Acesso em: 15 mar. 2021
27. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
28. JUNGE, Benjamin; JARRIN, Álvaro; CANTERO, Lucia; MITCHELL, Sean. Introduction: Ethnographies of the Brazilian Unraveling. In: JUNGE, Benjamin; MITCHELL, Sean; JARRIN, Álvaro; CANTERO, Leticia (org.). **Precarious democracy: ethnographies of hope, despair, and resistance in Brazil**. New Brunswick: Rutgers University Press, 2021.
29. LEMOS, Ana Heloisa da Costa; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia; PINTO, Mario Couto Soares. Educação, empregabilidade e mobilidade social: convergências e divergências. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 7, n. 2, p. 368-384, 2009. Disponível em:

- <https://www.scielo.br/j/cebape/a/7BZ7BG3f4h7xZqFN6HGvdKP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
30. LIMA, Manolita Correia; CONTEL, Fabio Betioli. **Internacionalização da educação superior: nações ativas, nações passivas e a geopolítica do conhecimento**. São Paulo: Alameda, 2011.
31. MACHADO, Lia Zanotta. From the time of rights to the time of intolerance. The Neoconservative Movement and the Impact of the Bolsonaro Government. Challenges for Brazilian Anthropology. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 17, p. 1-35, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/Hg7whn7MnSjKx9yykr7GDxm/?lang=en>. Acesso em: 18 out. 2021.
32. MARTIN, Monique de Saint. Introdução. In: ALMEIDA, Ana Maria; CANÊDO, Leticia Bicalho; GARCIA, Afrânio; BITTENCOURT, Agueda Bernadete. **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
33. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
34. NUGENT, Stephen; SHORE, Cris (ed.). **Elite cultures: Anthropological perspectives**. Londres: Routledge, 2003.
35. OECD. **Education at a Glance 2019: OECD Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019\\_f8d7880d-en](https://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2019_f8d7880d-en). Acesso em: 18 out. 2021.
36. SCHWARTZMAN, Simon. **Formação da comunidade científica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nacional/Finep, 1979.
37. SCHWARTZMAN, Simon. Nacionalismo versus internacionalismo en las políticas de formación de recursos humanos de alto nivel. In: AUPETIT, Sylvie Didou; GÉRARD, Etienne (ed.). **Fuga de cerebros, movilidad académica, redes científicas: perspectivas latinoamericanas**. México: Cinvestav, 2009. p. 63-73.
38. SLOBODIAN, Quinn. The backlash against neoliberal globalization from above: elite origins of the crisis of the new constitutionalism. **Theory, Culture & Society**, Apr. 2021.
39. SOLANO, Esther *et al* (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Boitempo Editorial, 2018.
40. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; FACINA, Adriana. Brasil: por que (ainda) estudar elites, instituições e processos de formação de Estado? In: TEIXEIRA, Carla Costa; LOBO, Andréa; ABREU, Luiz Eduardo. **Etnografias das instituições, práticas de poder e dinâmicas estatais**. Brasília: ABA Publicações, 2019.
41. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; DIAS, Caio Gonçalves. Anthropology and the State

in Brazil: questions concerning a complex relationship. **Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology**, v. 17, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vb/a/GjZX4TQZZy9PX9mzCtCbmdK/?lang=en>. Acesso em: 18 out. 2021.

42. VELHO, Gilberto. **Nobres e anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.
43. VELHO, Lea. Formação de doutores no país e no exterior: estratégias alternativas ou complementares? **Dados**, v. 44, n. 3, p. 607-631, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/4qHWFgtyM4CtB3jvRBTd9qK/?lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2021.
44. WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

*Leonardo Francisco de Azevedo*

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com período sanduíche no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5348-8084>. Colaboração: Coleta de dados, Pesquisa bibliográfica, Análise dos dados, Redação e Revisão. E-mail: [leonardoazevedof@gmail.com](mailto:leonardoazevedof@gmail.com)

*Rogéria Campos de Almeida Dutra*

Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8811-8796>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Análise dos dados, Redação e Revisão. E-mail: [rcadutra@uol.com.br](mailto:rcadutra@uol.com.br)

# **A**RTIGOS

# Imagens nos (e dos) movimentos sociais: o cotidiano e o extraordinário nos protestos de rua em Imperatriz-MA<sup>1</sup>

Images in (and from) social movements: the daily and the extraordinary in street protests in Imperatriz-MA

**Jesus Marmanillo Pereira**

Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, Brasil

## RESUMO

Por meio de um estudo interdisciplinar, valemo-nos de teóricos da Antropologia Visual e da Teoria dos Movimentos Sociais para refletir sobre a potência das imagens nos processos de pesquisa e na luta política. Neste estudo, enfatizamos o papel da reflexividade (PINK, 2005) e da pluralidade (LAHIRE, 2002) dos atores, sentidos e formas de produzir imagens nos contextos cotidianos e extraordinários. Para tanto, foram problematizadas tanto as imagens produzidas em campo quanto as produzidas e difundidas pelo Movimento Estudantil e pelo Fórum de Defesa da Previdência Social Pública. A análise da atuação dessas entidades nos protestos sinaliza que as imagens possuem funções estratégicas nos trabalhos de construção de significado que refletem as características sociais dos próprios movimentos sociais. Longe de esgotar as possibilidades analíticas, o presente estudo almeja apontar uma possibilidade de abordagem cultural em pesquisas sobre ações coletivas.

**Palavras-chave:** Imagens, Reflexividade, Movimentos Sociais.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA (EDITAL UNIVERSAL-01085/18).

---

Recebido em 02 de maio de 2020.  
Avaliador A: 14 de junho de 2020.  
Avaliador B: 13 de julho de 2020.  
Aceito em 05 de outubro de 2020.

---



**ABSTRACT**

Through an interdisciplinary study, we used theorists of Visual Anthropology and Theory of Social Movements to reflect on the power of images in research processes and in political struggle. In this study, we emphasize the role of reflexivity (PINK, 2005) and plurality (LAHIRE, 2002) of the actors, meanings and ways of producing images in everyday and extraordinary contexts. Therefore, the images produced in the field, as well as those produced and disseminated by the Student Movement and the Forum for the Defense of Public Social Security, were problematized. The analysis of the performance of these entities in the protests indicates that the images have strategic functions in the construction of meaning that reflect the social characteristics of the social movements themselves. Far from exhausting the analytical possibilities, the present study aims to point to a possibility of a cultural approach in research on collective actions.

**Keywords:** Images, Reflexivity, Social Movements.

**INTRODUÇÃO**

Durante os dias 15 e 30 de maio (15M e 30M) de 2019, a cidade de Imperatriz-MA passou por uma situação extraordinária com passeatas constituídas pela união de vários segmentos sociais como Movimento estudantil, sindicatos, associações entre outros. Com faixas e cartazes, estudantes e trabalhadores criticavam o corte orçamentário de 30% e o desrespeito do então ministro da educação Abraham Weintraub com as instituições públicas de ensino<sup>2</sup>.

Além do contexto extraordinário de ocupação das praças e ruas por manifestantes e do contexto excepcional no qual um ministro desqualifica as instituições públicas, buscaremos demonstrar que as ações coletivas resultam de processos de organização e relações sociais que se expressam por meio de imagens (vídeo ou fotografia). Nesse sentido, o presente artigo buscará compreender tais processos de militância, por meio da pesquisa com imagem, em sua potência política e reflexividade (PINK, 2005). Trata-se assim de uma perspectiva interdisciplinar que busca mesclar as contribuições da Antropologia Visual e de alguns teóricos como Snow e Benford (2000) e Tarrow (2009), oriundos das teorias sobre movimentos sociais.

Para observar esses aspectos, tivemos como campo os trabalhos do Fórum de Defesa da

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o8OsaiNjsy4>. Acesso: 08 out. 2019, 21:46.

Previdência Social Pública (FDPSP) e de alguns membros do movimento estudantil da Universidade Federal do Maranhão, bem como as passeatas nas ruas e os perfis dessas entidades nas redes sociais durante o ano de 2019. Segundo Dias e Pereira (2020), o FDPSP emergiu de um grupo mesclado de lideranças de vários movimentos sociais. Atualmente, possui uma bandeira suprapartidária e relação com outro movimento, ocorrido em 2015, chamado Frente Brasil Popular. Já o movimento estudantil tem realizado ações conjuntas com os Centros Acadêmicos, das universidades e institutos locais, movimentos sociais e Diretórios Estudantis das instituições de ensino de Imperatriz-MA. Desses campos, extraímos imagens feitas e divulgadas pelos militantes e produzimos nossas próprias. Além disso, diálogos informais e informações de redes sociais foram utilizados como dados de pesquisa. Isso tudo foi sistematizado em três partes, nas quais são explicitados: 1) alguns itinerários da pesquisa de campo; 2) processos de produção das imagens; e 3) a circulação e as implicações políticas dessas imagens.

## **ANTROPOLOGIA VISUAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: ITINERÁRIOS DE UMA PESQUISA COM IMAGENS**

Pink (2005) explica a importância da autorreflexão na operação de pensar e explicar como as posições sociais podem ter influência e alterar os objetos observados em campo. Para ela, trata-se de uma relação que, tanto na produção e interpretação de imagens quanto na relação pesquisador-nativos, é permeada por relações de poder. Ela demonstra que, para teóricos como David MacDougall, apenas a explicação das condições da pesquisa não seria o suficiente, já que o pesquisador possui uma posição transitória que possibilita experimentar diferentes níveis de compreensão ao longo da investigação.

Assim, para compreender o contexto inicial dos contatos com o objeto de estudo, é importante explicar que a cidade de Imperatriz é a segunda maior do estado do Maranhão, com 258.682 habitantes (IBGE, 2019). Cheguei a essa cidade em 13 de junho de 2014 para exercer o ofício de professor e pesquisador, no contexto do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Em 15 de março de 2015, realizei meus primeiros registros fotográficos de mobilizações acompanhando as manifestações estudantis que reivindicavam por transporte público de qualidade. Depois disso, passei a acompanhar diversas manifestações de rua e me filiei, em 14 de julho de 2016, à Associação dos Professores da Universidade Federal do Maranhão – APRUMA.

A partir de então, passei a observar o que havia de similar entre as manifestações e as diretrizes do sindicato<sup>3</sup>. Em um protesto de 2016, fiz um contato com o diretor regional do sindicato dos urbanitários, Jorge Furtado, que me chamou para representar os professores em uma das falas rápidas feitas durante o protesto contra as reformas da previdência.

Em 2017, a diretora de interiorização da APRUMA, Roseane Arcanjo, me orientou a participar das reuniões do FDPSP que, na época, estavam focadas no ato do dia 28 de abril daquele ano. Lá reencontrei o colega Jorge Furtado e fui me ambientando. Acompanhei os trabalhos do FDPSP até que, no ano de 2019, fui convidado<sup>4</sup> para compor uma chapa que saiu vencedora na eleição da diretoria do sindicato, tornando-me assim diretor de interiorização. Na condição de representante local do sindicato, fui convidado a compor a coordenação do FDPSP, situação em que falei de meu interesse em colaborar e fazer pesquisa<sup>5</sup> sobre movimentos sociais.

---

3 Sobre a relação com o engajamento na defesa de direitos sociais, é necessário explanar que entre 2005 e 2007 trabalhei na Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, na qual fui conselheiro nos anos de 2015 e 2016 na cidade de Imperatriz-MA. Em 2012 e 2013, fui militante do sindicato dos professores da Universidade Estadual de Roraima (UERR), local onde pude alimentar os materiais de protestos que circulavam nas redes sociais por meio da produção de registros imagéticos. Acredito que meu interesse pelas práticas associativas tenha transitado da formação universitária até se consolidar em um sentimento de indignação com as injustiças sociais.

4 Fui convidado, em São Luís, pelo atual presidente da APRUMA, Bartolomeu Mendonça. A missão era sindicalizar o máximo de professores e aumentar a força do sindicato no interior do Maranhão.

5 A pesquisa em questão é integrada ao projeto “Fronteiras dos Movimentos sociais urbanos: Ações coletivas e enquadramentos de injustiça social”, que busca desenvolver uma etnografia sobre o FDPS. Ela realiza-se com total apoio e consentimento do fórum, como foi explicado. Além de tentar buscar visibilizar as ações da instituição analisada, vale ressaltar que se trata de pessoas públicas, dentre as quais quatro são candidatos a vereadores. Podemos ser pensados como apenas mais um produtor de imagens, ao lado da própria imprensa local e dos assessores de comunicação da instituição analisada.

### Imagem 1. Circulação de fotografia em perfis e espaço dos militantes



Fonte: Facebook e blog (2020)<sup>6</sup>.

Antes dessa inserção mais pontual, a aproximação ocorria durante os protestos de rua, quando eu ia realizar os registros fotográficos. No início, sentia-me meio deslocado e isolado; mas, com o passar dos anos e a repetição das pessoas, minha imagem foi sendo naturalizada naquele ambiente e hoje já me comunico com colegas do FDPSP em outras situações, ou em encontros fortuitos na cidade. Acredito que esse processo foi sendo auxiliado pelas fotografias que realizava durante os protestos, que geralmente circulavam nas redes sociais e *blogs* de militantes e simpatizantes (imagem 1). Essa ação significava uma espécie de restituição e uma forma de demonstrar apoio às causas defendidas pelos movimentos sociais.

Creio que a aproximação partidária também possa ter influenciado essa inserção, pois os líderes sindicais do FDPSP fazem parte de diversos partidos de esquerda e, em 2018, consegui certa notabilidade na cidade ao ser filmado no jornal local com uma camisa da campanha Lula Livre (ocorreu uma falta de atenção da equipe com os detalhes de minha camisa). Além

<sup>6</sup> Os respectivos perfis dos militantes e o blog <http://carlosleen.blogspot.com/2017/04/avaliacao-de-movimento-grevista-em.html>

disso, no mesmo ano, panfletei com personalidades de respeito na esquerda local, a exemplo do professor aposentado Magno Urbano. Essas foram ações que geraram maior identificação e (auto) reconhecimento no (e dos) movimentos, principalmente nessa cidade média onde muitos se conhecem e as fronteiras dos movimentos possuem boa delimitação social que gera a fácil identificação e vinculação das pessoas.

Sobre esse tipo de relação entre “pesquisador” e “objeto”, autores como Favret-Saada (2005), Damatta (1978) e Goldman (2003) nos fazem refletir que não se tratou de observação passiva de pesquisa pautada apenas no ponto de vista dos líderes ou de viés etnográfico sem aproximação com o “outro”. Ainda sobre essa reflexão entre o “eu” e o “outro”, consideramos o estudo de Mauad (2009) quando analisa a trajetória fotográfica de Milton Guran, pois ela nota que o fotógrafo expressava seu engajamento por meio das imagens. Com base no estudo da trajetória desse intelectual, Mauad (2009) afirma que existem “metamorfozes” nas quais os sujeitos do conhecimento são colocados em face de objetos que são tão sujeitos quanto eles.

Sobre nosso processo de produção de fotografias do (e nos) movimentos, verificamos que elas transitaram “por fora” e “por dentro”, caracterizando o que Guran (2011) aponta como as naturezas êmicas e éticas das fotografias – produzidas por membros da comunidade e por pesquisadores externos, respectivamente. Contudo, o autor enfatiza que isso não é algo estático, é possível ocorrer o trânsito “de fora para dentro”, ou seja, o pesquisador criar laços de afeto e viver as situações que escapam aos manuais de pesquisa. Como exemplo, ele cita os casos em que as fotografias feitas pelo pesquisador são expostas nas paredes dos pesquisados – no nosso caso, nas redes sociais e *blogs* dos participantes (Imagem1).

Sobre a produção de fotografia, alguns significados podem ser inferidos a partir daquele contexto de aproximação e participação, de modo que somos levados a pensar a fotografia como prática e ponte de aproximação com o grupo de militantes – sinalizando algumas visões de fora do grupo, mas também das fotografias produzidas (dentro) - nos âmbitos da organização e das próprias ações coletivas. Sobre essa situação é importante considerar

[a] necessidade de criar instrumentais teóricos de decodificação do produto visual (fotográfico), quer levando em conta o **contexto sociocultural de sua produção**, quer recorrendo à metodologia(s) interpretativas previamente definidas(s). Qualquer que seja o direcionamento, dever-se-á, ainda, aprofundar a **relação observador-observado** e pensar a questão da **intencionalidade tanto no uso da fotografia, quanto da devolução**. (SAMAIN, 2005, p. 119, grifo do autor).

Portanto, o contexto sociocultural, a relação observador-observado e a intencionalidade e a restituição são pontos fundamentais na pesquisa com imagens, os quais tentaremos tratar

ao longo deste trabalho. Tais orientações nos levam à compreensão de que as fontes imagéticas possuíram tanto natureza de pesquisa, servindo para documentar e refletir sobre a inserção em campo, quanto natureza mais engajada, quando se distribuía nas redes e projetavam o nome dos movimentos sociais locais. Assim, elas trazem um sentido simultaneamente teórico-metodológico e político. Como citado, os primeiros registros eram ancorados na valorização do aspecto extraordinário. Com a participação nas reuniões, passei a ser fotografado ao lado das lideranças do FDPSP, em imagens produzidas pelos próprios militantes – em situações de planejamento e organização da própria entidade.

**Imagem 2. FDPSP e estudantes, em 2019 / Reunião interna da coordenação do FDPSP**



Fonte: Arquivo do FDPSP (2019)<sup>7</sup>.

A Imagem 2 apresenta duas reuniões ocorridas nos meses de maio e dezembro de 2019. A pauta da primeira era a articulação com o movimento estudantil, relacionado ao protesto de 15M. Apesar de ter sido fotografado e não ter sido o autor da imagem, ela possui função similar à utilizada por Malinowski, demonstrando o “estar lá”. Nesse aspecto, Pink (2005) e Davis (1992) notam que as fotografias possuem maior validade do que a escrita, de modo que, geralmente, são usadas como provas para atestar a presença do etnógrafo em campo, valorizando a experiência do pesquisador e apoiando as afirmações estratégicas de autenticidade e autoridade dos etnógrafos.

A inserção na experiência dos protestos ocorridos nos dias 15 e 30 de maio de 2019 e na própria coordenação do Fórum não pode ser descontextualizada do processo anterior de produ-

<sup>7</sup> Embora as imagens tenham sido tratadas para desfocar os rostos, sempre há uma intenção de publicizar as ações e reuniões do FDPSP para demonstrar organização, como é possível verificar no site: <https://bancariosma.org.br/paginas/noticias.asp?p=14984>.

ção de imagens, as quais foram gerando algum tipo de autoridade e evidenciando uma presença constante nos movimentos. Tais aspectos dialogam com a noção de fotoetnografia (ACHUTTI, 2004) que se baseia em uma relação entre o “olhar” do antropólogo e a técnica fotográfica e assim como na valorização das relações sociais. Desse modo, Achutti defende que: “o pesquisador sempre deve saber encontrar seu lugar de acordo com a qualidade das relações que ele poderá estabelecer com as pessoas estudadas” (ACHUTTI, 2004, p. 96).

As reuniões (Imagem 2) sinalizam esse processo de “busca de lugar”. Lá foi possível observar a negociação e o alinhamento dos pontos de vista dos membros do FDPSP e do movimento estudantil. A ação de alinhamento é muito privilegiada nas teorias dos movimentos sociais, especialmente porque sinaliza um processo de enquadramento. Para Snow e Benford (2000), ela ocorre quando membros de um movimento social buscam se alinhar pelo que possuem em comum. Tal como um enquadramento fotográfico, eles necessitam selecionar as informações que gerem unidade de significado para o grupo e excluir, ou negociar, as que promovam a discordância, ou seja, selecionam o que permanece e o que é excluído do “quadro”, conhecido como *frame*.

Assim, nas dinâmicas comunicativas e de interação (interior e exterior) dos movimentos sociais, as imagens fotográficas ou gráficas tornam-se um elemento fundamental para a compreensão dos *frames* de ação coletiva, especialmente por sua capacidade de expressar e reforçar os significados da ação e de se apresentarem publicamente. A esse respeito, Johnston e Klandermans (1995) explicam que o conceito possibilita uma análise interessante sobre a relação entre sistemas culturais e aspectos performáticos presenciados nas ações coletivas, focando assim nos padrões culturais e nos seus usos em situações de mobilização de organizações e instituições.

Os enquadramentos possuem as funções de atribuir significação às ações coletivas (protestos e outras mobilizações) e de arregimentar simpatizantes da causa. Eles desempenham tarefas diagnósticas (identificação e atribuições do problema), prognósticas (articulação e proposição de soluções) e motivacionais (convocação das pessoas para as ruas). Assim como as primeiras definições de quadro, tal perspectiva, nos movimentos, também ocorre por meio de processos discursivos e estratégicos, que operacionalizam exclusão, ocultamento, exibição e outras manipulações da informação<sup>8</sup>.

Dessa maneira, podemos inferir que a imagem 2 simboliza tais processos; pois, nessa reunião entre estudantes e lideranças sindicais, foi possível notar diálogos nos quais os sindicalistas explicavam para os estudantes que eles seriam os trabalhadores “de amanhã” e que, por

---

8 Tal qual um fotógrafo quando realiza o enquadramento do objeto a ser registrado.

isso, a luta contra as reformas trabalhistas e da previdência também era deles.

No âmbito das imagens produzidas pelos próprios grupos, acreditamos que sejam expressões e resultados desses processos de negociação e alinhamento, pois buscam reforçar as ideias centrais defendidas pelos movimentos sociais. A partir desses processos é que são escolhidas as palavras de ordem, as imagens e as mensagens dos cartazes e faixas, bem como as formas de ativismo.

Além dessa observação interna e detalhada das operacionalizações, essa etapa da pesquisa possibilitou compreender que, apesar das especificidades, os propósitos comuns são capazes de aglutinar as “diferenças” em torno do combate dos “inimigos” comuns a todos. Contudo, isso não descartou a existência de tensões e hierarquizações dentro do próprio grupo. Assim, se as primeiras observações, mais panorâmicas, possibilitam compreender a luta política como uma oposição entre esquerda e direita, o tempo tornou possível notar outras arenas internas.

Dessa forma, a ideia de panorama e mergulho são diretamente condicionadas e análogas às de extraordinário e cotidiano, pois há uma camada visível do processo para o público em geral, que observam os protestos nas ruas, mas que só é possível por meio dos processos organizativos construídos cotidianamente. Usando os termos de Tarrow (2009), poderíamos dizer que as passeatas são apenas a ponta do *iceberg*, que é sustentada em uma grande base submersa. Enfim, também seguindo as orientações de Adams, Ellis e Jones (2015), foi importante refletir sobre as circunstâncias e as condições de obtenção dos dados e da continuidade da própria pesquisa, para tentar problematizar a experiência engajada em relação ao rigor metodológico. Esses autores explicam que é impossível se esconder atrás da “aura da objetividade” e que é necessário expor as condições de pesquisa.

## DENTRO E FORA DA MULTIDÃO: A PRODUÇÃO DAS IMAGENS COMO POTÊNCIA POLÍTICA

Fotografias clássicas como a da bandeira vermelha sobre o Reichstag em Berlim (1945) feita por Yevgenny Khaldei, a da conferência de Leon Trotsky em Copenhague (1932) feita por Robert Capa e as do Congresso da UNE (1979) realizadas por Milton Guran são alguns exemplos da potência política das imagens. Elas mostravam, respectivamente, o poder soviético tomando Berlim, o primeiro discurso de um líder bolchevique após o exílio e a resistência estudantil frente ao autoritarismo militar no Brasil.

Acredito que seja importante destacar, de forma breve, dois aspectos diretamente vinculados a esses exemplos, e ao que foi discorrido no tópico anterior: 1) o aspecto organizacional da fotografia e, 2) pensar a circulação das imagens como potência política, ressaltando que tal processo acarreta uma mudança no estatuto da imagem. Colocando em outros termos, será possível pensar que as imagens de Yevgenny Khaldei, Miltom Guran ou aquelas realizadas pela imprensa, por militantes possuem capacidade de trânsito que ultrapassar seus contextos organizacionais de produção para alcançar uma dimensão política por meio de sua circulação e massificação.

No âmbito do protesto ocorrido na Praça Brasil, em Imperatriz, é importante apresentar algumas orientações utilizadas na produção de imagens naquela situação. Mas, primeiramente, situar que

[n]a manhã do dia 15 de maio de 2019 ocorreu, na Praça Brasil, a convergência de duas realidades no mesmo espaço, pois o cenário cotidiano, aos poucos, foi sendo modificado pela aparição de pessoas de todas as direções. Chegaram faixas com frases e as siglas dos sindicatos e associações. Surgiam estudantes trazendo *banners* de projetos de iniciação científica e pesquisas de mestrado. Fizeram-se presentes líderes sindicais, alunos, professores e simpatizantes da causa. Havia um carro de som ornamentado com faixas e bandeiras que representavam aquele movimento mais amplo. (Caderno de campo, 2019)

Nos protestos, os carros de som têm sido lugares privilegiados para a obtenção de imagens com capacidade de enquadrar a totalidade do movimento, o que permite compreendê-lo de forma mais panorâmica. Segundo Certeau (2014), em seu texto “Caminhadas pela cidade”, a cidade tem sido observada de forma panorâmica, obedecendo a um sistema racional moderno que a compreende como uma espécie de ilusão que esconde os processos cotidianos dos transeuntes.

Para os movimentos coletivos, a imagem panorâmica (mais geral e aberta) possui forte representação, pois demonstra força e volume, reproduzindo imaginário clássico de que as ruas e praças devem ser ocupadas. Sobre esse imaginário no contexto da luta política, Castro Alves já afirmava em sua poesia “O Povo ao Poder”: “A praça! A praça é do povo/ Como o céu é do condor/ É o antro onde a liberdade/ Cria águias em seu calor.” Assim, ruas cheias e o quantitativo numérico são aspectos que se tornaram parâmetros para o “sucesso” ou não<sup>9</sup> de um mo-

9 Um exemplo disso pode ser observado na matéria do site “*Brasil de Fato*”, que traz o título “Mais de um milhão vão às ruas em defesa da educação e contra a reforma da Previdência”, que pode ser acessada no endereço: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/15/em-todos-os-estados-brasileiros-vaao-as-ruas-em-defesa-da-educacao-e-contra-bolsonaro>. Acesso em: 21 jan. 2020, 10:10.

vimento social, independentemente da importância da causa. Isso porque esses dados são um indicativo direto da capacidade de organização e mobilização do movimento.

Contudo, na ausência de um aglomerado de pessoas, seria possível realizar enquadramento fechado que transmitisse sensação de volume de pessoas. Isso é uma situação comum em muitos veículos de comunicação, que encontram nas imagens maneiras de expressar seus posicionamentos a favor ou contra determinados grupos. No âmbito dos movimentos sociais, ocorre processo similar, evidenciando um consenso de que a fotografia deve ser compreendida dentro do contexto organizacional (BECKER, 2009), ou seja, segundo o sentido que ela expressa em relação ao seu local social de produção (redação jornalística, área de pesquisa, propaganda, comércio ou movimento social), e como uma extensão da visão por meio da qual o fotógrafo seleciona, interpreta e representa o objeto fotografado (GURAN, 2002; BERGER, 2017).

Enfim, na Imagem 3, temos um exemplo desse aspecto totalizador, mostrando a Avenida Getúlio Vargas cheia de manifestantes em defesa da educação.

### Imagem 3. Estudantes com seus *banners* de iniciação científica



Fonte: Pereira (2019).

Trocando a visão de cima do carro de som por uma caminhada entre os militantes, notamos um paralelo com Certeau (2014), quando discorre que embaixo (*down*) é onde vivem os praticantes ordinários da cidade: caminhantes, pedestres e outros atores cujos corpos obedecem aos cheios e vazios de um texto urbano que escrevem sem poder acessá-lo. É nesse âmbito de observação que Collier Jr. (1973) explica que a fotografia de ações sociais pode conduzir o pesquisador para uma rica área de pesquisa não verbal, pois permite a observação de comportamentos físicos, tais como postura, expressões faciais e gestos das mãos e dos braços (COLLIER

JR., 1973, p. 56). É no “down” que o pesquisador pode observar cenas como a da Imagem 4, que traz uma repórter entrevistando o professor quase aposentado Carlos Alberto Claudino Silva, de 57 anos. Na ocasião, ele explicava a importância da educação pública e a situação da Universidade Federal do Maranhão para a repórter Mikaelle Katussia Martins, da TV Difusora. A entrevista foi realizada na Praça Brasil, nos primeiros momentos de concentração da passeata.

**Imagem 4. Circulação das imagens: televisão e redes digitais**



Fonte: Pereira (2019).

**Imagem 5. Circulação das imagens: televisão e redes digitais**



Fonte: Pereira (2019).

Já na imagem 5, visualizamos um repórter, da emissora concorrente, na realização de uma entrevista com Francisco Messias da Silva, 44 anos, que além de participar da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e do FDPSP, é o atual presidente do Sindicato dos Servidores da Educação Municipal de Imperatriz (STEEI). Ambas as imagens demonstram uma estratégia de tornar os conteúdos dos movimentos sociais conhecidos.

As situações de presença de equipes de televisão nos fazem lembrar do estudo de McCarthy, Smith e Zald (1996), quando percebem que os movimentos sociais elaboram estratégias para transmitir seus enquadramentos para diversos públicos. Por conta disso, é fundamental o contato com jornalistas, lideranças políticas e sindicais e quaisquer outros atores que possam atribuir impacto político, ou seja, possuam capacidade de alterar a situação diagnosticada pelos militantes como injusta. Esses autores ressaltam que os meios de comunicação de massa exercem importante influência na inclusão de temas na agenda pública e que os repórteres produzem as notícias segundo critérios vinculados ao interesse público e à presença de personagens que possuem impacto, ou quaisquer outros elementos que atraiam o interesse do público, por exemplo, situações espetaculares, emotivas e que possuam um grau de ressonância cultural.

É importante explicar que, por um lado, as redes de relações interpessoais foram ativadas para estimular a presença da imprensa local, já que o FDPSP conta com a participação de estudantes e profissionais da área de Comunicação Social. Por outro, as equipes de reportagem priorizam critérios (já citados) que potencializam a audiência da matéria produzida. Um dos resultados desse trabalho jornalístico pode ser observado com mais detalhes na reportagem sobre o protesto que foi postada no canal da TV Difusora<sup>10</sup>.

Para os movimentos sociais, trata-se de publicizar e amplificar o alcance de conteúdos que foram debatidos entre os pares, em outras situações de organização (imagem 2). Assim, nos processos de organização interna e de exposição pública, fundamentais para a existência e reprodução dos movimentos sociais, as imagens em circulação atuam de forma preponderante na visibilidade do movimento social e das questões reivindicadas.

#### Imagem 6. Os especialistas da imagem



Fonte: Pereira (2019).

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PU-CIytjfnY>. Acesso em: 18 jul. 2020, às 21:18.

Retomando a ideia da imagem pensada segundo o contexto organizacional (BECKER, 2009), observamos que, naquele contexto, existiam equipes jornalísticas, assessores de comunicação de alguns sindicatos e militantes na realização de registros fotográficos. Na Imagem 6, observamos o trabalho de uma assessora de comunicação do Steei (Sindicato dos Servidores da Educação Municipal de Imperatriz) buscando um ângulo que demonstrasse o volume da passeata.

Os profissionais militantes seguem orientação similar à dos jornalistas, que visam à produção de matérias de linguagem rápida e sintética – provavelmente por uma questão de formação jornalística – e aumentar a visibilidade de seus movimentos e reivindicações. Além disso, esses profissionais conseguem fazer registros que são divulgadas também por meio de redes sociais.

Assim, na *fanpage*<sup>11</sup> do FDPSP no Facebook, é possível visualizar uma série de imagens das lideranças e dos aglomerados. Além disso, o Movimento Estudantil apresenta uma série de imagens em seu perfil no Instagram<sup>12</sup>, sinalizando que esse possui muitas referências e influências da produção de fotografias e vídeos, que vão desde aquelas mais amadoras até as que sinalizam mais profissionalismo. Contudo, um dos líderes do movimento me afirmou que as imagens também possuem uma estética política.

Há ainda as fotografias produzidas por simpatizantes e pessoas não tão próximas ao núcleo dos movimentos. Essas podem ser observadas em vários perfis nas redes sociais de alguns que estavam presentes nas manifestações. Não é nosso objetivo realizar um estudo dos perfis dos participantes, mas consideramos que, em um *continuun* com escalas que sinalizem desde as questões mais individuais até as mais coletivas, podemos perceber várias formas e sentidos para esse tipo de produção observada em campo: desde aqueles que apenas capitalizam a posição de militante, os que passaram a participar de todas as manifestações e aqueles que tiraram fotos e sequer postaram nos próprios perfis nas redes sociais<sup>13</sup>.

Diante desse contexto de produção imagética, posso afirmar que ocupei diversas posições e pude captar várias modalidades de fotografias, desde *selfies* com pessoas “de apenas uma passeata” até aquelas em que sou registrado nas reuniões internas de organização do FDPSP. Para ressaltar o aspecto das fotografias motivadas por amizade, admiração ou outros sentimentos, trago um painel na Imagem 7, para o qual selecionei algumas imagens feitas por pessoa

11 Disponível em: <https://www.facebook.com/forumdaprevidenciaitz/> Acesso em: 19 jul. 2020, 23:20.

12 Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/frenteestudantilitz> Acesso em: 19 jul. 2020, 23:20.

13 Por questões éticas, não cabe exemplificar, mas é importante reforçar que essas são informações coletadas durante a observação participante.

com as quais mantenho relações dentro e fora da militância.

### Imagem 7. Fotografias de militância, amizade e pesquisa



Fonte: Amigos e alunos, 2012, 2017 e 2019.

Na Imagem 7, temos (da esquerda para a direita): uma fotografia feita por uma aluna da Universidade Estadual de Roraima, quando participei de uma greve de professores em 2012, aos 33 anos. Na imagem seguinte, feita por minha companheira, eu estava no bloqueio da BR 010 (Belém – Brasília), realizado como uma das manifestações da greve geral de 28 de abril de 2017. A terceira, que pode ser observada na própria rede social do FDPSP, remete à situação em que eu carregava uma faixa da APRUMA durante a manifestação de 30 de maio de 2019. Já a imagem abaixo, feita por um colega professor da Universidade Federal do Maranhão, ocorreu durante uma manifestação contra a reforma da previdência ocorrida em março de 2019. As duas últimas são da manifestação de 15 de maio de 2019, uma feita pelo professor Magno Urbano e a outra por um aluno da UFMA. Embora as motivações delas estejam além da militância, elas são fundamentais para apontar minha inserção no campo de pesquisa específico dos movimentos sociais em Imperatriz-MA, e de forma mais ampla como militante. Assim, a minha relação como militante parecia ambígua, já que estava nas ocasiões como pesquisador, militante e aprendiz de fotografia. Se observar e treinar o olhar é uma atitude fundamental para as três ocupações, foi também necessário olhar para si mesmo.

Nesse caminho, Favret-Saada (2005) nos instigou a repensar o fazer antropológico e o lugar da experiência humana, enfatizando a reflexão a respeito da obtenção dos dados e dei-

xando claro que seria um erro separar o “eles” do “nós”. Isso porque, ao ocupar as posições da organização do outro, é possível receber informações com uma intensidade maior, que necessita ser experimentada. Para a autora, essa experiência não significa que estaríamos na condição de compreender o afeto do outro, mas de nos deixar afetar pelo outro, o que compreendemos como a possibilidade de romper alguns obstáculos epistemológicos que cegam ou direcionam a *práxis* antropológica para um direcionamento único.

Contudo, diferentemente de Bocage (França), compreendemos que, em nosso caso, analisar um movimento social urbano foi um experimento de alteridade mínima (PEIRANO, 2000). Assim, é necessário explicar que a cidade de Imperatriz é uma metrópole que apresenta certa heterogeneidade de grupo e personalidade, permitindo várias experiências e inserções. Trata-se de uma situação que remete à concepção de Wirth (1967) ao explicar que a mobilidade dos indivíduos na cidade lhes possibilita um *status* flutuante no seio de grupos diferenciados que constituem a estrutura social da urbe. Para ele, “nenhum grupo isolado é possuidor da fidelidade exclusiva do indivíduo” (WIRTH, 1967, p. 113).

Além de o contexto urbano tornar possível essa mescla de papéis, é importante lembrar do estudo de Lahire (2002) que busca desconstruir o mito da identidade invariável e da unicidade das pessoas. Para ele, a produção de um *habitus* homogêneo em todas as esferas da vida não seria possível, pois as transposições desejadas pelos indivíduos sofrem resistências como: interesses sociais opostos, públicos indiferentes, materiais culturais rebeldes e fontes de legitimidade competitivas. A unicidade e invariabilidade dos papéis são construções sociais legitimadas por instituições e saberes que representam também obstáculos epistemológicos para a percepção a respeito da construção da realidade social.

Assim, nossa pesquisa não se expressou como um desejo de maquiagem e ocultar a experiência urbana e biográfica do pesquisador, ou de demonstrar as representações nativas, até porque eu era tão nativo quanto meus informantes. Na verdade, seguindo as orientações desses autores, buscamos problematizar essa experiência de ser afetado, para daí buscar compreender o papel das imagens como meio de inserção e como potência política do movimento social. São acontecimentos e materiais que datam de um ano atrás e que nos permitiram compreender um pouco das lógicas internas, mais gerais, na forma como as imagens são utilizadas.

E experiência de inserção nos remete muito ao estudo de Bourdieu (2007), quando observa que, por mais que a relação entre pesquisador e objeto tente se distanciar das situações comuns, sempre é antes de tudo uma relação social. Nesse sentido, não busquei tratar os interlocutores como exóticos ou evitar tensões que são próprias de qualquer organização social. Longe de buscar impressionar os informantes concordando e defendendo todas as pautas, compreendi

que uma postura crítica e combativa marcava uma espécie de capital social valorizado naquele campo-mais que as posturas conciliadoras e de negociação.

Enfim, tentei construir uma relação de participação, mas ao mesmo tempo de construção identitária relacionada à prática fotográfica e ao trabalho de sindicalização dos professores<sup>14</sup>. Nesse processo, as imagens caracterizaram uma forma de inserção, uma forma de diálogo com outros militantes e de autorreflexão.

## DAS RUAS PARA AS REDES: A CIRCULAÇÃO DAS IMAGENS

No livro “Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet”, Castells (2013) analisa as revoluções por direitos na Tunísia e no Egito, observando que a difusão de imagens dos protestos e da violência policial no *Youtube*, *Facebook* e *Twitter* estava atrelada à convocação para que as pessoas ocupassem as ruas. Dessa forma, notamos que “as manifestações de rua não estão separadas da comunicação via internet, e são produzidas simultaneamente e de forma compartilhada em todos os lugares” (ALEXANDRE, 2018, p. 118). Por conta disso, Silva (2016) observa que a natureza política das imagens existe quando elas extrapolam os aspectos visuais e passam a ser observadas em contextos em que outros sentidos são ativados, durante o seu processo de produção-consumo.

Seguindo teóricos como Rancière (2014) e Benjamin (1987), é possível inferir que, além dos contextos sócio organizacionais (BECKER, 2009) citados no tópico anterior, a circulação e a massificação sinalizam a potência política da imagem. Para isso seria necessário transitar do contexto de produção da imagem, ou seja, daquele em que todos os aspectos humanos são transmitidos, dentro de determinado recorte espaço-temporal para o processo de difusão massiva da mesma nos meios de comunicação. Por outro lado, o valor de culto das fotografias passa a ser cada vez mais recuado em detrimento do valor de exposição que é associado a maior capacidade de deslocamento das fotografias.

Em relação a esses aspectos Rancière (2012) explica que o valor de culto de algumas fotografias pode ser algo de reflexão em relação da capacidade de sensibilidade, quando se busca esclarecer os contextos de produção técnica. Por meio desse aspecto é que ela poderia ser recep-

---

14 Tratou-se de um trabalho cotidiano já que também ocorria questionamentos indiretos, por parte de alguns membros, quanto ao meu papel na organização. Situações que não possibilitaram conciliação com alguns membros e marcaram uma espécie de quadro de disputa interna.

tora de novos significados e intencionalidades colocadas pelo expectador. Nesse sentido, potência política e capacidade de gerar indignação não estaria no conteúdo em si, mas nas formas de apresentação da imagem e na maneira como se articula com novos procedimentos, quebrando a visão hierárquica as formas representativas de imagem e possibilitando uma dimensão estética que articule novos sentidos e rupturas. Já para Benjamin (1987), seria na reprodutividade técnica que as fotografias se emancipariam de sua própria história e sua relação ritualística para se fundarem na política.

Como exemplo desse processo, é possível citar o próprio estudo de Castells (2013) e Silva (2016) quando citam o caso da morte do jovem Khaled Said após ter sido espancado por policiais que o acusavam de ter espalhado vídeos que registravam os oficiais recebendo propinas em uma apreensão de drogas. A questão que se poderia colocar é: imagens de jovens sendo espancados é algo corriqueiro nas redes sociais, por que nesse caso ocorreu uma mobilização de grande repercussão?

Assim, é importante narrar que, após essa morte, foi criada uma *fanpage* “*We are all Khaled Said*”<sup>15</sup> no *Facebook* que convocava as pessoas para a rua. Parte do resultado disso pode ser observada no jornal *The New York Times*<sup>16</sup> que trazia a manchete sobre o movimento criado no *Facebook* e uma imagem de militantes segurando a fotografia de Khaled Said enquanto confrontavam tropas policiais egípcias<sup>17</sup>.

Podemos dizer que as fotografias de Khaled Said passaram por uma metamorfose ao se inserirem no contexto político, transformando a imagem de um jovem egípcio, que poderia ser um entre milhares, em um símbolo de luta política. Isso está diretamente relacionado ao trânsito das imagens por diferentes contextos editoriais, pelos chamados e pela mobilização de símbolos culturais e representações sociais compartilhadas, que tornaram o jovem um ser humano, não um número. E, principalmente, pela forma de apresentação e circulação da imagem que passou a aglutinar outros sentidos.

É possível notar que, no âmbito da circulação, as imagens cumprem dois papéis fundamentais para o movimento social: um no âmbito da operacionalização estratégica; e outro na construção de sentidos, de modo que podem ser compreendidas tanto como um repertório

---

15 Disponível em: <https://www.facebook.com/elshaheed.co.uk/> Acesso em: 21 jul. 2020, 21:18.

16 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2011/02/06/world/middleeast/06face.html> Acesso em: 20 jul. 2020, 21:18.

17 Silva (2016) discorre detalhadamente sobre o impacto das expressões faciais nas imagens de protesto, dando especial atenção para as fotografias de Khaled Said expostas durante manifestações.

de base para a ação coletiva<sup>18</sup> quanto como um elemento de materialização e expressão de enquadramentos (SNOW; BENFORD,2000). Esse processo é possível porque elas podem ser organizadas por um número restrito de militantes para ter capacidade emotiva e ressonância no público. Seleccionando temas sensíveis e tocando as emoções é que mobilizam as pessoas para as ruas e, conseqüentemente, para as ações coletivas<sup>19</sup>.

**Imagem 8. Os celulares são “armas” e as boas imagens, a “munição”**



**Fonte:** Frente estudantil itz (2019).

Na Imagem 8, observamos o protesto estudantil nas ruas, no dia 30 de maio de 2019. Mas ela também é a projeção do mesmo movimento na comunicação digital desenvolvida pela Frente Estudantil de Imperatriz que organiza e difunde seus conteúdos em um perfil que possui no Instagram<sup>20</sup>. Nele, a imagem da multidão na rua foi complementada pela mensagem “A palavra de ordem é: TIRA A MÃO DA NOSSA EDUCAÇÃO!”.

A imagem mostra o estudante Lucas Matos<sup>21</sup> com as mãos erguidas segurando o celular para registrar a passeata. As mãos erguidas com os celulares são expressões corporais cotidia-

18 Para Sidney Tarrow (2009), os repertórios de ação coletiva se manifestam por meio de ações coletivas que são, geralmente, o único recurso que as pessoas comuns possuem contra opositores mais equipados.

19 Para os teóricos da perspectiva do processo político, os movimentos sociais existem quando ganham forma por meio de ações coletivas. Por conta disso, é possível compreender que esses são termos muito próximos.

20 Disponível em: <https://www.instagram.com/p/ByHDCHPhoua>. Acesso em: 19 jul. 2020, 19:30.

21 Ele é estudante do Curso de Jornalismo, membro da União da Juventude Socialista (UJS) e da União Nacional dos Estudantes, que explicou a gravidade dos cortes para a UFMA.

nas e que também ganharam lugar nas mobilizações, como evidenciaram as imagens 4, 5, 6 e 7. São as mãos que produzem e compartilham nos *status* de WhatsApp (restrito aos contatos telefônicos), nos canais do Youtube e nos perfis das redes sociais, informando a todos de sua rede que há um alinhamento entre os militantes e simpatizantes e as causas dos protestos. A imagem do rapaz segurando o celular ressalta a própria importância da circulação como modo de produzir potência política.

Sobre a circulação das imagens, Silva (2016, p. 113) explica que “mais poder é dado aos eventos através de sua disseminação nas mídias sociais e também através da participação efetiva nas ruas”, deixando claro que a imagens transitam na continuidade entre o off-line e o on-line. Tanto nos perfis do movimento estudantil<sup>22</sup> quanto no do FDPSP<sup>23</sup>, há um conjunto de imagens sobre os protestos, as oficinas, os momentos de preparação de cartazes e as declarações públicas, que reproduzem repertórios modulares, expressando práticas observadas em outras mobilizações ocorridas em outros lugares do Brasil e do mundo.

Na imagem 9, vemos uma manifestação na Praça de Fátima – um dos locais mais tradicionais da cidade de Imperatriz em termos de lugar para protestos – com a presença dos estudantes Lucas Matos, de 24 anos, e Marcos Lira, que eram da União Jovem Socialista e UFMA. Eles utilizavam o microfone para emitir palavras de ordem e fazer músicas curtas cujas mensagens defendiam a educação e exaltavam o movimento estudantil. É interessante notar que no carro de som há uma faixa da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), provável financiador. Quanto a isso, pude observar, nas próprias reuniões do FDPSP, que várias entidades dividiam os valores do aluguel do carro de som para algumas mobilizações estudantis.

---

22 Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/frenteestudentilitz/videos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/frenteestudentilitz/videos/?ref=page_internal). Acesso em: 19 jul. 2020, 19:30.

23 Disponível em: <https://www.instagram.com/forumdaprevidencia/> Acesso em: 19 jul. 2020,19:30.

### Imagem 9. Alinhamentos de ideias / alinhamentos de recursos



Fonte: Frente estudantil itz (2019)<sup>24</sup>.

A presença da imagem no perfil do movimento estudantil reforça a importância do aspecto da circulação. A análise do que foi ocultado faz pensar no enquadramento centrado nas lideranças estudantis, nas faixas e cartazes de protesto no chão e no carro de som com uma imensa faixa do CTB. Os símbolos presentes nos perfis seguem o padrão das imagens 7 e 8, pois oferecem visibilidade para a defesa da educação no contexto em que as universidades eram classificadas como “locais de balbúrdia”. Seguindo o aspecto da representação, as imagens demonstram a coalizão entre partidos, movimentos sociais e estudantes está presente não apenas nas imagens, mas também constitui a própria retórica das lideranças do movimento estudantil, conforme podemos verificar no relato de Lucas Matos:

Eu já cumpri algumas tarefas no movimento estudantil, fui vice da **UNE Maranhão**, cumpri tarefa como **Diretor de Movimentos Sociais** no **DCE da UFMA** e como Presidente da União Estadual dos Estudantes do Maranhão Livre, além do Movimento Social, que eu construí as **fileiras em diversas tarefas que é a UJS União da Juventude Socialista**. (...) **o movimento social e o movimento estudantil são grandes escolas de política e democracia, são espaços ricos de formação, conscientização e de aprimoramento do senso crítico e análises da realidade em que vivemos**. O M.E. foi até hoje uma das experiências mais gratificantes que tive em toda minha vida, **pois fez uma pessoa comum se tornar uma grande liderança desse seguimento da sociedade e tenho certeza que muitas outras pessoas comuns foram empoderadas por essa luta coletiva que busca, entre outras coisas, um país mais justo em que a educação seja um espaço plural e que todos tenham acesso a esse espaço [...]**. (Lucas Matos, diálogo realizado em 20 de julho de 2020)<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> Pode ser assistido no endereço: [https://www.instagram.com/p/B1Hg\\_kJgi7e/](https://www.instagram.com/p/B1Hg_kJgi7e/). Acesso em: 19 jul. 2020, 19:30.

<sup>25</sup> Por conta do contexto pandêmico, o diálogo foi desenvolvido por aplicativo de WhatsApp e integra um conjunto de dados mais amplo relacionado a pesquisa. O contato com Lucas Matos ocorre desde o primeiro semestre de 2019, por conta das reuniões estudantis ocorridas por conta do 15 e 30M. Em 2020, Lucas Matos lançou a candidatura a vereador pelo PC do B, levantando a bandeira da educação

Os diálogos com Lucas Matos e com Marcos Lira nos ajudaram a compreender que existia também uma relação entre as trajetórias deles e a produção das imagens. Que segundo eles possuíam o objetivo de promover uma reflexão crítica no expectador, ou seja, possuíam uma intencionalidade política. Tanto para se refletir sobre o contexto organizacional (BECKER, 2009) quanto para se pensar a circulação, no viés de Rancière (2012), é importante obter essas informações vinculadas diretamente ao lado da produção imagética, para compreender a imagem em seu próprio contexto e depois seu trânsito pela rede, servindo como chamada para outros estudantes se juntarem a luta pela educação.

A produção, a circulação e a perda da aura (BENJAMIM, 2019) constituem um tipo de esqueleto a partir do qual é possível se pensar a reflexividade da produção imagética, na relação entre o pesquisador-militante em seu esforço de pensar os melhores enquadramentos que representassem a ideia de força e panorama. Ao mesmo tempo, a imagem perde esse estatuto de representação (associada a prática fotográfica) quando é massificada nas redes sociais dos simpatizantes e militantes. Dessa forma, são encaixadas em diversos contextos e relacionadas aos sentidos atribuídos pelos expectadores, escapando assim dos primeiros olhares do fotógrafo. Similar à força de uma pequena alavanca que é capaz de mobilizar grandes objetos, as formas de apresentação e a circulação potencializam politicamente as imagens, e os próprios produtores delas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em uma perspectiva de pensar as imagens em relação aos contextos organizacionais nos quais elas são produzidas, foi possível refletir sobre uma série de relações no decorrer deste estudo: desde aspectos relacionados à reflexividade no campo de pesquisa até a produção e circulação de imagens. Assim, a produção e a circulação de imagens podem ser interpretadas como tarefas fundamentais que se integram em uma divisão de trabalho do movimento social, possuindo também um sentido profissional, apesar dos vários sentidos que suscitam.

No âmbito da experiência de campo, elas foram um indicativo e estratégia de aproximação, bem como uma forma de engajamento, denotando o aspecto polissêmico da imagem e a pluralidade dos próprios atores sociais. A reflexividade possibilitou pensar essas posições e descortinar o campo em vários tipos de atores sociais e seus respectivos sentidos na produção imagética. Tal exercício permitiu não cair na reificação ou naturalização de uma imagem única,

encaixada em um jogo de oposição, ou de relação de “nós” contra “eles”, mas sim mergulhar um pouco mais na heterogeneidade existente nesses “nós”.

Verificamos que os discursos das imagens refletem as relações estabelecidas dentro e fora dos movimentos sociais, construindo contextos em que deixam de ser simples artefatos visuais para ganharem natureza e estética política. Trata-se de um processo que remete às próprias operações de produção e difusão imagética nos protestos de rua e nas redes sociais on-line. Desse modo, podem ser compreendidas como um repertório de base, por possuírem capacidade de mobilizar, e como resultados de processos de enquadramento, quando trazem simbologias e traduzem processos de negociação e alinhamento entre movimentos sociais.

Longe de esgotar as possibilidades analíticas, este breve estudo buscou analisar um pouco dos processos políticos contemporâneos, demonstrando que tanto o contexto de pesquisa quanto as próprias dinâmicas dos movimentos sociais podem ser observados em suas dimensões extraordinárias e cotidianas e que a produção imagética pode ser um caminho de compreensão dos aspectos culturais que dão base e estruturam as bandeiras de luta.

## REFERÊNCIAS

1. ACHUTTI, Luiz Eduardo Robison. **Fotoetnografia da biblioteca Jardim**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2004. Tomo Editorial.
2. ADAMS, Tony; ELLIS, Carolyn; JONES, Stacy. **Autoethnography: understanding qualitative research series**. New York, NY: Oxford University Press, 2015.
3. ALEXANDRE, Agripa Faria. **Sociologia da ação coletiva**. 1. ed. Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2018. v. 1. 153 p.
4. BECKER, Howard. Sociologia visual, fotografia documental e fotojornalismo. *In*: BECKER, Howard. **Falando de Sociedade: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. p. 185-200.
5. BENJAMIN, Walter. “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”. *In*: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
6. BERGER, John. **Para entender uma fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
7. BOURDIEU, Pierre. Compreender. *In*: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 693-732.

8. CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Trad.: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.
9. CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
10. COLLIER JUNIOR, John. **Antropologia visual**: a fotografia como método de pesquisa. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária; Ed. USP, 1973.
11. DAMATTA, Roberto. **O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues**. In: NUNES, E. de O. A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.
12. DAVIS, John. “**Tense in ethnography**: some practical considerations” in Okely, Judith and Helen Callaway. *Anthropology and Autobiography* London and New York: Routledge, 1992. p. 205-20.
13. DIAS, Natal Marques; PEREIRA, Jesus Marmanillo. Quadros e movimentos sociais: ação coletiva na defesa de direitos em Imperatriz, Maranhão. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 70-92, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/81452/78039/>. Acesso em: 20 fev. 2019.
14. FAVRET-SAADA, Jeane. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 13, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263/54376/>. Acesso em: 11 fev. 2019.
15. GOLDMAN, Marcio. Os tambores dos mortos e os tambores dos vivos. Etnografia, antropologia e política em Ilhéus – Bahia. **Revista Antropologia**, São Paulo, v. 6, n. 2, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ra/a/ZbLf7Zpb9rXF7bqndnd56GPd/?format=pdf&lang=pt/>. Acesso em: 10 jan. 2019.
16. GURAN, Milton. Considerações sobre a constituição e a utilização de um corpus fotográfico na pesquisa antropológica. **Discursos Fotográficos**, Londrina, PR, v. 7, n. 10, p. 77-106, jan. /jun. 2011. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/9215/7841/>. Acesso em: 03 mai. 2019.
17. GURAN, Milton. **Linguagem fotográfica e informação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 2002.
18. JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert. The cultural analysis of social movements. In: JOHNSTON, Hank; KLANDERMANS, Bert. **Social movements and culture**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.
19. LAHIRE, Bernard. Esboço de uma teoria do ator plural (o ator plural). In: LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.
20. MAUAD, An. Milton Guran, a fotografia em três tempos. **Studium (UNICAMP)**, v. 28, p. 1, 2009. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/studium/article/view/12354/>. Acesso em 16 fev. 2019.

21. MCCARTHY, John; SMOTH, Jackie; ZALD, Mayer. El acceso a la agenda pública y a la agenda del gobierno: médios de comunicacion y sistema electoral. *In*: McCARTHY, John; SMOTH, Jackie; ZALD, Mayer. **Movimientos sociales: perspectivas comparadas**. Madrid: Istmo, 1996.
22. PEIRANO, Mariza. A alteridade em contexto: a antropologia como ciência social no Brasil. **Série Antropologia**, Brasília, DF, v. 255, 2000.
23. PINK, Sarah. Agendas interdisciplinares na pesquisa visual: reposicionando a antropologia visual. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 21, v. 2, p. 61-85, 2005. Disponível em: <http://ppcis.com.br/wp-content/uploads/2018/09/Cadernos-de-Antropologia-e-Imagem-21.-10-Anos-1995-2005.pdf>/ Acesso em 23 nov. 2019.
24. PINK, Sarah. **Doing visual ethnography**. Londres: Sage Publications, 2001.
25. RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Trad.: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
26. SAMAIN, Etienne. Antropologia visual e fotografia no Brasil: vinte anos e pouco mais. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 21, v. 2, p. 61-85, 2005. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/350093/2/CAI\\_212115132.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/350093/2/CAI_212115132.pdf) Acesso em: 10 jul. 2019.
27. SILVA, Tarcisio Torres. **Ativismo digital e imagem: estratégias de engajamento e mobilização em rede**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016.
28. SNOW, David; BENFORD, Robert. Framing processes and social movements: an overview and assessment. **Annual Rev. Sociology**, v. 26, p. 611-39, 2000. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.soc.26.1.611/> .Acesso em 15 jul. 2018.
29. TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
30. WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. *In*: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 97-122.

*Jesus Marmanillo Pereira*

Professor na Universidade Federal do Maranhão no Curso Ciências Humanas/Sociologia e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (Campus Imperatriz). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e do Laboratório de Estudos e Pesquisa sobre Cidades e Imagens. Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5220-5567>. E-mail: marmanillo.jesus@ufma.br

# “O problema dos camelôs”: oposições e complementariedades entre camelôs e “lojistas” no espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ<sup>1</sup>

“The problem of street vendors”: oppositions and complementarities between street vendors and “shopkeepers” in the urban space of the city of Campos dos Goytacazes/RJ

**Renan Lubanco Assis**

Universidade de Vila Velha, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil; Universidade Estadual do Norte-fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

## RESUMO

O artigo busca compreender os repertórios mobilizados pelas associações de representação do comércio formal de Campos dos Goytacazes/RJ, para justificar a remoção dos camelôs da área central do espaço urbano. Com base em análise de conteúdo realizada em um jornal de ampla circulação municipal, entre os anos de 2000 e 2010, e em descrição densa das atividades da camelotagem no espaço urbano, esta proposta demonstrará os diferentes dispositivos de sensibilização mobilizados para dar ao “problema do camelô” uma dimensão pública. Demonstraremos, por meio da análise das reportagens denunciastas veiculadas na mídia impressa, como a problemática foi conduzida para um debate em torno da desordem urbana.

**Palavras-chave:** Conflito urbano, Vendedor ambulante, Estigma, Dignidade.

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, na Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), sob financiamento da agência de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

---

Recebido em 12 de maio de 2020.  
Avaliador A: 01 de junho de 2020.  
Avaliador B: 22 de junho de 2020.  
Aceito em 22 de junho de 2020.

---



**ABSTRACT**

The article seeks to understand the repertoires mobilized by associations representing formal trade in Campos dos Goytacazes/RJ, to justify the removal of street vendors from the central area of urban space. Based on content analysis carried out in a newspaper with wide municipal circulation, between 2000 and 2010, and dense description of camelotting activities in the urban space, this proposal will demonstrate the different sensitization devices mobilized to give the “street vendor problem” a public dimension. We will demonstrate, through the analysis of the denouncing reports published in the printed media, how the problem was led to a debate around urban disorder.

**Keywords:** Urban conflict, Street vendor, Stigma, Dignity.

## **INTRODUÇÃO: OS CAMELÔS DO TERMINAL E A ORDEM PÚBLICA URBANA**

Em uma disputa que envolve camelôs, associações comerciais, ministério público e prefeitura municipal, a cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro, rotinizava um drama pelo uso da área central do espaço urbano, que tinha por um lado os representantes das associações dos comerciantes lojistas pedindo ao poder público a total retirada dos camelôs da área central; do outro lado havia os camelôs que demandavam pelo direito de estar na rua sob a justificativa de serem “trabalhadores honestos” e “chefes de família”.

O principal meio de vocalização das demandas das associações dos comerciantes lojistas era um periódico de grande circulação municipal, o jornal *Folha da Manhã*. Neste publicavam-se textos de denúncias que cobravam ações do executivo municipal em relação ao denominado “problema dos camelôs”, que era associado à “desordem urbana” e ao “caos urbano”, devido aos locais em que os camelôs comercializavam suas mercadorias e à “concorrência desleal” por esse grupo não possuir o *status* de pessoa jurídica.

O debate mobilizado por setores do comércio formal gravitava em torno da “ordem urbana”. Nesse cenário, os camelôs seriam os agentes principais da desordem. Estes últimos foram tomados como “invasores do centro” em inúmeras reportagens denunciastas, produzindo, portanto, um espaço urbano desordenado. Nas representações vigentes, os camelôs eram associados a outros tipos sociais desaprovados no quadro de ordem urbana que estava sendo delineado nas demandas das associações comerciais, como os “pedintes”, as “pessoas portadoras

de doenças contagiosas nas calçadas” e os “batedores de carteiras”<sup>2</sup>.

Em um artigo intitulado *Feliz ano novo para o centro*<sup>3</sup>, assinado pelas várias associações, como Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências (Carjopa), Associação Comercial e Industrial de Campos (Acic), Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejo) e Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), fala-se do centro da cidade como uma área que poderia se tornar “modelo”, dada a presença de um “patrimônio Arquitetônico e Cultural; um lugar agradável para trabalhar, passear, fazer compras e até para morar”. O camelô, por sua vez, é tomado como um empecilho para a efetivação desse projeto.

Diante das demandas apresentadas constantemente pelas associações comerciais, a prefeitura transferiu as bancas dos camelôs para uma área já destinada à feira de artesanato. Mais uma vez, a presença do camelô enfrenta resistência, mas não mais dos comerciantes formais, designados “lojistas” pelas matérias jornalísticas, e sim dos feirantes já estabelecidos que re- ceavam ser “confundidos com outros ambulantes”. Nesse caso, o apelo moral não está em evidência, como no conflito com associações comerciais, visto que a preocupação seria uma descaracterização do caráter artesanal que a feira possuía.

O apelo constante dos “lojistas” e da imprensa nos conduz para uma reflexão sobre a estética que setores influentes da cidade idealizam para o espaço urbano. Trata-se de um ordenamento fundamentado em repertórios jurídicos, morais e, em alguns casos, higienistas, nos quais não somente camelôs mas também outros grupos sociais são colocados opostos aos interesses do modelo desejado pelas associações comerciais.

O que foi apresentado até aqui é o quadro geral de um debate que se desenrolou em reuniões que envolvem poder público e representantes dos diferentes setores do comércio formal e informal, e em espaços midiáticos. Cabe ressaltar que um olhar voltado apenas para o conteúdo dos periódicos e para as falas isoladas dos representantes do comércio formal pode causar impressão de que há interação marcada pelo conflito no espaço urbano; mas, como a análise não se reduziu às fontes secundárias, pudemos observar uma relação *in situ* caracterizada por oposições e complementariedades.

Entre os anos de 2009 e 2010, foi realizado trabalho etnográfico no terminal rodoviário Luiz Carlos Prestes, na região central da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Por meio de idas sistemáticas à região mencionada, pudemos estabelecer relação de confiança com camelôs de bancas que ocupavam a área. A entrada no campo ocorreu no período em que a prefeitura

---

2 EDVAR... (2001, p. 8).

3 ORDENAÇÃO... (2001, p. 5).

estava realizando reuniões com os camelôs para definição de nova área da cidade para eles ocuparem. Nesse processo, a entrada em campo foi atravessada pela desconfiança em relação à pesquisa, pois estavam temerosos quanto aos reais objetivos da investigação.

Diante dessa resistência, optamos por acionar um contato de um camelô conhecido. Após dias de conversas informais no interior de sua banca, começamos a ganhar a confiança dos demais trabalhadores do local e passamos a ser requeridos em reuniões entre camelôs e prefeitura. Nesse momento, passamos a ganhar desconfiança por parte de integrantes da prefeitura, que restringiram nossas entradas em conversas particulares. Por alguns camelôs, passaram a ser comum as seguintes frases: “anota lá o que você está vendo aqui”, “tira foto para mostrar lá”, entre outras cobranças que nos posicionavam na disputa como mediadores.

Com o tempo, a relação de confiança foi ficando cada vez mais intensa e, de pesquisador, passamos a vigilante de banca e atendente, em ocasiões quando o proprietário da banca precisava se ausentar. Foi possível apreender algumas artimanhas de negociação para manter o freguês no estabelecimento até o retorno do proprietário da banca. Assim, foi possível descrever densamente práticas cotidianas estabelecidas entre camelôs, consumidores, agentes municipais e lojistas.

Além das idas ao local de exercício da atividade dos camelôs e as reuniões com gestores municipais, adotamos ainda a análise de conteúdo de um periódico local e de notícias veiculadas no site da prefeitura municipal. A pesquisa no periódico ocorreu no jornal *Folha da Manhã* entre os anos de 2000 e 2010, nesse buscamos identificar as narrativas dos principais representantes dos lojistas sobre o que eles denominavam “o problema dos camelôs no centro”. Os limites dessa opção configuram percepção restrita de alguns atores, não dos lojistas como um todo, embora tal limitação seja superada pelo trabalho etnográfico, que conseguiu observar contextualmente a interação entre lojistas e camelôs.

Com relação à análise das notícias veiculadas pelo site oficial da prefeitura, foi possível observar novamente o protagonismo dos representantes dos lojistas em relação ao “problema dos camelôs no centro”. As notícias eram de fácil acesso e bastava uma busca das palavras “camelôs”, “vendedores ambulantes” e “camelôs do terminal” que era possível acessar os conteúdos relacionados aos conflitos que envolvem representantes dos lojistas e camelôs.

Ao abordar o conteúdo das notícias, procuramos identificar o seu pano de fundo, quais atores falavam sobre os camelôs e para quem falavam. Essa perspectiva é importante para que possamos abordar as páginas de um jornal para além de uma proposta meramente pragmática. Buscamos uma leitura da moral dos representantes dos lojistas, embutida no conteúdo das notícias, e o modo como essas informações operaram como uma estratégia de “sensibilização”

(CEFAI, 2017) dos diferentes públicos da cidade em torno do “problema dos camelôs”.

## CAMELÔS E ORDEM URBANA

Antes de iniciarmos a discussão que envolve camelôs e espaço urbano, faz-se necessário entender o camelô como categoria social presente na cidade de Campos dos Goytacazes. No início do séc. XIX, vendedores de pequenos artigos de uso pessoal os comercializavam nas ruas do centro (FREITAS, 2006). O que conhecemos hoje por camelô era conhecido como mascate, na ocasião. No ano de 1878, há uma matéria em um periódico local que denuncia os comerciantes que colocavam seus produtos à venda por meio de mascates para não pagarem impostos (MONITOR CAMPISTA, 1879, p. 3). Os itens comercializados eram açúcar, queijos, doces, aguardente de cana e laranja.

A atividade na cidade, portanto, é de longa data; e, por mais que sofra alterações em relação aos produtos, mantém sua especificidade, que é a ocupação de áreas públicas. Na ocasião da pesquisa, os camelôs eram distribuídos nas seguintes subcategorias: “camelôs de banca”, que eram aqueles que possuíam um ponto fixo, seja em uma via pública, seja em uma estrutura fechada; os “camelôs de rua”, que circulavam pelas ruas com mercadorias dispostas no corpo; e os “vendedores de ônibus”, que entravam nos transportes coletivos com mercadorias dispostas no corpo e as ofereciam aos passageiros.

Os camelôs do terminal eram “camelôs de banca”, cuja estrutura de comercialização de produtos media 2 metros de comprimento, 1½ metro de largura e aproximadamente 2 metros de altura. No terminal, havia aproximadamente 100 bancas e os produtos comercializados eram diversificados. Na ocasião, podia-se encontrar à venda os seguintes itens: CDs, DVDs, bonés, bolsas, mochilas, vestuário no geral, guarda-chuvas, acessórios para telefone celular, relógios, anéis, cordões, carteiras, óculos de sol e de grau, acessórios para relógio, entre outros itens de uso pessoal. As mercadorias mais críticas, do ponto de vista da fiscalização, eram CDs e DVDs, pois eram cópias não autorizadas, chamados popularmente de CDs e DVDs piratas. Esses produtos não ficavam expostos na banca para não chamarem a atenção da fiscalização.

Na ocasião da realização do trabalho de campo, havia 5 grandes grupos de camelôs na região central: os camelôs do terminal, os camelôs dos correios, os camelôs do calçadão, os camelôs da rodoviária e os camelôs do Michael Haddad. Os primeiros quatro grupos citados atuavam em locais fixos, porém sem permissão para atuarem nesses espaços. Os locais, apesar

de fixos, eram improvisados, como o próprio terminal. No citado ponto, as bancas eram permanentes, mas não havia nenhuma garantia formal de que os camelôs continuariam na área. O único ponto fixo garantido na cidade era a área do Michael Haddad, uma estrutura fixa denominada “camelódromo”, que havia sido criada na década de 1990. A proposta era a ampliação dessa região para que todos os camelôs do centro pudessem ocupar o mesmo espaço. Esse aspecto não é uma particularidade da cidade de Campos, pois foi um fenômeno em diversas cidades brasileiras a partir dos anos 1990.

Para que possamos visualizar a discussão trazida neste artigo em relação a outros eventos em escala regional e nacional, consideramos necessário — consciente de todas as particularidades de cada caso — entrarmos em um debate que envolve a gestão dos mercados populares em regiões metropolitanas. Para isso, abordaremos conceitos e categorias analíticas de estudos já realizados em contextos metropolitanos.

O debate que mobilizamos neste artigo, por entender o “problema do camelô” como atravessado pelo debate da “ordem pública”, dialoga com a análise feita por Mamani (2017) sobre a problemática que envolve camelôs e comércio formal na cidade do Rio de Janeiro, onde o conflito é enquadrado em um discurso que vincula a atuação do comércio informal à pirataria, à desordem urbana e à ilegalidade. Há elementos de convergência em nossos debates com algumas limitações colocadas pelo contexto, pois o referido trabalho está debruçado em um universo metropolitano, enquanto o que propomos foi realizado em uma cidade de porte médio no interior do estado do Rio de Janeiro. Convergimos não apenas no debate da ordem pública mas também na assunção de que os conflitos sinalizam para um espaço urbano hierarquizado, no qual determinados grupos têm acesso restrito.

Apesar do debate mencionado se tratar de um caso metropolitano, entendemos que as cidades interioranas, como é o caso de Campos dos Goytacazes, sofrem os efeitos dos diferentes modos de gestão dos mercados populares nos centros urbanos. Retomando a discussão que envolve contextos metropolitanos, cabe um diálogo com a situação dos trabalhadores ambulantes que atuavam na Praça XV da região central de Porto Alegre.

No final dos anos 1990, em Porto Alegre, episódios semelhantes ao que descrevemos sobre Campos foram vividos pelos camelôs. Na ocasião, o Sindilojas — sindicato de representação dos lojistas — se mobilizou com um objetivo: “reorganizar o centro”. Para tanto, foi pactuado entre lojistas e poder público um “projeto de revitalização do centro da cidade”. Nesse processo, cabia aos lojistas o financiamento das obras dos logradouros; e, ao poder público, a fiscalização e a contenção do comércio ambulante (MACHADO, 2004, p. 62-3).

No processo de disputa no centro de Porto Alegre que envolve lojistas e camelôs, descri-

to por Machado (2004) como “cotidiano tenso do centro”, o sindicato de representação dos lojistas alegava que os camelôs enfraqueciam o comércio estabelecido, por comercializarem produtos a preço baixo. Os comerciantes faziam ainda campanhas contra a pirataria, acusando os camelôs de praticarem causando danos aos consumidores. A autora sinaliza para duas disputas em evidência no caso de Porto Alegre: pelo uso do espaço público e pelo público consumidor.

Além dos comentários depreciativos sobre camelôs vindo do sindicato dos lojistas, o conflito tinha outro ator importante no processo de desqualificação do primeiro grupo: a mídia. Por meio de reportagens alarmistas, os veículos de comunicação emitiam informações que associavam os camelôs à insegurança, à sujeira, à violência e aos diversos problemas que envolve a “desorganização do centro” (MACHADO, 2004). Nesse “cotidiano tenso”, a atuação dos agentes de fiscalização municipal envolvia a repressão com uso de violência física e simbólica.

Em situações de pesquisas realizadas em outros contextos metropolitanos sobre a atividade da camelotagem, os agentes municipais têm sido os principais responsáveis pela gestão da ordem no espaço urbano (MELLO, 2011, 2010; MAFRA, 2005), mas o conflito não se restringe a esses agentes, pois o caráter jurídico do que se comercializa pode envolver ainda repressão da Polícia Militar, Polícia Federal, fiscais da Receita Federal, entre outros atores do Estado (MAFRA, 2005; PIRES, 2010, 2013; RABOSSI, 2004; TELLES; HIRATA, 2010). Nesse caso, a atividade pode assumir, além do caráter informal, o ilegal, gerando apreensões de produtos e outras ações prevista de acordo com o enquadramento jurídico.

A relação entre camelôs e agentes da Guarda Municipal (GM) não segue o princípio da universalidade quando se trata de mediação de conflitos vivenciados pelo primeiro grupo no espaço urbano. A ação, segundo destaca Mello (2010, p. 677), “[...] é baseada em valores repressivos, autoritários e hierárquicos, enraizados na cultura jurídica brasileira”. A manutenção da ordem urbana, dessa forma, não ocorre a partir de princípios democratizantes, mas sim em um pano de fundo baseado na experiência dos agentes em suas trajetórias individuais familiares ou em um aprendizado adquirido nas experiências profissionais anteriores (MELLO, p. 666). Esse aspecto torna a ação do poder público dependente da orientação individual do agente, o que pode inclusive instigar nele a vontade de se beneficiar por meio da corrupção, uma vez que se torna um elemento fundamental para que os camelôs acessem políticas públicas e o espaço urbano em si.

A abordagem dada por Mello sobre a relação com Guardas Municipais auxilia esta proposta parcialmente; pois por um lado evidencia a forma como os camelôs são abordados por políticas públicas, e por outro não contempla as relações entre o citado grupo e outros que compõem o espaço urbano para além dos agentes públicos. Esse enfoque não diz respeito à análise

da autora, mas sim ao seu recorte, que, a propósito, é descrito de modo cirúrgico. Interessa a este artigo as relações ruidosas que atingem e demandam ações do poder público.

Uma reflexão que consideramos importante atravessa a relação institucional que envolve a “carreira da camelotagem” e, para tanto, Mafra (2005) fornece importantes elementos a fim de que possamos inserir outro ator presente na trama que envolve a prática da camelotagem no espaço urbano: o lojista. Por meio da contratação de seguranças particulares e da sugestão da instalação de um sistema de segurança por parte da Prefeitura Municipal da cidade do Rio de Janeiro, o lojista criou ações que visavam a inibir a presença dos camelôs que atuavam nas ruas (MAFRA, p. 81), denominados camelôs de pista pela autora, em virtude de não possuírem um ponto fixo de atuação.

A entrada dos lojistas na inibição da atividade foi combinada com a atuação da Guarda Municipal e do Governo Estadual, que, por meio do “programa de segundo emprego”, possibilitou ao policial militar atuar como segurança particular dos lojistas, para que, de algum modo, pudesse evitar a presença dos camelôs nas imediações dos comércios. Essa prática do governo estadual gerou algumas ações de contestação da mídia em relação à ineficácia da prefeitura na fiscalização, evidenciadas na seguinte chamada: “Prefeito pressiona comerciantes do Centro: loja que não pagar taxa [aos policiais] terá camelôs na porta (O Globo, 7/10/1994)” (MAFRA, 2005, p. 81).

A carreira na camelotagem é permeada por dimensões que estão além do uso “irregular” do espaço público, pois há fatores importantes que estão relacionados às mercadorias, que podem ser ilícitas, e ao próprio estigma que os camelôs possuem em virtude das suas origens territoriais, sociais e, em algumas situações, terem atuado em atividades ilegais, antes ou durante a atuação na informalidade (MAFRA, 2005).

É válido para esta reflexão um quadro de referência teórico que esteja debruçado não em uma perspectiva normativa, estudando o fenômeno de cima para baixo, a partir das relações que o Estado estabelece com os atores, mas sim segundo os *interstícios*, cujo regime de ação é orientado pela interação cotidiana estabelecida entre os diferentes grupos presentes no espaço urbano, seja pela “relação de confiança”, elemento de constituição de uma “reputação” que garante ao trabalhador a permanência na atividade (PIRES, 2013), seja pelo trânsito entre fronteiras incertas (TELLES; HIRATA, 2010), que, de alguma forma desloca a problemática para uma “zona cinzenta”, não binária; ou mesmo, por meio de “regras da rua”, em um complexo jogo de negociações que envolvem vendedores ambulantes, comerciantes, fiscais e consumidores (RABOSSI, 2005).

A atividade da camelotagem é compreendida, nessa abordagem, como uma relação que

ultrapassa a dimensão jurídica e econômica, exigindo desse modo que mobilizemos debates que recorrem à prática no âmbito das relações sociais estabelecidas em seus respectivos espaços de interação. Um entendimento do modo como os camelôs elaboram a “reputação” em relação aos demais atores urbanos nos ajuda a perceber os aspectos de ordenamentos da carreira em uma dimensão interacionista, na qual os significados que envolvem comercialização de produtos são elaborados e reelaborados constantemente.

Assim, a constituição de uma reputação é importante não apenas para a relação entre os vendedores mas também entre eles e os agentes de fiscalização, como destaca Pires (2013). Em situações de repressão, as quais o autor denominou “derrame” e “esculacho” (*Idem*, p. 11), “[...] ter uma identidade reconhecida com base numa trajetória” é um fator importante para se ter atuação exemplar e garantir uma posição pouco mais simétrica entre vendedores ambulantes e comerciantes formais.

Para além das relações que envolvem os arranjos entre agentes estatais e camelôs, interessa a esta discussão a reflexão sobre o que Rabossi (2005) denominou “regras da rua”, constituídas em espaços que envolvem não apenas os agentes estatais mas também consumidores, padrões, empregados e lojistas, em uma dimensão pessoal que ultrapassa as relações comerciais. Esse aspecto é basilar para compreender a interação dos camelôs na cidade para além do que está visibilizado. Nesse caso, as relações que se apresentam em oposição em espaços oficiais podem ser complementares em espaços *oficiosos*.

É nesse emaranhado de mercados que as relações entre formal/informal, legal/ilegal se apresentam como contínuas e cada vez mais imbricadas, quiçá simbióticas, uma vez que se tornam elemento importante para a existência de ambas. Os mercados, portanto, são constituídos em interação entre complementares.

Consideramos importante a noção da prática como um trânsito nas “fronteiras incertas” formadas pela coexistência do ilegal, informal e o ilícito (TELLES; HIRATA, 2007), todavia há de se considerar que essa condição não confere “indiferenciação” aos distintos mercados, sobretudo quando se trata de jogos de poder. Em ocasiões nas quais há necessidade de gestão das práticas, limites da tolerância são estabelecidos e cabe aos diferentes grupos construir arranjos para contorná-los. Sob essa ótica, os “legalismos são geridos de modo diferenciado” e tecem dinâmicas políticas implícitas (TELLES; HIRATA, 2010) que são agenciadas nos espaços extralegais.

Desse modo, a permanência nas atividades se dão a partir de esquemas de corrupção, acertos e partilhas de ganhos, troca de favores, práticas de extorsão e alianças feitas no contexto das microconjunturas; que seriam o *modus operandi* da “gestão diferencial dos ilegalismos”

(TELLES; HIRATA, 2010). A noção de gestão diferencial dos ilegalismos é originalmente de Foucault (2006), quando o filósofo abre discussão sobre as leis não do ponto de vista binário — legal x ilegal —, mas sim segundo suas formas de aplicação, definindo quem pode e quem não pode violá-las. Os jogos de poder do tecido social possibilitam controle diferenciado e criam “espaços protegidos” nos quais a lei pode ser “violada”.

A noção de gestão diferencial dos ilegalismos nos auxilia na compreensão de práticas de vigilância das ações dos camelôs na área central da cidade de Campos dos Goytacazes, mas não nos ajuda na explicação do conflito como um todo, que ultrapassa a relação com as leis. Para tanto, recorreremos à noção de “ordem pública” no início desta seção. Consideramos importante um enquadramento da “ordem pública” no caso do conflito dos camelôs do terminal a partir do diálogo com a noção de “cruzada moral” trazida da discussão de Gusfield (1986) sobre a reforma moral na sociedade norte-americana, em que os estilos de vida de determinados grupos são colocados em questão.

Temos, portanto, uma disputa que não se restringe às práticas jurídica e econômica, mas que abrange os modos de organização do grupo que está ocupando um espaço público. Veremos, no decorrer do artigo, como há um forte apelo moral na tentativa de sensibilização dos diferentes públicos envolvidos da arena protagonizada por camelôs, representantes dos lojistas, poder público e mídia impressa. No caso, tenta-se dar ao “problema dos camelôs” uma dimensão mais ampla, como maior publicidade, prestes a ganhar maior adesão do poder público e da população que tinha acesso ao conteúdo do periódico.

As estratégias de sensibilização são importantes, na abordagem do Cefai (2017), para a configuração de um problema público e de uma arena em torno dele. Na medida em que o problema da ocupação do centro pelos camelôs ultrapassa os imediatamente envolvidos, adentra à esfera política. Para que um problema aparentemente particular ganhe visibilidade, torna-se necessário construir um repertório que, de algum modo, atinja todos. Assim, para que o “problema dos camelôs” seja problema do poder público e da população como um todo, fez-se necessária a mobilização de questões morais, jurídicas e até mesmo sanitárias, por parte dos que estavam denunciando a presença dos camelôs no centro.

Interessa-nos aqui dialogar com a discussão de Elias e Scotson (2000) que envolve o conflito entre “estabelecidos e *outsiders*”, em uma trama que os autores denominam “socio-dinâmica da estigmatização”. Cabe ressaltar aqui que, na discussão da obra desses autores, os dois grupos não possuem diferenças de estatuto, que não é caso dos camelôs e lojistas da cidade de Campos dos Goytacazes, visto que os lojistas, além de ocuparem estrutura física diferenciada dos camelôs, têm o estatuto de pessoa jurídica. Neste artigo, importam os esquemas em que

transcorrem os processos de depreciação da atividade dos camelôs na área central da cidade de Campos dos Goytacazes.

A compreensão de “estigma”, na perspectiva goffmaniana (1988), é fundamental no entendimento dos dispositivos de justificação dos que demandavam pelo ordenamento do centro. Assim como já demonstrado no caso de Porto Alegre e parcialmente na parte introdutória deste artigo, as disputas que envolvem camelôs e lojistas ganham uma dimensão moral significativa, na qual a existência do primeiro grupo no espaço da cidade já é um elemento de desordem urbana. Portanto, diante disso a atividade da camelotagem já seria um estigma.

## OS CAMELÔS DO TERMINAL EM UMA ESCRITA FIXA

Após andar ao redor dos camelôs e tirar algumas fotos de cima do prédio da livraria Noblesse, sentei-me ao lado da banca de Pedro. Assim que ele chegou na banca pude perceber a chegada de um freguês insatisfeito com um relógio que havia comprado. Ele se queixava do seu relógio ter entrado água. Pedro, por sua vez, alegou não ter dado garantia contra a entrada de água. Ele pegou o relógio com o rapaz, abriu e o secou. O entregou ao freguês que não aparentava satisfação, pois esperava receber outro novo em troca.

Após este fato chegou uma mulher bem vestida queixando-se do seu relógio com defeito. Pedro se recusou a consertar o relógio, alegando se tratar de um produto “original”. Não queria se comprometer. Alertou a cliente ainda a não “dar” o relógio a camelô, “pois camelô não [sabia] mexer em relógio original”. A cliente perguntou se ele tinha um determinado relógio e ele falou para que voltasse na quarta-feira, após chegar da viagem de São Paulo, onde compra suas mercadorias. E ela prometeu retornar

[...]

Após ficar conversando com Pedro por aproximadamente mais 30 minutos, chegou uma cliente à procura de um Porta CD infantil, mas como não tinha indicou uma outra banca próxima à sua. Gritou pelo nome de outra camelô e mostrou a cliente para ela, e esta logo foi à banca indicada por Pedro. (Trecho da nota de campo da observação do dia 10 de setembro de 2010).

O trecho que inicia esta seção foi extraído do diário utilizado na ocasião em que o trabalho de campo estava sendo realizado. De alguma maneira, aquele dia ficou registrado de modo fixo, que seja apenas em um pequeno caderno. A nossa posição de observação, registro e análise, fixaram uma ocorrência do dia 10 de setembro de 2010 no camelô do terminal.

**Figura 1. Camelôs do terminal**

Fonte: Registro feito pelo autor (2010).

Geertz (2009) nos confronta com esta realidade no trabalho antropológico, quando ele mesmo destaca que o acontecimento passado é transformado em um relato (*Idem*). Os personagens descritos em seu trabalho tomaram outros rumos. Assim também ocorreu com o Kula, que foi alterado, mas *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* ainda se encontra disponível como um registro do fluxo de um discurso social que se fazia presente entre os trobriandeses. Assim como os interlocutores que deram origem aos trabalhos mencionados no parágrafo anterior, os camelôs do terminal tomaram outro rumo. As bancas foram retiradas do local e atualmente ocupam uma nova área na região central, ao lado do Mercado Municipal da cidade, onde estão provisoriamente aguardando a reforma de um espaço maior para que possam ficar de forma definitiva. O que restou dos camelôs do terminal foram os registros no caderno de campo, textos escritos e imagéticos.

**Figura 2. Os camelôs do terminal vistos do alto**

Fonte: Registro feito pelo autor (2010).

Pedro, um interlocutor do trabalho, no momento da ocorrência do trabalho de campo, trabalhava há doze anos no terminal. Era possível acompanhá-lo diariamente na montagem e desmontagem da banca, em seus horários de almoço e nas suas queixas sobre o vizinho que colocava um preço abaixo do aceitável pelos camelôs, tornando-se um *vacilão* e *olho grande*; tais rótulos manchavam a sua reputação entre os demais. Afinal, uma concorrência desleal violava regras inscritas naquele pequeno mundo. As sanções não eram poucas. Ele não tinha quem olhasse a sua banca para ir ao banheiro; trabalhava sempre em dupla, com a esposa ou o filho. A sua banca não era indicada para um consumidor, caso o produto estivesse em falta em outra banca. Assim, eram-lhe aplicados os castigos por estar em um grupo e não coordenar a sua ação ao modo de vida estabelecido pelos demais. Atualmente, o Pedro que ia diariamente para o terminal não exerce mais a atividade de camelô. Após a mudança para a nova região que lhe fora destinada, houve queda nas vendas e, em um período de aproximadamente um ano, começou a buscar novas alternativas de trabalho fora do camelô, mas ainda dentro da informalidade, como garçom, ajudante de pedreiro, ajudante de pintor, entre outros bicos que estavam ao alcance do seu campo de possibilidades.

As ocorrências diárias observadas no período do trabalho de campo deram substância para uma descrição densa de um contexto de relações estabelecidas horizontal — entre camelôs e seus pares — e verticalmente — entre camelôs e agentes da fiscalização. Ter estado no terminal nos possibilitou uma análise sistemática das relações que não estavam presentes nas falas impressas dos representantes dos lojistas. Mais ainda, permitiu-nos diferenciar os lojistas estampados no papel dos lojistas que estavam em interação com os camelôs diariamente.

## “O PROBLEMA DOS CAMELÔS”

Como empresário, amigo e parceiro do prefeito Arnaldo Viana eu sei que no seu novo mandato ele tem um compromisso com o desenvolvimento econômico do município. Entretanto, como presidente da CDL, eu gostaria muito que o prefeito determinasse a imediata solução para o problema dos camelôs, que nos últimos meses do ano 2000 invadiram o centro, provocando um grande descontentamento entre os lojistas legalmente estabelecidos. O fato provocou episódios lamentáveis, sem falar na concorrência desleal. O nosso patético apelo é para evitar que novos incidentes venham ocorrer, pois o clima é tenso – afirma E. C. (EDVAR..., 2001, p. 8).

Esse trecho pode nos ajudar na compreensão de como o camelô é representado pelo presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) — órgão representante do comércio formal.

Há menção a dois grupos: lojistas legalmente estabelecidos e camelôs que invadiram o centro. Estes últimos estavam vivenciando tensões que tiveram um agravamento no final do ano de 2000, quando um proprietário de uma loja de roupas entrou em conflito físico com camelô que estava comercializando produtos em frente ao seu estabelecimento.

A partir desse evento, foi travado debate que envolveu camelôs, associações de representação dos lojistas, poder público, mídia televisiva e impressa. Como é notado, o comerciante faz apelo direto, por meio da imprensa, ao Poder Executivo — com quem afirma ter boas relações —, ao qual pede solução para o denominado problema dos camelôs. Nesse contexto, os camelôs são categorizados como invasores do centro. Como método interpretativo dessa relação, torna-se basilar o conceito de estabelecidos e *outsiders*, utilizado por Elias e Scotson (2000), pois nos possibilita compreender a posição que um dos representantes de uma entidade dos lojistas situa como os “estabelecidos”, ocupando posição privilegiada no centro, enquanto os camelôs invasores, a de *outsiders*.

Os camelôs invasores estão associados aos diversos problemas sinalizados na região central da cidade, o que contribui para a desqualificação da atividade, uma vez que o camelô é tomado como aquele que desfigura a cidade<sup>4</sup>. Nesse sentido, o camelô é tido como responsável por alterar negativamente o cenário do centro, local que, no trecho citado no início desta seção, é quase que um direito exclusivo do lojista pela sua condição jurídica.

Em meio a esses conflitos não somente físicos, mais ainda simbólicos, relativo ao tratamento dado à presença do camelô na cidade, podem surgir opiniões diversas, formando representações variadas, contribuindo para a construção de uma “identidade social deteriorada” dos camelôs perante os lojistas. Pode-se pensar nessa posição como uma autoafirmação dos ditos “legalmente estabelecidos”. Uma condição muito pontuada é a permanência injusta dos camelôs no centro, que concorrem de forma desleal por não pagarem os devidos tributos para exercerem suas atividades no citado espaço.

Como dito, a atuação informal dos camelôs é utilizada na declaração dos comerciantes para reivindicações ao poder público a fim de que intervenha, coibindo a atividade comercial nas vias públicas da área central de Campos dos Goytacazes. Corroborando a afirmação, segue o seguinte trecho extraído do periódico *Folha da Manhã*: “Acreditamos que já está mais do que na hora da prefeitura de Campos adotar algumas providências práticas, como, por exemplo: (...) retirar definitivamente os camelôs que insistem em ocupar um espaço ao qual não têm direito, porque não pagam impostos.” (DIEGUEZ, 2001, p. 6)

---

<sup>4</sup> CHAGAS (2001, p. 7).

Nessa declaração, feita pelo então presidente da Associação Comercial da Rua João Pessoa e Adjacências (Carjopa), há argumentação que se baseia na condição jurídica dos camelôs, situando esse grupo à margem das normas, o que não é o caso dos acusadores. Na relação entre o estabelecido e o *outsider*, tenta-se sempre atribuir características que corroborem essas condições apontadas pelo primeiro grupo. No caso abordado, trata-se de condição jurídica. Sobre esse aspecto, torna-se basilar a compreensão de Elias e Scotson (2000, p. 22-3), quando afirmam que

[...]o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsiders* as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua maneira anômica. Em contraste, a autoimagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu setor exemplar, mais “nômico” ou normativo na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim”.

Esse trecho possibilita um entendimento das atribuições dadas aos camelôs pelos representantes dos lojistas como artifícios para reforçar a própria legitimidade. Há ainda o intuito em se apresentar como um modelo ideal de organização na ocupação justa do espaço urbano, o que não é o caso dos invasores, associados aos problemas enfrentados para o reordenamento do centro.

Em uma breve conversa com Agenor — segurança do Shopping vizinho aos camelôs do terminal —, mencionando a possível saída dos camelôs daquela localidade, ele destacou o seguinte:

Isso aí é uma favela, tem prostituta, menor, veados, pedófilo. [...]. Eles vêm para dentro do Shopping para roubar e usar drogas no banheiro. [...] A noite é uma putaria. Os veados ficam pelados se mostrando para a gente aqui. [...]. Tem que acabar com isso mesmo, eles precisam trabalhar, mas tem que ser um negócio organizado. (Trecho da conversa realizada em trabalho de campo feito no dia 28 de dezembro de 2009.)

O trecho possibilita compreender como a localidade ocupada pelos camelôs é categorizada. Nas falas anteriores, a presença dos camelôs estava associada à desordem do centro, já nesse trecho da conversa podemos visualizar o modo como o espaço é apresentado — “favela” —, cuja representação moral, nesse caso, simboliza espaço degradado. Quando indagado sobre a saída dos camelôs, o funcionário do empreendimento vizinho aos camelôs do terminal associou-os aos diversos grupos marginais que causam preocupação ao empreendimento para o qual trabalha, alinhado à narrativa dos representantes dos lojistas.

A área ocupada pelos camelôs é vinculada aos seguintes problemas: mendicância, falta

de iluminação pública, pequenos furtos e até mesmo más condições do asfaltamento central. Essas atribuições acabam contribuindo para a construção de uma desqualificação moral da atividade. Nesse sentido, na representação dos comerciantes legalmente estabelecidos, os camelôs tornam-se problemas de ordenamento público, o que faz com que o primeiro grupo apele para o poder público municipal, para que aplique medidas necessárias do ponto de vista dos que veem os camelôs como um problema.

O “problema dos camelôs” é tomado como uma estratégia de sensibilização por parte das entidades de representação do comércio formal, para que, de algum modo, possam alcançar os diferentes públicos da cidade, sobretudo os gestores públicos. Sobre esse modo de operar uma situação considerada problemática, Cefai (2017) destaca que a sensibilização é uma forma de produzir envolvimento de diferentes grupos em um problema. É torná-lo público, o que seria uma etapa na qual o “problema dos camelôs” deixaria de ser apenas dos representantes dos lojistas, afetando também setores da mídia, poder público e a população leitora do periódico, em um processo de publicização de um problema que ultrapassa o círculo de pessoas imediatamente envolvidas (CEFAI, 2017).

A constituição dos camelôs não caracterizaria um problema em si, visto que o efeito dessa presença no espaço urbano era sentido apenas pelos “lojistas”. Para isso, os representantes da entidade mobilizaram problemas sociais que tivessem maior abrangência: mendicância, assaltos, problemas de trânsito, entre outros “problemas” relacionados à “desordem urbana”, que, de algum modo, afetaria todos os usuários do centro, e não apenas aos “lojistas”.

A problemática da ordem urbana foi um recurso utilizado para estabelecer limite de tolerância dos camelôs na área central, tanto por parte da população quanto por parte dos atores estatais. De algum modo surtiu efeito, pois o “problema” que inicialmente envolvia associações comerciais e mídia impressa envolveu Ministério Público Estadual e Poder Executivo Municipal.

## **“A PEDRA NO SAPATO DO PREFEITO”**

O crescimento do comércio informal na cidade, que vem sempre acompanhado de uma reação dos comerciantes legalmente estabelecidos, é o que se pode chamar de ‘pedra no sapato’ do Prefeito Arnaldo Vianna. Em várias ocasiões no ano passado, o problema foi discutido com lojistas, mas o fato de 2000 ter sido um ano eleitoral impediu a adoção de medidas impopulares. (ORDENAÇÃO..., 2001, p. 5)

Diante da citação, pode-se observar a dimensão que o comércio informal ganhou na

cidade, o que fez com que atividade passasse a ser tema de um debate público que está relacionado ao atendimento da necessidade dos comerciantes legalmente estabelecidos e dos próprios camelôs. O processo de sensibilização mobilizado pelos representantes do comércio formal não foi suficiente para que a saída dos camelôs do espaço urbano fosse legítima.

De acordo com o periódico local, enquanto os lojistas reclamavam solução urgente para o problema, a prefeitura declarava buscar solucionar de forma definitiva a condição dos camelôs sem impedi-los de trabalhar (ORDENAÇÃO..., 2001). Ainda em dados extraídos da Secretaria de Comunicação Municipal (Secom), o representante em vigor no ano de 2005 da CDL afirmou o seguinte em uma reunião com o Prefeito,

Nós não queremos acabar com os camelôs como estão dizendo. Queremos apenas que o poder público crie um espaço para eles. Com a reforma da Praça São Salvador, por exemplo, o espaço dos camelôs que estão em frente ao prédio da ACIC vai diminuir muito. (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL, 2005).

Por outro lado, o prefeito em exercício no ano de 2005 declarou não querer que o centro da cidade vire um bazar, referindo-se à quantidade de camelôs atuando nas ruas. Desse modo, o poder público se viu diante de dois impasses: atender os lojistas legalmente estabelecidos e não impedir os camelôs de trabalharem — mesmo que estes estejam em uma condição tributariamente ilegal —, o que fez emergir, desde o início do ano de 2000 até o ano de 2010, uma variedade de propostas para solucionar o caso. O projeto que alcançou mais aceitação por parte dos dois grupos foi a construção de um local para agrupar os camelôs das ruas do centro. Nesse caso, ocorreu a ampliação da estrutura já existente do Shopping Popular Michael Haddad<sup>5</sup>, conhecido popularmente como “camelódromo”.

Em uma reunião entre o poder público e os camelôs, realizada no segundo semestre de 2009, foi destacado pelo secretário do então governo municipal que a ideia de aproveitamento da estrutura do Shopping Popular Michael Haddad partiu de um camelô. Ressaltou ainda a proposta de transformação dos camelôs em uma referência para Campos dos Goytacazes e outras regiões, uma vez que eles passariam a ser reconhecidos como uma feira de pequenos negócios “bem organizada”. Há certa ambivalência quanto à representação dos camelôs na ótica do então secretário. Ora são tidos como lojistas e pequenos empresários, ora como não empresários, que estão na rua para tirar a sobrevivência, como destacou o então presidente da Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (Codemca) presente na reunião.

---

5 O Shopping Popular Michel Haddad foi construído há cerca de 30 anos para organizar os ambulantes que trabalhavam nas ruas de Campos e até hoje atrai grande clientela para as 356 bancas instaladas, por conta da variedade de produtos, que vão desde eletroeletrônicos até brinquedos e enfeites diversos.

Em declaração<sup>6</sup> do Comandante da Guarda Municipal em exercício no ano de 2002, houve destaque de uma relação pacífica entre o poder público e os camelôs. Segundo ele, a apreensão das mercadorias geralmente não é necessária, pois não há relação de confronto entre a Guarda Municipal e os camelôs. Ele destacou ainda que o intuito do poder público é o reordenamento da informalidade no município, e não a busca da extinção com atividades repressivas. Declarou ainda valorizar a necessidade de subsistência dos cidadãos. Essa representação da atividade exercida pelo camelô foi mostrada em sua abordagem e ainda pôde ser notada nas declarações dos representantes do poder público municipal presentes na reunião realizada entre estes e os camelôs em 2009.

Em meio às demandas apresentadas pelos camelôs ao poder público na citada reunião, pudemos compreender o modo como eles se autorrepresentam diante do conflito. À medida que apresentavam suas demandas, recorriam à busca de reconhecimento da atividade na área central pela dignidade que a posição de trabalhadores lhes conferia.

## **“ISSO AÍ FAZ PARTE DA MINHA VIDA”: DIGNIDADES EM DISPUTA**

A gente está aqui para ajudar né, contribuir, até porque é em nosso benefício. Para que traga melhor conforto [...] melhor condições de trabalho. E se o governo está dando essa condição a nós, pequenos comerciantes [...]. Eu quero contribuir, porque isso aí faz parte da minha vida. Eu tô há muitos anos, vivo disso, criei meus filhos nisso, meus colegas também vivem disso, criam a família deles honestamente, com toda dignidade, né? (Fala de um camelô durante uma reunião entre camelôs e poder público, no final do segundo semestre de 2009.)

Essa declaração foi feita pelo camelô Said em reunião realizada entre o poder público e representantes dos camelôs das seguintes áreas: Shopping Popular Michael Haddad, calçadão, marquise dos correios e do terminal rodoviário Luis Carlos Prestes. Todas essas áreas integram a área central. A declaração de Said, assim como a de outros camelôs a serem citados neste tópico, nos possibilitou entendimento de uma narrativa não mais orientada pelo viés jurídico, mas sim pela condição de trabalhador, um apelo ao reconhecimento igualitário na utilização dos espaços da cidade para o exercício das atividades laborais.

Em contraste com as representações atribuídas aos camelôs nos periódicos, Said qua-

---

<sup>6</sup> ORGANISMOS... (2002, p. 6).

lifica a atividade como digna, uma vez ter possibilitado tanto a ele quanto a seus amigos a manutenção de suas respectivas famílias. Podemos então identificar os diferentes repertórios em disputa. Observe-se que a condição tributária da atividade não é tomada como critério de reconhecimento da identidade social do grupo, mas sim a dignidade.

A dignidade adquirida na atividade está vinculada diretamente ao *status* de trabalhador, fator corroborado no seguinte trecho de Mafra (2005, p. 91):

Não se deve esquecer que se trata de uma carreira de difícil aceitação social, embora represente, para boa parte de seus integrantes, uma forma “digna e honesta” de sobrevivência. Se, por um lado, o exercício da camelotagem tem uma imagem que estigmatiza, por outro, é um artifício usado na defesa contra outras acusações, como, por exemplo, a de ser ladrão.

Nesse caso, a camelotagem está em oposição à carreira ligada ao crime, que é uma possibilidade, porém desonesta e desonrosa. Essa carreira está permeada por uma série de moralidades. As relações vivenciadas pelos camelôs fazem com que atribuam sentidos à profissão que ultrapassam uma ação econômica ou jurídica, pois há muito mais atributos que justificam e acabam servindo como elementos de qualificação, baseados não em uma regulação estatal, mas sim nos motes da dignidade e honestidade. Para que as demandas dos camelôs fossem reconhecidas frente ao poder público, utilizou-se a estratégia de confronto à identidade social deteriorada vigente nos meios midiáticos. A informação social transmitida sobre os “camelôs” até então estava vinculada à deterioração do centro. Há, dessa maneira, a manipulação da informação sobre a carreira a partir dos elementos considerados aceitáveis para o público presente na reunião.

Outro elemento importante na elaboração da carreira do camelô é o fato de ser dono do próprio negócio. Durante a pesquisa de campo, entrevistamos Cristiano, um jovem que afirmou sempre *ter sonhado* em ter uma banca de camelô. “Ter patrão” para ele não era uma forma digna de trabalho, visto que recebia pouco dinheiro e ainda passava por algumas privações impostas pela regularidade da atividade. Como comerciante, tinha rotina de trabalho de segunda a sábado com horários bem definidos, o que não ocorria na atividade da camelotagem. Nessa ocupação, na qual ele é o seu próprio patrão, os horários são definidos por ele.

No caso de Pedro, ele nos informou com muita veemência que sua carreira, apesar de ser um “cansaço doido”, lhe possibilitava liberdade. Em entrevista, relatou que chegava ao local de trabalho às 6h da manhã e saía às 20h, todos os dias, porém percebemos em idas a campo que o horário de chegada de fato para arrumar a banca era sempre às 10h da manhã e a saída entre 18h e 19h.

Quando indagado sobre as possíveis vantagens da atividade, ele nos informou o seguinte: “a vantagem é que é meu mesmo, não tem *stress*”. A autonomia é tomada como uma condição de liberdade. Nesse sentido, a dimensão da carreira toma sentidos apostos a uma normatividade definida de cima para baixo. Em conversa com uma camelô do terminal, ela nos informou que foi trabalhadora do comércio durante muitos anos e optou pela carreira para ter uma renda mais elevada e, ao mesmo tempo, ter espaço para fazer as coisas de que gostava.

Ser camelô, em vista do que foi descrito até aqui, está vinculado a significados que não se limitam às designações atribuídas pelos representantes dos lojistas legalmente estabelecidos, grupo que inclusive deve ser tomado não de modo genérico, mas sim com as devidas diferenciações encontradas no espaço urbano concreto.

## LOJISTAS DE PAPEL E LOJISTAS DO CENTRO

Sentado com Pedro na banca, se aproxima um senhor que retira uma quantia considerável de dinheiro do bolso e entrega em suas mãos. Após entregar fala para Pedro que na quarta-feira passaria para pegar a mercadoria. Quando o senhor se retirou Pedro falou que se tratava de uma encomenda de guarda-chuvas que ele traria para aquele senhor, que possuía duas lojas nas imediações do Mercado Municipal. (Nota de campo do dia 16 de novembro de 2009).

Um olhar superficial para o “problema dos camelôs” nos daria uma versão parcial da relação diária entre camelôs e lojistas. Esta limitação foi superada a partir de uma descrição densa do espaço de atuação dos camelôs e dos lojistas. No trecho que inicia esta seção, podemos observar que as relações sociais são muito mais complexas do que aparentam e, sendo assim, não podem ser engessadas por descrições binárias, como se de um lado existissem mocinhos; e do outro, bandidos. Para tanto, buscaremos interpretação das formas simbólicas relacionadas, na medida do possível, às ocasiões sociais concretas.

O lojista que foi até a banca de Pedro encomendou a ele duas dúzias de guarda-chuvas que seriam comprados sem nota fiscal e seriam vendidos em uma loja “estabelecida”. Observando de perto essa relação, de imediato podemos refutar a narrativa dos ditos “pagadores de impostos”. Mas não podemos passar de um lado para o outro de um modo tão simplista, uma vez que estamos diante de duas categorias diferenciadas de fato.

As disputas que envolvem camelôs e associações comerciais podem ser compreendidas a partir da “gestão diferencial dos ilegalismos”. Como já destacado no trabalho de Telles e Hi-

rata (2010), em diálogo com Foucault (2006), gestão do ilegal não existe para inibir as práticas ilegais, que continuarão a existir apesar da lei. Logo, é um dispositivo de diferenciação de quem pode e não pode transgredir. Sob esta ótica, o lojista faz uso de um espaço que é protegido por lei para exercer práticas que a contravêm. A probabilidade de um agente da fiscalização dar uma “batida” na loja do senhor que compra guarda-chuvas comprados ilegalmente é muito menor em comparação à de Pedro, que está em condição desigual no espaço urbano.

O repertório mobilizado em um debate público é direcionado ao camelô, que, por via de regra, tem a sua identidade social deteriorada em relação ao lojista. Em um processo *sociodinâmico de estigmatização*, as associações comerciais constroem a autoimagem do lojista a partir da parcela mais *nômica*; logo, o lojista tomado como modelo não será o que contravém a lei, mas sim como um *tipo puro* que corresponde às expectativas estatais em relação aos deveres tributários. Por outro lado, há o camelô, representado a partir de *características ruins* da cidade, em uma tentativa de gerar sua qualificação negativa diante da população que acessa o conteúdo jornalístico e do próprio poder público.

Em uma cidade concreta, pudemos observar que os lojistas de papel, retratados no jornal, não viviam em um contexto de guerra com camelôs. Todas as terças-feiras saíam ônibus de Campos com destino à São Paulo, para levar camelôs e lojistas para a realização de compras na região do Brás e da 25 de Março. Nessa circunstância, havia relação de simetria entre camelôs e lojistas, na qual ambos se tornavam “sacoleiros”, categoria de designação dos compradores que fazem o mencionado percurso. Em conversas com um “guia” — responsável por conduzir compradores de Campos para São Paulo —, obtivemos informações sobre a diversidade do público que realiza as compras, composto tanto por camelôs quanto por lojistas.

A relação não se limitava às idas a São Paulo, ocorria nas interações cotidianas no centro. Os camelôs de rua, que possuíam pouco estoque de mercadorias, adquiriam alguns dos seus produtos com atacadistas do comércio formal. Pedro, quando necessitava de algum produto que era urgente em sua banca, como pilhas de relógio, por exemplo, recorria ao comércio formal. Saía em desvantagem, pois pagava quatro vezes mais o valor pago em São Paulo, mas fazia para não deixar o freguês “na mão”. Essa relação era percebida com certa frequência com os demais camelôs do terminal.

O cotidiano dos camelôs e lojistas, marcado por favores, confianças e trocas comerciais, é muito mais complexo do que o conflito publicizado nas páginas do jornal. Sobre a relação de confiança estabelecida entre comerciantes e camelôs no espaço urbano, Pires (2010) assinala que, nos mercados de Buenos Aires, comerciantes formais e ambulantes se misturam, possibilitando a criação de circuitos alternativos de comércio para o mercado formal, que, em uma

articulação que o autor denomina “máfia” (PIRES, 2010), formava *sociedade anônimas* que colocavam mercadorias à venda por meio dos ambulantes. Desse modo, encontravam uma forma gerir o ilegalismo sem uma exposição aos agentes do Estado, que repreendiam os ambulantes que estavam em posse da mercadoria.

Diante do que foi delineado nesta seção, pudemos tomar as duas atividades como complementares no espaço urbano concreto. O “lojista legalmente estabelecido” era, à vista disso, categoria abstrata mobilizada no jornal para sensibilizar o poder executivo municipal, o Ministério Público e os leitores do periódico. Em uma observação mais de perto, pode-se perceber que a realidade concreta de lojistas e camelôs é muito mais densa do que a exposta na narrativa dos representantes das associações comerciais da cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi discutido acerca das disputas travadas pelo uso da região central da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, pode-se pensar na distribuição espacial da cidade como um processo hierarquizado, no qual terá maior acesso aqueles com maior capacidade de publicizar suas demandas frente aos atores políticos estatais. A publicização se dá por meio de processo de sensibilização fundamentado em estratégias de manipulação da identidade social dos atores em disputa.

Esse processo de sensibilização busca perspectivas do “problema” que sejam passíveis de generalização para que os demais grupos sociais se sintam envolvidos no problema, em um quadro social de desordem urbana no qual os “lojistas legalmente estabelecidos” são tomados como exemplo da ordem e os camelôs, “invasores”, representando, por conseguinte, a desordem; em um jogo de disputa que equivale identidades sociais a modelos de ordem ou desordem.

No momento em que os camelôs entram em cena, um novo elemento é colocado na sensibilização dos gestores do espaço urbano: a dignidade. Fundamentada no repertório dos camelôs pelo trabalho honesto, delineia a dimensão moral da atividade, relacionada não à dimensão jurídica e econômica, mas sim à honestidade, por se tratar de um trabalho que garante a sobrevivência da família.

A disputa vista superficialmente oculta as relações sociais entre camelôs e lojistas, que são mediadas por relações de trocas, favores e circuitos de compras compartilhados. Esses aspectos revelam diferentes gradações de lojistas presentes no centro: os que se mobilizam

pelos representantes das associações comerciais e os que estabelecem relações concretas com os camelôs no espaço urbano. Esse fator deixa em evidência a desigualdade de condições na ocupação da área central e o modo como essa discriminação proporciona acessos diferenciados na gestão da ilegalidade que perpassa as duas categorias.

A discussão levantada neste artigo nos possibilitou o entendimento parcial da densidade que envolve a atividade do camelô no espaço urbano e o modo como é mantida e reputada em interação com diferentes atores urbanos. Diversos fatores que circundam a atividade não estão limitados às questões trabalhistas, eles se ampliam sob o ponto de vista político, no qual se faz necessário acumular experiências dentro e fora da carreira para o estabelecimento de boas relações com atores políticos, poder público, agentes da fiscalização, lojistas e entre os seus pares.

## REFERÊNCIAS

1. CAMELÓDROMO terá recadastramento. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, p. 4, 8 maio 2001.
2. CEFAl, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo (parte 1). **Novos estud. CEBRAP [online]**, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zdyH9SGqnWm5LwrV7MT4k9M/abstract/?lang=pthttps://doi.org/10.25091/s0101-3300201700010009>. Acesso em: 19 nov. 2019.
3. CHAGAS, Edvar Freitas. Cadê a praça? **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, p. 7, 9 fev. 2001.
4. DIEGUEZ, Murilo. Carta ao leitor. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, RJ, p. 6, 30 mar. 2001.
5. EDVAR Chagas pede atenção de Arnaldo Vianna para os comerciantes. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, RJ, p. 8, 6 jan. 2001.
6. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
7. FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
8. FREITAS, Carlos Roberto Bastos. **O mercado municipal de Campos dos Goytacazes: a sedução persistente de uma instituição pública**. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,

- Campos dos Goytacazes, 2006.
9. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
  10. GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. *In*: GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009 [1988].
  11. GOFFMAN, Erwin. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
  12. GUSFIELD, Joseph. **Symbolic crusade: status politics and the American temperance movement**. 2. ed. Chicago: University of Illinois Press, 1986.
  13. MACHADO, Rosana Pinheiro. “**A garantia soy yo**”: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). 2004. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
  14. MAFRA, Patrícia Delgado. **A “pista” e o “camelódromo”**: camelôs no Centro do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
  15. MAMANI, Hernán Armando. Conflito urbano e comércio informal: quadros da repressão e da tolerância aos camelôs na cidade do Rio de Janeiro (1983-2009). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 3, p. 523-51, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/14562>. Acesso em: 19 nov. 2019.
  16. MAMANI, Hernán Armando. Economia informal, mercado de trabalho e políticas públicas: notas iniciais para um estudo do Norte Fluminense. **Revista do Programa de Políticas Sociais**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 1, p. 34-56, jan./abr. 2007.
  17. MELLO, Kátia Sento Sé. **Cidade e conflito: guardas municipais e camelôs**. Niterói: EdUFF, 2011.
  18. MELLO, Kátia Sento Sé. Sofrimento e ressentimento: dimensões da descentralização de políticas públicas de segurança no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 2, p. 24-46, 2010.
  19. MONITOR CAMPISTA. **Atenção**. Campos dos Goytacazes, RJ: [s.n.], 1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030740&pesq=mascates&pagfis=2570>. Acesso em: 14 set. 2020.
  20. ORDENAÇÃO da área central Começou. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, RJ, p. 5, 5 jan. 2001.
  21. ORGANISMOS municipais estudam como será feita a distribuição dos trabalhadores informais na cidade. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, p. 6, 16 jan. 2002.
  22. PIRES, Lenin dos Santos. **Arreglar não é pedir arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires**

- e Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
23. PIRES, Lenin dos Santos. **Esculhamba, mas não esculacha!**: uma etnografia dos usos urbanos de trens na Central do Brasil. Niterói: EDUFF, 2013.
  24. PIRES, Lenin dos Santos. Mercados informais e economia popular: possíveis fronteiras entre moralidades e legalidade nas relações da sociedade e o Estado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 36., 2012, Águas de Lindoia. **Anais [...]** Águas de Lindoia, SP: [s.n.], 2012. p. 1-17.
  25. RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad Del Este**: vidas e vendas num mercado de fronteiras. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: [http://teses.ufrj.br/PPGAS\\_D/FernandoRabossi.pdf](http://teses.ufrj.br/PPGAS_D/FernandoRabossi.pdf). Acesso em: 10 nov. 2009.
  26. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL. **Mudanças à vista**. 2005. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=4686>. Acesso em: 10 jul. 2010.
  27. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL. **Prefeitura reforma Shopping Popular Michel Haddad**. (Simone Barreto). 2006. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=8487>. Acesso em: 10 jul. 2007.
  28. TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Revista de Estudos Avançados da USP**, v. 21, n. 61, p. 171-91, 2007.
  29. TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000200003>. Acesso em: 20 set. 2021.

*Renan Lubanco Assis*

Gerente de Projetos do Programa de Educação Ambiental Redes de Cidadania na Universidade de Vila Velha, Pós-Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte-fluminense Darcy Ribeiro. Doutorado em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4051-7587>. E-mail: [renanlubanco@gmail.com](mailto:renanlubanco@gmail.com)

# **“El único negocio acá es la mejora comunitaria”: nuevas dinámicas de mercado, regulaciones locales y tensiones emergentes en un asentamiento del Gran Buenos Aires**

“The only business here is community improvement”: new market dynamics, local regulations and emerging tensions in an informal settlement of Greater Buenos Aires

“O único negócio aqui é a melhoria da comunidade”: nova dinâmica de mercado, regulamentações locais e tensões emergentes em um assentamento da Grande Buenos Aires

**Lucas Barreto**

Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina.

## **RESUMEN**

En este artículo nos proponemos, a partir de un enfoque etnográfico, dar cuenta de regulaciones elaboradas socialmente en un asentamiento del Gran Buenos Aires. Las mismas posibilitan administrar la asignación de terrenos vacantes y la permanencia en el espacio barrial, como así también permiten arbitrar una serie de conflictos internos. Un aspecto que resalta de este proceso tiene que ver con la articulación y las relaciones de fuerza entre, por un lado, la producción y gestión del territorio y, por otro, nuevas y dinámicas economías urbanas. Nos referimos a economías opacas, indeterminadas y muchas veces contradictorias donde una serie de mercados ilegales emergentes dialogan y se interrelacionan con agencias, agentes y prácticas gubernamentales, además de condicionar los modos de

---

Recebido em 13 de maio de 2020.  
Avaliador A: 05 de julho de 2020.  
Avaliador B: 20 de julho de 2020.  
Aceito em 20 de julho de 2020.

---



vida de los sectores populares. Si a primera vista órdenes legales e ilegales parecen estar separados y definirse por mecanismos opuestos, llevando a cabo un análisis más minucioso podemos reparar en cómo se superponen redes de personas, bienes y mercancías.

**Palabras clave:** Asentamientos, Regulaciones, Mercados de suelo, Ilegalismos.

## ABSTRACT

In this article we propose, from an ethnographic perspective, to analyze socially elaborated regulations in an informal settlement of Gran Buenos Aires. They make it possible to manage the distribution of vacant land and the permanence in the neighborhood, as well as to arbitrate a series of internal conflicts. One aspect that stands out in this process is the articulation and power relations between the production and management of the territory for one side, and new urban economies for the other side. We refer to opaque, indeterminate and often contradictory economies where a series of emerging illegal markets dialogue and interrelate with government agencies, agents and practices, as they affect the working class livelihoods. If at first glance legal and illegal orders seem to be separated and defined by opposite mechanisms, with a detailed analysis we can repair how movement of people, goods and commodities overlap.

**Keywords:** Informal Settlements, Regulations, Informal Land Markets, Illegalisms.

## RESUMO

Neste artigo, propomos, a partir de uma abordagem etnográfica, dar conta de regulações elaborados socialmente em um assentamento da Grande Buenos Aires. Eles possibilitam administrar a alocação de terrenos baldios e a permanência no espaço da vizinhança, bem como arbitrar uma série de conflitos internos. Um aspecto que se destaca nesse processo diz respeito às relações de articulação e poder entre, por um lado, a produção e gestão do território e, por outro, economias urbanas novas e dinâmicas. Nos referimos a economias opacas, indeterminadas e muitas vezes contraditórias, em que uma série de mercados ilegais emergentes dialogam e se relacionam com agências, agentes e práticas governamentais, além de penetrar nos modos de vida dos setores populares. Se à primeira vista ordens legais e ilegais parecem ser separadas e definidas por mecanismos opostos, realizando uma análise mais detalhada, podemos reparar como as redes de pessoas, bens e mercadorias se sobrepõem.

**Palavras-chave:** Assentamentos, Regulamentos, Mercado de Terras, Ilegalismos.

## INTRODUCCIÓN

Las transformaciones propias del capitalismo que acontecen desde las últimas décadas sobre los entornos urbanos, junto a la aparición de nuevos actores y circuitos de mercados ilegales, informales e ilícitos, generan verdaderos desafíos para la producción y reproducción de los modos de vida de los sectores subalternos, especialmente en el sur global. No solo las formas que hacen posible la continuidad de recursos con los cuales “sostener la vida” y crear trabajo han adquirido nuevas aristas (NAROTZKY; BESNIER, 2020; SMITH, 2020), sino que el acceso al hábitat y las relaciones e interacciones con ámbitos económicos y políticos al momento de disputar términos favorables para la formalización de las urbanizaciones populares tienen lugar en escenarios redefinidos.

En el Gran Buenos Aires, los grupos poblacionales pertenecientes a capas relegadas –en su gran mayoría desplazados de los mercados formales de suelo– se han organizado colectiva y políticamente a lo largo de décadas no solo para acceder a la tierra y la vivienda, sino también para ser objeto de programas estatales vinculados a la construcción de viviendas sociales, la regularización dominial y a proyectos de urbanización (MANZANO, 2020). Como productores de espacios sociales donde es posible desplegar condiciones para la reproducción social, en términos de “vida digna” (PÉREZ, 2018), ponen a jugar una serie de elementos construidos en sus dinámicas diarias. Resultado de experiencias urbanas, múltiples trayectorias individuales y colectivas, y los constantes reajustes en las formas de vincularse con los gobiernos, estos elementos son anudados y desanudados por vecinos y vecinas con el fin de volverse legibles por las instituciones de Estado (DAS; POOLE, 2008). Asimismo, llevan a cabo una serie de tareas que van más allá de la autoconstrucción de viviendas y de infraestructura urbana (redes de electricidad y agua, calles y veredas, diseño de espacios verdes, etc.). Entre ellas, encontramos la constitución de regulaciones que posibilitan administrar la asignación de terrenos vacantes y la permanencia en el espacio barrial como así también permiten arbitrar una serie de conflictos internos.

En este artículo nos proponemos, a partir de un enfoque etnográfico, dar cuenta de regulaciones elaboradas socialmente en un asentamiento de La Matanza, Gran Buenos Aires. Al valerse de la interacción de legalidades institucionalizadas y entramados de ilegalismos, esta producción colectiva de normas legitima ciertos espacios, prácticas y personas fundamentales para la creación de condiciones materiales y políticas con las cuales habilitar la formalización de la tenencia del suelo y urbanización. Además, se nutre de diversos criterios que, aunque

rígidos y aceptados por el colectivo barrial, son cuestionados y desafiados, generando muchas veces oportunidades, pero también tensiones emergentes en las dinámicas cotidianas.

Por consiguiente, interesa remarcar un aspecto fundamental en la construcción del hábitat popular contemporáneo. El mismo tiene que ver con la articulación y las relaciones de fuerza entre, por un lado, la producción y gestión del territorio y, por otro, nuevas y dinámicas economías urbanas. Nos referimos a economías opacas, indeterminadas y muchas veces contradictorias donde una serie de mercados ilegales emergentes dialogan y se interrelacionan mutuamente con agencias, agentes y prácticas gubernamentales, además de penetrar en la vida social de los sectores desposeídos (BIRMAN; FERNANDES; PIEROBON, 2014; TUFRÓ, BRESCIA; PÍNGARO LEFEVRE, 2017). Si a primera vista parecen estar separados y definirse por mecanismos opuestos, llevando a cabo un análisis más minucioso podemos reparar en cómo se superponen redes de personas, bienes y mercancías. Y por este enmarañamiento entre ordenamientos sociales legales, ilegales e ilícitos afloran ciertas tensiones y conflictos que son expresadas, en no pocas oportunidades, de maneras violentas.

Recuperando los planteos de Vera Telles y Daniel Hirata sobre las periferias urbanas de São Paulo<sup>1</sup>, los límites entre lo legal, ilegal e ilícito son desplazados mediante juegos de poder y cambiantes campos de fuerza (TELLES; HIRATA, 2010). Dentro de la gestión urbana y territorial que llevan adelante actores estatales y no estatales, las dimensiones políticas de este terreno incierto producen lugares comunes de fricción y tensión entre lógicas contrapuestas, pero no por ello inalterables ni cerradas. Los propios actores urbanos en sus prácticas cotidianas se sirven de oportunidades y repertorios con los cuales desenvolverse y transitar entre dichos ordenamientos. Esta transitividad entre legal/ilegal puede ser abordada bajo el concepto de ilegalismo. El mismo refiere a la organización o gestión diferencial de ciertas prácticas, las cuales, aunque legalmente prohibidas por transgredir marcos normativos, son toleradas y se administran sobre núcleos de permisibilidad (FOUCAULT, 2015; HIRATA, 2010; RENOLDI; BARBOSA, 2013; TELLES, 2009). Entonces, de acuerdo a situaciones contextuales, las porosidades y pasajes,

---

<sup>1</sup> Parte del encuadre analítico y las categorías tomadas aquí fueron producidas por investigadores/as que analizan fenómenos urbanos de São Paulo y Rio de Janeiro, contextos con sus propias especificidades. En las ciudades cariocas y paulistas confluyen de maneras complejas el entrecruzamiento de grupos paramilitares o milicias, agentes del tráfico y del crimen (principalmente del CV y PCC) y distintas fuerzas policiales (Unidad de Policía Pacificadora –ya desactivada–, Policía Civil y Policía Militar). Asimismo, en favelas, periferias u ocupaciones autogestivas, las políticas de seguridad pública han virado de acuerdo a procesos políticos y económicos locales y globales: de la metáfora de guerra durante la década del noventa, pasando por proyectos de pacificación en el marco de mega-eventos deportivos, y actualmente el “terror” por la persistente militarización de la vida cotidiana. Tales hechos demarcan cambios en los patrones de “sociabilidad violenta” y en las formas de morar en esos territorios, sobre todo por la existencia de altas tasas de homicidios (LEITE, 2014; MACHADO DA SILVA y MENEZES, 2019).

las relaciones, usos y entrecruzamientos de códigos o arreglos entre lo legal e ilegal ocurren. Prácticas de diversos actores y grupos sociales, arreglos informales y mecanismos formales de decisión o representación son movilizados en la gestión de los territorios y las economías urbanas, las cuales presentan cada vez más aristas por mercados con gran capacidad de expansión y acaparamiento (TELLES; HIRATA, 2007).

Retomando estos aportes, a lo largo del texto proponemos que los ensamblajes de herramientas, lenguajes, prácticas y regulaciones tanto estatales como no estatales, armados y desarmados por los sectores populares al hacer posible la vida urbana desbordan el encuadramiento normativo y dicotómico de definiciones fijas sobre lo legal o ilegal, o la formalidad e informalidad. Por medio de encadenamientos transversales entre lógicas extralegales y formales para acceder al suelo urbano y urbanizar la periferia (HOLSTON, 2008; CALDEIRA, 2017), establecen así porosidades, interdependencias y conexiones con ámbitos considerados como diversos y delimitados (SIMONE, 2015; TELLES, 2015).

El artículo está organizado en dos apartados. En el primero, describiremos brevemente cómo se desarrolló el mercado informal de suelos en Buenos Aires. Interesa destacar que, a pesar del esfuerzo por implementar programas de regularización dominial y/o urbanización, afloran nuevas dinámicas territoriales, en articulación con expansivas economías urbanas asociadas a ilegalismos. En la segunda sección, abordaremos la reciente conformación de un asentamiento urbano en La Matanza, Gran Buenos Aires. Nuestra hipótesis es que la construcción nativa de normas (en diálogo con lenguajes estatales y no estatales) tiene entre sus propósitos mitigar la aparición y avance de mercados (de suelo o de actividades ilícitas) que pongan en riesgo los esfuerzos y posibilidades de urbanización e incluso conlleven a legitimar acciones de represión o desalojo.

## **MERCADOS DE SUELO EN BUENOS AIRES: DEL LOTEOPOPULAR A LAS NUEVAS DINÁMICAS INFORMALES**

A partir de la década del cuarenta del siglo pasado, se dio un impulso de importancia al desarrollo del mercado de tierras en el AMBA<sup>2</sup>. Las escasas regulaciones en la producción

---

<sup>2</sup> El Área Metropolitana de Buenos Aires abarca la Ciudad de Buenos Aires, los partidos del Gran Buenos Aires (24 municipios), y otros 16 partidos de la tercera corona. Recorre una superficie de 13.285 km<sup>2</sup>. Según estimaciones del INDEC, cuenta con 15.390.000 habitantes, que representan el 37% de la población de Argentina.

como en la comercialización del suelo posibilitaron el aumento de los loteos destinados a poblaciones de bajos ingresos, conocidos como loteos populares (CLICHEVSKY, 2012). Gracias a una pujante economía basada en la industrialización por sustitución de importaciones, las mejoras en condiciones de trabajo e ingresos salariales y las facilidades en los créditos para vivienda y financiación a largo plazo, el poblamiento y urbanización fue facilitado en su gran mayoría por intermediarios inmobiliarios del sector privado, aunque la injerencia del Estado en la política de suelos, por mínima que haya sido, no debe omitirse. Asimismo, se consolidaba la red de vías y caminos del transporte ferroviario y de ómnibus y crecía la subvención estatal en el área. Estas mejoras en las infraestructuras del transporte conllevaron al aumento de la fluidez en la conexión con los centros urbanos e industriales y, por ende, favoreció la movilidad territorial e interurbana de los nuevos asalariados, quienes a su vez crecían en número debido a las migraciones internas. De este modo, incipientes pero actualmente densas ciudades y conglomerados urbanos presentaron un desarrollo paulatino sobre áreas antiguamente rurales, como es el caso de algunas localidades del municipio de La Matanza en donde tuvo lugar la expansión de barrios obreros (MANZANO, 2013; ENRIQUE, 2016).

De todas formas, este submercado de loteos populares desaparece a fines de la década del setenta por una serie de condiciones restrictivas en el país acaecidas durante la dictadura cívico-militar (1976-1983) (CLICHEVSKY, 2012). En primera instancia, la implementación de políticas neoliberales y una creciente agudización de la crisis económica y social, con efectos sobre salarios y nivel de empleo. Además, distintas medidas de regulación políticas, urbanas y económicas. Ejemplos de esto fueron la promulgación del Código de Planeamiento Urbano de la Ciudad de Buenos Aires, que elevaba aún más la renta del suelo y promovía un mercado de viviendas concentrado en las altas capas socioeconómicas, o la violenta erradicación de “villas de emergencia” y expropiación de inmuebles por distintas ordenanzas municipales (OSZLAK, 2019). En el caso de la provincia de Buenos Aires, junto a los aumentos en el precio de la tierra, el gobierno suspende la autorización de “loteos” y prohíbe –con la Ley 8.912 de Ordenamiento Territorial– todo nuevo loteo sin infraestructura urbana (IZAGUIRRE; ARISTIZÁBAL, 1988).

Como resultado, estas disposiciones gubernamentales restringen el mercado inmobiliario formal solo para capas acomodadas de la sociedad y confluyen en el progresivo hacinamiento de familias empobrecidas, los traslados hacia regiones del Conurbano y el creciente déficit habitacional. Luego de un contexto de inestabilidad política que resultaría en el retorno del sistema democrático, durante principios de la década del ochenta comienza a observarse la producción de distintas ocupaciones colectivas de tierra. En tanto nuevo modelo de hábitat popular sustentado por tramas de relaciones político-organizativas entre diversos actores sociales

–familias sin vivienda, sectores de la iglesia, voluntarios y técnicos de organizaciones políticas, sociales y sindicales, funcionarios de gobierno–, las tomas de tierra en el Gran Buenos Aires poseían una serie de características propias que lo diferenciaban de villas u otras formas de hábitat informal. Esto permitió proyectar una posterior urbanización y regularización dominial (IZAGUIRRE; ARISTIZÁBAL, 1988).

Tras periodos donde las erradicaciones de modos no formales de habitar la ciudad eran la norma, el retorno democrático y un conjunto de demandas colectivas dieron lugar a la implementación de políticas de radicación y regularización dominial. Incluso se articularon con programas focalizados de empleo y de mejoras barriales, direccionando así ciertas oportunidades de desarrollo urbano a los sectores populares (CRAVINO; VOMMARO, 2018). Dentro de un contexto de avanzada neoliberal, con nuevos paradigmas elaborados por organismos multilaterales de financiación, las políticas de suelo y vivienda para los pobres urbanos viraron hacia programas de lotes con servicio, la seguridad en la tenencia (a pesar de vivir en condiciones precarias) y al mejoramiento comunitario del hábitat (CLICHEVSKY, 2007). De todos modos, los cambiantes ciclos económicos y sociales de la región, signados por la desigualdad urbana, además de las complejidades dominiales y los tediosos procesos burocráticos, no llevaron a resultados destacados.

Con los gobiernos kirchneristas (2003-2015), siguió un período de recomposición de la clase trabajadora y programas de redistribución del ingreso social. Enfocados sobre todo en la implementación de políticas de construcción de viviendas sociales, mejoramientos en el equipamiento urbano y urbanización de villas, asentamientos y barrios populares, en gran medida participaron sus pobladores a través de la asociación cooperativa (CRAVINO, 2012; FERRAUDI CURTO, 2014)<sup>3</sup>.

Paralelamente, la conformación de un mercado informal de la vivienda y el suelo urbano como modalidad alternativa de acceso a la ciudad, continuó en expansión durante décadas. Por ejemplo, a partir de la transposición de mecanismos propios del mercado inmobiliario formal a contextos de informalidad. Los sistemas de provisión de suelo urbano, modalidades de autoconstrucción y prácticas transaccionales en villas de la Ciudad de Buenos Aires comenzaron a funcionar con operaciones de compra, venta y arrendamiento (CRAVINO, 2006). Incluso, se manifiestan progresivamente estas lógicas mercantiles en asentamientos urbanos de la periferia mediante el alquiler o la venta de lotes y casas.

---

<sup>3</sup> Entre ellos podemos mencionar el Programa Federal de Emergencia Habitacional, el Plan Federal de Construcción de Viviendas o el PROMEBA.

De tal manera, a pesar de una ampliación en políticas públicas de gobiernos “progresistas”, las re-estructuraciones del neoliberalismo, especialmente en el sur global, acentuaron no solo las características heterogéneas del trabajo y las formas de reproducción social que integran experiencias de precariedad e informalidad. También implicó una mayor porosidad de las fronteras a favor de un flujo transnacional de mercancías y personas, además de forjar inéditas lógicas o racionalidades urbanas. En este sentido, ejemplos como el desarrollo del mercado inmobiliario informal permiten advertir la mixtura entre lógicas combinadas de “progreso” y crecimiento económico con la proliferación de espacios informales e ilegales a través de los cuales se accede diferencialmente al suelo urbano y la vivienda. Ello demuestra cómo los modos de acumulación y producción de valor neoliberales se intersecan con órdenes ilegales (GAGO; MEZZADRA, 2015: 46-47).

Con lo que nos encontramos al analizar las disputas urbanas por el acceso a la tierra, y su conexión con expansivos mercados informales, es una compleja red enmarañada de relaciones e interacciones, actividades e intercambios entre organizaciones colectivas y agrupaciones delictivas, mercados de protección, regulaciones diarias e ilegalismos (BIRMAN, FERNANDES; PIEROBON, 2014; TELLES; HIRATA, 2010). Si enfatizamos en la extensión del Gran Buenos Aires, vemos emerger un aumento en el número de ocupaciones de tierras donde se acentúa la circulación de violencias y los conflictos desencadenados muchas veces por organizaciones delictivas pero también por agentes de gobierno (CELS, 2016). Entonces, el desenvolvimiento de parte de la población en tramas socioeconómicas ligadas a y sostenidas por mercados ilegales, demarcan sin duda ciertos cambios en los modos de vida en la ciudad (CRAVINO, 2016; GAGO; GARCÍA PÉREZ, 2014; TUFRO, BRESCIA; PÍNGARO LEFEVRE, 2017).

Creemos que el mercado inmobiliario informal y aquellos otros mercados de bienes ilícitos con los que la población interactúa cotidianamente en el territorio, son elementos que lejos de asemejarse a entidades aisladas o concretas, funcionan de manera mixturada. En ocasiones habilitan el funcionamiento social, siendo muchas veces legitimados (a pesar de desenvolverse entre márgenes de legalidad e ilegalidad), en otras se expresan de manera violenta. No debe perderse de vista que, asimismo, estos mercados están enquistados en un conjunto de relaciones de poder y hegemonía, en el que diversos actores urbanos, funcionarios y organismos estatales elaboran grados variables de lucha y tolerancia, colaboración y sanción (HEYMAN; SMART, 1999).

## BARRIO CANAY: OCUPACIÓN COLECTIVA DE TIERRA Y REGULACIONES NATIVAS

A mediados de 2016, unas pocas familias que vivían en terrenos inundables de un asentamiento en La Matanza (Buenos Aires), ocuparon tierras en el predio anexo, un gran descampado sin alambrar. Este nuevo asentamiento de considerable extensión alberga alrededor de 150 familias y se acopla a una región con modos de habitar escalonados y diversos: otras tomas recientes en tierras linderas (fiscales y privadas), algunas compras y ventas (tanto a dueños privados como a personas que aprovecharon su influencia y ofrecieron terrenos de manera irregular) y programas estatales de vivienda social implementados desde décadas anteriores.

Entre las reconfiguraciones de la región estudiada observamos un “enmarañamiento” de mercados ilegales emergentes. En simultáneo a acciones colectivas como las tomas de tierra y las luchas por “mejoras barriales”, o la regularización de distintos servicios e infraestructuras urbanas, desde hace algunos años se evidencia un creciente avance de múltiples actividades alejadas de los marcos legales. Ya en mis primeras visitas como estudiante universitario, durante 2013, vecinos y vecinas de otros asentamientos narraban situaciones de represión y desalojos sobre jóvenes familias que ocuparon predios privados o fueron estafados por “operadores inmobiliarios”. Ello se superponía con las historias de vida y expresiones de preocupación ante la situación de las juventudes en aquellos lugares, por el aumento del narcomenudeo y el consumo de drogas.

A su vez, junto a descripciones de la vida cotidiana, se intercalaban anécdotas y comentarios acerca de disputas territoriales entre bandas de distintos sectores barriales, tanto por la distribución de sustancias ilícitas como por otras actividades lucrativas. Un proceso relevante que se entrelaza a nuevas economías y nudos de ilegalismos, tiene que ver con la presencia de transportes alternativos, “remises compartidos”, cuya operación convive –en ocasiones de manera tensa– con el reciente servicio de transporte público urbano. El funcionamiento de aquellos viejos automóviles –aparentemente gestionado por “barrabravas” y accionado por vecinos y vecinas que vieron allí una oportunidad de sustento económico– permite conectar diferentes urbanizaciones populares con barrios más consolidados, así como alcanzar puntos de acceso y transbordo fundamentales para la reproducción cotidiana de los pobladores. De esta manera, atravesar rápidamente los tres kilómetros que separan a estos asentamientos de lugares clave posibilita una fluidez en el desenvolvimiento de actividades laborales, el traslado a centros de salud y a instituciones educativas, etc., efectivizando así la circulación de mercancías y perso-

nas<sup>4</sup>.

Llamada por sus pobladores como Barrio Canay, por su asociación con el referente más reconocido allí, la ocupación en análisis fue desalojada por fuerzas de seguridad en octubre de aquel mismo año. Sin embargo, ello no impidió que en semanas posteriores vecinos y vecinas vuelvan a levantar las casillas, reforzando la organización que dio origen al nuevo poblamiento. Luego de tales eventos, los cada vez más numerosos habitantes iniciaron la limpieza del predio (quemando y desmalezando los pastizales del suelo), continuaron con la construcción de carpas, casillas o estructuras de donde cuelgan lonas, la medición de lotes y manzanas, el mejoramiento o nivelación de cada terreno y la apertura de calles. Asimismo, instalaron de manera informal redes de electricidad y agua a partir de la colaboración de los propios pobladores (recolectando el dinero para herramientas, caños, cables y postes de luz) y con vecinos de asentamientos ya consolidados (quienes permitieron las conexiones clandestinas desde sus domicilios). De esta forma, los habitantes lograron volver habitable un territorio donde hasta hace unos años predominaban amplios descampados con vegetación silvestre.

A medida que fue creciendo esta nueva ocupación, familias de otros sitios cercanos comenzaron a establecerse allí, “aprovechando la oportunidad” para obtener un lote de tierra. Aquellas movilidades residenciales eran potenciadas por diferentes circunstancias en sus anteriores hábitats<sup>5</sup>. Alquileres que no podían ser afrontados, jóvenes que vivían hacinados con sus familias por el crecimiento de la unidad doméstica y conflictos familiares. Como Juan, quien posee “problemas del corazón”, situación que le dificulta conseguir empleo y sostener el alquiler junto a su padre, también con afecciones cardíacas. O Gustavo, que aprovechaba al máximo las dos semanas que su patrón le concedió para avanzar en la construcción de una casilla prefabricada, ya que no pudo seguir alquilando en una localidad céntrica de la región. Incluso no eran pocas las personas que admitían tener casa pero “pidieron” lotes para que sus hijos e hijas puedan mudarse y “tener algo propio”.

Durante 2017, en el marco de una investigación que llevé adelante para mi tesis de licenciatura, retomé mis visitas a la región luego de algunos años. Gracias a la relación de amistad que construí con una familia del asentamiento más antiguo, comencé a acercarme a esta nueva ocupación de tierras. En un agradable domingo de marzo, luego de almorzar junto a ellos,

---

4 Para un análisis de los sistemas de transporte alternativo en San Pablo y su imbricación con relaciones de poder y mercados de ilegalismos ver Hirata (2010).

5 No hay que perder de vista aquí el dificultoso contexto económico nacional debido a una serie de políticas restrictivas implementadas por la coalición gobernante en aquel momento (CAMBIEMOS, hoy Juntos por el Cambio), con efectos sobre el consumo, el empleo y la vida cotidiana de los sectores medios y las clases trabajadoras. <https://www.pagina12.com.ar/184250-macri-vs-macri> (10 de mayo de 2020)

Cristian y Laura se ofrecieron a acompañarme para conversar con los recientes pobladores, ya que nos distanciaba solo una manzana de aquel predio. Mientras transcurría la tarde, pude establecer vínculos con el poblador que organizaba a los habitantes y distribuía los lotes. Estaba en la puerta de su residencia, un humilde rancho en la entrada principal, atendiendo los múltiples requerimientos. Observaba incesantes movimientos de personas. Muchas familias en sus terrenos asignados, limpiando y marcando los límites con mojonos y alambrados o arreglando sus casillas de madera y chapa. También mujeres y hombres que describían las tareas realizadas o las proyecciones para las siguientes semanas y otros que consultaban a Canay –con su característica gorra de visera y amplio bigote– sobre la posibilidad de “agarrar un pedazo de tierra”, prometiéndole que en un corto plazo lograrían “armar” sus casillas o traerían maderas y chapas para establecerse.

Canay es un vendedor de tortillas y albañil de unos 60 y tantos años, pocas palabras y tonada guaraní. Se describe a sí mismo como alguien que nunca participó de una ocupación de tierras desde un rol como el que ejerce allí, pero que tiene “experiencia de estar ahí dentro”, es decir, formar parte de organizaciones sociales ligadas a problemáticas del hábitat popular. Anteriormente, vivía en un sector “inhabitable” –por encontrarse en suelo rellenado y próximo a un arroyo– de un asentamiento cercano, en “un terrenito de 10 por 10” donde no tenía espacio “ni para criar perros”, hasta que tomó el mando del barrio nuevo. En este camino, fue acompañado por militantes de MILES<sup>6</sup>, partido político que integra, junto a otras organizaciones territoriales, la Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV)<sup>7</sup> con una larga trayectoria en la formación y asistencia técnica de asentamientos y barrios populares.

Tras una entrevista inicial, donde comenté que estaba escribiendo “un libro sobre el barrio vecino, para la facultad” y que “me interesaba conocer un poco más sobre la organización” de esa nueva ocupación, Canay me invitó a participar de las asambleas internas, censos y otras tareas colectivas. En aquel entonces dichas reuniones se realizaban cada 15 días. Allí discutían los pasos a seguir para dialogar con funcionarios municipales y difundían las novedades de abogados y otros profesionales de MILES. La regularización del asentamiento no parecía un

6 El partido MILES (Movimiento Integración Latinoamericana de Expresión Social por Tierra, Techo y Trabajo) fue lanzado en marzo de 2011. Acompaña políticamente al kirchnerismo.

7 La formación de la Federación de Tierra Vivienda y Hábitat (FTV) en 1997 se inscribe dentro de la estrategia sindical de la Central de Trabajadores Argentinos (CTA), cuya propuesta buscó descentrar la acción sindical del espacio productivo laboral hacia el territorial, a partir de asumir la representación de trabajadores desocupados y precarizados. La FTV se propuso desarrollar una trama organizativa a partir de distintas iniciativas como el apoyo a los conflictos territoriales (cobertura jurídica y legal a desalojos, toma de tierras y luchas reivindicativas; intensificación del contacto con los medios de comunicación y formación de delegados) y la gestión de planes y proyectos comunitarios (MANZANO, 2013).

proceso sencillo, pero configuraba las expectativas de vecinos y vecinas. “Queremos la cuota comunitaria, queremos pagar por los terrenos”, dirá Canay en una oportunidad. Además, en los espacios asamblearios reunían dinero con el propósito de comprar elementos para “la mejora barrial”, inscribían a personas interesadas en obtener un lote y actualizaban la situación de cada familia y/o parcela. También era un momento de distensión, donde las conversaciones amenas entre vecinos y vecinas marcaban el ritmo antes y luego de las tensas deliberaciones.

En cuanto a los censos, estos se realizaban periódicamente. Canay, junto a integrantes de su familia y aquellos pobladores que lo acompañan en la organización barrial, efectuaban el relevamiento con el fin de revisar la situación de los lotes asignados, sobre todo de las cuadras más alejadas. Llevaban a cabo nuevas mediciones de manzanas y terrenos –con cintas métricas, hilos o cuerdas y estacas–, además de intercambiar información y evaluar los avances o dificultades de las familias a los que se distribuyeron. En el transcurso de las prácticas censales y el otorgamiento de parcelas vacantes, –un proceso del que participé en una ocasión y vivencié como extenso, lleno de tensiones y discusiones, además de ser angustiante para quienes aguardaban una definición–, las personas seleccionadas firmaban en un papel utilizado como acta, comprometiéndose a ayudar con las tareas comunitarias, construir una casilla y establecerse definitivamente en el lapso de una semana a veinte días. La garantía que brindaba este registro escrito, junto a la palabra empeñada, caducaba ante el incumplimiento de tal compromiso en términos temporales como materiales, y ello tornaba la situación del lote y de las personas asignadas factible de ser modificada.

Por fuera de las asambleas y censos, diversas tareas colectivas eran llevadas adelante. Desde trabajos de construcción de viviendas y mejorado de calles, en los que vecinos y vecinas compartían jornadas de ayuda mutua, hasta la instalación de postes de luz, cableados de electricidad y cañerías de agua potable. Asimismo, se planeaban formas de reunir dinero mediante choripaneadas, rifas por asados o “locreadas” durante fiestas patrias.

El control sobre los usos de los terrenos otorgados era un tema central en las asambleas y en otras actividades colectivas. Cuando las familias o personas asignadas para habitar los lotes no realizaban ningún tipo de avance en el mismo, ni tampoco participaban de las mejoras barriales, era un motivo de preocupación y decantaba en ocasiones en su reasignación. Como veremos, esto de algún modo responde a los intentos por elaborar sentidos colectivos en la “lucha por el predio”. También, se evidenciaba la oposición de gran parte de los pobladores a que las dinámicas del asentamiento sean interpretadas como movidas en base a arreglos e intereses económicos. Tal lógica, muchas veces era asociada a prácticas clientelares y a actividades de grupos ligados a redes delictivas. Esto, al parecer, podría dificultar los diálogos con funcio-

narios y agencias de gobierno en torno a la regularización del asentamiento, incluso legitimar acciones de represión y desalojo<sup>8</sup>.

En suma, en asambleas, censos y tareas colectivas sería expresado un conjunto de valoraciones elaboradas por los pobladores, que hacen parte del proceso de asignación de terrenos. Sin embargo, dichos criterios no operaban de manera absoluta, ya que eran constantemente negociados y ello producía oportunidades y tensiones.

### **Regulaciones en torno a los terrenos: oportunidades y tensiones emergentes**

Era un domingo otoñal, con nubes y poco sol, cuando arribé a la asamblea por primera vez. Sobre calles con desniveles de barro y charcos de agua, veía el transcurrir de hombres, mujeres y niños mientras escuchaba atentamente los sonidos de martillazos de vecinos que trabajaban sobre su lote. Varias de las personas agolpadas dentro y fuera del terreno de Canay, empuñaban palas, machetes y distintas herramientas.

Apoyado en una modesta mesa de madera, un cuaderno hacía las veces de “lista de espera” y cerca de 190 postulantes llenaban sus renglones. En aquel momento, 57 lotes estaban sin ocuparse, aunque ese número era dinámico por distintos casos en los que parcelas asignadas eran vueltas a distribuir. El cuaderno de lista de espera procuraba, de este modo, ordenar los numerosos pedidos y gestionar adecuadamente el poblamiento de zonas del asentamiento con tierra vacante. Algunos terrenos seguían sin ser otorgados, sobre todo aquellos ubicados en cercanías a campos de cultivo y a grandes árboles de eucalipto, cuya imponente presencia marcaban los límites del asentamiento. Canay junto a su familia eran los encargados de inscribir a interesados en las reuniones, aunque a lo largo de la semana era común que las personas se acercasen a anotarse. Como comentó en más de una ocasión, no mediaba dinero a cambio de terrenos: para obtener un pedazo de tierra donde construir una vivienda, era primordial cumplir ciertos compromisos no económicos, relativos a la organización comunitaria.

Uno de los principios de asignación movilizados en las asambleas es asociado a la “necesidad”. Se trata de un criterio aglutinante de diversas circunstancias socioeconómicas, aunque las mismas desbordan cuestiones meramente materiales para integrar aspectos afectivos y de salubridad. Importan ciertos casos sensibles y prioritarios: la situación económica de las familias (si las personas se encuentran desempleadas o con dificultades monetarias), la constitu-

---

<sup>8</sup> Aquellos asentamientos y barrios populares que se encuentran inscritos en el Registro Nacional de Asentamientos y Barrios Populares (RENABAP), por implementación en 2018 de la Ley 27.453 “Régimen de regularización dominial para la integración socio-urbana”, no pueden ser desalojados. Sin embargo, se han difundido casos donde dicha disposición no es cumplimentada.

ción de la unidad familiar (grupos monoparentales o familias numerosas) y el género (priorizan la situación de mujeres jefas de hogar o que hayan sufrido violencia de género). También era señalado dentro de esta pauta el estado de salud (enfermedad o discapacidad) de algún poblador o integrante de familia.

Sin embargo, a pesar de remarcar tal criterio, el otorgamiento puede ponerse en cuestionamiento si no se llevan a cabo avances materiales en el lote. Paradójicamente, quienes se encuentran en situación de “necesidad” difícilmente puedan realizar la construcción de sus casillas y el mejoramiento de terrenos en las condiciones temporales que son planteadas en las asambleas. El “necesitar” por problemas de salud, dificultades económicas, y complejidades familiares, de algún modo impide la aceleración en las transformaciones del territorio requeridas —en términos generales se demandaba la construcción de una casilla en los lapsos acordados y la permanencia en el asentamiento—, incluso evitaban arriesgarse a vivir a la intemperie. Cabe resaltar, que de todas formas hay cierta laxitud en los tiempos y avances solicitados en esta regla para los casos sensibles. Por ejemplo, en una asamblea se valoró el caso de Marta, una pobladora que fue echada de la casa donde se hospedaba junto a sus hijas. Ella se las rebuscaba vendiendo golosinas para lentamente “armarse su casilla” con ayuda de vecinos y gracias a las donaciones que podía conseguir.

Por otro lado, encontramos un segundo grupo de criterios que fue verbalizado durante las asambleas vecinales. Altamente moralizados y atravesados por dimensiones temporales, estos criterios se movilizaban para comparar distintas situaciones “en revisión” —lotes asignados pero no ocupados, conflictos entre familias salientes por no realizar avances y familias entrantes de los que se espera la permanencia— y cuestionar a quienes, “necesitando” un lugar para vivir, no se establecían definitivamente ni se involucraban en el armado barrial, cuyo proceso era definido como arduo, ávido de organización y compromiso individual y colectivo. De modo evaluativo, los habitantes ponían a jugar diversas narrativas y experiencias de padecimiento y sacrificio no solo para sostener la ocupación y hacer frente a los hechos delictivos sino también para permanecer allí a pesar de las inclemencias climáticas.

Regresando a la escena etnográfica que significó aquella primera reunión presenciada, pude observar ciertos reproches a pobladores a los que se les había adjudicado lotes para que habiten y construyan su vivienda. Estos cuestionamientos estaban direccionados a la “falta de compromiso y esfuerzo” para permanecer definitivamente y atravesar la consolidación de la ocupación.

Una vecina argumentó ante la queja desesperada de otra mujer a la que robaron distintos elementos del terreno asignado: “Queremos una casa, no armar una casilla y me tomo el palo

[irse]. Los muchachos a la noche recorrieron, porque había muchas mujeres solas porque sus maridos van a trabajar temprano”. Otro poblador acotó con tono de molestia: “porque vienen, ponen un par de palos y aparecen cada 15 días. Tres meses pasé acá solo. A mí no me la cuenta nadie, eh. ¿Para qué quieren el terreno? ¿Para tenerlo de adorno? No papá”. Entre los murmullos ensordecedores, uno de los vecinos presentes tomó la palabra y ordenó con un tono de voz elevado, “gente que vino que se haga la casa y que vivan. Pero no, se viene uno o dos días y después se van”. Por último, otra habitante tomó la palabra y agregó,

(...) nos dijeron tres semanas [para construir]... no tenemos para alquilar. Nos plantamos [permanecieron en el terreno], pasamos de todo. Tres de la mañana se levanta mi marido para ir a trabajar. Buscamos seguridad, para controlar, cuidarnos los que vivimos [por los robos que estaban sucediendo en los lotes más alejados]. Pero él no va a arriesgar su vida por casillas que no están ocupadas. Discúlpenme pero no. (asamblea barrial, marzo de 2017).

En estos intercambios se tornaba evidente que un aspecto sumamente cuestionado en relación a la edificación dentro del asentamiento tenía que ver con la colocación de postes de madera y techos precarios. Tal situación aparecía en muchos lotes. No vivir en el asentamiento pero “aparentar” la construcción de una casilla reforzaba los rumores de que más que un interés por asentarse definitivamente allí y ser parte de la organización vecinal, lo que primaba en tal asignación era la posibilidad de comercializar el terreno y obtener una ganancia redituable. Entonces, una norma no explicitada pero evidente era la construcción de casillas estables y el avance posterior hacia una casa con materiales más sofisticados, signo de permanencia en dicho espacio urbano.

Recuperando los planteos de Loera (2006), quien analizó ocupaciones de tierras en Brasil por parte de movimientos campesinos, sostenemos que los vecinos y familias de Canay, cuya permanencia durante meses en carpas y casillas posibilitó protagonizar reuniones con distintos actores relevantes y elaborar demandas a funcionarios municipales, movilizaban en las asambleas sus relatos de sufrimiento y sacrificio con objeto de consolidar una lógica del merecimiento. Padecer la crudeza de un paisaje rural con la presencia persistente del barro, el frío y las lluvias. Avanzar en tareas de construcción para consolidar terrenos, a pesar de las condiciones adversas iniciales sin electricidad ni agua potable. Esas y otras experiencias asociadas al sufrimiento y sacrificio, a acciones colectivas donde se debe “poner el cuerpo”, eran fuertemente valoradas y legitimaban su posición de pobladores, como vecinos. En tanto sentido de justicia y principio de derecho, se diferenciaban de otras familias o postulantes que no se comprometieron de la misma manera en la formación del asentamiento.

Pobladores y pobladoras, a través de esta lógica del merecimiento, se afirmaban y disputaban de diversas maneras contra comportamientos asociados al cálculo que desafiaban los criterios construidos, como la compra, venta o arrendamiento. “Los terrenos se dan para vivir (...) acá no se venden terrenos. El único negocio acá es la mejora barrial” dirá Canay, ante los supuestos de transacciones monetarias, algo considerado espurio para el conjunto de vecinos establecidos. Sin embargo, tal “implantación” de las lógicas del cálculo o del mercado, por medio de nuevas racionalidades urbanas propias de la ciudad neoliberal (GAGO; GARCÍA PÉREZ, 2014) era una situación que se mostraba evidente entre los pobladores. Durante las asambleas denunciaban públicamente que en redes sociales y páginas de *e-commerce* se ofrecían terrenos, con imágenes y teléfonos de contacto. Además, la persistencia de terrenos vacíos o desprotegidos, muchos con estructuras muy sencillas, reforzaban los rumores de personas que no estaban interesadas en vivir allí sino en obtener un terreno con el objetivo de “hacer negociados”. En ocasiones, lejos de aparecer como situaciones excepcionales era vislumbrado como un hecho bastante común en el que no pocos eran parte, ya que implicaba una oportunidad rentable: vender un terreno asignado sin costo alguno, ante un “mínimo” de esfuerzo requerido, presentándose en asambleas y manteniendo el lote una vez por semana o cada 15 días.

Por otro lado, un considerable número de pobladores demostraba una mayor percepción de peligrosidad, preocupación que era subrayada en los intercambios cotidianos y en asambleas. Determinados hechos evidenciaban un aumento en la circulación de violencias y en la concreción de pequeños delitos. Se sumaban a rumores y comentarios sobre conflictos entre bandas por el control de los mercados de bienes ilícitos, especialmente la distribución y venta de estupefacientes y psicotrópicos.

En relatos acerca de las actividades diarias, era frecuente escuchar comentarios sobre el patrullaje nocturno de una cuadrilla de vecinos. Ocurrían robos de herramientas o elementos de las casillas, aunque muchos resaltaban que no eran los vecinos de allí, sino que se trataba de vecinos de asentamientos cercanos. “Él está por poner un reflector así está más iluminado a la noche, es menos peligroso así (...) son los carreros del otro barrio, ¿ves? Vienen por ese camino y se llevan todo, a veces quieren entrar [a los terrenos]” comentarán entre jóvenes que probaban un sistema de iluminación para la manzana donde vivían. “Carreros” y “transas” aprovechaban la poca iluminación durante las noches y la altura de pastizales aledaños, además del nulo movimiento de personas o automóviles allí para realizar distintas actividades.

A su vez, las familias de las manzanas más retiradas aguardaban la ocupación de los lotes vacíos por la sensación de aislamiento y el temor a robos que esto representaba. Resolver la situación de las manzanas desocupadas era imperioso para quienes habitaban en esas zonas.

Alejados de la trama urbana que imprimen los asentamientos ya consolidados, al haber más vecinos y vecinas no sólo podrían crecer las tareas comunitarias para desmalezar pastizales, extender las conexiones de agua e iluminar calles y casillas. Una presencia más amplia de pobladores, con sus familias habitando permanentemente las parcelas vacantes, permitiría construir sentidos colectivos de mayor seguridad o tranquilidad, ya que no serían lugares propicios para la reunión de personas asociadas al delito, ni para el consumo de sustancias psicoactivas.

Retomando el sistema de normas, podemos señalar situaciones que definen otro criterio de legitimación vecinal para acceder y permanecer en el asentamiento. Estas tienen que ver con el involucramiento en espacios y prácticas colectivas. Se manifestaba, por una parte, en las mejoras realizadas, tanto de la infraestructura y servicios públicos como de los terrenos (propios o mediante la ayuda brindada a otros vecinos). Este *hacer*, el cual implicaba una profunda inversión de tiempo y trabajo construía y habilitaba, de algún modo, un principio de derecho sobre aquello sobre lo que se dedicaba esfuerzo y tiempo vital de manera significativa, tornándolo algo merecido y justo (QUIRÓS, 2011). Ese *hacer* también daba cuenta de la lucha –y nuevamente el sacrificio– por el acceso a la tierra y las expectativas abiertas hacia la urbanización, expresando en gran parte el compromiso cotidiano por construir un barrio (MANZANO, 2016). Asimismo, entre los criterios creados colectivamente, la participación es altamente valorada: tanto en asambleas, tareas colectivas y manifestaciones a las que “eran invitados” vecinos y postulantes. Es decir, la injerencia de los actores sociales en las transformaciones y avances que se realizan en el barrio Canay, y en las construcciones políticas que habilitan estas transformaciones y avances, configuraba evaluaciones positivas entre vecinos y vecinas.

Waldo, uno de los habitantes que estaba encargado de asistir a Canay en las tareas de ordenamiento barrial, sentó posición firme cuando surgió un conflicto en torno a la asignación de lotes. En aquel entonces, me encontraba conversando de manera distendida con Canay, ambos sentados sobre unos baldes de pintura. También era de la partida Cristian, el vecino del asentamiento más antiguo, a quien llamaban en tono jocosos “mi guardaespaldas”. Esta conversación terminó de manera abrupta cuando se acercó Waldo junto a los implicados en la disputa. En una improvisada reunión en el medio de la calle se aclararía la situación: los integrantes de una familia acusaban a otra por desarmar la casilla que habían construido y establecerse en el terreno que les fue otorgado. Cabe resaltar, dicha incriminación tenía lugar luego de una ausencia de más de 15 días por parte del primer grupo familiar, sin haber notificado a los vecinos encargados. El joven dirigente expresó enérgicamente ante los miembros de la familia excluida, que allí “aquellos que no hicieron nada, se dan de vuelta [los terrenos], porque los que no hicieron nada no se preocuparon: tienen donde apoyar la cabeza todas las noches”. Prosiguió su argumento,

aclarando que es necesario preocuparse por el terreno dado y sobre todo “hay que poner el pecho” para evitar los desalojos. Para concluir, elaboró interrogantes acerca del compromiso y la participación de aquellos jóvenes en las arduas tareas cotidianas: “les hago una pregunta ¿Se quedaron a la noche hasta las 23 hs para tirar los cables de la luz? ¿Y cuándo reprimieron? ¿O patrullando a la noche para que no nos roben?”. Luego de un silencio en el que se reconocía la inobservancia de tales criterios, la familia excluida se retiró con la promesa de aguardar en la lista de espera nuevamente sin generar disturbios.

Recuperando algunos estudios antropológicos acerca de la administración cotidiana de conflictos en relación a derechos de propiedad y diferentes disputas barriales violentas entre jóvenes de barrios populares (COZZI, 2015; MARQUEZ PORRAS, 2013), observamos que los sistemas de regulación y canalización de desavenencias se construyen sobre principios morales como ser “un buen vecino”, “dar el ejemplo”, “tener respeto por los demás”, etc. Es interesante resaltar que, a pesar de ser consensuados por parte de vecinos y vecinas, estos acuerdos eran continuamente desafiados. Las regulaciones pueden ser apoyadas pero están atravesadas por disputas y conflictos permanentes. A su vez, estas microrregulaciones cotidianas se conjugan con dispositivos y recursos de ámbitos legales, e incluso con modos de resolución accionados entre “bandas criminales”, movilizándolos para arbitrar controversias y desacuerdos en torno a lo legítimo. Más que estar desligadas, órdenes de regulación y justicia diversos se complementan. En palabras de Gabriel Feltran (2010), “como es muy difícil, –a veces imposible–, obtener el pleno disfrute de la totalidad de los derechos recurriendo a autoridades legales y a la justicia del Estado, se apelan a otras instancias ordenadoras, las cuales se perciben como complementarias a aquellas agencias estatales en funcionamiento” (FELTRAN, 2010, p. 60; traducción del autor).

Por otro lado, en el fragmento de Waldo aparecen varios actores fundamentales en las tramas de poder estatales y no estatales. La incidencia de los mismos hacía posible avances o producían tensiones sobre las tareas cotidianas, llevando muchas veces a estancamientos e incertidumbres en el armado barrial. Primero, las fuerzas de seguridad<sup>9</sup>, cuya constante y contradictoria presencia era resaltada: tanto en la mediación brindada ante situaciones denunciadas

---

<sup>9</sup> Las fuerzas de seguridad en Argentina están conformadas a partir de diversas instituciones con tareas específicas. La Gendarmería Nacional se encarga de la seguridad interior y la defensa nacional, con una presencia marcada en las fronteras nacionales. Los agentes de Policía Federal tienen como función desplegarse en todo el territorio nacional en tanto “Policía de Seguridad de Estado” y “Auxiliar de la Justicia”. En tal sentido, la Prefectura Naval y la Policía de Seguridad Aeroportuaria actúan como seguridad marítima y aeroportuaria, respectivamente. En el caso de Buenos Aires, opera la Policía Bonaerense y las Policías Locales correspondientes a las jurisdicciones municipales.

por pobladores (conflictos familiares, por ejemplo) como en las acciones represivas sobre ellos, moneda corriente durante los primeros momentos de la ocupación de terrenos, y en lo cotidiano hacia los y las jóvenes. También personas que habitan el asentamiento y que mantienen actividades vinculadas al delito y al tráfico de drogas. Mediante emprendimientos familiares, de modo individual o en agrupaciones, imprimen nuevas tonalidades a la vida diaria. Al mismo tiempo otros actores, a quienes se les asigna uno o varios lotes, pero que no buscan vivir allí sino llevar adelante una actividad relacionada con las operaciones del mercado informal de suelo urbano.

Más allá de los rumores que se esparcían diariamente, y la sensación de que el propósito de mitigar el avance de mercados informales no podía frenar la expansión de sus fronteras, diversas acciones valoradas positivamente sostenían los progresos en el asentamiento. Inversiones físicas y el despliegue de energía colocado en lotes, tareas de cuidado y seguridad comunitaria –patrullando durante las noches, acompañando mujeres a las paradas de colectivo, sosteniendo “la toma” ante las incursiones represivas de las fuerzas policiales o de personas asociadas al delito–, la construcción informal de infraestructuras de servicios urbanos –conectando clandestinamente caños de agua potable, postes y cables de electricidad–, o la participación en cuestiones que atañen a la organización del asentamiento. Incluso, permitían abrir posibilidades para obtener un lote vacante: ser observado como un individuo que se preocupa por la ocupación dio lugar a que muchos jóvenes y jefes de familia obtuvieran lotes que estaban sin dueño, trastocando los criterios aparentemente jerárquicos de la lista de espera. De este modo, las normas, en ocasiones sumamente rígidas, pueden ser cuestionadas, fisuradas y expandidas. Esta leve opacidad dentro de marcos de orden y tolerancia creaba oportunidades pero también tensiones, funcionando como diacrítico de las relaciones sociales.

## REFLEXIONES FINALES

En el Área Metropolitana de Buenos Aires nuevas dinámicas en relación a la gestión del suelo urbano están ocurriendo. De los loteos populares, la sólida organización de asentamientos y las políticas de regularización de décadas anteriores, se vislumbra hoy una progresiva penetración de formas mercantilizadas de relacionarse con la tierra. Así como las lógicas del mercado informal avanzan, estableciéndose sobre ocupaciones colectivas de tierra, también figuran allí nuevas condiciones de intercambio de mercancías ilícitas (CELS, 2016; TUFRÓ,

BRESCIA; PÍNGARO LEFEVRE, 2017).

En las tramas territoriales analizadas encontramos una transitividad dentro de órdenes formales, informales, legales e ilegales (TELLES, 2009). La misma, opera sobre relaciones de poder desenvueltas en oscilaciones que van desde la tolerancia, transgresión permitida y las negociaciones que ponen en juego mercancías políticas (MISSE, 2006) hasta el despliegue de dispositivos de control, represión, incluso el encadenamiento de violencias manifiestas. Se trata de un campo de fuerzas donde se friccionan y mixturán vínculos entre prácticas populares, agentes y agencias de ilegalismos y agentes estatales. Son disputas tanto por los sentidos y la legitimación de ordenamientos sociales y sus encuentros o reversos, así como por la gestión, o más bien, los modos de apropiación de riquezas y bienes en circulación (TELLES; HIRATA, 2010).

Dicho encuadre analítico, nos permitió, por otra parte, dilucidar que lejos de constituir lógicas de poblamiento homogéneas, azarosas y producidas a través de arreglos clientelares, los asentamientos se inscriben en procesos arduos de organización colectiva y complejas, y a menudo enredadas, tramas de fuerza superpuestas entre mercados, gobiernos y otros actores clave. Así, la continua movilización de experiencias, estrategias y demandas elaboradas a partir de lenguajes y saberes provenientes de ámbitos diversos (estatales y no estatales), son articuladas al calor de los ritmos de vida, las luchas colectivas por la tierra, las mejoras barriales y los proyectos de urbanización.

Pese a una activación y defensa permanente de las regulaciones construidas socialmente para evaluar diferentes situaciones, observamos una porosidad de reglas y criterios a primera vista sólidos. La aparente fijeza de las normas locales de distribución de terrenos y membresía en el asentamiento contienen cierta flexibilidad que es aprovechada por los actores sociales en sus tácticas cotidianas. Esto demuestra, justamente, que los mercados de ilegalismos –y sus lógicas expansivas– existen porque las reglas van en contra de los mismos. Se trata de un juego de poder de sanciones y tolerancias, frenando la proliferación pero también dejando hacer, desafiando pero al mismo tiempo operando en los márgenes de la ley y los órdenes consuetudinarios.

Queda pendiente dar cuenta de esas lógicas. Por ejemplo, la posición entreverada de pobladores predispuestos a la regularización del predio pero que no escatiman oportunidad de participar en la expansión de los mercados de ilegalismos. Sin duda, muchas personas formaban parte de esos mercados, sin que ello los privara de las interacciones cotidianas de vecinalidad.

Para finalizar, basta decir que otro aspecto a ser analizado en futuras producciones es el lugar que tiene aquello que llamamos Estado. Específicamente, en términos de la redefinición

de sus poderes y cómo juega en estos campos de fuerza de nuevas territorialidades urbanas. Sus difuminadas y múltiples presencias, así como los dispositivos legales que son implementados por los diferentes actores inmersos en esas tramas (vecinos, funcionarios de gobierno, agentes externos), dan lugar a lo que Das y Poole explicitan en su tan citada obra; a saber, que el Estado en los “márgenes”, más que operar a través de exclusiones, redefine sus modos de gobernar y legislar (DAS; POOLE, 2008; TELLES, 2015).

## REFERENCIAS

1. BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. **Mana**, v. 20, n. 3, p. 431-60, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132014000300001>. Acesso em: 8 abr. 2020.
2. CALDEIRA, Teresa. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics and politics in cities of the global south. **EPD Society and Space**, v. 35, n. 1, p. 3-20, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0263775816658479>. Acesso em: 5 abr. 2020.
3. CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES. Vulneración de derechos en tomas de tierra y asentamientos. Entre la necesidad, el mercado y el Estado. *In*: CENTRO DE ESTUDIOS LEGALES Y SOCIALES. **Derechos humanos en la Argentina**. Informe 2016. Buenos Aires: CELS-Siglo Veintiuno, 2016. p. 57-83. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/web/capitulos/vulneraciones-de-derechos-en-tomas-de-tierra-y-asentamientos/>. Acesso em: 3 abr. 2020.
4. CLICHEVSKY, Nora. Informalidad y regularización del suelo urbano en América Latina. Algunas reflexiones. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 2, p. 55-71, 2007..
5. CLICHEVSKY, Nora. Acceso a la tierra urbana y políticas de suelo en el Buenos Aires metropolitano. Apuntes para la reflexión. **Revista Iberoamericana de Urbanismo**, n. 8, p. 59-72, 2012. Disponível em: [https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/13034/08\\_04\\_Clichevsky.pdf](https://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2099/13034/08_04_Clichevsky.pdf). Acesso em: 30 mar. 2020.
6. COZZI, Eugenia. De juntas, clanes y broncas: regulaciones de la violencia altamente lesiva entre jóvenes de sectores populares en dos barrios de la ciudad de Santa Fe. **Delito y Sociedad**, v. 1, n. 39, p. 72-102, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14409/dys.v1i39.5568>. Acesso em: 3 abr. 2020.
7. CRAVINO, Maria Cristina. **Las villas de la ciudad**: mercado e informalidad urbana. Los Polvorines: UNGS, 2006.

8. CRAVINO, Maria Cristina. (org.). **Construyendo barrios**. Transformaciones socioterritoriales a partir de los Programas Federales de Vivienda en el Área Metropolitana de Buenos Aires (2004-2009). Buenos Aires: Ediciones Ciccus/UNGS, 2012.
9. CRAVINO, Maria Cristina. Desigualdad urbana, inseguridad y vida cotidiana en asentamientos informales del Área Metropolitana de Buenos Aires. **Etnografías Contemporáneas**, v. 2, n. 3, p. 56-83, 2016. Disponible em: <http://revistasacademicas.unsam.edu.ar/index.php/etnocontemp/article/view/417>. Acceso em: 30 mar. 2020.
10. CRAVINO, Maria Cristina; VOMMARO, Pablo. Asentamientos en el sur de la periferia de Buenos Aires: orígenes, entramados organizativos y políticas de hábitat. **Revista Población & Sociedad**, v. 25, n. 2, p. 1-27, 2018. Disponible em: <http://dx.doi.org/10.19137/pys-2018-250201>. Acceso em: 30 mar. 2020.
11. DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. *Etnografías comparadas*. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 19-52, 2008.
12. ENRIQUE, Alejandro. **Historia de Virrey del Pino**. Los orígenes de La Matanza. Buenos Aires: [s.n.], 2016.
13. FELTRAN, Gabriel. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 59-73, 2010. Disponible em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000100005>. Acceso em: 8 abr. 2020.
14. FERRAUDI CURTO, María Cecilia. **Ni punteros ni piqueteros**: urbanización y política en una villa del Conurbano. Buenos Aires: Gorla, 2014.
15. FOUCAULT, Michel. **Vigilar y castigar**: nacimiento de la prisión. Buenos Aires: Siglo Veintiuno editores, 2015.
16. GAGO, Verónica; GARCÍA PÉREZ, Eva. Ciudad próspera, ciudad monstruosa: nuevas racionalidades urbanas a partir del caso Indoamericano. **Quid 16**, n. 4, p. 66-83, 2014. Disponible em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/quid16/article/view/1152>. Acceso em: 3 abr. 2020.
17. GAGO, Verónica; MEZZADRA, Sandra. Para una crítica de las operaciones extractivas del capital. Patrón de acumulación y luchas sociales en el tiempo de la financiarización. **Nueva Sociedad**, n. 255, 2015. Disponible em: [https://static.nuso.org/media/articles/downloads/4091\\_1.pdf](https://static.nuso.org/media/articles/downloads/4091_1.pdf). Acceso em: 5 abr. 2020.
18. HEYMAN, Josiah; SMART, Alan. States and illegal practices: an overview. In: HEYMAN, Josiah (ed.). **States and illegal practices**. Oxford: Berg, 1999. p. 1-24.
19. HIRATA, Daniel Veloso. **Sobreviver na adversidade**: mercados e formas de vida. 2010. Tesis (Doctorado en Sociología) — Universidad de San Pablo, San Pablo, 2010.
20. HOLSTON, James. **Insurgent citizenship**: disjunctions of democracy and modernity in Brazil. Princeton: Princeton University Press, 2008.

21. IZAGUIRRE, Ines; ARISTIZÁBAL, Zulema. **Las tomas de tierra en la zona sur del Gran Buenos Aires: un ejercicio de formación de poder en el campo popular.** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.
22. LEITE, Marcia Pereira. Entre a “guerra” e a “paz”: Unidades de Polícia Pacificadora e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, p. 625-42, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7270>. Acesso em: 8 abr. 2020.
23. LOERA, Nashieli. **A espiral das ocupações de terra.** San Pablo: Editora Polis, 2006.
24. MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; MENEZES, Palloma. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos estudos CEBRAP**, v. 38, n. 3, p. 529-51, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900030005>. Acesso em: 8 abr. 2020.
25. MANZANO, Virginia. **La política en movimiento: movilizaciones colectivas y políticas estatales en la vida del Gran Buenos Aires.** Rosario: Prohistoria, 2013.
26. MANZANO, Virginia. Tramas de bienestar, membresía y sujetos políticos: la organización Tupac Amaru en el norte argentino. **Revista Ensamblés**, v. 3, n. 4-5, p. 54-71, 2016. Disponível em: <http://www.revistaensambles.com.ar/ojs-2.4.1/index.php/ensambles/article/view/74/49>. Acesso em: 31 mar. 2020.
27. MANZANO, Virginia. Derechos y subjetividades en la producción colectiva del Gran Buenos Aires: sobre la política de la vida (digna). **Journal de Comunicación Social**, v. 10, n. 10, p. 13-47, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35319/jcomsoc.2020101221>. Acesso em: 25 jul. 2020.
28. MÁRQUEZ PORRAS, Raúl. Justicia difusa. Ordenación y manejo del conflicto en una ocupación de Salvador de Bahía. In: ALVAREZ LÓPEZ, L.; LUNDGREN, S.; MACHADO-BORGES, T. (eds.). *Contemporary Struggles in Latin America.* **Stockholm Review of Latin American Studies**, n. 9, p. 21-33, 2013.
29. MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.
30. NAROTZKY, Susana; BESNIER, Niko. Crisis, valor y esperanza: repensar la economía. **Cuadernos de Antropología Social**, 51, p. 23-48, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/cas.i51.8236>. Acesso em: 25 jul. 2020.
31. OSZLAK, Oscar. **Merecer la ciudad: los pobres y el derecho al espacio urbano.** Buenos Aires: EDUNTREF, 2019.
32. PÉREZ, Miguel. Toward a life with dignity: housing struggles and new political horizons in urban Chile. **American Ethnologist**, v. 45, n. 4, p. 508-20, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/amet.12705>. Acesso em: 5 abr. 2020.
33. QUIRÓS, Julieta. **El porqué de los que van: peronistas y piqueteros en el gran Buenos Aires.** Buenos Aires: Trilce, 2013.

- Aires (una antropología de la política vivida). Buenos Aires: Antropofagia, 2011.
34. RENOLDI, Brígida; BARBOSA, Antonio Rafael (comp.). **(I)Legal**: etnografías em uma fronteira difusa. Río de Janeiro: Editorial de la Universidade Federal Fluminense, 2013.
  35. SIMONE, AbdouMaliq. The urban poor and their ambivalent exceptionalities. Some Notes from Jakarta. **Current Anthropology**, v. 56, n. 11, p. 15-23, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/682283>. Acesso em: 5 abr. 2020.
  36. SMITH, Gavin. Reflexiones sobre la cambiante esfera de la reproducción social y la lucha de clases: casos de Perú y España. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 51, p. 71-89, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.34096/cas.i51.6675>. Acesso em: 25 jul. 2020
  37. TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a Cidade. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 84, p. 153-73, 2009.
  38. TELLES, Vera da Silva. Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa. In: BIRMAN, P.; PEREIRA LEITE, M.; MACHADO, C.; CARNEIRO, S. (orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Río de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 55-75.
  39. TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Revista Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 173-91, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300012>. Acesso em: 9 abr. 2020.
  40. TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000200003>. Acesso em: 9 abr. 2020.
  41. TUFRÓ, Manuel; BRESCIA, Florencia; PÍNGARO LEFEVRE, Carlos. “Aguantamos contra el Estado, perdemos contra las bandas.” Reflexiones sobre la circulación de violencias en tomas de tierras y asentamientos de la Región Metropolitana de Buenos Aires. **Quid 16**, n. 6, p. 146-68, 2017. Disponível em: <https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/quid16/article/view/2858>. Acesso em: 3 abr. 2020.

*Lucas Barreto*

Profesor de Enseñanza Media y Superior en Ciencias Antropológicas por la Universidad de Buenos Aires. Becario doctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas, Sección Antropología Social del Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1100-3277>. Email: [lucasebarreto@hotmail.com](mailto:lucasebarreto@hotmail.com)

# “Feitiços da rua”: os diferentes tempos dos ilegalismos e seus usos a partir da descrição de um “esquema” de transporte complementar no subúrbio carioca

“Street sorceries”: the different times of illegalisms and their uses through the description of a complimentary transportation “scheme” in a Rio de Janeiro’s poor suburb

**Eduardo de Oliveira Rodrigues**

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

## RESUMO

As cidades por todo o mundo possuem diferentes tempos que são articulados na construção do seu cotidiano. Essa dialética entre velocidade e lentidão pode ser percebida por vários caminhos, entre eles a observação atenta dos seus modais de transporte. Eles permitem a operação de diferentes regimes de circulação de pessoas e mercadorias que não podem ser compreendidos, no caso do Rio de Janeiro, sem a contribuição das vans e kombis para o seu sistema de transporte. Esses modais complementares reproduzem ainda mais claramente a dialética entre velocidade e lentidão, sobretudo por um elemento que conforma uma diferença: a conjugação de uma série de ilegalismos na sua operacionalização. Neste sentido, o presente artigo objetiva compreender as táticas que possibilitam o enredamento de um “esquema” de transporte complementar no subúrbio carioca. Busco descrever a operação deste mercado encravado nas fronteiras do legal/extralegal como forma de pensar os usos sobre os diferentes tempos que conformam os ilegalismos. A etnografia toma partes da história de Daniel – um motorista de van que objetiva ser policial militar – como exercício que permite não só compreender esse mercado como também apreender alguns significados sobre os ilegalismos na lógica de um possível futuro policial num contexto de precariedade e violência. A estrutura narrativa se desenvolve por meio do acompanhamento de uma tarde na van de Daniel, quando fui designado como seu “cobrador” de passagens por algumas horas.

**Palavras-chave:** Ilegalismos, Transportes, Polícia, Milícia, Esquemas.

---

Recebido em 14 de maio de 2020.

Avaliador A: 23 de junho de 2020.

Avaliador B: 14 de setembro de 2020.

Aceito em 14 de setembro de 2020.

---



## ABSTRACT

Cities around the world have distinct time experiences articulated in the construction of their everyday lives. This dialectic between speed and slowness can be perceived in several ways, as by the careful observation of the urban transport system. It allows the operation of different circulation regimes of people and goods through the city. In the case of Rio de Janeiro, the transport system cannot be completely understood if the role played by vans is not considered. This complimentary transportation mode shows even more clearly the dialectic between speed and slowness due an element that highlights a difference: the management of several illegalisms in its operationalization. In this sense, this article aims to understand the tactics involved in the entanglement of a van transport “scheme” in a Rio de Janeiro’s poor suburb. I try to understand the different uses of time conforming the illegalisms throught the description of this market. The ethnography is based on parts of Daniel’s lifestory — a van driver who wants to become a military police officer. The analysis enables not only to understand how this market is shaped, but also to apprehend some meanings about illegalisms for a possible future cop living in a context of precarity and violence. The narrative structure is developed through the accompaniment of Daniel’s work routine, when I was designated as his “van assistant” during few hours.

**Keywords:** Illegalisms, Transports, Police, Militia, Schemes.

## PRIMEIRAS PALAVRAS: A CIDADE, SEUS TEMPOS E SEUS DIFERENTES USOS

Mano, pra quem trabalha na “pista”, tem que saber “ler a pista”. Tem que ficar ligado o tempo todo, se não tu se fode. Aqui na van mesmo: é o trânsito, o fiscal, o passageiro... é muita coisa pra dar conta. Se não fosse pela gente, a cidade ia parar mano, parar! A gente é que leva a cidade nas costas.

O desabafo enérgico de Daniel contrasta com o ritmo lento daquela viagem de início de tarde. Chove, mas não muito. Isso não impede que o trânsito numa importante via de circulação do subúrbio carioca esteja praticamente parado. Sobre o para-brisa da sua van, repousa uma fina camada de chuva que faz os contornos da cidade perderem nitidez. A paisagem por detrás do vidro molhado se apresenta como uma espécie de tela impressionista dominada por tons de cinza e vermelho. Nela, o asfalto é animado por uma procissão vagarosa de três fileiras paralelas envolvendo diferentes arranjos de carros, vans, kombis e ônibus, cada qual com suas respectivas

luzes de posição acesas. Volta e meia, motos passam pelos “corredores” deixados pelos veículos e conseguem, sem maior dificuldade, vencer a lentidão do trânsito. Daniel se mostra impaciente e lamenta: “Se eu tivesse com minha moto, não tinha isso. Engarrafamento é sempre prejuízo”. Pergunto a ele então se o trânsito livre é melhor para trabalhar. Ele responde convicto: “Lógico, pô! O trânsito tem que fluir. É mais fácil pra pegar e deixar passageiro. Não é nem pra gente correr, isso aí vai depender. Mas cada dia é um dia. Cada dia tem um ‘pique’ diferente”.

As linhas anteriores me parecem introduzir o caminho escolhido para a construção da narrativa de Daniel no seu trabalho com as vans<sup>1</sup>. Elas nos falam inicialmente sobre os diferentes tempos que regem a cidade. É o uso desses diferentes tempos, em parte, que permite a ele e a outros motoristas “levar a cidade nas costas”. Numa outra ocasião, Virílio (1996, p. 22) sugeriu que o espetáculo da rua seria a circulação. As ruas seriam como locais de travessia, portos por onde transbordam ondas de diferentes grandezas e onde a *velocidade* assume o papel de protagonista nos processos de acumulação capitalista.

Para Santos (1996, p. 220), a urgência desse mesmo tempo aparece ligada a processos hegemônicos que se operam a partir da escala do global em direção ao nosso cotidiano. Trata-se de um tempo que comprime o espaço através da técnica, da ciência e da informação e que aponta para uma “convergência dos momentos” (SANTOS, 1994, p. 49) na criação de uma racionalidade única na forma de manejo e gestão dos territórios. Na sua relação com os tempos do local, ele encontra, todavia, uma série de fricções e resistências que sugerem um compasso relativamente mais próximo à lentidão.

Na verdade, velocidade e lentidão estabelecem linhas de continuidade e ruptura se imaginarmos cidades distantes do “Global North” referenciado na obra viriliana. Do ponto de vista do transporte complementar<sup>2</sup>, uma metrópole como o Rio de Janeiro me parece um bom caso

---

1 Diferentes linhas de vans e kombis ofertam serviço de transporte de passageiros por toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Todavia, tal oferta não é homogênea. Como esclarece Mamani (2004, p. 335), desde os anos 1990 ela é orientada pelos padrões de segregação sócio-espacial presentes na RMRJ, com maior concentração nos subúrbios cariocas e nos municípios do entorno do núcleo metropolitano. Parte dos veículos é legalizada pelas prefeituras locais e pelo governo fluminense (no caso das linhas intermunicipais), enquanto outros carros não têm permissão do Poder Público para circular. Somente na capital, os dados da prefeitura apontam 143 linhas e 2.279 vans licitadas na cidade em 2020 (SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, 2020). A ausência de números confiáveis para quantificar os motoristas e veículos não regulamentados sugere acréscimo considerável aos dados oficiais. Sendo assim, o presente artigo explora parcialmente a pluralidade deste universo, uma vez que o referencial empírico da descrição se refere apenas ao cotidiano de um motorista das vans legalizadas.

2 Com relação à cidade do Rio de Janeiro, Marchione (2013, p. 39) aponta que, desde 2012, com a criação da “Coordenadoria Especial de Transporte Complementar”, a nomenclatura oficial do serviço de passageiros oferecido geralmente pelas vans passou oficialmente de transporte “alternativo” para “complementar”. No presente artigo, optei pelo uso da nomenclatura oficial uma vez que ambas as categorias, no discurso nativo, são mobilizadas sem grandes diferenças de significado (embora outros termos como transporte “informal” ou “pirata” sejam rechaçados

para pensar a dialética entre velocidade e lentidão pelas vans a reproduzirem ainda mais claramente, em especial pela necessidade de conjugação de uma série de *illegalismos* (FOUCAULT, 2010, p. 261) na sua operação. Defendo que tal dialética seja considerada, pois os tempos de um “esquema” de vans não acontecem somente a partir de uma lógica linear e cronológica, uma vez que as ruas podem não ser apenas entremeios, ou seja, vias que conectam dois ou mais pontos num plano urbano. De maneira distinta, a experiência da cidade se inscreve também num universo de múltiplos eventos e relações que se apresentam diante dos nossos olhos não apenas enquanto um caminho, mas também como um fim em si mesmas ou a própria chegada (VOGEL; MELLO, 2017).

Para sujeitos que trabalham e ficam a maior parte do dia nas ruas, elas se insinuam na qualidade de um manancial de oportunidades passíveis de serem desfrutadas. Para isso, o tempo que rege o cotidiano de tais sujeitos se aproxima da noção grega de *kairós* (o “tempo oportuno”). Segundo D  tienne e Vernant (1991, p. 20), eventos que envolvam o *kairós* se caracterizam pela sua multiplicidade e ambiguidade, por situa  es de grande fluidez que tendem a mudar constantemente. Saber empreender uma leitura correta das oportunidades do tempo – bem como saber us  -lo –    uma virtude fundamental para o domínio deste regime de circula  o.

Ao contrário da acelera  o que resulta da circularidade cronológica, nem sempre mobilidade e velocidade significarão poder sob os domínios do *kairós*. Quero dizer, em outras palavras, que ao dirigir uma van, mais do que sempre ser o mais rápido e pontual possível, Daniel precisa saber “ler a pista” oportunamente. Na visão nativa, isso significa ter pleno conhecimento do caminho a seguir na sua rota, do ritmo de demanda de passageiros, da dinâmica das propinas pagas    polícia, entre outras coisas.

   a partir dos diferentes usos do tempo que Daniel e outros motoristas criam um conjunto de “táticas”, no sentido empregado por Certeau (2014, p. 45-6), nas formas específicas do seu fazer cotidiano. São precisamente essas “táticas” que tornam difusas as fronteiras do legal/extralegal para meus interlocutores. No entanto, quando pensada como a  es de resistência a um dado sistema de controle social num país como o Brasil, tal categoria merece uma ressalva importante pelo seu diálogo com a obra foucauldiana.

Como mostra Kant de Lima (2019, p. 209), o poder disciplinar diz respeito ao processo de normaliza  o que homogeniza progressivamente a conduta social pela doutrina  o da sociedade. Trata-se de estratégia disciplinar não meramente repressiva, que não objetiva suprimir, mas sim reproduzir um comportamento “normal” nos indivíduos. No caso brasileiro, o autor

---

pelo seu estigma). Sobre as disputas políticas que envolvem tais categorias, ver o trabalho de Mamani (2004).

nos alerta que o processo de normalização se deu de maneira diferente, uma vez que nossas relações sociais se desenvolvem de maneira hierarquizada, autoritária e pautadas por enormes desigualdades de direitos entre diferentes segmentos sociais (KANT DE LIMA, 2008). Dessa forma, o emprego da categoria “tática” no texto deve ser compreendido como ferramenta analítica de alcance bastante limitado, que se refere apenas aos usos específicos do tempo no tocante ao meu trabalho de campo.

Neste sentido, o presente artigo objetiva compreender um pouco melhor o universo do transporte complementar carioca na sua relação com os ilegalismos. De alguma maneira, outros trabalhos e relatórios já tocaram nesta problemática a exemplo de Hirata (2011) com referência aos “perueiros” em São Paulo, mas, principalmente, pela proximidade que as milícias estabeleceram com o transporte de vans e kombis no Rio de Janeiro (ALERJ, 2008; CANO; DUARTE, 2012; BRAMA, 2019; ALVES, 2020). Desde pelo menos a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de 2008, é muito clara a importância econômica que os transportes complementares possuem para diferentes grupos paramilitares atuantes na RMRJ (ALERJ, 2008, p. 111-26). Todavia, como procurarei mostrar, os ilegalismos inscritos na operação deste modal transbordam a relação com estes grupos – o que indica não só uma possível contribuição do presente artigo sobre o assunto, como também uma lacuna ainda pouco explorada na literatura acadêmica.

Sendo assim, sugiro abordar o problema por meio da descrição etnográfica dos diferentes usos do tempo por parte dos operadores de um “esquema” de vans no subúrbio carioca. A estrutura do artigo se desenvolverá por intermédio do acompanhamento de uma tarde ao lado de Daniel, que me permitiu acompanhar, ao longo dos últimos meses, sua rotina de trabalho e estudo num “cursinho” preparatório para o próximo concurso de “soldado” da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Tal fato, para além do componente ligado ao funcionamento das vans, me parece permitir também apreender alguns significados sobre os ilegalismos na lógica de um possível futuro policial militar (PM). Antes de adentrarmos na análise, é necessário, entretanto, uma delimitação conceitual um pouco mais precisa sobre a categoria que orienta a descrição sugerida. O que afinal os “esquemas” teriam a nos dizer?

## O QUE É UM “ESQUEMA”?

Falar em “esquema” é falar inicialmente de uma categoria nativa mobilizada algumas vezes ao longo do meu trabalho de campo. Ela geralmente foi usada para explicar a dinâmica

de funcionamento de algum mercado – como o próprio mercado do transporte complementar no Rio de Janeiro. Num dos meus encontros com Daniel, quando estávamos, desta vez, em seu carro, entramos na rua do “cursinho” já atrasados para o início da aula da manhã. O trânsito estava parado por conta de um caminhão que manobrava para entrar num hospital. Diante de nós, além da fila de carros, estava um “guardador” tentando organizar o trânsito, uma vendedora ambulante de salgados e bolos, um funcionário do estacionamento local onde iríamos estacionar e, na esquina, um guarda municipal conversando com um PM. Os olhos de Daniel brilharam. Após um breve silêncio, ele chamou minha atenção enquanto o caminhão terminava sua manobra:

,Tá vendo essa rua aqui do curso? Pra isso funcionar assim tem muita gente levando “um” [dinheiro]. O estacionamento aqui que a gente vai parar... olha lá, o cara meteu um cone no meio da rua! Não pode! Tá vendo a van ali na frente? Tá parada no ponto de ônibus... os táxis ali perto da farmácia estão em fila dupla. Tem a porra do guardador de carro, tudo aí sem fiscalização. Nem esse caminhão podia passar aqui nessa hora da manhã. Aí tu acha [sic] que o PM ali na esquina não tá ganhando nada? E o guarda? É claro que tá! E isso aí é só na rua do curso. Meu parceiro, tá todo mundo aí num “esquema”!

Daniel percebeu logo de cara que aquela cena só poderia acontecer caso o território da rua fosse visto como um mercado. Por toda sua extensão, em diferentes horários e em diferentes dias da semana, comercializavam-se mercadorias de ordens distintas: comidas, bebidas, serviços de táxis e vans, a “proteção” oferecida aos donos das lojas, a banca do “jogo do bicho”, o “loteamento” da rua entre os guardadores de carro, a “permissão” para o uso da calçada por um restaurante, o funcionamento de um ponto de prostituição após às dez da noite etc.

Na leitura de Daniel, todas as práticas ilegais ali presentes são o resultado prático de uma série de relações enredadas pelos atores partícipes daquela e de outras cenas que acontecem na mesma rua. Para se realizar, tal mercado depende de um regime de troca capaz de arremeter não somente mercadorias de cunho econômico e político (MISSE, 2010, p. 96), mas também valores de ordem moral que se articulam com uma noção mais ampla de mercado encontrada em Mauss (1974, p. 45). A rua em questão certamente poderia ser considerada um vívido “local de mercado” com seus compradores e vendedores, embora os seus princípios reguladores não sejam regidos por forças tão claramente identificáveis às “sociedades de mercado” de uma economia liberal (BOHANNAN; DALTON, 1965, p. 1-9).

A compreensão do “esquema” como prática de mercado nos exige então um pouco de imaginação. Além do que já foi colocado, é necessário entender também que suas leis não são apreendidas segundo qualquer letra fria. Nenhum mercado desse tipo se organiza totalmente por intermédio da robustez de normas escritas. Elas não serão encontradas em sua completude

nas páginas de algum código, constituição ou alfarábico antigo. A lei de um “esquema”, pelo contrário, é uma lei mais quente, que geralmente encontra a chave para sua codificação na fluidez inerente às performances do discurso. Suas formas de apreensão estão fora do que Conquergood (2002, p. 146) identificou como “escritocentrismo” da cultura, ou seja, a capacidade de compreensão de uma dada sociedade apenas pelo seu domínio da escrita.

De outro modo, os princípios norteadores de qualquer “esquema” estão situados dentro do que Thiong’O (1998, p. 111) chamou de “oratura”. Trata-se de uma forma de expressão que designa “todas as áreas do conhecimento que confiam em uma fonte oral, que englobam história oral, testemunho oral e literatura oral”. As leis de um “esquema” serem tributárias de uma tradição de oralidade não diminui em nada sua capacidade de imprimir certa normatividade aos sujeitos. Elas agem no intuito de engendrar relações de confiança – no sentido de *trust* elaborado por Luhmann (2000, p. 97) — quando nos remetemos à operação de algum mercado<sup>3</sup>.

Aos poucos, essa normatividade extralegal consegue penetrar em bares e bordéis, bem como nas igrejas, nos quartéis de polícia, nos tribunais de justiça e em muitos outros lugares. Sua relativa fluidez se constitui como espécie de “trunfo”, pois criam-se, assim, oportunidades para que os “esquemas” funcionem sob um outro regime de regulação. Eles dependem geralmente da ocorrência de um “desenrolo” (GRILLO; POLICARPO; VERÍSSIMO, 2011, p. 146), isto é, de uma forma de negociação informalmente sancionada e geralmente assimétrica que envolve, na maioria das vezes, práticas que fazem referência aos ilegalismos (FOUCAULT, 2010, p. 261). Isso acontece pela complexidade dos mercados urbanos transbordar as fronteiras da legalidade.

Os ilegalismos que atravessam os “esquemas” não indicam um tipo de “desvio”. Pelo contrário: eles são um recurso ou mesmo uma tática prevista pela própria sociedade na sua relação com a lei e os seus agentes. A gestão diferenciada dos ilegalismos ressalta uma dimensão política importante dos “esquemas”, pois eles estruturam, por um lado, não só “campos de força e jogos de poder” que marcam uma “dobra” nas fronteiras da lei e do extralegal, como também

---

3 O referido autor traça uma distinção entre as categorias “confidence” e “trust” para designar diferentes (porém fortemente interrelacionadas) formas de confiança. Para ele, enquanto as relações de confidence regulam situações mais gerais contingentes ao cotidiano (como nossa confiança de que o ônibus passará no horário previsto, ou ainda de que seremos atendidos num hospital), as relações de trust dizem respeito a um compromisso estabelecido de antemão entre sujeitos, que dependem fundamentalmente da escolha do indivíduo em confiar em outrem. As relações de confidence evocam um olhar mais sistêmico sobre o problema (como a confiança no funcionamento da economia, ou mesmo num dado sistema político), enquanto as relações de trust tratam da mesma questão noutra escala, isto é, no que toca as relações interpessoais (a exemplo da compra e venda de um automóvel entre dois sujeitos). Para o aprofundamento do debate, ver o referido trabalho de Luhmann (2000). Para um importante apanhado de diferentes abordagens sociológicas sobre a noção de confiança, ver a coletânea organizada por Gambetta (2000).

a possibilidade de uso da violência na função de instrumento de regulação e criação de mercados (TELLES; HIRATA, 2010, p. 41).

Um “esquema” pode assim ser criado entre um contador e o seu patrão, ou ainda entre um homem e suas amantes – dentro de uma dinâmica de trocas que não envolvam, necessariamente, “bens e riquezas, móveis e imóveis, coisas economicamente úteis” (MAUSS, 1974, p. 45). Ele pode servir para a organização de uma festa, ou mesmo na distribuição de bebidas ou drogas ilícitas num espetáculo de música. “Esquemas” podem envolver pessoas, grupos e instituições em diferentes situações. Eles podem ser identificados no cotidiano de vendedores ambulantes nos trens urbanos (PIRES, 2011, p. 97-105), na construção de mercados ligados ao varejo de drogas ilícitas (BARBOSA, 1998, p. 82-94) ou até mesmo nos projetos firmados entre grandes empresas de construção civil e o Estado brasileiro (BEZERRA, 2017, p. 101-4).

A noção de “malha” inscrita em Kant de Lima (2019, p. 123) permite compreender um outro aspecto da sua forma de organização. Um “esquema” se estrutura na função de “malha” por ele sempre ser operado a partir de uma dinâmica de grupo. Ele não diz respeito a uma única ação, mas sim a um conjunto de ações que lhe imprimem certa plasticidade. Ele nunca pode ser apreendido como entidade solitária. Se ampliarmos a escala de análise de um dado fenômeno, será possível percebê-lo apenas como mais um “nó” dentro de uma rede mais ampla de “esquemas” articulados entre si.

Os “nós” que orientam os fluxos dos seus regimes de circulação não são fixos, embora estabeleçam hierarquia na sua forma de atuação. Por ser uma “malha”, por vezes sua trama é “esticada” para se abrir à incorporação de novos membros e até mesmo de outros “esquemas”. Já em outras ocasiões, sua trama é “contraída” para que ele se feche e assuma uma feição mais defensiva voltada para a proteção dos seus membros. Tal plasticidade faz referência à dialética entre diferentes temporalidades exposta na sessão anterior, uma vez que o seu ritmo de operação – mediante seus “esticamentos” e “contrações” – dependerá da possibilidade de leitura das oportunidades surgidas de acordo com cada situação vivida. Em suma: o tempo dos “esquemas” geralmente se encerra no “tempo oportuno”, ou seja, na temporalidade inscrita no *kairós* que ora evoca a velocidade, ora evoca a lentidão.

Sendo assim, numa primeira tentativa de definição geral e introdutória, penso que a noção de “esquema” se refere a um arranjo de relações de confiança entre pessoas, grupos e instituições que se articulam por intermédio de diferentes “malhas” com o objetivo de operação de algum mercado. Tal mercado, é importante ressaltar novamente, diz respeito a um espaço de trocas não somente de ordem econômica ou política mas também de ordem moral por meio de relações de honra e status. No caso do trabalho de campo que embasa o artigo, os “esquemas”

são identificados basicamente de duas maneiras: na vitalidade do “empresariado” popular das vans que visa a garantir (ou mesmo ampliar) seu lucro, como também na sua relação com os agentes públicos no oferecimento de soluções extralegais para o controle estatal. Vejamos então como tudo isso funciona na prática.

## O “ESQUEMA” DAS VANS E A DIALÉTICA ENTRE VELOCIDADE E LENTIDÃO

O trânsito lento fez a viagem de volta demorar mais do que o normal. Naquele horário, normalmente os carros levavam pouco mais de uma hora para completar todo o trajeto. Levamos quase duas. Chegando ao ponto final, saímos da van e encontramos outros colegas de Daniel numa esquina comendo. Era normal o almoço dos motoristas ocorrer fora do horário habitual do meio-dia, quando não eram substituídos por refeições rápidas feitas na rua a exemplo daquela tarde. Tudo dependeria do ritmo de trabalho, ou seja, se o dia estava sendo “correria” ou se era um dia “tranquilo”.

Na verdade, naquele momento os motoristas comiam com certa tranquilidade pois o movimento era muito pequeno. Havia poucos passageiros para embarcar na van, que geralmente só saía do ponto quando a maior parte da sua lotação de dezesseis lugares fosse preenchida. Isso não dava a ela um horário preciso de partida e chegada, a exemplo dos ônibus que concorriam trajeto semelhante. Por vezes, com a van já saindo lotada do ponto final, ela percorria seu trajeto no menor tempo possível, tentando chegar rapidamente aos destinos mais comuns dos passageiros para que o tempo de “giro” entre o embarque e desembarque fosse sensivelmente reduzido. Em outros momentos, com o veículo mais vazio, o trajeto era percorrido de maneira mais lenta, muitas vezes com a van parando por mais tempo em cada ponto a espera de possíveis novos clientes. A passagem do tempo variava assim não de maneira exata, mas pelo ritmo das oportunidades que se apresentavam<sup>4</sup>.

Pelo ritmo mais lento daquela tarde, nós nos sentamos e pegamos pela metade uma conversa sobre o irmão mais novo de Daniel. O rapaz se chamava Guto e era também motorista e colega de todos eles. Sua van tinha sido apreendida naquela manhã numa *blitz* de fiscalização

---

4 Durante o mês de abril de 2020, a título de exemplo, Daniel não trabalhou com a van apesar da autorização da prefeitura. Ele me explicou que o número baixo de passageiros não compensava colocá-la para circular, uma vez que os ônibus cobriram toda a demanda durante o primeiro mês da quarentena da COVID-19.

noutra região do subúrbio. Apesar de ser um veículo legalizado – assim como todas as outras vans da linha – ela não poderia estar circulando fora da sua área de jurisdição. Anteriormente, Daniel havia me explicado que a prefeitura do Rio estava tentando regulamentar o transporte complementar.

A implantação do “Sistema de Transporte Público Local” (STPL) permitiu cadastrar e regulamentar parcialmente as vans e motoristas. Como aponta Marchione (2013, p. 39), a implementação ocorre de maneira mais consistente desde 2012 na esteira dos “megaeventos” esportivos que ocorreram na cidade. O STPL prevê um *layout* próprio de pintura que varia de acordo com cada região, além de placa do veículo de “chapa” vermelha, selo de vistoria anual, certificado de autorização da prefeitura e crachá de identificação do motorista. O problema da van em questão é que ela não só trafegava fora da sua área de jurisdição como também era conduzida por um motorista que sequer tinha Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida.

Daniel estava desde cedo inquieto por conta desse assunto. Apesar de a “terceirização” da van ser uma prática comum entre os motoristas, a circulação em outras áreas era algo bastante arriscado aos seus olhos. “Terceirizar” a van, até certo ponto, era permitido pela prefeitura. Cada motorista “permissionário” pode pedir a inclusão de um motorista auxiliar para operar o veículo registrado em seu nome. Daniel também faz isso. Como meu interlocutor usa a parte da manhã para ir ao “cursinho” ou fazer outras atividades, ele cobra informalmente cem reais de “diária” ao outro motorista pela posse da van entre seis da manhã e duas da tarde. Nesse período, o auxiliar é responsável pelo combustível gasto e, eventualmente, por qualquer infração de trânsito cometida. Todo o dinheiro acumulado após o pagamento das despesas é o seu lucro – algo em torno de trezentos reais num “bom” dia de trabalho.

Em alguns casos, Daniel e seus colegas “terceirizam” a van mediante algum outro tipo de “esquema”. Ele pode envolver o pagamento de uma “diária” maior do que o valor padrão – a exemplo de Guto, que havia cobrado duzentos reais em vez dos cem habituais do motorista pego na *blitz*. Além da sobretaxa de 100% cobrada pelo eventual risco, alugar a van naqueles termos talvez fosse a única possibilidade, em curto prazo, de o irmão de Daniel reaver ao menos parte de uma dívida que o motorista tinha com ele. Além de ele precisar do dinheiro rapidamente, o rapaz estava desempregado e não tinha recursos para fazer a renovação da CNH. Ele convenceu Guto a alugar a van durante uma semana e a permitir que ela circulasse fora da região determinada pela prefeitura. Os argumentos pareciam consistentes. Por ser uma área com menor movimento de vans e ônibus, ele supostamente poderia fazer mais dinheiro durante os dias trabalhados. Além disso, o motorista afirmou ter “desenrolado” a situação com a milícia local e sempre ter morado na área. Não haveria como dar problema.

Entretanto, nem Daniel nem os outros motoristas souberam me dizer os motivos que levaram a empreitada a fracassar de fato. A manobra mal fadada gerou multa de aproximadamente dois mil reais a ser somada à dívida que o motorista já tinha com Guto. Isso tudo fez a irritação de Daniel ser ainda maior pois ele havia chamado a atenção do irmão sobre os riscos – em especial pela van ter circulado por outra área fora da jurisdição do seu STPL. A conclusão era que Guto e o motorista simplesmente “deram mole” e isso era suficiente para explicar o infortúnio dos dois. De modo geral, o “dar mole” evocava para os motoristas um conjunto de justificativas morais vislumbrado como resultado prático do não saber “ler a pista” oportunamente<sup>5</sup>.

Nossa conversa teve que ser interrompida abruptamente. A fila de passageiros tinha crescido e alguns já se mostravam impacientes com a demora. Os motoristas terminaram sua refeição e um deles se levantou para iniciar nova viagem. As vans estavam dispostas numa fila de três carros com Daniel ocupando a última posição. Enquanto aguardava sua vez, nossa conversa prosseguiu dentro do veículo pois a chuva havia apertado. Ele ligou o rádio e começou a falar sobre alguns outros “esquemas” de sucesso que se contrapunham ao caso anterior. Eram diferentes formas de “uso”, no sentido inscrito em Certeau (2014, p. 87), que reempregavam uma simples van de transporte complementar noutros tipos de ações.

Ele começou pela vez quando seu veículo foi usado para transportar armas entre duas favelas de um mesmo grupo do varejo de drogas ilícitas. Dois fuzis foram desmontados e escondidos sob o forro de acabamento das portas e do banco traseiro. As “táticas” para realizar o frete foram descritas com orgulho: além de a van poder circular legalmente por todo o trecho entre as favelas, ela ainda foi colocada sobre um pequeno “reboque” também regularizado para transportá-la com as armas dentro. A ação teve êxito total. Daniel recebeu dois mil reais pela empreitada, repassando apenas quinhentos para o dono do reboque com a condição de que ele seria inocentado caso as armas fossem descobertas. Diferentemente do seu irmão, ele disse que aceitou os riscos menos pelo dinheiro envolvido e mais por conta da consideração que ele tinha pelo ex-genro<sup>6</sup>. Ter aceitado a ajuda do ex-genro naquelas condições fez posteriormente aquela “dádiva” (MAUSS, 1974, p. 102) ter que ser obrigatoriamente retribuída. Em relações

---

5 Sobre a categoria “dar mole” e seu papel na explicação causal das consequências de uma ação, cf. Silva (2019, p. 153-158).

6 A consideração é uma categoria que envolve valores ligados à “confiança” e à “honra”. O homem honrado, para Bourdieu (2002, p. 20), é aquele que se define por uma fidelidade a si próprio, pela preocupação em ser digno de uma imagem que me parece se remeter, nesse caso, a um certo ideal de masculinidade. Retribuir tal favor recebido era um desafio de ordem moral. Daniel encarou a retribuição como uma “questão de homem” pois fora impotente em sustentar sua família enquanto esteve preso. O irmão de sua primeira mulher é varejista de drogas e ajudou financeiramente a irmã e seu filho durante tal período.

animadas por indivíduos liminares ao “mundo do crime” (FELTRAN, 2008, p. 93), retribuir daquela maneira seria agir “pelo certo”, ou seja, seguir o norte de uma moralidade criminal que se aprende ao longo da experiência com o próprio crime (GRILLO, 2014, p. 366). Naquela situação, tanto Daniel quanto o seu ex-genro se orientavam por uma bússola moral semelhante.

Na mesma toada, ele me conta de outra ocasião quando a van foi usada para levar um deputado estadual a uma favela durante as eleições. Em ano eleitoral, Daniel sempre é chamado para ser motorista da equipe de três candidatos (dois deputados e uma vereadora) no seu “corpo a corpo” com eleitores e outras lideranças locais. O trabalho é muito bem visto por Daniel, uma vez que lhe garante até três mil reais semanais e abre possibilidades para conhecer “gente importante”. Nessas ocasiões, a van geralmente circula com o próprio candidato, seus assessores e “seguranças” – em sua grande maioria PMs fazendo “bico” durante seus dias de folga do trabalho.

Quem o inseriu nesse outro “esquema” foi um amigo ex-motorista que trabalhava junto com ele e o irmão. O rapaz, desde 2015, é PM e atua também como “segurança” de diferentes parlamentares. Na ocasião narrada, ambos estavam na van se dirigindo para uma favela territorializada por milicianos quando foram parados numa *blitz* de fiscalização da prefeitura: “mano, foi só baixar o vidro. O [sic] ‘polícia’ mostrou a carteira e disse que era ‘Mike’<sup>7</sup>”. A van passou pelo bloqueio e continuou o seu caminho sem ser importunada, apesar de a sua circulação ser ilegal naquela região.

Perguntei a ele se os fiscais conheciam seu amigo PM para liberá-los daquele jeito. Daniel me explicou que quem estava fazendo a mediação entre o candidato e a comunidade era um sargento, amigo do seu amigo, lotado no Batalhão de Polícia Militar (BPM) da área e também integrante da milícia local. Ele é que garantia não só a livre circulação da van, como também o acesso do candidato às lideranças comunitárias. Foi curioso perceber que, apesar de a concessão das linhas ser regulamentada pelo STPL, nenhuma van transita naquela região da cidade sem autorização da milícia. Essa autorização não acontece sem o pagamento semanal de propina, o que reforça a importância econômica deste modal de transporte para tais grupos (ALERJ, 2008; CANO; DUARTE, 2012; BRAMA, 2019; ALVES, 2020). O serviço regulamentado gera assim uma obrigação perversa aos motoristas. Eles são obrigados a pagar duas vezes pelo seu direito legal de trabalhar: tanto para a prefeitura quanto para os milicianos.

Essa situação era semelhante ao próprio “esquema” das vans de Daniel. O trajeto dos

---

7 “Mike” é a versão reduzida de “Papa Mike”, PM no universo policial. A PMERJ e outras forças de segurança pelo mundo adotam o alfabeto de soletração internacional da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), onde a letra “P” se soletra “papa” e a letra “M” se soletra “mike”.

carros passa pela área de dois BPMs diferentes. Embora não seja uma área territorializada por milicianos, a circulação só é permitida mediante o pagamento semanal de propina ao comando dos dois batalhões. A “cobrança da pista”, como afirmam os motoristas, exige mil e oitocentos reais semanalmente somente de Daniel e seus colegas de trabalho. Além dos dois comandos, esse dinheiro é partilhado também entre diferentes agentes públicos que fiscalizam direta e indiretamente o trânsito como os guardas municipais, os PMs que trabalham no trânsito, entre outros. Nem mesmo a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da área – localizada numa favela próxima ao ponto final da van – fica fora do “esquema”<sup>8</sup>.

Impressionou-me o fato de as extorsões serem praticadas não somente sobre motoristas de vans ilegais mas também sobre trabalhadores que estão absolutamente legalizados pela prefeitura. Daniel me explicou que mesmo tratando-se de motoristas “permissionários”, o não pagamento da propina leva os agentes a praticar multas ou apreensões por qualquer motivo extralegal: um pneu supostamente “careca”, alguma luz de posição defeituosa, pequenos amassados, estacionamento em local proibido etc. Se imaginarmos que somente o bairro onde ele trabalha é cortado por dezenas de linhas de transporte complementar, o “esquema” das extorsões se torna um lucrativo negócio.

A conversa teve que ser novamente interrompida. A vez de Daniel na fila chegara e ele seria o próximo motorista a receber passageiros. Ele abriu a van por um dispositivo hidráulico instalado na porta, acionado no próprio painel do veículo que facilitava o embarque e desembarque dos clientes. Por ser legalizada, o pagamento da tarifa de R\$ 4,05 pode ser feito em espécie ou mediante sistema de bilhetagem eletrônica “RioCard Mais”. A maioria dos passageiros paga a passagem em dinheiro com cédulas de “dois” ou “cinco” reais. Em média, Daniel lucra R\$ 430,00 por uma jornada extenuante de até dez horas diárias de trabalho – geralmente divididos entre R\$ 230,00 em dinheiro e R\$ 200,00 no “RioCard”.

Conforme os passageiros embarcam, Daniel recolhe o dinheiro e dá o troco. Ele guarda num compartimento no painel algumas cédulas de menor valor e principalmente moedas aglutinadas num ímã. Por motivo de segurança, o dinheiro não usado no “fluxo de caixa” é colocado num compartimento mais reservado embaixo do banco. Ao final do dia ele é contabilizado e cuidadosamente amarrado por um elástico. Por se tratar de cédulas geralmente de pequeno valor, o volume do malote é significativo.

Com seu espírito fanfarrão, sou surpreendido diante de um desafio: “vou te mandar um

---

8 Dados trabalhados por Brama (2019, p. 90) apontam nesta mesma direção ao identificar dinâmica semelhante em outras localidades do STPL de Daniel. Isso nos mostra como tais ilegalismos não se limitam somente aos milicianos, englobam também outros agentes públicos que atuam nos órgãos de controle estatal.

papo: na minha van ninguém anda de graça não! Já que tu tá aqui, nessa viagem vou te colocar pra trabalhar, já é?”. Não há como não cairmos na gargalhada. Passo então a recolher o dinheiro com Daniel me orientando. Atrapalho-me de início; mas, por sorte, naquela viagem, a maioria dos passageiros decide pagar com o “RioCard”. Isso me deixa mais à vontade para prosseguir nossa conversa.

Com um “bolo” de notas em minhas mãos, é inevitável que o assunto não recaia sobre o dinheiro. Pergunto se ele prefere que o pagamento seja feito em espécie ou pela bilhetagem eletrônica. “Dinheiro.” – ele responde. Questiono então se o pagamento no cartão não seria mais seguro, pois ele não andaria com todo o dinheiro do dia em espécie, ou ainda mesmo mais prático e eficiente, uma vez que ele não precisaria se dividir entre as funções de motorista/cobrador. Aquela opção me parecia muito mais “racional” naquele momento, em especial pelos meus “apuros” enfrentados enquanto “cobrador”. Ao ouvir minha pergunta, Daniel não conseguiu conter um sorriso irônico: “nada substitui a sensação do dinheiro na mão”. Sua resposta me fez pensar sobre as possibilidades de o dinheiro ser usado também segundo “valores de troca” locais e específicos (PIRES, 2013, p. 155). Para meu interlocutor, a materialidade do dinheiro em mãos era importante não somente na qualidade de “valor de uso”, ou seja, como um meio para conseguir diferentes bens de consumo, mas também pela possibilidade de inserção diferenciada num mercado de relações de troca pautado no *status* – sobretudo com relação às mulheres.

Era comum Daniel postar muitas fotos e vídeos no seu “status” do “WhatsApp”. Os assuntos eram os mais variados possíveis e foge aos propósitos do artigo um escrutínio pormenorizado de cada um deles. Todavia, vale a pena dizer que uma parte significativa das imagens e vídeos tomava como protagonista das cenas o seu carro, a sua moto e o “malote grosso” de dinheiro que ele acumulava ao final de cada dia trabalhado. Volta e meia, geralmente às sextas-feiras ou aos finais de semana, tais imagens se embaralhavam numa composição cênica com o “malote grosso” sendo colocado sobre o capô do carro ao lado de outras cédulas de dinheiro (de cinquenta ou cem reais), acompanhado de garrafas de *whisky*, “energético” ou cerveja. Era uma composição que sugeria uma espécie de *potlach* (MAUSS, 1974, p. 175), isto é, uma demonstração de superioridade de *status* por meio da celebração do consumo e da ostentação. Ele não escondia que aquilo era parte de uma performance cujo objetivo maior era “tirar uma onda com os amigos” e, principalmente, atrair a atenção do sexo oposto.

Em diferentes ocasiões, Daniel me contou histórias que reforçavam como a propriedade de um *sedan* confortável, uma moto possante ou ainda “dinheiro na mão” foram fundamentais no seu “desenrolo” com mulheres. Quando andávamos de carro, presenciei por diversas vezes ele abaixar os vidros “filmados” do veículo e colocar o som em volume mais alto ao nos

aproximarmos do seu local de moradia. Era inevitável não chamarmos atenção de todo mundo – sobretudo, na visão dele, das mulheres. No próprio compartimento da van onde ele guardava o “malote grosso”, ficavam também vários pacotes de “camisinha” e “gel lubrificante”. O dinheiro no compartimento era um “dinheiro especial” (ZELIZER, 2013, p. 98), que funcionava como uma espécie de “artefato encantado” capaz de atrair mulheres. Aquela mesma disposição dos três objetos não era algo gratuito. Eles estavam ali articulados no exercício cotidiano da sua sexualidade em meio a um mercado de trocas simbólicas.

Por outro lado, a escolha pelo pagamento em dinheiro revelava também razões de outra ordem. A grande maioria dos motoristas eram indivíduos sem crédito no mercado financeiro convencional. Nenhum deles tinha renda fixa, tampouco bens ou propriedades significativos em seu nome. Não era raro também eles possuírem o “nome sujo” no “Serviço de Proteção ao Crédito” (SPC). Isso impossibilitava, a título de exemplo, a obtenção de um empréstimo em qualquer instituição financeira a juros razoáveis para financiar a compra de uma van ou o pagamento de multas atrasadas.

Assim como outros motoristas, Daniel optou por financiar seu utilitário com a ajuda de Rodrigo – um homem que fornecia parte do crédito necessário para motoristas desacreditados em bancos. Ele trabalhava majoritariamente com a compra, venda e reforma de vans obtidas em leilões, em que carros normalmente oriundos de algum sinistro ou apreensão eram vendidos a um preço mais baixo que no mercado convencional. Rodrigo abria linhas de financiamento a partir de uma entrada (de no mínimo 10% do valor do utilitário) mais prestações variáveis acrescidas de juros. O diferencial desse “esquema” era justamente a maneira como era feita a cobrança. Todos os motoristas beneficiados eram obrigados a cadastrar a conta corrente receptora do pagamento das passagens do “RioCard” em nome de “laranjas” vinculados a Rodrigo. Ou seja, os pagamentos das parcelas eram diários, descontados diretamente da máquina de bilhetagem eletrônica de cada van. Quanto mais o motorista trabalhava, mais Rodrigo recebia. Se considerarmos que o valor pago no cartão representava de 40-50% do lucro diário de cada motorista, a quantia paga por mês era altíssima. Para se ter uma ideia, Daniel desembolsava mensalmente entre quatro e cinco mil reais para financiar sua van, uma vez que ele não tinha acesso a linhas de crédito mais atrativas.

Tal organização nos permite perceber a existência de hierarquias dentro de um “esquema”. Rodrigo funciona como uma espécie de “financeira” dos motoristas. Todos dependem dele de alguma forma, o que faz o controle dos pagamentos ser feito pelos próprios motoristas que,

em hipótese nenhuma, desejam ter a possibilidade de crédito negada<sup>9</sup>. Ele estava numa posição acima dos proprietários das vans – motoristas que podem ganhar dinheiro tanto ao dirigir seu próprio veículo quanto “terceirizando” os carros (como Daniel e o seu irmão). Abaixo deles se encontram os “diaristas”, que por não possuírem os “meios de produção” se sujeitam às possíveis (mas não certas) flutuações no valor da diária de acordo com o *status* do motorista. Por fim, mais abaixo ainda na hierarquia, se encontram os motoqueiros que servem de “olheiros” dos motoristas<sup>10</sup>. São eles que geralmente ditam o ritmo mais acelerado ou lento das vans, pois suas informações atualizam em tempo real a “leitura da pista” por meio do “WhatsApp”.

Percebi a importância desse aplicativo assim que Daniel começou a viagem, pois durante todo o tempo ele dirigiu com a atenção simultânea no trânsito e no celular. De início, imaginei que se tratasse de algum *chat* de amigos e que ele fosse mais um motorista que dirige mexendo no telefone; mas logo percebi que se tratava de algo ligado ao seu trabalho – não só pelo volume de mensagens de áudio, vídeo e texto trocadas, como principalmente pelo seu conteúdo. Na parte final da viagem, quando estava mais próximo do ponto onde desembarcaria, tive a oportunidade de conversar melhor com ele sobre o uso do aplicativo.

De modo geral, aquele grupo de “WhatsApp” estabelece o que novamente Certeau (2014, p. 89) chamou de “antidisciplina” – ou um “contrapanóptico” – se considerarmos o caso em descrição. Já falei anteriormente que um dos problemas enfrentados pelo “esquema” das vans são as fiscalizações e extorsões empreendidas por agentes públicos. Para tentar dificultar o controle, o grupo virtual foi criado na função de “tática” defensiva que permite monitorar o andamento das fiscalizações pela cidade. Ele contém aproximadamente 250 membros (a maioria motoristas de vans legais e ilegais de toda a região do STPL de Daniel), dos quais os cinco motoqueiros fixos e eventualmente alguns temporários funcionam como os “olhos” de longo alcance dos motoristas. O número de motos em ação varia de acordo com o número de equipes de fiscalização nas ruas. Eles percorrem toda a região do referido STPL literalmente seguindo,

9 Além disso, por atuar no ramo da compra e venda de vans avariadas e apreendidas, Rodrigo parece ter algum conhecimento nos órgãos de fiscalização pública. Ele é um “nó” importante na articulação entre diferentes “esquemas” que funcionam nas “dobras” do legal/extralegal. Além de controlar a oferta de crédito, existe um certo temor entre os motoristas que a inadimplência leve Rodrigo a acionar suas “malhas” no Poder Público para fortalecer a fiscalização contra o grupo ou algum dos seus membros. Como podemos perceber, a violência simbólica aqui exerce um papel importante nos sistemas de regulação dos inadimplentes também.

10 É importante esclarecer que essa hierarquia não é fixa. Existem possibilidades relativas de mobilidade vertical dentro de um “esquema” dado o seu dinamismo. Antes de ser “proprietário”, Daniel foi “olheiro” e depois “diarista”. Ele conheceu o “esquema” das vans ainda quando era assaltante de cargas. Pela sua perícia na moto, foi convidado a ser “olheiro” e logo se destacou no grupo pela capacidade de não perder de vista as equipes de fiscalização. Em pouco tempo, habilitou-se como motorista de caminhões (Modalidade “D” da CNH) e ascendeu a “diarista” – embora ainda trabalhasse eventualmente como “olheiro” e assaltante. Com o dinheiro oriundo das vans e dos roubos, conseguiu finalmente financiar seu carro e ascender mais um degrau na hierarquia ao virar “proprietário”.

monitorando e informando em tempo real a localização e os possíveis trajetos dos fiscais.

Os “donos” do grupo cobram semanalmente dos motoristas quarenta reais pelo serviço. É função deles monitorar o grupo pela mediação e organização das trocas de mensagens. Desse valor arrecadado, quinhentos reais “limpos” são pagos para cada moto por semana, ou seja, já com o desconto dos gastos de combustível, manutenção e infrações cometidas no trânsito<sup>11</sup>. Cada motocicleta carrega não só o “piloto” responsável por seguir e não perder de vista os agentes, como também um “garupa” que fica com um celular em mãos para repassar ao “dono” as informações pertinentes. Geralmente, os quinhentos reais são divididos igualmente entre os dois ocupantes da moto.

Quando os fiscais montam uma *blitz*, o trabalho se resume a parar e monitorá-los de uma distância segura. Já quando os carros estão em movimento, eles devem segui-los e informar em tempo real sua localização, uma vez que os agentes podem interceptar qualquer van ou kombi para realizar fiscalização surpresa. Como os carros não são identificados, uma cena curiosa acontece diariamente antes do amanhecer: os motoqueiros se concentram antes das cinco da manhã em frente ao batalhão de polícia de onde saem as equipes. O ponto de partida praticamente não muda. Mas qualquer eventual alteração é alertada por alguns agentes que recebem propina dos próprios “donos” do grupo para mantê-los informados.

Uma pergunta que logo me veio fora se os agentes não percebiam que estavam sendo seguidos. Daniel me respondeu que não só percebiam, como inclusive conheciam os “olheiros”. Mas ele argumenta que, uma vez detidos, não havia como eles serem incriminados: “ah, já teve muito caso da PM prender os motoqueiros. Mas leva pra delegacia e aí? A moto tá toda legalizada, o cara tá com carteira [de motorista]. O que a polícia vai fazer? Acusar ele de andar de moto?”. A solução encontrada pelos agentes, ele conta, é tentar “despistar” as motos ao pegar caminhos diferentes do usual – como alguma contramão, retorno proibido ou mesmo ruas que passam por favelas com UPP. Nessas áreas, outros policiais podem ser acionados para interceptar os motoqueiros e realizar alguma verificação de rotina. Uma vez fora do campo de visão dos “olheiros”, as equipes voltam a circular livremente interrompendo momentaneamente o “contrapanóptico”. São nessas horas que as ruas ficam muito mais perigosas, pois os motoristas são obrigados a circular sem nenhuma previsibilidade.

Como é possível perceber, trata-se de um trabalho extremamente perigoso que não rara-

---

<sup>11</sup> Diferentemente do caso dos “diaristas” e “proprietários”, as multas cometidas pelos motoqueiros são integralmente pagas pelo grupo. Isso acontece porque durante o monitoramento, várias infrações de trânsito como “avanço de sinal” e “excesso de velocidade” tem que ser cometidas para que as equipes de fiscalização não desapareçam da vista dos “olheiros”.

mente leva a acidentes graves e até fatais. As motocicletas realizam verdadeiras perseguições aos fiscais onde cada rua ou avenida do subúrbio carioca vira uma nova “trincheira” na batalha pela velocidade. Os “pilotos” devem ser mais velozes que os fiscais. Os “garupas” têm que não só “mapear” a circulação, como também prever, sempre que possível, para onde os fiscais irão. Os “donos” do grupo, por sua vez, precisam sistematizar rapidamente essa intrincada rede de “informação X contrainformação” para fornecer a melhor opção de rota evasiva.

Na outra ponta do fluxo estão os motoristas, que devem usar as informações para calcular seus movimentos e refinar sua “leitura da pista”. Quando eventualmente estão em apuros, eles se aproveitam por conhecer melhor o território por onde transitam e “cortam” caminhos ou mesmo adentram favelas conhecidas onde os fiscais dificilmente se aventuram. Nesses locais, muitas bases de apoio do varejo das drogas acabam por servir como “contenção” aos fiscais. Daniel me conta que assim como não são raros os acidentes envolvendo motoqueiros, também não são raras as equipes de fiscais serem ameaçadas ou mesmo terem o carro fuzilado por alguma invasão mal sucedida. É aqui onde explode a dimensão da velocidade do “esquema”, uma vez que parar pode significar literalmente morrer (VIRÍLIO, 1996, p. 28).

A convivência diária entre os “olheiros” e fiscais revela também outras diferenças importantes nos tempos dos ilegalismos. Por se tratar de equipes móveis formadas por diferentes PMs, guardas municipais e agentes do DETRO (Departamento de Transportes Rodoviários do estado do Rio de Janeiro), fica difícil organizar uma “cobrança da pista” como é feito com os agentes públicos que atuam relativamente fixos nas ruas e esquinas. Daniel me explica que a escala de trabalho das equipes ser móvel e articular três instituições públicas diferentes é proposital, uma vez que isso dificulta o esticamento do “esquema” até eles. Isso não impede, entretanto, que outros tipos de relações de confiança sejam construídas. Pelos “olheiros” e fiscais estarem o tempo todo na rua, sob os olhos de toda a cidade, negociações que envolvam diretamente dinheiro a céu aberto não são bem vindas.

Diferentemente do exemplo de Daniel com as mulheres, o mesmo dinheiro em espécie, nesse contexto, deixa de ser encantado para se transformar em algo maldito. Criam-se assim novas possibilidades de troca. Do ponto de vista econômico, algumas vezes as equipes se surpreendem ao final do almoço, quando pedem a conta e são avisadas que a fatura já foi paga. Ou ainda, em outras ocasiões, vendedores ambulantes oferecerem doces, balas, biscoitos, água, refrigerante e outras guloseimas aos agentes nas áreas onde normalmente se instalam as *blitz*. Até mesmo ingressos para jogos do Flamengo, oriundos do programa “sócio-torcedor”, são oferecidos aos adeptos rubro-negros das equipes. Tudo isso é aceito com muita descrição e respeito; pois, afinal, trata-se de “presentes” que não se constituem como prática de corrupção,

uma vez que tal categoria está ligada a processos relativos de “classificação social” (BEZERRA, 2017, p. 126).

Mas são as moralidades também inscritas nesse “jogo” que conseguem consolidar tais trocas. Os “presentes” geralmente só são aceitos por membros das equipes mediante códigos de conduta que devem ser seguidos pelos “pilotos” e “garupas”. As recomendações versam sobre a obrigatoriedade dos ocupantes da moto em usar capacete, do uso do celular ser restrito ao “garupa”, ou ainda, quando não estão perseguindo algum fiscal, as motos não podem cometer infrações de trânsito. Em suma: os “olheiros” devem mostrar reconhecimento pelos agentes da lei. É uma exigência fundamental que seu *status* seja considerado, ou seja, que nenhum “insulto moral” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2002, p. 110) seja perpetrado pelas motos.

A oferta desses bens econômicos e morais fornece aos “olheiros” a oportunidade de realizar o seu trabalho de monitoramento. Mas é mandatório também que não seja perdido de vista, por parte deles, que do outro lado da rua se encontram agentes públicos honrados que devem ser respeitados. Isso é uma forma de manter a honra dos agentes participantes do “esquema” não só em relação ao público como também aos colegas que não aceitam os “presentes”. Tal dinâmica é tolerada, uma vez que as equipes ainda sim cumprem sua função de apreender ou multar as vans. O “esquema” funciona apenas na qualidade de condição para que esse “jogo de gato e rato” possa ser jogado.

A van de Daniel se aproximava novamente da linha férrea e percebo que é hora de desembarcar. Aproveito o trânsito parado e peço para ele me deixar próximo ao sinal. Antes de partir, agradeço a longa conversa que tivemos e me encaminho para a estação. Combinamos de nos encontrar na manhã seguinte no “cursinho”. Era o fim da nossa viagem.

## **PALAVRAS FINAIS: OS USOS OPORTUNOS DO TEMPO E OS “FEITIÇOS DA RUA”**

Ao descrever um “esquema” de vans no subúrbio carioca, o presente artigo procurou compreender melhor a relação entre o universo dos transportes complementares e os ilegalismos. Tal dinâmica, animada pela dialética entre velocidade e lentidão, revela uma série de usos do “tempo oportuno” que se entrelaçam com os próprios tempos da cidade. Como apontado anteriormente, a complexidade dos mercados urbanos transborda as fronteiras do legal. Os ilegalismos que atravessam os “esquemas” descritos não devem ser encarados como um tipo

de “desvio moral” dos seus operadores, mas sim como uma tática política construída no fazer cotidiano daqueles sujeitos na sua relação com a lei e seus agentes. Sem o uso dessas “táticas”, o dinamismo dos mercados urbanos não seria animado nos mesmos moldes percebidos numa metrópole brasileira como o Rio de Janeiro.

Por outro lado, o presente artigo possui também limites analíticos, uma vez que toda a descrição foi embasada em apenas uma entre tantas outras linhas de vans que existem na RMRJ. É razoável inferir que existam especificidades noutros “esquemas” de vans se uma escala de análise mais ampla for considerada, em especial quanto às particularidades sobre o local, o caráter “permissionário” ou não dos motoristas, se o veículo é uma van ou kombi e, principalmente, as diferentes relações estabelecidas entre os seus operadores e outros atores locais.

A título de exemplo, se considerarmos não somente a heterogeneidade das práticas e formas de organização entre os diferentes grupos de milícia no Rio de Janeiro (BRAMA, 2019), como ainda o alto grau de discricionariedade das ações por parte dos PMs na ponta do policiamento (MUNIZ, 1999; LEMBRUGER; MUSUMECI; CANO, 2003), é razoável inferir novamente que cada arranjo político local agencie diferentes “esquemas” na operação dos transportes complementares. No entanto, um diagnóstico mais preciso sobre tais dinâmicas ainda está por fazer, uma vez que tal problemática precisa ser mais bem aprofundada pela literatura acadêmica especializada.

De qualquer forma, o que se pode afirmar com base na descrição realizada é que tais artes do “fazem com” (Certeau, 2014, p. 87) não se criam, se estabelecem ou se operam fora do Estado ou do mercado. Na verdade, os “esquemas” me parecem um dos desdobramentos possíveis dos próprios “efeitos” (MITCHELL, 2006, p. 182-5) que o Estado traz consigo nos seus processos de formação.

Os dados apresentados pela etnografia procuraram mostrar como esses processos formativos aparecem na construção do cotidiano dos operadores das vans, onde as fronteiras entre o legal e o extralegal, ou ainda entre Estado, mercado e sociedade são permanentemente renegociadas e atualizadas. Quando pensado na perspectiva de Daniel – um motorista de van que enxerga na carreira policial uma possibilidade de “ascensão social” – o desejo em se tornar PM acaba por fazer parte deste mesmo processo formativo do Estado desde o seu cotidiano.

A “ascensão” em questão é vislumbrada por meio do porte legal de armas, do uso da farda e da posse da carteira funcional da polícia. Em conjunto, esses três objetos “abrem portas” – como Daniel e muitos outros interlocutores já me disseram no “cursinho” para a prova

da PMERJ<sup>12</sup>. Tal assertiva significa, no discurso nativo, que o uso desses objetos no “tempo oportuno” pode abrir maiores possibilidades de inserção em diferentes “esquemas” ligados aos incontáveis mercados urbanos operados nas ruas e esquinas do Rio de Janeiro.

Para sujeitos como Daniel, o contato com policiais em diferentes situações mostra como a polícia se configura como um dos mais importantes “centros de poder” (GEERTZ, 1996) para a população urbana precarizada. Sua condição de motorista permite apreender alguns significados sobre os ilegalismos e forjar expectativas para um possível futuro emprego sob a farda da PMERJ. Tornar-se policial, neste sentido, quiçá seja a realização de um desejo íntimo em dominar os “feitiços da rua”. Tal desejo é oriundo da consagração cotidiana dos policiais na qualidade de feiticeiros capazes de transformar as ruas, como vimos, em locais de oportunidade ou maldição. Esses feiticeiros, é importante dizer, fazem parte de uma casta capaz de reunir forças poderosas que influenciam os usos oportunos dos tempos dos ilegalismos – inclusive num “esquema” de vans que acontece diariamente em algum lugar do subúrbio carioca.

## REFERÊNCIAS

1. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ALERJ, 2008. Disponível em: [http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio\\_milicia.pdf](http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf). Acesso em: 01 out. 2020.
2. ALVES, José Cláudio de Souza. **Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.
3. BARBOSA, Antônio Rafael. **Um abraço para todos os amigos: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro**. Niterói, RJ: EdUFF, 1998.
4. BEZERRA, Marcos Otávio. Corrupção e produção do Estado. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 14, n. 27, p. 99-130, 2017.
5. BOHANNAN, Paul; DANTON, George. Introduction. In: BOHANNAN, Paul; DANTON, Geroge (orgs.). **Markets in África: eight subsistence economics in transition**.

---

12 Desde julho de 2019, realizo observação participante num curso preparatório para o próximo concurso de “soldado” da PMERJ. Mediante contato presencial e virtual com os candidatos, busco compreender não somente suas representações sociais acerca da polícia antes de qualquer contato formal com a instituição, como também as motivações que os levaram a tentar a carreira no círculo das “praças”.

- Evanston, Illinois: Northwestern University Press, p. 01-26, 1965.
6. BOURDIEU, Pierre. O sentido da honra. *In*: BOURDIEU, Pierre. **Esboço de uma teoria da prática**: precedido de três estudos de Etnologia Cabila. Oeiras: Celta Editora, 2002. p. 5-35.
  7. BRAMA, Leonardo. **As diversas milícias do Rio de Janeiro**: entre expansões práticas e semânticas. 2019. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
  8. CANO, Ignácio; DUARTE, Thaís. (org.). **“No sapatinho”**: a evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008–2011]. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/NoSapatinhoResumoExecutivoIgnacioCanoThaisDuarte.pdf>. Acesso em: 25 out. 2020.
  9. CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Direitos republicanos, identidades coletivas e esfera pública no Brasil e no Quebec. *In*: CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. **Direito legal e insulto moral**: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia Política, 2002. p. 95-128.
  10. CERTEAU, Marcel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 22. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
  11. CONQUERGOOD, Dwight. Performance studies: intervention and radical research. **The Drama Review**, v. 46, n. 2 (T174), p. 145-156, 2002.
  12. DÉTIENNE, Marcel; VERNANT, Jean-Pierre. **Cunning intelligence in Greek culture and society**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
  13. FELTRAN, Gábel. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, n. 1, p. 93-126, 2008.
  14. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
  15. GAMBETTA, Diego. (ed.). **Trust**: making and breaking cooperative relations. Oxford: Basil Beckwell, 2000.
  16. GEERTZ, Clifford. Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. *In*: GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. p. 182-219.
  17. GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico; VERÍSSIMO, Marcos. A dura e o desenrolo: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 135-148, 2011.
  18. GRILLO, Carolina Christoph. Pelo certo: o direito informal do tráfico em favelas cariocas. *In*: WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto (org.). **Pensando bem**: estudos e sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da

- Palavra, 2014. p. 337-366.
19. HIRATA, Daniel Veloso. Produção da desordem e gestão da ordem: Notas para uma história recente do transporte clandestino em São Paulo. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol.4 n. 3, p. 441-465, 2008.
  20. KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia na cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. 3. ed. rev. Rio de Janeiro, 2019.
  21. KANT DE LIMA, Roberto. Tradição inquisitorial no Brasil, da colônia à República: da devassa ao inquérito policial. *In*: KANT DE LIMA, Roberto. **Ensaio de Antropologia e Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção de verdade jurídica em uma perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2008. p. 127-160.
  22. LEMBRUGER, Julita; MUSUMECI, Leonarda; CANO, Ignacio. **Quem vigia os vigias? Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2003.
  23. LUHMANN, Niklas. Familiarity, confidence, trust: problems and alternatives. *In*: GAMBETTA, Diego (ed.). **Trust: making and breaking cooperative relations**. Oxford: Basil Beckwell, 2000. p. 94-107.
  24. MAMANI, Hernán Armando. Alternativo, informal, irregular ou ilegal? O campo de lutas dos transportes públicos. *In*: RIBEIRO, Ana Clara Torres (comp.). **El rostro urbano de América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 321-46.
  25. MARCHIONE, Allan Gomes. **A formalização do informal: o transporte alternativo de kombis e vans na Ilha do Governador**. 2013. Monografia (Especialização em Política e Planejamento Urbano do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
  26. MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In*: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Vol. 2. São Paulo, EPU, 1974. p. 37-184.
  27. MISSE, Michel. Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos. **Anuário Antropológico**, v. 2, p. 89-107, 2010.
  28. MITCHELL, Timothy. State, economy, and the State effect. *In*: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. **The anthropology of the State: a reader**. Oxford: Blackwell, 2006. p. 169-186.
  29. MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
  30. PIRES, Lenin dos Santos. Entre notas e moedas: trocas e circulação de valores entre negociantes em Constitución. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, RS, ano 19,

- n. 39, p. 149-178, jan./jun. 2013.
31. PIRES, Lenin dos Santos. **Esculhamba, mas não esculacha!**: uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil. Niterói, RJ: EdUFF, 2011.
  32. SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
  33. SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.
  34. SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES. Município renova contrato de 179 permissionários de vans até 2022. **Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro**, 6 fev. 2020. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/municipio-renova-contrato-de-179-permissionarios-de-vans-ate-2022/>. Acesso em: 29 set. 2020.
  35. SILVA, Gabriel Borges da. **“Quantos ainda vão morrer eu não sei”**: o regime do arbítrio, curtição, morte e a vida em um lugar chamado de favela. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais e Jurídicas) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
  36. TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010.
  37. THIONG’O, Ngũgĩ wa. Oral power and europhone glory: orature, literature and stolen legacies. *In*: THIONG’O, Ngũgĩ wa. **Penpoints, gunpoints, and dreams: towards a critical theory of the arts and the State in Africa**. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 103-128.
  38. VIRÍLIO, Paul. **Velocidade e política**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
  39. VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio da Silva. **Quando a rua vira casa**. 4. ed. Niterói: EdUFF, 2017.
  40. ZELIZER, Viviana. The social meaning of money: “special monies”. *In*: ZELIZER, Viviana. **Economic lives: how culture shapes the economy**. 3. ed. Princeton: Princeton University Press, 2013. p. 93-127.

*Eduardo de Oliveira Rodrigues*

Professor efetivo de geografia do Colégio Pedro II. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Membro do Laboratório de Estudos sobre Conflitos, Cidadania e Segurança Pública da Universidade Federal Fluminense, e pesquisador do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9246-6462>. E-mail: eorodrigues@gmail.com

# Feministas e patroas: revisitando o debate sobre trabalho doméstico remunerado

Feminists and employers: revisiting the debate on paid domestic work

**Thays Almeida Monticelli**

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

Este artigo tem por objetivo analisar como o movimento feminista, durante as décadas de 1970 e 1980, produziu reflexões, articulações, discursos e estratégias políticas relacionadas ao trabalho doméstico remunerado. Por meio da análise de conteúdo realizada nos periódicos *Nós Mulheres*, *Mulherio* e *Brasil Mulher*, percebe-se consistente publicação sobre o tema, trazendo novas percepções e questionamentos sobre as ações políticas do movimento feminista no país. A “incoerência” política, assinalada muitas vezes pelo fato de suas militantes serem igualmente “patroas”, não reflete na invisibilidade sobre esse tema, tampouco em termos de autocrítica. Esse artigo traz que o anseio de tentar estabelecer uma luta conjunta foi permeado por contrapontos, contradições e desconfianças entre feministas e trabalhadoras domésticas remuneradas, nos apresentando possíveis limites às ambições políticas feministas.

**Palavras-chave:** Feminismo, Trabalho Doméstico Remunerado, Imprensa Feminista Alternativa, Movimento de Mulheres.

---

Recebido em 21 de junho de 2020.  
Avaliador A: 20 de julho de 2020.  
Avaliador B: 10 de agosto de 2020.  
Aceito em 21 de agosto de 2021.

---



**ABSTRACT**

This article examines how the feminist movement, during the 1970s and 1980s, produced reflections, connections, discourses, and political strategies related to paid domestic work. Through content analysis on the journals *Nós Mulheres*, *Mulherio*, and *Brasil Mulher*, we notice a consistent mention of the topic, bringing new perceptions and questioning the political actions of the feminist movement in the country. The political “inconsistency”, often highlighted by the fact that its activists are also “employers”, does not reflect on the invisibility on this topic or in self-criticism. This article shows that the aim to establish a common struggle was permeated by counterpoints, contradictions, and mistrust between feminists and paid domestic workers, showing possible limits to the feminist political ambitions.

**Keywords:** Feminism, Paid Domestic Work, Feminist Alternative Press, Women’s movement.

**INTRODUÇÃO**

O objetivo desse artigo é analisar e revisitar como o movimento feminista, durante as décadas de 1970 e 1980, produziu reflexões, articulações, discursos e estratégias políticas relacionadas ao trabalho doméstico remunerado<sup>1</sup>. Para isso, foram selecionados três jornais, que se autodeclaravam feministas, publicados nesse período: *Nós Mulheres* (1976-1978), *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Mulherio* (1981-1988). Esses jornais são considerados os precursores e os mais emblemáticos em termos de produção feminista entre a “imprensa nanica”, tornando-se documentos da trajetória do feminismo, das mulheres militantes e de suas pautas e estratégias políticas (CARDOSO, 2004; TELES; LEITE, 2013). De tal modo, esse artigo busca trazer novos pontos interpretativos para o campo de estudos feministas e de gênero, assim como novas interrogações sobre o movimento feminista brasileiro e suas possíveis contradições e limites.

É importante lembrar que o trabalho doméstico remunerado foi apontado como uma das

<sup>1</sup> Essa pesquisa foi realizada com o financiamento do CNPq, com bolsa de pós-doutorado júnior, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, supervisionada pela Profa. Titular Bila Sorj. Gostaria de agradecer todos os comentários realizados no II Encontro Fluminense de Núcleos de Pesquisa de Gênero, Sexualidade e Feminismos nas Ciências Sociais/2019, onde uma primeira versão dessa pesquisa foi apresentada. Agradeço às/aos pareceristas *ad hoc* da Revista Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia.

grandes questões para o feminismo nesse período, considerando sua base socialista e uma luta que foi, por vezes, compreendida como situada para mulheres brancas e de classe média (SARTI, 1998). A formação do movimento feminista brasileiro, durante a década de 1970 e 1980, se concretizou em um contexto político desafiador, entre o desenvolvimento de suas bandeiras e a resistência à ditadura, se fortalecendo principalmente no período pós luta armada e caracterizando-se como um feminismo de esquerda, que a todo tempo articulava as desigualdades de gênero e classe, tendo como base os paradigmas marxistas e de cunho socialista (PINTO, 2003). Ressalta-se também, que muitas de suas militantes tiveram contato com teorias e com o movimento feminista em países como França e Estados Unidos, por exemplo; além de estarem inseridas em círculos universitários e culturais que as caracterizavam como “feministas burguesas” (ABREU, 2013).

Ao serem apontadas como “elitizadas”, surgia um contraponto complexo frente às suas bases ideológicas, fazendo com que determinadas estratégias políticas idealizadas para a libertação das mulheres logo fossem apontadas como incoerentes pelos seus limites de classe. A luta e o investimento para que as mulheres adentrassem o mercado de trabalho foi compreendida como um processo de libertação específico das mulheres de camadas médias, que se viam “apriionadas” no âmbito doméstico e na dependência econômica do casamento tradicional.

O trabalho para as mulheres das periferias e de classes mais baixas não era designado em termos de escolha e libertação, mas sim uma condição para sua subsistência (BAIROS, 2008). Para além disso, a acentuada desigualdade em relação a divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres, somada às insuficientes e precárias políticas públicas relacionadas às creches, fazia com que o “trabalho fora de casa” estivesse atrelado à contratação de uma trabalhadora doméstica remunerada (SORJ, 2014). E era, justamente, essa contratação que legitimava algumas críticas relacionadas ao feminismo no período: feministas e socialistas, mas que exploravam outra mulher por meio do trabalho doméstico remunerado.

Se examinássemos aquela fase inicial do Movimento Feminista, ao final dos anos 70, quando o Movimento Negro crescia em todo o Brasil, encontraríamos questões que seriam estranhas, fora do lugar, na cabeça da mulher negra. Fala-se da necessidade da mulher trabalhar fora de casa como forma de facilitar o seu processo de libertação; por outro lado, historicamente, a mulher negra sempre esteve associada ao trabalho para sua sobrevivência e a sobrevivência do grupo familiar. Fala-se da escravidão das tarefas domésticas que fecham a mulher em geral num mundo estreito, mas a mulher negra, sem maior motivo de espanto por parte de quem elabora esses discursos, é a empregada doméstica, desrespeitada e mal remunerada por excelência. (BAIROS, 2008, p. 141).

Como visto, essa crítica surge, sobretudo, do movimento de mulheres negras<sup>2</sup>. De acordo com Cidinha da Silva (2018), a própria palavra “feminismo” ressoava uma conotação elitizada e europeizada, causando um “estranhamento” e trazendo um questionamento do alcance político do feminismo. O movimento de mulheres negras argumentava que existia uma divisão racial do trabalho para além de uma divisão sexual do trabalho, do qual elas vivenciavam um processo de desigualdade ainda mais profundo (NASCIMENTO, 1976; GONZALEZ, 1983). Contudo, o contexto político dos anos 1970 e 1980 se caracterizava pela efervescência dos movimentos sociais, sindicais, organizações de bairro, grupos ligados à Igreja Católica que realizavam uma luta conjunta contra a Ditadura Militar (COSTA, 2008). Destaca-se nesse momento a movimentação política de trabalhadoras domésticas remuneradas, criando o Conselho Nacional de Trabalhadoras Domésticas em 1985, que se consolidava em diversos espaços de comunhão política resistentes ao período ditatorial (BERNADINO COSTA, 2015).

Assim, existe uma complexidade ao tratar o tema, pois se temos por um lado os limites das pautas políticas advindas de trabalhadoras domésticas remuneradas e da posição de empregadoras de suas militantes; temos, igualmente, por outro lado a intensa movimentação de diálogos e discussões entre os movimentos de mulheres e o movimento feminista (CARNEIRO, 2019), além da confluência dos paradigmas de classe e gênero (TELES; LEITE, 2013). A conexão com pautas políticas de mulheres que não pertenciam à classe média é, inclusive, relatada como uma das preocupações do feminismo naquele momento (RAGO, 1996).

Assim, parte-se do entendimento nesse artigo de que existia um espaço em que o debate e as tensões sobre as desigualdades relativas ao trabalho doméstico remunerado eram estabelecidas, principalmente por meio da interlocução e embates entre os movimentos de mulheres e o movimento feminista (PEREIRA DE MELO, 1999; SILVA; WOLFF, 2019). Esse espaço pode ter propiciado tanto um processo de reflexão da construção política do próprio movimento quanto tentativas de criar estratégias de luta conjunta.

Por meio da análise de conteúdo dos periódicos feministas selecionados, foi possível visualizar uma consistente reflexão sobre o tema, demonstrada por meio de entrevistas, reportagens sobre a condição de vida e de trabalho, trazendo relatos e notas sobre as conquistas das organizações políticas da categoria e mostrando algumas ações conjuntas com essas trabalhadoras. Ao mesmo tempo, podemos destacar que esses jornais contavam com a publicação

---

<sup>2</sup> É importante assinalar que muitas mulheres negras organizadas naquele período não se autodenominavam feministas. Nesse sentido, o artigo usa o termo “movimento de mulheres negras organizadas”, destinando esse para as mulheres negras que se articulavam em diversos movimentos sociais (cf. SILVA, 2018; CARNEIRO, 2018).

de mulheres negras organizadas politicamente nos diversos movimentos sociais, colocando o debate sobre a universalização da categoria mulher e a incoerência política de algumas militantes nesses mesmos jornais. Isso exprime as diversas posições, debates e reflexões articuladas naquele momento.

Para além dessa introdução, o artigo conta com a apresentação desses periódicos, sua estrutura e por onde possivelmente eram circulados, segue com a análise do conteúdo dessas revistas em relação ao trabalho doméstico remunerado e, posteriormente, como essas demandas foram pensadas no processo de institucionalização do feminismo no país.

## NÓS MULHERES, BRASIL MULHER E MULHERIO

A “imprensa alternativa” foi definida pelo seu potencial de resistência durante a Ditadura Militar, quando grupos de esquerda encontravam uma forma de articular reflexões e opiniões que não passassem pelas censuras na grande imprensa (KUCINSK, 1991). Essas publicações se apresentavam como um importante aparato de informações, difusões e fortalecimentos ideológicos (LEITE, 2003). A imprensa feminista alternativa também surge nesse contexto, em meados da década de 1970, quando a oposição buscava novas formas de luta com o fim da guerrilha armada no Brasil. As articuladoras e editoras desses periódicos também foram militantes, algumas se inseriram na luta clandestina, foram presas, torturadas e exiladas (LEITE; TELES, 2013).

O jornal *Nós Mulheres* foi criado pelas exiladas em Paris, que já tinham passado por grupos como a Vanguarda Popular Revolucionária, Vanguarda Armada Revolucionária Palmares e o Partido Comunista Brasileiro (LEITE, 2003). O objetivo do *Nós Mulheres* era criar um canal de comunicação em que pudessem discutir, especificamente, os problemas e a situação das mulheres no país (CARDOSO, 2004; FREITAS, 2017). Publicado pela Associação de Mulheres em São Paulo, a sua tiragem nunca foi divulgada, mas sabe-se que o *Nós Mulheres* não era institucionalizado, era feito de forma artesanal e comercializado principalmente “mão a mão”. Sua divulgação e consumo eram feitos em ambientes frequentados pelos movimentos sociais, em meio as organizações políticas partidárias e vendida em algumas bancas de jornal (LEITE, 2003).

Os espaços em que esse periódico era compartilhado refletiam, conseqüentemente, nas

suas possíveis leitoras, ou seja, mulheres que estavam nas organizações de esquerda, dentro das universidades, no meio artístico e de produções culturais, que pertenciam à classe média e à classe média alta. Ressalta-se entre suas apoiadoras a atriz Ruth Escobar e a cantora Elis Regina, que foram financiadoras dos dois primeiros números do jornal.

Apesar de ter um núcleo editorial “elitizado”, uma das principais preocupações do *Nós Mulheres* era justamente reportar as diferenças e as desigualdades que as mulheres viviam. O próprio nome do periódico foi escolhido a partir de uma ideia mais inclusiva, afetiva, plural, que demonstrava à leitora uma relação intimista sobre as questões levantadas em seu conteúdo e as aproximassem na luta, como determinado no editorial de seu primeiro número: “Nós Mulheres decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir a nossa situação e nossos problemas. E também, para pensarmos juntas, nas soluções” (NÓS MULHERES, 1976, nº 1, p. 1).

A insistência em visibilizar as questões de classe foi explicitada nos 8 números publicados entre os anos de 1976 e 1978. Esse posicionamento causava até mesmo uma tensão entre suas leitoras que, por vezes, escreviam para o jornal assinalando a opressão machista comum a todas, fazendo com que o *Nós Mulheres* reafirmasse a cada edição suas convicções em relação às questões do trabalho.

Esse posicionamento tão rígido era estabelecido também pelas críticas que endereçavam ao *Brasil Mulher*. As exiladas em Paris mantinham diálogo com as militantes brasileiras, que nem sempre se estabeleceu de forma harmoniosa (LEITE, 2003). O *Brasil Mulher* inicialmente não tinha uma linha editorial assumidamente feminista, o que ocasionava diversas divergências entre suas próprias fundadoras – principalmente entre Terezinha Zerbini e Joana Lopes –, dificultando enormemente a formulação política do feminismo no periódico (DEBÉRTOLIS, 2002; LEITE; TELES, 2013). Aos poucos, entre rompimentos e associações, o *Brasil Mulher* consegue vincular um grupo de feministas de vários estados brasileiros, constituindo seu propósito de luta (MORAES, 1990; TAMIÃO, 2009).

O *Brasil Mulher* foi fundado por militantes que estavam no país, em organizações como o Partido Comunista do Brasil, Ação Popular Marxista Leninista e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro. O jornal foi publicado entre os anos de 1975 a 1980, pela Sociedade Brasil Mulher (LEITE, 2003). Ao todo foram lançadas 17 edições, com uma tiragem média de 5 mil exemplares, sua distribuição ocorreu em âmbito nacional (TELES; LEITE, 2013). De forma similar ao *Nós Mulheres*, as leitoras e consumidoras desse periódico estavam nos círculos de esquerda, de classe média e de classe média alta. Joana Lopes, inclusive, comemorava o sucesso do número zero do *Brasil Mulher*, que se esgotou no “Encontro para o Diagnóstico da

Mulher Paulista”, durante o Plenarinho da Câmara Municipal de São Paulo (DEBÉRTOLIS, 2002; TELES; LEITE, 2013).

Assim, por mais que houvesse divergências entre suas editoras, percebe-se que *Nós Mulheres e Brasil Mulher* mantinham o mesmo propósito de publicação, estavam dialogando com diversos movimentos de mulheres, além de compartilharem do desejo de criar um meio de comunicação feminista, sem perder a luta de classes de seus horizontes (PAPADIUK; SCHMITT; WOITOWISZ, 2019). Ao compartilharem o mesmo escopo político, também “disputavam” a atenção de suas potenciais leitoras.

Já o *Mulherio* é o que mais se diferencia em termos de produção, uma vez que esse periódico era institucionalizado, financiado pela Fundação Ford e articulado entre as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas. Essa base institucional possibilitou o número maior de edições, totalizando 39 e 2 Nexos, com tiragem de até 30 mil exemplares. O periódico foi publicado entre 1981 e 1988, tendo como editoras responsáveis Fúlvia Rosemberg (1981-1983) e Inês Castilho (1983-1988). Essas edições eram vendidas em livrarias, bancas de jornal, dentro das universidades, tendo uma distribuição organizada em todo país (TAMIÃO, 2009; FREITAS, 2015).

O Conselho Editorial do *Mulherio* foi formado por pesquisadoras que já tinham carreira estabelecida e faziam pesquisas relacionadas ao tema, situando-as entre a militância e a academia (COSTA; BARROSO; SARTI, 1985). Podemos citar, por exemplo, Cristina Bruschini, Eva Blay, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzalez, Claudia Fonseca como redatoras de artigos, colunas e reportagens ao longo das fases do jornal. Isso demonstra que, diferentemente do *Nós Mulheres* e do *Brasil Mulher*, a escrita textual do *Mulherio* não tinha uma ênfase política partidária, os assuntos abordados no jornal eram elaborados por meio de um posicionamento crítico feminista, oferecendo às leitoras uma informação mais descritiva e analítica, sem apresentar um texto em formatos propriamente científicos.

O seu conteúdo era pautado por notas e boletins sobre as pesquisas realizadas no período, reportagens sobre a precariedade da vida das trabalhadoras, questões em relação a violência doméstica, mulheres na política, tinham seções especiais para a cultura, resenhas de livro e filmes, compondo uma mescla de assuntos e de reflexões sobre as desigualdades que as mulheres, de diferentes classes, viviam. O número 10 de *Mulherio* representa bem essa diversidade, uma vez que Clarisse Lispector e Domitila Chungara<sup>3</sup> dividiram o protagonismo da capa, mostrando

---

3 Domitila Chungara (1937-2012) foi uma importante líder operária boliviana, que esteve à frente da luta dos mineiros em seu país e contra a ditadura nos governos de René Barrientos Ortuño e Hugo Suárez.

o anseio de abordar conjuntamente tópicos considerados intelectualizados e da luta operária.

De tal modo, os jornais selecionados nessa pesquisa nos possibilitam compreender as pautas e estratégias da imprensa feminista brasileira durante a década de 1970 e 1980 – assim como seu caráter fragmentado e cheio de disputas internas (LEITE, 2003) –, acompanhando historicamente como determinados assuntos foram tratados, revistos, incorporados, silenciados nesse período. As questões relativas ao mundo do trabalho, racismo, igualdade de direitos, carestia, direitos reprodutivos, aborto, violência contra as mulheres e uma desconstrução dos estereótipos ligados ao feminino nunca desapareceram do conteúdo dos jornais. Aos poucos, assuntos como eleições, política e constituinte vão se tornando prioritários em determinados números, principalmente do *Mulherio*, sempre conectando estes com a pauta feminista e com as desigualdades que as mulheres sofriam no país.

O trabalho doméstico remunerado não esteve ausente nas publicações desses periódicos, contabilizando aproximadamente 29% do conteúdo geral do *Nós Mulheres*, 18% do *Mulherio*, 10% do *Brasil Mulher*<sup>4</sup>. Na análise realizada, esse conteúdo foi dividido em cinco categorias: 1) editoriais e colunas de opinião, 2) reportagens sobre a condição de vida e de trabalho, 3) entrevistas com trabalhadoras domésticas remuneradas, 4) notas sobre estratégias e movimentos políticos, 5) inclusão do tema trabalho doméstico remunerado correlacionado a outros temas, tais como creche, racismo etc.

Por meio dessas categorias, percebe-se que os pressupostos de igualdade e diferença entre mulheres eram constantes no conteúdo desses jornais, tornando o “conflito” uma pauta consensual. As negociações e inclusões dessas trabalhadoras na luta feminista respaldavam ainda no tensionamento de temas clássicos para o feminismo, como a dicotomia “público e privado”.

## UM ENCONTRO POSSÍVEL?

Durante a década de 1970, o trabalho doméstico remunerado ocupava aproximadamente 27% da força de trabalho feminina e 35% da PEA (População Economicamente Ativa); nos anos 1980, esses números giravam em torno de 19% e 30%, respectivamente (PEREIRA DE

---

<sup>4</sup> Os números do *Brasil Mulher* não estão disponíveis de forma completa, estando dispersos em diversos acervos. Assim, a análise de que o tema era tratado em aproximadamente 10% de seu conteúdo, diz respeito a 10 de seus 17 números.

MELO, 1999). Essa era a categoria profissional que mais empregava mulheres no país (BRUSCHINI, 1988). Além disso, este trabalho se caracterizava pela marcante precariedade, sendo altamente explorado, mal remunerado, estabelecido com longas jornadas de trabalho e poucas garantias de direitos, empregando majoritariamente mulheres negras (MOTTA, 1977; SAFFIOTTI, 1978). Ressalta-se ainda o caráter de servilidade no qual essa relação empregatícia era pautada (FARIAS, 1983). Sem dúvida, esse cenário se apresentava como um dos maiores desafios ao movimento feminista brasileiro.

Nos jornais analisados, esse desafio aparecia no anseio de equilibrar igualdade e diferença, demonstrando que todas as mulheres estavam sujeitas às violências e desigualdades de gênero, mas que cada uma delas teria uma experiência distinta, considerando outras categorias que as marcavam. Alguns editoriais colocavam essa questão de forma direta, os dois primeiros números do *Nós Mulheres* trazem essa perspectiva de forma explícita:

[...]. NÓS MULHERES somos oprimidas porque somos mulheres. Mas mesmo entre nós existem diferenças. [...] Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro no trabalho de casa porque têm o dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por elas. (NÓS MULHERES, 1976, nº 1, p. 1).

O tema foi tratado nesses periódicos por meio de longas reportagens, descrevendo as profundas desigualdades estruturais no qual o trabalho doméstico remunerado estava pautado. Essas reportagens, normalmente, apresentavam dados estatísticos, frisavam as desigualdades raciais, faziam entrevistas com alguma trabalhadora e ressaltavam a inequidade de direitos trabalhistas para essa categoria profissional. Como exemplo, podemos mencionar o número zero do *Mulherio* (1981), que trouxe em sua primeira matéria a condição de meninas menores de idade, que adentravam ao trabalho doméstico sem remuneração, como “crias da casa”.

Nessa mesma perspectiva, *Nós Mulheres* (1976) traz igualmente no seu primeiro número uma reportagem intitulada “Trabalho na Casa dos Outros” (1976), contando a vida de uma trabalhadora migrante que chegou a morar na mesma casa de seus empregadores, relatando abusos e humilhações, além das dificuldades de conseguir atendimento médico em razão das enfermidades que surgiram em função de seu trabalho.

Foi aí que eu vim para São Paulo, eu ganhava 25 conto e me ofereceram 40. Eu vim trabalhar com uma família. Eu nunca tinha ficado longe da minha família, aqui era tudo diferente. Era uma casa enorme e eu tinha que fazer tudo: lavar, passar, encerrar e ajudar na cozinha. Eu chorava muito, me sentia muito sozinha. Eu achava que ela (a patroa) se aproveitava de mim. [...] Eu não queria continuar com a Dona Maria. Ela não era fácil, nenhuma empregada parava na casa dela. A gente não podia ir nem no portão. Eu era uma prisioneira. (NÓS MULHERES, 1976, nº 1, p. 7).

É importante notar que, ao trazer a narrativa dessas trabalhadoras, esses jornais abrem para uma perspectiva mais minuciosa dessas relações trabalhistas, pois não apresentavam o trabalho doméstico remunerado apenas em uma esfera ampla, colocando-o como mais um trabalho no qual as mulheres estavam sujeitas às desigualdades e precariedades. Esse teor mais intimista, nos provoca a pensar que as negociações e os desafios da relação cotidiana, entre empregadoras e trabalhadoras, eram colocados para as leitoras desses periódicos; ou seja, “patroas e feministas” tinham acesso a uma problematização bem situada da realidade dessa relação empregatícia. A interação cotidiana entre essas duas mulheres foi analisada pelas noções de subserviência e controle nesse contexto (RONCADOR, 2008).

Figura 1. Reportagem sobre a situação das trabalhadoras domésticas remuneradas<sup>5</sup>

## trabalho

### Domésticas, tentando sair da cozinha

**D**esde 1973, não houve conquistas trabalhistas para as empregadas domésticas. Muitas procuraram outra profissão socialmente mais valorizada, após enfrentar todo tipo de problema para estudar à noite. Também não houve alteração no preconceito racial que atinge nada menos que 90% da categoria, formada por mulheres negras. Segundo avaliação da presidenta da Associação das Empregadas Domésticas de São Paulo, “as negras continuam trabalhando na cozinha, lugar da casa em que ficam mais escondidas”. De mensalistas, as domésticas tiveram que optar pelo trabalho como diaristas — uma exigência do mercado de trabalho, afetado pela crise econômica —, tendo que abrir mão das conquistas trabalhistas. Enfrentando constantes derrotas numa organização ainda incipiente, as empregadas domésticas descobriram um importante caminho no final desta década, o da participação política.

Pouco lembradas por trabalhadores de outras categorias no encaminhamento de lutas conjuntas, as domésticas começam a reivindicar espaço político. Já podem ser vistas em sindicatos, movimentos negros, associações de bairro, ou na Pastoral Operária. Saíram às ruas por eleições diretas e mantêm representantes na Central Única dos Trabalhadores (CUT), reforçando uma participação em igualdade como força de trabalho feminino. “As reivindicações trabalhistas das domésticas fazem parte de um conjunto de mudanças políticas mais amplas”, admite agora Maria Aparecida.

Aproveitando o início da Nova República e acatando determinação do 5º Congresso Nacional de Empregadas Domésticas<sup>5</sup>, realizado em janeiro, em Olinda, Pernambuco, um grupo de domésticas esteve com as lideranças partidárias em Brasília, no dia 15 de maio, quando entregou anteprojeto de lei propondo mais uma vez o reconhecimento da profissão. As domésticas obtiveram do ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, em audiência no dia 29 de maio, o compromisso de estudar sua situação. Em 23 anos de luta desde a criação da primeira associação, em São Paulo, as poucas conquistas trabalhistas não alteraram o perfil desta trabalhadora que, em geral, não gosta da profissão e, na maioria dos casos, não possui sequer documentação.

**Carteira assinada**

Pela lei federal nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, regulamentada em 73, os domésticos (caseiro, cozinheiro, faxineiro, jardineiro, babá, governanta ou copeiro) foram incluídos entre os beneficiários da Previdência Social e obtiveram o direito de férias por 20 dias úteis. Contudo, a maioria não desfruta desse direito: O último congresso revelou que, segundo dados das Associações, de cada quatro domésticas contribuintes da Previdência em 1981, esse número caiu para apenas um, em 1984. Uma categoria formada quase só que por mulheres, as domésticas sempre representaram força de trabalho importante ao país. Hoje elas são cerca de 3 milhões de trabalhadoras, ou 20% da mão-de-obra femi-

### Uma roupa velha não ilude mais

“A empregada doméstica não é feliz”. Esta constatação é de uma doméstica veterana, Dulce Aguiar, 59 anos, há 40 servindo uma mesma casa em Piracicaba, interior do Estado. Uma das líderes da Associação das Empregadas Domésticas da cidade, Dulce não é pessimista e vê saída para a trabalhadora dos serviços da casa: o reconhecimento da profissão. “Dá desespero na gente chegar ao fim da vida sem uma aposentadoria, assistência médica, família ou canto para ficar. Imagino que esta seria a minha vida se não tivesse lutado pelo meu registro em carteira e de outras companheiras”.

Dulce é negra e diz com convicção que a cor da pele é motivo de discriminação. “Os patrões se aproveitam dos negros e oferecem salários mais baixos”. A questão dos salários também pode ser considerada grave, pois nem sempre há o respeito pelo pagamento do salário mínimo. “No interior, cada um paga o que quer. Por tudo isso lutamos para que a doméstica se conscientize da sua importância e bata o pé pelo salário”, diz. O número de trabalhadoras que abandonam a profissão no interior pode ser considerado grande. Dulce explica que as moradoras da cidade conseguem ascender profissionalmente, através do

estudo. “Mas hoje o quadro no interior está mudando. Os serviços domésticos estão ficando para as nordestinas e o pessoal da região, que chegam sem qualquer preparo e trabalham por qualquer salário.”

Em 40 anos de trabalho, Dulce reconhece que é ilusório afirmar que a doméstica pode ser uma pessoa de família. Para ela, a empregada pensa e age assim, mas os patrões não têm esse sentimento. “Se o empregado fica doente, muitos patrões querem ver ele na rua. Outros acreditam que nos iludem com um riso ou uma roupa velha”. Dulce afirma que, se houvesse amor mesmo, as domésticas seriam incluídas em muitos inventários. E poucos casos são conhecidos.

É fundamental, na sua opinião, que a doméstica se conscientize da sua importância social. Dulce cita como exemplo a possibilidade de paralisação por um dia de todas as domésticas. Haveria um caos no país. “As trabalhadoras cuidam da casa, dos filhos e maridos das patroas. Se elas pararem, milhões de mulheres seriam obrigadas a ficar em casa e isso seria um grande prejuízo ao país”.

**Denise Natale**



Se pudessem, as empregadas escolheriam outra profissão.

### Melhor quando é invisível

“Em pesquisa realizada em cidade do interior de São Paulo, Saffroni (1978) constatou, entre 208 trabalhadoras dessa categoria, níveis salariais extremamente baixos. Através de anônimos examinados, porém, Roland (1981) observa, para o período 61 a 76, um aumento nos salários oferecidos a empregadas com certo nível de qualificação, constatando que estas são superiores àquelas recebidas por outros assalariados do setor de prestação de serviços.

Para as empregadas “cama dentro”, ou seja, aquelas que vivem no local de trabalho, o salário real poderia ser considerado superior,

pois em geral inclui despesas com alimentação e alojamento. No entanto, apenas cerca de um quarto dessas trabalhadoras se encontram nessa situação: em 1980, no Brasil, 33% das empregadas residiam com as famílias com as quais trabalhavam, num total de 776.250; no Estado de São Paulo a porcentagem era ainda inferior, 23,3%, significando que 147.448 domésticas residiam no local de trabalho. (...) Almeida (1982) focaliza o relacionamento entre patroas e empregadas, observando que ele é simultaneamente permeado por relações afetivas e de dominação. Apesar de dependente das empregadas, para a organização de seu cotidiano, as famílias procuram negar sua visibilidade; a empregada doméstica é considerada tanto melhor quanto menos se percebe sua presença.

Constantemente supervisionadas em seu trabalho, reprimidas em sua vida particular, principalmente se vivem no local de trabalho, as empregadas domésticas se vêem em confronto direto com as desigualdades sociais que as separam do empregador. Assim, ainda que seus salários possam ser compensadores, mesmo se em grandes centros urbanos, e para aquelas que dispõem de alguma qualificação, a grande maioria delas, sem dúvida, preferiria mudar para alternativas ocupacionais mais gratificantes.”

(Mulher e Trabalho — uma avaliação da Década da Mulher, 1975 a 1985, de Cristina Braschini, págs. 43 e 44)

**Diferenças salariais entre homens e mulheres (a representação de brancos e negros é aproximada)**

Ano	Brancos	Negros
1970	3,3%	1,8%
1983	5,4%	1,4%
1970	22,2%	37,6%
1983	10,3%	23,1%

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, vol. 1/2, salário mínimo.

<sup>5</sup> As imagens usadas nesse artigo referentes ao *Nós Mulheres* e *Mulherio* estão no acervo digital da Biblioteca Ana Maria Poppovic da Fundação Carlos Chagas (FCC). Ao se tratar de um acervo de domínio público, a FCC não se responsabiliza pelo uso indevido da imagem e a opinião da autora não é necessariamente a da instituição.

Fonte: *Mulherio*, nº 21, 1985, p. 22.

Algumas pesquisas publicadas sobre o tema naquele momento assinalavam como essa relação era caracterizada pelas noções de distanciamento e diferenciação. Heleieth Saffioti (1978, p. 177) nos aponta que até mesmo as mulheres que não tinham esses contratos – “patroas potenciais”, em suas palavras –, não admitiriam que a trabalhadora sentasse à mesa nas refeições, exigiriam o uniforme, não deixariam assistir à televisão ao lado da família, conheciam a obrigatoriedade da lei, mas não havia o reconhecimento do trabalho, dariam menos de vinte dias de férias e, de acordo com a autora, manteriam o caráter paternalista que existia nessas relações trabalhistas.

Zaíra Ary Farias (1983) ressaltava o teor de “subordinação-dominação” nesses contratos, analisando-os por meio das declarações, posições de classe e estruturas sociais que vinculariam a trabalhadora de uma forma subordinada naquela relação, mostrando, por exemplo, como a informalidade criava espaços para negociações e “acordos verbais”, inclusive sobre as folgas, deixando com que a “força da palavra” sempre estivesse com as empregadoras.

É importante lembrar que a primeira regulamentação de direitos para as trabalhadoras domésticas remuneradas foi concretizada somente em 1972, no governo do General Emílio Médici. Os direitos trabalhistas conquistados foram: anotação do contrato na carteira de trabalho, previdência social e férias remuneradas de 20 dias úteis a cada um ano de trabalho (BRASIL, 1972). Essa disparidade de direitos trabalhistas foi mencionada, demasiadamente, nos três periódicos, demonstrando o quanto essas trabalhadoras não tinham acesso às proteções legais já garantidas a outros trabalhadores. Essas mesmas reportagens continham sempre entrevistas com os movimentos organizados de trabalhadoras domésticas remuneradas, noticiando as ações e estratégias políticas destas (ver figura 2).

Figura 2. Reivindicações das trabalhadoras domésticas organizadas

## Empregadas domésticas fazem reivindicações

A Associação Profissional de Empregados Domésticos de São Paulo elaborou um documento contendo as principais reivindicações trabalhadoras da categoria, que foi entregue ao deputado Nelson Carneiro, no dia 12 de agosto, no Congresso Constituinte em Brasília.

Mais de 10 mil assinaturas de apoio às propostas foram obtidas, através de um trabalho de mobilização feito pelas mais de 1.800 associadas da entidade, nos últimos meses. Segundo Imaculada Conceição Gomes, uma das integrantes da Associação, as principais reivindicações baseiam-se na obtenção de um piso salarial, do aviso prévio de trinta dias, do 13º salário, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

(FGTS), da implantação da jornada de trabalho e no cumprimento dos demais direitos previdenciários e trabalhistas incluídos na CLT.

Trabalhando há nove anos na Associação, que completou seus 25 anos de atividades, Imaculada afirma que através da organização, os empregados tiveram um avanço no relacionamento profissional com as donas de casa e a profissão valorizada. No entanto, segundo Imaculada, a luta por melhores condições de trabalho não terminou: "Queremos os mesmos direitos que os outros trabalhadores e vamos fazer pressão para que nossas reivindicações sejam aceitas em Brasília. Estamos, inclusive, planejando realizar um Congresso Estadual da categoria em 89".

Fonte: Mulherio, 1987, nº 35, p. 22.

As tentativas de conjunção entre o movimento feminista e as trabalhadoras domésticas que se organizavam em associações<sup>6</sup> são visualizadas, por exemplo, na nota sobre a discussão com o senador Gilvan Rocha, a propósito da criação de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), para investigar os problemas e as discriminações que as mulheres sofriam na sociedade brasileira. De acordo com o jornal, estavam presentes nessa reunião “o Centro de Desenvolvimento da Mulher, os jornais “Nós Mulheres” e “Brasil Mulher”, o movimento feminino do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], donas de casa, empregadas domésticas, jornalistas, intelectuais, etc.” (NÓS MULHERES, nº 6, p. 5).

O *Brasil Mulher* (1980) também noticiou o estímulo que a eleição de Heloneida Stuart (PT – Partido dos Trabalhadores), como deputada estadual em 1978, propiciou o fortalecimento de grupos de mulheres das periferias e comunidades – entre eles, o de trabalhadoras domésticas remuneradas – com os movimentos feministas cariocas, tais como Centro da Mulher Brasileira

<sup>6</sup> Ao longo dos anos, essas associações vão se tornando sindicatos (BERNADINO-COSTA, 2015).

e Sociedade Brasil Mulher.

Os encontros entre o movimento feminista e os movimentos de mulheres, sobretudo os advindos das periferias, e com destaque para as trabalhadoras domésticas remuneradas, era celebrado nas edições relacionadas ao “8 de Março” nos três periódicos analisados: “O Dia Internacional da Mulher, há dois anos praticamente desconhecido no Brasil, este ano aconteceu em vários pontos da cidade, com a participação de mais de mil mulheres-operárias, empregadas domésticas, donas de casa, mães, estudantes, intelectuais” – divulgou o *Nós Mulheres* (1977), em seu editorial nº 5. Eva Blay (2001), relata que o “8 de Março” era o dia em que a unificação desses movimentos, de fato, se concretizava, reunindo essas mulheres também na luta pelo retorno da democracia e na consagração do direito de manifestação pública.

Essa proximidade também foi relatada nos próprios encontros feministas, de acordo com as matérias e notas publicadas por esses jornais. No II Encontro de Grupos Feministas do Nordeste em 1981, que aconteceu em João Pessoa-PB, a pauta defendida foi: “organização do movimento, a violência contra as mulheres, planejamento familiar, aborto, sexualidade e a situação da doméstica”. (MULHERIO, nº 4, p. 6). Da mesma forma, na carta de comemoração do Grupo Feminista 4 de Janeiro (Recife-PE), compartilhada no *Mulherio*, foi contado com entusiasmo que suas participantes tinham encontros semanais para discutir sexualidade e que estavam dialogando diretamente com um grupo de trabalhadoras domésticas organizadas (MULHERIO, 1982, nº 7).

Se esses periódicos nos afirmam que existia uma conjunção do movimento feminista com o movimento político de trabalhadoras domésticas remuneradas, não podemos afirmar que estes se estabeleciam em consensos e acordos totalmente unificados. No icônico IX Encontro Nacional Feminista, que aconteceu em Garanhuns-PE em 1987, caracterizado pela presença massiva de mulheres negras, trabalhadoras, advindas de vários estados brasileiros (SILVA, 2018, as próprias trabalhadoras domésticas organizadas questionavam a sua presença nele, como relatado em uma das páginas do *Mulherio* (1987):

O conflito da junção do movimento feminista com os movimentos populares ficou bem nítido no grupo de empregadas domésticas, que resolveu discutir em um grupo de interesse (voltado para um tema específico) o que elas estavam fazendo em um Encontro Feminista. Para Noêmia Martins (Associação dos Empregados Domésticos de Campina Grande), o feminismo é querer a igualdade. Já Nair Jane (presidente da Associação das Empregadas Domésticas do Rio), preferiu apontar algumas contradições: “Como eu posso aderir a algumas questões feministas, como o aborto, se passei a vida inteira lutando para dar melhores condições de vida ao favelado? Até Lenira de Carvalho (Associação de Domésticas de Recife) e membro da Coordenação Nacional do Encontro tinha suas dúvidas: “Eu não sei bem o que vim fazer aqui, por ser Encontro e não Congresso, nem reivindicação será possível tirar para as trabalhadoras”. (MULHERIO, 1987, nº 33, p. 9).

A histórica parceria entre o movimento feminista e as associações de trabalhadoras domésticas remuneradas se consolidou entre diversas desconfianças das próprias trabalhadoras, principalmente relacionado as estratégias e pautas políticas do feminismo (BERNADINO-COSTA, 2015). Hildete Pereira de Melo (1999, p. 226) traz justamente esse ponto ao narrar as tentativas de alianças entre esses dois grupos na cidade do Rio de Janeiro, por um lado as trabalhadoras domésticas organizadas diziam “eu não acredito que a sua luta e a nossa coincidem”; “eu não consigo compreender as idéias das feministas”. E, por outro lado, grupos feministas disseram: “[...] a recepção de nossas idéias foi tão fria que desistimos de nosso trabalho”.

Nessa mesma lógica, Castro (1992) nos aponta que a luta em relação as noções de “público e privado” se opõe totalmente à perspectiva das trabalhadoras domésticas organizadas politicamente. De acordo com a autora, enquanto as feministas pensam na dissolução da dicotomia por meio do lema “o privado é político”, as trabalhadoras organizadas reivindicavam a separação desses espaços como identificação de classe operária. O público, na função de único espaço político, não refutaria os seus direitos em relação ao privado e a intimidade, além de trazer a delimitação de suas próprias casas (espaço da reprodução), das casas onde trabalhavam (espaço da produção). Além disso, temas como aborto e sexualidade – também tratados nesses periódicos – eram complicados às trabalhadoras domésticas organizadas, que sempre tiveram maior envolvimento com a Igreja Católica no período (CASTRO, 1992; BERNADINO-COSTA, 2015).

A relação de desconfiança também se estabelecia por intermédio das questões raciais, o fato de a maior parte das mulheres que se identificavam como feministas, naquele momento, serem brancas, causava um “estranhamento” para a aproximação política. A complexidade intrínseca entre as desigualdades raciais e de classe faziam mais sentido para essas trabalhadoras do que necessariamente as desigualdades de gênero (CASTRO, 1992).

É importante dizer que os periódicos analisados tinham uma abertura e uma sensibilidade para as questões relacionadas às desigualdades raciais. Sueli Carneiro, em uma entrevista ao *Mulherio* (1985), relata que uma das dificuldades de mobilização política das mulheres negras estava na conjunção da baixa escolaridade e dos trabalhos precários destinados à elas, pois apenas 0,08%<sup>7</sup> das mulheres negras tinham mais 12 anos de estudo, não sendo privilegiadas pelo aumento da PEA feminina, pois ainda se empregavam majoritariamente como trabalhadoras domésticas remuneradas.

Em uma matéria no mesmo jornal, Dulce Pereira Cardoso (1983) apontava as dificul-

---

<sup>7</sup> Esse dado é trazido pela autora no periódico.

dades do movimento feminista brasileiro na integração e formulação de bandeiras feministas populares. A autora afirmava que a luta por equiparação salarial entre homens e mulheres não se pautava na realidade das mulheres brasileiras, uma vez que a maior parte das trabalhadoras estavam inseridas no trabalho rural e no trabalho doméstico remunerado. Esse dado assinalava a impossibilidade da luta por salários iguais, já que a maior porcentagem de mulheres trabalhadoras não tinha condições de reivindicar essa pauta. Cardoso (1983) ainda traça reflexões sobre as críticas endereçadas as trabalhadoras domésticas organizadas e sua apatia pelo feminismo, pois na sua percepção: “o Estado se utiliza muitas vezes da própria militante da luta pela equiparação salarial [...] como instrumento de opressão de amplo segmento, não só da classe trabalhadora, como principalmente da população feminina e, particularmente, negra”. (CARDOSO, 1983, nº 14, p. 8).

É importante lembrar que nesse mesmo período aconteceu o centenário da Lei Áurea (Lei nº 3.353 de 1888), com o processo gradual de reabertura democrática brasileira, fazendo com que diversos setores do movimento negro articulassem debates e estratégias políticas em relação aos desafios para a igualdade racial no país (CARNEIRO, 2018). Assim, muitas páginas desses periódicos se dedicaram a discutir as questões que impactavam a situação da mulher negra, analisando o trabalho doméstico remunerado e as narrativas dessas trabalhadoras pela ótica da desigualdade racial.

Um tópico que estava sempre em pauta nessas discussões, se relacionava ao termo “boa aparência”, que grande parte dos anúncios de trabalho continham, sendo identificado por Lélia Gonzalez (1981), Maria Tereza de Souza (1988) e Lúcia (1977) (trabalhadora doméstica remunerada – ver figura 3), como uma das formas de discriminação veladas do mercado de trabalho – matérias publicadas no *Mulherio*.

Figura 3. Entrevista com duas trabalhadoras domésticas sobre racismo

# 89 ANOS DEPOIS



As datas foram feitas para ativarem a memória de um povo. Maio é o mês dos trabalhadores, das mães, e da Libertação dos Escravos no Brasil. O tempo passa e se não as tomarmos para nós, essas datas acabam por perder seus significados: o dia dos trabalhadores vira dia do Trabalho, o dia das Mães, pura publicidade para vendas de produtos e a Libertação dos escravos, uma comemoração apática de uma Libertação dividiada.

O problema racial brasileiro é delicado, pouco discutido e nem sempre pressa a maioria das pessoas. No entanto, durante quatro séculos os negros trazidos da África aqui trabalharam e, como um sapato velho que depois de usado só resta jogar fora, se tornaram mercadoria do senhor branco.

Quer queiram ou não, o escravido faz parte de nosso passado, seja você branco ou preto. Não adianta negar a ou simplesmente esquecer-se no bui. As manias que não nos deixam são atitudes vividas na atualidade: 89 anos após a Abolição, os negros são grande parte da massa marginalizada. Porque? Existe ou não discriminação racial no Brasil? Quais os problemas que enfrentam os negros no dia-a-dia? Como é sua libertação?

Para discutir essas e outras problemáticas, **Nós Mulheres** cogitamos um debate com algumas mulheres negras. Participaram da entrevista: Amélia, 36 anos, jornalista, mãe solteira; Maria de Lurdes, 30 anos, estudante de química, trabalhando em um laboratório, solteira; Lúcia, 21 anos, doméstica, solteira; Lurdes, 25 anos, doméstica, mãe solteira; e Vera, 26 anos, professora, solteira, membro do conselho Editorial de **Nós Mulheres**. Queremos agradecer a Glória Nogueira, Francisco Luciano Pai e Filho, que nos ajudaram neste trabalho.

**“QUANDO A GENTE FALA POUCO EM UM ASSUNTO, ACABA ESQUECENDO.”**

**Nós Mulheres:** O que significa para você o 13 de Maio?

Amélia: Uma vez pergentei a minha mãe o que era o 13 de Maio e ela, muito grossa (risos), respondeu: “Disseram que libertaram os escravos, mas não estou sabendo de nada disso...”

Lúcia: Acho um dia importante, só porque é preto não precisa ser escravo. Maria de Lurdes: Na minha casa havia falar—13 de Maio Libertação dos Escravos, mas para mim não tinha nenhum significado.

Lurdes: Na minha infância chamo de dia do Preto Velho.

NM: Você acha que a abolição se fez ou não?

Amélia: É claro que houve luta. E como hoje, não se faz nada sem luta. Lúcia: Muitos escravos fugiam, agarravam porque queriam a liberdade, criavam lutas para se defenderem como o capanga.

NM: E quais seriam os verdadeiros heróis da Abolição?

Lúcia: Contando com os escravos?

NM: Claro!

Lúcia: Então os escravos e pelo que dizem a Princesa Isabel. Os outros não lembro: quando a gente fala pouco de um assunto acaba esquecendo.

Amélia: Não é por nada não, mas a Princesa Isabel entrou de figura decorativa. De verdadeiros heróis só podem ser são os escravos que continuamos vivos. Depois da benfidei Lei Áurea, os negros ficaram sem saber o que fazer da vida. Caía um foi para um lado e amidi hoje é difícil de tentar três créditos para concessão. Falar do problema racial é a coisa mais difícil desse país.

A lei Áurea ainda está para morrer e portanto 13 de Maio não significa nada para mim: ninguém sabe porque está aqui, o que é ser preto.

NM: Existe preconceito racial no Brasil?

Lurdes: Existe, a figura do preto não é aceita.

NM: Como assim?

Lúcia: Quando você vai procurar trabalho, para se encontrar no meio do branco e mesmo na raça, tem gente que acha espalho para a pessoa de cor.

Lurdes: Em qualquer lugar te tratam diferente.

Maria de Lurdes: Em Belém, onde nasci, dependendo da classe social você não é preto, é igual. Lá é mais discriminação que aqui. Mas acho que o mais evidente é quando se procura trabalho.

Amélia: É, mas o pior preconceito é o que chama de psicológico. Dependendo do emprego e da atitude que toma, você pode ser aceita. Uma vez fui procurar trabalho de secretária e não queriam me aceitar. Então perguntei: “O Senhor não quer que eu trabalhe porque sou preta?” O homem ficou tão sem graça que me entregou. Só que eu não sabia falar a língua e ele com medo de ser chamado de racista não se mantinha embora (risos). Mas o negócio é que mesmo quando se é aceita dá problema e a gente acaba se desanimando do trabalho ou querendo subir na vida, ficar por cima, para se vingar. E aí, é chamado de crioulo de alma branca.

Outra coisa me incomoda muito é uma certa mania das pessoas te tratarem. Você vai a uma festa de brancos e começam as apostrofes: “Bela é Glória, ela é João e esta, é a AMÉLIA, estava iludida, é muito inteligente, etc...” No fundo eles querem dizer: “Por favor, acalme a Amélia, ela é séria mas tem cultura, não é uma preta qualquer...”

**“QUANDO A GENTE CONVERSAVA NA COZINHA, TINHA DE SER BAIXINHO QUE NEM NO TEMPO DA ESCRAVIDÃO.”**

NM: Alguns de vocês já foi discriminada?

Maria de Lurdes: Uma vez me bancaram em um clube de internet.

NM: E você passou em discriminar? Maria de Lurdes: Não.

NM: Por que?

Maria de Lurdes: E adianta? Eles ainda podiam me chamar de lavadeira (risos).

Amélia: A maioria das pretas não tem o dinheiro, ir a delegacia ou em mostrar que é ilegal a discriminação. Antes de tudo, estamos no Brasil: quando você é roubada passa em ir à delegacia? Nem sempre resolve o problema.

NM: O que leva à discriminação?

Amélia: Quando aumenta a concorrência entre brancos e pretas no mercado de trabalho, o preconceito vem mais à tona; o negro subalterno não cria muitos problemas para o branco. Quando me chamam para cá, me disseram ao Rio: “Você não consegue emprego em São Paulo, lá eles não aceitam negros”. Mas, foi aqui em São Paulo, que vi a primeira reação de grupo contra o racismo.

NM: Quer dizer que quando aumenta a discriminação o posto fica mais consistente?

Amélia: Não sei, mas quando alguém diz que não vai te dar emprego porque você é preto, o problema fica bem claro.

NM: A discriminação seria mais resultado de uma situação econômica?

Amélia: Não só, o econômico é objetivo, do racial subjetivo.

Lúcia: E, mas se preto não fosse sempre pobre, facilitaria as coisas.

NM: E com a crise econômica e o maior concorrência entre brancos e pretos no mercado de trabalho, a situação vai piorar?

Maria de Lurdes: Bem, a precária econômica vai piorar mais que o problema racial. As pessoas vão se unir em torno do problema econômico.

Amélia: Eu também acho, pois tramo

**“Ser negro nada mais é que ter todos os problemas do branco só que um pouco aumentados. Ser branca é ser os problemas de mulher mais os do cor.”**



**“Amigamente o movimento dos negros era mais combativo, mas com o tempo as coisas foram mudando de figura e da glória de Luís Gama no Largo do Arouche, as comemorações de 13 de Maio passaram para as mãos da Mãe Preta do Largo do Palanqué, uma imagem sentimental e espolvada da negra. Luís Gama sempre lutou pela libertação de seus irmãos e teve grande inspiração em sua mãe, Lúcia Mahla, uma negra africana, comerciante e livre, mas que mesmo assim participou ao lado dos escravos em várias revoltas da Bahia. Hoje em dia porém, quantos sabem quem são esses personagens?”** Francisco Luciano, 67 anos, dentista, militante negro brasileiro

Fonte: Nós Mulheres, 1987, nº 5, p. 12.

Antônio Flávio Pierucci (1990), ao analisar os movimentos sociais da esquerda durante a década de 1980, apontava pelo difícil caminho da emergência da “diferença” nos discursos e, principalmente, nas práticas políticas relacionadas às identidades culturais que se fortaleciam naquele momento. De acordo com o autor, a proeminência das “diferenças” é a base política das narrativas conservadoras, a percepção ideológica da direita é de que “homens são diferentes

de mulheres”, ou que “brancos são diferentes de negros”, sustentando a premissa de que cada grupo precisa ser tratado de modo distinto: se as mulheres não são iguais aos homens, consequentemente não devem ser tratadas de maneira igual.

Nesse sentido, Pierucci (1990) alerta que a esquerda, ao trazer o “direito à diferença” para os movimentos sociais, não consegue estabelecer distanciamento das percepções de senso comum formulados pela direita. A esquerda ainda teria um desafio mais complexo, pois a “diferença” não poderia estar desvinculada das noções de “igualdade”, o que torna esse exercício político intelectualizado e elitizado ao ter que refinar e criticar cada um desses conceitos. Assinalar a diferença, com o propósito utópico da igualdade, não deixou com que os movimentos sociais se hierarquizassem. Dentre os movimentos sociais, Pierucci (1990) aponta que o caminho das discussões sobre “igualdade-versus-diferença” foi mais bem trabalhado pelo movimento feminista por meio da “emancipação pela diferença”, mas que nem este deixou de cair em suas possíveis “ciladas” políticas.

Sueli Kofes (2001) aponta que uma das tarefas pelas quais o feminismo se dedicou foi na decomposição analítica dos termos “identidade” e “diferença” como uma forma de distinguir homens e mulheres e, assim, formar seu campo de ação política. Ao dar continuidade a essa decomposição, a autora nos mostra que a perspectiva de “identidade” e “diferença” entre mulheres, na interação do espaço doméstico, faz a “diferença” se tornar uma desigualdade, fazendo com que a “identidade” entre “patroas e trabalhadoras” não se confunda. E esse ponto se torna nevrálgico para o feminismo no período. A ideia de que existiam diferenças marcantes entre mulheres era uma pauta compreendida, consolidada e exposta por meio dos periódicos analisados. O grande desafio estava nas tentativas de concretizar uma luta conjunta, que pudesse homogeneizar a ação política dessas mulheres, sem que as diferenças entre elas criassem aspectos de desigualdade.

O *Brasil Mulher* (1980), ao noticiar o II Encontro da Mulher Paulista, evidencia o fato de que mais de quarenta e cinco tipos de organizações políticas de mulheres estavam presentes e atuando no referido encontro. No entanto, nem todas essas mulheres se identificavam com o feminismo, fazendo com que seus propósitos de lutas não partissem do pressuposto inicial que as discriminações das mulheres ocorriam em todos os espaços da sociedade. A formação dessa consciência, era percebida como de extrema importância para unificar a ideia de tornar as mulheres sujeitas de sua própria história.

Entendemos que o 2º Congresso deve incentivar a continuidade e ampliação da organização das mulheres nos diferentes lugares de moradia e de trabalho, assim como de associações no caso das atividades onde a mulher é majoritária (empregadas domésticas, prostitutas). Ao mesmo tempo é imprescindível estimular junto a estes

grupos, o aprofundamento da problemática de fundo que determina o Movimento de Mulheres: sua opressão específica enquanto mulher. (BRASIL MULHER, 1980, número especial, p. 4)

Esse tema, inclusive foi pauta do VIII Encontro Feminista, em 1986, que aconteceu em Petrópolis-RJ. Sonia Malheiros Miguel (1986), escreve uma coluna no *Mulherio*, fazendo uma crítica de como os pressupostos de solidariedade no feminismo não conseguiam abarcar politicamente as diferenças de uma forma que não as hierarquizasse, “que na verdade, apesar de se defender a diversidade e o direito a diferença, na prática muitas vezes se tenta impor posições e visões acerca do que é feminismo e do que é ser feminista” (MIGUEL, 1986, nº 26, p. 18).

As feministas, ancoradas no paradigma marxista e socialista, eram obrigadas a olhar para o trabalho doméstico remunerado. De acordo com Luiza Bairros (1995), o feminismo socialista oferecia a alternativa para o entendimento da interseção entre gênero, raça e classe, mas privilegiava a ideia de “experiência” como o principal meio de definir a opressão. Contudo, a aceitação de que existiam grupos mais discriminados que outros não foi capaz oferecer um propósito de luta que cobrisse com as lacunas dessas diferenciações (BAIROS, 1995).

Essas mesmas feministas, quando patroas, não conseguiram diluir o fato de que as diferenças entre mulheres resultassem em desigualdades entre elas. Esse fato não necessariamente tornava suas lutas incoerentes, mas sobretudo demonstravam que os limites de classe estabeleciam fronteiras explícitas aos anseios políticos mais amplos feministas. Talvez a inserção dessas trabalhadoras na luta feminista dialogue com o que Mariza Athayde de Figueiredo (2008) apontou como um dos desafios naquele momento: saber a dosagem correta para se identificarem como oprimidas sem pertencer ao proletariado.

É importante dizer que o “desfecho” dessas tentativas de conjunção política foram, igualmente, visualizadas no processo de retomada democrática, em que diversos movimentos sociais passam a se institucionalizar (ALVAREZ, 2000) e pressionar o Estado para a formulação da Constituinte de 1988.

## FEMINISMO, TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO E CONSTITUINTE DE 1988

O movimento feminista brasileiro toma seus primeiros passos de institucionalização por meio do CNDM (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher) em 1985, assim como a criação

do “*lobby do batom*” em 1988, com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional a aprovar as medidas que tinham considerado de suma importância para as mulheres, no contexto de retomada democrática no país (SHUMAER; VARGAS, 1993; PITANGUY, 2008; MACHADO, 2016).

O CNDM logo lança, como uma de suas primeiras ações, o slogan “Constituinte para Valer tem que ter Palavra de Mulher” e a formulação de uma carta – “Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes” –, com as principais demandas do movimento feminista e dos movimentos de mulheres, que foi entregue no Congresso Nacional em 1987, pelas mãos Jacqueline Pitanguy e de mais de cem mulheres ali reunidas, incluindo as trabalhadoras domésticas remuneradas (FONTES *et al.*, 2018; PITANGUY, 2019). Dentre essas reivindicações, destacamos:

Eis que nós, mulheres, reunidas num Encontro Nacional, no dia 26 de agosto de 1986, queremos:  
[...]  
II – Reivindicações específicas  
Trabalho  
A legislação trabalhista usando por base o princípio constitucional de isonomia deve garantir:  
1-Salário igual para trabalho igual;  
2-Igualdade no acesso ao mercado de trabalho e na ascensão profissional;  
**3-Extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários de forma plena às empregadas domésticas e às trabalhadoras rurais;** (CARTA..., 1987, p. 3, grifos meus).

A inclusão da ampliação de direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas remuneradas demonstra a característica analisada, ao longo do artigo, em relação às aspirações de tentar conjugar as diversas lutas elencadas pelas mulheres em uma pauta feminista, desde a igualdade salarial até as demandas específicas de determinada categoria profissional. A construção dessa carta é o resultado de diversos encontros dos movimentos feministas com os movimentos de mulheres populares, o que é demonstrado por meio dos jornais selecionados.

O *Mulherio* é o que mais retrata essas ações políticas, pois este periódico foi o único que manteve suas publicações até o final dos anos 1980. As matérias e reportagens também publicavam a candidatura de mulheres e suas pautas políticas nesse processo de redemocratização. Nesse sentido, Benedita da Silva, que se elegeu como deputada federal pelo PT, era considerada por esses periódicos a voz das mulheres negras e das trabalhadoras que estavam inseridas em trabalhos precários: “quero fazer a defesa das minorias que representam a maioria da classe trabalhadora, enfatiza ela” (MULHERIO, 1987, nº 27, p. 11).

A Constituição de 1988 ampliou consideravelmente os direitos trabalhistas para a categoria profissional de trabalhadoras domésticas remuneradas, mas não garantiu a sua igualdade

com demais trabalhadores/as brasileiros/as. Os direitos conquistados foram: o salário mínimo fixo, irredutibilidade salarial (salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo), décimo terceiro salário (com base na remuneração integral), repouso semanal remunerado e em feriados civis e religiosos, licença maternidade de 120 dias, aviso prévio e férias anuais de 30 dias com acréscimo de 1/3 do salário, aposentadoria (BRASIL, 1988). Não foram incluídos direitos como FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e a definição da jornada de trabalho, por exemplo. Isso significa dizer que a ocupação profissional que mais empregava mulheres no país não teve suas demandas de igualdade asseguradas pelo Estado, nem mediante suas intensas lutas, nem mediante conjunção do movimento feminista e do movimento de mulheres lutando por esta.

Isso pode demonstrar, talvez, o maior o “ruído” da luta feminista em relação ao trabalho doméstico remunerado. Se ao longo dos anos 1970 e 1980 existia a compreensão das diferenças entre mulheres, que suas posições na função de empregadoras eram problematizadas e havia esforço para garantir um diálogo com o movimento organizado de trabalhadoras domésticas remuneradas, a forma incompleta como a constituição de direitos trabalhistas se estabeleceu, nos indicam uma nova questão empírica relaciona aos encontros e desencontros do movimento feminista com seus próprios limites de classe. Não estamos considerando que a inequidade de direitos para essa categoria profissional seja “culpa” do movimento feminista, nem partimos da compreensão de que o feminismo tinha um poder de transformação social tão forte e ampliado. Mas, a partir desse dado, novas interrogações são passíveis de formulação: como os limites de classe refletem nas negociações e ambivalências do movimento feminista, perante os processos democráticos de garantias de direitos? E quais seriam seus reflexos para o feminismo estatal brasileiro?

Nesse sentido, apontamos também como caminhos de novas pesquisas os anos de fortalecimento do “feminismo de Estado”, principalmente por intermédio da SPM (Secretaria Especial de Política para as Mulheres) durante os anos de governo do PT (2003-2011). A SPM esteve presente em políticas e negociações com o movimento de trabalhadoras domésticas remuneradas nas ações de aprovação e concretização da Lei Complementar nº 150/2015, mais conhecida como “PEC das Domésticas”, que trouxe a igualdade de direitos para essa categoria profissional. Essa experiência trouxe novas formas de pensar as relações de classe dentro do feminismo ou novas formas de concretizar conjunções políticas?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar como o movimento feminista desenvolveu reflexões, articulações e ações políticas relacionadas ao trabalho doméstico remunerado, considerando sua histórica crítica em relação a essa contratação. Os jornais selecionados para análise, *Nós Mulheres*, *Brasil Mulher* e *Mulherio*, continham um conteúdo considerável de publicações, que abordavam o tema por intermédio da condição precária que esse trabalho se estruturava no país, das desigualdades raciais que o marcavam, das violências e humilhações que essas trabalhadoras sofriam na relação cotidiana com suas empregadoras. Da mesma forma, esses periódicos nos apresentam um material muito rico sobre as tentativas de conjunção política entre o movimento feminista e o movimento organizado de trabalhadoras domésticas remuneradas.

Essas publicações também nos apontam para um dado um tanto quanto inspirador, ao pensar o movimento feminista brasileiro e seus possíveis limites políticos. A sua incoerência, assinalada muitas vezes, pelo fato de suas militantes serem igualmente “patroas”, não reflete na invisibilidade sobre esse tema, tampouco em termos de autocrítica. As feministas sabiam e publicavam sobre suas contradições ao se verem como empregadoras. O que esse artigo nos aponta é que o anseio de tentar conjugar essas lutas foi permeado por contrapontos, contradições e desconfianças. Além disso, a não concretização de igualdade de direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas remuneradas nos indicam um “ruído” que essas contradições anunciam, reverberando em novas interrogações sobre os alcances políticos do feminismo no Brasil.

## REFERÊNCIAS

1. ABREU, Maira. *Nosotras: feminismo latino americano em Paris*. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, n. 21, p. 553-72, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200007>. Acesso em: 23 set. 2021.
2. ALVAREZ, Sonia. A “Globalizacao” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte, MG: Ed. UFMG, 2000. p. 383-426.
3. BAIROS, Luiza. A mulher negra e o feminismo. In: COSTA, Alice Alcantara;

- SANDERBERG, Cecília Maria (org.). **O feminismo no Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador, BA: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 139-146.
4. BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, n. 3, p. 458-463, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 21 set. 2021.
  5. BERNADINO-COSTA, Joaze. **Saberes subalternos e decolonialidade**: os sindicatos de trabalhadoras domésticas no Brasil. Brasília, DF: Editora UnB, 2015. 270 p.
  6. BLAY, Eva. 8 de março: conquistas e controvérsias. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, n. 9, p. 601-7, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200016>. Acesso: 23 set. 2021.
  7. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
  8. BRASIL. **Lei n. 5.589, de 11 de dezembro de 1972**. Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências. Brasília, DF: [s.n.], 1972.
  9. BRUSCHINI, Cristina. Mulher e trabalho: uma avaliação da década da mulher (1975-1985). In: CARVALHO, Nanci Valadares de. (org.). **A condição feminina**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988. p. 124-42.
  10. CARDOSO, Dulce Pereira. Mulher negra: e nós, aonde vamos? “Mesmo quem conhece Bertha Lutz, sabe quem é Luiza Mahin? **Mulherio**, São Paulo, ano 3, p. 8-9, jul./ago. 1983. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/III\\_14\\_1983menor.pdf](https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/III_14_1983menor.pdf). Acesso em: 18 set. 2021.
  11. CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Estudos Feministas**, n. 12, número especial, Florianópolis, SC, p. 37-55, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300004>. Acesso em: 23 set. 2021.
  12. CARNEIRO, Sueli. Gênero e raça na sociedade brasileira. In: CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Pólen Livros, 2019. p. 151-84.
  13. CARNEIRO, Sueli. Sueli Carneiro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.). **Explosão feminista**: arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 453-460.
  14. CARTA das mulheres brasileiras aos constituintes. [S.l.: s.n.], 1987.
  15. CASTRO, Mary Garcia. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, v. 0, p. 57-73, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 23 set. 2021.
  16. COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação. In: COSTA, Alice Alcantara; SANDERBERG, Cecília Maria (org.). **O**

- feminismo no Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador, BA: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 69-98.
17. COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTI, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 54, p. 5-15, 1985. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/1389>. Acesso em: 23 set.2021.
  18. DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. **Brasil mulher:** Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista. 2002. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2002.
  19. FARIAS, Zaíra Ary. **Domesticidade:** “cativeiro” feminino? Rio de Janeiro: Editora Achiamé, 1983. 150 p.
  20. FIGUEIREDO, Mariza de Athayde. A evolução do feminismo. In: COSTA, Alice Alcantara; SANDERBERG, Cecília Maria (org.). **O feminismo no Brasil:** reflexões teóricas e perspectivas. Salvador, BA: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 51-68.
  21. FONTES, P. *et al.* “Eu tinha minha liberdade”: entrevista de Nair Jane de Castro Lima, liderança histórica das trabalhadoras domésticas do Rio de Janeiro. **Revista Mundos Do Trabalho**, n. 10, p. 167-189, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-9222.2018v10n20p167>. Acesso em: 23 set. 2021.
  22. FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando?:** desconstruções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010. 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2017.
  23. FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal “Mulherio” e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**, Brasília, DF, n. 2, p. 149-66, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/hh.v2i4.10815>. Acesso em: 24 set. 2021.
  24. GONZALEZ, Leila. Mulher negra. **Mulherio**, São Paulo, n. 3, p. 8-9, 1981. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/I\\_3\\_1981menor.pdf](https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/I_3_1981menor.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.
  25. GONZALEZ, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, DF, n. 2, p. 223-44, 1983.
  26. KOFES, Suelo. **Mulher, mulheres:** identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas domésticas. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001. 469 p.
  27. KUCINSK, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa.** São Paulo: Scritta Editorial, 1991. 399 p.
  28. LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil mulher e nós mulheres: origens da imprensa

- feminista brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, n. 11, p. 234-41, 2003.
29. MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado: contextos e incertezas. **Cadernos Pagu**, n. 47, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201600470001>. Acesso: 23 set. 2021.
  30. MIGUEL, Sonia Malheiros. Feminismo: um olhar para dentro. **Mulherio**, São Paulo, p. 18, 1986. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/VI\\_26\\_1986menor.pdf](https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/VI_26_1986menor.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.
  31. MORAES, Maria Lygia Quartim de. **A experiência feminista nos anos setenta**. São Paulo: Unesp Araraquara, 1990.
  32. MOTTA, Alda Britto da. **Visão de mundo da empregada doméstica: um estudo de caso**. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.
  33. MULHERIO. **Encontro do Nordeste**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 4, p. 6, 1981. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/I\\_4\\_1981menor.pdf](https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/I_4_1981menor.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.
  34. MULHERIO. **Publicações**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 7, p. 23, 1982. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/II\\_7\\_1982menor.pdf](https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/II_7_1982menor.pdf). Acesso em: 24 set. 2021
  35. MULHERIO. **Encontro Feminista em busca de abertura**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 33, p. 9, 1987. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/VII\\_33\\_1987menor.pdf](https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/VII_33_1987menor.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.
  36. MULHERIO. **A Nova Cara da Constituinte**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 27, p. 11, 1987. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/VII\\_33\\_1987menor.pdf](https://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/arquivo/VII_33_1987menor.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.
  37. NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. **Jornal Última Hora**, Rio de Janeiro, p. 126-9, 1976.
  38. NÓS MULHERES. **Editorial**. São Paulo: Associação das Mulheres em São Paulo, 1976.
  39. PAPADIUK, Barbara; SCHIMITT, Elaine; WOITOWICZ, Janz. Luta e resistência política: a imprensa feminista brasileira nos anos 1970 e 80. *In*: WOLFF, Cristina; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia (org.). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1965-1985)**. Curitiba, PR: Apriss, 2019. p. 56-74.
  40. PEREIRA DE MELO, Hildete. Feministas y empleadas domésticas en Rio de Janeiro. *In*: CHANEY, Elsa; GARCIA CASTRO, Mary (org.). **Muchacha / cachifa / criada / empleada/ empregadinha / sirvienta y... más nada: trabajadoras domésticas en América Latina y Caribe**. Venezuela: Ed. EPU, 1999. p. 215-234.
  41. PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**, São Paulo, n. 2,

- p. 7-33, 1990. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ts.v2i2.84798>. Acesso: 23 set. 2021.
42. PINTO, Celi Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 119 p.
43. PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 81-98.
44. PITANGUY, Jacqueline. Feminismo e Estado: a experiência do CNDM. In: COSTA, A. A.; SANDERBERG, C. M. B. (orgs.). **O feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador, BA: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. p. 111-38.
45. RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (pós) modernidade no Brasil. **Cadernos AEL**, Campinas, SP, n. 2, p. 11-43, 1996.
46. RONCADOR, Sonia. **A doméstica imaginária: leitura, testemunhos e a invenção da empregada doméstica no Brasil (1889-1999)**. Brasília, DF: Editora UNB, 2008. 256 p.
47. SAFFIOTI, Heleieth Iara. **Emprego doméstico e capitalismo**. Petrópolis: Editora Vozes, 1978. 197 p.
48. SARTI, Cynthia Anderson. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA LASA, 21., 1998. **Anais [...]**. Chicago: [s.n.], 24-26 set. 1998.
49. SHUMAER, Maria Aparecida; VARGAS, Elisabeth. Lugar no governo: álibi ou conquista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, n. 1, p. 348-64, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%25x>. Acesso em: 23 set. 2021.
50. SILVA, Cidinha da. De onde viemos: aproximações de uma memória. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 252-60.
51. SILVA, Tuana Oliveira Gomes; WOLFF, Cristina Sheibe. O protagonismo das mulheres negras no Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo (1983-1988). **Cadernos Pagu**, n. 55, p. 1-33, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201900550012>. Acesso em: 23 set. 2021.
52. SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 123-8, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100009>. Acesso em: 23 set. 2021.
53. SOUZA, Maria Tereza de. Elas estão de olho na tal abolição. **Mulherio**, São Paulo, n. 39, p. 17, 1988. Disponível em: [https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/IV\\_17\\_1984menor.pdf](https://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/mulherio/arquivo/IV_17_1984menor.pdf). Acesso em: 24 set. 2021.

54. TAMIÃO, J. S. **Escritas feministas**: os jornais Brasil mulher, nós mulheres e mulherio (1975-1988). 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.
55. TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha a imprensa feminista**: a construção do feminismo pós luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermédios, 2013. 312 p.

*Thays Almeida Monticelli*

Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Estudos em Sexualidade e Gênero. Doutora e Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5978-5733>. E-mail: [tamonticelli@gmail.com](mailto:tamonticelli@gmail.com)

**O** **LHARES**

**CRUZADOS**

# “La vivienda no es un lujo, es necesidad”: notas etnográficas sobre a luta pelo direito à moradia em Granada, Espanha<sup>1</sup>

“Housing is not a luxury, it is a necessity”: ethnographic notes on the struggle for the right to housing in Granada, Spain

Leticia de Luna Freire

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## RESUMO

Reflito sobre uma experiência de pesquisa junto a um movimento social contra os despejos na cidade espanhola de Granada, entre janeiro e abril de 2021, em um contexto atípico de pandemia, com diversas restrições à circulação e à interação dos indivíduos. Na primeira parte do artigo, apresento a conjuntura da crise habitacional na Espanha, na Comunidade Autónoma de Andaluzia e em Granada, abordando ainda algumas observações sobre a cidade onde se desenvolveu a pesquisa. Na segunda parte, descrevo um quadro da luta pelo direito à moradia no país, dando ênfase à organização e às ações do movimento *Stop Desahucios Granada 15-M*, assim como às observações e interlocuções produzidas com seus integrantes durante o trabalho de campo. Na terceira parte, discuto a abordagem da etnografia colaborativa como uma proposta de construção teórica coletiva e comprometida com a justiça social. Ao final, destaco a importância desta experiência internacional de pesquisa para favorecer exercícios contrastivos com relação às configurações e aos desafios do problema da moradia nas cidades de Granada e Rio de Janeiro, bem como para descolonizar a nossa antropologia e estimular relações acadêmicas mais simétricas entre pesquisadores do norte e do sul global.

**Palavras-chave:** Direito à moradia, Stop Desahucios, Espanha, Etnografia colaborativa.

---

<sup>1</sup> Este trabalho é resultante de uma pesquisa financiada pela Fundación Carolina entre janeiro e abril de 2021.

---

Recebido em 22 de outubro de 2021.  
Aceito em 03 de novembro de 2021.

---



## ABSTRACT

I reflect on a research experience with a social movement against evictions in the Spanish city of Granada, between January and April 2021, in an atypical pandemic context, with several restrictions to movement and interaction of individuals. In the first part of the article, I present the conjuncture of the housing crisis in Spain, in the Autonomous Community of Andalusia and in Granada, also addressing some observations about the city where the research took place. In the second part, I describe an overview of the struggle for the right to housing in the country, emphasizing the organization and the actions of the Stop Desahucios Granada 15-M movement, as well as the observations and interlocutions produced with its members during the fieldwork. In the third part, I discuss the collaborative ethnography approach as a proposal for collective theoretical construction committed to social justice. At the end, I highlight the importance of this international research experience in fostering contrastive exercises regarding the configurations and challenges of the housing problem in the cities of Granada and Rio de Janeiro, as well as decolonising our anthropology and stimulating more symmetrical academic relations between researchers from the North and the Global South.

**Keywords:** Right to housing, Stop Desahucios, Spain, Collaborative ethnography.

“No hay dolor más infinito, no hay dolor más inhumano que te echen de tu casa con las llaves en la mano”<sup>2</sup>

“La vivienda no es un lujo, es necesidad. Con agua, luz y gas; derecho universal”<sup>3</sup>. Assim dizia uma das diversas músicas que os ativistas cantavam, por baixo das suas máscaras FFP2, em protesto contra o despejo de uma família em frente a uma agência bancária na região central da cidade. O ano em que ocorre essa cena é 2021, a cidade em questão é Granada, na Espanha, e o contexto é de crise sanitária e econômica. Porém, um leitor apressado poderá dizer que, exceto pela língua, tal cena também poderia ser no Rio de Janeiro, cidade brasileira com graves desigualdades sociais e longa história de luta pelo direito à moradia.

Acompanhando há muitos anos os dilemas e as mobilizações de moradores de favelas cariocas, tive a oportunidade, em 2007, de conhecer razoavelmente as reflexões sobre o tema

2 Canção de protesto dos movimentos de luta pelo direito à moradia na Espanha, cuja tradução livre seria: “Não há dor mais infinita, não há dor mais desumana do que ser expulso de sua casa com as chaves na mão”.

3 “Moradia não é um luxo, é necessidade. Com água, luz e gás; direito universal.” (tradução livre).

também na França por ocasião de um estágio doutoral<sup>4</sup>, mas até recentemente sabia muito pouco a respeito do contexto espanhol. Basicamente, que esse país havia sido muito impactado pela crise financeira de 2008, e que o debate público em torno das *chabolas* e *barriadas* estava, assim como das *bidonvilles* e *cités* francesas, muito atrelado ao sensível tema da imigração. Com o intuito de compreender melhor a configuração social e política da luta por moradia na Espanha, resolvi então me candidatar, em 2020, a uma bolsa de mobilidade da Fundación Carolina. Para tanto, tive que buscar mais informações e trabalhos científicos que me fornecessem elementos mínimos para elaborar um pequeno projeto, assim como algum professor que pudesse me receber em uma das universidades contempladas pela convocatória.<sup>5</sup>

Como antropóloga e professora da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), venho investindo nos últimos anos no diálogo entre a antropologia urbana e o campo da educação através do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade (Nupec), coordenado por mim na universidade. Na ocasião da convocatória, estava conduzindo uma pesquisa sobre os impactos da remoção da favela Metrô-Mangueira, Zona Norte do Rio de Janeiro, na experiência escolar e cidadina das crianças e dos adolescentes atingidos. Ao conhecer os trabalhos da professora Aurora Álvarez Veinguer – do Departamento de Antropologia da Faculdade de Letras e Filosofia e do Instituto de Migrações da *Universidad de Granada* (UGR) – sobre o movimento *Stop Desahucios*, encontrei a possibilidade de fazer um exercício contrastivo, buscando compreender como se configuram o debate em torno do direito à moradia e dos processos de mobilidade residencial forçada nesse contexto, com ênfase nos seus impactos sobre as crianças granadinas.

De julho de 2020, quando meu pleito foi aprovado, até janeiro de 2021, quando iniciei meu estágio pós-doutoral, o mundo, porém, havia mudado consideravelmente e a circulação de pessoas entre países passou a ser vista com muita cautela. Com o agravamento da pandemia do novo coronavírus, a adoção de uma série de medidas sanitárias e a definição de novas restrições à entrada de estrangeiros, a viagem se tornou uma aventura ainda mais complexa.

Para além da burocracia excepcional que antecedeu a partida e da histórica nevasca com que fui recebida em Madri e quase me impediu de seguir para Granada, no sul do país, os desafios de se realizar a pesquisa com a universidade e o movimento social praticamente sem

---

4 Refiro-me à bolsa-sanduíche de um ano com a qual fui contemplada por um convênio Capes-Cofecub, coordenado à época pelos professores Roberto Kant de Lima, na Universidade Federal Fluminense, e Daniel Cefai, na Université Paris X – Nanterre. Uma parte do que pude apreender durante esse período foi reproduzida em artigo publicado na revista *Antropolítica* (FREIRE; GONÇALVES; SIMÕES, 2010).

5 Na edição de 2020, o *Programa movilidad de profesorado Brasil-España* previa a concessão de bolsas de um a três meses em 10 universidades da região de Andalucía.

atividades presenciais eram enormes. Ainda que me sentisse mais segura na mediana Granada do que na metrópole do Rio de Janeiro com relação à pandemia, sendo raro ver uma pessoa sem máscara protetora nas ruas ou uma autoridade pública minimizar a gravidade do vírus na televisão, a ansiedade diante do cenário de instabilidade e do que considerava pouco tempo para realizar a pesquisa também era inevitável.<sup>6</sup> Afinal, uma vez que as condições econômicas, políticas e sanitárias impactam a pesquisa em todas as áreas de conhecimento, as medidas de distanciamento social necessárias à prevenção dos contágios pelo Sars-CoV-2 afetam, de maneira incisiva, o ofício do antropólogo urbano, cujo trabalho se alimenta da presença, da circulação e da necessária interação com o outro na cidade.

Aos poucos, assumi que não poderia ter o controle da situação e que, se a conjuntura era de imprevisibilidade por que a pesquisa também não seria, já que se trata de um trabalho artesanal (MILLS, 1969), sujeito a mudanças e desvios? Através da mediação de uma colega brasileira que havia realizado seu doutorado em Sevilha, fui conseguindo tecer a minha rede de contatos na cidade e revisando a proposta original.<sup>7</sup> Ao tomar conhecimento de um protesto que seria realizado em frente a uma agência bancária, encontrei a oportunidade que precisava para me inserir no campo, passando a participar do movimento do *Stop Desahucios 15-M Granada* a fim de compreender suas motivações, críticas e estratégias de ação.

Este artigo tem, portanto, o propósito de refletir sobre esta experiência de pesquisa. Na primeira parte, apresento um panorama geral da atual crise habitacional espanhola, expondo alguns dados e características sobre os despejos da escala nacional à escala local. Na segunda parte, abordo a história, a organização e as ações do movimento *Stop Desahucios 15-M Granada*, a partir do trabalho de campo realizado, remota e presencialmente, junto aos seus integrantes

---

6 Embora não seja objeto deste artigo, a reflexão sobre a pandemia atravessou a minha estadia na Espanha. Cabe dizer que cheguei em Granada no dia 8 de janeiro de 2021, durante a chamada *tercera ola*, e que a Espanha, com seus 47 milhões de habitantes, havia sido um dos países europeus com maior número de óbitos (mais de 75 mil). Naquele momento, porém, o governo mostrava um grande esforço para gerir a crise, avançar o ritmo da vacinação e construir consensos em relação às medidas restritivas, ainda que as Comunidades Autônomas tivessem liberdade para tomar algumas decisões. Já no Brasil – com mais de 200 milhões de habitantes – o número de mortes diárias por Covid-19 crescia vertiginosamente e não havia ainda uma coordenação nacional efetiva para o enfrentamento da pandemia, fora as atitudes negacionistas do presidente Bolsonaro que, além de criarem tensões com governadores que propunham medidas mais rígidas, favoreceram a ocorrência de uma variante viral com maior poder de letalidade e o início tardio da vacinação. Uma conjuntura que contribuiu para que o país se tornasse, quando do meu retorno em abril, o epicentro da pandemia, com mais de 200 mil mortos, mesmo tendo um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo.

7 Aproveito para agradecer publicamente a Diana Bogado, Jose Malo e Juan Medela, que, numa cadeia sucessiva, contribuíram com informações preciosas e para que conhecesse Clara Martínez, quem, mais do que uma interlocutora privilegiada, se tornou uma querida amiga. Da Universidad de Granada, os professores Aurora Álvarez Veinguer, Nieves Ortega e Dario Ranocchiari e as doutorandas Rocío García Soto e Ariana Cota foram colaboradores e parceiros fundamentais durante esse período.

entre fevereiro e abril de 2021. Na terceira parte, discorro algumas ideias sobre a perspectiva da etnografia colaborativa, tendo como base o trabalho desenvolvido pela equipe de antropólogos da *Universidad de Granada* junto ao referido movimento social. Nas considerações finais, menciono alguns cruzamentos de olhares possíveis sobre a luta por moradia em Granada e no Rio de Janeiro e reflito sobre as potencialidades deste tipo de experiência internacional para descolonizar a antropologia e as relações acadêmicas entre pesquisadores do norte e do sul global.

## A CRISE HABITACIONAL ESPANHOLA

A precarização da moradia hoje na Espanha está diretamente ligada à crise econômica do final dos anos 2000 e aos ajustes que o governo espanhol realizou para contê-la, implementando medidas de socorro aos bancos ao mesmo tempo que promoveu cortes nas políticas sociais. Após um *boom* imobiliário, com a construção de um grande número de moradias e muito crédito disponível para compra de imóveis, o país vivenciou um colapso financeiro, provocando a saída dos fundos de investimentos e uma aguda crise hipotecária.

Conforme alerta Carretero (2015), não se pode compreender a bolha especulativa no mercado de imóveis espanhol – menor apenas do que a da Irlanda – sem entender como se geriu e organizou a transição da ditadura franquista para o regime democrático, com a cooptação dos principais partidos políticos pelos centros de poder internacional e a submissão dos governos aos interesses estrangeiros para vislumbrar um rápido crescimento da economia. Alguns efeitos desse processo foram a privatização do setor bancário e o fortalecimento da concepção da moradia como um negócio.

De modo mais específico, a formação da bolha imobiliária, desde o final dos anos 1990, até o seu estouro, no final de 2007, tem sua origem em uma nefasta relação entre os bancos, em particular as *Cajas de Ahorros*<sup>8</sup>, os políticos e as construtoras. A combinação de fatores como a ampliação de crédito e benefícios fiscais para a aquisição de imóveis<sup>9</sup>, o aumento dos preços

---

8 Semelhante à brasileira Caixa Econômica Federal, as *Cajas de Ahorros* são instituições financeiras que tem como finalidade atender a necessidades sociais e gerir poupanças de famílias e pequenas empresas sem caráter lucrativo, ainda que agindo segundo critérios de mercado.

9 Miramar (2015) menciona que, entre 1997 e 2005, se compraram e venderam cerca de nove milhões de moradias na Espanha. Em termos de comparação, Carretero (2015) descreve que, nesse período, se construíram na Espanha mais apartamentos do que em Alemanha e França juntos, países mais ricos e com uma população três vezes maior do que a espanhola.

dos imóveis muito acima da inflação<sup>10</sup>, a requalificação do solo urbano e a especulação imobiliária acabou gerando, segundo Carretero (2015, p. 34), “[...] uno de los mayores saqueos de la historia moderna de una población por parte de una minoría”.<sup>11</sup>

Com o recrudescimento do neoliberalismo e a ausência de controle governamental do mercado de habitação, somado às altas taxas de desemprego e aos baixos salários, milhares de famílias de classe média e trabalhadores em geral, incluindo autônomos e pequenos empresários, não tiveram condições de arrendar suas residências ou de pagar os aluguéis e passaram a ser sumariamente despejados. Além de perderem suas moradias, tais cidadãos eram ainda culpabilizados por sua condição através de um cruel processo midiático que os acusava de estarem querendo viver acima de suas possibilidades.<sup>12</sup> Apesar de o governo ter declarado, em 2014, a saída da crise econômica, o número de despejos na Espanha não parou de crescer até 2017, identificando-se um decréscimo apenas nos três últimos anos.

O caso de Barcelona é bastante emblemático, pois evidencia as consequências dramáticas de um modelo de *city marketing*, marcado ainda pela colonização urbana do centro histórico e pelo turismo predatório, como mostram, por exemplo, os trabalhos dos antropólogos Manuel Delgado (2007) e Miquel González (2014). Não à toa, Barcelona tem sido também uma das cidades onde os movimentos de luta pelo direito à moradia tem ganhado mais força e visibilidade, passando inclusive a ser governada, em 2015, pela ativista Ada Colau, que durante sua posse declarou dar prioridade à habitação social e evitar a monocultura turística.<sup>13</sup> O contraste entre Barcelona e Rio de Janeiro já havia, aliás, sido objeto de um evento acadêmico e de uma coletânea organizada por mim e outros colegas do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da interlocução com pesquisadores do Observatori d’Antropologia del conflicte Urbà (OACU), coordenado pelo professor Manuel Delgado.<sup>14</sup> Refletir sobre essas questões a partir da realidade de uma cidade média do sul da Espanha, mas também inserida no mercado turístico internacional, constituiria um novo desafio analítico.

---

10 Somente entre os anos 2000 e 2005, o preço médio da moradia na Espanha subiu 180%, havendo um aumento de mais 50% entre 2005 e 2009 (SOTO, 2021).

11 “Um dos maiores saques da história moderna de uma população por parte de uma minoria.” (tradução livre).

12 A coletânea *Tu casa n es tuya, es del banco* (MIRAMAR, 2015) apresenta vários exemplos desse discurso de culpabilização dos cidadãos e procura dar uma resposta a ele, reconstituindo o processo histórico de formação da bolha imobiliária e explicitando os reais atores responsáveis pela crise habitacional espanhola.

13 Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/internacional/1434209557\\_328035.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/13/internacional/1434209557_328035.html). Acesso em: 24 mar. 2021.

14 Cf. Cunha *et al*, 2016.

Desde a Constituição de 1978, o Estado espanhol divide-se política e administrativa-mente em 17 Comunidades Autônomas, as quais se somam as cidades autônomas de Ceuta e Melilha, situadas no norte do continente africano. Enquanto Barcelona é a capital da Comuni-dade Autônoma de Catalunha, a segunda cidade mais populosa no país (1.228.479 habitantes) e a que recebe maior número de turistas, Granada faz parte da Comunidade Autônoma de Andalu-zia e possui 232.462 habitantes distribuídos por 88km<sup>2</sup>, apesar de também ser uma das cidades espanholas mais visitadas.

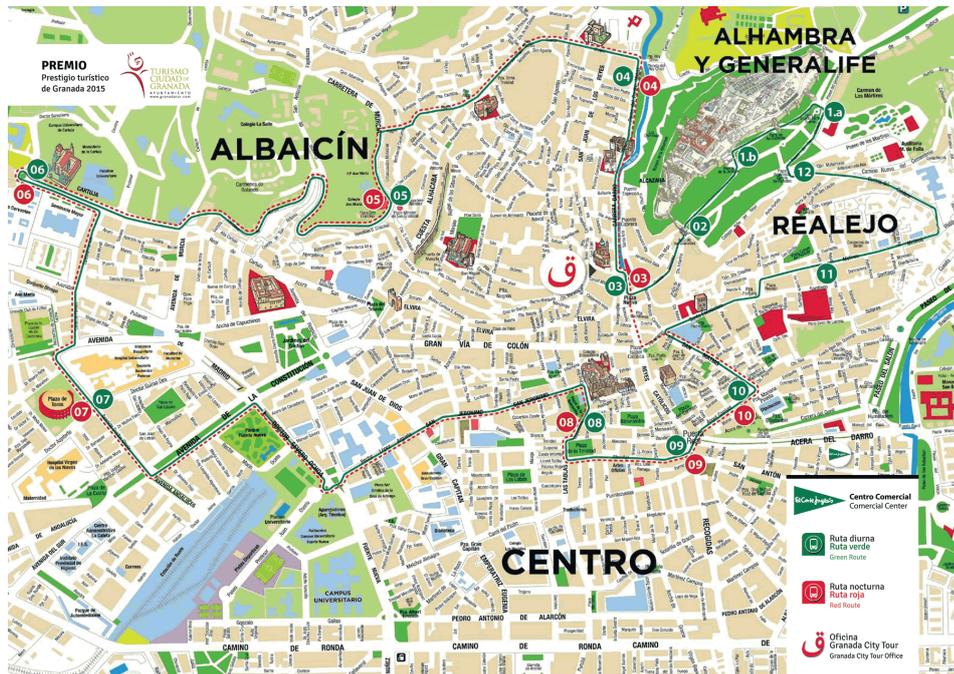
Granada é a capital da província homônima e seu prestígio advém de seu patrimônio histórico, arquitetônico e literário. Durante oito séculos Granada esteve sob dominação muçul-mana, tendo sido a capital dos reinos Zirida (século XI) e Nasrida (séculos XIII a XV). Após a conquista dos Reis Católicos, em 1492, passou a ser a cidade espanhola com mais igrejas, conventos e mosteiros durante os séculos XVI e XVII e manteve-se como capital do reino castelhano de Granada até 1833, quando o país foi finalmente dividido em províncias.

As disputas entre muçulmanos e católicos se inscrevem no espaço físico da cidade, o que a confere uma riqueza cultural ímpar. Os dois grandes símbolos arquitetônicos da estética e dos valores representados pelos domínios dessas religiões são: de um lado, a famosa Alhambra, um conjunto de exuberantes palácios onde residia o monarca e a corte muçulmanos, incluindo a fortaleza e os jardins de Generalife, e, de outro, a imponente Catedral de Granada, primeira igreja renascentista construída no país, incluindo a Capilla Real, onde estão as sepulturas dos reis católicos. Capital do último reino muçulmano na Espanha, situada a cerca de uma hora do mar mediterrâneo e da estação de esqui da Sierra Nevada, terra do poeta Federico García Lorca e sede de uma das maiores universidades espanholas<sup>15</sup>, Granada já se destacava como destino turístico e universitário antes da construção do seu aeroporto, em 1973.

---

15 Herdeira da madraça, inaugurada em 1349 durante o último reino Nazarí, a Universidad de Granada foi oficialmente fundada em 1531 pelo rei da Espanha Carlos I e está entre as que possuem o maior número de alunos no país, inclusive estrangeiros.

Figura 1. Mapa turístico de Granada, com destaque para Alhambra e Generalife



Fonte: <https://cdn.civitatis.com/espana/madrid/galeria/mapa-tren-turistico-granada.jpg>.

Ao chegar a Granada, passei a residir em um apartamento mobiliado em um edifício de uso misto na área central, dispondo de uma variedade de comércios ao redor e podendo me locomover por quase toda a cidade a pé. Quando necessitava pegar metrô ou ônibus, as dificuldades não eram nem de perto aquelas enfrentadas pela maioria da população carioca. Para muitos moradores, porém, estar fisicamente no centro não significava “estar” em Granada. Como em muitas cidades onde a segregação urbana é imperiosa, era comum, por exemplo, moradores de Almanjáyar, na Zona Norte, ou mesmo de Zaidín, um bairro operário a menos de 3km do centro histórico, dizerem que iam “para Granada” quando tratavam de se deslocar até o centro da cidade. Situação semelhante ocorria quando moradores dos bairros mais nobres e turísticos, como Albaicín e Realejo, se referiam a Almanjáyar (a cerca de 4km do centro histórico) como sendo “fora” de Granada. Na prática, era como se fossem duas Granadas: a dos turistas e das classes média e alta e a dos imigrantes e das classes populares.

A leitura de alguns trabalhos de geografia e antropologia urbana (MAUREL, 1988 [1956]; MEDELA; MONTAÑO, 2009; MEDELA; COTA; MONTAÑO, 2018) me ajudou a compreender que as representações sociais de distintas regiões eram reflexo das transformações urbanas vividas pela cidade nas últimas décadas. A estigmatização de bairros populares da Zona Norte de Granada, como Almanjáyar, Cartuja e La Paz, ocorreu ao mesmo tempo que

antigos bairros da área central, como Albaicín e Sacromonte, se enobreceram, sendo diretamente impactos pelo reconhecimento do conjunto arquitetônico da Alhambra como Patrimônio da Humanidade, em 1984, e pelo crescimento vertiginoso do turismo na cidade desde então. Conhecer essa dinâmica urbana era importante também para compreender melhor os problemas e os desafios em relação à moradia em Granada.

Além da segregação urbana, as dificuldades enfrentadas por uma parcela significativa da população para ter seu direito à moradia digna garantido, mesmo durante a pandemia, são acentuadas tanto no Rio de Janeiro quanto em Granada, apesar de serem contextos nos quais as escalas, os embates e as lutas possuam configurações distintas. Com a agudização da crise econômica, os despejos e as dificuldades de muitas famílias arcarem com os custos do aluguel e da hipoteca tornavam-se um problema público ainda mais visível e esse contexto também trazia implicações muito particulares na luta pelo direito à moradia em Granada.

Em um dos trabalhos sobre esse tema, Veinguer e Sebastiani (2019) descrevem o fenômeno dos despejos ocorridos na cidade ao longo de uma década (2008-2017), apontando que, embora a Constituição espanhola afirme o direito de toda pessoa a uma moradia digna, as políticas implementadas pelo governo vêm desrespeitando totalmente esse princípio. Desde o início da crise financeira até o começo de 2013, ocorreram mais de 350.000 despejos na Espanha, majoritariamente em Andaluzia, Catalunha, Comunidade Valenciana e Madri, sendo a região de Andaluzia a mais afetada, desde 2007, pelos despejos por falta de pagamento de hipoteca. Somente na província de Granada foram 1.167 despejos realizados em 2013, 1.147 em 2014, 1.408 em 2015, 1.358 em 2016 e 1.339 em 2017, mantendo-se uma média de mais de 1.000 famílias por ano desabrigadas (CGPJ, 2018 apud VEINGUER; SEBASTIANI, 2019).<sup>16</sup> Além da execução hipotecária, há despejos por falta de pagamento de aluguel e de famílias que, por falta de opções, ocupam apartamentos ociosos na cidade, a maioria de propriedade de bancos privados.

Com a pandemia e as medidas sanitárias necessárias para prevenir os contágios, a questão habitacional tornou-se ainda mais urgente. Segundo dados do Consejo General del Poder Judicial (CGPJ)<sup>17</sup>, a suspensão provisória dos prazos judiciais das ações contra pessoas economicamente vulneráveis implicou uma redução de 45,6% do total de despejos em relação a 2019, quando se registraram 54.006 despejos no país. Ainda assim, 29.406 famílias perderam

---

16 CONSEJO GENERAL DEL PODER JUDICIAL. **Datos sobre el efecto de la crisis en los órganos judiciales.** Madrid: Consejo General del Poder Judicial, 2018. Disponível em: [poderjudicial.es/cgpj/es/Temas/Estadistica-Judicial/Estudios-e-Informes/Efecto-dela-Crisis-en-los-organos-judiciales/](http://poderjudicial.es/cgpj/es/Temas/Estadistica-Judicial/Estudios-e-Informes/Efecto-dela-Crisis-en-los-organos-judiciales/). Acesso em: 05 nov. 2021.

17 Disponível em: <https://www.newtral.es/desahucios-2020/20210304/>. Acesso em: 14 out. 2021.

suas moradias na Espanha em 2020, sendo a Comunidade Autônoma de Andaluzia novamente a região mais afetada, com 4.517 despejos. Na cidade de Granada, os dados apontam a ocorrência de 297 famílias despejadas ao longo de 2020. Sob pressão de movimentos sociais e organizações de direitos humanos, apenas em 22 de dezembro de 2020 o governo decretou a suspensão de todos os despejos, deixando claro se tratar de uma medida excepcional que só estaria vigente durante o terceiro *estado de alarma*, até 9 de maio de 2021. Todavia, o trabalho de campo realizado junto ao movimento de luta pelo direito à moradia em Granada evidenciou que mesmo essa medida não foi capaz de interromper totalmente as ações de despejos na cidade.

Acrescenta-se ainda o fato de a região de Andaluzia ser receptora de um grande número de imigrantes, inclusive crianças desacompanhadas, provenientes sobretudo do Marrocos. Granada é uma das províncias com o maior número de centros de acolhimento e proteção a crianças imigrantes e o fechamento de fronteiras por conta da pandemia, ao contrário do que se poderia pensar, não reduziu o número de entradas irregulares na Espanha.<sup>18</sup> Sendo a questão da imigração, há vários anos, um dos problemas públicos mais discutidos na Europa, suscitando uma série de polêmicas, representações e preconceitos, a pandemia colocou no radar a urgente necessidade de acolhimento, proteção e educação das crianças. Acompanhando as ações do *Stop Desahucios 15-M Granada*, pude perceber que uma parte significativa das famílias vulneráveis com relação à moradia era constituída por imigrantes ou descendentes de imigrantes, mesmo em situação regular no país, o que dizia muito sobre a heterogênea composição populacional da Espanha e os desafios políticos para garantir os direitos constitucionais a todos os seus cidadãos.

## O MOVIMENTO STOP DESAHUCIOS GRANADA 15-M

A origem do *Stop Desahucios* (SD) vincula-se à conjuntura histórica descrita anteriormente, estando em particular relacionada às grandes manifestações que tomaram as ruas do país em 15 de maio de 2011 (movimento que ficou conhecido como *15-M* e *Indignados*), rei-

---

18 Enquanto em 2019 registrou-se a entrada de 26.103 pessoas por via marítima na Espanha, em 2020 o registro foi de 41.094 pessoas, com aumento considerável nas Ilhas Canárias, segundo dados apresentados por Angeles Solares Corella, catedrática de filosofia do direito da Universidad de Valencia, no Congreso Internacional Migraciones y Pandemia Global, organizado pelo Instituto de Migraciones, pela Facultad de Derecho e pela Escuela de Postgrado da Universidad de Granada, em parceria com a Universidad de Jaén e a Universidad Pablo de Olavide, em fevereiro de 2021.

vindicando mudanças na política espanhola e expressando a insatisfação da população com as medidas adotadas pelo governo para enfrentar a crise de 2008. Como vimos, com o aumento exponencial do desemprego e da pobreza, começaram a chover ações judiciais de despejo e a crescer o número de famílias endividadas, afetadas por cláusulas abusivas da hipoteca e pela ausência de regulação estatal dos preços dos aluguéis. A literatura crítica ajuda a compreender, contudo, que esse drama não foi causado por uma crise inesperada, mas por uma “fraude”, como passou a ser denunciada pelos manifestantes do 15-M, já que as consequências do processo eram previsíveis e vinham sendo alertadas há anos por especialistas.

Foi naquele momento de grande contestação política que a *Plataforma de los Afectados por la Hipoteca* (PAH), criada em 2009 em Barcelona, ganhou destaque na luta contra os despejos decorrentes de problemas hipotecários, motivando o surgimento e o fortalecimento de outras iniciativas desse tipo no país. Em Granada, ativistas que participavam dos protestos de 2011 então organizaram o movimento local *Stop Desahucios Granada 15-M* (SDG) para lutar pela moradia como direito fundamental, acolhendo e prestando auxílio, de forma gratuita, às famílias ameaçadas de despejo ou em dificuldades habitacionais. Segundo Soto (2021), apenas em seu primeiro ano, o coletivo atendeu mais de 70 famílias, conseguindo paralisar 14 ações de despejos.

Cabe mencionar que o procedimento de execução hipotecária é extremamente inquisitorial e que quase não há opções de defesa para os afetados, tendo em vista que, diferentemente de muitos países, o artigo 105 da lei hipotecária espanhola não prevê a *dación en pago*, ou seja, a anulação da dívida mediante a perda do imóvel, mantendo a responsabilidade penal do devedor e inviabilizando um novo recomeço das famílias.<sup>19</sup> É nesse contexto que a PAH e o SD se constituíram como os maiores movimentos sociais que surgiram para organizar a luta pelo direito à moradia na Espanha, atuando de maneira articulada em diversas cidades e regiões do país. Entre suas pautas principais, estão a alteração da legislação hipotecária e a aprovação da Ley de Vivienda, adotando uma série de medidas para garantir o acesso da população mais vulnerável à habitação.<sup>20</sup>

---

19 Diz literalmente o artigo 105 da lei hipotecária espanhola: “La hipoteca podrá constituirse en garantía de toda clase de obligaciones y no alterará la responsabilidad personal ilimitada del deudor que establece el artículo 1911 del *Código Civil*” (ESPAÑA, 1946).

20 Seis meses depois de meu retorno ao Brasil, em 7 de outubro de 2021, o presidente do governo Pedro Sánchez anunciou a existência de um acordo, após mais de um ano de negociação, entre o Partido Socialista Operário (PSOE) e o Unidas Podemos a respeito da *Ley de Vivienda*, prevendo, entre outros, a penalização de proprietários de imóveis ociosos e a regulação dos preços dos aluguéis. Para mais detalhes, ver: <https://www.elmundo.es/economia/vivienda/2021/10/05/615c268de4d4d802688b45c2.html>.

Inspirados na histórica greve de alugueiros de 1931 em Barcelona e na experiência mais recente da PAH e do SD, outros movimentos sociais voltados para o problema específico dos alugueiros surgiram em 2017, como o Sindicat de Llogaters, em Barcelona, e o Sindicato de Inquilinas e Inquilinos de Madrid, na capital do país. Em Granada, descobri a existência da Casa de Paso – Sindicato de Inquilinas e Inquilinos de Granada, mas durante a minha estadia não vi nenhuma ação do movimento na cidade ou menção a ele nas assembleias do SDG, onde, de fato, se concentrou a minha pesquisa. Ao entrar em contato por correio eletrônico com a organização, informaram-me que o Sindicato de Inquilinas e Inquilinos de Granada e o Stop Desahucios Granada 15-M se assemelham em termos de organização e de atuação, mas consistem em coletivos sociais independentes que colaboram conjuntamente em casos que envolvam aluguel. Segundo a pessoa responsável, a principal diferença é que o Stop Desahucios Granada 15-M é um coletivo mais consolidado, motivo pelo qual, apesar da pandemia, vinha seguindo com suas atividades enquanto que a atividade do Sindicato de Inquilinas e Inquilinos estava, naquele momento, reduzida ao assessoramento à distância das famílias, à realização de oficinas de autodefesa para inquilinos e ao apoio a campanhas pela regulação dos preços dos alugueiros.

Um caso bastante simbólico em Granada quanto ao problema dos alugueiros é o de uma *casa de paso*<sup>21</sup> do século XVII conhecida como *Casa del Aire*, cujos moradores lutaram por quase uma década contra a especulação imobiliária e por seu direito à moradia no Albaicín – bairro tombado, em 1994, como Patrimônio da Humanidade (GEA, 2016). Uma das últimas inquilinas do antigo casarão, a professora aposentada Clara Martínez, tornou-se uma das mais importantes ativistas na cidade e, por um feliz acaso, a principal interlocutora e parceira na pesquisa, possibilitando a minha integração ao SDG. A partir daí, comecei a participar dos atos públicos, as chamadas *accións*, e das assembleias semanais que, por conta da pandemia, ocorriam provisoriamente por meio do aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*.

A despeito do caráter, para mim, inicialmente inusitado, acompanhar as assembleias do grupo de maneira remota mostrou-se como uma atividade que apresentava vantagens e desvantagens para a pesquisa etnográfica, obrigando-me a enfrentar novos desafios e desenvolver outras habilidades. De um lado, a interação pelo *WhatsApp* não me permitia ver as expressões e gestos dos seus integrantes; de outro, me possibilitava maior compreensão das discussões realizadas, uma vez que as mensagens e áudios ficavam registrados e podiam ser consultados posteriormente, dissipando dúvidas e dificuldades linguísticas. Ao participar das *accións*

---

21 Imóvel que conecta duas ruas com diferentes alturas. No Albaicín, bairro situado em uma parte elevada da cidade e repleto de ladeiras, a *Casa del Aire* possuía um acesso pela *calle Elvira* e outro pela *ladera Zenete*. Após a expulsão dos moradores, o imóvel segue em litígio judicial e sendo a última *casa de paso* existente no bairro.

convocadas regularmente pelo movimento, o trabalho de campo se expandiu, permitindo-me interagir pessoalmente com os integrantes e aprofundar as minhas observações sobre o coletivo. Assim como Whyte (2005) narra sua relação com Doc durante sua pesquisa em Corneville, a amizade e o apoio de Clara foram fundamentais para a minha inserção e permanência no grupo, fazendo com que fosse vista como alguém que estava ali não para ameaçar, mas para colaborar com sua luta.

A entrada no campo através da equipe da UGR foi mais gradual, talvez pelos cuidados em não exporem os integrantes do movimento – muitos deles idosos – a situações de risco sanitário ou pelos desconhecimentos que ainda pairavam sobre mim, mas quando passei a encontrá-los nas *accions* fui conquistando maior confiança e passei a ser apresentada a outros integrantes. Enquanto a equipe da UGR trabalhava principalmente com membros da assembleia do bairro Zaidín, Clara integrava a assembleia do centro. Assim, ter tido a oportunidade de participar de atividades dos dois grupos me possibilitou não apenas ter uma visão mais ampla das questões que envolviam o tema da moradia em Granada, mas também das parcerias e conflitos entre as duas assembleias.

O SDG se define como um movimento sociopolítico e apartidário que tem, entre seus princípios, a organização coletiva, baseada na tomada de decisões por meio das assembleias, na socialização das informações, no compartilhamento de tarefas e responsabilidades. Na província de Granada, o movimento é organizado em 10 *asambleas de zona*, que reúnem os moradores da localidade ou bairro, assim como das localidades ou bairros próximos que não possuem assembleia própria: Centro, Zaidín, La Rubia, Armilla, Motril, Sabobreña, Almunécar-La Heradura, Atarfe, Pulianas y Asamblea Norte, esta última abarcando os municípios de Benalúa, Lanteira, Guadix e Baza. Na capital da província, as ações de protesto nos espaços públicos eram unificadas e planejadas por um grupo de trabalho do qual participavam membros das duas assembleias da capital da província. Havia ainda uma assembleia geral, que costumava reunir ao menos uma vez por trimestre os coordenadores de todas as assembleias da província (STOP DESAHUCIOS GRANADA 15-M, 2017).

Internamente, o grupo se dividia entre os “afetados”, aqueles que buscavam o movimento por conta de algum problema habitacional, e os “voluntários”, aqueles que colocavam seu tempo e seu conhecimento à disposição para auxiliar as famílias, atuando em distintos grupos de trabalho. O número de integrantes oscilava bastante, em função das disponibilidades e das demandas, mas existia um núcleo de pessoas que permaneciam há vários anos em funções estratégicas. Para cada família que chegava ali era aplicado um protocolo para coleta dos dados básicos referentes à sua situação. Tornando-se um “caso”, esse seria acompanhado de perto por

alguns companheiros do grupo, em particular pelos advogados voluntários. A cada assembleia semanal, as informações sobre os casos eram atualizadas e os próximos passos para viabilizar sua resolução eram discutidos. Uma das atividades mais recorrentes do grupo fora do espaço da assembleia era o acompanhamento dos afetados às entidades bancárias com as quais estivessem negociando seu problema, sendo essa *acción* ao mesmo tempo um protesto contra as situações de injustiça, uma forma de pressão sobre os bancos e uma demonstração de apoio às pessoas que buscavam uma solução para suas famílias.

Em março de 2021, pude participar de quatro *acciones* do SDG na cidade, três delas em entidades bancárias. Geralmente, elas ocorriam às quintas-feiras pela manhã e iniciavam com a concentração dos ativistas (entre 12 e 25 pessoas) em uma praça no centro de Granada e de lá seguiam até a porta de uma ou várias agências bancárias. Após se posicionarem na calçada com as faixas, cartazes e equipamento de som, um ou dois afetados entravam na agência acompanhados de membros do movimento capacitados para lhes auxiliar na negociação de seus casos. Durante todo o tempo em que o(s) afetado(s) e o apoiador(es) passavam no interior da agência, os demais ativistas ficavam do lado de fora, cantando canções de protesto, gritando palavras de ordem e denunciando o não cumprimento do Código de Boas Práticas (regulado pelo Decreto Real - Lei 6/2012), que estabelece medidas urgentes de proteção a devedores hipotecários sem recursos.

### Figuras 2 e 3. Ação do SDG em frente a uma agência bancária



Fonte: Leticia de Luna Freire, 2021.

Outra ação do movimento que pude acompanhar foi na Agencia de Vivienda y Rehabi-

litación de Andalucía (AVRA), responsável pelo desenvolvimento das políticas de moradia e solo da Comunidade Autônoma de Andaluzia.<sup>22</sup> Nesse dia, a ação visava conseguir uma reunião para negociar solução para sete famílias que viviam em moradias geridas pela AVRA. Entre elas, a família de Raquel – grávida de seis meses, casada e mãe de um menino de sete anos, estando ela e o marido à época enfermos de Covid-19 – e a família de Anabel – grávida de oito meses, casada e mãe de uma menina de dois anos – ambas com ordens de despejo administrativo emitidas pela própria agência.<sup>23</sup> Apesar de essa *acción* ter um número menor de manifestantes e eles estarem sem os usuais objetos de protesto (faixas, camisetas, etc.), foi convocada a imprensa para dar repercussão às demandas, como também ocorreu em uma das *acciones* em entidades bancárias, cujo foco era a situação de duas mulheres que viviam apenas com suas crianças pequenas e estavam sob ameaça de despejo.

Figuras 4 e 5. Cartazes de divulgação de acciones do SDG



Fonte: Stop Desahucios Granada 15-M, 2021.

Após uma dessas *acciones*, pude ainda acompanhar um grupo de quatro mulheres (duas afetadas e duas apoiadoras) que se dirigiu ao interior de outra agência bancária para buscar uma solução para o problema habitacional de um casal homoafetivo (uma mãe de três crianças e a outra grávida de cinco meses). Elas e as crianças viviam em um apartamento do banco Caja-

<sup>22</sup> A fim de cobrir as necessidades de intervenção derivadas da Lei nº 4/2013, que estabelece medidas para assegurar a “função social da moradia”, a agência é responsável pela gestão, controle e registro das fianças dos contratos de arrendamento e subarrendamento de moradia e de uso distinto de moradia e de fornecimento correspondentes aos imóveis situados no âmbito da Comunidade Autônoma de Andaluzia. Sobre a AVRA, ver: [https://www.juntadeandalucia.es/avra/opencms/areas/Informacion\\_institucional/index.html](https://www.juntadeandalucia.es/avra/opencms/areas/Informacion_institucional/index.html).

<sup>23</sup> Ao mencionar casos dos afetados, utilizo aqui nomes fictícios.

mar, adquirido pelo ex-marido de uma delas através da hipoteca. Depois que ele foi preso por violência de gênero, abandonou a casa e os filhos. Há cinco anos as duas viviam juntas com as crianças no imóvel, recuperando aos poucos sua infraestrutura. Com uma ordem de despejo emitida por falta de pagamento da hipoteca, elas tentavam negociar um valor de aluguel compatível com sua condição financeira (ambas sem emprego fixo) para não perderem a moradia. Sem expor aqui mais detalhes etnográficos, essa ocasião serviu para que eu pudesse entender melhor os meandros dessas longas negociações face a face com funcionários dos bancos e a importância do apoio às famílias em situações caracterizadas por extrema desigualdade de condições.

De maneira geral, os casos de famílias com crianças se destacavam, pois feriam não apenas o direito à moradia, mas também os direitos de proteção à infância igualmente previstos na legislação. Em boa parte desses casos, tratavam-se de mulheres que criavam sozinhas seus filhos e que não podiam ser simplesmente despejadas sem ter uma alternativa de moradia digna. Ao mesmo tempo, eram casos que sensibilizam mais facilmente a opinião pública para o grave problema da moradia.

Embora previsse, em meu plano de trabalho inicial, pesquisar o impacto dos despejos sobre as crianças, foi extremamente difícil ter contato com elas, seja por conta do contexto de pandemia, seja por conta do curto tempo disponível para consolidar as necessárias relações de confiança no campo. As informações que obtive sobre as crianças, portanto, foram predominantemente coletadas em materiais produzidos pelo movimento e em conversas com alguns responsáveis quando eles estavam sendo assessorados ou participando das *acciones*. Normalmente, as mães diziam que sofrer um despejo implicaria “mudar tudo” na vida da família, afetando inclusive as crianças, pois não possuíam alternativas habitacionais que pudessem garantir alguma estabilidade à sua rotina, incluindo a vida escolar. Conforme descreve López (2015), ao entrevistar uma assistente social de Madri, a falta de renda para arcar com custos básicos de moradia e alimentação desorganiza muito a vida das famílias, atingindo diretamente as crianças, que durante seu curso escolar chegam a passar por cinco moradias distintas, não possuindo espaços adequados para o estudo nem renda para comprar os materiais escolares, sem contar os danos psicológicos provocados pelos despejos.

Marta foi a única das mães com quem consegui fazer uma longa entrevista em sua residência, no município de Churriana de la Vega, na província de Granada, a cerca de 7km da capital. Ela era equatoriana, tinha 37 anos e migrou com os pais para a Espanha ainda criança. Alguns anos depois, seu pai retornou ao Equador e ela, sua mãe e sua irmã permaneceram em Granada. Na cidade, morou no bairro de Zaidín e teve vários empregos no setor de serviços. Devido às dificuldades financeiras para pagar o aluguel em Granada, sua mãe e sua irmã muda-

ram-se para um prédio em Churriana de la Vega, onde o custo de vida era menor. Acompanhando sua família, Marta, seu marido (também equatoriano) e dois filhos ocuparam, em 2014, um dos apartamentos vazios do mesmo prédio que pertencia ao banco Sabadell, fazendo aos poucos todos os investimentos necessários para obter água, luz e calefação. Dois anos depois, receberam a primeira ordem de despejo e, desde então, sua família vinha sendo assessorada pelo SDG para negociar um pagamento de aluguel para o banco compatível com sua renda e garantir sua permanência no apartamento.

Separada e desempregada, Marta sustentava naquele momento seus três filhos (de 11, oito e seis anos) com o auxílio de 450 euros mensais que recebia do governo. A última ordem de despejo tinha sido de setembro de 2020 e a instabilidade da moradia gerava uma tensão constante, que afetava também seus filhos. As crianças temiam o que iria acontecer, perguntavam para onde iriam e ela procurava fazê-los entender o problema, mas não percebia impactos negativos na escola. Mesmo morando em Churriana de la Vega, as crianças seguiam estudando em uma escola pública em Zaidín, a qual, segundo Marta, era de ótima qualidade. As crianças confirmaram gostar da escola, mas não participaram diretamente da conversa, distraíndo-se em brincadeiras. Para Marta, integrar o SDG foi importante porque “abriu os seus olhos” e fez perceber que, longe de se considerar culpada pelo seu infortúnio, sua situação era semelhante à de muitos outros cidadãos no país.

Tal como a PAH, o SD surgiu tendo como foco as famílias afetadas pela hipoteca, mas hoje também apoia famílias que ocupam imóveis dos bancos. Diferentemente do Rio de Janeiro, em que as ocupações são geralmente realizadas por movimentos sociais organizados e em prédios públicos vazios, em Granada elas são realizadas pelas próprias famílias em necessidade, com ajuda ou não de terceiros, sempre em imóveis de propriedade dos bancos. Após um tempo de ocupação que pode se estender até dois ou três anos, os bancos costumam reivindicar o imóvel e acionam a justiça para despejar as famílias. Essas famílias, por sua vez, buscam negociar o pagamento de um aluguel que lhes permitam permanecer no imóvel, recebendo todo o apoio jurídico e social dos membros do SDG nessa negociação ou na busca de alternativas habitacionais.

Chamou a minha atenção o fato de que, diferentemente do Brasil, onde a luta pelo direito à moradia está muito pautada pelas ocupações e favelas, no SDG o tema das *chabolas* – barracos existentes em maior proporção na região metropolitana de Madri, ainda que em quantidade muito inferior ao Rio de Janeiro – sequer era abordado, sendo a causa geralmente abraçada pelos movimentos sociais de direitos humanos e pelas organizações filantrópicas, que também se dedicavam a cobrar do poder público soluções para as pessoas sem-teto que dormiam nas ruas.

Durante os meus três meses de pesquisa, não identifiquei assentamentos populares informais ao redor de Granada, exceto o caso de duas famílias com crianças que residiam em barracos construídos improvisadamente em *Cortijo de la Nocla* – propriedade compartilhada entre a Prefeitura e o Arcebispado de Granada – e que foram ameaçadas de despejo no final de janeiro de 2021. Ainda assim, quando uma moça assistida pelo movimento compartilhou uma matéria sobre isso no grupo do *WhatsApp* do SDG, em meio a uma discussão sobre o caso de uma família ameaçada de despejo, outro integrante questionou o envio da matéria, dizendo que aquilo não tinha relação com a discussão que se fazia, criando, assim, um desentendimento, que fez com que a moça se sentisse incomodada e saísse espontaneamente do grupo.

Desentendimentos desse tipo, porém, não eram comuns e se contrapunham à maioria das manifestações dos afetados no grupo, que eram de confiança e gratidão pelo apoio jurídico e emocional recebido pelos integrantes. Além de conhecer suas ações, rotinas, formas de organização e conflitos internos, o trabalho de campo (presencial e virtual) junto aos integrantes do SDG me fez compreender que ele é muito mais do que um movimento social organizado. É um lugar de acolhimento, socialização e aprendizagem, não havendo, na prática, separação entre a dimensão afetiva e a ação política. Como Veinguer e Sebastiani (2019) analisam, ao tratar o problema habitacional de forma coletiva, mediante práticas de cuidado e de luta, o movimento SDG transforma sentimentos de solidão, vergonha e fracasso individual em agenciamentos coletivos, gerando uma política dos vínculos que transcende a dicotomia público-privado.

Como me relataram algumas das integrantes entrevistadas, a primeira coisa que ouviram ao procurar a ajuda do movimento social era que “não estavam sozinhas” e que “não eram culpadas” pela sua situação e esse acolhimento parecia ser um divisor de águas para as pessoas assistidas. A retribuição a tudo que receberiam ali em termos de assistência jurídica, apoio emocional e formação política viria, indiretamente, no acolhimento e no apoio que também prestariam aos que chegassem posteriormente em busca de ajuda. Muitos dos que integram o movimento hoje como voluntários estiveram no passado na condição de afetados. Se um dos princípios éticos do movimento é “ninguém paga, ninguém cobra”, a reciprocidade é, sem dúvida, um dos principais valores de coesão do grupo.

Foi seguindo essa lógica da reciprocidade, que organizei, juntamente com a professora Aurora Veinguer, o *Conversatorio sobre experiencias de lucha por el derecho a la vivienda en Granada y Río de Janeiro*. A atividade, realizada semipresencialmente no Instituto de Migraciones da UGR, visava criar um espaço de intercâmbio e troca de experiências entre pesquisadores e ativistas brasileiros e espanhóis em torno da luta pela moradia nas duas cidades.

Da UGR, participaram a professora Aurora e mais dois pesquisadores de sua equipe,

que falaram sobre o contexto histórico e social da crise da moradia na Espanha, passando por alguns marcadores jurídicos importantes, como a criação do Ministério da Moradia, em 1957, que fomentou a tendência privatista da moradia, o artigo 47 da Constituição, que estabeleceu a moradia como um direito, a lei do solo, de 1998, que tornou todo terreno não protegido edificável, até o atual debate em torno da iniciativa da nova lei da moradia. Do SDG, participaram quatro integrantes da assembleia de Zaidín, de diferentes idades, e Clara, da assembleia centro, que compartilharam suas experiências, a história do movimento, sua forma de organização e atuação na luta pelo direito à moradia na cidade. As falas dos integrantes foram extremamente esclarecedoras e destacaram a importância do acolhimento e da socialização política adquiridos no movimento. Nas assembleias, “as famílias vão aprendendo como lutar contra o banco”, disse um dos integrantes. “A assembleia é onde aprendemos a perder o medo. Ali aprendemos muitíssimo”, complementou outro. “A assembleia nos apodera”, disse a mais jovem. “Somos todos uma família”, acrescentou outra integrante, que, em momento posterior, comentou sobre o efeito terapêutico de sua participação no movimento.

Do Rio de Janeiro, eu apresentei alguns aspectos do contexto histórico e social do problema habitacional na cidade, ressaltando as diferenças de escalas entre a metrópole carioca e a cidade andaluza, a informalidade como forma de acesso à moradia pelos grupos mais vulneráveis e os impactos dos megaeventos esportivos na retomada da prática das remoções de favelas. Como exemplos, abordei os casos da favela Metrô-Mangueira, próxima ao estádio do Maracanã, e da Vila Autódromo, vizinha ao local escolhido para a construção do parque olímpico, a partir de minhas pesquisas. Participaram ainda, de maneira remota, duas integrantes do Museu das Remoções, a arquiteta Diana Bogado e a moradora Sandra Maria, falando, mais detidamente, sobre a experiência da Vila Autódromo, que se tornou símbolo da luta pela moradia na cidade. Construído de forma participativa, o Museu das Remoções foi uma das várias estratégias de resistência à remoção acionadas e passou a colaborar com a plataforma Museu de los Desplazados, criada em 2010 como ferramenta de reflexão coletiva sobre os conflitos associados aos processos de gentrificação.<sup>24</sup> Após a exposição de todos, houve um tempo disponível para a interlocução mais livre entre os grupos do Rio de Janeiro e de Granada.

Sem entrar em mais detalhes acerca do *Conversatorio*, queria apenas destacar que, embora ela tivesse sido concebida por mim, a forma como foi realizada pôde fomentar diálogos baseados numa relação horizontalizada entre pesquisadores e ativistas, expressando uma forma de fazer pesquisa que tem inspirado, de maneiras distintas, tanto a rede institucional da qual

---

24 Disponível em: <https://www.lefthandrotation.com/museodelosdesplazados/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

faço parte no Rio de Janeiro quanto o trabalho da equipe coordenada pela professora Aurora Veinguer na UGR. Ao final da atividade, emocionei-me ao receber de presente um *Guia de Formação do SDG* assinado pelos seus integrantes e com esta bela dedicatória: “A la ciudad de Rio de Janeiro, por el dolor, sufrimiento y daño psicológico al que estan sometidas por la especulación de la vivienda”.<sup>25</sup> Mais do que as nossas qualidades pessoais, foram as distintas experiências ali compartilhadas de violência, humilhação e injustiça vividas por cidadãos cariocas e granadinos que nos aproximaram.

## A ETNOGRAFIA COLABORATIVA

Embora as práticas de pesquisa da equipe da UGR se assemelhassem muito às que eu e muitos colegas realizávamos no Brasil, foi no contato com os antropólogos granadinos que ouvi, pela primeira vez, a terminologia “etnografia colaborativa”. De acordo com Soto (2021), a etnografia colaborativa tem suas raízes em diferentes experiências, desenvolvidas a partir dos anos 1970 nas Ciências Sociais, que rompem com a separação entre pesquisador e objeto de estudo através do estabelecimento de um compromisso e da construção coletiva de conhecimento junto a grupos sociais vulneráveis, como a pesquisa ação participativa, as epistemologias feministas, a pesquisa ativista/militante e as epistemologias do Sul. Na América Latina, as etnografias colaborativas têm sido muito voltadas para comunidades indígenas e afrodescendentes, mas essa abordagem também pode ser identificada em diversos trabalhos desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos no final do século XX (GÓMEZ-PELLÓN, 2020).<sup>26</sup>

Não é novidade dizer que a colaboração é uma das condições mais básicas da prática etnográfica. Sem a disposição intelectual e corporal do etnógrafo em interagir, compreender e aprender com o outro, sua pesquisa estaria certamente condenada ao insucesso. Sem se envolver com os outros e envolver os outros na sua pesquisa, conquistando a sua confiança e colaboração, todos os esforços para produzir conhecimentos sobre a realidade estudada teria sido em vão.

---

25 “À cidade do Rio de Janeiro, pela dor, sofrimento e dano psicológico a que estão submetidas pela especulação imobiliária da moradia.” (tradução livre).

26 Para um panorama histórico mais completo sobre etnografia colaborativa e ativista, ver o dossiê publicado na *Revista da Asociación Iberoamericana de Antropología* (GÓMEZ-PELLÓN, 2020) e a coletânea publicada pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (VEINGUER; LOZANO; DIETZ, 2020).

A etnografia colaborativa, contudo, fundamenta-se no princípio de que todo o processo de pesquisa (formulação do desenho, coleta dos dados, interpretação e análise) deve ser realizado junto com os sujeitos nela envolvidos. Colaborar aqui implica não apenas em o antropólogo se comprometer com as pessoas, os grupos ou movimentos sociais com os quais pesquisa, mas introduzir a condição de co-labor em todo o processo etnográfico. Por parte do pesquisador, isso implica, entre outros, o uso de uma linguagem acessível e a constante reflexão sobre para que e para quem se está escrevendo. Trata-se de conceber o ato de pesquisar como uma busca de soluções teóricas que permita nos aproximarmos da realidade para compreendê-la e transformá-la. Trata-se de construir pontes, combinações e hibridizações, deixando-se afetar e ser afetado pelo campo. Nesse sentido, a etnografia implica um processo de descolonização da produção do conhecimento, passando a se constituir na “[...] posibilidad de una construcción teórica colectiva, donde entendamos el conocimiento como ese conjunto de prácticas y de saberes que permiten o impiden ciertas intervenciones en el mundo real” (SOTO, 2021, p. 77).<sup>27</sup> Um enorme desafio diante do acentuado neoliberalismo e eurocentrismo nas universidades europeias, impondo pesquisas cada vez mais curtas, individualistas e despolitizadas.

Do ponto de vista metodológico, a etnografia colaborativa significa abandonar práticas extrativistas para construir conhecimentos de forma dialógica e horizontal com os sujeitos da pesquisa, buscando linhas de fuga para driblar a lógica neoliberal predominante e tentando descolonizar a investigação social. A partir de sua experiência junto aos integrantes do SDG, Veinguer e Sebastiani (2020) descrevem quatro passos da etnografia colaborativa: superar o modelo etnográfico individual ativando práticas investigadoras do(s) comum(s); entender a subjetivação política como parte do processo de coinvestigação; colocar no centro os cuidados e as emoções; e, por último, lançar mão de um pluriverso metodológico, reformulando e indo além dos métodos de investigação.

Na etnografia realizada pela equipe da UGR, as ferramentas metodológicas utilizadas tem sido observação participante, grupos de debate, histórias de vida, elaboração de diários de campo compartilhados, produção de curtas promocionais e de uma radionovela. Essas escolhas, porém, não se deram *a priori*, mas no próprio processo de construção coletiva dos “quês” e dos “comos” da pesquisa, o que Veinguer e Sebastiani (2020, p. 258) denominam de *pluriversalidad metodológica*. A radionovela, por exemplo, que teve dois episódios gravados durante a pandemia, tinha como propósito abordar diversas situações enfrentadas pelas famílias para as-

---

27 “[...] posibilidad de una construcción teórica colectiva, onde entendamos o conhecimento como esse conjunto de práticas de saberes que permitem ou impedem certas intervenções no mundo real.” (tradução livre).

segurar sua moradia, sendo o enredo e os personagens criados coletivamente pelo grupo. Além de funcionar como um recurso expressivo, a ficção, embora pouco usual, tem sido uma ferramenta de trabalho de campo dos etnógrafos granadinos, criando novas formas de comunicar e representar a própria pesquisa.

Colaborar aqui implica engajamento do pesquisador no coletivo, colocando seus saberes e práticas à disposição da sua luta. É nesse sentido que a equipe da UGR participa das assembleias e dos protestos públicos do SDG, endossando suas demandas e auxiliando-o, por exemplo, na comunicação com os veículos de imprensa e com a sociedade em geral. No Rio de Janeiro, inúmeras etnografias vêm sendo há anos produzidas junto a outros movimentos sociais baseadas em uma postura engajada do pesquisador e no co-labor entre os sujeitos envolvidos, sem necessariamente adjetivá-las como colaborativa ou ativista, tais como a pesquisa de Lucía Eilbaum sobre movimentos sociais contra a violência de Estado e o trabalho da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (EILBAUM, 2018) e os meus próprios trabalhos sobre as mobilizações coletivas contra as remoções de favelas e sobre as ações do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas contra o modelo de uma cidade excludente (FREIRE, 2016; FREIRE; TAFKGI, 2016; FREIRE, 2019; FREIRE, 2021).<sup>28</sup>

Independentemente do nome que se dê e dos contextos onde são realizadas, creio haver em comum entre as pesquisas mencionadas o entendimento de que não há uma contradição entre compromisso político para pesquisar uma realidade e a pesquisa social dessa realidade. Ao estudar situações de profunda desigualdade e injustiça social, os pesquisadores não precisam abrir mão do rigor e das normas científicas para construírem, em parceria com seus interlocutores no campo, conhecimentos que possam contribuir para a compreensão daquela realidade, podendo tais conhecimentos serem apropriados para a elaboração e a implementação de ações que acarretem a redução das próprias desigualdades. A participação de etnógrafos na elaboração de laudos antropológicos sobre comunidades quilombolas, em estudos sobre impactos de projetos desenvolvimentistas em territórios indígenas ou, como foi o meu caso, na elaboração de dossiês sobre as violações de direitos humanos cometidas no Brasil durante os megaeventos esportivos ilustra, a meu ver, a importância do conhecimento produzido pela nossa disciplina e

---

28 Com o intuito de apresentar à equipe da UGR um pouco das pesquisas que eu e outras pesquisadoras temos realizado no âmbito do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos da Universidade Federal Fluminense, organizei também durante o meu estágio em Granada o seminário Políticas Públicas y Derechos Humanos en Brasil: una mirada desde Río de Janeiro. Realizado de modo remoto, o evento contou com a coordenação da professora Aurora Veinguer e a participação das professoras Míriam Alves de Souza (Universidade Federal Fluminense), Lucía Eilbaum (Universidade Federal Fluminense) e Neiva Vieira da Cunha (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

das repercussões práticas que ele pode ter.

Não se trata, contudo, de antropologia aplicada, mas de uma antropologia implicada, comprometida com os grupos sociais mais vulneráveis em sociedades profundamente desiguais, como a brasileira. Às possíveis críticas a um engajamento demasiado do pesquisador, convém lembrar que o conhecimento antropológico não é e nem poderia ser neutro. Ao estudarmos temas sensíveis e relevantes à nossa realidade, Becker (1977) descreve que o problema não é se devemos ou não tomar partido, mas assegurarmos que as nossas simpatias e valores não comprometam a qualidade dos resultados do trabalho, através de instrumentos e métodos não tendenciosos e seguindo as diretivas inerentes à prática científica. Acrescento que se, por um lado, a colaboração entre o pesquisador e os atores do campo é desejada e necessária, por outro, o pesquisador, enquanto cientista, tem que atender a exigências e demandas as quais seus interlocutores geralmente não estão submetidos, sobretudo se a realização da pesquisa envolve a obtenção de algum título acadêmico.

Sem pretender esgotar uma discussão tão complexa e relevante, considero que, estando o potencial da etnografia na sua capacidade de revelar e valorizar a diversidade de formas de existência e resistência humana, o valor do conhecimento por ela produzido talvez esteja em reconhecer que sempre é possível aprender com o outro e em contribuir, de algum modo, para a construção de sociedades melhores para vivermos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ciente das condições de realização desta pesquisa no exterior, nunca tive a pretensão de realizar propriamente uma análise comparativa com o que venho observando há mais de uma década em meu país de origem e residência. Busco aqui, portanto, apenas sublinhar o que esta experiência internacional me possibilitou compreender a respeito da crise habitacional espanhola e da luta pelo direito à moradia em Granada, indicando alguns pontos de contraste possível com o que já acompanho no Brasil, em particular no Rio de Janeiro.

De forma geral, tanto no Brasil quanto na Espanha a precarização da moradia está relacionada a um modelo de desenvolvimento urbano neoliberal e indica um paradoxo entre o que diz a Constituição de ambos os países e o que ocorre na prática com os grupos sociais mais vulneráveis. Não por acaso, o pressuposto de que a moradia não é um luxo, mas uma necessidade básica à sobrevivência humana, aparece nas falas e ações tanto dos militantes cariocas quanto

granadinos. A percepção e as formas de enfrentamento do problema, porém, são diversas e estão atreladas às particularidades de cada contexto. Ainda assim, creio ser possível afirmar que, enquanto na realidade brasileira a alta concentração fundiária e a histórica desigualdade social são fatores centrais para que a informalidade seja o principal meio de acesso à moradia para uma grande parcela da população, na realidade espanhola o estímulo e a consolidação de um regime de propriedade da moradia, mediante a formação de uma imensa bolha imobiliária, acabaram conduzindo o país a uma crise sem precedentes, com um número crescente de despejos e a instauração de um verdadeiro regime da dívida.

Atuando no nível local, movimentos sociais como o *Stop Desahucios Granada 15-M* constituem-se em espaços de acolhimento, solidariedade, aprendizagem e socialização política singulares, capazes de transformar angústias individuais em combustível para a luta coletiva. Como tenho aprendido com os movimentos sociais daqui e de lá, se a moradia digna e adequada é um direito constitucional, esse direito ainda precisa ser conquistado cotidianamente na luta por uma sociedade pautada pelo bem comum e pela justiça social.

A forma como compreendemos o nosso papel enquanto pesquisadores e a nossa maneira de fazer etnografia pode ou não fornecer pistas para a construção coletiva de uma sociedade mais justa. Se o mundo já está saturado de relações coloniais e a etnografia colaborativa implica um modo descolonizado de fazer pesquisa; em um país como o Brasil, de herança colonial e escravocrata, desvincular-se da dominação intelectual europeia presente nas origens da disciplina não se trata de uma escolha pessoal, mas de uma espécie de dever cívico.

Reforço o posicionamento de Kant de Lima (2011, p. 70), ao afirmar que “uma antropologia que pretenda descolonizar-se há que voltar seus olhos para outras sociedades que não o Brasil, num esforço deliberado de libertação e criação de novos conceitos e interpretações de nossa própria sociedade, na melhor tradição antropológica”. Sendo assim, considero que experiências internacionais de pesquisa, como a que busquei aqui compartilhar, nos possibilitam estar no lugar do estrangeiro, relativizando os nossos pontos de vista e contribuindo para descolonizar a nossa antropologia, mas penso que elas também podem estimular os pesquisadores estrangeiros, em particular dos países mais desenvolvidos, a descolonizarem suas relações com os pesquisadores e a produção acadêmica do chamado Sul global, principalmente do Brasil. Para tanto, não há receitas, mas apenas a sincera disposição para o diálogo e a colaboração efetivos.

## REFERÊNCIAS

1. BECKER, Howard. De que lado estamos? *In*: BECKER, Howard. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1977. p. 122-136.
2. CARRETERO, Juan Carlos Barba. La gran burbuja española. *In*: MIRAMAR, José Luís Carreteiro (coord.). **Tu casa no es tuya, es del banco**: resistencias y alternativas colectivas frente al colapso de la burbuja inmobiliaria. Madrid: Queimada Ediciones, 2015. p. 25-52.
3. CUNHA, Neiva Vieira da; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (org.). **Antropologia do conflito urbano**: conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.
4. DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa**: fraude y miséria del “modelo Barcelona”. Madrid: La Catarata, 2007.
5. EILBAUM, Lucía. Direitos humanos e desigualdade. Balancos parciais a partir de perspectivas antropológicas. *In*: SOUZA LIMA, Antônio Carlos de; BELTRÃO, Jane Felipe; LOBO, Andrea; CASTILHO, Sergio; LACERDA, Paula; OSÓRIO, Patrícia (org.). **A antropologia e a esfera pública no Brasil**: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º aniversário. 1. ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2018. p. 221-236. (v. 1).
6. ESPAÑA. Ley Hipotecaria. 1946. Disponível em: <https://www.conceptosjuridicos.com/ley-hipotecaria-articulo-105/>. Acesso em 04 out. 2021.
7. FREIRE, Leticia de Luna; GONÇALVES, Rafael Soares; SIMÕES, Soraya Silveira. Uma Cruzada do século XX: iniciativas católicas no campo das políticas habitacionais na França e no Brasil. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 29, p. 201-224, 2010.
8. FREIRE, Leticia de Luna; TAFKGI, Mariana. O que está em jogo na “cidade olímpica”? Conflitos e resistências acerca da remoção de assentamentos populares no Rio de Janeiro. *In*: CUNHA, Neiva Vieira da; FREIRE, Leticia de Luna; MACHADO-MARTINS, Maíra; VEIGA, Felipe Berocan (org.). **Antropologia do conflito urbano**: conexões Rio-Barcelona. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016. p. 51-74.
9. FREIRE, Leticia de Luna. “Les Jeux Olympique pour qui?” Les actions du Comité populaire de la Coupe du monde et des Jeux Olympiques de Rio de Janeiro contre un modele urbain d’exclusion. **Problèmes d’Amérique Latine**, n. 103, (4/16), p. 95-117, 2016.
10. FREIRE, Leticia de Luna. “A Olimpíada traz mais do que só a Olimpíada”: megaeventos esportivos e direito à moradia no Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 17, 2019, p. 71-95. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/>

- revistaagcrj/wp-content/uploads/2020/06/AGCRJ\_revista17\_200523-71-95.pdf.  
Acesso em: 13/11/20.
11. FREIRE, Leticia de Luna. Qual o lugar das favelas no Rio dos megaeventos? *In*: GONÇALVES, Rafael Soares; BRUM, Maria; AMOROSO, Mauro (org.). **Pensando as favelas cariocas: história e questões urbanas**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Pallas, 2021. p. 233-257. (v. 1).
  12. GÓMEZ-PELLÓN, Eloy. Una etnografía colaborativa y activista (presentación dossier). **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 15, n. 2, p. 203-209, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.aibr.org/antropologia/netesp/1502.php>. Acesso em: 06/03/21.
  13. GONZÁLEZ, Miquel Fernandez. **Matar al Chino: entre la revolución urbanística y el asedio urbano em el barrio del Raval de Barcelona**. Barcelona: Virus Editorial, 2014.
  14. GRUPO DE ESTUDIOS ANTROPOLÓGICOS LA CORRALA. **La Casa del Aire para sus vecinos: una historia de lucha contra la especulación inmobiliaria**. Granada: GEA La Corrala; Librería Bakakai; La Casa con Libros, 2016.
  15. KANT DE LIMA, Roberto. **A antropologia da academia: quando os índios somos nós**. 3. ed. rev. ampl. Niterói: EdUFF, 2011.
  16. LÓPEZ, Gladys Martínez. Los excluidos del derecho a la vivienda: de la culpabilidad a la lucha colectiva. *In*: MIRAMAR, José Luís Carreteiro (coord.). **Tu casa no es tuya, es del banco: resistencias y alternativas colectivas frente al colapso de la burbuja inmobiliaria**. Madrid: Queimada Ediciones, 2015. p. 89-110.
  17. MAUREL, Joaquin Bosque. **Geografía urbana de Granada**. Zaragoza: Edit Librería General, 1988. [1956].
  18. MEDELA, Juan Rodríguez; COTA, Ariana Sánchez Cota; MONTAÑO, Óscar Salguero; GARCÍA, Esther García. Gentrificación y turistificación en los barrios, “turismofobia” en la tele y hegemonía de la marca Granada. *In*: MANSILLA, José; MILANO, Claudio (coord.). **Ciudad de vacaciones: conflictos urbanos en espacios turísticos**. Barcelona: OACU; Pol-len edicions, 2018. p. 327-262.
  19. MEDELA, Juan Rodríguez; MONTAÑO, Óscar Salguero. **Aprendiendo a decir NO: conflictos y resistencias en torno a las formas de concebir y proyectar la ciudad de Granada**. Granada: Asociación de Estudios Antropológicos La Corrala, 2009.
  20. MILLS, Charles Wright. Do artesanato intelectual. *In*: MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. p. 211-244.
  21. MIRAMAR, José Luís Carreteiro (coord.). **Tu casa no es tuya, es del banco: resistencias y alternativas colectivas frente al colapso de la burbuja inmobiliaria**. Madrid: Queimada Ediciones, 2015.
  22. SOTO, Rocío García. **Los caminos hacia la investigación colaborativa: experiencias**

- etnográficas junto a movimientos por la lucha de la vivienda en Granada. 2021. 272f. Orientadora: Aurora Álvarez Veinguer. Tesis (Doctoral) – Programa de Doctorado Interuniversitario en Estudios Migratorios, Universidad de Granada, Universidad de Jaén, Universidad Pablo de Olavide, 2021.
23. STOP DESAHUCIOS GRANADA 15-M. **Guía de formación**. 2. ed. Granada: Taller de Diseño Gráfico y Publicaciones S.L., 2017.
24. VEINGUER, Aurora Álvarez; SEBASTIANI, Luca. Habitar la investigación en la universidad neoliberal y eurocentrada: La etnografía colaborativa como apuesta por lo común y la subjetivación política. **Revista de Antropología Iberoamericana**, v. 15, n. 2, p. 247-271, mayo/ago. 2020.
25. VEINGUER, Aurora Álvarez; SEBASTIANI, Luca. Una década de luchas contra los desahucios. De la vergenza y la soledad a los agenciamientos cotidianos. **Papeles del CEIC**, v. 1, p. 1-19, 2019.
26. VEINGUER, Aurora Álvarez; LOZANO, Alberto Arribas; DIETZ, Gunther (ed.). **Investigaciones en movimiento: etnografías colaborativas, feministas y decoloniales**. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Madrid: Ministerio de Ciencia e Innovación; Agencia Estatal de Investigación, 2020. Disponível em: [http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro\\_detalle.php?orden&id\\_libro=2295&totalRows\\_rs\\_libros=1462](http://www.clacso.org.ar/libreria-latinoamericana/libro_detalle.php?orden&id_libro=2295&totalRows_rs_libros=1462). Acesso em: 25 fev. 2021.
27. WHYTE, Wiliam Foote. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana degradada**. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

*Leticia de Luna Freire*

Professora do Departamento de Ciências Sociais e Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Educação e Cidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Laboratório de Etnografia Metropolitana e do Instituto de Estudos Comparados em Administração de Conflitos. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3762-3386>. E-mail: [leluna2005@yahoo.com.br](mailto:leluna2005@yahoo.com.br)

**R** **ESENHA**

**VEIGA, Felipe Berocan. *Baile de Gafieira: uma instituição urbana nos quadros da memória carioca.* Niterói: EdUFF, 2021.**

## **A gafieira como instituição urbana**

Gafieira as an urban institution

**Jorge Pinto Medeiros Neto**

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

### **RESUMO**

*Baile de Gafieira: uma instituição urbana nos quadros da memória carioca*, resultado de uma longa pesquisa do antropólogo Felipe Berocan Veiga, analisa detidamente o universo das gafieiras e *dancings* tomando como ponto de partida a etnografia da Gafieira Estudantina em seus últimos anos de funcionamento no centro histórico do Rio de Janeiro. Como uma instituição urbana e moderna por excelência, a gafieira possibilita que os corpos se aproximem num espaço público limitado, mobilizando dispositivos de autocontrole e regulação física da distância social, marcas da vida cidadina. Com seus estatutos, valores e significados simbólicos, essa instituição “encarnada em personalidades fundamentais” inscreve a Praça Tiradentes como referência da dança no imaginário urbano carioca. O livro aborda um tema inédito sob a perspectiva antropológica, reconstituindo a memória social desses espaços voltados para a dança não só como um tipo de divertimento popular, mas como um *rito urbano*, que cria comportamentos e sociabilidades, estabelece costumes e dá vida a um modo de ser próprio da civilidade.

**Palavras-chave:** Gafieira, Dança social, Dança de salão, Praça Tiradentes, Rio de Janeiro.

---

Recebido em 31 de outubro de 2021.  
Aceito em 03 de novembro de 2021.

---



**ABSTRACT**

*Baile de Gafieira: an urban institution in the frames of carioca memory*, the result of extensive research by the anthropologist Felipe Berocan Veiga, analyzes in detail the universe of gafieiras and *dancings* taking as a starting point the ethnography of Gafieira Estudantina in its last years of operation in the historic center of Rio de Janeiro. As an urban and modern *institution* par excellence, the gafieira allows bodies to come closer together in a limited public space, mobilizing devices of self-control and physical regulation of social distance, which are marks of city life. With its statutes, values and symbolic meanings, this *institution* “incarnated in fundamental personalities” inscribes Praça Tiradentes as a dance reference in the urban imagination of Rio de Janeiro inhabitants. The book addresses an unprecedented theme from an anthropological perspective, reconstituting the social memory of these spaces dedicated to dance not only as a type of popular entertainment, but as an *urban rite*, which creates behaviors and sociability, establishes customs and gives life to a way of living characteristic of civility.

**Keywords:** Gafieira, Social dance, Ballroom dance, Tiradentes Square, Rio de Janeiro.

“O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa.”  
(LEFEBVRE, 2015)

Uma etnografia é um tipo de operação escriturária, uma forma narrativa própria da antropologia que procura restabelecer, a partir das análises e coleta de dados, a experiência empírica do pesquisador. No processo de produção textual, o ato de escrever implica numa série de decisões que precisam ser feitas e, para o antropólogo, talvez a primeira delas diga respeito exatamente sobre o que escrever; o que deve ou não figurar numa descrição, fugindo a um descritivismo excessivo ou etnografismo enfadonho. Não há como falar de um objeto sem descrevê-lo com propriedade, pois “[...] para contar é necessário primeiramente construir um mundo, o mais mobiliado possível, até os últimos pormenores” (ECO, 1985, p. 21).

Em *Baile de Gafieira: uma instituição urbana nos quadros da memória carioca* (2021), o mundo das gafieiras é (re)construído em pormenores para uma sofisticada análise conjugando a riqueza etnográfica à própria história desses antigos salões tradicionais de dança a dois. O cuidado do etnógrafo, preocupado em fazer com que o leitor não perca o ritmo, fica evidente ainda em não deter seu olhar apenas para o salão, lugar onde os dançarinos se apresentam e o baile acontece. Ao circular por outros espaços menos óbvios, são desvendadas múltiplas relações que se estabelecem nos bastidores de uma afamada casa de dança.

O compasso musical quaternário dos diferentes ritmos dançados no salão das gafieiras está refletido na própria estrutura e forma de organização do livro: “São quatro passos em busca do equilíbrio e da pertinência no espaço, uma lição dos dançarinos no exercício de sua arte” (VEIGA, 2021, p. 20). Assim, o texto aparece ordenado em quatro capítulos que se desdobram em quatro partes e procuram guiar o leitor numa espécie de *parcours commenté* iniciando na Praça Tiradentes entre reformas urbanísticas, diante das fachadas geminadas que ligam a nova Estudantina Musical ao seu passado indissolúvel.

Com o título *A fachada do sobrado*, o primeiro capítulo explora as ruínas da antiga Estudantina Musical de uma perspectiva heurística, em busca de um passado que se apresenta em fragmentos dispersos e contraditórios. Para o sociólogo alemão Georg Simmel, um edifício que começa a ruir representa uma reviravolta na correlação de forças que antes atuavam sobre aquela matéria. A condição de *liminaridade* de uma ruína – entre o *ainda não* e o *não mais* – enfatiza a persistência da natureza sobre a própria construção humana, sendo que essa recusa à renúncia de sua existência original é o que lhe confere um efeito estético sedutor (SIMMEL, 1998 [1911]).

A *arqueologia urbana* como forma de exercitar a memória *a partir da própria materialidade dos espaços urbanos* (MELLO; VOGEL, 2017) é explorada em boa parte do texto e permite não apenas reconstituir o antigo sobrado da Estudantina, mas conduzir o leitor por outros endereços da dança social no Rio de Janeiro hoje desaparecidos, tendo a Praça Tiradentes como epicentro. Através das histórias contadas por velhos frequentadores, de consultas ao *Diário Oficial da União* como ferramenta pouco usual de pesquisa urbana e de matérias publicadas em diferentes jornais, o etnógrafo, como quem monta um quebra-cabeças, vai construindo um quadro de referências, uma *topografia legendária* das gafieiras cariocas:

*A topografia legendária das gafieiras ressurgia a partir da referência a nomes, ruas e bairros cariocas, que conduziam a uma nova série de endereços desvendados a partir de uma busca obsessiva por lugares do passado no presente, quase todos profundamente alterados (VEIGA, 2021, p. 157, grifo do autor).*

Ainda ao final do primeiro capítulo, Veiga destaca um tópico raramente observado na pesquisa antropológica: a presença de espanhóis galegos no comando de negócios de entretenimento e lazer noturno no Rio de Janeiro. As pesquisas sobre imigração, tema fundante da Escola Sociológica de Chicago, permitem pensar a empresa familiar como uma forma fundamental de adaptação dos recém-chegados ao país, ao mesmo tempo que revelam problemas e disputas na sucessão desses negócios. A investigação apresenta, a partir da década de 1950, a chegada

de grupos de espanhóis originários da zona rural da Galícia que dedicaram suas vidas no Brasil a um segmento urbano que “[...] podemos chamar de *indústria do acolhimento*: as gafeiras, as boates e cabarés, os bingos e casas de jogos, os hotéis e motéis, as pensões e hospedarias, as confeitarias e padarias, os restaurantes e bares, as tabernas e adegas da metrópole carioca” (VEIGA, 2021, p. 113).

No capítulo seguinte, *A entrada e a escadaria*, Veiga descreve os ritos da porta e a entrada cerimonial, bem como analisa situações cotidianas e inusitadas que ocorrem na portaria de uma casa noturna. Permanecer disponível constitui uma importante exigência do trabalho de pesquisa, para que o observador se deixe *flutuar* pelos encontros fortuitos e pelo anonimato relativo que tanto caracterizam o meio urbano. As conversações mantidas no *limen*, à soleira da porta, entre o segurança, o produtor e o organizador do baile, são repletas de jocosidades e mostram uma *expertise* do etnógrafo em incorporar no campo questões extraordinárias que por vezes nos escapam, mas que fazem parte dos relacionamentos humanos: a espera angustiante, a entrada barrada, os comentários maledicentes, tudo transborda na portaria do salão que, da calçada, só se imagina, pois não se revela à vista.

Subindo a escadaria do sobrado, o antropólogo chama a atenção do leitor para o “estatuto da gafeira” como um dispositivo que, a despeito de sua adesão tácita, é carregado de um conteúdo moral capaz de submeter moralmente seus frequentadores àquele ambiente que “exige respeito”. Nesse tipo de regramento, figuram como temas importantes o vestuário e o comportamento social, tendo em vista que “[...] o traje e a conduta estão absolutamente ligados entre si, fazendo pensar não só nas diferentes formas de juízo moral baseadas na aparência, mas também nos arranjos e práticas que entrelaçam a estética e a ética” (VEIGA, 2021, p. 188).

No terceiro capítulo, *O salão e os bastidores*, chegamos ao tão esperado baile. A etnografia da pista permite que o leitor seja envolvido por um repertório musical e por uma ambiência caracterizada por uma atmosfera não verbal em que a dança a dois mobiliza um jogo sutil de emoções, representações e significados. A música, nesse sentido, é percebida pelo autor como um elemento fundamental para as performances no salão:

Procurei observar não só as interações no baile, mas também o que as pessoas dançam no salão, o significado do que elas ouvem enquanto se engajam nesse encontro particular, numa sociabilidade muitas vezes sem conversa, mas que jamais se realiza sobre um vazio sonoro ou de sentido. (VEIGA, 2021, p. 252).

O baile começa, sutil e envolvente. A sintonia entre os músicos, no palco, e os dançarinos, na pista, é expressa pela mudança ordenada de ritmos sem intervalo. Cada estilo musical

representa, então, um nível de dificuldade dos passos. Começa “[...] com o bolero, seu nível básico; o ‘soltinho’ ou swing, seu intermediário; e terminando com o samba, o ritmo mais difícil, na modalidade conhecida como ‘samba de gafeira’, em oposição ao ‘samba no pé’” (VEIGA, 2021, p. 248-249). No salão, o autor cumpre o firme propósito de um estudo antropológico integrado, na medida em que vai além do universo dos dançarinos como objeto de sua observação e análise. Há uma diversidade de relações, procedimentos e conflitos que se estabelecem na cena e nos bastidores de uma casa noturna e, nesse sentido, o serviço e a administração do local são responsáveis pela viabilidade do baile, objeto de sua especial atenção.

Em *Da pista ao palco*, título do último capítulo do livro, o autor analisa a expansão do ensino da dança de salão, tomando a Gafeira Estudantina como um lugar fundamental para a iniciação e aquisição de competências. A partir do conceito de *mundos da arte* (BECKER, 2008), o antropólogo apresenta a existência de diferentes linhagens de aprendizado, a profissionalização dos dançarinos – a partir do pioneirismo de Maria Antonietta Guaycurús – e a expansão das academias que inauguraram um mercado personalista da dança de salão: “Processos de atribuição de prestígio, baseados no reconhecimento do talento, na genealogia da aprendizagem e no tempo de dedicação à dança, foram constituindo o que podemos chamar de *mundo da dança de salão* [...]” (VEIGA, 2021, p. 311, grifo do autor).

A Gafeira Estudantina, além de ter se consolidado no imaginário urbano como lugar de referência da dança de salão, constitui-se também como espaço consagrado de homenagens e distribuição de prêmios a personalidades e artistas famosos. Veiga mostra como esse exercício da hospitalidade, a partir da concessão de honrarias como placas, troféus, faixas, coroas e os “batismos” de seus espaços internos, representam mais do que momentos solenes, mas uma forma particular de visibilidade e sobrevivência da casa noturna. Essa estratégia, ao criar *obrigações morais recíprocas*, passa a atrair o público para as “canjas” num jogo de cooptação capaz de enredar cada vez mais pessoas para a gafeira.

No epílogo, *Uma lição de urbanidade*, o leitor é conduzido de volta à Praça Tiradentes, uma importante área histórica que, exercendo uma centralidade na vida cultural da cidade com seus teatros e bares, passou a despertar o interesse dos projetos de renovação. Se por um lado, como *benesses urbanas*, tais projetos são alardeados como capazes de restituir o desenvolvimento econômico, social e moral de áreas “degradadas e mal frequentadas”; por outro, a pressão do capital imobiliário resulta num *drama social* com ameaças de fechamento e ordens de despejo, trazendo à tona dilemas e contradições das políticas de tombamento do patrimônio cultural municipal. Esse jogo de forças e interesses criam um sentimento de incerteza nos comerciantes locais em relação ao futuro de seus negócios à moda antiga.

Ao longo de todo o texto, a gafeira é caracterizada, sobretudo, como uma *instituição* urbana que surge na modernidade e possibilita que os corpos se aproximem num espaço público circunscrito. Uma *instituição* com seus estatutos, valores e significados simbólicos que, “encarnada em personalidades fundamentais”, inscreve a Praça Tiradentes como seu lugar na memória urbana carioca. A dança a dois, portanto, exige um repertório de muitas competências que, capturadas pela observação e sensibilidade do etnógrafo, evidenciam os dispositivos de autocontrole e as formas de regulação física da distância mínima que marcam a vida cidadina.

O livro de Felipe Berocan Veiga, resultado de uma longa pesquisa empírica, aborda um tema inédito sob a perspectiva antropológica reconstituindo a memória social dessas instituições urbanas voltadas para a dança social carioca. *Baile de Gafeira* não trata apenas de uma forma de divertimento e lazer popular no coração da metrópole, mas de um lugar no qual a dança, como um *rito urbano*, cria comportamentos e sociabilidades, estabelece costumes e dá vida a um modo de ser próprio da civilidade.

## REFERÊNCIAS

1. BECKER, Howard Saul. **Art worlds**: 25<sup>th</sup> Anniversary Edition; uploaded and expanded. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 2008.
2. ECO, Umberto. **Pós-escrito a O Nome da Rosa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
3. LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2015.
4. MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno; MOLLICA, Orlando. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 4. ed. Niterói: EdUFF, 2017.
5. SIMMEL, Georg. A ruína [1911]. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold (org.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora UnB, 1998. p. 137-144.
6. VEIGA, Felipe Berocan. **Baile de Gafeira**: uma instituição urbana nos quadros da memória carioca. Niterói: EdUFF, 2021.

*Jorge Pinto Medeiros Neto*

Doutorando em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. Técnico em Assuntos Educacionais pela Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do Laboratório de Etnografia Metropolitana. ID ORCID: <https://0000-0001-8299-8983>. E-mail: [jorgemedeiros@id.uff.br](mailto:jorgemedeiros@id.uff.br)